

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**ALEXEI PADILLA HERRERA**

**SINTOMAS DE UMA SOCIEDADE QUE SE EMANCIPA:  
A MÍDIA INDEPENDENTE COMO EXERCÍCIO DO DIREITO À  
COMUNICAÇÃO EM CUBA**

**BELO HORIZONTE**

**2023**

**Alexei Padilla Herrera**

**SINTOMAS DE UMA SOCIEDADE QUE SE EMANCIPA: a mídia independente  
como exercício do direito à comunicação em Cuba**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).  
Linha de Pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques

**BELO HORIZONTE**

**2023**

301.16      Herrera, Alexei Padilla.  
H565s           Sintomas de uma sociedade que se emancipa [manuscrito]  
2023           : a mídia independente como exercício do direito à  
                 comunicação em Cuba / Alexei Padilla Herrera. - 2023.  
                 431 f. : il.  
                 Orientadora: Ângela Cristina Salgueiro Marques.  
  
                 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
                 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
                 Inclui bibliografia.  
  
                 1.Comunicação – Teses. 2. Comunicação – Cuba –  
                 Teses. 3.Cidadania - Teses. I. Marques, Ângela Cristina  
                 Salgueiro . II.Universidade Federal de Minas Gerais.  
                 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

## FOLHA DE APROVAÇÃO

"Sintomas de uma sociedade que se emancipa: a mídia independente como exercício do direito à comunicação em Cuba ."

**Alexei Padilla Herrera**

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profª Ângela Cristina Salgueiro Marques - Orientadora  
DCM/FAFICH/UFMG

Prof. Elton Antunes  
DCM/FAFICH/UFMG

Prof. Phellipy Pereira Jácome  
DCM/FAFICH/UFMG

Luís Mauro Sá Martino  
Faculdade Cásper Líbero

Profª Sílvia Cezar Miskulin  
Escola de Aplicação da USP

Belo Horizonte, 28 de abril de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Angela Cristina Salgueiro Marques, Professora do Magistério Superior**, em 29/04/2023, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elton Antunes, Professor do Magistério Superior**, em 01/05/2023, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Phellipy Pereira Jacome, Professor do Magistério Superior**, em 01/05/2023, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sílvia Cezar Miskulin, Usuário Externo**, em 02/05/2023, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luís Mauro Sá Martino, Usuário Externo**, em 08/05/2023, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2244963** e o código CRC **AA570C91**.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, a professora Ângela Cristina Salgueiro Marques, pelos diálogos, leitura atenta e sugestões essenciais para alcançar os objetivos da pesquisa. Pela parceria, solidariedade, conhecimento compartilhado, carinho e por ter me orientado ao longo de quase uma década, preparando-me para percorrer os desafiadores caminhos da vida acadêmica. *Muchísimas gracias, Ângela.*

À minha companheira Marinela Herrera Sarmiento, pelo amor, alegria, paciência e apoio incondicional. Ao meu enteado Juan Mateus Herrera.

Aos meus pais, Silvina Herrera Corona e Eulises Padilla Leonard. Ao meu irmão Vladimir Padilla Herrera.

Às amigas e amigos espalhados pelo Brasil e pelo mundo.

Aos colegas do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (PPGCOM), especialmente às integrantes da turma de 2018.

Às professoras e professores do PPGCOM.

Aos comunicadores, leitores-seguidores e pesquisadores da mídia independente cubana por compartilhar as vivências, experiências e conhecimentos que enriqueceram este estudo.

À mídia independente cubano pelo simples fato de existir.

Aos professores que integraram as bancas de qualificação e defesa pelas valiosas críticas e contribuições para pesquisa e o pesquisador.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa que permitiu a dedicação exclusiva para desenvolver, concluir e defender, com sucesso, esta investigação.

E claro, à Universidade Federal de Minas Gerais, minha segunda e mais querida Alma Mater, gratidão, gratidão, gratidão.

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é fundamentar como se evidenciou o conflito entre a mídia independente da estrutura midiático-partidarista e o Estado cubano, acionados para apresentar e discutir os conceitos de cidadania, direitos humanos, liberdades de expressão e de imprensa; direito à comunicação, mídia alternativa, cidadania comunicativa e democratização da comunicação. Para melhor compreender os embates entre a mídia não estatal e as autoridades no contexto social e político cubano foi preciso resgatar e explicar, através de uma perspectiva crítica, os postulados que embasam a definição de cidadania e direitos humanos e estabelecem a função da imprensa em regimes de viés soviético. Além disso, tentamos historicizar a formação do modelo midiático estatal cubano — em parte fruto das mudanças radicais impulsionadas pela revolução de 1959 e da posterior aliança do governo de Fidel Castro com a União Soviética —, o ressurgimento da mídia independente, a partir de criação de agências de imprensa na década de 1990; a configuração da blogosfera no primeira década dos anos de 2000, e a emergência e consolidação, a partir de 2014, de dezenas de sites jornalísticos, em meio à ampliação do acesso dos cidadãos à Internet. Os resultados da análise de conteúdo — que abrangeu documentos políticos e jurídicos, artigos veiculados em órgãos oficiais, intervenções públicas do hoje presidente Miguel Díaz-Canel, políticas editoriais e matérias jornalísticas publicadas em seis veículos não estatais— e os depoimentos de jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores validaram a tese de que, ao operar na constituição de espaços alternativos de informação e debate, a existência da mídia independente cubana não é compatível com as políticas e normas legais que orientam o funcionamento do modelo midiático estatal cubano. Ao mesmo tempo, os veículos digitais independentes analisados propiciaram o exercício do direito à comunicação, a prática da cidadania comunicativa e contribuíram para democratização da comunicação em Cuba, desde a sociedade civil, no referido período, no período 2016-2021.

**Palavras-chave:** Mídia independente; Estado cubano; modelo midiático estatal, direito à comunicação; cidadania comunicativa; democratização da comunicação, Cuba

## RESUMEN

El objetivo de esta investigación es fundamentar la existencia de un conflicto entre los medios independientes de la estructura mediático-partidista y el Estado cubano, evocados para presentar y discutir los conceptos de ciudadanía, derechos humanos, libertad de expresión y de prensa ; derecho a la comunicación, medios alternativos, ciudadanía comunicativa y democratización de la comunicación. Para comprender las tensiones entre los medios independientes y las autoridades en el contexto social y político cubano, fue necesario recuperar y explicar, desde una perspectiva crítica, los postulados que orientaron la definición de ciudadanía y derechos humanos y determinan el papel de la prensa en los regímenes políticos de corte soviético. Además, tratamos de historizar la formación del modelo mediático estatal cubano —en parte fruto de los cambios radicales impulsados por la revolución de 1959 y la posterior alianza del gobierno de Fidel Castro con la Unión Soviética—, el resurgimiento de los medios independientes, desde la creación de agencias de prensa en la década de 1990; la configuración de la blogosfera en la primera década de los 2000, y el surgimiento y consolidación, a partir de 2014, de decenas de sitios web periodísticos, en medio de la expansión del acceso de los ciudadanos a Internet. Los resultados del análisis de contenido —que abarcó documentos políticos y jurídicos, artículos publicados en organismos oficiales, intervenciones públicas del actual presidente Miguel Díaz-Canel, políticas editoriales y artículos periodísticos publicados en seis vehículos no estatales— y testimonios de periodistas, colaboradores y lectores/seguidores validaron la tesis de que, al operar en la conformación de espacios alternativos de información y debate, la existencia de medios cubanos independientes no es compatible con las políticas y normas jurídicas que orientan el funcionamiento del modelo mediático estatal cubano. Al mismo tiempo, los medios digitales independientes analizados promovieron el ejercicio del derecho a la comunicación, la práctica de la ciudadanía comunicativa y contribuyeron a la democratización de la comunicación en Cuba, desde la sociedad civil, en el periodo 2016-2021.

**Palabras clave:** Medios independientes; Estado cubano; modelo mediático estatal; derecho a la comunicación; ciudadanía comunicativa, democratización de la comunicación; Cuba

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Artigo assinado por Carlos Franqui durante a ‘guerra’ dos jornais.....	158
Figura 2– Capa do Diario de la Marina durante a ‘guerra’ dos jornais.....	160
Figura 3– Relatório do Carlos Todd apresentado pelo Senado estadunidense.....	164
Figura 4- Última edição em Cuba do Diario de la Marina.....	169
Figura 5– Nota sobre a intervenção das empresas de Amadeo Barletta.....	174
Figura 6– Nota informativa sobre a intervenção da emissora CMBF (Canal 4).....	176
Figura 7– Capa da primeira edição do jornal oficial Granma.....	187
Figura 8– Capa do jornal revolucionário Combate.....	196
Figura 9– Nota sobre a ação de inconstitucionalidade apresentada pelo Diario de la Marina (esquerda) e coletilla inclusa no final de um artigo (direita).....	202
Figura 10 – Nota sobre homenagem ao jornal Revolución.....	211
Figura 11– Cena do documentário ‘PM’.....	213
Figura 12– Declaração do I Congresso Nacional de Educação e Cultura.....	218
Figura 13- Zona WI-FI, na rua Obispo, do Centro de Havana.....	262
Figura 14– Usuários de Internet (% da população.....	263
Figura 15- Entrada de apresentação de Periodismo de Barrio.....	275
Figura 16– Matéria veiculada pelo El Toque.....	276
Figura 17– Apresentação da revista El Estornudo.....	278
Figura 18– Apresentação do jornal 14ymedio.....	279
Figura 19-Violações da liberdade de imprensa em Cuba (2016-2021).....	335
Figura 20– Violações da liberdade de imprensa em Cuba (2016-2021).....	337



## LISTA DE SIGLAS

27N — Movimento 27 de Novembro

ABRAJI — Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

ANAP — Asociación Nacional de Agricultores Pequeños

AP — Associated Press

APC — Asociación de Periodistas de Cuba

APIC — Agencia de Prensa Independiente de Cuba

BBC — British Broadcasting Corporation

BGAN — Broadband Global Area Network

BPIC — Buró de Prensa Independente de Cuba

CAME — Conselho de Assistência Mutua Econômica

CBS — Columbia Broadcasting System

CCD — Coalición para la Comunicación Democrática

CDR — Comité de Defensa de la Revolución

CIA — Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)

CIDH — Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CIP — Centro de Información para la Prensa

CNDH — Comisión Nacional de los Derechos Humanos

COR — Comissão de Orientação Revolucionária

CPIC — Colegio de Periodistas Independientes de Camagüey

CPJ — Comitê para a Proteção dos Jornalistas

CTC — Central de Trabajadores de Cuba

CUC — Pesos cubanos conversíveis

DDC — Diario de Cuba

DOR — Departamento de Orientação Revolucionária

DSE — Departamento de Segurança do Estado

ETECSA — Empresa de Telecomunicações de Cuba S.A.

FCom — Faculdade de Comunicação da Universidade de Havana

FENAJ — Federação Nacional dos Jornalistas

FDC — Fundación Datos Protegidos

ODC — Observatorio del Derecho a la Comunicación

FNDC — Frente Nacional pela Democratização da Comunicação

GLAVIT (Главлит em russo) — Direção-Geral de Assuntos Literários e Editoriais

ICAIC — Instituto Cubano da Arte e Indústria Cinematográficos

ICLEP — Instituto Cubano por la Libertad de Expresión y Prensa

ICR — Instituto Cubano de Radiodifusión

ICRT — Instituto Cubano de Radio y Televisión

INRA — Instituto Nacional de Reforma Agraria

INSTAR — Instituto de Artivismo

IRI — Internacional Republican Institute

LGBT — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

M-26-7 — Movimento 26 de Julho

MIC — Ministério da Informática e as Comunicações

MICOM — Ministério das Comunicações

MINCULT— Ministério da Cultura

MINCIN — Ministério de Comércio Interior

MNOAL — Movimento dos Países não Alinhados

MSI — Movimento San Isidro

MTSS — Ministerio de Trabajo y Seguridad Social

NBC — National Broadcasting Company

NED — National Endowment for Democracy

NOMIC — Nova Ordem da Informação e as Comunicações

OEA — Organização dos Estados Americanos

ONEI —Oficina Nacional de Estadísticas e Información

ONG — Organização não governamental

ONU — Organização das Nações Unidas

ORI — Organizações Revolucionárias Integradas

PCC — Partido Comunista de Cuba

PSP — Partido Socialista Popular

PURS — Partido Unido da Revolução Socialista

RFS — Repórteres sem Fronteiras

SIGNIS — Associação Católica Mundial para a Comunicação

SIP — Sociedade Interamericana de Imprensa

TIC — Tecnologias da Informação e as Comunicações

UCI — Universidade das Ciências Informáticas

UH — Universidade de Havana

UJC — União de Jovens Comunistas

UNAM — Universidad Nacional Autónoma de México

UNEAC — Unión de Escritores y Artistas de Cuba

UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPEC — Unión de Periodistas de Cuba

UPI — United Press International

USAID — United States Agency for International Development

UTI — União Internacional de Telecomunicações

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1. Um longo caminho: da cidadania civil à cidadania insurgente.....</b>	<b>26</b>
1.1 A noção de cidadania .....	27
1.2 Cidadãos ou <i>estadanos</i> ? .....	30
1.3 Da dimensão simbólica da cidadania .....	37
1.4 Da cidadania democrática radical .....	40
1.5 Transgressão e dissenso: cidadania insurgente .....	43
<b>Capítulo 2. Direitos, cidadania e mídia: do marxismo ao socialismo real.....</b>	<b>47</b>
2.1 Marx e o direito à liberdade .....	47
2.2 A ditadura proletariado e a ditadura do Partido .....	53
2.2.3. Crítica marxista à noção de ditadura do proletariado.....	57
2.3 A ideologia oficial: crítica ao marxismo soviético.....	64
2.4 A cidadania no socialismo realmente existente.....	70
2.5 Expressão do espírito do povo: Marx e a liberdade de imprensa.....	75
2.6 Um ‘mito burguês’: a liberdade de expressão em Lenin.....	82
2.7 O modelo midiático soviético .....	91
<b>Capítulo 3. Um mundo, muitas vozes [e rostos]: direito à comunicação .....</b>	<b>101</b>
3.1 O Relatório McBride.....	101
3.2 Pelo direito à comunicação .....	104
3.3 Participação da sociedade civil na democratização da comunicação.....	110
3.4 A cidadania comunicativa .....	114
3.5 Mídia alternativa e mídia cidadã .....	119
3.6 Das tipologias de gestão de mídia alternativa .....	128
3.7 Dos embates no espaço virtual .....	129
<b>Capítulo 4. A Revolução cubana: cidadania, mídia e liberdade de expressão.....</b>	<b>135</b>
4.1 A Revolução cubana e sociedade civil.....	136
4.1.1 Tudo pela Revolução: a instrumentalização dos direitos cidadãos.....	141
4.2 Ecossistema midiático cubano às vésperas da Revolução cubana .....	145
4.2.1 A mídia rebelde .....	150
4.6 A estatização da mídia privada.....	160

4.6.1 O <i>La Marina</i> , primeiro, e o <i>Prensa Libre</i> , depois.....	165
4.6.2 A expropriação da mídia eletrônica .....	173
4.7 A reorganização do sistema midiático cubano .....	177
4.8 A imprensa em torno do partido único .....	181
4.8.1 Um modelo de imprensa autóctone .....	185
4.9 A liberdade de expressão e a função do jornalismo na Revolução .....	188
4.9.1 Jornalismo não significa empresa .....	188
4.9.2 A tática da <i>coletilla</i> : censura ou liberdade de expressão?.....	197
4.9.3 Um jornalismo militante.....	203
4.9.4 A ressignificação da liberdade: expurgos e instrumentalização .....	206
4.9.4 Dentro da Revolução [do Estado], tudo: os limites da liberdade .....	212
4.9.5 Um quinquênio cinza: sovietação e institucionalização da censura.....	215
4.10. Os instrumentos de luta ideológica .....	222
4.11 Sinais: a crise do modelo midiático estatal .....	224
<b>Capítulo 5. A renascença da mídia independente em Cuba .....</b>	<b>233</b>
5.1 Sociedade civil e esfera pública em Cuba na era pós-soviética .....	233
5.2 Os precursores: movimento de jornalismo independente na década de 1990.....	240
5.3 A Primavera Negra.....	244
5.4 A revolução digital cubana.....	249
5.4.1 O dilema do ditador: a expansão da Internet em Cuba .....	249
5.4.2 Deliberacionismo autoritário? .....	255
5.4.3 A vez dos desconectados: a ampliação do acesso à Internet.....	259
5.5 A ágora virtual: da blogosfera à mídia digital independente .....	265
5.6 A aspiração principal é fazer jornalismo.....	273
<b>Capítulo 6. Sintomas de uma sociedade que se emancipa .....</b>	<b>282</b>
6.1 Das políticas e leis de comunicação em Cuba.....	282
6.2. Do processo de elaboração da Política de Comunicação .....	287
6.3 Análise da Política de Comunicação .....	292
6.4 A regulação do direito a se comunicar nas constituições cubanas .....	300
6.5 A regulação do direito à comunicação em normas infraconstitucionais .....	306
6.5.1 O Código Penal e a Lei 88 .....	306
6.5.2 Resolução 179/2008 do MIC e Decreto-lei 370/2018.....	309
6.5.3 Decreto-lei 35/2021 e Resolução 105/2021 do MICOM .....	310

6.5.4 Classificador Nacional de Atividades Econômicas.....	317
6.6 A repressão do Estado cubano contra a mídia independente .....	318
6.6.1. Uma caça às bruxas preventiva .....	318
6.6.2. As contradições do jornalismo cubano: embates simbólicos no espaço virtual.....	321
6.6.3 Projetos inimigos: vigiar e neutralizar .....	329
6.6.4. Para os inimigos, a lei: a repressão em números.....	334
6.6.5 Não é possível acessar esse site.....	340
<b>Capítulo 7. Mídia independente, direito à comunicação e cidadania comunicativa .....</b>	<b>343</b>
7.1 Uma questão de princípios: ética e valores de cinco mídias independentes .....	348
7.1.1 <i>Periodismo de Barrio</i> : pelo direito de se contar um país .....	348
7.1.2 El Estornudo: narrar a vida social, bem como a vida interior dos indivíduos.....	351
7.1.3 <i>14ymedio</i> : um jornal digital feito em Cuba.....	353
7.1.4 <i>La Joven Cuba</i> : opinião política cubana .....	355
7.1.5 <i>CiberCuba</i> : retratando a realidade da forma mais objetiva possível .....	361
7.1.6 <i>El Toque</i> : todas as histórias contam.....	362
7.1.6 Denominador comum: valores, direito à comunicação e representação da cidadania.....	364
7.2 Vozes: mídia independente na perspectiva de seus comunicadores e seguidores.....	367
7.2.1 Motivações: narrar a realidade que a mídia governista oculta .....	368
7.2.3 Jornalismo independente e empoderamento dos cidadãos .....	372
7.2.4 As regras impostas só deixam espaço para quem repete o discurso oficial .....	380
<b>Considerações finais .....</b>	<b>391</b>
<b>Referências .....</b>	<b>399</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>418</b>
<b>APÊNDICE A – Matérias selecionadas para a análise de conteúdo.....</b>	<b>418</b>
<b>APÊNDICE B — Lista de jornalistas e colaboradores da mídia independente participantes da pesquisa.....</b>	<b>421</b>
<b>APÊNDICE C — lista leitores da mídia independente participantes da pesquisa.....</b>	<b>422</b>
<b>APÊNDICE D — Guia geral para conduzir a conversa com jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores da mídia independente cubana .....</b>	<b>423</b>
<b>APÊNDICE E – Resenhas de matérias analisadas.....</b>	<b>424</b>

## INTRODUÇÃO

A Revolução cubana de 1959 subverteu o regime político, o modelo econômico, o sistema político, as formas e funções das organizações sociais e a configuração de um dos ecossistemas midiáticos mais abrangentes e diversos da América Latina. Entre 1959 e 1960, o Governo Revolucionário de Fidel Castro estatizou as emissoras de rádio e televisão. Por meio das lideranças e militantes de organizações sociais e políticas de viés paraestatal, o poder Executivo garantiu o controle quase absoluto de todos os jornais e revistas que não foram fechadas em meio ao confronto que gerou a radicalização do processo de transformações revolucionárias.

Em outubro de 1965, o recém fundado Partido Comunista de Cuba (PCC) assumiu, por meio do Departamento de Orientação Revolucionária<sup>1</sup> e seu Comitê Central, o controle da política editorial de todos os meios de comunicação estatais e paraestatais. O controle do PCC chega até os correspondentes da mídia internacional, que operam em Cuba sob o olhar atento do Centro de Imprensa Internacional, órgão do Ministério de Relações Exteriores responsável pela autorização e acompanhamento do trabalho dos jornalistas estrangeiros na Ilha.

Dez anos mais tarde, a Constituição de 1976 reconheceu formalmente as liberdades de expressão de imprensa dos cidadãos, mas advertiu que ditos direitos só poderiam ser exercidos a serviço dos fins da sociedade socialista, definidos pela cúpula do regime de partido único, que o próprio texto constitucional codificou. A Magna Carta pretendeu assegurar ainda que a proibição da propriedade privada e a propriedade estatal ou social da mídia de massa —inclusive o cinema— garantiriam seu uso exclusivo “a serviço do povo trabalhador e os interesses da sociedade” (CUBA, 2010). Antes, o I Congresso do PCC já tinha determinado que os meios de comunicação eram órgãos partidários, do Estado, das organizações sociais e de massas afins ao regime e, sobretudo, “instrumentos de luta ideológica e política” nas missões de “construir o socialismo” e “enfrentar, o capitalismo, no terreno político-ideológico e cultural” (PCC, 1975, tradução nossa).

Fundamentados nos postulados de Vladimir Ilich Lenin, o controle estatal absoluto e a instrumentalização política geraram uma modelo gestão centralizado que transformou a mídia em um instrumento de propaganda político-partidária com sérios déficits para satisfazer as necessidades informativas e expressivas de práticas de cidadania e, portanto, limitando seu direito à comunicação.

E, assim como no Brasil, México ou Argentina, a concentração em poucas mãos da grande mídia está presente em Cuba, onde o bloco conformado pelo PCC, o Estado e o Governo estatizaram os

---

<sup>1</sup> Atual Departamento Ideológico do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba

oligopólios de mídia da década de 1950 para constituir e gerenciar um monopólio midiático inexistente em outras nações da região. Independentemente do contexto, a concentração midiática impõe assimetrias entre os donos dos veículos de comunicação e o exercício da cidadania, propiciando a marginalização e invisibilidade de atores, grupos e segmentos da sociedade civil que contestam o status quo (grandes interesses políticos, econômicos e visões de mundo hegemônicas) ou são, no caso de Cuba, excluídos da comunidade política (PADILLA, VIERA, 2021).

Apesar das mudanças que Cuba vivenciou ao longo dos trinta anos que se seguiram ao colapso do bloco socialista e da União Soviética, até dezembro 2022, a mídia estatal cubana funcionava como porta-voz do sistema político e seus conteúdos se destacavam pela parcialidade, a falta de abordagens críticas dos problemas do cotidiano e a escassez ou total ausência de matérias que visibilizem a diversidade de atores, ideologias, propostas políticas e opiniões presentes numa sociedade civil cada vez mais plural (PADILLA, 2016), que desde os anos de 1990 tensiona o conceito [populista] de povo que o Estado cubano tem defendido desde 1959 (BOBES, 2015, colchetes nossos).

As consultas públicas promovidas pelo governo de Raúl Castro, entre 2007 e 2011, a vagarosa ampliação do acesso à Internet, a partir de 2009, o crescimento do número de atores, grupos e setores da sociedade civil cubana que defendiam sua independência do Estado a partir de ações feitas no ambiente virtual, junto com o breve momento de distensão entre Cuba e os Estados Unidos durante os últimos 25 meses da administração de Barack Obama contribuíram para dinamização do espaço público cubano (PADILLA, 2017; PADILLA, VIERA, 2021).

Todavia, na contramão do que pode ser constatado em países como Argentina, Brasil ou Uruguai, o caráter não democrático do regime político vigente em Cuba interdita a existência legal de movimentos sociais ou grupos que, de forma independente do Estado, impulsionem a sociedade civil para processos de democratização do ecossistema midiático na ilha. Contudo, cansados de esperar por uma democratização de comunicação promovida pelo e desde o Estado, atores com histórias de vida, identidades, ideologias, posicionamentos perante o poder público e objetivos políticos diversos se apropriaram das ferramentas oferecidas pelas tecnologias da informação e comunicações (TICs) e aproveitaram a expansão do acesso à Internet para criar blogs e mídias jornalísticas alternativas, que abalaram o controle quase absoluto do PCC sobre a produção e distribuição de conteúdo (PADILLA, VIERA, 2021).

Após cinquenta anos de relativa estiagem midiática, em setembro de 2009, o Ministério de Comunicação autorizou o acesso à internet de todos os cidadãos cubanos (RAVSBERG, 2009).<sup>2</sup> Apesar

---

<sup>2</sup> Cuba se conectou à internet em 1996, por meio de um satélite internacional. Até 2009 o serviço estava disponível em universidades, instituições consideradas estratégicas, embaixadas, hotéis para turistas estrangeiros e nas casas de um grupo reduzido de intelectuais e cientistas.



de a conexão ser lenta, cara e só estar disponível em salas de navegação localizadas em hotéis e algumas agências da Empresa de Correios, esse primeiro passo para ampliar o acesso dos cidadãos à rede mundial de computadores propiciou o aumento da produção e distribuição alternativas de conteúdo. A conectividade também permitiu uma melhor articulação entre diferentes coletivos que enriqueceram a sociedade civil cubana, evidenciou sua diversidade e seu caráter transnacional, desterritorializado e diaspórico (PADILLA, 2016).

Da apropriação tecnológica, do acesso à Internet e das vontades individuais e coletivas de se expressar, aparecer, mostrar, debater, demandar, denunciar, contestar, ou seja, exercer o direito de se comunicar com a sociedade e praticar a cidadania em sua dimensão comunicacional, surgiram inúmeros blogs, os precursores das mídias jornalísticas alternativas que se consolidariam poucos anos depois. Entre 2009 e 2010, aproximadamente, a blogosfera cubana se caracterizou pela visibilização de temas pouco abordados pela mídia oficial, a problematização da realidade nacional, a construção de espaços de diálogo, a denúncia, a pressão dos cidadãos sobre o Estado e colocação de demandas sobre temas de interesse público (DÍAZ RODRÍGUEZ, 2015). Centenas de blogs ativos contribuíram para a configuração de redes que propiciaram as trocas comunicativas entre cibernautas dentro e fora de Cuba.

Ao visibilizar discursos marginalizados pelo poder e oferecer um espaço independente para a deliberação, os blogs se constituíram em arenas de confrontação simbólica entre diversos atores e segmentos da sociedade civil (RODRÍGUEZ, 2012). Ainda que as ruas, praças, instituições continuassem a ser dos ‘revolucionários’ (apoiadores do Governo), com a Revolução digital cubana em marcha, o controle monopólico do PCC sobre a produção de narrativas foi limitado ao âmbito da mídia estatal e aos espaços de debate institucionalizados ou tolerados. O ambiente virtual não era apenas para os revolucionários.

A blogosfera cubana, dinâmica, diversa, inclusiva e explosiva iniciou a reconfiguração do ecossistema midiático cubano, dominado pelo monopólio estatal que, em 2022, abrangia, pelo menos, 45 canais de televisão, cem emissoras de rádio (ONEI, 2022; ICRT, 2022) e três jornais nacionais, quinze provinciais e cinco revistas nacionais (todos com edições impressa e digital) e duas agências de imprensa também presentes na Internet (CUBAPERIODISTAS, 2015). Preocupados com a visibilidade de temas da realidade social negligenciados pela mídia oficial e com a visibilidade de atores críticos e adversários do Governo, jornalistas e servidores públicos foram orientados, em 2010, a criar seus blogs e perfis nas mídias sociais para defender os pontos de vista do governo (RAFULLS, 2015).

A partir de 2014 o espaço virtual cubano entrou numa fase de grande tensão. Alguns jornais, revistas digitais começaram a disputar hegemonia da mídia controlada pelo PCC (MARREIRO, 2014). Diferentemente da simplicidade dos blogs pessoais da etapa anterior, agora os espaços digitais acolhiam reflexões críticas e voltadas para ações cívicas. Nesse período surgiram ou se posicionaram no ambiente

virtual veículos como *On Cuba*<sup>3</sup>, *Periodismo de Barrio*<sup>4</sup>, *El Toque*<sup>5</sup>, *14ymedio*<sup>6</sup>, *Diario de Cuba*<sup>7</sup>, *CiberCuba*<sup>8</sup>, *PlayOff*<sup>9</sup>, *El Estornudo*<sup>10</sup>, *Hypermedia Magazine*<sup>11</sup>, *Postdata.club*<sup>12</sup>, *Vistar*<sup>13</sup>, *ADN Cuba*<sup>14</sup> e *Yucabyte*<sup>15</sup> e até o *think tank Cuba Posible*<sup>16</sup>. Todos eles eram meios de comunicação melhor estruturados, com mais acesso a recursos financeiros e gerenciados por equipes qualificadas. Entre 2016 e 2021, a mídia digital independente se consolidou como um espaço alternativo de informação e debate (GARCÍA SANTAMARIA, 2018, SOMOHANO, 2021; PADILLA, VIERA, 2021).

Apesar do fato de que nenhum desses modestos empreendimentos midiáticos poderia atingir a abrangência, a capilaridade e o poder da mídia estatal cubana (RAFULS, 2015), a mera presença no ambiente virtual de numerosos veículos midiáticos que não respondiam a seus desígnios não foi bem recebida pelas autoridades cubanas. Dezenas de jornalistas e colaboradores entraram na mira dos órgãos de segurança do Estado cubano e de militantes comunistas, inclusive jornalistas, que desconfiavam dos propósitos de qualquer iniciativa da sociedade civil que surgisse às margens das organizações legitimadas pelo Governo.

Em 2016 jornalistas do periódico oficial *Vanguardia* denunciaram uma “caça às bruxas preventiva” deflagrada pelos órgãos de segurança do Estado contra eles, em virtude de sua colaboração com meios não estatais, como a revista *OnCuba* (COMITÉ DE BASE, 2016). No próprio mês, a mídia não estatal foi acusada de procurar a desmontagem da propaganda governista, minar o apoio dos cidadãos ao Governo, visibilizar supostas discrepâncias entre o grêmio jornalístico e o PCC e abduzir os jornalistas jovens que trabalhavam em veículos estatais (MOLTÓ, 2016, tradução nossa); de tentar construir um “sistema de meios privados” para “dar informações falsas e embasar novas agressões contra a Revolução” (UPEC, 2016, tradução nossa) e de estar a serviço da estratégia dos Estados Unidos para promover uma mudança de regime em Cuba” (SÁNCHEZ SERRA, 2016, tradução nossa).

As críticas, as acusações e a criminalização da mídia independente feitas por veículos e instituições oficiais se apoiavam numa visão reducionista que equiparava o estatal-partidário ao público e rotulava

<sup>3</sup>Disponível em: <<http://oncubamagazine.com/>>.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.periodismodebarrio.org>>.

<sup>5</sup>Disponível em:<<https://eltoque.com/>>.

<sup>6</sup>Disponível em: <<http://www.14ymedio.com/>>.

<sup>7</sup>Disponível em:<<http://www.diariodecuba.com>>.

<sup>8</sup>Disponível em:<<http://www.cibercuba.com>>.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://playoffmagazine.com/>>.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://revistaelestornudo.com/>>.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www.hypermediamagazine.com>>.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www.postdata.club/>>.

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://vistarmagazine.com/>>.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://adncuba.com/>>.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.yucabyte.org/>>.

<sup>16</sup>Disponível em: <<https://cubaposible.com/>>.

como privado qualquer mídia não estatal, mesmo aquelas que, por suas características essenciais, poderiam ser classificadas como alternativas. Os erros conceituais evidentes no discurso dos porta-vozes oficiosos se correspondiam, no entanto, com as lógicas inerentes a um regime não democrático e as práticas de um modelo político, econômico, cultural, educacional e midiático absurdamente estatizado, dirigido um partido único e definido constitucionalmente como a força superior dirigente do Estado e da sociedade (CHAGUACEDA, PADILLA, 2016).

Os sinais da existência de um conflito entre o Estado cubano e a mídia que não se subordinava a ele eram tão claros que, em outubro de 2016, a organização Repórteres sem Fronteiras (RSF) alertou sobre "a crescente hostilidade do governo cubano contra a imprensa independente do país" e pediu para "ir além de suas posições ideológicas" para, "em vez de se opor sistematicamente à imprensa independente", acompanhar seu desenvolvimento" (RSF, 2016).

A denúncia da ONG francesa não alterou os planos do Governo cubano, que foi além das denúncias e alegações no espaço público virtual e aplicou um conjunto de medidas repressivas para neutralizar o crescimento da mídia alternativa. Implementado em várias etapas, o plano abarcou a entrada em vigor de normas legais que restringem o exercício do direito à comunicação no ambiente virtual (CUBA, 2018, 2021), a aprovação de uma Política de Comunicação Social (PCC, 2018) que não reconhece a legitimidade e legalidade da mídia independente e a normalização das agressões simbólicas e estruturais contra jornalistas e colaboradores (GARCÍA SANTAMARIA, 2020), que incluíam detenções arbitrárias, ameaças, interrogatórios, multas, confisco de documentos e equipamentos, agressões físicas, processos judiciais que determinam a privação de liberdade dos comunicadores, entre outras formas de contenção (ICLEP, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021).

A confirmação de que a proliferação desses veículos tinha se tornado um assunto de segurança nacional veio em fevereiro de 2017. Durante uma reunião com dirigentes do PCC, o então vice-presidente Miguel Díaz-Canel afirmou com tom ameaçador que o Governo e agentes do Ministério do Interior analisavam diariamente "um grupo de propostas e projetos com conteúdo subversivo" tidos como "projetos inimigos", assegurou que o site da revista OnCuba seria fechado, porque era muito agressivo com a Revolução e, com visível cinismo, se declarou a favor da censura de imprensa.

As palavras de Miguel Díaz-Canel geraram vários questionamentos: Será que a distensão das relações diplomáticas com os Estados Unidos e a visita de Barack Obama a Havana, em abril de 2016, tinha enfraquecido a narrativa da praça sitiada pelo inimigo que durante décadas justificou a restrição do exercício de direitos civis em Cuba? Se os estadunidenses só invadiriam Havana, porém como turistas, acadêmicos e artistas, qual era o sentido da interdição de veículos alternativos que nem sequer faziam oposição ao regime? Por que a resposta do Estado tomava forma através da censura, da criminalização, da repressão policial a jornalistas e até do bloqueio do acesso a esses sites?

A batalha pelo espaço público virtual tinha começado. Blogs e sites governistas intensificaram a publicação de matérias críticas e acusações sobre a suposta finalidade subversiva das novas mídias digitais. O pano de fundo das escaramuças simbólicas desenha-se a partida polarização política que perpassa a sociedade cubana, da resistência do governo cubano para aceitar a legitimidade do dissenso presente numa sociedade muito mais diversa e pluralista, com atores e coletivos que não precisam dos meios nem da autorização do Estado para se expressar no espaço público virtual.

Ainda que soubéssemos que a intolerância com o contraditório e a repressão do dissenso caracterizam os discursos e as práticas em regimes políticos não democráticos, era instigante observar a ideia de busca por entendimento da racionalidade que embasa a rejeição das autoridades cubanas a toda iniciativa comunicacionais independente, inclusive aquelas que a direita opositora considerava ‘comunistas’, cúmplices dos Castro ou ‘muito suaves’ com a ‘ditadura’. Destarte, a disputa pelo exercício de falar sobre Cuba não era apenas ideológica, em alguns casos, e político, noutros, mas também legal, pois afinal, quais leis protegem os comunicadores independentes da violência estatal em Cuba? Quais normas garantem o exercício do direito à comunicação em Cuba? Quais normativas delimitam o como, o quando e os espaços em que esse direito pode ser ou não praticado? Se o socialismo, em tese, consiste na socialização do poder e da propriedade, por que era ilegal que um grupo de cidadãos fundassem e operassem um veículo jornalístico independente do Estado?

Dessas inquietações e dos indícios da presença de um conflito entre o Estado cubano e a mídia digital independente –e considerando ainda que historicamente a política das autoridades cubanas foi coibir as expressões de dissenso– surgiu a ideia de elaborar um projeto para investigar as tensões produzidas entre a mídias digitais independentes e as políticas e normas legais que orientam o funcionamento dos meios de comunicação em Cuba, norteado pela seguinte pergunta de pesquisa: Como e por que a mera existência da mídia independente cubana, que ao operar na constituição de esferas alternativas de informação, visibilização e debate no ambiente virtual, confrontou as políticas e normas legais que orientam o funcionamento do modelo midiático cubano, e propiciou o exercício do direito à comunicação e a prática da cidadania comunicativa, no período 2016-2021?

A partir dessa indagação, o **objetivo-geral** da pesquisa consiste em fundamentar como se evidenciou o conflito entre o Estado e a mídia independente em Cuba, partindo do fato de que a mídia independente, ao operar na constituição de esferas alternativas de informação, visibilização e debate no ambiente virtual, confrontou as políticas e normas legais que orientam o funcionamento do modelo midiático cubano, e propiciou o exercício do direito à comunicação e a prática da cidadania comunicativa, no período 2016-2021.

Além do objetivo geral, foram definidos ainda os seguintes **objetivos específicos**: a) apresentar as contribuições teóricas sobre definição, evolução e prática da cidadania em países do hemisfério ocidental

e diferenciar a cidadania como status do conceito cidadania ativa ou insurgente; b) explicar os postulados teóricos e ideológicos que embasam a definição de cidadania e direitos humanos em regimes socialistas de viés soviético, em razão de sua influência na configuração regime político vigente em Cuba; c) determinar os postulados que estabelecem a função da imprensa em regimes de viés soviético e pautam o funcionamento do modelo midiático estatal cubano; d) definir os conceitos de mídia alternativa, direito à comunicação, e cidadania comunicativa; e) historicizar a formação e evolução do modelo midiático estatal cubano e a emergência e consolidação da mídia independente da estrutura midiático-partidarista no ecossistema midiático de Cuba; f) explicar as políticas e normas legais que regulam o exercício do direito à comunicação e orientam o funcionamento dos meios de comunicação em Cuba; g) determinar as contribuições da mídia independente da estrutura midiático-partidarista para o exercício do direito à comunicação, a prática da cidadania comunicativa e a democratização da comunicação em Cuba, no período 2016-2021.

Esta pesquisa defende a tese de que a existência da mídia independente cubana, ao operar na constituição de esferas alternativas de informação, visibilização e debate no ambiente virtual, não é compatível com as políticas e normas legais que orientam o funcionamento do modelo midiático estatal cubano, daí os tensionamentos que se evidenciam em um processo em que, ao mesmo tempo, os veículos digitais independentes e propiciaram o exercício do direito à comunicação, a prática da cidadania comunicativa e a democratização da comunicação em Cuba, no período 2016-2021. Para os fins deste estudo, a mídia independente ou mídia digital independente é definida como um conjunto de organizações jornalísticas que, para além do tipo de relação que estabeleçam com suas fontes de financiamento, emergiram e operaram fora do sistema integrado por veículos de propriedade estatal e social (paraestatal) controlados pelo Partido Comunista de Cuba (PCC).

A emergência da mídia independente da estrutura midiático-partidarista, independente ou alternativa – porque confronta a hegemonia da mídia dominante – já havia chamado a atenção de pesquisadores cubanos no período de 2005 a 2015 (DÍAZ, 2008, 2014; PELÁEZ, 2014; RAFULS, 2015) e brasileiros (MARREIRO, 2014, TARGINO, 2013). Na época, todas e todos eles se focaram, quase exclusivamente, na blogosfera cubana. Também acionamos as contribuições de outros pesquisadores (BEAULIEU, 2013; FERNÁNDEZ CUENCA, 2015; GARCÍA LUIS, 2004, 2013; MARRERO, 2018; MISKULIN, 2003, 2015, RIVERO, 2015, SALWEN, 1994; SIRVÉN, 1993; VILLAESCUCIA, 2010, 2015) que analisam a relação entre a imprensa e o poder político em diferentes períodos da história de Cuba.

A proposta que apresentamos se insere nos estudos sobre mídia, mídia alternativa e esfera pública e cidadania em regimes de viés soviético. Esse campo tem recebido a atenção de vários cientistas sociais e políticos (BEHRENDTS, LINDENBERGER, 2014; BEYRAU, 2014; DOWNING, 1996, 2004;

HOPKINGS, 1965; KAGARLITSKY, 2006; MCNAIR, 1991; LAURISTIN, 1998; LENDVAI, 1981; MOTLY, 1978; RÉVÉSZ, 1977; RITTERSPORN, ROLF, BEHREND, 2003; SMIRNOV, 1980). No entanto, este trabalho se difere dos anteriores ao se tratar de um estudo sobre o conflito entre mídia digital independente e o Governo cubano, bem como sobre as possibilidades desses empreendimentos midiáticos alternativos para o exercício da cidadania e suas contribuições para a democratização da comunicação em Cuba. Daí a pertinência de incorporar à pesquisa discussões sobre os conceitos de mídia alternativa (ALBERT, 1997; DOWNING, 2004; GRINBERG, 1987; VILLARREAL, GIL, 2004); mídia alternativa no contexto latino-americano (CORRALES, HERNÁNDEZ, 2009; HAUBRICH, 2016; MARTÍN-BARBERO, 2002, 2009; PERUZZO, 2009, 2018); mídia cidadã (RODRÍGUEZ, 2001, 2010, 2011), cidadania comunicativa (MATA, 2005, 2006; SILVA TEXEIRA, 2019), direito à comunicação (SAFFON, 2009) e as discussões em torno da democratização da comunicação na América Latina (GUMUCIO, 2018; FNDC, 2013; SAFFON, 2009; SIERRA, VALLEJO, 2017).

A tese é um estudo comunicológico, de caráter teórico e empírico-descritivo, de enfoque qualitativo e desenvolvido com base na pesquisa bibliográfica e documental, na análise de conteúdo e na entrevista como técnicas de investigação. Esta escolha metodológica busca a interpretação e explicação mais aprofundadas das complexidades do objeto de estudo, assim como leva em conta as experiências e perspectivas dos sujeitos vinculados à mídia independente da estrutura midiático-partidarista em Cuba. Esse enfoque também permite flexibilidade metodológica, a adaptabilidade ao contexto e às mudanças que nele podem acontecer, durante o desenvolvimento da pesquisa.

O enfoque qualitativo adotado na elaboração do percurso metodológico desta pesquisa permite a realização de análises e reflexões aprofundadas sobre o objeto de estudo, assim como a flexibilidade e a adaptabilidade necessárias perante as limitações políticas e tecnológicas presentes no contexto cubano e as eventuais mudanças que aconteceram nele entre os anos de 2018 e 2022. Tais aspectos foram considerados, porque eles afetam a possibilidade acessar os arquivos públicos existentes no país, contatar e entrevistar pessoas, notadamente atores vinculados com a mídia independente e os agentes envolvidos na elaboração, aprovação e implementação das normas legais e das políticas que orientam o funcionamento dos meios de comunicação em Cuba.

Por outro lado, a pesquisa qualitativa foca na forma em que o mundo é compreendido, vivenciado, produzido, pelo contexto e pelos processos; pela perspectiva dos participantes, seus sentidos, significados, experiências, conhecimentos e relatos (VASILACHIS, 2006).

Três grandes etapas da pesquisa organizaram nossa reflexão. Por meio da investigação bibliográfica foi possível reunir os fundamentos teórico-conceituais que sustentam o desenvolvimento da pesquisa. Uma das prioridades dessa primeira etapa foi compreender os fundamentos teóricos, ideológicos e políticos que embasam as noções de direitos humanos, cidadania e liberdade de expressão

e de imprensa em regimes socialistas de viés soviético, assim como a conformação e funcionamento dos meios de comunicação na extinta União Soviética, considerando notável a influência do modelo midiático soviético na constituição e funcionamento do modelo midiático estatal cubano.

Assim, na primeira, a investigação documental permitiu a localização e posterior análise dos principais documentos públicos que, elaborados e aprovados por instâncias do PCC e do Governo, definem os objetivos e/ou regulam o funcionamento dos meios de comunicação e o exercício do direito à comunicação dos cidadãos. São eles as *Tesis y resoluciones sobre los medios de difusión de massa*, adotadas no I, II, III e IV Congressos do Partido (PCC, 1975, 1980, 1986, 1991); a Política de Informatização da Sociedade (MIC, 2017) e a Política de Comunicação Social do Estado e Governo cubanos (PCC, 2018). Junto com as constituições cubanas de 1976 e 2019; foram analisadas as principais normas legais infraconstitucionais que, até 2021 regulavam o exercício do direito e o funcionamento da mídia legal em Cuba: Código Penal vigente até dezembro de 2022 (Lei 62/1989); Lei 88/1999; Resoluções 81/1997 e Resolução 56/1999, ambas do Ministério da Cultura; Resolução 179/2008 do Ministério da Informática e das Comunicações; Decreto-lei 370/2018; Decreto-lei 35/202; Resolução 105/2021 de Ministério das Comunicações e o Classificador Nacional de Atividades Econômicas, elaborado pelo Ministério do Trabalho (ONEI, 2021).

Contudo, cientes de que o atual modelo midiático cubano foi resultado da Revolução de 1959 a revisão da imprensa da época do triunfo da Revolução cubana, notadamente, os jornais *Diario de La Marina*, *Prensa Libre*, *Revolución*, *Combate*, *Notícias de Hoy* e o semanário *Bohemia* foi imprescindível. Na segunda etapa de investigação, fomos pesquisar nos arquivos desses veículos, uma vez que neles estão documentadas as transformações políticas, econômicas, legais, sociais e ideológicas, assim como o início e o desfecho do confronto entre a mídia burguesa e ao Governo revolucionário, entre janeiro de 1959 e dezembro de 1960. Os discursos públicos e entrevistas concedidas por Fidel Castro e outros dirigentes da época abordaram foram fundamentais para entender questões relacionadas a redefinição dos conceitos liberdade de expressão e liberdade de imprensa; a transição do modelo midiático capitalista para um modelo estatal de viés soviético e as funções da mídia e o jornalismo no novo regime político.

A análise de conteúdo desses documentos foi complementada, na terceira etapa da investigação, com depoimentos e entrevistas de pessoas vinculadas à mídia independente, seja como produtores de seus conteúdos ou leitores/seguidores. Diante das dificuldades de acesso ao campo, em decorrência dos efeitos da pandemia de COVID-19, das limitações tecnológicas dentro de Cuba, da crise econômica e do aumento da repressão contra dissidentes, opositores, ativistas e jornalista independentes, foi imprescindível optar por uma estratégia metodológica que garantisse a coleta dos dados que sustentam o resultado desta pesquisa.

Assim, na segunda etapa, foram analisados nove textos, três publicados pela mídia digital independente, e seis veiculados pela mídia estatal e em um blog governista, para identificar embates simbólicos que evidenciam a existência de um conflito entre a mídia digital independente e o Estado cubano. O recorte temporal corresponde ao período entre 1 de julho e 13 de outubro de 2016. O corpus empírico foi composto por três artigos produzidos pela mídia independente - *Diario de Cuba* (1); *Periodismo de Barrio* (2) e seis artigos produzidos pela mídia estatal/partidarista – *Granma* (4), *Site La Pupila Insomne* (1) e *Site da UPEC* (1).

Além dos conteúdos veiculados pela mídia oficial e oficiosa, foram analisadas três intervenções públicas (uma no IX Congresso da UPEC, em 2013; a segunda em reunião com dirigentes do PCC, em 2017 e a última no encerramento do X Congresso da UPEC, em 2018) do atual presidente Miguel Díaz-Canel que evidenciam a existência de um conflito entre o Estado cubano e a mídia digital independente.

A repressão das autoridades policiais contra jornalistas e colaboradores; a censura de conteúdo, e os bloqueios de sites tem sido a face mais violenta do confronto entre a mídia digital independentes e o Estado cubano. Portanto, a leitura dos relatórios divulgados pelo Instituto Cubano de Liberdade de Imprensa (ICLEP), entre 2017 e 2021, e o publicado pelo Observatório de Interferência Aberta na Internet, em 2017 (XYNOU, FILASTÒ, BASSO, 2017) também foram consultados na segunda etapa.

Na terceira e última etapa, foram constatadas as contribuições da mídia independente para o exercício do direito à comunicação e da cidadania comunicativa. Um primeiro movimento buscou identificar os valores e princípios que orientam as políticas editoriais de cinco meios independentes, a partir dos seguintes indicadores: a) Princípios éticos e valores orientadores da política editorial, e b) Reinvidicação do direito à comunicação. Assim, foram selecionados os seguintes veículos para compor nosso corpus de investigação: *Periodismo de Barrio*, *El Estornudo*, *CiberCuba*, *El Toque*, *14ymedio* e *La Joven Cuba*. Desses veículos, foram selecionadas dez matérias, publicadas, entre 2017 e 2021 para, a partir dos indicadores definidos e das formas de representação da cidadania nos dispositivos midiáticos, propostas por Mata (2006), identificar as contribuições da mídia independente para o exercício do direito à comunicação e a cidadania comunicativa. A relevância dos temas abordados, impacto social, reconhecimentos (indicações e prêmios) recebidos, assim como recomendações de jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores, foram critérios levados em consideração na hora de selecionar todos os textos. A avaliação da dimensão de visibilidade considerou: temas preteridos ou pouco abordados na mídia oficial; visões de mundo e modos de vida não hegemônicos (dissenso); pessoas e/ou comunidades vulneráveis e a presença de setores subalternos e/ou marginalizados. A avaliação da dimensão “colaboração dos cidadãos na produção de conteúdo” considerou a concessão de entrevistas, depoimentos e acesso à informação. No que diz respeito à dimensão “inserção na luta por mudanças sociais, políticas e econômicas”, foram ponderadas a presença de demandas, reivindicações, denúncias,



protestos e propostas dos cidadãos nas matérias. Por fim, ao analisar a dimensão “representação da cidadania na mídia”, levamos em conta a presença do sujeito sob a ótica das necessidades, demandas ou da agência e capacidade de decisão.

Considerando a importância de trazer para a pesquisa parte das experiências e critérios de atores relacionados com a mídia independente, os resultados da análise de conteúdo foram complementados com informações coletadas nos depoimentos de trinta e três jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores, obtidos para esta investigação, em conversas por e-mail, aplicativos de mensagens (Whatsapp e Messenger) e videochamadas, entre abril de 2022 e fevereiro 2023. As conversas com os depoentes giraram em torno dos seguintes pontos: Mídia independente e demandas comunicativas da sociedade cubana; Conflito mídia independente – Estado cubano; Contribuições da mídia independente para o exercício do direito à comunicação, a cidadania comunicativa e a democratização da comunicação em Cuba; Motivações dos comunicadores para se integrar o colaborar com a mídia independente.

Diante de impossibilidade de contatar determinados atores-chave na emergência e desenvolvimento da mídia não estatal cubana, a coleta de dados se apoiou em entrevistas concedidas por comunicadores cubanos aos pesquisadores Abel Somohano (então doutorando na Universidad Iberoamericana de México, Ted Henken (professor na Universidade da Cidade de Nova Iorque), e Amilkar Flores (escritor), em 2019, 2021, 2022, respectivamente, bem como uma entrevista com a jornalista Luz Escobar, publicada pelo site *Periodismo de Barrio* em janeiro de 2021. Ted Henken e Abel Somohano compartilharam conosco as transcrições das entrevistas em profundidade concedidas a eles por jornalistas e colaboradores de veículos independentes.

Nosso objetivo era a busca de relatos e perspectivas de testemunhas da emergência, consolidação e posicionamento da mídia não estatal no ecossistema midiático cubano. Contudo, os problemas objetivos decorrentes da pandemia de COVID-19, das limitações tecnológicas dentro de Cuba (acesso à Internet) e do incremento, desde 2020, da repressão estatal contra artistas, ativistas e comunicadores independentes frustraram a possibilidade de fazer trabalho de campo diretamente na Ilha. O clima de tensão e desconfiança imposto pelo Departamento de Segurança do Estado, de um lado, e o êxodo de dezenas de jornalistas e colaboradores de mídia não estatal, sobretudo depois dos protestos de 11 de julho de 2021, foi um obstáculo mais que desafiador para a pesquisa.

Aliadas a essas entrevistas, a terceira fase de investigação desta tese contou com a produção de informações obtidas em conversas, tecnologicamente mediadas, com jornalistas, colaboradores e leitores da mídia cubana independente. Os jornalistas foram selecionados considerando seu pertencimento a um determinado veículo e sua trajetória na mídia independente. Para a escolha dos colaboradores consideramos o vínculo com a mídia independente, a origem social, formação e ativismo, no intuito de convocar atores representativos de diferentes segmentos sociais: dissidências sexuais e políticas,

afrodescendentes, mulheres, feministas, pessoas idosas, estudantes, residentes em Cuba e emigrados. Já no caso dos leitores, três foram os critérios: seguimento e interação com um ou mais veículos da mídia independente, compartilhamento de conteúdo publicado nesses sites e conhecimento da evolução da mídia digital independente. Entre os leitores há três pesquisadores, um empresário, um sociólogo e um bancário aposentado. Ao todo, quarenta e quatro testemunhos (8 jornalistas; 16 colaboradores; 6 leitores; 5 jornalistas e 3 colaboradores entrevistados por Ted Henken; 2 jornalistas entrevistados por Abel Somohano e uma jornalista entrevistada por Amilkar Flores). Os depoimentos foram processados para conhecer motivações, critérios e expectativas acerca da contribuição da mídia independente para exercício do direito a se comunicar, a prática da cidadania comunicativa e a democratização da comunicação em Cuba, na voz de alguns dos partícipes desse processo. Todos os entrevistados concordaram em ter seus dados publicados e publicizados para a realização da tese.

O texto foi organizado em oito capítulos agrupados em três partes. A primeira parte (capítulos 1, 2 e 3) apresenta o marco teórico e os conceitos norteadores da pesquisa: cidadania, direitos, mídia alternativa, direito à comunicação e cidadania comunicativa, assim como os postulados que orientam a função da mídia em regimes de viés soviético. Na segunda (capítulos 4 e 5) são descritos marco histórico-referencial, as mudanças provocadas pela Revolução cubana no tecido social, no ecossistema midiático e nas definições de direitos humanos, cidadania e liberdade de expressão e de imprensa. A seguir, se aborda o ressurgimento do jornalismo independente na Cuba da era pós-soviética e, na sequência, o contexto em que emergiram e se consolidaram no ambiente virtual a blogosfera e a mídia independente cubanas. A terceira e última parte (capítulos 6 e 7) está dedicada à apresentação dos resultados da pesquisa; seguida das conclusões, as referências e os apêndices.

## CAPÍTULO 1. UM LONGO CAMINHO: DA CIDADANIA CIVIL À CIDADANIA INSURGENTE

A ideia de cidadania remete ao envolvimento ativo de determinados sujeitos nos assuntos da *polis*, as cidade-estados da Grécia antiga. No entanto, desde a década de 1990, o termo adquiriu maior notoriedade (GONZÁLEZ GARCÍA, 2008), devido a uma necessidade das sociedades do capitalismo tardio: a constituição “entre seus membros de um tipo de identidade na qual se reconheçam”, que fomenta seu sentido de pertencimento e motive a participação das pessoas na construção da comunidade política

(CORTINA, 2005, p. 18). Tal identidade surge num mundo marcado pelo aumento do abstencionismo eleitoral, pela emergência de nacionalismos, processos separatistas, consolidação de blocos econômicos regionais – como a União Europeia –, fluxos migratórios e tensões nas sociedades multiculturais (GONZÁLEZ GARCÍA, 2008).

Os processos de redemocratização política na América Latina também fomentaram as discussões acerca da cidadania e de seu exercício prático (CARVALHO, 2020; LINZ, STEPAN, 1999). No caso específico de Cuba, as mudanças sociopolíticas e econômicas vivenciadas desde a década de 1990 alteraram o tecido social cubano. Com a diminuição da presença direta do Estado no gerenciamento de áreas não-estratégicas da economia, o ressurgimento do trabalho autônomo, a legalização de pequenos empreendimentos privados e a irrupção do mercado como novo ente diferenciador, a noção “povo”, fundada pela Revolução de 1959, não mais reduziria (ou apagaria) a diversidade de formas pensamento, interesses, projetos de nação, identidades políticas, dissensos e conflitos (PADILLA, 2016).

Neste primeiro capítulo os postulados teóricos e ideológicos que embasam a [re]definição da cidadania e de direitos humanos em regimes socialistas de viés soviético serão apresentados e explicados. Comenta-se também a influência do liberalismo democrático e do marxismo na conformação das distintas formas de entender a cidadania, os direitos e as liberdades individuais em sociedades ocidentais. Esse percurso constitui um preâmbulo necessário por dois motivos: 1) a necessidade de compreender a racionalidade que definiu o conceito de cidadania e legitimou a instrumentalização das liberdades individuais e dos direitos humanos em regimes socialistas de viés soviético, em virtude da influência dessas ideias no modelo social instituído em Cuba depois da Revolução de 1959; e 2) a importância de entender —a partir de discussões teóricas mais recentes— que a cidadania não se reduz ao vínculo formal indivíduo-estado (cidadania civil), mas envolve o sentido de pertencimento a uma determinada comunidade política e, sobretudo, a prática de todos os direitos humanos (cidadania ativa), inclusive em contextos em que exercício desses direitos é deslegitimado, limitado, instrumentalizado e até punido, fazendo com que ser ou se tornar um cidadão ativo seja um ato insurgência.

### 1.1 A noção de cidadania

A noção de cidadania constitui um constructo histórico que diz respeito da articulação da sociedade, principalmente, a partir do nascimento, expansão e consolidação da formação econômico-social capitalista (BOBES, 2007, CORTINA, 2005). Trata-se de um conceito com uma longa história na tradição ocidental, perpassado pela disputa entre diferentes tradições, como a republicana e a liberal e por aquelas oriundas das propostas de democracia participativa, de um lado, e de democracia representativa, de outro (CORTINA, 2005).

Os diferentes fatores –mercado, processos de secularização, urbanização e mobilidade social – envolvidos na transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna e capitalista, colocaram o indivíduo como a realidade social básica, que já não se autodefine pelo seu pertencimento a um grupo determinado, mas a partir de si mesmo, como ente autônomo. Assim sendo, os princípios normativos de igualdade e liberdade que orientaram esse processo de transformação se concretizaram na noção de cidadania e num conjunto de direitos legais que unificam os indivíduos particulares, oferecendo uma nova fonte de identificação com um Estado, cuja existência e legitimidade está atrelada à garantia desses direitos (BOBES, 1995, 2007). Desta forma, “a cidadania é um conceito mediador, porque integra exigências de justiça e, ao mesmo tempo, faz referência aos que são membros da comunidade e une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença” (CORTINA, 2005, p. 27).

O conceito de cidadania partilha o social em dois âmbitos: o público, como o espaço que reúne os mecanismos e procedimentos para o tratamento dos assuntos de interesse coletivo; e o espaço privado, restrito às relações individuais. Nesse sentido, “a noção de cidadania se constitui como a identidade do ser humano moderno e serve para articular as duas esferas da vida social, instaurando-se como a pauta particular das relações entre os indivíduos e o Estado na modernidade” (BOBES, 1995, p. 200). Ao constatar que a cidadania faz referência à relação entre o indivíduo e o Estado, esse conceito, como discutiremos mais adiante, remete às características dos regimes políticos.

Resultado da fusão das tradições republicana, liberal e democrática – cada uma delas com uma compreensão específica do indivíduo e do público –, o modelo cívico de cidadania tem prevalecido. Contudo, não se trata de um conceito único ou homogêneo (SILVA, 2017), já que existem diferentes definições e formas de exercer a cidadania, em decorrência do caráter da participação, da natureza do Estado numa dada sociedade, da legitimidade das ordens políticas e dos diferentes tipos de direitos, no quadro das diversas experiências históricas (BOBES, 1995).

O ideal de um cidadão ativo e envolvido na coisa pública —que considera que tal envolvimento é a forma de vida mais digna de ser vivida— tem inspirado modelos de democracia participativa e propostas de republicanismo cívico. Esse é um dos motivos pelos quais participação direta nos assuntos de interesse público seja o que distingue a prática da cidadania do exercício autoritário do poder. Não

obstante, a participação direta, observada em comunidades pequenas, pode ser inviável em escala regional e nacional. Foi por essa razão que nos tempos da antiga Roma, diferentemente da antiga Grécia, a cidadania começou a ser entendida como status ou condição legal, ou seja, a integração a uma comunidade política que protege seus membros, e não mais não como uma forma de participação direta nos negócios da polis. Reconhecida apenas como um status, a cidadania prescindiu da obrigatoriedade de se envolver na política e se tornou uma forma de exigir direitos ao Estado sem, necessariamente, assumir deveres na administração da vida em sociedade. Entretanto, as discussões teóricas contemporâneas sobre a noção de cidadania não renunciam ao reconhecimento dos direitos civis (vida, proteção, liberdade) e políticos (participação) (CORTINA, 2005).

O sociólogo estadunidense Robert Nisbet contrastou duas visões de cidadania: a radical roussouniana e a conservadora de Edmund Burke. A primeira “insiste na relação *direta* entre o indivíduo e o Estado e entende a cidadania a partir de um *ethos* que considera o público como algo superior ao privado e as virtudes cidadãs como algo que deve ser aprendido. Já conforme a segunda visão, a cidadania baseia-se nos direitos do indivíduo e sua proteção perante o poder do Estado (BOBES, 2007, p. 21, ênfase no original, tradução nossa).

De outra parte, Jean Leca (1994) apresentou mais duas noções de cidadania: a militante e a cidadania civil. A primeira sugere uma relação orgânica com o Estado, o compromisso público e a obrigação dominante em relação a ele. Trata-se de uma cidadania participativa, que entende que há a necessidade de cumprir determinados deveres para garantir o exercício dos direitos. A cidadania civil, entretanto, se baseia na “moderação do compromisso público” e ainda que “as obrigações” ponderem o associativismo, é uma cidadania privada, “onde o sentimento de pertencimento não é com a comunidade política, mas com o particular, e o compromisso com o Estado depende de que este permita o exercício da atividade privada” (BOBES, 2007, p. 22, tradução nossa).

Desde uma perspectiva ligada à esfera privada, Oldfield (1994) e Marquand (1994) definem a cidadania, ao mesmo tempo, como um status e como algo que se obtém pelo seu exercício e/ou prática. Oriunda da tradição liberal individualista, a cidadania, como status, enfatiza os direitos inerentes à pessoa e à dignidade humanas; prioriza o indivíduo, que pode eleger se exerce ou não os direitos inerentes a seu status de cidadão. Portanto, a participação na atividade política é uma decisão individual e voluntária. A cidadania como exercício vem da tradição cívica-republicana e se baseia na participação dos indivíduos e, por conseguinte, na ponderação dos deveres. Aqui a definição de cidadão depende do pertencimento a uma comunidade política. Os laços entre os indivíduos se baseiam em uma forma de vida compartilhada e a liberdade implica a coincidência do dever com o interesse individual. Nesta concepção, a cidadania não é um mero status legal, mas uma prática ativa e pública, e não se concebe a contradição entre o interesse público e o interesse privado (BOBES, 1995).

Para Silva (2017), a diversidade de noções de cidadania pode ser agrupada em dois grupos: um que destaca sua dimensão formal, que se limita ao pertencimento a uma comunidade política que oferece proteção; e outro que enfatiza sua característica substantiva, que significa o exercício dos direitos civis, políticos e sociais reconhecidos e garantidos pelo Estado. A cidadania formal envolve

[...] a relação entre indivíduo e Estado, remete a privilégios na medida em que normatiza e universaliza as relações sociais, encapsulando-as em um sistema de proteção que requer obediência. Neste sentido, tudo aquilo que está fora da norma, da ‘ordem’, deve ser repreendido e, conseqüentemente, normatizado, ainda que a situação concreta mostre o contrário. Portanto, aqueles que detêm uma situação privilegiada e possuem influência no Estado e na definição daquilo que vai ser ou não ‘cidadania’, agem segundo seus interesses para a manutenção de privilégios (SILVA, 2017, p. 71, grifos no original).

Ainda conforme esse autor, a cidadania substantiva é construída historicamente e é antítese da cidadania formal, pois visa à concreção prática dos direitos legalmente reconhecidos, por meio da participação popular de grupos que defendem interesses e reivindicações de seus integrantes (SILVA, 2017).

Para a filósofa Adela Cortina (2005, p.73), o conceito de cidadania não se reduz à relação entre os indivíduos e o Estado, mas também mira os vínculos entre os integrantes de uma dada comunidade humana. Assim, a cidadania seria “um tipo de relação de mão dupla: da comunidade para o cidadão e do cidadão para comunidade”. Nesse sentido, e entendendo que é na comunidade que o indivíduo se faz cidadão, ele deve assumir alguns deveres e responsabilidades nela. Mas isso somente é possível se a comunidade política reconhece um indivíduo como seu membro”. O reconhecimento significa que a comunidade política “está disposta a proteger a autonomia de seus membros, reconhecendo-lhes alguns direitos civis e políticos”, “mas também se propõe a torná-los partícipes dos bens sociais indispensáveis para levar adiante uma vida digna”. O caráter recíproco dessa relação implica que se a comunidade política negasse esses direitos a algum de seus membros, evidenciaria que não o considera um cidadão e ele, conseqüentemente, tampouco se consideraria como tal.

Em geral, “a cidadania é uma designação” que unifica os indivíduos privados em sua relação com o Estado, e “proporciona um critério de homogeneidade que permite ignorar as desigualdades (econômicas, culturais, religiosas, de gênero) que persistem entre os indivíduos”, e ao mesmo tempo “conforma uma identidade oriunda da prática e do exercício ativo dos direitos, e transcende as propriedades étnicas, linguísticas ou culturais específicas” (BOBES, 2007, p.24).

Todavia, ainda que a noção de cidadania —tida como a condição de ser cidadão— nos remeta ao ideal de igualdade que dissipa ou omite discursivamente as desigualdades sociais e econômicas, para

configurar uma identidade comum, esse processo de construção do comum não deve fugir de práticas e discursos homogeneizadores que, intencionalmente ou não, podem negligenciar ou mesmo desvalorizar as singularidades culturais e identitárias, assim como eclipsar conflitos e dissensos. Assim sendo, não entendemos a cidadania como a junção que apaga as diferenças, mas como o exercício de direitos por parte dos indivíduos que integram uma dada comunidade humana, sem abrir mão de suas singularidades, recusando-se a se tornarem ou se comportam como servos, clientes ou militantes de base dos estados que, em tese, deveriam garantir as condições necessárias para o exercício da cidadania. A próxima seção tratará dessa relação entre a cidadania e os agentes que administram o Estado.

## 1.2 Cidadãos ou *estadanos*?

Seja como status legal e/ou como prática, a concretização da cidadania depende do reconhecimento e do exercício de uma série de direitos que permitem o empoderamento progressivo dos indivíduos até se tornarem cidadãos. De acordo com Janoski (1998), os direitos civis – que abrangem as liberdades fundamentais, a igualdade e autonomia do indivíduo perante o Estado – são pré-requisitos para constituição moderna da sociedade civil e do espaço público. A eles somam-se os direitos políticos, que compreendem o sufrágio ativo e passivo, e a participação nos processos políticos e na tomada de decisões. De outro lado, temos os direitos sociais (acesso à educação, à saúde, à previdência social) que, por meio de políticas públicas —o que supõe um nível de intervenções estatais na esfera privada— procuram ampliar a igualdade entre os cidadãos no âmbito do bem-estar, e proporcionar mecanismos que visam à equidade.

O historiador José Murilo de Carvalho (2020) salienta que a concretização dos direitos sociais permite que as “sociedades politicamente organizadas” diminuam os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantam um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social” que envolve a distribuição da riqueza coletiva. No catálogo de direitos civis e políticos não podem ser omitidos a liberdade de expressão das ideias, o devido processo legal, a liberdade de reunião e associação para fins pacíficos e lícitos, a liberdade de movimento, o direito de constituir partidos políticos e de realizar manifestações políticas. A legalidade dos partidos políticos e a existência de uma instituição parlamentar independente e representativa, são outras das condições necessárias para o exercício dos direitos políticos (CARVALHO, 2020, p. 16).

A partir da hierarquia que os diferentes modelos políticos fazem dos direitos, Bobes (2007) distingue o modelo liberal – onde o peso atribuído aos direitos de liberdade contrasta com a restrição das obrigações – do modelo comunitário, que hierarquiza o coletivo e prioriza as obrigações perante a comunidade. Janoski (1998) acrescenta uma tendência socialdemocrata que busca um balanço entre direitos e deveres, por meio da participação igualitária dos grupos e indivíduos. Cortina (2005) defende

a tese de que o exercício de cidadania depende de um estado que saiba combinar de forma equilibrada os deveres com os direitos civis, políticos e sociais. Nesse modelo ideal, a garantia dos direitos sociais não minaria a autonomia dos cidadãos nem propiciaria o clientelismo político.<sup>17</sup>

Nesse ponto da discussão é pertinente registrar que o reconhecimento dos direitos humanos nos países capitalistas ocidentais, aconteceu em momentos, sob lógicas e com sequências diferentes, devido a fatores de ordem econômica, política e cultural (BOBES, 1994; CARVALHO, 2001). Conforme o esquema elaborado pelo sociólogo britânico Thomas H. Marshall (1950), na Inglaterra, os direitos civis e os direitos políticos foram reconhecidos e garantidos, para uma parte da população, nos séculos XVIII e XIX, respectivamente, e mais tarde, no século XX, os direitos sociais foram conquistados. Marshall descreve um processo evolutivo e lógico, segundo o qual, após o reconhecimento das liberdades civis, os cidadãos ingleses conquistaram o direito ao sufrágio (ativo e passivo) o que permitiu a eleição de parlamentares que, em representação da classe operária, negociaram a implantação dos direitos sociais.

Sobre a inter-relação entre os direitos, Carvalho (2020) afirma que os direitos civis podem existir sem os direitos políticos, mas o oposto não seria possível, pois sem o exercício da liberdade de expressão, reunião e associação, os direitos políticos podem até ser reconhecidos formalmente, mas seriam instrumentalizados para legitimar o governo, ao invés de expressar a vontade popular. Os direitos sociais, entretanto, podem ser exercidos na ausência ou limitação dos direitos civis e políticos. A história tem documentado a existência de sociedades onde a hierarquia outorgada aos direitos sociais torna praticamente irrelevante e/ou restringiu o exercício dos direitos políticos. No entanto, sem os direitos políticos, o conteúdo e alcance dos direitos sociais tendem a ser arbitrários, pois cabe aos governantes definir a abrangência desses direitos os que aliás, podem ser garantidos como parte de uma estratégia para conquistar e preservar o apoio de uma parte da população, especialmente, em regimes (CARVALHO, 2020).

As contribuições de José Murilo de Carvalho (2001, 2020), enriquecem a discussão sobre a noção de cidadania na América Latina. Baseando-se na análise da evolução histórica do Estado e da sociedade brasileira, o historiador e cientista político brasileiro percebeu diferenças, em termos de percurso, cronologia e lógica, entre a conformação da cidadania no Brasil e a forma em que Marshall (1950) descreveu as etapas da constituição da cidadania na Inglaterra.

Segundo Carvalho (2001, 2020), a história do Brasil demonstra que não existe um único caminho para a construção da cidadania. O percurso, as lógicas e as sequências afetam o tipo de cidadão e a natureza do regime político que resultam desse processo de formação. A inversão da sequência descrita

---

<sup>17</sup> No entanto, o foco das reflexões da estudiosa é o contexto da União Europeia, um conglomerado de países desenvolvidos que enfrentam desafios muito específicos que nem sempre coincidem com os da América Latina e outras regiões do chamado Sul global e por essa razão, exigem uma análise particular.



por Marshall (1950) produziu um tipo de cidadania distinta. A partir do esquema do pesquisador britânico infere-se uma lógica que reforça a convicção de que a democracia é a melhor forma de atingir o desenvolvimento social. Na América Latina, entretanto, a crença de que a democracia não era capaz de resolver a pobreza e a desigualdade com a celeridade que a sociedade exigia, justificou a instauração de regimes ditatoriais —como o de Getúlio Vargas ou Juan Domingo Perón, na Argentina—que ampliaram os direitos sociais, mas restringiram significativamente o exercício dos civis e políticos.

Contudo, a ampliação dos direitos sociais, em detrimento do exercício dos direitos civis e políticos dos cidadãos, contraria as normativas aprovadas e ratificadas pela maior parte da comunidade internacional. É pertinente lembrar que, desde dezembro de 1948, a Declaração Universal estabeleceu que os direitos humanos configuram o conjunto de prerrogativas que os Estados são obrigados a reconhecer e garantir a seus cidadãos (ONU, 1948). Conforme o direito internacional, os direitos humanos são inalienáveis, ou seja, nenhuma pessoa deveria ser privada deles e sua implementação se orienta pelos seguintes princípios: a) a universalidade, relacionada com a igualdade e não discriminação; b) a interdependência, que se refere ao vínculo entre todos os direitos, sendo que o reconhecimento e exercício de um envolve o respeito e proteção dos outros direitos; c) a indivisibilidade que significa que, independentemente de sua natureza, os direitos humanos conformam uma totalidade e não podem ser fragmentados; daí que todos devem ser reconhecidos, protegidos e garantidos de forma integral pelas autoridades; e d) a progressividade, que obriga os estados a assegurarem o avanço no desenvolvimento construtivo dos direitos humanos e a evitar retrocessos em seu reconhecimento. Nesse sentido, os direitos são indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, daí que o avanço de um propicia o avanço dos outros e da mesma forma, a privação de um direito afeta negativamente os outros (CNDH, 2016). Nesse sentido, os estados devem oferecer as condições para o exercício dos direitos e não diminuir o nível alcançado. Tanto a Declaração Universal de Direitos Humanos quanto o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos não estabeleceram hierarquias nem prioridades no reconhecimento e exercício dos direitos da pessoa humana (ONU, 1948, 1966). Assim sendo, qualquer tentativa de ponderar um direito em detrimento de outro contraria a vontade expressa nesses instrumentos implementados pelas Nações Unidas.

Com relação à cidadania, é importante salientar que de acordo com Carvalho (2020, p. 221), em contextos caracterizados pela primazia dos direitos sociais, o poder executivo é sobrevalorizado. Caso tais direitos sejam ampliados durante uma ditadura, “cria-se a imagem, para o grosso da população, da centralidade do Executivo”. Segundo ele:

Essa orientação para o Executivo reforça longa tradição portuguesa, ou ibérica, do patrimonialismo. O Estado é sempre visto como todo-poderoso,

na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores. A ação política nessa visão é sobretudo orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação (CARVALHO, 2020, p. 221).

A partir de um olhar que dialoga com as ideias defendidas por Carvalho (2020), a socióloga cubana Velia Cecília Bobes (2007) aponta que, à luz das práticas e dos contextos históricos, as cidadanias podem ser classificadas em passivas e ativas. As passivas são aquelas formadas e oferecidas pelo Estado (de cima para baixo), por meio de normas legais [e políticas públicas] que favorecem a ampliação dos direitos, enquanto as cidadanias ativas, surgem a partir das instituições participativas localizadas na sociedade civil, que pressionam as instituições do poder para conseguirem a ampliação de direitos ou maiores níveis de inclusão na comunidade política.

No entanto, o culto ao Estado, a desvalorização dos órgãos de representação política e do associativismo civil é o que Carvalho (2001) denomina ‘estadania’, um exercício que vai na contramão da cidadania ativa, porque além da ligação com o poder executivo, se caracteriza pela procura de líderes carismáticos e messiânicos tidos como salvadores da pátria. Em poucas palavras, a ‘estadania’ se refere à relação de subordinação entre cidadãos ou grupo de cidadãos e agentes políticos ou burocráticos empossados nas instituições estatais que distribuem recursos e garantem o exercício dos direitos sociais em troca de adesão e apoio político.

Conforme Andrade, Castro e Pereira (2012), a ‘estadania’ também se caracteriza pela ausência de uma cultura cívica devido à “prevalência de ações que conferem maior poder ao Estado”. Moura e Silva (2008, p. 45, grifos no original) também observam a preponderância de uma “concepção ‘estatista’ que, segundo esses autores,

... tendia a reservar ao Estado a capacidade de iniciativa e de condução da dinâmica sócio-política e/ou da modernização do país, cabendo aos atores não-estatais, particularmente aqueles constituídos entre os segmentos mais pauperizados e oprimidos da sociedade, um papel de coadjuvantes destituídos de agência (MOURA; SILVA, 2008, p. 45).

Percebem-se pontos de contato entre a noções de cidadania passiva (BOBES, 1997), ‘estadania’ (CARVALHO, 2020) e o que Calmon de Passos (2002) denominou “cidadania tutelada”, como aquela que é formalmente outorgada, mas operacionalmente limitada pela ausência dos instrumentos normativos e das políticas que devem garantir seu exercício pleno. Segundo o jurista brasileiro, os constrangimentos impostos aos direitos de cidadania atingem a vontade dos governados perante os governantes. Além da falta de normas legais e de políticas que motivem ou impeçam a formação de

cidadãos ativos, existem “incapacitações indiretas, mascaradas ‘ideologicamente’, resultantes do ‘não saber’ e do ‘depende’ dos indivíduos. Conforme o autor, mediante a “institucionalização do não saber e do depende”, o poder tutela a cidadania ou a elimina.

Existem várias estratégias que o poder utiliza para cooptar os indivíduos. A primeira é limitar o acesso à educação de grandes segmentos da cidadania e/ou educando-os de forma inadequada. Além de dificultar o acesso à educação gratuita e de qualidade, a segunda forma indireta de exercer o poder é a indução do saber a serviço dos interesses do dominador e em detrimento dos próprios interesses do cidadão, tido como subalterno. Em terceiro lugar se encontra a dominação ou poder ideológico, que opera através da mídia e por meio de um “ensino não crítico, dogmático, no sentido de fazer verdades que dispensam demonstração e fundamentação, as que se põem como premissas fundamentais da ideologia dominante” (CALMON DE PASSOS, 2002).

Naqueles países em que a cidadania foi construída de cima para baixo, os direitos não são conquistas sociais, mas concedidos pelo Estado e, conseqüentemente, a relação entre o povo e os “detentores do poder se caracteriza pela constante subordinação e pelo excesso de autoritarismo” (GARCIA, 2009 *apud* MEIRELLES ANDRADE, CARVALHO CASTRO, PEREIRA, 2012, p. 185). No Brasil, por exemplo, a segregação e a exclusão seculares são perpetuadas pelos preconceitos das classes sociais privilegiadas e por políticas governamentais que reforçam a subordinação da classe trabalhadora às elites político-econômicas e geram uma espécie de “autoritarismo paternalista”, que se concretiza quando uma minoria, a partir de seu capital cultural e financeiro, “se autoproclama esclarecida e superior” e, portanto, a responsável por dirigir o conjunto da sociedade, estabelecendo o que é bom ou ruim, assim como o conveniente e necessário para a coletividade (NEMER, 2021, p. 34).

No entanto, diferentemente do que, em teoria, acontece nos estados de bem-estar social, o Estado brasileiro não garante os direitos de todas as pessoas, mas de corporações, grupos sociais e econômicos com os quais estabelece vínculos clientelistas para a distribuição de recursos públicos (CARVALHO, 2001). Desse fato deriva que uma das formas mais sofisticadas de institucionalizar a dependência dos cidadãos em relação ao Estado é, precisamente, a institucionalização da pobreza material. Na opinião de Calmon de Passos (2002), trata-se da forma mais grosseira e cruel de fragilizar a cidadania.<sup>18</sup> Apoiados nas ideias do jurista brasileiro (2002), é possível afirmar que não há boa fé em políticas públicas que objetivem perpetuar a pobreza, a dependência e o clientelismo em suas diversas faces. Mesmo em países tidos como desenvolvidos, onde os níveis de pobreza material dos cidadãos são inferiores, a continuidade

---

<sup>18</sup> Conforme Calmon de Passos (2002), a pobreza não é resultado da natureza, mas consequência de determinadas formas de organização social e em muitos países e regiões constitui um problema social secular. Tida como desigualdade produzida, a pobreza se mostra no desemprego e falta de renda, moradia, alimentação, saúde e educação.

da dependência em relação ao Estado, através de subsídios e determinados auxílios, é a fotografia de uma das dimensões da pobreza política. Em parte, porque:

A tentação de dominar quando se ajuda, fomenta ou subvenciona é demasiado forte para que se possa resistir sempre a ela. E o que é mais grave, o indivíduo, mesmo reconhecendo sua dependência, não está em condições de resistir, e não está, primeiro, porque a Constituição do Estado de Direito geralmente não tem normas protetoras frente a um tal comportamento. Em segundo lugar, porque também o particular não está animado a resistir frente ao Estado, mesmo quando, no caso concreto, tenha a sua disposição instrumentos jurídicos idôneos, entendendo que sua vitória seria uma vitória de Pirro, porque é mais sensato estar-se bem com o Estado, do qual permanentemente se depende, do que obter justiça num caso concreto (CALMON DE PASSOS, 2002).

De acordo com Mouffe (2012), uma das características do modelo keynesiano foi a intervenção do Estado em todos os aspectos da vida social. A burocratização que resultou do intervencionismo estatal criou novas formas de subordinação e resistência. Em alguns casos, a mercantilização está articulada com a burocratização – como aponta Adela Cortina (2005) – e em outros, o Estado intervêm para controlar os abusos do mercado. No entanto, as intervenções podem gerar novas formas de subordinação, especialmente, naqueles países onde o Estado assume o fornecimento de serviços básicos como saúde, educação, moradia, entre outros.

Para Sheldon Wolin (2012), nenhum democrata negaria que os direitos econômicos dão mais dignidade, autonomia e bem-estar para o povo, mas isso não deveria negar as consequências antipolíticas geradas pela preocupação pelos direitos econômicos. O desemprego, a inflação e os ajustes e cortes orçamentários aplicados durante as crises econômicas, evidenciam os efeitos de embasar a cidadania na garantia dos direitos econômicos, pois para superar a recessão econômica nas sociedades capitalistas, os grupos dominantes tendem a reduzir os benefícios sociais e, conseqüentemente, a desigualdade entre os cidadãos dispara. Nesse contexto de decadência econômica, os preconceitos religiosos, classistas, étnicos, raciais e regionais se exacerbam junto com uma luta pela sobrevivência orientada pelo “salve-se quem puder”.

Os estados de bem-estar, entretanto, devem atentar para as políticas públicas que propiciam a despoltização dos grupos mais vulneráveis e dependentes da ajuda estatal. Caso aconteça, esse processo desmobiliza as pessoas, que podem perder oportunidades para exercer suas capacidades de realizar ações políticas continuadas, ou seja, podem ser privadas de sua condição de sujeito político. Noutras palavras, não se deveria trocar os direitos políticos por um prato de ensopado (WOLIN, 2012).

A perpetuação da dependência de determinadas camadas da população tem sido uma das principais críticas aos Estados de bem-estar social. A esse respeito, Cortina (2005) esclarece que os Estados de

bem-estar social foram resultado direto de uma estratégica política – a tentativa de evitar uma revolução social –, não de uma exigência ética. Entretanto, a ampliação dos direitos sociais contribuiu para dignificar a vida das classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo, enfraqueceram suas reivindicações perante a contradição entre o caráter social da produção e a apropriação privada da riqueza produzida. Além disso, o viés paternalista com que algumas políticas sociais foram implementadas provocou um sentido de agradecimento e gratidão dos recebedores direcionado aos governantes.

No olhar do liberalismo, os Estados de bem-estar geram pessoas dependentes de seus benefícios e utilizam os recursos que administram para assegurar apoio aos mais desfavorecidos. Assim, os estados benfeitores contribuíram para minar a democracia ao viciarem os mecanismos de controle político (o sufrágio sendo um deles), que permitem que os cidadãos se defendam e substituam os governantes. A melhor forma de “salvar” a democracia seria a restituição do Estado liberal, que retomaria a exaltação do individualismo e da iniciativa privada (CORTINA, 2005).

Em sua crítica ao modelo de Estado de bem-estar europeu Cortina (2005) destaca dois aspectos que ela considera fundamentais: o intervencionismo estatal na economia, que obstaculizaria a criação de riqueza, de um lado, e doutro, o paternalismo estatal, que propicia a passividade dos cidadãos. Assim, os Estados de bem-estar se tornaram incapazes de concretizar dois valores éticos: igualdade e liberdade. Ainda segundo essa autora, o intervencionismo estatal em distintos níveis freia a produtividade que deveria promover a geração da riqueza que após redistribuída com justiça, contribui para conseguir uma sociedade mais igualitária. O paternalismo, entretanto, limita a liberdade individual dos cidadãos e sua autonomia, pois o monopólio estatal da distribuição de bens e serviços faz com que as pessoas acreditem que corresponde ao Estado a busca da solução de todos os seus problemas e até a satisfação de seus desejos. É dessa forma que os estados paternalistas geram “um cidadão dependente, ‘critiqueiro’ – e não ‘crítico’ –, passivo, apático e medíocre” (2005, p. 64).

Junto com Cortina (2005) consideramos que a reinstalação de estados liberais, baseados na iniciativa individual e na competição seria um enorme retrocesso ao atentar contra direitos sociais já alcançados e aos que grande parte dos cidadãos não estaria disposta a renunciar em nome da eficiência e de um estado mais enxuto. Assim, o desejável seria o aperfeiçoamento do Estado de bem-estar e não sua desmontagem ou enfraquecimento. Ainda conforme a autora,

O antídoto contra o coletivismo dos países comunistas ou das democracias do ‘maior bem-estar para o maior número’ não é o individualismo nem o retorno a um liberalismo selvagem, porque o individualismo puro e simples carece de sensibilidade para se compadecer com o Estado social. Pois bem, posto que a solidariedade não pode ser institucionalizada [conforme reconhecem os próprios liberais], é preciso lembrar que só uma sociedade

civil *motu próprio* solidária torna realmente possível um Estado social de direito (CORTINA, 2005, p. 59).

Diferentemente do Estado de bem-estar keynesiano, o Estado social de direito, que Cortina (2005, p. 59) defende, “tem por pressuposto ético a necessidade de defender os direitos humanos”. Ou seja, consiste na inclusão, no catálogo de direitos fundamentais, não apenas das liberdades civis e políticas, mas também dos direitos sociais, econômicos, econômicos e culturais. Para esse tipo de Estado, a satisfação das necessidades básicas e o acesso dos cidadãos a bens fundamentais são exigências éticas, não meras concessões às classes subalternas, no intuito de evitar a revolução social, preservar o capitalismo, a ordem política e pacificar a sociedade por meio da distribuição de bens e da ampliação dos direitos sociais. Direitos que são sucateados conforme as exigências do capitalismo.

A cidadania abrange o exercício dos direitos de autodeterminação (dimensão civil), de participação (dimensão política) e de receber prestações públicas (dimensão social), mesmo que suscetível a limitações e controles que em excesso podem anulá-la ou inviabilizá-la. Daí que a exclusão ou limitação de qualquer dessas dimensões fragiliza a cidadania. Nesse sentido, ser cidadão pleno “significa poder de participação efetiva na vida política e participação com preservação do poder de autodeterminação pessoal, seja em termos de impor abstenções ao Estado, seja em termos de lhe exigir prestações” (CALMON PASSOS, 2002, online).

Embora o exercício de uma cidadania plena – com as liberdades civis, participação política e direitos sociais e econômicos – seja “um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível”, até hoje tem sido o “parâmetro” utilizado para determinar a “qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico” (CARVALHO, 2001, p. 15). Calmon de Passos (2002) reforça que a cidadania plena pode ser inatingível, pois diz mais de um *ethos* do que de uma realidade concreta. Assim sendo, podemos falar em qualidades ou graus de cidadania, menos ou mais restritas, ou seja, menos ou mais tuteladas.

### **1.3 Da dimensão simbólica da cidadania**

A noção da cidadania, em um dado contexto, acarreta o estudo dos modelos legais que definem e estabelecem os direitos e os mecanismos efetivos que as instituições oferecem para que indivíduos e grupos exerçam a cidadania. Contudo, para uma compreensão integral dos processos de participação política, a análise da dimensão procedimental deve ser complementada com a reflexão acerca dos processos simbólicos, pois como espaços de interação entre atores, as instituições ligadas ao sistema político refletem o repertório axiológico e os ideais de uma sociedade. Nesse sentido, entendemos que toda ordem política tem como referente uma determinada ordem moral, um sistema de valores, costumes e práticas que sustentam o funcionamento das instituições. A dimensão simbólica é fundamental para,

por exemplo, compreender os motivos e as diferentes formas de participação, a fonte de legitimidade das autoridades em dado regime político [ainda mais ao se tratar de sistemas com notáveis déficits democráticos] e para entender que, a partir dela – junto com as determinadas práticas legais e associativas – se ativam critérios de inclusão-exclusão em uma sociedade concreta (BOBES, 2007).

Dentro dessa dimensão simbólica, o sentido de nação (quando definida politicamente) desempenha um papel importante na constituição da identidade individual, pois a cidadania implica um sentimento de pertencimento e uma filiação real a uma comunidade, baseada na lealdade a uma civilização (ou uma cultura) considerada um patrimônio comum.

Se [...] a cidadania constitui um papel permanente na sociedade que sempre implica adesão às instituições definidas pelo Estado, é evidente que a identidade cidadã supõe e assume uma nação. Como os direitos surgem do fato de pertencer a uma comunidade política, eles envolvem um sentimento de pertencimento e, com ele, uma forma de autoconsciência. Essa consciência nacional constitui uma condição para a efetividade do arcabouço legal do estado; portanto, dentro da dimensão simbólica da cidadania, a nação ocupa um lugar central (BOBES, 2007, p. 25, tradução livre).

Bobes (2007, p. 28) acrescenta ainda que a definição pública de nação é resultado do cruzamento da cultura e da política e envolve uma consciência de pertencimento comum, o reconhecimento intersubjetivo da identidade é fruto de um processo do qual fazem parte a memória coletiva, as instituições políticas e educativas, e o discurso da sociedade civil. As construções simbólicas da nação e da identidade nacional tornam-se critérios constitutivos e legitimadores das inclusões e exclusões dos cidadãos, já que “as diferentes tradições de conceber a nação impactam nos limites e no exercício dos direitos dos cidadãos”. Além da identidade constituída em torno do pertencimento a uma nação, o exercício da cidadania depende da existência de valores que orientem a prática e as condutas políticas.

Para evitar confundir termos que às vezes são utilizados como se fossem sinônimos, Cortina (2005) explica que “Estado” é “uma forma de organização política, cujos membros são os cidadãos. A centralização do poder por uma instância cada vez mais ampla que abarca todo o âmbito das relações políticas é o elemento nuclear do Estado moderno, que exerce o monopólio legítimo do uso da violência e a soberania sobre um território. Já a nação é definida como uma comunidade natural onde se nasce, um conjunto de pessoas que compartilham uma mesma língua e um mesmo território. Contudo, quando se afirma que os cidadãos devem proteger, conservar e até defender com as armas a nação e sua cultura, se acrescenta um elemento de tipo coativo ao caráter normativo do conceito de nação.

Todavia,

... os traços indeclináveis da nação não são os que seus membros naturalmente sentem, mas os que são decididos por um grupo, que se erige em exegeta da natureza e impõe coativamente esses traços aos demais membros, denunciado como traidores os que por natureza não compartilham seu ponto de vista. Essa incoerência na vivência da nação entre afirmar que cada pessoa pertence a uma nação por natureza e tratar seguidamente de lhe impor coativamente o que deve sentir como membro dessa nação é um dos sintomas de que a nação não é tão natural quanto se pretende” (CORTINA, 2005, p. 47).

Produto da modernidade, a noção de estado-nação tem procurado a legitimidade da existência do Estado. Ao reconhecer que os habitantes de um território sob controle estatal fazem parte da nação, criam-se laços de identificação que garantiriam uma base de apoio e lealdade ao Estado. Então, como observa Cortina (2005, p. 48), a constituição da nação e do Estado são contingentes e, ao mesmo tempo, artificiais e acrescenta que na atualidade “a ideia de nação que gera adesão e lealdade não é aquela que um grupo ou vários impõem coativamente, e sim a que livremente aceitam por se sentirem unidos por uma história comum, por alguns símbolos compartilhados, em um sentido amplo”.

Neste ponto do percurso, é pertinente abordar, embora brevemente, o conceito de cultura política, entendido como o conjunto integrado por valores, sistemas normativos, sentimentos, critérios, conhecimentos, práticas, ideias e expectativas, promovidas tanto pelas estruturas políticas do Estado quanto pela sociedade civil e que, internalizados pelos indivíduos de forma não homogênea, norteiam as regras gerais que orientam o comportamento na esfera pública e na atividade política (GONZÁLEZ GARCÍA, 2013).

Para Bobes (2007, p. 29), a heterogeneidade da “cultura política de cada nação supõe a coexistência de diversos modelos de orientação que fundam uma ordem onde alguns deles dominam o resto e definem a lógica predominante”. Os valores presentes na cultura política impactam a definição dos direitos e os critérios de inclusão e exclusão na comunidade política. Por conseguinte, a tolerância, o pluralismo, a igualdade, a justiça, solidariedade, o respeito, são valores necessários para o normal exercício dos direitos cidadãos. Adotá-los significa ter consciência dos nossos próprios direitos e assumirmos o compromisso de reconhecer os direitos do outro. Esses valores, junto como o diálogo, o respeito pela legalidade e pelas autoridades legitimamente constituídas, favorecem o funcionamento dos regimes democráticos.

Ao se tratar de âmbitos que também funcionam seguindo critérios de inclusão e exclusão, as noções de sociedade civil e espaço público fazem parte da dimensão simbólica da cidadania. As narrativas que circulam no espaço público podem demarcar como os indivíduos fazem parte ou não da sociedade civil [e também a legitimidade de sua presença no espaço público] e o motivo pelo qual os



modelos de cidadania prevaletentes nos sistemas políticos modernos resultam da forma como a esfera pública é concebida (BOBES, 2007).

#### **1.4 Da cidadania democrática radical**

Ao refletir sobre a noção de cidadania nas sociedades contemporâneas, Chantal Mouffe (2012) percorre as contribuições do liberalismo e do republicanismo-cívico. Mouffe comenta os aspectos positivos da noção liberal de cidadania, mas critica a redução da cidadania a um status legal e ao reconhecimento dos direitos negativos e aponta para a ausência, na abordagem da maioria dos pensadores e políticos liberais, de ideias como consciência pública, participação, atividade cívica e comunidades. De outra parte, embora o republicanismo cívico pondere o valor da participação política e o envolvimento dos sujeitos na comunidade política, a dificuldade da noção comunitarista de cidadania está em não conseguir conciliar a consecução do bem comum com a garantia dos direitos individuais, nem com as características da democracia moderna e o pluralismo político. Segundo Mouffe (2012, p. 289, tradução nossa), alguns autores comunitaristas ponderam o bem em detrimento dos direitos individuais, o que leva à rejeição “do pluralismo liberal e ao retorno a um tipo de comunidade organizada em função de valores morais compartilhados e de uma ideia substantiva do bem comum”.

A filósofa belga (2012) defende o resgate do melhor de ambas as tradições: a universalidade dos direitos, a inalienabilidade das liberdades negativas, a centralidade do indivíduo, no caso do liberalismo, e do republicanismo cívico, a importância da procura do bem comum, a ideia de comunidade, o ativismo cívico e a participação dos cidadãos, para além do voto, nos processos decisórios que afetam o coletivo. Se bem entendemos, ela sugere uma nova forma de comunidade política democrática que seja alternativa não só ao conjunto de indivíduos desinteressados pelos assuntos públicos comuns, mas à ideia de uma comunidade pré-moderna, organizada em função do bem comum. Assim, devemos salientar que nas atuais sociedades democráticas não existe uma única ideia substantiva do bem comum, dado que a discussão acerca da dimensão substantiva do comum e do bem comum é conformada pelo efeito de fatores objetivos (interesses econômicos e políticos) e subjetivos (ideologia, religião, identidade, lealdades políticas, cultura) sendo, portanto, sempre negociada e renegociada a todo momento.

Em *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una política democrática radical*, Mouffe e Laclau (1987) defenderam que mais do que um status inerente aos indivíduos inseridos em uma sociedade, a cidadania é uma forma de identidade política que não está dada, mas deve ser construída a partir da experiência, nas interações entre os indivíduos e por meio da participação ativa nas práticas políticas do cotidiano. Logo e segundo Mouffe (2012), ao entender a cidadania como uma identidade política criada, por meio da identificação com a *respublica*—aspecto que autora tomou da concepção arendtiana de esfera pública—, a noção de cidadão adquire novos significados. Isso não implica o descarte dos direitos

negativos, porém a ênfase não está neles, nem na relação dos indivíduos com o Estado e as leis, senão na identificação dos indivíduos com a *respublica*.

“A criação de identidades políticas de cidadãos democráticos radicais depende” de alguma “forma de identificação coletiva entre as demandas democráticas” que diversos movimentos sociais apresentam. Portanto, a noção de cidadania democrática radical “almeja a construção de um ‘nós’, uma cadeia de equivalência entre suas demandas, com o intuito de articulá-las, por meio do princípio da equivalência democrática”. No entanto, a cidadania radical não se refere às tradicionais coalizões ou alianças políticas tradicionais, mas objetiva a modificação da própria identidade dessas forças. A hegemonia das forças democráticas requer uma identidade política comum ou coletiva entre os atores sociais tomados como cidadãos democráticos radicais; entendida como “uma interpretação democrático-radical dos princípios de liberdade e igualdade”. Isso requer que a interpretação desses princípios seja feita de uma forma que abarque “as diferentes relações sociais e posições de sujeito nas quais elas são relevantes: gênero, classe, raça, etnicidade, orientação sexual, etc.”. (MOUFFE, 2012, p. 297, tradução nossa, grifos no original).

Como a própria Mouffe (2012) adverte, para que sua noção de cidadania seja compreensível, o agente social não pode ser concebido “como um sujeito unitário, mas como articulação de um agrupamento de posições do sujeito, construída no interior de discursos específicos e sempre precária e temporariamente suturada na interseção daquelas posições de sujeito” (p. 298). Tal perspectiva não essencialista deve ser aplicada às noções de *respublica*, *societas* e comunidade política, pois, para que a noção de cidadania democrática radical faça sentido, é preciso entender tais noções como “superfícies discursivas” – esferas públicas em chave arendtiana – e não como referentes empíricos (MOUFFE, 2012, p. 298).

Em síntese, para Mouffe (2012, p. 299), tradução livre), a cidadania democrática radical pressupõe “a identificação com os princípios ético-políticos da democracia moderna, de que podem haver tantas formas de cidadania quantas forem as interpretações desses princípios”. Ao colocar a observância dos princípios da democracia moderna como algo central, o conceito de cidadania radical vai além das definições tradicionais. No olhar da filósofa belga, múltiplas formas de cidadania envolvem o reconhecimento de identidades dissolvidas, invisibilizados pelas noções de cidadania, sujeito coletivo, classe social ou novo homem/mulher socialistas. No âmbito da democracia radical, o cidadão não é apenas um receptor passivo de direitos e deveres definidos pelo Estado. Mouffe defende uma visão ativa da cidadania, concebendo-a como um exercício de democracia que acarreta a participação em uma comunidade política, definindo a ação a partir de uma perspectiva comum, não como um indivíduo isolado.

Assim, a noção cidadania está conectada com a noção do empoderamento, já que os cidadãos geram poder na medida em que participam ativamente em ações que redefinem suas próprias

identidades, as identidades de outros e o ambiente social (RODRIGUEZ, 2001). A cidadania, aponta Wolin (2012), tem a ver com a capacidade de gerar poder, com a capacidade de compartilhá-lo e de cooperar nele, pois é dessa forma que as instituições e as práticas se sustentam. De acordo com Rodríguez (2001), a teoria da democracia radical, apresentada por Chantal Mouffe, reformula a maneira de representação do poder, e também a forma como a cidadania é expressa. Como dito, esta teoria vai além das noções de cidadania precedentes ao definir o sujeito político como o indivíduo que expressa sua cidadania de múltiplas formas, transformando códigos simbólicos, identidades historicamente legitimadas e relações sociais previamente fixadas.

Portanto, concordamos com Navarro Díaz (2010) quando afirma que ser cidadão e cidadã, significa gerar poder – em meio das relações cotidianas – e usar esse poder para a transformação da comunidade, conforme uma utopia ou visão de futuro. O pesquisador colombiano salienta a diversidade (de atores, identidades, visões de mundo) e o pluralismo presentes nas sociedades contemporâneas e adverte que “uma comunidade política moderna não pode mais ser pensada em torno de uma única ideia do bem comum”, pois “a reativação de uma ideia de cidadania não pode acontecer à custa do sacrifício da liberdade individual” (p. 39, tradução nossa).

Em grupos da sociedade civil, gerados livre e espontaneamente, as pessoas aprendem a participar e a se interessar pelas questões públicas, pois a participação direta nas arenas deliberativas formais (parlamento, poder executivo, instituições, empresas, etc.) nem sempre é possível. Em outras palavras, a sociedade civil e, obviamente, as redes de espaços públicos, são a escola da cidadania. E falando em escola, cabe salientar que a cidadania é resultado de seu exercício, ou seja, “de uma prática, a aquisição de um processo que começa com a educação formal (escola) e informal (família, amigos, meios de comunicação, ambiente social)” (CORTINA, 2005, p. 30).

No entanto, ainda que concordemos com Cortina (2005), a autora não atenta para as limitações de diversos tipos que podem excluir milhares de pessoas dos espaços onde a cidadania é exercida ou onde o indivíduo se prepara aprendendo e atuando como cidadão. Nesse sentido, a comunicóloga María Cristina Mata (2006) lembra que a falta de acesso à educação básica, ao trabalho e as condições que permitem uma vida digna, faz com que muitas e muitos não sejam reconhecidos como capazes para ser parte da *respublica*. Essa exclusão ou silenciamento abrange as dissidências interseccionais que articulam gênero, raça, classe e a formulação de políticas que considerem, ao mesmo tempo, o singular e o universal. Portanto, não apenas os pobres são excluídos, mas diversos sujeitos e identidades (MOUFFE, 2012).

### 1.5 Transgressão e dissenso: cidadania insurgente

Na apresentação do conceito de cidadania tutelada, Calmon de Passos (2002) adverte que a cidadania plena efetiva não pode ser dada ou outorgada. Ela é sempre a conquista de uma parcela do poder, de parte dos indivíduos interessados em se libertar “de todo esse ‘paternalismo’ institucional que desmobiliza, enfraquece a efetiva construção, entre nós, de uma democracia a partir das bases, vale dizer, uma democracia real”. Independentemente do regime político ou modelo econômico adotado pelos Estados, a cidadania é uma expressão do poder político, a cota de poder dos governados sobre os governantes. Ao ser um poder e um processo de conquista, a cidadania não pode ser resultado de sua mera enunciação em normas jurídicas ou em discursos de qualquer índole, mas “de sua existência inequívoca, como fato, no conviver político cotidiano, institucionalizado, substancialmente, não apenas formalmente” (CALMON DE PASSOS, 2002, n.p.), quer dizer, de seu exercício constante.

Essa reflexão nos conduz a duas noções relacionadas entre si: cidadania insurgente (HOLSTON, 1996) e cidadania ativa insurgente (KELLER, 2014). Ambas concebem a cidadania como um exercício dos direitos reconhecidos formalmente, mas não regulamentados ou submetidos aos constrangimentos apontados por Calmon de Passos (2002). Ao mesmo tempo e, sobretudo, entendem a cidadania como uma luta pela conquista de novos direitos e pelo restabelecimento daqueles vulnerabilizados pelo poder público ou pelos interesses de empresas de capital privado.

O conceito de cidadania insurgente de James Holston (1996) foi concebido à luz das tentativas de superação do projeto liberal-desenvolvimentista, promovido no Brasil na década de 1960. Ao longo da discussão e da descrição dos processos de gentrificação em São Paulo para forçar a saída dos trabalhadores pobres de áreas da cidade objeto da especulação imobiliária, Holston oferece elementos para entendermos que o projeto capitalista modernizador impulsionado pela elite brasileira não cumpriu a promessa de satisfazer as necessidades e demandas de todos os setores da cidadania, pois o crescimento econômico não significou a superação das desigualdades seculares.

Nesse cenário de luta pelo direito à moradia e à cidade, o exercício da cidadania foi se transformando por meio da emergência de novos sujeitos que reivindicavam ao Estado a implementação dos direitos humanos reconhecidos formalmente. As dinâmicas migratórias internas, a industrialização e desindustrialização e os processos de redemocratização política na América Latina, acontecidos ao longo do século XX, provocaram mudanças que constituíram focos de cidadania emergente que contrariavam o marco normativo e o senso comum que viam no âmbito estatal a única fonte dos direitos necessários para o exercício da cidadania ativa. Nesse sentido, o termo insurgente refere-se a “novas e/ou outras fontes de cidadania e à afirmação de sua legitimidade” (HOLSTON, 1996, p. 244).

Essas práticas reivindicatórias enfrentam formas de exclusão e de repressão que tentam obstaculizar os avanços que surgem a partir dos embates ou interseções em que a insurgência aparece,

daí que para Holston (1996) a cidadania insurgente pode surgir em espaços, coletivos, grupos, organizações categorias profissionais ou classes sociais que criam novas práticas e identidades que alteram a ordem ou status quo pré-estabelecido. No caso, a cidade não é apenas “um receptáculo desses processos de insurgência, mas também como seu objeto – um espaço de identidades emergentes e sua organização social” (p. 250).

O estudioso analisa as transgressões, porque é nessas brechas que “percebemos o dinamismo da sociedade”. “Esse dinamismo e sua percepção constituem os objetivos teóricos de um planejamento ligado às formas insurgentes do social” (HOLSTON, 1996, p. 250). Ao se tratar de uma transgressão ou interrupção da ordem, a noção de cidadania insurgente parece se aproximar do conceito de liberdade real de Zizek (2008), tido como a única com a capacidade de ultrapassar as coordenadas ou limites traçados por uma dada situação.

Em diálogo com a noção de cidadania insurgente apresentada por Holston (1996), mas a partir de uma perspectiva marxista que vai além das singularidades do projeto desenvolvimentista no Brasil para fazer uma crítica ao capitalismo em si, o jurista Rene José Keller (2014, p. 514) afirma que a noção de cidadania ativa implica “o engajamento fático de dado indivíduo/grupo na conquista ou efetividade de um direito”. De acordo com o autor, “a cidadania ativa se reveste de uma prática social qualificada, motivada por demandas sociais objetivas, com vistas à conquista ou concretização de dado direito que está sendo infringido ou ainda não foi tema de regulamentação”. Trata-se de uma forma de cidadania praticada e promovida por “minorias ativas” que podem gerar espaços de resistência, como as ocupações urbanas pelo Brasil fora.

A cidadania ativa visa à real implementação direitos que, embora previstos em lei, não são exercidos não prática, seja por falta de regulamentação ou pela inação do poder público. Ao mesmo tempo, o exercício da cidadania ativa envolve lutar pelo reconhecimento jurídico-estatal de demandas ou de direitos inerentes à pessoa humana. Segundo Keller (2014), os sujeitos que integram as “minorias ativas insurgentes” reivindicam do Estado “uma demanda socialmente reprimida” (p. 517). O exercício da cidadania ativa pode ser orientado “por um forte sentimento de desobediência, de franca transgressão, representando, antes de tudo, a capacidade do ator socialmente engajado de prospectar e viver, em primeira pessoa, a mudança que pretende transpor para o mundo objetivo” (p. 514). Tais insurgências podem levar à conformação “de espaços de convivência em que o cotidiano imposto pelo capital, amparado pelas normas jurídicas, não predomina, cedendo lugar para os focos de resistências e emancipações, os quais devem ser encontrados principalmente nos centros urbanos” (idem). Assim,

A cidadania insurgente é manifestada por todas as subjetividades coletivas (minorias ativas) que impulsionam o processo de conquista, manutenção

ou efetividade de direitos, procedendo a uma abertura forçada do formalismo jurídico-institucional, atuando em prol das emancipações possíveis. A ordem estatal, estabelecida na arcaica divisão de poderes, é balizada pelo que se denomina de “monismo jurídico”, o qual não reconhece a possibilidade de criação de direitos fora das suas fontes oficiais (KELLER, 2014, p. 515).

Keller (2014) explica ainda que dado seu caráter transgressor, a cidadania ativa insurgente não visa atuar nas arenas deliberativas formais, notadamente o legislativo, nem criar uma normatividade jurídica alternativa. Segundo ele, “o seu desenvolvimento típico ocorre nas práticas sociais emancipatórias”. Dessa forma, os cidadãos ativos insurgentes exigem a efetivação de seus direitos pela via direta não institucionalizada o que, ao nosso olhar, pressupõe falta de credibilidade no sistema tradicional de representação política. Ainda segundo o jurista brasileiro,

À medida que as reivindicações populares penetram nas rígidas estruturas de poder, mediante a ação combativa insurgente, fazendo com que haja o reconhecimento estatal da postulação, obrigatoriamente está-se defrontando com o processo de abertura forçada do Direito, em que as práticas sociais contestatórias influem autenticamente na produção ou consolidação normativa. Isso coloca os cidadãos insurgentes como legítimos atores na produção social do Direito, com plena habilidade de interferir na produção jurídico formal, no instante em que extraem uma demanda do seu local de surgimento e a reproduzem nas esferas de poder (KELLER, 2014, p. 518).

A insurgência que define essa forma de cidadania se reveste de “práticas sociais de emancipação, com forte cunho libertário de alguma forma de opressão, seja ela estrutural ou superestrutural” (KELLER, 2014, p. 515). Em Keller (2014) o sentido atribuído ao termo “insurgente” difere da forma como James Holston o emprega em seu conceito de conceito de cidadania insurgente. Para Holston (2013), o termo insurgente, usado para entender a luta pelo direito a uma moradia em São Paulo, não é normativo porque carece de um valor moral ou político inerente. Isso significa que as cidadanias insurgentes podem não ser justas ou democráticas, populistas ou socialistas.

Junto com James Holston (2013) consideramos que o caráter normativo do insurgente não deve ser reduzido às singularidades ideológicas, morais e identitárias de determinados atores ou organizações sociais. A potência normativa do “insurgente”, como também salienta Keller (2014), está nas práticas que tensionam uma ordem social e judicial dada e nas novas identidades e fazeres que geram, no intuito de defender, ampliar e conquistar aquilo que determinados indivíduos ou coletivos de cidadãos consideram ser um direito que deve ser exercido plenamente. No entanto, num mundo perpassado por diversas ideologias e perspectivas, a cidadania ativa insurgente não deveria ser entendida como uma

prática privativa das esquerdas, já que isso significaria reduzi-la as lutas contra a opressão, a contradição capital-trabalho ou em favor dos projetos de emancipação quando norteados pelos ideais do marxismo.

Uma visão mais abrangente seria entender a cidadania insurgente como um gesto disruptivo que altera os lugares e os papéis que uma determinada ordem social atribui aos indivíduos. Trata-se, nas palavras de Jacques Rancière (1996), de uma cena de dissenso que resulta da alteração na distribuição desses lugares e papéis e faz com que sejam criadas condições de aparecimento para os sujeitos políticos e para a própria política, também entendida como a ruptura de uma ordem pré-estabelecida. Desta forma, é possível entender a cidadania insurgente como um ato de dissenso que contesta e que busca superar as mais diversas formas de opressão.

Neste capítulo foram apresentadas contribuições acerca da origem, das definições, da evolução e da prática da cidadania a partir do ponto de vista de autores latino-americanos e de outras latitudes. As diversas definições até aqui apresentadas mostram que a cidadania vai além do status legal que se estabelece a partir da relação fática indivíduo-Estado. Conforme o entendimento da maioria dos autores acionados, a cidadania parte do reconhecimento e, principalmente, da prática de todos direitos humanos. Evidenciamos que a ponderação dos direitos sociais, junto com a interdição ou instrumentalização dos direitos políticos e civis, pode gerar uma sociedade de ‘estadanos’, ou seja, de pessoas subordinadas e incapazes de contestar os excessos do Estado, responsável por garantir as condições materiais para o exercício dos direitos sociais e econômicos mais básicos. Contudo, foi frisado que, mesmo em regimes democráticos, a ausência ou presença de políticas públicas que limitem o exercício pleno dos direitos humanos dificultam a constituição de uma cidadania ativa. Ao mesmo tempo, as limitações impostas ao exercício de tais direitos, gerando desigualdade, pobreza, marginalização da redistribuição de renda e exclusão da comunidade política também podem gerar uma cidadania insurgente, a partir a da luta pela conquista desses direitos.

No capítulo seguinte serão abordados conceitos de direitos, liberdade, liberdade de expressão/imprensa nos pensamentos marxiano, marxista, leninista e marxista-leninista, levando em conta sua importância na definição da cidadania e dos postulados que embasaram as políticas e normas legais que regulavam o exercício dos direitos à comunicação na União Soviética e nos regimes de viés soviético. Em seguida, descreveremos as características do modelo de imprensa soviético, em razão de sua influência no modelo midiático adotado em Cuba após o triunfo da Revolução de 1959.

## **CAPÍTULO 2. DIREITOS, CIDADANIA E MÍDIA: DO MARXISMO AO SOCIALISMO REAL**

### **2.1 Marx e o direito à liberdade**

A defesa dos ideais de liberdade, autorrealização, igualdade e comunidade orientou o pensamento de Karl Marx, que acreditou na possibilidade de uma forma superior ou alternativa de sociedade que garantisse verdadeiramente o pleno e livre desenvolvimento de cada indivíduo. A partir da análise da realidade concreta da sociedade capitalista, o filósofo alemão entendeu que independentemente dos princípios considerados universais e das concepções normativas sobre os direitos humanos, o desenvolvimento individual das pessoas e, conseqüentemente, da liberdade plena, não seriam possíveis sem a superação da precariedade material causada pela exploração da burguesia capitalista sobre as classes trabalhadoras (ROJAS FABRES, 2014). No olhar de Marx, a liberdade somente se concretaria depois da libertação de qualquer forma de opressão e da superação das necessidades materiais que obstaculizam que os indivíduos definam livremente suas ações (MIGUEL, 2021).

O pensamento de Marx reconhece que, em cada sociedade, os princípios morais e as normas jurídicas expressam os interesses da classe dominante e contribuem para encobrir os conflitos classistas sob a suposta igualdade de todos perante a lei. Essa crítica não significa um desprezo pelos direitos humanos em si, mas adverte que, na prática, o capitalismo nega sua própria moral, constituída em torno dos princípios humanistas de liberdade, dignidade e igualdade (ROJAS FABRES, 2014) oriundos da ilustração. Meszáros (2008, p. 161) salienta que a crítica marxiana não foca nos direitos humanos em si, mas no uso dos supostos “direitos do homem como racionalizações pré-fabricadas das estruturas predominantes de desigualdade e dominação”.

Em Marx, o reconhecimento formal dos direitos humanos serviu como “meio de legitimação apto a ser utilizado pela classe burguesa na construção jurídica do Estado para a dominação e opressão de outras classes marginalizadas e vitimizadas pela exploração do capital”. Por trás desse pressuposto está o caráter “universalizante, abstrato e genérico dos direitos de liberdade”. Desta forma, o Estado pode “camuflar realidades sociais díspares e de exclusão, uma vez que, teoricamente, cada indivíduo é livre para gozar de todos os direitos”(ABOBOREIRA, 2014, p. 5).

Essa garantia formal de operacionalização do próprio Estado político constitui-se em pedra angular a permitir o desenvolvimento da sociedade burguesa, à medida que, materialmente, todos os homens, agora considerados enquanto pertencentes a diferentes classes, jamais alcançarão a concretização plena dos direitos humanos, estando, portanto, permanentemente subordinados à classe dominante (ABOBOREIRA, 2014, p. 5).



Destarte, a proposta de Marx consistia em que o modelo capitalista fosse avaliado com base em seus próprios princípios. De acordo com Luiz Bicca (1987), a análise marxiana demonstra que estes princípios não se concretizam numa sociedade pautada por um modo de produção fundado “na negação da liberdade plena, da dignidade humana e da igualdade de oportunidades – fazendo da exploração uma forma de instrumentalização do indivíduo” (p. 180). Portanto, a democracia burguesa pode e deve ser julgada a partir dos elementos teóricos e filosóficos que a fundamentam. Assim, a exploração e a desigualdade inerentes ao modo de produção capitalista contradizem as promessas da emancipação que impulsionaram as revoluções burguesas.

Em *A questão judaica*, Marx ([1843], 2010) volta a analisar as concepções universais que idealizam a igualdade formal de todos os indivíduos nas sociedades regidas por um Estado de direito, bem com a relação entre a emancipação política e a emancipação humana. Ao longo desse ensaio, o economista não abriu mão da importância da emancipação política e da conquista dos direitos civis, mas seu principal interesse, como salienta Rojas Fabres (2014, p. 177), foi identificar “os limites e a transitoriedade destas conquistas rumo à emancipação efetivamente humana”. Marx (1843) explica que um dos desdobramentos do estreito vínculo entre a liberdade e a propriedade privada é, precisamente, a defesa de interesses e objetivos particulares que contrariam a universalidade atribuída aos direitos e liberdades de todas as pessoas. Essa contradição, salienta Souza Guedes (2011, p.158), exprime “a dicotomia entre igualdade formal e desigualdade real”, típica das sociedades organizadas em função de interesses privados.

Em Karl Marx,

A igualdade da sociedade capitalista é apenas formal, ela vale para essências, para o ser-em-si, mas nunca no mundo sensível, no âmbito material. Ela é a igualdade no Estado como abstração político-jurídica da sociedade (civil) burguesa, de forma alguma uma igualdade *na* última. Este significado de igualdade aparece em geral legitimada na forma do direito natural. De acordo com isso, ela é a única compatível com a liberdade, na maioria dos tratados políticos de cunho liberal clássico e nas teorias filosófico-sociais do Iluminismo. Ela levanta a autonomia entre liberdade e igualdade material, que ainda hoje se encontra no centro da polêmica político-ideológica em torno das vantagens e desvantagens da democracia liberal (BICCA, 1987, p. 150)

Além do vínculo liberdade-propriedade, Marx remete à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão para demonstrar que um individualismo contrário ao sentido de comunidade perpassa a noção de liberdade defendida pelo liberalismo. Ao defini-la como toda ação que não prejudique ao próximo, a

liberdade não diz respeito à convivência entre os seres humanos, mas à sua separação e isolamento. Em suas palavras,

O limite dentro do qual cada um pode mover-se de modo a não prejudicar o outro é determinado pela lei do mesmo modo que o limite entre dois terrenos é determinado pelo poste da cerca. Trata-se da liberdade do homem como mônada isolada recolhida dentro de si mesma (MARX, 2010, p. 50.):

No entanto, o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro. Trata-se do direito a essa separação, o direito do indivíduo limitado, limitado a si mesmo.

A aplicação prática do direito humano à liberdade equivale ao direito humano à *propriedade privada*.

Visto assim, numa sociedade capitalista, o direito à propriedade privada constitui a “aplicação prática do direito humano da liberdade”. Afinal, trata-se do “direito do interesse pessoal”, de desfrutar do patrimônio sem se ocupar da sorte do resto dos membros da sociedade. Assim, a liberdade individual, “fundamento da sociedade burguesa”, “faz com que todo homem encontre noutros homens não a realização de sua liberdade, mas, pelo contrário, a limitação desta” (MARX, 2010, p. 50). Essa perspectiva normalizou a natureza individualista e privada dos direitos civis, entendidos como os direitos (negativos) dos indivíduos contra o Estado. Contudo, esses direitos reconhecidos não seriam exercidos plenamente por todos os indivíduos, mas pelos detentores da propriedade privada. Dessa forma, a liberdade é um direito exercido pelo homem-proprietário, ou seja, o burguês.

Contudo, segundo Bicca (1987), apesar de que, na sociedade capitalista, o ideal de cidadão tenha sido reduzido à aparição do burguês, sua promessa não se esgota ética nem politicamente nessa figura histórica e de classe, pois

As grandes conquistas da sociedade civil moderna – liberdade de reunião, liberdade de imprensa, liberdade de coalizão, segurança, direito de resistência contra a exploração e a repressão, portanto, direito a greve, entre outros – não podem ser eliminadas simplesmente a partir do ponto de vista da suposta aspiração por uma sociedade sem classes, e isto é ainda tão mais válido enquanto persistirem as classes sociais (BICCA, 1987, p. 151)

Nesse sentido, a crítica marxiana dos direitos humanos reconhecidos pelas sociedades burguesas do século XIX pretende mostrar “os limites históricos e a origem social de sua compreensão da

liberdade”, ou seja, não está dirigida “contra liberdade em si”, mas a um tipo de liberdade incompleta, ilusória e até falsa, devido aos constrangimentos provocados pela exploração capitalista dos trabalhadores (BICCA, 1987, p. 199). O que Marx procurou, no olhar de Bicca (1987, p. 199), foi a “suprassunção de um conceito de liberdade” e não a “supressão unilateral da liberdade”.

Na contramão da concepção individualista, Marx define a liberdade como

(...) um atributo constitutivo do ser social e, como tal, inerente ao gênero humano e não aos indivíduos sociais atomizados em esferas que o limitam ao horizonte da propriedade privada que inverte o sentido do que constitui a sociabilidade humana: o trabalho. Estabelece as bases de uma nova ontologia que demarca o rompimento com a metafísica clássica e que traduz a necessária relação entre a liberdade e a construção de uma nova sociabilidade, possível apenas com a superação da propriedade privada (SOUZA GUEDES, 2011, p. 159).

Segundo Souza Guedes (2011, p. 159), o filósofo alemão demonstra que, no modo de produção capitalista, os operários, ao venderem sua força trabalho, são transformados em objetos e mercadorias e, portanto, perdem sua condição de sujeitos de direito. Submetidos “à miséria e ao encurtamento da vida, as aspirações humanas” dos integrantes da classe trabalhadora “são substituídas pelo consumo e pela produção, os quais se fundam como pilares de uma liberdade ilusória e que se afirmam como conquistas individuais associadas à propriedade”.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2007) asseguraram que “somente na comunidade [com outros que cada] indivíduo tem os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos” (p. 64, colchete no original). Contudo, de acordo com Miguel (2021, n.p.), seria errado afirmar que o marxismo obriga a um coletivismo radical ou promove um “igualitarismo insensível às diferenças”, daí que o pensador alemão não propunha o sacrifício do indivíduo em prol do coletivo, mas a ideia de que a sociedade se organize “de maneira a servir igualmente a todos, em vez de penalizar muitos para benefício de poucos”.

Essa organização ou construção envolve a “superação da propriedade privada”, que significa a “superação do trabalho alienado”. A nova sociedade demonstraria sua superioridade a partir da “reafirmação dos valores negados pelo capitalismo”, não pela sua supressão. Para Marx, além de rechaçar o capitalismo “por degradar a dignidade e a autonomia dos homens”, se faz necessário “organizar uma sociedade onde sejam realizados, de fato, estes princípios”. Uma sociedade que, para atingir tal nível de igualdade e justiça deve ser, conforme o pensamento de Marx, Engels e seus continuadores, comunista (ROJAS FEBRES, 2014, p. 173-176, colchetes nossos). Nela, a superação das

necessidades “permitiria também uma ultrapassagem das noções de igualdade e desigualdade” e “reinaria a plena liberdade” (MIGUEL, 2021, n.p.).

A partir do que foi destacado anteriormente, se entende que, no pensamento marxiano, a liberdade tem um significado negativo e positivo. O primeiro, tende a entendê-la como emancipação: a libertação dos constrangimentos sociais e das necessidades e carências materiais. O segundo, entretanto, se associa a uma comunidade humana superior, sem classes sociais, que garanta o desenvolvimento pleno do ser humano. Ou seja, é uma liberdade que vai além da emancipação política diante do Estado (BICCA, 1987).

Concordamos com Miguel (2021) quando afirma que apesar do carácter utópico, a sociedade almejada por Marx e seus continuadores visava à “ampliação da liberdade humana, ainda que o carácter não democrático dos regimes políticos instituídos na extinta União Soviética e noutros países tidos como socialistas tenha contribuído para desassociar o pensamento marxista da defesa da liberdade e emancipação humana”.

Junto com Aboboreira (2014, p. 10) consideramos que as discussões teóricas sobre a ascensão da classe explorada ao poder do Estado e a posterior instauração do comunismo se mostram insuficientes para pôr fim a contradições que, conforme Marx, são inerentes à sociedade capitalista, ainda mais se questão é o binómio “emancipação/liberdade”. Isso porque a classe que assumiria o poder para conduzir a extinção do Estado, o Direito e as classes sociais, “terá que lidar com o problema de como satisfazer necessidades ilimitadas com recursos limitados nos campos económico filosófico e existencial”. De outra parte, a libertação das necessidades materiais garante uma vida digna, decerto, mas não garantem por si só, “a plenitude da vida humana verdadeiramente emancipada e consciente”, como demonstraram as experiências de socialismo de Estado e dos estados de viés previdenciário.

Há mais dois aspectos do pensamento marxiano que devemos destacar. O primeiro é a tese de que a transição do capitalismo para uma sociedade sem classes sociais e sem estado seria inevitável e, como em revoluções sociais anteriores, não poderia prescindir da violência (MARX, 2007). Aqui, o determinismo marxista se apoia na existência de leis históricas, ou seja, de regulações universais que orientariam a evolução das sociedades humanas. A crença em leis históricas é uma herança da filosofia hegeliana, que postulou que tais leis são a expressão da Razão, “entendida como força objetiva e subjetiva que está presente nas ações históricas dos homens e na cultura material e intelectual”. Assim, a história é tida como “processo lógico e teleológico” ou “um progresso da consciência e da realização da Liberdade”. Nessa perspectiva, o percurso histórico é ascendente, vai na direção de “formas de humanidade superiores” que indicam um crescimento quantitativo e qualitativo” (MARCUSE, 1975, p. 9, tradução nossa).

Marx, explica Marcuse (1975, p. 9, tradução nossa), se apropriou dessa noção hegeliana e substituiu o idealismo que a perpassa pelo materialismo. Ou seja, a evolução histórica é resultado do desenvolvimento das forças produtivas, "o que não constitui progresso no domínio da realização da Liberdade, mas no campo da criação dos pré-requisitos da Liberdade". Portanto, no marxismo,

(...) a história não é a manifestação da Razão, mas apenas o oposto; A razão pertence exclusivamente ao futuro de uma sociedade sem classes, como uma organização social adequada para o livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas. O que é história para Hegel ainda é pré-história para Marx (MARCUSE, 1975, p. 9, tradução nossa).

Segundo Aboboreira (2014, p. 12), o determinismo histórico presente no pensamento marxista retira do ser humano a possibilidade de agência e de transformar conscientemente “a realidade em que vive com base em outros pressupostos que não aqueles determinados pela condição histórica que situa o indivíduo na classe dominante (sociedade burguesa) ou na classe oprimida (proletariado)”. Décadas depois, essa tese alimentaria o voluntarismo de revolucionários como Lenin e seria evocada pelo Estado soviético para instrumentalizar, limitar e até proibir o exercício de determinados direitos de seus cidadãos, assim como criminalizar o dissenso e o oposicionismo pacífico. O determinismo histórico marxista também propiciou que, na União Soviética e seus aliados, os partidos comunistas abraçassem a ideia da irreversibilidade do modelo socialista GARCÍA LUIS, 2013).

O segundo aspecto tem a ver com visão instrumentalista e o esvaziamento ético de determinados direitos humanos. Para Atienza (1983, p. 159), em Marx “os direitos humanos tinham um valor político, estratégico, mas não propriamente ético”. É o que mostram, conforme Aboboreira (2014) os textos produzidos pelo filósofo alemão, entre 1845 a 1852. Neles, os direitos humanos são vistos como “meios/instrumentos necessários e estratégicos para alcançar/implementar a sociedade comunista”. Assim, por exemplo, “as liberdades de imprensa e associação seriam fundamentais para articular e permitir a atuação do proletariado ainda dentro do chamado Estado de Direito (p. 5). Essa visão utilitarista e teleológica dos direitos seria levada *plus ultra* nos pensamentos e práticas leninistas e marxista-leninistas – tema que abordaremos com mais adiante.

Por fim, salientamos que em Marx temos um dos maiores críticos da concepção burguesa dos direitos e da liberdade. Contudo, as críticas marxianas, que apontam aos déficits da sociedade burguesa, não significam um rechaço *per se* à “superestrutura democrática de direitos e liberdades políticos” (BICCA, 1987, p. 203). Ainda que, como reconheceu Marx, o direito de propriedade exercido apenas pela burguesia obstaculize a concretização da liberdade humana plena, que a livre concorrência atinja o direito ao trabalho para todos, que as democracias modernas não tenham concedido direitos

fundamentais para o desenvolvimento dos seres humanos, os direitos civis e políticos já conquistados não devem ser abolidos, “através de sofismas circunstanciais pseudo-socialistas, com a finalidade de superar as deficiências éticas e políticas da democracia burguesa” (BICCA, 1987, p. 204).

A defesa dos direitos civis e políticos não significa “um endeusamento da democracia liberal como forma política irrevogável ou definitiva da sociedade humana” (idem). Nesse sentido, em vez de idealizá-la, a democracia liberal deve ser entendida como um “ponto de partida em um processo de desenvolvimento político autêntico, ela pode e deve ser aperfeiçoada” (p. 206), superada em termos qualitativos, mas não deve ser abolida para dar um passo rumo a regimes autoritários ou totalitários, que tampouco conseguem concretizar suas promessas de prosperidade e justiça.

## **2.2 A ditadura proletariado e a ditadura do Partido**

No final de 1912, Vladimir Ilyich Lenin afirmou que sem o reconhecimento das liberdades políticas, a Rússia não poderia viver nem se desenvolver, e que o proletariado era quem mais precisava desses direitos. Contudo, o mesmo direito que o líder bolchevique reivindicava para que a monarquia czarista autorizasse a publicação dos jornais da socialdemocracia seria restringido em prol dos objetivos da luta revolucionária (COCA, 1988).

Além de mostrar uma concepção utilitarista da liberdade, Lenin foi um crítico contumaz da democracia liberal, talvez por ter dedicado grande parte de sua energia à preparação de uma revolução socialista que derrotasse a monarquia e a burguesia. Embora tenha considerado que o estabelecimento de uma república burguesa na Rússia poderia ser uma etapa inevitável do percurso histórico, o principal objetivo de Lenin era atingir o comunismo, onde, em tese, a igualdade e liberdade se realizariam plenamente. Em 1899, preocupado com o crescente número de socialdemocratas que substituíam a luta revolucionária pela luta política para, através da democracia representativa, ampliar os direitos políticos e sociais da classe trabalhadora, escreveu:

A teoria de Marx esclareceu em que consiste a verdadeira tarefa de um partido socialista revolucionário: não inventar planos de reorganização da sociedade, não pregar aos capitalistas e seus lacaios que devem melhorar a situação dos trabalhadores, não para tramar conspirações, mas para organizar a luta de classes do proletariado e liderar esta luta, cujo objetivo final é a conquista do poder político pelo proletariado e a organização da sociedade socialista (LENIN, 1979, n.p., tradução nossa).

Em *O Estado e revolução* Lenin (1977) voltou a rechaçar a democracia liberal por considerá-la um instrumento de dominação do capital e, para demonstrar a inferioridade da democracia burguesa se comparada com a promessa do comunismo, assegurou que nas repúblicas democráticas burguesas a

democracia ainda estava limitada pela exploração capitalista e era usufruída pela minoria detentora da propriedade privada. Embora tenha reconhecido que em países como a Alemanha a estabilidade do regime democrático propiciou a organização política de milhões de trabalhadores, contrasta essa conquista com o baixo número de operários envolvidos em sindicatos e partidos, menciona mecanismos que obstaculizavam a participação ativa dos pobres e as mulheres na política e critica o parlamentarismo que obrigava os despossuídos a escolherem seus representantes entre os membros da classe dominante.

Diversos autores (BICCA, 1987; COCA, 1998, LYRA, 2013) reafirmam que o líder dos bolcheviques não ponderou as conquistas políticas da classe trabalhadora nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas. Lenin não concebia alternativas progressistas à revolução proletária e via a democracia liberal como um elemento retardatário, quer dizer, um obstáculo à luta contra a emancipação definitiva das classes trabalhadoras. De outra parte, a ponderação que o marxismo fez dos direitos materiais explica, conforme Marcuse (1975), o desprezo que tanto Lenin quanto o marxismo soviético manifestaram por liberdades que por si só não garantiam a segurança econômica de todos, nem beneficiavam às classes exploradas.

Todavia, o desapego de Lenin pela democracia liberal e suas instituições ficou mais evidente em diversos textos que publicou ao longo de 1918. Numa polêmica com o filósofo marxista tcheco Karl Kautsky, o revolucionário afirmou que a tentativa de demonstrar o caráter progressivo da democracia burguesa e de indicar que o proletariado podia utilizar seus procedimentos para lutar contra a burguesia era uma mentira liberal que visava enganar a classe trabalhadora. Sob o capitalismo, apontou, a democracia era limitada e falsa, pois beneficiava a burguesia (LENIN, 1977, n.p.).

Ao justificar o regime autoritário imposto pelo Partido Comunista, o líder político alegou que a luta pela conquista das liberdades civis e políticas correspondeu às revoluções que, num período anterior da história, instauraram regimes democráticos burgueses. Em prol de um regime superior, a tarefa de revolução socialista russa era a ditadura do proletariado para abolir, inevitavelmente, as classes sociais. Nesta nova etapa da história era preciso denunciar de “modo implacável os preconceitos democráticos pequeno-burgueses sobre a liberdade e a igualdade e a luta implacável contra esses preconceitos” (LENIN, 1978, p. 93, tradução nossa).

Ainda segundo Lenin (1978, p. 93, tradução nossa), pregar pela liberdade e igualdade, como direitos negativos, antes da abolição das classes sociais era uma forma de enganar os operários e a todos os “explorados pelo capital” e equivalia a “defender os interesses da burguesia”. Liberdade e igualdade sem abolição da propriedade privada era, “apenas uma mentira e uma hipocrisia da sociedade burguesa, que, com o reconhecimento formal da liberdade e da igualdade, esconde a verdadeira escravidão e a desigualdade econômica dos trabalhadores”.

Segundo Coca (1988, p. 185, tradução nossa),

Esse desprezo pelas liberdades tradicionais é consistente com a teoria e os fatos políticos de Lenin. Se Lênin acusou a democracia burguesa de defender falsos valores, porque eles só tinham validade para uma minoria, quando se viu em posição de reverter esse sistema e conceder à maioria o que até então lhe era negado, não pode deixar de desprezar esses mesmos valores, que não fazem mais sentido como uma reivindicação.

Em *O Estado e revolução*, a discussão da tese marxista sobre a extinção do Estado abrange a estatização dos meios de produção e o fim da democracia, tida como uma forma de Estado. Não obstante, se admite que para derrotar a contraofensiva da burguesia, depois que a classe trabalhadora tome o poder, a existência temporária do Estado é necessária. Como marxista, Lenin não acreditava na concepção hegeliana do Estado, mas diferentemente de Marx, defendeu um ponto de vista que reduz o Estado a um mero instrumento de coerção que a classe dominante usava para impor sua vontade ao resto da sociedade. No entanto, conforme a tese leniniana, durante a transição para o comunismo, o Estado não assumiria a forma de república democrática burguesa parlamentar, mas apoiado no poder dos soviets, se tornaria uma ditadura do proletariado que implementaria um regime democrático favorável à maioria explorada e, ao mesmo tempo, reprimiria os exploradores (LENIN, 1977b [1917]). Tal repressão significava a exclusão da burguesia da nova institucionalidade democrática. Ainda segundo o revolucionário russo:

A ditadura do proletariado, período de transição para o comunismo, estabelecerá pela primeira vez uma democracia para o povo, para a maioria, paralelamente à necessária repressão da minoria, dos exploradores. Só o comunismo está em condições de dar uma democracia verdadeiramente plena, e quanto mais plena for mais depressa se tornara supérflua, se extinguirá por si própria (LENIN, 1977b [1917], n.p.).

Após analisar os principais textos teóricos e políticos leninianos que abordaram o tema da liberdade, o filósofo Luiz Bicca aponta que, para Lenin, a instrumentalização da liberdade implica que ela “pode ser abolida se contradisser os interesses – a rigor reconhecidos e determinados pelo partido – do proletariado”. Em diversos escritos de Lenin se observa “o maior número de traços da concepção leninista da libertação do proletariado”, sendo eles: “a fetichização da autoridade, a centralização, um certo arbítrio na condução dos negócios políticos, a equivalência entre eficiência e mudança ‘de cima para baixo’, a atitude pedagógico-elitista em relação às massas e o desprezo ou minimização das experiências dos trabalhadores que se processam fora da iniciativa ou da esfera de influência do partido” (BICCA, 1987, p. 217, aspas do autor).



No prólogo do livro *Tratado de la servidumbre liberal*, de Jean-León Beauvois, Zizek (2008, online, tradução livre, grifos no original) explica a racionalidade da distinção entre liberdade formal (ilusória) e liberdade real (transgressora). Para Lenin, a 'liberdade' de crítica –solicitada pelos mencheviques – significava, de fato, a 'liberdade' dos opositores para enfraquecer o governo operário e camponês em nome da contrarrevolução. Segundo o filósofo esloveno, a primeira falha no raciocínio do líder bolchevique é a redução de todo um processo histórico "a uma situação fechada e completamente contextualizada, na qual as consequências 'objetivas' de nossas ações são completamente determinadas", isso, "independentemente de suas intenções". De outra parte, o lugar de fala de quem afirma que a liberdade não pode ser usada em prejuízo do poder constituído, pois “usurpa o direito de decidir o que nossos próprios atos 'significam objetivamente', de modo que seu aparente 'objetivismo' é a forma de aparecimento de seu oposto e isso é, de fato, um subjetivismo completo, já que, afinal, cada um decide o significado objetivo de suas ações, ao definir o contexto de uma situação”.

Nessa lógica, a partir da concepção de que o Estado e os governos soviéticos expressavam o poder das classes trabalhadoras, todos os seus opositores eram, conforme o objetivismo de Lenin, inimigos da classe.

Na contramão dessa "contextualização plena" da liberdade, expressa em frases de Lenin (liberdade para quem, para que classe, com qual objetivo?), Zizek (2008) enfatiza que "a liberdade é 'real' precisamente e unicamente pela sua capacidade de 'transcender' as coordenadas de uma dada situação, de "colocar os pressupostos" da própria atividade (como diria Hegel), isto é, de redefinir a própria situação na qual se está ativo". Em termos gerais, a oposição leninista entre liberdade formal e liberdade real refere-se ao fato de que a liberdade formal escolhe dentro das coordenadas das relações de poder existentes, enquanto a liberdade real indica o espaço de uma intervenção que mina as coordenadas delimitadas por um dado poder.

A liberdade verdadeira, então, refere-se a uma escolha verdadeiramente radical ou, nos termos de Jacques Rancière (1996), a uma cena dissensual em que uma certa forma de distribuição dos lugares e papéis sociais atribuídos aos indivíduos é alterada. Portanto, naquelas sociedades em que o Estado controla a redefinição do sentido, a finalidade da liberdade e a distribuição dos bens materiais que permitem seu exercício, as liberdades civis são transformadas em direito positivo. Então, seguindo Zizek (2008), a liberdade real, ou seja, a negativa, poderia ser chamada de liberdade ilegal ou insurgente.

O Estado soviético foi apresentado como uma forma efetiva da ditadura do proletariado que proclamou o domínio da classe operária e a negação das liberdades políticas das classes não trabalhadoras. Normas emitidas pelo governo bolchevique e pela primeira Constituição soviética, promulgada em julho desse ano, codificaram legalmente um novo regime que não seria um fenômeno temporário, mas uma forma estatal que além de manter uma luta constante contra a burguesia, cumpriria

as tarefas da transição socialista. O caráter ditatorial do Estado também justificaria o uso da violência revolucionária que seria mais dura nos momentos mais difíceis que a revolução deveria enfrentar (KAUTSKY, 2018).

Nas palavras de Lênin,

A transição do capitalismo para o comunismo constitui toda uma época histórica. Enquanto ela não terminar, os exploradores continuam a manter a esperança da restauração, e esta esperança transforma-se em tentativas de restauração (...) E atrás dos capitalistas exploradores arrasta-se uma grande massa da pequena burguesia que hoje segue o proletariado e amanhã se assusta com as dificuldades da revolução, cai no pânico à primeira derrota ou semiderrota dos operários, se enerva, se agita, choraminga, corre de um campo para outro... tal como os nossos mencheviques e socialistas-revolucionários (LENIN, 1977a, n.p.).

Em prol da derrota do capitalismo foi implementada uma ditadura que proibiu qualquer forma de oposição política, eliminou o direito ao sufrágio de uma parte da sociedade e interditou as liberdades civis às classes, grupos, partidos e indivíduos considerados inimigos do Estado. Ao mesmo tempo, essa forma de organização estatal respondia aos interesses da política exterior dos bolcheviques. Cientes de que a explosão de revoluções proletárias nos países capitalistas mais desenvolvidos propiciaria a vitória definitiva de um projeto político que ultrapassava as fronteiras da Rússia, os governantes soviéticos determinaram que a ditadura do proletariado permaneceria vigente até a derrota definitiva do capitalismo (KAUTSKY, 2018) e essa presunção foi convertida numa teoria aplicável a qualquer contexto.

### **2.2.3. Crítica marxista à noção de ditadura do proletariado**

Em meio ao auge da revolução socialista russa, Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo, dois dos pensadores e políticos marxistas mais importantes do século XX, questionaram as possibilidades emancipadoras da ditadura política implementada sob o comando de Lenin e o Partido. Tanto Kautsky (2018) quanto Luxemburgo (2017) afirmaram que os bolcheviques haviam instalado uma ditadura política e não uma ditadura da classe proletária sobre a burguesia. Seguindo Marx, ambos os pensadores asseguraram que a ditadura proletária remete a um estado de coisas em que o proletariado, sem erradicar a democracia, se torna a classe dominante; enquanto a ditadura política é uma forma de governo que elimina a democracia e os direitos dos cidadãos. Em seus respectivos ensaios, o político tcheco e a revolucionária polonesa insistem no fato de que a ditadura proletária não seria a antítese da democracia, mas a concretização do socialismo que, advertem, não pode existir sem a democracia e liberdades civis e políticas (KAUTSKY, 2018; LUXEMBURGO, 2017).

Em seu modelo ideal de ditadura de classe, Rosa Luxemburgo (2017) destaca a importância da esfera pública na formação política dos trabalhadores. Luxemburgo definiu a ditadura da classe operária como uma forma de democracia socialista que implica a radicalização dos direitos civis e políticos, para que as massas possam participar ativamente na vida política e na fiscalização e controle populares das atividades do governo. Uma democracia que superaria a subordinação das massas ao governo e as práticas políticas verticalizadas. Segundo ela, a primeira tarefa, após a tomada do poder pela classe trabalhadora, deve ser o estabelecimento de uma ordem política democrática que respeitasse o exercício dos direitos civis e políticos dos cidadãos, como condição imprescindível para a implementação do socialismo.

A partir de uma perspectiva que coloca as classes trabalhadoras como o sujeito da transformação revolucionária, Luxemburgo (2017) considera que a noção de ditadura defendida por Lenin é reducionista, porque negligencia que a educação do povo, enquanto o sujeito do processo, seria inviável num contexto caracterizado pela limitação ou supressão dos direitos civis e políticos que fazem possível o florescimento da vida pública, a “fonte da experiência política e evolução ascendente”. Contudo, acreditava que Lênin estava ciente de que a “prática do socialismo exige uma transformação completa no espírito das massas”, mas errava na escolha dos métodos para atingir esse fim. O “domínio do terror” imposto pelos bolcheviques desmoralizava a causa do socialismo, enquanto, segundo ela, somente “a mais ampla e ilimitada democracia, a opinião pública” e “a própria escola da vida [esfera] pública” levam ao renascimento da sociedade (LUXEMBURGO, 2017, p. 92-96).

Rosa Luxemburgo (2017, p. 86-101-100) não ignorava que nas sociedades capitalistas a exaltação das “liberdades formais” escondia a desigualdades e a exploração das classes subalternas, porém acreditava que a solução desse dilema consistia em incitar a classe trabalhadora “a conquistar o poder político para preenchê-lo com um conteúdo social novo” e não eliminar ou limitar a democracia. Noutras palavras, a revolucionária exortou a valorizar o conteúdo humanista dos princípios e direitos herdados do liberalismo democrático. Para ela, a tarefa histórica do proletariado é substituir a democracia burguesa pela democracia socialista, não eliminar a democracia. Nesse sentido, a instauração de uma tirania em nome do socialismo era um contrassenso.

O fato de Kautsky (2018) reconhecer a importância de um regime democrático para a emancipação da classe operária não significa que idealizasse a democracia burguesa, ou que a considerasse como um fim em si mesma. Para ele, socialismo e democracia eram meios para atingir o fim da opressão, da exploração e para a construção de uma sociedade sem classes. No olhar filósofo tcheco, o socialismo moderno devia ser, ao mesmo tempo, uma forma de organização social da produção e uma organização democrática da sociedade que:

Requer a autogestão econômica de toda a massa do povo. A organização estatal da produção por meio de uma burocracia ou da ditadura de uma única camada do povo não significa socialismo. O socialismo precisa da educação organizativa das amplas massas do povo, pressupõe numerosas organizações livres de caráter econômico e político e requer a mais absoluta liberdade de organização. A organização socialista do trabalho não deve ser uma organização de quartel (KAUTSKY, 2018, p. 22).

Para Kautsky (2018), a democracia moderna foi resultado das lutas pelos direitos políticos e nela o proletariado amadureceu. Ao mesmo tempo, a democracia significava o domínio político da maioria sem prejuízo da proteção da minoria oposicionista. Assim sendo, tanto o domínio da maioria quanto a proteção da minoria constituíam uma condição imprescindível para o desenvolvimento democrático. A aposta na democracia não faria com que a classe trabalhadora deixasse de ser revolucionária. Muito pelo contrário, pois graças à democracia os trabalhadores poderiam expressar livremente sua indignação e sofrimento sem renunciar à possibilidade de fazer a revolução política e social. A democracia, portanto, não erradicaria a luta de classes na sociedade capitalista, senão que por meio dela poderia se prescindir de métodos violentos para atingir o socialismo.

As ideias de Kautsky (2018) se entrelaçam com a essência de um dos fragmentos mais conhecidos do ensaio *A Revolução russa*, de Rosa Luxemburgo. Nele, a autora ponderou a necessidade de um regime de liberdade que permitisse a formação política das massas e a acumulação das experiências imprescindíveis para a concretização de uma forma de democracia socialista que objetiva emancipação dos seres humanos. Em uma crítica às restrições dos direitos políticos de uma parte da sociedade na Rússia soviética, a revolucionária marxista expressou que

Liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido – por mais numerosos que sejam –, não é liberdade. Liberdade é sempre a liberdade de quem pensa de modo diferente. Não por fanatismo pela “justiça”, mas porque tudo quanto há de vivificante, salutar, purificador na liberdade política depende desse caráter essencial e deixa de ser eficaz quando a “liberdade” se torna privilégio (LUXEMBURGO, 2017, p. 93).

A maturidade teórica e política de Rosa Luxemburgo fez com que ela previsse a burocratização, o formalismo e a paralisia que atingiria os soviets, designados como os únicos órgãos que representavam os interesses da classe operária. Luxemburgo adverte que “abafando a vida política em todo o país, a vida dos soviets ficará cada vez mais paralisada” e acrescenta que,

Sem eleições gerais, sem liberdade ilimitada de imprensa e de reunião, sem livre debate de opiniões, a vida se estiola em qualquer instituição pública,

torna-se uma vida aparente em que só a burocracia subsiste como o único elemento ativo. A vida pública adormece progressivamente, algumas dúzias de chefes partidários, de uma energia inesgotável e de um idealismo sem limites, dirigem e governam; entre eles, na realidade, uma dúzia de cabeças eminentes dirige, e a elite do operariado é convocada de tempos em tempos para reuniões, a fim de aplaudir os discursos dos chefes e votar de maneira unânime as resoluções propostas (LUXEMBURGO, 2017, p. 97).

E ainda segundo Kautsky (2018, p. 9, tradução nossa), no contexto europeu daquela época, a ditadura implementada pelos bolcheviques só poderia adotar uma forma bonapartista, consistente numa organização política centralizada sobre as massas populares e na superioridade do poder militar do governo. A classe trabalhadora acabaria subordinada ao despotismo dos líderes do Partido, impedindo seu desenvolvimento político e emancipação, pois em vez de se integrar num movimento de massas como sujeito histórico do processo, seria conduzida por uma minoria revolucionária. O filósofo preconizou que a vanguarda partidarista se separaria do povo de forma gradativa e, afinal, a referida ditadura do proletariado se tornaria uma ditadura de partido único sobre e contra o proletariado. Nessas circunstâncias, os militantes comuns só podem servir como executores das decisões tomadas pelas lideranças do Partido. Em condições de falta de democracia, a disciplina partidária seria imposta à classe que se pretendia libertar. Ao invés do "autogoverno e a independência das massas", o Partido fomentaria "a consciência de messias de seus dirigentes e seus hábitos ditatoriais".

Kautsky (2018, p. 53) também alertou sobre o perigo de que normalizar a ditadura era "a forma de governo que responde melhor os interesses da classe operária", com a conseqüente proibição de toda oposição, abolição do direito eleitoral e das liberdades de imprensa e organização para qualquer classe inimiga". E apesar das duras críticas que recebera de Lenin, a ditadura de Stalin demonstrou que o teórico da socialdemocracia não estava errado quando profetizou que a "ditadura conduziria "o partido que detém as rédeas do poder" a "tentar se manter por todos os meios, sejam limpos ou sujos, porque sua derrubada equivale ao seu colapso total" e que a "alternativa à ditadura de um partido é a sua destruição" (idem).

Em sua crítica à noção leniniana da ditadura do proletariado, Karl Kautsky (2018) abordou um aspecto fundamental para o movimento revolucionário marxista internacional, que já tinha provocado uma ruptura entre os seguidores de Lenin e os defensores do socialismo democrático: o caráter do partido revolucionário. Enquanto os socialdemocratas defendiam um partido com formas de participação mais flexíveis e aberto a simpatizantes e colaboradores, Lenin optou por um partido de quadros, formado por militantes dedicados e disciplinados, que exigiria a participação ativa e o engajamento político de seus integrantes e baseadas no princípio do centralismo democrático (LYRA, 2013), que reconhecia a

liberdade de discussão e debate dos militantes, de um lado, e o compromisso de que a minoria acataria e cumpriria as decisões adotadas pela maioria.

A teoria leninista sobre a libertação do proletariado surge num “contexto político-teórico carregado de censuras morais” (BICCA, 1987, p. 213). Em outras palavras, trata-se de uma teoria sobre um partido político de vanguarda, disciplinado e centralista que dirige a classe operária. O papel atribuído ao partido partiu do entendimento de que a consciência de classe dos trabalhadores russos levava a formas de luta que, afinal, não questionavam o sistema de exploração capitalista como um todo e, portanto, não visavam à revolução socialista.

Diferentemente de Marx, Lenin não acreditou que o movimento da classe-em-si para a classe-para-si pudesse acontecer de forma autônoma, autorregulada e espontânea, mas precisava de estímulos externos. Assim sendo, a classe operária precisa ser orientada por uma vanguarda política ilustrada, conhecedora da teoria marxista, da história e da sociedade. “O ‘para-si’ não surge mais da dialética interior, imanente ao ser da classe no capitalismo, ele precisa agora de um catalizador: o partido” (BICCA, 1987, p. 215).

Na teoria leninista sobre a revolução social o partido desempenha o papel central. A convicção de que a consciência de classe devia ser inoculada aos proletários ‘desde fora’ sinalizou o que de fato aconteceu posteriormente: a inversão do papel do proletariado, que, de sujeito do processo revolucionário, foi transformado em objeto dele. Essa usurpação de funções cimentou a construção e prática política do partido leninista. A consciência e os autênticos interesses do proletariado foram recolocados na elite de um grupo de intelectuais que não faziam parte da classe operária (MARCUSE, 1975).

Ao partido são atribuídas iniciativa e ubiquidade, pois ele é a vanguarda do proletariado, ele é a verdadeira *anima*, o agente da transformação social; no entanto, é um sujeito que não ousa afirmar seu efetivo ser-sujeito, devido à própria aparência de ortodoxia. E assim é possível constatar uma situação um tanto paradoxal: o proletariado tem de assumir a liderança das outras lutas populares, mas ele mesmo não é capaz de dar conta de seus próprios interesses e lutas”, portanto, deve assumir “o papel de um aluno da política” (BICCA, 1987, p. 215).

Desta forma, a classe proletária foi transformada num “sujeito nominalista da história”, na medida em que sua “capacidade para desmascarar a dominação é negada e que se atribuiu a ele “uma incapacidade espiritual para aquele saber universal totalizante que, em última análise, é a consciência de classes” (BICCA, 1987, p. 214). A partir dessa lógica, o marxismo soviético criou o dogma de que as

leis da história denominaram o Partido como a vanguarda do proletariado com a missão de trabalhar para alcançar o comunismo (MARCUSE, 1975).

Nesse sentido, Marx (2007, p. 48-49) já havia advertido que, em toda sociedade, para atingir seus objetivos, a nova classe que ocupa o lugar da outrora classe dominante tem de “apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, (...), é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas”. E “a classe revolucionária”, entretanto, “por já se defrontar desde o início com uma classe, surge não como classe, mas como representante de toda sociedade”.

Ao proclamar o Partido como representante do "elemento mais consciente e progressista do povo", a aplicação de suas diretrizes partidárias equivalia à realização da liberdade de todos os indivíduos (OHELING RUIZ, 1978, p. 80, tradução nossa).

A idolatria ao partido atingiu níveis exagerados, como mostra o soviético *Diccionario Filosófico Abreviado*. Justo no verbete “Libertad y necesidad” se define que o Partido “constitui uma encarnação perfeita da atividade livre das massas populares, fundada no conhecimento das leis do desenvolvimento social”. Além de mobilizar e organizar os trabalhadores para o cumprimento de suas tarefas históricas, o Partido “se torna a alma e o cérebro de toda a obra de transformação revolucionária do povo soviético” (ROSENTAL, IUDIN 1959, p. 292, tradução nossa).

Assim, "a expressão 'os interesses dos trabalhadores', tão frequente nas constituições socialistas", permite fazer uma interpretação quase ilimitada dos interesses do Partido, considerado representante, definidor e executor da vontade popular. Ao expressar a vontade do povo, "a interpretação de todos os atos legais", e de todas as decisões transcendentais, corresponde, primeiramente, ao Partido (RÉVÉSZ, 1977, p.37, tradução nossa, grifos do autor).

Desse modo foi imposta uma unicidade artificial que limitou a autonomia dos indivíduos, negou o pluralismo político como um valor democrático e transformou as organizações sociais em executoras da vontade estatal. Além disso, a noção utilitarista da liberdade condicionou a relação entre o partido leninista e os conselhos de trabalhadores, tida como “a mais correta das experiências de democracia socialista e como “formas espontâneas, autônomas, de organização” (BICCA, 1987, p. 218).

Além de comentar os déficits próprios regime político soviético, Rosa Luxemburgo (2017) também se referiu ao risco que representava não a revolução em si, mas as táticas autoritárias empregadas pelos bolcheviques, condizentes com as singularidades do contexto russo daquela época, se tornassem paradigmáticas. Segundo ela, o importante era “distinguir, na política dos bolcheviques, o essencial do acessório, a substância da contingência” (p. 104), pois o emprego de receitas erradas poderia frustrar a concretização da democracia socialista. Contudo, a advertência de não “fazer da necessidade virtude e aceitar como modelo a ser seguido um processo histórico e socialmente circunscrito” à

realidade de um país semifeudal, “foi desprezada pelos comunistas do século XX” (LOUREIRO, 2017, p. 17), em parte, porque os bolcheviques não se conformaram em explicar que a escolha entre ditadura ou rendição respondeu a situações concretas, às peculiaridades da Rússia e aos desafios do momento histórico em que a revolta e a posterior guerra civil eclodiram (KAUTSKY, 2018).

Cientes de que o sucesso da revolução na Rússia dependeria de um entorno internacional favorável ao comunismo que chegaria com a vitória do socialismo mundo afora, os dirigentes comunistas russos criaram uma teoria da luta revolucionária que tentou outorgar validade geral a seus métodos e táticas (KAUTSKY, 2018). A forma centralizada de organização do partido, justificada pelas singularidades do contexto russo na época, se transformou em princípio estratégico e geral dos agrupamentos políticos comunistas em todo o mundo (MARCUSE, 1975). Noutras palavras, a conquista do Estado, por meio de uma revolução dirigida por uma minoria de revolucionários disciplinados autodenominados vanguarda das classes oprimidas sustentou a ideia de que a fórmula autoritária de Lenin e seus camaradas poderia se aplicar, com sucesso, em todos os países capitalistas.

Contudo, a história da União Soviética e dos regimes nela inspirados evidenciaram a validade das observações de pensadores como Karl Kautsky e Rosa Luxemburgo. Em todos esses estados, a expressão ditadura do proletariado disfarçou o governo autoritário da elite do Partido da tida vanguarda da sociedade.

Em março de 1919, o próprio Lênin constatou que devido à falta de instrução e educação das massas, os soviets, concebidos como órgãos de governo dos trabalhadores, na prática funcionavam como os órgãos de governo sobre os trabalhadores. Assim, os soviets passaram a ser controlados pela vanguarda do partido e não pelas massas operárias. Com o enfraquecimento da classe operária, a ditadura perdeu as características proletárias assinaladas nos escritos políticos de Lenin. O Partido Comunista, onde os operários constituíam uma importante minoria, substituiu o proletariado (LEWIN, 1970).

No ocaso da sua vida, o dirigente bolchevique percebeu os sinais da burocratização e nos últimos anos de sua vida tentou evitar, sem sucesso, a submissão do Partido aos burocratas. Em 1924, após a morte do líder soviético, o poder de decisão foi se concentrando na pessoa de Stalin, o secretário-geral, quem, finalmente, se colocou acima do próprio Partido e instaurou uma ditadura personalista que submeteu a sociedade soviética a um regime de terror (LEWIN, 1970).

O regime soviético foi moldado pela combinação de vários fatores. Dentre eles, as características políticas, econômicas e sociais da Rússia czarista, a devastação material e humana provocada pela guerra civil russa e, no aspecto ideológico, as doutrinas leninianas acerca do Estado, o regime político e o Partido. Nestas últimas, diversos historiadores identificam o “pecado original” de Lênin: o desapego do revolucionário russo pelos princípios e instituições democráticas (LEWIN, 1970). Contudo, sob o governo de, I. Stalin o soviético se transformou em um regime totalitário, entendido como “domínio



total” e “a única forma de governo com a qual não é possível coexistir” (ARENDR, 2012, p. 420), caracterizado por: a) uma ideologia desenvolvida e articulada que está presente tanto na comunidade política, quanto nas normas e estruturas de autoridade do regime; b) um partido único muito desenvolvido e outras organizações [subordinadas a ele] que mantêm a comunidade política numa mobilização política permanente; c) concentração do poder em um indivíduo ou em um pequeno grupo que não realiza prestação de contas; d) subordinação dos militares; e) prática do terror de Estado e da repressão, inclusive contra indivíduos considerados opositores potenciais (ANDRÉS, 2009).<sup>19</sup>

Além das anteriores, o controle estatal da maioria das atividades econômicas, o monopólio estatal dos meios de comunicação, a fusão do partido único com o Estado (Partido-Estado) e limites pouco claros entre a sociedade civil e o Estado complementam, de acordo com Segal (2013), as características dos regimes ditos totalitários.

Diante das críticas de noção leniniana de ditadura proletária (KAUTSKY, 2018) e olhando para a história da extinta União Soviética, principal expoente do chamado socialismo realmente existente, é pertinente perguntarmos se uma sociedade suficientemente justa pode ser construída eliminando direitos e liberdades ou se “uma ordem política despoticamente configurada”, mesmo se autodenominando socialista, pode “ser considerada uma forma política superior à moderna democracia liberal” (BICCA, 1987, p. 204).

Nesse sentido, coincidimos com Bicca (1987) quando afirma que essas perguntas não devem faltar quando refletimos sobre o tema da libertação do homem e aqui tentamos demonstrar que elas não podem ser respondidas a partir da lógica maquiavélica (o fim justifica os meios), que o marxismo soviético também aplicou. Os direitos civis e as liberdades políticas fazem parte das “grandes conquistas das revoluções democráticas”, são “vitórias de toda a humanidade e não devem ser desprezadas nem subrepticamente negligenciadas, exatamente quando se tem como meta edificar uma sociedade caracterizada pela liberdade de ação” (p. 204).

### **2.3 A ideologia oficial: crítica ao marxismo soviético**

A leitura do *O marxismo soviético*, de Hebert Marcuse, resulta imprescindível para entender as singularidades da filosofia ética soviética e como a doutrina marxista-leninista não apenas refletiu uma distorção deliberada da teoria marxista, mas foi utilizada para justificar e dissimular uma série de práticas opressivas que visavam à defesa do Estado, dentre elas, a instrumentalização do direito à comunicação e das funções sociais da mídia e do jornalismo.

---

<sup>19</sup> No entanto, Arendt (2012) adverte acerca da necessidade distinguir entre as diversas ditaduras comunistas realmente existentes e os autênticos governos totalitários. Para a autora, nazismo e stalinismo são os exemplos mais significativos do totalitarismo na primeira metade do século XX.

Ao explicar a pertinência de analisar a doutrina oficial da União Soviética, Marcuse (1975) argumentou que “o marxismo soviético aparece como uma tentativa de reconciliar o corpo herdado da teoria marxista com uma situação histórica que parecia invalidar (...) a concepção marxista da transição do capitalismo para o socialismo” (p. 20), e adverte que tal doutrina foi além de ser uma ideologia criada e promulgada pelo executivo soviético para racionalizar e justificar sua política, ao se constituir em “uma expressão da realidade da evolução soviética” (p. 19).

Segundo o filósofo alemão, a “função da teoria soviética não consiste na formulação de categorias acadêmicas e técnicas de pensamento geralmente válidas, mas na definição de sua relação com a realidade política” (p. 17). Mais que uma análise baseada na dogmática marxista é importante entender “as diferentes formas e etapas do marxismo como um sinal do modo como os dirigentes soviéticos interpretavam e julgavam as constantes mudanças históricas, para depois tomar decisões políticas” (p). Assim,

A maioria de suas formulações teóricas tem um fim pragmático e instrumental; servem para explicar, justificar, encorajar e direcionar certas ações e atitudes que constituem 'dados reais de tais formulações. Essas ações e atitudes são racionalizadas e justificadas em termos do corpo herdado do marxismo-leninismo, que os líderes soviéticos aplicam a situações históricas de mudança. Mas é precisamente o caráter pragmático e comportamental do marxismo soviético que o torna um instrumento indispensável para a compreensão dos eventos soviéticos (MARCUSE, 1975, p. 19, tradução nossa).

O leninismo e a doutrina do socialismo em só um país, modelaram o marxismo soviético, a partir do período de Stalin, e justificou as funções repressivas do poder soviético. A referida doutrina defendia que fatores externos como o isolamento inicial da Revolução russa, o triunfo do socialismo em zonas atrasadas do mundo e o fortalecimento do capitalismo ocidental eram os responsáveis das contradições externas e internas da sociedade soviética. As contradições internas, se postulava, seriam resolvidas na e pela União Soviética, por meio do papel reitor do Partido e as externas, mediante uma revolução no entorno capitalista (MARCUSE, 1975), liderada pela União Soviética, que impusesse a hegemonia do socialismo no planeta.

Para o marxismo soviético, o papel do Estado —e das instituições subordinadas a ele— tem de ser preponderante, mesmo que em detrimento do controle coletivo, quer dizer, do protagonismo do conjunto dos cidadãos no controle do processo de produção —e, por extensão, da atividade e poder do próprio Estado. Assim sendo, o sistema de instituições políticas e a realização de funções opressivas econômicas, militares, policiais e educativas sobre e contra a sociedade foram reforçados. A ideia do assédio capitalista obrigava a mobilização permanente da população e excluía a possibilidade de uma mudança

fundamental no sistema de valores que subordinava a liberdade socialista ao esforço e à disciplina (MARCUSE, 1975).

Conforme Marcuse (1975), a ética soviética redefiniu a noção e função da liberdade e dos direitos. Desde a Revolução russa, a teoria soviética foi regida pela formulação e apreciação dos padrões éticos em sintonia com os objetivos do Estado. Esse princípio unificador se manteve estável na medida em que esses objetivos eram determinados pela política, apesar das mudanças.

O impacto da filosofia ética soviética mundo fora não foi resultado da existência de uma força externa que atuava contra a civilização ocidental, nem com os conteúdos específicos da moral comunista, mas pelo fato da ética soviética se apresentar como uma moral superior na missão histórica da teoria marxista. Não obstante, a teoria marxista carece de uma ética independente e a realização da ética humanista é sua pretensão verdadeira (MARCUSE, 1975).<sup>20</sup>

Dois fatores explicaram a influência mundial da filosofia ética soviética: o descontentamento generalizado com a civilização ocidental —causado pela organização capitalista da sociedade— e as críticas contra a sociedade capitalista, baseadas nos valores humanísticos. Isso explicaria o descontentamento e o protesto diante das carências materiais e éticas do capitalismo. Ao mesmo tempo, a ética soviética ofereceu uma alternativa que proporcionaria a consecução das promessas e capacidades da sociedade existente (MARCUSE, 1975).

Ainda que tenham sido adaptados aos interesses nacionais e internacionais da União Soviética e fusionados com tradições despóticas orientais, os fundamentos da ética soviética não são alheios à cultura ocidental, nem podem ser definidos pelas necessidades imediatas do poder e da propaganda. Eles, segundo a análise marcusiana, são resultado dos seguintes fatores: a formulação revolucionária do ideal humanista na teoria do socialismo científico; e a sua utilização no estabelecimento de uma nova sociedade oposta e em competição com a sociedade capitalista. Para além das contradições entre os aspectos já mencionados, a conexão que se estabelece entre ambos fez possível o uso do ideal em defesa da realidade (MARCUSE, 1969, colchetes nossos).

As forças e circunstâncias que levam ao abuso e à violação do ideal aparecem como mais objetivas que aquelas da mera política de poder; objetivas na medida em que podem ser facilmente apresentadas como resultado da Razão Histórica. Dentro dessa circunstância, a filosofia ética soviética é um sistema de valores internamente consistente, racional, suficientemente separável dos expedientes políticos para atrair o auto interesse de largas faixas de população que se encontram fora do domínio soviético (MARCUSE, 1969, p. 182).

---

<sup>20</sup>De acordo com Babiano (2017), a forma como se relacionaram com a modernidade constitui uma das diferenças fundamentais entre o nazismo e o regime estalinista. Enquanto o primeiro “se baseou num nacionalismo biológico e racial e foi apoiado pelas elites industriais e financeiras; o segundo, se apoiou no coletivismo a partir de uma revolução”.

A evocação da razão histórica, que alude às complexidades do contexto para justificar o agir dos dirigentes, protegiam o Partido e Estado soviéticos —assim como os projetos comunistas mundo afora— dos questionamentos éticos e das condenações morais da opinião pública e da comunidade internacional que denunciava as restrições das liberdades civis, as violações comprovadas dos direitos humanos e a existência de crimes de Estado, especialmente, os expurgos ordenados por Stalin para se desembaraçar de seus concorrentes políticos ou a existência dos campos de trabalho forçado —como denunciou Solzhenitsyn nos romances *Arquipélago Gulag* e *Um dia na vida de Ivan Denisovich*.

Mesmo partindo de princípios humanísticos semelhantes, a diferença mais importante entre as éticas soviética e ocidental radica no peso específico que cada uma delas concede aos valores da liberdade e da segurança. No pensamento ocidental a realização da liberdade depende do funcionamento de instituições econômicas e políticas que permitam que o indivíduo seja o arquiteto de si mesmo e de seu destino. A liberdade deve ser resultado da atividade do sujeito em livre concorrência com outros indivíduos em igualdade de condições. Nessa lógica, a liberdade é garantida pelo império da lei, os direitos civis e as garantias da propriedade, o que necessariamente deixaria o indivíduo à mercê do destino em amplas áreas de sua existência. Essas áreas se tornam inseguras quando o processo econômico se faz mais complexo, ultrapassa o controle do indivíduo mediano e começa a depender de um conjunto de forças e processos supraindividuais. Então, se entende por áreas de insegurança a ausência de liberdade ou de direitos econômicos o que se traduz em falta de emprego ou de fontes de renda, o nulo acesso a serviços de saúde, direito à aposentadoria, pensão por acidente de trabalho, etc. O exercício de apenas essa liberdade colocaria o indivíduo nessas áreas de insegurança, situação indesejada pela maioria (MARCUSE, 1975).

Já o capitalismo redefine a liberdade ao fazer com que o indivíduo renuncie à liberdade *natural* em troca da liberdade civil, que implica fazer tudo o que não está proibido ou fora do alcance da lei. No entanto, mais do que uma permuta de formas de liberdade, trata-se da troca da liberdade pela segurança. Assim, os padrões de liberdade outrora pertencentes ao indivíduo se fusionam com as leis que regem a sociedade, a economia, a comunidade, a nação e conjunto de nações. No entanto, dentro dessa área de segurança econômica e política, a liberdade do indivíduo ainda deverá derivar e se constituir (MARCUSE, 1975), fazendo-se visível no reconhecimento e exercício das liberdades de consciência, de pensamento, de religião, de expressão, etc. Direitos esses que, por não contribuírem diretamente para resolver as necessidades materiais dos indivíduos, foram considerados pelo marxismo soviético como direitos abstratos, promissórios e carentes de significação jurídica (VYSHINSKI, 1948).

Marcuse (1975) afirma que, enquanto a procura por segurança prevalecer sobre o valor da liberdade, mesmo quando isso acarreta o sacrifício da liberdade, segurança e liberdade entram num

conflito mutuo que só pode ser minimizado mediante a redução dos elementos da independência e da autonomia, ou seja, através do sacrifício da primeira em prol do valor da segurança. Contudo, toda a tradição ideológica da ética ocidental, rejeita essa tendência, sobretudo no momento em que, sob o impacto das necessidades econômicas, tal tendência contraria toda a tradição, exacerbando ainda mais as diferenças entre ideologia e realidade. Todavia, nas democracias burguesas avançadas, a ideologia era forte o suficiente para impedir e evitar que o abandono da liberdade individual fosse admitido abertamente. Até hoje, como afirmou o pensador alemão, o conflito entre liberdade e segurança ainda continua a ser uma condição de existência ética, e a superação desse conflito é uma tarefa ética.

Para resolver o dilema ético que implica o sacrifício da liberdade em prol da segurança, a ética marxista-leninista orientou Estado soviético no processo de eliminação dos aspectos *negativos* da liberdade, entendidos como as áreas em que ainda o indivíduo ficava à mercê de seus próprios recursos. Assim, as liberdades de eleger a educação, o emprego, os meios necessários para o cuidado individual em caso de doença e velhice, para ler, escrever e escutar opiniões diferentes e conflitantes foram limitadas ou mesmo abolidas, uma política baseada e justificada, reiteramos, pela ética soviética (MARCUSE, 1975).

Segundo o acadêmico soviético G. Smirnov (1968 *apud* RÉVESZ, 1977), para o marxismo-leninismo, a liberdade é uma categoria historicamente condicionada, portanto, ela é exercida por uma determinada classe e seu propósito é a realização de certas tarefas. Isso explicaria por que em regimes ditos socialistas a liberdade seria patrimônio exclusivo da classe trabalhadora, —representada pelo partido— exercida por ela quando atua a favor da consolidação e avanço do sistema e negada àqueles que pretendem combatê-lo. Vyshinski (1948) aponta que enquanto o Estado soviético regulamentava os direitos relativos à liberdade, agia como “o aparato particular e a maquinaria especial para esmagar inimigos e todos os elementos hostis ao socialismo, garantindo a destruição da contrarrevolução burguesa e a supressão de todas as tentativas de restauração” (p. 25, tradução nossa) do regime anterior.

O marxismo soviético defendeu a ideia hegeliana de que as "leis objetivas do desenvolvimento" indicavam a inevitabilidade do triunfo do socialismo e do comunismo. Portanto, um povo só seria “completamente livre” se optasse pelo caminho do socialismo, ou seja, “quando reconhece a necessidade ou a legitimidade objetiva do desenvolvimento”, daí que “o grau de liberdade dependerá, dentre outras coisas, da forma como a lei objetiva é cumprida e aplicada” (RÉVESZ, 1977, p. 38, tradução nossa). Conforme essa perspectiva, a liberdade do indivíduo consiste na “possibilidade de poder escolher a direção de suas atividades de acordo com as leis objetivas concebidas”, já que as liberdades políticas só podem ser exercidas “de maneira coerente e efetiva”, considerando “as leis do desenvolvimento social” (SMIRNOV, 1980, p.10, tradução nossa) que indicavam a marcha inexorável dos povos em direção ao socialismo.

Assim sendo,

[...] no contexto da ideologia e objetivos soviéticos, a supressão das liberdades tradicionais assume uma função positiva, que a filosofia ética interpreta como sendo uma preparação para a verdadeira liberdade. As liberdades tradicionais podem bem ser desvalorizadas [...], pois, do ponto de vista soviético, são apenas ideológicas e/ou para a grande maioria da população; continuarão a sê-lo, até que tenham substratos reais na segurança econômica, isto é: até que haja libertação das necessidades materiais (MARCUSE, 1969, p. 187).

Nos regimes de viés soviético, as liberdades política e intelectual dependerão da libertação da luta diária pelo sustento, o que pressupõe a existência de uma sociedade sem classes. A ética soviética recorre à teoria marxista no intuito unir, sobre bases científicas valores e fatos; ideal e realidade; interesse particular do indivíduo, interesse geral da sociedade e da humanidade. Ao mesmo tempo pretende ser a única portadora das condições para definir a atitude, a conduta e a prática que podem prover a liberdade e a existência humana para todos. Essa prática que é individual e social, une o indivíduo com o grupo social, baseada numa causa comum que faz com que interesses particulares do indivíduo sejam assumidos pela totalidade do grupo. É desta forma, conclui Marcuse (1975) que a ética soviética pretende juntar as ideias e esferas vitais que aparecem separadas e desconectadas na ética ocidental.

Ciente das realidades comentadas por Marcuse (1975), o filósofo marxista Ernst Bloch assumiu o desafio de [re]conciliar o marxismo com os princípios de emancipação herdados do pensamento humanista. A dignidade humana, aponta Bloch (1980), era inatingível sem o reconhecimento dos direitos humanos e a libertação econômica. Entre libertação econômica e a concretização dos direitos humanos existe uma relação recíproca. Nesse sentido, a verdadeira instauração dos direitos humanos dependeria do fim da exploração, impossível sem o reconhecimento e o exercício real dos direitos humanos. O filósofo alemão defendeu ainda a convergência entre a teoria marxista da revolução social emancipatória e elementos das teorias da dignidade e dos direitos humanos, contidos no direito natural.

A partir de uma perspectiva que resgata Marx e os pontos de vista expostos por Kautsky (2018) e Luxemburgo (2017) em suas críticas ao conceito e as práticas da ditadura leniniana do proletariado, Bloch (1980) assegurou que mesmo quando as utopias sociais e as teorias do direito natural coincidiam no objetivo de alcançar uma sociedade mais humana, as diferenças mais importantes entre as duas são que a utopia social, de um lado, procurava a felicidade humana, enquanto o direito natural, de outro lado, objetivava a dignidade humana. Em síntese: “A utopia social delineava de antemão situações em que os *agoniados* e *oprimidos* deixam de existir, enquanto o direito natural constrói situações em que os *humilhados* e *ofendidos* deixam de existir” (p. XI, ênfase no original, tradução nossa).

Assim sendo, o imperativo de “derrocar todas as situações em que o homem é um ser humilhado, escravizado, abandonado e desprezível”, deveria ir além dos enfoques economicistas e resgatar seu conteúdo sociológico, pois, afirma, o retrógrado não são “os conteúdos do Direito natural, mas os argumentos de seus inimigos” (p. X), posto que

(...) nem a dignidade humana é possível sem a libertação econômica, nem é possível, além dos empresários e trabalhadores, sem a grande questão dos direitos humanos. Ambas as coisas não acontecem automaticamente no mesmo ato, mas são reciprocamente condicionadas, com um *prius* econômico e uma primazia humanista. Não há um verdadeiro estabelecimento de direitos humanos sem acabar com a exploração, não há verdadeiro fim da exploração sem o estabelecimento dos direitos humanos (BLOCH, 1980, p. XI, tradução nossa).

Em sua análise do marxismo soviético, Hebert Marcuse legou um diagnóstico dos fundamentos filosóficos e éticos do modelo social soviético. A contribuição de Marcuse, Kautsky, Luxemburgo, Bloch e a obra do historiador Moshe Lewin (1970, 2007) ajudam a entender a racionalidade e o pragmatismo que perpassam as leis, políticas, ações e práticas, dos governos e sociedades em regimes políticos de viés soviético, como o cubano. Desta forma, acreditamos ter contribuído para preencher um vazio teórico que, durante anos, afetou a possibilidade de alcançarmos uma compreensão cabal dos motivos das limitações e a instrumentalização impostas ao exercício dos direitos dos cidadãos em Cuba.

Em geral, os estudos sobre mídia, liberdade de expressão e esfera pública em Cuba se apoiavam em marcos teóricos concebidos para a análise desses objetos em regimes democráticos liberais e que, portanto, não conseguiam explicar, por exemplo, que mais do que anular totalmente os direitos civis e políticos, eles são instrumentalizados em função dos objetivos políticos da classe dirigente. Ainda que os líderes comunistas se orientem pelo pragmatismo, a ideologia resulta em aspecto imprescindível para justificar e legitimar determinadas decisões e evitar as críticas da opinião pública, pois, afinal, tudo seria possível em nome do socialismo e do comunismo.

#### **2.4 A cidadania no socialismo realmente existente**

O marxismo, o leninismo e o marxismo-leninismo, junto com as realidades e práticas de um Estado sob a ditadura do partido único –que supostamente encarnava a vontade das classes trabalhadoras– foram os referentes principais na conformação da doutrina do direito soviético, o paradigma seguido pela maioria das experiências ditas socialistas do século XX.

Ao sustentar a tese da extinção do Estado, os juristas soviéticos consideraram que o Direito era um conceito burguês que seria descartado durante o processo de transição para o comunismo, daí que

começaram a orientar e justificar seus conceitos de justiça e seus atos no princípio de legalidade socialista (UNAM, 2010), que obrigava os cidadãos, empresas e instituições estatais a manterem uma conduta que não infringisse a lei. O caráter socialista da democracia soviética, do Estado e das leis aprovadas por ele foram a razão principal que obrigava os cidadãos a obedecerem às normas legais.

Diferentemente do que acontece em países com regimes democráticos liberais, onde o conceito de lei está perpassado por elementos de natureza ética e moral, na União Soviética o economicismo marxista instrumentalizou o Direito. De acordo com a teoria soviética, a verdadeira base de todo sistema social é a economia, portanto, a lei é apenas uma ferramenta que a classe dominante usa para manter o controle sobre os meios de produção. A partir dessa lógica, nos regimes socialistas a lei era tida como um instrumento nas mãos do povo para a consecução dos objetivos políticos do Estado. Daí que, diferentemente do observado nos estados de direito ocidentais, nos países sob regimes de viés soviético, as cobranças éticas e morais diante da violação das normas jurídicas não eram tão relevantes nem motivo de preocupação para os governantes. O caráter secundário do Direito ficava evidente em ocasiões em que os líderes do Estado ignoravam as leis que entravam em conflito com as políticas aprovadas pelo Partido. Graças ao controle do partido sobre o governo, alterar a Constituição e o resto das leis – conforme os interesses políticos e econômicos – era um assunto simples e muitas mudanças eram executadas descumprindo o devido rito legal (TOWE, 1967).

A filosofia ética soviética também perpassa as normas jurídicas que definiram a noção de cidadania e suas funções no Estado soviético. Numa abordagem histórica do conceito de cidadania na União Soviética, Golfo Alexopoulos (2016) afirma que, logo após a revolução bolchevique, os dirigentes do Partido estabeleceram que apenas uma parte dos residentes no território que conformava o Império Russo seria reconhecida como cidadãos do nascente estado. A nova comunidade política incluía as classes trabalhadoras e excluía os burgueses e os indivíduos que contratavam mão de obra assalariada para obtenção de lucro. Segundo Towe (1967), essa restrição, mais pragmática que ideológica, foi considerada necessária para evitar que a burguesia usasse seus direitos para propósitos contrarrevolucionários.

Desde os primórdios do poder soviético, a política de cidadania foi instrumento para o controle social e a repressão não apenas do dissenso, mas também de minorias nacionais, étnicas; assim como religiosos praticantes e pessoas que tiveram vínculos com o outrora regime czarista. Embora outros estados afastassem pessoas – pertencentes a minorias nacionais, étnicas ou devido a punições legais – da comunidade política, a União Soviética se distinguiu pela severidade, a amplitude do critério de exclusão e a vulnerabilidade daqueles que entravam nessa categoria. Nas primeiras normas jurídicas soviéticas, as declarações de direitos do cidadão, o número de deveres excedia o número de direitos, e condicionavam o direito de usufruir da proteção do Estado à obrigação de pegar em armas para defendê-



lo. Desta forma, o reconhecimento do status de cidadão e o exercício dos direitos dependiam da lealdade para com o novo regime e suas autoridades (ALEXOPOULOS, 2016).

Como Marcuse (1975), Alexopoulos (2016) reconhece algumas das particularidades que o Estado soviético compartilhava com seus adversários capitalistas. Por exemplo, a União Soviética não foi o primeiro país que garantiu um mínimo de segurança social para seus cidadãos. No caso soviético a diferença consistia em ter declarado a segurança material como o direito principal do indivíduo e a ênfase desproporcionada nas obrigações ou deveres em prejuízo dos direitos civis e políticos. Nesse quadro, a sobrevivência dos cidadãos dependia das autoridades soviéticas que controlavam o acesso aos bens mais essenciais e ao emprego. Assim sendo, a distribuição dos direitos materiais da cidadania e a extensão ou retirada dos benefícios era realizada segundo critérios meritocráticos e de lealdade ideológica e política. O fato de as entidades estatais serem as únicas fontes de trabalho e a ilegalidade do trabalho privado aumentaram a relação de dependência entre as pessoas e o Estado. Para o poder soviético, a cidadania também era um exercício. Esperava-se que os cidadãos se integrassem a sindicatos, associações, cooperativas e outras organizações. A integração era praticamente compulsória e aqueles que optavam por não participar ativamente da vida interna das organizações sociais reconhecidas pelo Estado, corriam o risco de serem acusados de deslealdade e sofrerem punições que incluíam a perda de seus direitos de cidadania. Portanto, voluntaria ou compulsoriamente, o ativismo e o engajamento dos cidadãos na vida civil, porém controlada pelo Estado, foram características da sociedade soviética.

Na sua análise da Constituição soviética de 1936, Thomas Towe (1967) adverte que a abordagem das garantias constitucionais e os direitos fundamentais na União Soviética [e em regime inspirados nela] tem que ser feito desde a perspectiva da filosofia legal socialista que, segundo ele, teria seis princípios: 1) a supremacia da política do partido comunista e não da constituição; 2) a menção dos direitos fundamentais como realização de uma declaração de intenção; 3) a supremacia do Estado e não do indivíduo; 4) o condicionamento dos direitos em favor da construção socialista; 5) a ênfase nos direitos econômicos; e 6) a não independência do poder judiciário.

Em termos formais, a chamada Constituição de Stalin, foi a primeira a declarar os cidadãos soviéticos como portadores de direitos civis, tais como a liberdade de palavra (expressão), imprensa, religião, reunião e manifestação. Contudo, na prática, a enunciação desses direitos pareceu mais uma tática propagandística dirigida a enganar a comunidade internacional do que uma política interna (ALEXOPOULOS, 2016) para propiciar o exercício, de fato, desses direitos e liberdades. Em parte, porque o valor da constituição como instrumento da propaganda e método para educar o povo foi mais importante que seu caráter de lei fundamental.

Segundo Towe (1967), o capítulo dos direitos fundamentais apontava para três públicos objetivos: o povo da União Soviética para convencê-lo de que seus direitos estavam sendo protegidos; a

comunidade internacional, que vinha criticando Stalin pela magnitude da repressão e pelas execuções de seus adversários políticos. Portanto, era preciso demonstrar para o mundo que os cidadãos soviéticos tinham garantidos os mesmos direitos que seus homólogos de qualquer outro país. Já o terceiro objetivo foi construir uma imagem positiva do comunismo e da figura de Stalin para a posteridade.

Nesse ponto surgem várias questões: da mesma forma que as constituições liberais, a soviética declarava direitos que não se concretizavam na prática? Até que ponto a Constituição de Stalin encorajava aos cidadãos soviéticos a exercerem seus direitos e quais eram os limites desses direitos?

Towe (1967) indica que na Constituição soviética os direitos fundamentais estavam sujeitos à condição de não interferência na construção do comunismo. Portanto, só podiam ser usufruídos quando seu exercício tendia a fortalecer o sistema político e econômico estabelecido. Mesmo assim, a denegação de direitos fundamentais também se aplicava quando os próprios líderes viam seu próprio poder ameaçado. Por outro lado, enquanto o sistema de governo estadunidense limita os poderes do estado e protege o fortemente ao indivíduo, nos países socialistas a supremacia corresponde ao estado, não ao indivíduo. E, nesse sentido, resulta coerente o papel do partido comunista na determinação de quais eram os interesses da sociedade e quais interesses individuais deviam ser autorizados para combina-los com os interesses coletivos.

O caráter suprallegal e supraestatal do Partido fomentava a insegurança jurídica dos cidadãos e garantia a impunidade dos máximos dirigentes do regime e seus protegidos. A subordinação dos cidadãos perante o Estado junto com o desmesurado poder do Partido remete à ideia da concepção paternalista do direito, que trata o cidadão como um indivíduo dependente que deve ser guiado, treinado e disciplinado, através de regras e processos legais. De forma paternalista, o legislador devia encorajar o cidadão a ser leal, trabalhador, disciplinado e virtuoso e, conseqüentemente, os direitos fundamentais eram considerados *dádivas* do governo, que podia retirá-los diante do cometimento de abusos, entendidos como qualquer ação contrária aos objetivos econômicos, políticos e à ideologia do regime. Não foi por acaso que várias constituições socialistas posteriores à Constituição soviética de 1936, inclusive a cubana de 1976, dispuseram que as liberdades e direitos reconhecidos não poderiam ser usados para obstaculizar a construção do socialismo nem atacar seus fundamentos. Afinal, a lei fundamental soviética expressava a vontade da totalidade do povo, conforme definida pelo Partido Comunista (TOWE, 1967).

Em geral, para o constitucionalismo soviético os direitos individuais, as garantias legais e as liberdades formais eram consideradas ‘burguesas’ e, portanto, desvalorizadas e associadas à ‘falsa’ democracia formal, enquanto os “direitos e garantias materiais” foram considerados “dimensões definitivas da democracia verdadeira”. Não obstante, a primazia da segurança material sobre a democracia formal é nula (GUANCHE, 2013, p.16, tradução nossa, grifos do autor), pois a Declaração

Universal dos Direitos Humanos estabelece o caráter inalienável, indivisível, interdependente e inter-relacionado dos direitos da pessoa humana. Portanto, as ampliações ou restrições de um ou grupo de direitos, impacta sobre o exercício dos outros.

Junto com Towe (1967) consideramos que seria um equívoco ignorar a existência de direitos fundamentais na União Soviética e regimes socialistas de viés soviético. No quadro delimitado pelos seis princípios enunciados por ele, os cidadãos dos países socialistas desfrutavam do exercício de seus direitos, na medida em que isso não interferisse nos propósitos do Partido e do Estado. Embora se reconheça a amplitude dos direitos sociais e econômicos dos cidadãos nos regimes socialistas, as próprias normas jurídicas e os numerosos casos documentados por historiadores, jornalistas e entidades defensoras dos direitos humanos demonstraram a desproteção dos cidadãos contra o poder avassalador dos líderes do partido.

A respeito dos limites dos direitos civis, Friedgut (2014) argumenta que nem toda expressão de dissenso ou insatisfação no nível local era considerada incompatível com o sistema e reprimida, mas alertavam as autoridades centrais das culpas e falhas dos dirigentes locais. O pesquisador acrescenta que a penetração do governo em todas as áreas da vida colocava o Estado e sociedade civil numa única estrutura. Consequentemente, todos os aspectos da sociedade eram politizados e qualquer desvio significativo das normas comunitárias socialmente legitimadas, podia ser interpretado como uma infração política. Nesses casos, a comunidade podia ser acionada para impedir ou punir o desvio.

A propósito da dimensão simbólica da cidadania, é importante abordar, mesmo que brevemente, a questão do arquétipo do homem e da mulher soviéticos. No olhar dos líderes soviéticos, a ditadura proletária haveria criado as bases para a emergência de uma categoria nova e superior de ser humano: o novo homem soviético. Considerados como objetos do processo revolucionário e não como sujeitos do mesmo (MARCUSE, 1975), o Partido emitia as orientações que descreviam o modo de ser dos cidadãos soviéticos, de agir e até seus sentimentos. Para a participação na comunidade política, os cidadãos deviam ser moldados até torná-los apoiadores ativos e entusiastas dos objetivos do Estado. Conforme Alexopoulos (2016, p. 522, tradução nossa), a elite política “forçava e reiteradamente articulava os principais componentes das identidades da cidadania. O novo homem e mulher soviéticos tinham que ser ativos, alegres e cumprir seus deveres perante o Estado”.

A partir da análise desses elementos, Hebert Marcuse deduziu que no olhar da classe dirigente, o surgimento de uma democracia socialista na URSS estaria condicionado por dois pré-requisitos principais: 1) um nível de riqueza social que permitisse a organização da produção conforme as necessidades individuais, assim suprimindo as prerrogativas dos poderes privilegiados; e 2) uma situação internacional em que o conflito entre os dois sistemas sociais não determine a economia e política de ambos. Desta maneira, democracia e liberdade plena se materializariam quando o comunismo fosse o

sistema hegemônico no mundo (MARCUSE, 1975). Até esse momento chegar, a liberdade intelectual dos sujeitos permaneceria estritamente subordinada aos interesses da sociedade socialista, uma vez que os interesses individuais nem sempre coincidem com os interesses sociais. Ao mesmo tempo, as ameaças do imperialismo contra o sistema socialista justificariam qualquer limitação das liberdades individuais (YUVCHUK, 1966 *apud* RÉVÉSZ, 1977).

Antes de encerrar esta seção, convém sintetizar algumas das ideias essenciais apresentadas até aqui. As exigências organizativas e técnicas da industrialização acelerada do país, o confronto com os inimigos (internos e externos) do Estado e a concorrência com o mundo capitalista, influenciaram a conformação da doutrina marxista-leninista. Embora compartilhasse os princípios humanistas caros ao liberalismo, a ética soviética se apresenta como a única opção para a concretização do ideal humanístico. Ela pondera a segurança material do indivíduo em detrimento de sua liberdade. O marxismo soviético declarou a supremacia dos direitos sociais e econômicos (área de segurança) ao mesmo tempo em que condiciona o exercício do resto dos direitos (civis, políticos, culturais, etc.) à consecução dos objetivos do Estado socialista. A partir desse olhar, a democratização do sistema soviético, e daqueles nele inspirados – pois o marxismo soviético oficial acreditava que o socialismo só era possível sob uma aliança estreita com a URSS – dependeria da satisfação das necessidades materiais do povo, junto com o fim do confronto com os países capitalistas. E esse último seria possível apenas depois do triunfo definitivo do socialismo nos países ocidentais mais desenvolvidos.

Ao se autodenominar a vanguarda da classe operária, o papel condutor da revolução proletária que segundo Marx correspondia à classe operária, foi assumida por intelectuais revolucionários. Em vez de sujeitos das transformações, os trabalhadores se tornam o objeto delas. Com a supressão da democracia política e a burocratização do partido, conformou-se entre este e a sociedade, uma relação verticalizada, paternalista e autoritária. Além da economia, o partido monopolizou e controlou a produção ideológica, por meio da doutrinação e censura. A nova ideologia redefiniu os princípios éticos e a moral, assim como o significado e limites dos direitos dos cidadãos. A ampliação dos direitos sociais e econômicos foi ostensiva, mas foram percebidos como presentes do Estado e não como conquistas da cidadania que o processo gerou. Em paralelo, a limitação dos direitos civis e políticos, a desproteção dos cidadãos perante o grupo dirigente, ele mesmo acima da lei, era apenas ponta do iceberg do déficit de pré-requisitos que inviabilizaram a possibilidade, mesmo no quadro de um regime superior à autocracia czarista, do florescimento de uma democracia social e política, e de um Estado de direito.

## **2.5 Expressão do espírito do povo: Marx e a liberdade de imprensa**

A primeira experiência de Karl Marx no jornalismo aconteceu entre janeiro de 1842 e março de 1843. Ao longo desse breve período, o jovem doutor em Filosofia escreveu vários artigos em defesa da

liberdade de imprensa e dos direitos das classes subalternas, perante um Estado que, de acordo com o idealismo de Hegel, representava o interesse universal, mas que Marx, através da prática do jornalismo, perceberia como um instrumento a serviço da exploração realizada pelas classes dominantes (GIL, 2004; LOBÃO, 2015).

Em fevereiro de 1842, Marx publicou seus *Comentários sobre a Nova Instrução de Censura Prussiana* para denunciar que as orientações aos censores não significavam a flexibilização da censura de imprensa vigente na Alemanha, mas sua intensificação. Editada pelo governo prussiano, a norma legal orientava que a censura não devia obstaculizar a séria e modesta apuração da verdade, nem impor uma coação indébita aos escritores. No entanto, na perspectiva de Marx (1983), o uso de adjetivos como “séria” e “modesta” escondia o poder discricionário com que o censor determinaria quais fatos ou resultados de investigações jornalísticas seriam publicados ou omitidos pelos periódicos. A norma permitiria a publicação de textos que, embora críticos do Estado e seus órgãos, fossem escritos de forma decorosa e com intenções consideradas boas. Para ele era preocupante que as instruções enviadas para censores não definissem o significado de termos como “boas intenções” e advertiu que tais ambiguidades submeteriam o jornalista ao tribunal da suspeita, porque as leis que não se embasavam nos acontecimentos em si, mas nas intenções dos responsáveis desses acontecimentos legitimavam a arbitrariedade.

Segundo Gil (2004, p. 174, tradução nossa), Marx defendeu a publicação de leis escritas e claras, pois “a falta de exatidão é um privilégio em mãos de um grupo privado e, portanto, contrário ao interesse da sociedade”. “As leis baseadas em intenções não são leis do Estado ditadas para os cidadãos, mas leis de um partido contra outro partido”. Tratava-se de leis “tendenciosas” e “reacionárias que suprimem a igualdade dos cidadãos perante a lei” e “dividem ao invés de unir”. No olhar dele, a imprensa é expressão do espírito do povo, destarte, somente a liberdade de imprensa faz com que a razão se expresse. A censura, entretanto, enfraquece a imprensa, envilece o governo, engana o povo e nega o desenvolvimento da razão. E nesse sentido, o filósofo assegurou que o melhor remédio contra a censura na Alemanha era sua supressão.

Os argumentos marxianos sobre a liberdade de imprensa são perpassados pela filosofia de Spinoza, que considerou que uma das grandes metas do direito público era que, baseado na lei, o Estado só castigasse os atos e permitisse a impunidade das palavras. Marx entende que o mundo das intenções é essencialmente opaco para qualquer discussão que se pretenda objetiva, ainda mais levando em conta que as instruções aos censores não se referem à intencionalidade de uma determinada ação material, mas à intenção atribuída a uma opinião publicada. Para ele, "achar o contrário seria confiar cegamente nas capacidades do policial ou do juiz censor" (GUERRERO, 2018, tradução livre).

Desde a escrita das páginas da *Gazeta Renana* Karl Marx se consagrou na luta pela liberdade de imprensa. Numa série (publicada em seis partes, entre 5 e 19 de maio de 1842), intitulada *Debates sobre a Liberdade de Imprensa e Publicação das Discussões da Assembleia Provincial*, o jornalista criticou a defesa da censura, feita por um representante da nobreza, na Dieta (assembleia) da província do Reno, entre maio e julho de 1841. No intuito de proteger os privilégios de classe, o orador advogou pela não publicação da íntegra dos debates que aconteciam na Dieta provincial, no intuito de evitar que a opinião pública afetasse a “liberdade de palavra e a naturalidade do discurso”. O representante também propôs a aplicação de medidas coercitivas contra a imprensa, pois, segundo ele, a censura seria um mal menor se comparada com as ofensas veiculadas pelos periódicos (MARX, 1983, p. 72, tradução livre).

Na contramão do representante renano, Marx (1983, p.79, tradução livre) defendeu a publicação integral das deliberações e a liberdade de imprensa, garantia da realização da própria liberdade em si. Isso porque a imposição legal da censura não eliminaria a luta entre verdade e mentira, nem os embates entre os jornais bons e ruins. A censura, afirmou, “torna unilateral, transforma uma luta aberta em uma luta oculta, transforma uma luta de princípios em uma luta entre princípios sem poder e poder sem princípios”. Nessa série de artigos, o filósofo sugeriu que a única censura verdadeira era a crítica que a liberdade de imprensa proporcionava.

Todavia, Marx (1983) também constatou tentativas de impor limites à imprensa, vindos de um representante da burguesia, que defendeu um ponto de vista que restringia a liberdade de imprensa ao ofício realizado por uma determinada corporação. Ao se tratar de uma atividade inerente à liberdade humana, para Marx a imprensa livre não devia ser reduzida a um ofício, pois, inclusive no plano formal, a liberdade de imprensa não era uma prerrogativa exclusiva de determinados estamentos sociais, mas um direito de todos os integrantes de uma sociedade democrática.

De acordo com Lobão (2015, p. 176),

Marx enfatiza a liberdade de imprensa como o pressuposto de todas as outras liberdades; ou melhor, como a essência da liberdade, já que a liberdade de imprensa se encontra no próprio âmbito político do exercício da liberdade. Para ele, a liberdade de imprensa não se reduz à liberdade de exercício do ofício de uma corporação, porque ela não é um serviço prestado a um cliente; ela é ampla liberdade de expressão de uma opinião autêntica.

Ainda nessa série de textos, o pensador registrou que, contradizendo oradores nobres e burgueses, representantes dos camponeses foram os únicos a defender veementemente a liberdade de imprensa, já que sem ela, o resto das liberdades se tornava ilusório. É provável que nesses artigos Marx entendesse com maior profundidade “o significado e a função básica da liberdade de imprensa: o controle do poder

político constituído, sendo um nexó crítico entre as instituições e a população” (GUERRERO, 2018, tradução nossa).

Em seu artigo em defesa dos direitos de vinicultores do Mosela, publicado em janeiro de 1843, Marx reafirmou o papel de mediador que a imprensa exerce entre governados e governantes.

A administração e os administrados precisam de um terceiro elemento, que é político sem ser oficial, ou seja, não parte de pressupostos burocráticos, que também é civil, sem estar imediatamente comprometido com os interesses privados e suas necessidades. Este elemento complementar da cabeça cívico-estatal e o coração civil é a imprensa livre. No âmbito da imprensa, a administração e os administrados podem igualmente criticar seus princípios e demandas, mas não dentro de uma relação de subordinação, mas com a mesma validade cívico-política (...) A imprensa livre carrega a necessidade popular com figura própria, sem passar por qualquer meio burocrático (...), até um poder diante do qual desaparece a diferença entre administrar e administrado e só há cidadãos mais próximos ou mais distantes (MARX, 1983, p.280, tradução nossa).

Embora fosse um idealista hegeliano, o jovem Marx (1983) não insinuou que a imprensa pudesse apagar as hierarquias sociais e as assimetrias de poder presentes em sociedades classistas. De acordo com seu olhar de o dever ser, o filósofo indica as potencialidades da imprensa como meio de comunicação (no sentido de pôr em comum) e como instituição social que dialoga e critica o Estado, sem sofrer a indiferença e os constrangimentos que os cidadãos simples, em especial os mais pobres (material e culturalmente) enfrentam. Para ele, uma imprensa livre defenderia os interesses do povo e articularia o indivíduo com o Estado e com o mundo.

Além de denunciar a censura do Estado prussiano, Marx (1983) sugeriu que as desigualdades também limitavam o exercício da liberdade de imprensa. Na série sobre a crise dos viticultores, o autor reconheceu que nem todos eles tinham a mesma capacidade para expressar publicamente seus interesses e interagir com o Estado. Portanto, a não interferência estatal nas redações dos periódicos era insuficiente para a concretização da liberdade de imprensa, quando entendida como um direito de todos os cidadãos. Ainda que ele não tenha feito uma discussão aprofundada sobre esse tema, segundo Guerrero (2018), a partir dos artigos sobre os viticultores é possível inferir que, para Marx as precariedades material e expressiva podiam limitar o exercício dos direitos civis. Essa atitude, rara num filósofo liberal, denota não apenas a sensibilidade e ética humanista presente nele, mas também a evolução de seu pensamento na direção do que depois se denominaria marxismo.

A abrangência da liberdade de imprensa na Prússia continuou a ser um dos focos do jovem Marx. Para ele, sob o regime de censura o “Estado carece de liberdade de imprensa, ainda que ela só seja

desfrutada pelo governo. Os escritores oficiais do governo possuem liberdade de imprensa plena”, pois agem como seus secretários. Dessa forma, se um secretário errasse ao “expressar a opinião de seu chefe, o chefe “risca o escrito”. Afinal, é “a censura que escreve os jornais”. (MARX, ENGELS 1983, p. 94-95, tradução nossa).

O filósofo-jornalista também registrou as tentativas de censura promovidas por setores conservadores da sociedade. Após a *Gazeta de Colônia* solicitar publicamente a censura da *Gazeta Renana*, com motivo da publicação artigos políticos e filosóficos, Marx (1987, p. 130) afirmou que a liberdade de imprensa era necessária para que os jornais pudessem publicar sobre qualquer tema, inclusive os mais espinhosos e polêmicos. A publicação de escritos políticos havia permitido que os “fornecedores de jornais” percebessem que “a filosofia não era alimento adequado” para seus leitores e acionaram o governo, pois, na opinião deles, o tratamento jornalístico dos problemas filosóficos e religiosos “não era honrado, nem contribuía para a ilustrar o público”. Na polêmica com a *Gazeta de Colonia*, Marx não só documentou a disputa ideológica no seio da sociedade alemã, mas as ações políticas dos setores conservadores para utilizar o Estado em função de seus interesses classistas e visões de mundo.

Durante seu percurso como jornalista da *Gazeta Renana*, Marx (1983, p. 87, tradução nossa) constatou que além de constrangimentos legais, políticos e materiais, a liberdade de expressão era ameaçada pelos interesses do capital. “A imprensa francesa”, afirmou, “não é livre o suficiente”. “Ela não está submetida a nenhuma censura espiritual, mas sim a uma censura material: as grandes fianças monetárias”. Desta forma, o jovem Marx demonstra que seu idealismo não é uma fonte de conformismo, mas um referente ético para perceber e denunciar as contradições entre as promessas de liberdade e igualdade feitas pela burguesia e a realidade de uma sociedade injusta e opressiva.

Apesar de ainda não contar com os conhecimentos suficientes sobre economia e sociologia que anos mais tarde lhe permitiriam analisar os fundamentos da sociedade capitalista, a partir das relações materiais que estabeleciam seus integrantes, nessa etapa de sua vida, o jovem Marx deu os primeiros passos na crítica do Estado e da sociedade modernos. Em 1843, o filósofo já percebia que o Estado, diferentemente da visão de Hegel, não estava composto pela totalidade dos indivíduos e que a vontade dele se conformava a partir das ambições de seus funcionários que, aliás, serviam a interesses próprios que não eram universais. Desta forma, o jornalismo ajudou Marx a observar as contradições entre a filosofia teórica e o que de fato acontecia na sociedade em que viveu (GIL, 2004; VERMIL, ATIENZA, 1983).

Nos escritos veiculados pela *Gazeta Renana*, Marx referiu-se à necessidade de superar o marco teórico – baseado no idealismo de Hegel e no direito natural – e as práticas políticas e sociais por ele pautadas. Conforme Gil (2004), nesse momento, o futuro teórico da revolução social entenderia que a



tarefa do novo jornalismo seria fomentar a transformação da realidade para conseguir um desenvolvimento mais harmônico da sociedade. Nas séries *Debates sobre a Lei do Furto de Lenha*, de 1842, e *Justificação do correspondente do Mosela*, de 1843, defendeu lenhadores e vinicultores pobres, respectivamente, ao afirmar que os interesses dos proprietários não condiziam com a razão do Estado. As críticas aos donos de terras marcaram a oposição política de Marx perante a pretensão de instrumentalizar o Estado em função de interesses privados. Na segunda série de artigos, Marx (1983) voltou a defender a liberdade de imprensa para que, por meio dela, problemas como a pobreza se tornem gerais e fossem incluídos na agenda política do Estado.

Esses artigos foram concebidos por um Marx que, a partir de uma perspectiva radical-liberal ainda acreditava num estado defensor das liberdades. Um estado ideal, superior ao Estado prussiano realmente existente. Assim sendo, o jovem filósofo se tornou defensor de todos os direitos humanos levantados pelo liberalismo. Para ele, a liberdade e a igualdade constituíam os fundamentos desse estado racional. Tais concepções mostram a adesão de Marx ao direito natural e a um idealismo que, no entanto, impulsionou a sua vontade para transformar a realidade (VERMAL, ATIENZA, 1983).

Além de críticas realistas da política e do direito na sociedade prussiana, Marx argumentou sobre a responsabilidade do Estado na solução das desigualdades. Nesse sentido, seu pensamento salientou que uma transformação social seria possível por meio da reforma do Estado. Contudo, anos depois o revolucionário entenderia que o Estado estava sob o controle da burguesia e que essa classe era, na verdade, menos revolucionária do que ele havia imaginado (GIL, 2004, p. 171, tradução nossa).

Por meio do materialismo histórico, Marx não apenas explicou as relações de poder entre os proprietários dos meios de produção e os indivíduos despossuídos de bens materiais, mas também a submissão do jornalismo aos interesses capitalistas. Numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas, o jornalismo é reflexo das relações de subordinação entre os membros de uma sociedade. Como parte da superestrutura, os jornais exercem uma função legitimadora e se tornam, necessariamente, instrumentos imprescindíveis para a manutenção da ordem hierárquica estabelecida. Portanto, os periódicos atuam como legitimadores das ideias da classe dominante, no caso da burguesia, que além dos meios de produção de mercadorias, dispõe dos meios de produção simbólica, dentre deles, a imprensa. Numa sociedade de classes, o jornalismo e os meios de comunicação têm caráter classista, são instrumentos da luta de classes e, em especial, da luta ideológica. Nesse sentido, para o filósofo, os jornalistas dos veículos burgueses eram ideólogos da classe dominante e representantes e defensores dos interesses da burguesia (GIL, 2004).

Ciente de que toda reforma implementada pela burguesia contribuiria para a continuidade da exploração das classes trabalhadoras, Marx entendeu que a superação do antagonismo classista e a posterior constituição de uma sociedade igualitária, só seria possível por meio da prática revolucionária.

Em tese, esse processo de transformação social começaria quando o proletariado se consolidasse como uma força social revolucionária, com motivo do agravamento das contradições do sistema capitalista. Num contexto de luta de classes, apontou, surgiria um jornalismo revolucionário que defenderia os interesses do proletariado. Sob seu olhar, em meio às tensões interclassistas, seria inevitável o nascimento de jornais operários e de uma “imprensa libertadora” que participaria diretamente do “movimento transformador” (GIL, 2004, p. 172, tradução nossa).

Marx determinou que o surgimento de um aparato de comunicação eficaz era um dos pré-requisitos necessários para que revolução social que superaria o capitalismo pudesse acontecer. A mídia contribuiria para romper o isolamento do proletariado e teria um papel chave na conscientização da classe trabalhadora em torno de seus verdadeiros interesses e da necessidade da transformação revolucionária. Portanto, no materialismo marxista, o estabelecimento de jornais operários foi uma “prioridade política e um elemento essencial no desenvolvimento da consciência de classe em todo o seu potencial revolucionário” (MCNAIR, 1991, p. 10-11, tradução nossa). Publicado por Marx e Engels, em 31 de maio de 1848, como órgão oficial da União dos Comunistas, a *Nova Gazeta Renana* (Neue Rheinische Zeitung) foi um paradigma para os sucessivos jornais proletários, inclusive os criados por Lenin e os bolcheviques.

Em linhas gerais, na concepção marxiana, o jornalismo deveria realizar duas missões principais: a informativa-cognoscitiva e a formativa. A primeira missão se refere à documentação e divulgação de fatos de interesse público, bem como influir e obter a confiança da audiência. Em segundo lugar, o jornalismo deve contribuir para conformar o “ideário coletivo de uma massa social crítica” e ser uma fonte de educação política para ampliar os conhecimentos dos integrantes da sociedade. Assim sendo, para o marxismo, o jornalista tem de ser um investigador rigoroso da realidade sobre a qual pretende informar. Ao mesmo tempo, deve aproximar os fatos dos públicos, fazer comparações, explicar as conexões entre diferentes acontecimentos, elaborar conceitos, conclusões e propostas alternativas. Como “sociólogo-informador”, além de uma investigação séria, o jornalista deve estar em contato com atores e protagonistas do movimento revolucionário e, obviamente, com os operários. Dito em síntese, a vinculação com o povo e a atitude crítica e polêmica são os princípios básicos do jornalista, conforme os postulados de Marx (GIL, 2004, p. 173, tradução nossa).

Além das funções mencionadas, o jornalismo também tinha a função de exercer a crítica interna ao Partido. Essa última ideia está contida numa carta que Friedrich Engels endereçou a August Bebel, em novembro de 1882. Segundo Engels (1882 *apud* KUNCZIK, 2002, p.116, tradução nossa):

Em verdade, é preciso ter no Partido uma imprensa que não dependa diretamente nem do Executivo nem do congresso do Partido, isto é, que

possa, dentro do programa e da tática aprovada, opor-se sem medo aos passos individuais do Partido e, dentro dos limites do decoro do Partido, também expor à crítica o programa e as táticas. O senhor, como executivo do Partido, deve favorecer essa imprensa, criá-la, em verdade, e então terá sobre ela uma influência moral maior ainda do que ela surgir contra a sua vontade.

Engels defendeu uma imprensa partidária, porém com a suficiente liberdade e autonomia para analisar criticamente tanto a realidade que se deseja transformar, quanto os atores, ideias e ações envolvidos no grande projeto da revolução contra o capital. É pertinente registrar que a defesa da liberdade de imprensa se manteve constante ao longo da vida de Marx. Em primeiro lugar, porque o exercício desse direito favoreceu notavelmente a produção e divulgação do pensamento marxista, por meio de livros, brochuras e artigos em jornais que circularam dentro e fora da Europa. Ainda segundo o pesquisador Michael Kunczik (2002, p. 116), para Marx, a transição do socialismo para o capitalismo não implicava o que ele mesmo haveria identificado como um retrocesso: a restrição da liberdade e dos direitos conquistados na luta contra o regime feudal, primeiro, e o “absolutismo burocrático”.

## **2.6 Um ‘mito burguês’: a liberdade de expressão em Lenin**

Do mesmo modo que o fez com o resto das liberdades civis, Lenin lutou pelo exercício da liberdade de imprensa ao compreender a utilidade do exercício desses direitos para a conscientização da classe trabalhadora, o debate ideológico, a organização do partido que conduziria a classe operária ao poder e as ações de propaganda e de agitação das massas. Contudo, para ele a liberdade de expressão era uma espada de dois gumes, pois o exercício desse direito era importante para o avanço de seu projeto revolucionário e, ao mesmo, um obstáculo perigoso, daí que o futuro líder dos bolcheviques exigisse ao Estado czarista a ampliação da liberdade de expressão, de um lado, e orientava que esta fosse limitada, por meio da censura interna, nos jornais militantes que dirigiu, de outro. Embora não saibamos se Lenin comentou as ideias sobre a liberdade de imprensa do jovem Marx, é provável que as considerasse como a expressão de um pensamento teórico e revolucionário ainda imaturo, alheia à realidade da Rússia imperial e longe das necessidades da luta pela emancipação das classes subjugadas pela monarquia e pelo capital (COCA, 1988).

A noção de Lenin sobre a liberdade de imprensa foi evoluindo ao longo de sua carreira política, resultado da identificação de déficits e vícios da imprensa nas mãos da burguesia e de questões práticas das lutas política e revolucionárias. Em 1906, depois da revolução burguesa do ano anterior, Lenin comentou que a liberdade do povo dependeria das garantias para exercer sem obstáculos os direitos civis e políticos, dentre eles, a liberdade de expressão e o sufrágio universal. No entanto, o que para ele eram direitos necessários num regime capitalista, caso a revolução socialista triunfasse, mudaria de conteúdo

e finalidade. Entre 1902 e 1912, as referências à liberdade de imprensa foram esporádicas e marginais nos artigos publicados por Lenin. Depois do início da Revolução russa de 1917, Lenin retoma com energia e maior frequência a publicação de artigos com considerações sobre a liberdade de imprensa a partir de uma perspectiva ainda liberal. Até então, o revolucionário russo demandou liberdades civis ilimitadas e, em seus escritos, não indicou que a concepção liberal dos direitos negativos seria alterada se os bolcheviques tomassem o poder (COCA, 1988).

Os primeiros sinais de que a liberdade de imprensa que Lenin defenderia mais adiante não era ilimitada aparecem em junho de 1917, numa crítica à inação do Governo Provisório perante a atuação de jornais abertamente contrarrevolucionários. Foi essa a primeira vez que Lenin exigiu punições duras contra periódicos, que além de atacar o Executivo, assediavam o jornal *Pravda*, na época, o principal veículo dos comunistas russos. Às vésperas da revolução socialista, observa-se na estratégia política de Lenin “a transição entre reivindicar a liberdade de imprensa ilimitada” e “a liberdade de imprensa socialista”, que inclui a defesa do próprio sistema”. Um acontecimento pode ter contribuído para a radicalização do pensamento leniniano sobre a liberdade de imprensa no capitalismo: o fechamento, por ordem do Governo Provisório, do *Pravda* e o assalto às suas instalações. Num artigo-denúncia publicado posteriormente, Lenin anunciou que o proletariado fecharia os veículos da burguesia, após o governo operário promulgar uma norma jurídica que declararia que os capitalistas e seus defensores são inimigos do povo. Em setembro de 1917, o líder comunista criticou a liberdade dos periódicos burgueses para difamar, garantida pela inação das autoridades. Desde esse mês até a revolução bolchevique, Lenin continuou a pedir punição contra os periódicos burgueses contrarrevolucionários (COCA, 1988, p. 173, tradução nossa).

Em setembro de 1917, Lenin insistiu no destino que a imprensa burguesa teria, caso os bolcheviques tomassem o poder na Rússia.

Só um governo dos soviets pode combater eficazmente uma injustiça tão manifesta como o fato de os capitalistas terem se apoderado das melhores impressoras e da maior parte dos jornais, com a ajuda de milhões de pessoas extraídas do povo. É necessário fechar os jornais burgueses contrarrevolucionários (*Riech*, *RusskoieSlovo*, etc.), confiscar suas impressoras, declarar o monopólio estatal sobre os anúncios privados nos jornais, transferi-los para o jornal publicado pelos soviets, um jornal que diz a verdade para os camponeses. Só desse modo se pode e deve privar a burguesia da sua poderosa arma de mentiras e calúnias, que lhe permite enganar impunemente o povo, desorientar os camponeses e preparar a contrarrevolução (LENIN, 1985a, p. 245, tradução nossa).

Nesse mês, num artigo sobre as medidas para garantir o sucesso dos bolcheviques na Assembleia Constituinte, o líder político já tinha criticado a liberdade de imprensa nestes termos:

Os capitalistas (e depois deles, por estupidez ou rotina, muitos eseristas e mencheviques) chamam de ‘liberdade de imprensa’ situação em que a censura foi suprimida e todos os partidos editam qualquer jornal sem obstáculos.

Na verdade, isso não é liberdade de imprensa, mas liberdade dos ricos, para a burguesia, para enganar as massas oprimidas e exploradas do povo. (...) a edição de um jornal é uma grande e lucrativa empresa capitalista, na qual os ricos investem milhões e milhões de rublos. 'Liberdade de imprensa' na sociedade burguesa significa liberdade para os ricos enganarem, corromperem, zombarem com milhões de cópias às massas populares exploradas e oprimidas, os pobres, de forma sistemática, contínua, cotidiana (LENIN, 1985b, p. 216-217, tradução nossa).

A aversão de Lenin pela liberdade de imprensa burguesa foi resultado da constatação na Rússia da época, da concentração da propriedade de comunicação nas mãos de poucos empresários privados e do controle que o capital exercia sobre as fábricas de papel e as oficinas de impressão. Lenin também explicou que o predomínio dos jornais burgueses nas cidades de Moscou e São Petersburgo não correspondia à vontade da maioria do eleitorado, pois, enquanto os partidos democráticos (eseristas, mencheviques e bolcheviques) tinham entre três quartos e quatro quintos dos votos, a tiragem de seus periódicos era significativamente menor que o número de veículos burgueses que circulavam diariamente (LENIN, 1985b).

Nesse artigo, Lenin (1985b) expôs as medidas que, segundo ele, atuariam conjuntamente para colocar a imprensa a serviço dos operários e camponeses. Primeiramente, o estabelecimento de um monopólio estatal que redirecionaria a publicidade dos jornais privados para os jornais editados pelos soviets, para privar a imprensa burguesa de sua principal fonte de ingressos e propiciar que os jornais revolucionários chegassem até o maior número de camponeses, a um preço popular ou gratuitamente. Na opinião de Lenin, essas medidas restabeleceriam e ampliariam a liberdade de imprensa, pois permitiriam que os cidadãos expressassem suas opiniões de forma pública e livre, um direito que nesse momento só exerciam os ricos e os grandes partidos. Essas medidas, assegurou o dirigente, fariam com que a liberdade de imprensa se concretizasse e que ela seria mais ampla e democrática.

Para Lenin (1985b), o centro da disputa não era a liberdade de imprensa em si, mas a “sagrada propriedade dos exploradores sobre as imprensas e os depósitos de papel jornal” (p. 219, tradução nossa). O plano que mudaria essa realidade consistia em acionar o poder do Estado para confiscar “todas as

imprensas e todo o papel para distribuí-los equitativamente”. O primeiro beneficiário seria o Estado, em interesse da maioria do povo; em segundo lugar, os partidos políticos mais votados. Por último, seriam beneficiados os partidos menores e logo, os grupos de cidadãos que tivessem um número significativo de membros ou assinaturas.

Essas ideias e propostas se tornaram traços definidores da noção de liberdade de expressão e de imprensa sob o socialismo. Conforme Lenin (1985b), independentemente das singularidades do contexto russo, a regulamentação dos anúncios publicitários para afetar os ingressos da mídia privada; o confisco, estatização e socialização das empresas jornalísticas privadas entre as organizações afins ao novo regime e a partidarização de toda a imprensa eram as medidas a serem implementadas por qualquer governo que pretendesse instaurar uma ditadura proletária. Sob seu olhar, tais medidas criariam uma imprensa livre dos constrangimentos do capital.

Todavia, a noção leniniana sobre a liberdade está perpassada por uma perspectiva materialista que equipara o reconhecimento formal do direito com a possibilidade de exercê-lo de fato. Noutras palavras, o direito só se concretiza quando existem as condições materiais que garantam seu exercício. Nessa lógica, os direitos de reunião e de imprensa, entre outros, deixam de ser ilusórios quando os cidadãos têm acesso e podem usar os meios materiais necessários, por exemplo, os locais de reunião, os parques gráficos, os estoques de papel e tinta.

Paradoxalmente, nessa concepção de materialista, os direitos civis deixam de ser negativos, porque seu exercício começa a depender de recursos distribuídos pelo Estado, em primeiro lugar, e pela sintonia entre os interesses estatais, sociais e individuais. Na concepção leniniana, o exercício da liberdade de imprensa vai do plano individual ao coletivo para permitir que as massas, representadas pelo Partido e suas organizações, usufruam dos meios de comunicação. Por fim, seguindo as leis que, segundo o marxismo, sugerem o desenvolvimento histórico e declaram a inevitabilidade da transição do capitalismo para o comunismo, esses e os outros direitos seriam exercidos em função dos objetivos políticos do Partido, vanguarda das classes trabalhadoras e reitor da construção socialista.

Em síntese, a imprensa passa do domínio do capital para o domínio do Estado e do Partido, as liberdades civis perdem sua natureza negativa, pois seu exercício depende do acesso a recursos materiais distribuídos pelo governo, em função de objetivos políticos determinados. Eis um paralelo com o que Calmon de Passos (2002) chama cidadania tutelada.

Após a conquista do poder, as ideias de Lenin sobre a liberdade de imprensa foram normalizadas num decreto publicado em 10 de novembro de 1917. Na norma, o Governo operário-camponês expressou que a imprensa burguesa era uma arma tão perigosa quanto as bombas e metralhadoras e que a liberdade de imprensa protegia a concentração da mídia em mãos privadas para “envenenar” a opinião pública e confundir as massas. A partir desses argumentos e da necessidade de consolidar o novo regime,

foi decretada a suspensão dos jornais que incitassem a violência e a desobediência contra o Governo, divulgassem notícias falsas para confundir os cidadãos e incitassem a execução de atos criminais. O decreto teria caráter provisório e seria revogado, por meio de uma ordem especial, após o restabelecimento da normalidade.

Uma semana depois da publicação do decreto, em meio às críticas e pressões para que fosse derogado, os bolcheviques emitiram uma resolução reconhecendo que “a proibição dos jornais burgueses (...) constituiu o primeiro passo para a instauração da nova lei de imprensa” que impediria que os capitalistas (...) continuem sendo os fabricantes onipotentes da opinião pública”. O passo seguinte seria o confisco e estatização das “tipografias e os depósitos de papel privados para que “os partidos e os grupos tenham à sua disposição meios técnicos”, levando em conta “a importância política real das ideias que representam, isto é, de acordo com o número de seus membros”. Nessas circunstâncias, e estabelecidos os objetivos políticos dos bolcheviques, a restituição da liberdade de imprensa para todas as classes sociais, seria “uma capitulação inadmissível diante da vontade do capital”, “a entrega de uma das posições mais importantes da revolução operária e camponesa”, portanto, “uma medida francamente contrarrevolucionária” (REED, 1974. p. 324-325, tradução nossa).

Ao defender a polêmica resolução, Liev Trotsky reiterou que os jornais eram armas e que a proibição dos jornais burgueses era uma “medida de legítima defesa”.

A monopolização da imprensa pela burguesia deve ser abolida. De outro modo, haver tomado o poder não faria sentido. (...) A de propriedade das tipografias e do papel cabe, em primeiro lugar, aos camponeses e operários, que representam a maioria da população e só depois os burgueses, que são minoria. O traspasso do poder aos soviets irá modificar radicalmente todas as condições de existência social e essa transformação terá que se manifestar necessariamente na imprensa (REED, 1974, p. 326, tradução nossa)

Além dos elementos já apresentados por Lenin, o discurso de Trotsky reflete a visão utilitarista com que as lideranças bolcheviques entendiam a função dos meios de comunicação social e a liberdade dos direitos de livre expressão e imprensa. Em paralelo, a insistência em considerar a imprensa como arma ideológica que não poderia ficar em mãos dos inimigos da Revolução socialista que se iniciava, embora só condissesse com a realidade do momento, seria usada de forma permanente para justificar a censura e as limitações do direito à comunicação a opositores e críticos do sistema socialista, nos regimes de viés soviético, estabelecidos ao longo do século XX.

Na ocasião, Lenin explicou que a guerra civil não havia terminado e, nessas circunstâncias, a continuidade das medidas para reprimir a imprensa ainda eram necessárias, que tolerar os jornais burgueses equivalia a deixar de ser socialista e que aqueles que falavam em liberdade de imprensa geral,

retrocediam e obstaculizavam o avanço ao socialismo. O líder bolchevique afirmou que a revolução, tida como fonte de Direito, outorgou a prerrogativa de abolir todos os jornais burgueses e que era impossível separar a questão da liberdade de imprensa dos outros aspectos da luta de classes. A princípio, essas restrições valeriam para os veículos da burguesia e os jornais dos partidos socialistas poderiam continuar a circular sempre que não incitassem a rebelião armada e à desobediência contra o Governo soviético. Contudo, o dirigente máximo dos comunistas russos aproveitou para deixar claro que em hipótese alguma seria permitido que, sob o pretexto de liberdade de imprensa socialista, os partidos, apoiados em segredo pela burguesia, tentassem obter o monopólio da imprensa, da tinta de impressão e do papel. Assim, o monopólio sobre os meios de produção simbólica seria patrimônio exclusivo do Governo, responsável também pela distribuição desses bens entre os partidos socialistas, em primeiro lugar (REED, 1974).

Ao decreto sobre a imprensa se somaria, em dezembro de 1917, outro que estabeleceu o monopólio do Estado sobre a inserção de anúncios publicitários em jornais, livros, quiosques, paredes, escritórios e outros locais. A partir desse momento, apenas os jornais oficiais foram autorizados a se beneficiar das verbas vindas da publicidade (REED, 1974). E, estabelecido em 28 de janeiro de 1918, o Tribunal Revolucionário da Imprensa foi outro dos mecanismos criados para punir as contravenções e crimes contra o povo, através do uso da imprensa (KAGARLITSKY, 2006). Daí em diante, a imprensa burguesa começou a desaparecer gradativamente. No entanto, alguns jornais continuaram a circular clandestinamente, até que Lenin, em mais uma jogada de mestre, apertou o controle nas oficinas de impressão, para evitar que fossem utilizadas pela imprensa inimiga (COCA, 1988).

O controle sobre as impressoras, por meio de operários comprometidos com o Partido, foi outro dos aprendizados que o estadista soviético legaria a seus seguidores mundo afora (MARRERO, 2018). Entre 1917 e 1918, cerca de três mil duzentas publicações privadas foram fechadas coercitivamente, por meio das medidas legais e administrativas ditadas pelo Governo. Outras fecharam diante da falta de recursos provocada pelo fim das verbas publicitárias. Em março de 1919, o aparato mediático do país estava sob o controle dos bolcheviques e começou a se consolidar um sistema midiático a serviço exclusivo do único Partido no poder (MCNAIR, 1991). Na sequência, a censura de imprensa atingiu os jornais da esquerda não comunista que não apoiavam o governo soviético (COCA, 1988) e, na altura de 1922, todos os partidos de oposição foram ilegalizados e junto com eles, seus veículos de imprensa (MCNAIR, 1991, HOPKINGS, 1965).

Além dos referidos decretos, em prol de assegurar a “verdadeira liberdade de expressão” dos trabalhadores, a Constituição Soviética de 1918 eliminou “a dependência da imprensa em relação ao capital” e entregou à classe trabalhadora e aos camponeses pobres “todos os meios técnicos e materiais, necessários à publicação de jornais, brochuras, livros e todas as demais produções impressas, garantindo



sua livre difusão por todo o país” (RÚSSIA, 1918, art. 14, tradução nossa). Essa noção materialista, que torna as liberdades de expressão e de imprensa uma prerrogativa concedida pelo Estado a seus partidários, se manteve nas constituições soviéticas de 1924, 1936 e 1977; em suas homólogas dos países que integraram o bloco soviético na Europa (RÁVÉSZ, 1977) e em Cuba, depois da Revolução de 1959 (PADILLA, VIERA, 2021).

Durante os meses que antecederam a implementação da Nova Política Econômica (NEP), as restrições à liberdade de imprensa impostas no decorrer da guerra civil foram amenizadas. Foi assim que editoras privadas e publicações não bolcheviques ressurgiram, permitindo que os debates intensos se espalhassem. Tal cenário se contrapõe ao silêncio e à unanimidade que depois, e por mais de seis décadas, caracterizará a mídia soviética. Este breve oásis de liberdade de expressão e imprensa terminou após a resolução —aprovada no X Congresso do Partido, em março de 1921 — que proibiu as facções dentro do Partido e limitou o debate interno. Os líderes soviéticos temiam que as divergências políticas e ideológicas entre as várias tendências pudessem sair de controle e provocar lutas internas pelo poder, uma fratura da unidade ou conflito armado entre comunistas (KAGARLITSKY, 2006).

Em 1921, o dirigente operário Gavril Miasnikov solicitou num memorando enviado ao Comitê Central, a restituição da liberdade de imprensa de todos os cidadãos. Esse direito, afirmou Miasnikov, era a única forma de evitar as arbitrariedades e manter a honestidade e a eficiência no funcionamento interno do Partido. Sem a liberdade de fazer críticas, apontou, a corrupção e os erros atingiriam o governo. Em resposta a Miasnikov, Lenin (1978) reiterou que o restabelecimento da liberdade de imprensa, numa época em que a burguesia internacional era mais forte que os comunistas, significaria autorizar a liberdade de organização política para a burguesia russa e seus apoiadores. A liberdade de imprensa, segundo o dirigente, não ajudaria a resolver os problemas do Partido Comunista, mas facilitaria os planos dos inimigos da classe trabalhadora, ao propiciar que a burguesia internacional comprasse milhares de escritores, organizando luta e a propaganda contra o Estado soviético. Para o líder bolchevique, as comissões internas e a imprensa partidária eram os espaços adequados para criticar os déficits do Partido e denunciar os abusos de autoridade de seus dirigentes. Em sua perspectiva,

A ‘liberdade de imprensa’ não servirá para purgar o Partido Comunista da Rússia de suas várias fraquezas, erros, infortúnios e doenças (há muitas doenças, isso é indiscutível), porque a burguesia mundial não quer isso; a liberdade de imprensa se tornará uma arma nas mãos desta burguesia mundial, que não morreu (LENIN, 1978, p. 422, tradução nossa, p. 422, tradução nossa).

Lenin (1978) não convenceu Miasnikov da pertinência de limitar a liberdade de imprensa num país onde a burguesia havia sido derrotada. O veterano bolchevique respondeu que não queria liberdade

de imprensa para a burguesia, mas para ele, um proletário e militante do Partido. Miasnikov disse também que em sua luta para derrotar a burguesia, Lenin prejudicava os direitos da classe trabalhadora: “O problema é que, enquanto você levanta a mão contra o capitalista, você desfere um golpe no trabalhador” (MIASNIKOV, 1923 *apud* AVRICH, 1984, p. 11, tradução nossa).

Contrariando a vontade de Lenin e do Partido, Miasnikov fez campanha pela restauração da liberdade de imprensa em nível local, publicou artigos críticos e o livro *Materiais de Debate*. Acusado de insubordinação, o metalúrgico foi expulso do Partido em 1922 (AVRICH, 1984). Naquele ano, a censura da imprensa foi restabelecida e, entre suas primeiras vítimas, estavam as revistas dissidentes *Mysl* (Pensar) e *Economist* (KAGARLITSKY, 2006).

A polêmica entre Lenin e Miasnikov e o fechamento de publicações críticas trouxe à tona um grande paradoxo: num regime em que as classes trabalhadoras tinham o poder — ao menos em tese — seus direitos eram tão ou mais ilusórios que no capitalismo, pois seu exercício não dependia de seu reconhecimento legal, nem da socialização dos meios de produção simbólica, mas, e principalmente, da obediência da linha determinada pelos máximos dirigentes do Partido. O desentendimento entre ambos os camaradas de luta evidenciou, seguindo a própria lógica marxista, o fato de que os pontos de vista que os líderes do Partido expressavam na imprensa soviética nem sempre concordavam com os da classe que supostamente representavam.

Todavia, o ápice da criminalização da liberdade de expressão fora das diretrizes do Partido foi o rascunho de um artigo do Código Penal da Rússia Soviética, escrito por Lênin, em maio de 1922 e citado a seguir:

A propagação a agitação, participação ou colaboração com as organizações que atuam (por meio da propaganda e da agitação) em apoio do setor da burguesia internacional que se nega a reconhecer os direitos do sistema comunista de propriedade (...) e procura a derrubar esse sistema mediante a violência, seja por meio da intervenção, o bloqueio, espionagem, financiamento da imprensa e meios similares, é um crime punido com pena de morte. Caso existam atenuantes, a pena poderá ser comutada para privação de liberdade ou deportação (LENIN, 1978, p. 338-339, tradução nossa).

Até sua morte, em janeiro de 1924, Lenin rejeitou a restauração da chamada liberdade de imprensa, um mito burguês imposto pelas democracias liberais (MCNAIR, 1991) e uma heresia no socialismo de Estado. Conforme Coca (1988), Lenin continuou a defender seu conceito de liberdade de imprensa no socialismo e a necessidade de fechar os jornais contrarrevolucionários para não entregar armas para inimigo. Ironicamente, o chefe do primeiro Estado socialista defendia a censura dentro da Rússia, enquanto denunciava a proibição da imprensa soviética nos países europeus.

O regime político de partido único, configurado a partir de 1922, atingiu a fase mais autoritária durante o mandato de Iósev Stalin. Em 1929, o novo secretário-geral do Partido reafirmou que, sob a ditadura do proletariado, não haveria liberdade de imprensa para a burguesia e assegurou que os trabalhadores exerciam uma liberdade de expressão ampla e universal (RÉVÉSZ, 1977). Não obstante, sob o regime personalista de Stalin a ideia do monopólio proletário da imprensa foi subvertida e a já limitada liberdade de expressão foi eliminada (MCNAIR, 1991), como se se tratasse, parafraseando Trotsky, de um ato de legítima defesa.

Os dirigentes soviéticos que vieram depois, com a exceção de Mikhail Gorbachov, talvez entenderam que o relaxamento dos controles sobre a mídia e a sociedade, provocaria a implosão de um modelo que não suportava reformas políticas democratizantes. Isto foi preconizado por Karl Kautsky (2018) e demonstrado com a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a dissolução do Estado soviético, em 1991. As tentativas de democratizar esses modelos de socialismo propiciaram a emergência de focos de insurgências, próprios de uma cidadania ativa incompatível com uma ditadura de partido único.

A noção de liberdade de imprensa de Lenin mostra o pragmatismo de um estadista que luta para preservação de seu projeto político. No entanto, as insistentes referências às leis que, segundo o materialismo histórico, regiam o desenvolvimento das sociedades humanas, substituíram os princípios e valores inerentes ao Direito natural, no intuito de convencer as massas da necessidade de sacrificar as liberdades individuais no altar do comunismo. O suposto objetivismo, defendido por Lenin e seus sucessores, que justificava a pertinência de medidas pragmáticas, mas impopulares dentro ou fora da União Soviética, era, na verdade, o resultado das necessidades concretas do momento histórico ou, se atuassem com boa fé, da análise que os líderes do Partido faziam dos problemas da realidade. O idealismo burguês, criticado por Marx e Lenin, foi suprido pela doutrina marxista-leninista, tão hegeliana quanto o primeiro em suas pretensões de universalidade.

De acordo com Révész (1977), o monopólio político dos partidos comunistas em todos os países socialistas, provocou a restrição da liberdade de imprensa. Orientadas pelo marxismo-leninismo, as constituições da maioria dos regimes socialistas adotaram uma concepção materializada da liberdade de imprensa, ao declarar que a socialização dos meios de comunicação era equivalente ao exercício desse direito. Ao mesmo tempo, essas nações instrumentalizaram a liberdade de expressão e de imprensa ao determinarem que esses direitos seriam exercidos conforme os interesses e objetivos —definidos pelos dirigentes políticos— da sociedade socialista, nunca contra ela. Ainda na década de 1960, a literatura acadêmica soviética justificava que a liberdade estava ligada à responsabilidade perante a sociedade, e a imprensa devia seguir esse princípio. Em agosto de 1968, o jornal soviético *Pravda* expressou que a liberdade absoluta de imprensa equivalia à liberdade de atuar contra o partido e em prol da conquista do

poder pelos inimigos, ao oferece-lhes a oportunidade de publicar ideias revisionistas contra o Partido, a URSS e o socialismo.

## **2.7 O modelo midiático soviético**

O aparato midiático dos bolcheviques desempenhou um papel fundamental no triunfo da revolta que, em novembro de 1917, abriu as portas para o estabelecimento do poder soviético e do primeiro estado socialista da história. Dezoito anos antes, durante seu exílio político na Sibéria, o jovem marxista Vladimir Ilyich Ulianov começou a esboçar suas primeiras ideias sobre a função dos jornais na organização da luta revolucionária na Rússia czarista. Ciente de que “a tarefa da socialdemocracia” russa era “transformar a luta espontânea dos operários contra os opressores numa luta de toda a classe, na luta de um partido político concreto por ideais políticos e socialistas concretos”, Lênin (1979, online) afirmou que a “organização de um órgão do partido que apareça regularmente e esteja vinculado estreitamente a todos os grupos locais” era o “objetivo imediato”. Unir os socialdemocratas numa organização de caráter nacional seria o primeiro passo da luta revolucionária.

Na época em que o líder publicou suas primeiras ideias sobre a imprensa, a Rússia ainda estava sob o regime monárquico-absolutista da dinastia Románov. Sem liberdades políticas e civis, e com um partido revolucionário pequeno, desorganizado e disperso, Lenin (1979, online) compreendeu a necessidade da criação de um órgão do partido que fosse publicado e distribuído com regularidade. Até conquistar a liberdade política, um jornal revolucionário possibilitaria a organização de todo o movimento operário.

De acordo com Hopkins (1965), nos escritos siberianos o futuro líder bolchevique viu no jornal um canal de comunicação, instituição partidária e uma força política em si mesma. Nas palavras de Brian McNair (1991, p. 14, tradução nossa),

Para Lenin, o estabelecimento de uma imprensa partidária centralizada foi um passo essencial na criação de uma vanguarda revolucionária. As tarefas impostas pela necessidade de coletar, processar e distribuir informações em grande escala teriam necessariamente de criar o tipo de organização que ele acreditava ser o pré-requisito para a revolução socialista na Rússia. A eficácia do Partido e a eficácia dos meios de comunicação eram indissociáveis.

Posteriormente, convencido da improbabilidade de que as dezenas de jornais socialdemocratas russos se fundissem num órgão central, cuja subordinação ao Partido suprimiria a diversidade de ideias presentes no movimento revolucionário (como alegaram os detratores da iniciativa), Lenin considerou que os periódicos locais deveriam focar na discussão de diferentes pontos de vista, enquanto o jornal

central abordaria, de forma mais ampla, assuntos teóricos, políticos e práticos, bem como informaria sobre as principais linhas de ação. No *Projeto de declaração da redação do Iskra e Zariá*, escrito na primavera astral de 1900, o revolucionário afirmou que a opinião dos editores desses periódicos não representaria a totalidade de critérios dos socialdemocratas russos, nem pretendia negar as divergências existentes. O objetivo era que “os nossos órgãos de imprensa sejam órgãos de discussão de todos os problemas” para os socialdemocratas russos, independentemente das diferenças dos matizes de suas opiniões. Ao invés de rejeitá-la, os jornais acolheriam a polêmica entre camaradas para esclarecer a profundidade das discrepâncias, discutir questões problemáticas e lutar contra os extremismos (LENIN, 1979, n.p.).

Sem abandonar a luta de classes, e levando em conta que a classe operária e a socialdemocracia russas eram a vanguarda na luta pela democracia e pela liberdade política, o caráter de seus jornais devia ser democrático em âmbito geral. Desta forma, os jornais socialdemocratas estariam abertos a todos os que lutavam honestamente contra a autocracia, independente de seus pontos de vista e classe social (LENIN, 1979, n.p.). O objetivo do Partido era a constituição de uma espécie de frente ampla que, liderada pela socialdemocracia, atraísse os setores oprimidos pelo regime czarista e desejavam lutar pelas liberdades políticas. Contudo, sob pressão da velha guarda da militância comunista russa, o *Iskra* e o *Zariá* se orientaram por uma política editorial fechada à pluralidade e conduzida, estritamente, pelo marxismo (COCA, 1988; HOPKINS, 1965). Segundo o próprio Lenin (1979, tradução nossa), todas as energias se dedicariam à criação de “uma literatura comum, fiel sem reservas aos princípios e capaz de unir ideologicamente a socialdemocracia revolucionária”. Assim sendo, era compreensível que um jornal revolucionário não fosse “um mero depósito de concepções diversas”, mas guiado “no espírito de uma orientação estritamente definida” que “pode ser expressa com uma única palavra: marxismo”.

A revolução burguesa de 1905 abriu primeiro as portas para o desmantelamento do absolutismo monárquico, e, em seguida, possibilitou a abolição definitiva do czarismo e a instauração de uma república, a princípio burguesa, na Rússia. Após o relaxamento da censura de imprensa, a prioridade do Partido foi a centralização do controle dos jornais socialdemocratas. Na época, Lenin exigiu a absoluta subordinação da atividade jornalística aos objetivos e tarefas do Partido.

A literatura deve adquirir um caráter partidário. Em oposição aos hábitos burgueses, em oposição à imprensa burguesa mercantil e empresarial, em oposição ao carreirismo e individualismo literário burguês, ao 'anarquismo senhorial' e ao lucro, o proletariado socialista deve proclamar o princípio da literatura do partido, desenvolver este princípio e aplicá-lo da forma mais completa e integral possível (LENIN, 1979, n.p., tradução nossa).

Seguindo Marx e Engels, Lenin (1979) compreendeu a importância da produção espiritual na formação da consciência de classe da classe trabalhadora e, em prol desse objetivo, não duvidou em utilizar imprensa em favor dos objetivos da revolução social. Para o revolucionário russo, a literatura e o jornalismo deviam ser parte da causa proletária. Destarte, o trabalho literário e os escritores deviam integrar o trabalho organizado, coordenado e unificado do partido socialdemocrata. Os textos escritos por Lenin antes e depois do triunfo dos bolcheviques mostram que ele entendia que a imprensa revolucionária devia, além de informar, educar as pessoas para a conscientização da classe operária, organizar os setores mais combativos e divulgar a linha programática do Partido. Em linhas gerais, a concepção leniniana da imprensa definiu os periódicos como organizadores, propagandistas e agitadores coletivos. Os profissionais que trabalhassem para o órgão central atuariam como agentes partidários, atentos às circunstâncias locais e orientados pela política geral do Partido. A combinação da atividade revolucionária com o trabalho jornalístico, a necessidade de uma organização partidária disciplinada e o caráter estatal da mídia resultariam numa imprensa que teria um papel ativo na organização da sociedade socialista (HOPKINS, 1965, COCA, 1988; MCNAIR, 1991).

A partir de sua experiência na organização da imprensa revolucionária, sua intensa atividade política clandestina e domínio do marxismo, os textos escritos por Lenin às vésperas da Revolução de Outubro, mostram que ele já havia delineado um modelo de imprensa centralizado e orientado pelos seguintes fundamentos (HOPKINS, 1965):

- A imprensa serve à classe dominante;
- O Estado deve controlar o financiamento dos jornais;
- Os jornais fazem parte de organizações políticas e seus jornalistas são ativistas políticos;
- A liberdade de imprensa será promovida na medida em que os meios tecnológicos para a impressão de jornais possam ser usados por todos os segmentos da sociedade;
- A permissibilidade da diversidade de opiniões que não ultrapassem os limites do pensamento marxista.

Depois da consolidação do golpe revolucionário dos bolcheviques, Lenin complementou os fundamentos anteriores com princípios orientadores que, em teoria, garantiriam a eficácia da imprensa como instrumento do Partido (MCNAIR, 1991):

- A parcialidade comunista;
- A acessibilidade ou vinculação com as massas;
- A veracidade ou objetivismo;
- A transparência ou publicidade dos assuntos de interesse público.

Considerado o mais importante dos quatro princípios, a parcialidade comunista se refere ao carácter classista da consciência social e dos meios pelos quais ela se expressa. Portanto, toda produção cultural está determinada pelos interesses e objetivos de uma classe específica. Aplicada ao jornalismo, a parcialidade nega a validade de princípios caros ao jornalismo de viés liberal, como objetividade, imparcialidade, neutralidade e liberdade do comunicador. Para Lenin, a liberdade e independência dos intelectuais era um mito burguês, pois, a seu ver, os indivíduos não estavam isolados das condições sociais que organizavam a vida cultural. O desfrute da liberdade exigia o cumprimento de determinados deveres, sendo que o serviço às massas e a participação na construção do comunismo eram os principais numa sociedade socialista (MCNAIR, 1991).

No artigo *A Organização do Partido e as Publicações do Partido*, publicado em 1905, Lenin (1979, n.p., grifos no original) já havia afirmado que as críticas de “intelectuais histéricos” eram contra a centralização da imprensa socialdemocrata. Tais intelectuais alegavam que centralização da imprensa “‘burocratiza’ a livre luta ideológica, a liberdade de crítica e a liberdade de criação literária”, tidas como expressões do “individualismo intelectual burguês”. Já era evidente que a subordinação ideológica ao Estado constituiria a principal diferença entre o jornalismo soviético e o praticado nas democracias liberais.

Sob o ponto de vista organizativo, a parcialidade comunista estabelecia que a mídia era parte das organizações partidárias e seus conteúdos supervisionados por militantes experientes e confiáveis. Essas ideias embasaram as relações entre os partidos de esquerda de viés leninista e a mídia, dentro da extinta União Soviética e fora dela. No plano normativo, o princípio da parcialidade comunista se expressou na doutrina da propriedade social da mídia, adotada por Lenin em 1917, e consagrada na Constituição Soviética de 1918. Desta forma se justificou a erradicação da propriedade privada sobre os periódicos, as fábricas de papel, os parques gráficos e as estações de radiodifusão, restringindo o acesso da burguesia aos meios de produção simbólica.

No Estado soviético, a mídia não foi um elemento independente ou autônomo do sistema político. O jornalismo se subordinava aos objetivos definidos pelas forças políticas que o governam e, conseqüentemente, não podia ser exercido como uma atividade individual alheia à atividade geral da classe operária. Em razão dessa subordinação estrutural, a mídia soviética atuou com os tribunos da antiguidade: era porta-voz dos órgãos do Partido, do Estado e das organizações sociais paraestatais. Apesar de os veículos das organizações sociais e profissionais serem responsáveis pela produção e publicação de seus conteúdos e de terem certa autonomia em relação às estruturas administrativas de que faziam parte, a parcialidade criou um eficaz dispositivo de controle: os comitês do Partido que, a partir das próprias organizações, dirigiam e supervisionavam a atividade dessas publicações, exigindo

que os produtos comunicativos não violassem o sistema de normas e valores formulados pelos líderes políticos e aceitos pela sociedade (MCNAIR, 1991).

Em segundo lugar, o princípio da veracidade ou objetivismo significava que o jornalista tinha que documentar e analisar acontecimentos fatuais com base no materialismo histórico, entendido como a ideologia revolucionária da classe operária e concepção científica do mundo. Noutras palavras, a análise da realidade concreta não deveria depender de emoções e crenças pessoais, mas se orientar pela teoria marxista-leninista (MCNAIR, 1991).

Esse princípio reforçava a parcialidade do jornalismo soviético, pois o Partido e sua doutrina eram indissolúveis e indissociáveis. Um exemplo ilustrativo de como Lenin entendia o objetivismo da imprensa foi seu posicionamento diante das críticas feitas por Ernst Nobs, dirigente do Partido Socialdemocrata da Suíça, e por Giacinto Serrati, líder operário e do Partido Socialista Italiano, em relação às tendências autoritárias no seio da Internacional Comunista. Na ocasião Lenin expressou o seguinte:

A falsidade dos discursos dos camaradas Nobs e Serrati não é porque eles sejam, obviamente, falsos e hipócritas (...). Eles são absolutamente sinceros e seus discursos carecem de qualquer falsidade subjetiva. Porém, objetivamente, tendo em vista seu conteúdo, seus discursos são falsos, porque constituem uma defesa dos preconceitos da democracia pequeno-burguesa, pois equivalem a uma defesa da burguesia (LENIN, 1978, p. 94, tradução nossa).

O objetivismo leniniano exigia que o discurso jornalístico refletisse a perspectiva do Partido em todos os temas abordados pela imprensa. A pretensão de substituir a subjetividade dos redatores pelo objetivismo do materialismo histórico se traduziu na imposição da subjetividade e dos interesses dos dirigentes partidários. Para Zizek (2008), o objetivismo foi, na verdade, a forma de aparecimento de seu oposto, ao se tratar de um subjetivismo total.

O terceiro dos princípios da imprensa soviética era a acessibilidade ou vinculação com as massas. Segundo McNair (1991), significava que a mídia deveria estar aberta aos pontos de vista e opiniões das massas e, na ausência de um sistema democrático pluralista, funcionar como um órgão da democracia socialista. Logo, os veículos de comunicação deviam conectar o Partido com as massas e funcionar como uma plataforma para a transmissão de opiniões e critérios de baixo (a sociedade) para cima (as lideranças políticas). A publicação de cartas dos leitores e a instituição dos correspondentes operários e camponeses foram dois exemplos da aplicação desse princípio. Para o Partido, os correspondentes operários e camponeses constituíram uma forma de participação popular na administração do Estado e de aumentar o nível da atividade social e política das massas. A tarefa principal desses colaboradores foi supervisionar



os esforços para melhorar a economia e a luta contra os desvios burocráticos nos centros de produção. Em paralelo, as cartas dos leitores foram uma importante forma de expressão popular e permitiam conhecer os temas que mais preocupavam a parte da opinião pública. Além do anterior, esse princípio também pautava o estilo e a estrutura dos valores-notícia, no sentido de refletir os interesses das massas, conforme definidos previamente pelo Partido (MCNAIR, 1991), tido como sua vanguarda.

Potencializado pelo presidente Mikhail Gorbachev, durante etapa terminal da União Soviética, o princípio da transparência ou publicidade (*glasnost*, em russo) tinha sido usado por Lenin em *O que fazer*, como um indicador de democracia, em referência à necessidade de uma abertura na condução dos assuntos do Partido. No caso da imprensa, o líder bolchevique concebeu a *glasnost* num sentido positivo: divulgação dos fenômenos da vida econômica soviética que constituíssem modelos positivos que os trabalhadores poderiam emular. Em sua dimensão negativa, a *glasnost* promoveria a crítica e a autocrítica dos problemas econômicos e sociais negativos, no intuito de manter o impulso necessário para construção do socialismo. No âmbito político, esse princípio devia estimular a participação pública na vida política e castigar as más práticas da burocracia. A crítica na mídia contribuiria para superar “tendências socioeconômicas indesejáveis, acelerar o desenvolvimento econômico e aumentar a produtividade do trabalho” (GROSS, 1987 *apud* MCNAIR, 1991, p. 23, tradução nossa).

Conforme McNair (1991), a aplicação prática e a importância atribuída a esses princípios variaram ao longo da história do Estado soviético. Em prol de manter o poder político e o controle social, nenhum dos máximos dirigentes soviéticos abriu mão deles até a publicação da Lei de Imprensa, sancionada por Gorbachev. Publicada em 31 de julho de 1990, a Lei de Imprensa significou o fim do monopólio do Partido Comunista sobre os meios de comunicação na União Soviética (EL PAÍS, 1990), que desapareceria em dezembro de 1991.

Apesar de os fundamentos e princípios elaborados pelo fundador do Estado soviético não sugerirem que a imprensa tinha de ser submetida a estritos mecanismos de controle político, nem impedir que representasse as distintas facetas da opinião pública, proporcionando informação e estimulando o pensamento crítico, na prática esses mecanismos limitaram o desenvolvimento de mídias independentes do Partido Comunista e das organizações sociais e políticas subordinadas a ele. Com o passar do tempo, o princípio que orientava o controle das organizações políticas sobre a imprensa e os jornalistas minou a liberdade de imprensa. O sistema midiático se tornou dependente da “boa vontade e da sabedoria” dos líderes políticos e das organizações e começou a funcionar a serviço da expressão individual e da troca de ideias, sempre que os dirigentes considerassem a necessidade dessa função (HOPKINS, 1965, p. 529, tradução nossa). Assim, a submissão da imprensa à burocracia do Partido criou um sistema de midiático que refletia apenas as ideias da elite partidária.

A mídia não deu espaço para criticar as distorções políticas, econômicas e culturais que proliferaram ao longo da história da URSS (MCNAIR, 1991). Lendvai (1981, p. 22, tradução livre) salienta que, no regime soviético, a função da mídia não era oferecer perspectivas críticas sobre as decisões tomadas pelos máximos dirigentes políticos nem sugerir soluções alternativas aos problemas, mas empenhar-se na persuasão política e no exercício de relações públicas em prol das decisões já tomadas, geralmente à porta fechada, e para garantir a sua aceitação e apoio ativo por parte da população.

Após a morte de Lenin, o princípio da *glasnost* foi abandonado e o tipo de crítica que ele havia encorajado também diminuiu até quase desaparecer durante a ditadura de Stalin (1933-1953). Paradoxalmente, o ditador se apresentava como um defensor da transparência enquanto proibia a publicação de relatórios de investigações e de críticas contra quadros do Partido e gerentes de empresas estatais de nível intermediário (MCNAIR, 1991).

De acordo com Hopkins (1965), Stalin não fez nenhuma contribuição original para a teoria da imprensa soviética, mas a maneira como ele implementou os fundamentos e princípios leninianos e reorganizou o sistema midiático soviético foi tão importante quanto os postulados de seu antecessor. À medida que Stalin consolidou seu controle sobre o Partido, a mídia começou a funcionar como instrumento de seu poder pessoal e até a liberdade de imprensa, nos termos definidos por Lenin, foi subvertida.

Sob o estalinismo, jornalistas e intelectuais foram intimidados pela atmosfera política dominante e obrigados a manter uma relativa uniformidade ideológica e estilística. Em paralelo, os correspondentes operário-camponeses foram transformados em agentes da polícia secreta para informar sobre os chamados inimigos do Estado (MCNAIR, 1991). Entretanto, mesmo depois da morte de Stalin, tanto os correspondentes especiais quanto as milhões de cartas que os leitores enviavam aos meios de comunicação, funcionavam como “válvulas de escape e um substituto à ausência de direitos civis, associados com a liberdade política e um governo constitucional” (LENDVAI, 1981, p. 22, tradução nossa).

As reformas implementadas por Nikita Krushchev, entre 1953 e 1964, não alteraram a relação da mídia com Partido e o Estado. No entanto, Krushchev retomou o princípio da *glasnost* para motivar as críticas e opiniões que ajudaram a melhorar o funcionamento do sistema soviético (HOPKINS, 1965; MCNAIR, 1991) e criar a sensação de que os cidadãos eram partícipes da administração do Estado. Conforme os resultados da pesquisa de Brian McNair (1991, p. 41, tradução nossa), ainda na década de 1980, “a ‘subordinação’ da mídia ao Partido (...) começava no nível mais alto”. As decisões sobre “a política e as prioridades gerais relacionadas com a produção de notícias eram decididas pelo Bureau Político do Comitê Central, o órgão superior do Partido”. Logo, a “supervisão das atividades da mídia e

pela execução da linha do Bureau Político pertencia a vários departamentos do Secretariado do Comitê Central, dos quais o mais importante é o Departamento Ideológico”.

O Secretariado do Partido delegava a supervisão diária dos veículos impressos e eletrônicos na GLAVIT, agência responsável pelo monitoramento da mídia, e os dirigentes dos próprios meios de comunicação que, aliás, eram nomeados pelo Bureau Político, no caso das mídias federais, enquanto as estruturas do Partido nas repúblicas e províncias escolhiam os diretivos dos órgãos locais e regionais. Alguns dos escolhidos eram quadros políticos sem experiência no jornalismo, mas tinham assento nas reuniões informativas dos comitês centrais da União e das repúblicas, e atuavam como os “guardiões ideológicos do Partido nas redações”. Essa “relação estreita entre a hierarquia do Partido e as equipes dos meios de comunicação foi um dos fatores mais importantes para assegurar, durante mais de setenta anos, que a produção da mídia soviética estivesse alinhada aos objetivos e exigências do Partido (MCNAIR, 1991, p. 42, tradução nossa).

As funções, fundamentos e princípios que, segundo Lenin, deviam orientar o funcionamento da imprensa revolucionária, não aparecem num tratado teórico específico, mas encontram-se dispersos em dezenas de textos produzidos por Lenin entre 1899 e 1922. Surgidas em situações de exílio, luta revolucionária, luta política e clandestinidade, algumas dessas ideias se mostram como princípios operacionais para advogar ou justificar ações determinadas num dado momento e não como conceitos teóricos generalizáveis a outras realidades. Segundo Moraes (2018, n.p.), ideias de Lenin sobre a imprensa revolucionária são uma síntese de visões coincidentes com as de Marx, no sentido de que “os jornais não refletem apenas a luta de classes, como mantêm com ela uma relação específica, visto que são sujeitos da disputa ideológica que se trava entre as diferentes forças políticas”. Para Lenin, aponta seu biógrafo Robert Service, “na luta entre órgãos de imprensa, partidos, facções e grupos, tendências ideológicas e políticas se cristalizam com um caráter verdadeiramente de classe; cada uma das classes forja para si uma arma ideológica e política para as futuras batalhas” (SERVICE, 2010 *apud* MORAES, 2018, tradução nossa).

Embora influenciadas pelo marxismo, essas ideias de Lenin não devem ser isoladas da filosofia política e da prática de seu criador. Para Hopkins (1965), a deliberada glorificação da figura de Lenin fez com que suas ideias sobre o papel da imprensa se tornassem escritura sagrada. Segundo esse autor:

A Stalin corresponde o crédito duvidoso por exagerar a interpretação mais restritiva do papel da imprensa na sociedade soviética e desenvolver uma rede cuidadosamente projetada de jornais sob estrita censura do governo e controle do Partido, para propagar as políticas estatais. Se Lenin forneceu as ideias, Stalin as aplicou. Foi ele quem realmente construiu o sistema, incorporando a opressão, opacidade, repetição e censura, que tem sido associada a uma imprensa controlada pelo Estado na União Soviética (HOPKINS, 1965, p. 524, tradução nossa).

Com a divulgação do marxismo soviético ao longo do século XX, as concepções de Lenin sobre o papel da imprensa revolucionária e comunista foram adotadas pelos partidos comunistas em diversos países do mundo, incluindo os aliados da União Soviética na Europa, Ásia e América Latina.

Desafortunadamente para os públicos ávidos por uma mídia de qualidade, acessível e democrática, a importação do modelo de imprensa ou midiático não levou em conta, “os problemas internos e as inserções específicas das organizações, as peculiaridades culturais, os contextos sociopolíticos e correlações de força em cada país” (MORAES, 2018). A potência emancipadora que pressupunha a existência de uma imprensa livre dos desígnios do capital, socializada e acessível, perdeu-se pela sua obrigatória subordinação aos desígnios dos líderes do Partido e do Estado soviéticos. O controle exercido sobre a imprensa pelos dirigentes, quadros políticos profissionais (*aparatiks*) e a poderosa burocracia das instituições estatais, limitaram o exercício dos direitos de informação e liberdade de expressão.

Em 1990, o comunicólogo checo Rudolf Prevrátil, apresentou alguns dos fatores que, segundo ele, teriam comprometido a credibilidade e legitimidade da mídia comunista em seu país. De acordo com Prevrátil, o mito da invariabilidade do sistema político, de que o Partido era a materialização do poder do povo, embasou a visão de que a imprensa era instrumento desse poder. Desta ideia resultou uma concepção utilitária da mídia que provocou a paralisia dos fluxos de informações importantes para a conservação do modelo social, o engessamento do sistema político e a desconexão do núcleo dirigente com realidade social. O Partido não conseguiu evitar a perda de sua própria legitimidade e a dos veículos controlados por ele. A ruína do modelo midiático de viés leninista demonstrou que a “monopolização política direta” paralisa a mídia e propiciou a conformação de canais de comunicação informais e paralelos, gerenciados pela sociedade civil, circunstância que a mídia estrangeira e subversiva soube aproveitar (PREVRÁTIL, 1990 *apud* GARCÍA LUIS, 2013, p. 67-68, tradução nossa).

Ainda de acordo com García Luis (2013), em vez de “formar uma opinião pública atenta, informada e crítica”, o “modelo de imprensa soviético-estalinista” induziu “o isolamento, a passividade, a perda da confiança e a deslegitimação das lideranças” e “foi incapaz de criar um autêntico jornalismo”. Daí que o modelo de imprensa soviético, segundo ele, era absolutamente “descartável”, por se tratar de uma verdadeira bomba-relógio.

Contudo, o pesquisador cubano não explica por que, apesar de seus inúmeros déficits, o Estado cubano optou pela continuidade de um modelo midiático e de imprensa de viés soviético considerado fracassado?

\*\*\*\*\*

Neste capítulo vimos que o pensamento marxiano não questiona a validade dos direitos humanos, mas revela o abismo entre o que é dito nas normas inspiradas nas promessas de igualdade e liberdade das revoluções burguesas e a realidade concreta. Para Marx, os estados burgueses não ofereciam para os explorados as condições materiais básicas que permitissem o exercício pleno dos direitos humanos, daí o caráter ilusório atribuído a eles em sociedades classistas. O fundador do marxismo não pregou a supressão ou inutilidade dos direitos humanos, mas a luta social e política para garantir as condições que permitiriam sua concretização. Os textos consultados revelam um Karl Marx defensor das liberdades de expressão e de imprensa e um crítico contumaz da censura. Não se percebe em seu pensamento a visão utilitarista da liberdade e dos direitos, presente na obra de Lenin.

O leninismo e o marxismo-soviético instrumentalizaram os conceitos de liberdade e direitos humanos em função da luta revolucionária pelo poder e posterior construção da sociedade socialista na Rússia soviética e no resto do mundo. Na prática, essa visão utilitarista acabaria subordinando todos os direitos reconhecidos e, portanto, o exercício da cidadania aos objetivos políticos de elite dirigente e abriu a porta para a instauração e justificação ideológica de um regime não democrático e de partido único na União Soviética, que foi reproduzido em outros modelos ditos socialistas.

Em nossa opinião, a socialização dos meios de produção simbólica para que as classes subalternas pudessem exercer direitos negados ao longo de séculos não foi o pecado original de Lenin, mas a instrumentalização política da mídia e a interdição da liberdade de expressão, em nome da consecução de objetivos políticos e da segurança nacional, fazendo com que a continuidade dos limites impostos a esses direitos se tornassem essenciais, não para o triunfo do socialismo no mundo, mas por um motivo menos utópico e mais pragmático: garantir a estabilidade e preservação do Estado soviético. Contudo, os postulados leninianos sobre a função imprensa num estado socialista e as características fundamentais do modelo de imprensa idealizado por Lenin foram o principal paradigma na estruturação e funcionamento dos modelos midiáticos em países com regimes de viés soviético (COCA, 1988; LENDVAI, 1981; RÉVÉSZ, 1977), inclusive Cuba (GARCÍA LUIS, 2012), mesmo que muitas das ideias defendidas pelo revolucionário russo contrariassem o exercício do direito à comunicação

## **CAPÍTULO 3. UM MUNDO, MUITAS VOZES [E ROSTOS]: DIREITO À COMUNICAÇÃO**

### **3.1 O Relatório McBride**

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, independentemente das tipologias de propriedade, dos sistemas econômicos e regimes políticos vigentes em cada país, a concentração dos meios de comunicação no setor privado e no estatal tem sido uma tendência. Estimulada pela necessidade de grandes investimentos monetários, o controle financeiro e a compra de equipamentos foram assumidos por corporações que tinham capital suficiente para fazer com que a produção midiática gerasse um lucro significativo. A concentração midiática pode ser resultado de pressões políticas, mas a pressão econômica é sua causa principal. Não obstante, o máximo nível de concentração acontecia “quando a propriedade, a administração e o controle da mídia de massa e das indústrias da comunicação dependiam dos órgãos de um governo central sem que o público tenha controle democrático sobre ele” (MACBRIDE et al, 1980, p. 104, tradução nossa).

Deste modo, a concentração midiática podia ameaçar seriamente a existência de uma imprensa livre e plural. Segundo o relatório *Um mundo, muitas vozes*, a diminuição do número de jornais reduziria as possibilidades de contar com uma diversidade de opiniões e de um debate público amplo e plural. Em consequência, a falta de diversidade promoveria o conformismo e uma minoria teria “o poder de apresentar suas próprias opiniões e valores, excluindo o resto” (MACBRIDE et al, 1980, p. 105, tradução nossa).

O diagnóstico realizado pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação determinou que medidas autocráticas e/ou tendências monopólicas frustravam a democratização da comunicação. Os relatores salientaram ainda que o desequilíbrio entre o direito a receber informação e o direito de buscá-la e divulgá-la.

Por outra parte, a violência física, o sequestro e o assédio a jornalistas e comunicadores se encontravam entre as formas de obstrução mais frequentes do direito à comunicação. O Relatório também reconheceu a existência de métodos de controle mais insidiosos e citou o caso de países onde a mídia de massa era supervisionada pelo governo, que, além de aprovar o conteúdo das notícias, decidia quais pessoas podiam trabalhar ou não em emissoras e jornais. Mesmo amparadas em leis nacionais, o controle arbitrário da mídia e seus profissionais foi considerado inaceitável, já que contrariava normas internacionais, sobretudo nos estados que haviam ratificado tais normas (MACBRIDE et al, 1980).

Os relatores também atentaram para o abuso das leis que visavam à proteção da segurança nacional, no intuito de restringir o acesso e divulgação de informação política, técnica, industrial e até a expressão de opiniões. Termos ambíguos presentes nessas leis propiciavam excessos e jornalistas e diretores de mídia se viam obrigados a se protegerem, por meio da censura prévia dos conteúdos ou da autocensura —se abstinham, por exemplo, de abordar temas considerados conflitivos para evitar retaliações. De forma geral, o Relatório reconheceu que, em diversos contextos, jornalistas e escritores contestadores corriam o risco de serem expulsos de seus grêmios e/ou privados da possibilidade de publicar. Em paralelo, a implementação de medidas para corrigir práticas jornalísticas erradas fez com que a mídia ficasse sob controle do Estado e em virtude disso, o acesso às notícias nacionais e internacionais é obstruído. A doutrina do livre acesso à informação, afirmava-se, não deveria justificar práticas subversivas de parte de seus defensores, nem justificar a repressão dos direitos individuais e coletivos (MACBRIDE et al, 1980), de parte de seus detratores.

Afinal, conforme o estudo, a concentração midiática era responsável pelas restrições ao livre acesso à informação, pois os públicos ficavam à mercê de poucas fontes de notícias e opiniões. A Comissão da UNESCO não apenas destacou que o fluxo verticalizado de informação prejudicava a cidadania, mas explicitou que a informação é um direito social, um instrumento de libertação e um meio para eliminação dos preconceitos. Assim sendo, os Estados e seus governos deviam tentar garantir que os indivíduos tivessem mais consciência e entendessem o contexto político e econômico no qual estavam inseridos, bem como suas capacidades para serem partícipes dos processos de tomada de decisões sobre questões de interesse público (MACBRIDE et al, 1980). O Relatório estabeleceu que o ato de se comunicar era um direito humano integral que inclui:

- Direito de reunião, de discussão, de participação e os direitos de associação relacionados;
- Direito de indagar, de estar informado, de informar e os demais direitos de informação a estes relacionados;
- Direito à cultura;
- Direito de escolha;
- Direito à intimidade;
- Direitos de desenvolvimento humano vinculados.

A aquisição de qualquer um desses direitos requer que os recursos da comunicação se encontrem disponíveis para satisfazer as necessidades da comunicação humana (MACBRIDE et al, 1980, p. 150, tradução nossa).

Após apresentar um diagnóstico abrangente, o Relatório MacBride apontou que a solução dos problemas que afetavam a comunicação exigia a implementação de abordagens mais democráticas que propiciassem que o público pudesse se expressar. Os novos enfoques permitiriam que os indivíduos

fossem além do papel de meros receptores de informação e entretenimento para se tornarem sócios ativos do processo de comunicação. Dessa forma, “aumentaria a diversidade das mensagens e a qualidade da participação do público melhoraria” (MACBRIDE et al, 1980, p. 144).

Ao se tratar de um direito, a comunicação devia e deve estar a serviço das pessoas e responder a suas necessidades. Esse princípio não apenas legitima a comunicação, mas deve orientar os esforços para atingir sua democratização.

A comunicação reflete inevitavelmente a natureza da sociedade da qual faz parte: os regimes antidemocráticos afetarão negativamente a comunicação, assim como as desigualdades econômicas de uma sociedade propiciam a formação de categorias de pessoas bem ou mal informadas. No entanto, houve alguns casos em que a agitação popular e a iniciativa de certos indivíduos têm conseguido obter uma imprensa relativamente livre, apesar dos regimes antidemocráticos ou dos extremos marcados pela pobreza e a riqueza (MACBRIDE et al, 1980, p. 144, tradução nossa).

O Relatório McBride foi pioneiro nas críticas contra a escassa participação do público na administração e tomada de decisões nas instituições midiáticas e reforçou que a democratização da comunicação exigia o acesso aos meios de produção e a transmissão de programas de informação e de entretenimento. Qualquer medida em prol da democratização da comunicação, adiantou o documento, precisa de públicos com senso crítico. Não obstante, a formação de cidadãos ativos e críticos precisava de educadores e comunicadores que ensinassem a distinguir o verdadeiro e o falso, o fato e a opinião. Os bons resultados desse processo educativo dependeriam, em parte, que os públicos atuassem como cidadãos, mantivessem uma atitude de questionamento construtivo e de fiscalização crítica da realidade (MCBRIDE et al, 1980). Essa noção de participação ativa dos sujeitos no campo comunicacional inspirou a luta pela democratização da comunicação, especialmente, na América Latina (GUMUCIO, 2018; FNDC, 2013; SAFFON, 2007), tanto na academia quanto nas comunidades e grupos sociais.

Todavia, os esforços para a constituição de uma Nova Ordem da Informação e as Comunicações (NOMIC), protagonizados pelos estados do Sul global, notadamente aqueles integrados ao Movimento de Países não Alinhados (MNOAL), fracassaram devido ao boicote dos Estados Unidos e do Reino Unido, em representação das nações mais poderosas. De outra parte, desde a década de 1980, a concentração midiática se acentuou na América Latina e o protagonismo das ações para a democratização da comunicação passou dos estados para a sociedade civil (GUMUCIO, 2018).



### 3.2 Pelo direito à comunicação

O comunicólogo Alfonso Gumucio Dragon (2018, p. 210, tradução nossa) lembra que tanto o Relatório McBride quanto o debate internacional por ele gerado na década de 1980, focou na "liberdade de expressão e na necessidade de fortalecer a mídia no Terceiro Mundo". Apesar da persistência dos problemas assinalados no documento, o tema principal das discussões atuais é "o direito a se comunicar". Assim sendo, após a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, reunida em 2003 e 2005, e do Congresso Mundial sobre Comunicação para o Desenvolvimento, no ano seguinte, se estabeleceu que "o direito à comunicação dos povos é um direito fundamental", que não pode ser violado e vai além das liberdades já usufruídas pela mídia tradicional.

Além da luta histórica pela democratização da comunicação, desde ações conduzidas pela UNESCO e organizações da sociedade civil, as transformações impulsionadas pela apropriação social das tecnologias da informação e pelas comunicações propiciaram o exercício do direito à comunicação e as demandas pelo seu reconhecimento.

Segundo María Paula Saffon, a expansão do uso das TICs propiciou transformações nas estruturas socioeconômicas, nas relações humanas, na interação das comunidades e no âmbito político. Pela sua centralidade nas sociedades contemporâneas, a informação é considerada um bem público fundamental que deveria ser acessível a toda a população do planeta. A importância das TICs exige que o acesso igualitário à informação e ao conhecimento seja reconhecido como um direito que não se submeta às "leis de mercado e receba "proteção jurídica específica". O direito à comunicação requer a disponibilidade de aparelhos e "espaços tecnológicos e sociais abertos para a troca de informação, o debate e o diálogo democráticos, que contribuíssem para a "construção de consensos e imaginários coletivos", materializar a participação na vida política, incluídas a interação entre os cidadãos e as autoridades públicas e a fiscalização da gestão destas últimas. O envolvimento ativo na coisa pública fomenta e fortalece o exercício da cidadania (SAFFON, 2007, p. 16, tradução nossa).

Inerente às práticas sociais, o direito à comunicação é exercido cotidianamente por indivíduos e comunidades, o que justifica a defesa de sua inclusão no catálogo dos direitos humanos (SAFFON, 2007). Gumucio (2018, p. 213, tradução livre, grifos no original) reforça que a comunicação é um lugar de interação e "a base da conformação do tecido social, por meio do exercício pleno da democracia participativa". Os que entendem a comunicação como articuladora dos direitos humanos enfatizam a construção da comunicação como processo centrado nos sujeitos. "Esse enfoque propõe que as sociedades aprendam a conviver com o contraditório e a 'provocação' permanente". Isso significa "dialogar com a alteridade", ou seja, se abrir à "possibilidade da coexistência de diferentes pontos de vista, de histórias individuais ou coletivas distintas, para articular distintas identidades sob a condição de que nenhuma resulta perdedora nessa troca". Para que esse diálogo entre sujeitos com os mesmos

direitos, mas identidades diversas, aconteça e se normalize, a comunicação é necessária para “empoderar a cidadania com base nos princípios fundamentais dos direitos humanos e das sociedades democráticas”, no intuito de que uns se enriqueçam com os conhecimentos dos outros. Assim, a comunicação é uma condição para o exercício dos direitos humanos.

Em paralelo, o acelerado desenvolvimento das TICs e a ampliação do acesso a elas por parte da sociedade civil, embora vagarosa, tem multiplicado as arenas onde o direito à comunicação vem sendo exercido. O ambiente virtual ampliou as possibilidades de participação ativa dos internautas em debates, trocas de informação e conhecimentos, assim como a elaboração de conteúdo por fora dos meios de comunicação tradicionais que outrora exerciam um controle quase absoluto sobre a produção e distribuição de conteúdo. Segundo Saffon (2007, p. 18, tradução nossa):

A mídia tradicional vive uma grave crise de legitimidade. Estes são cada vez mais criticados pela relação estreita com os detentores do poder, pelo monopólio que detêm na produção de informação e opinião, pela parcialidade que demonstram em relação a determinados assuntos, pela escolha arbitrária das mensagens que circulam, pelo seu distanciamento dos temas de interesse para os cidadãos, pela pobreza de suas pesquisas, sua perda de seriedade e a precária responsabilidade social que demonstram, entre outras coisas.

Mesmo que a crise de credibilidade da mídia tradicional não fosse consequência direta do desenvolvimento das TICs, a ampliação do acesso à informação e ao conhecimento que elas permitem favoreceu a emergência de novos atores que compartilharam papel de mediadores entre as fontes de informação e os públicos. Mesmo que as empresas de mídia tenham se adaptado às mudanças introduzidas pelas TICs, a multiplicação de blogs, sites e empreendimentos jornalísticos alternativos erodiu a hegemonia da mídia tradicional na produção e circulação da informação necessária para a opinião pública. Nesse sentido, além de contestarem o jornalismo feito pela mídia dominante, a visibilidade, o número de leitores e o prestígio atingido por blogs e sites alternativos poderiam ter motivado a implantação de mudanças nos veículos *mainstream*.

Todavia, a participação ativa dos internautas na “reconstrução da informação” permitiu a criação de espaços de debate público que, em geral, acolhem uma diversidade de perspectivas que não aparece nas mídias tradicionais. De outro lado, diversos atores e movimentos sociais têm se apropriado das TICs visando à constituição de espaços de um “diálogo democrático, a construção de consensos e redes” de solidariedade e proteção, bem como para se organizarem e fortalecerem. Paralelamente, o acesso à Internet estimulou a participação da sociedade civil nas discussões acerca da relação entre a mídia

tradicional e os interesses dos cidadãos, o pluralismo informativo e a necessidade de democratizar a comunicação (SAFFON, 2007, p. 16, tradução nossa).

Além de blogs, sites e canais alternativos em plataformas de vídeo como *Youtube* ou *Vimeo*, a criação de observatórios cidadãos constitui outra das iniciativas da sociedade civil em prol da democratização da comunicação. Os observatórios monitoram a atuação da mídia tradicional para identificar e avaliar a forma como a informação é tratada e socializada. Ao mesmo tempo, essa espécie de fiscal cidadão analisa se os debates apresentados na mídia acolhem os interesses e preocupações dos cidadãos e comunidades, e procuram se articular com iniciativas mais amplas para desenvolver ações em prol de superar os déficits detectados (SAFFON, 2007), disputando a primazia de empresas midiáticas privadas e estatais.

Com certo otimismo, Ignacio Ramonet afirmou que os observatórios de mídia seriam um tipo de “quinto poder” para contrabalançar os abusos do poder midiático”. Apoiado em sua experiência como jornalista e em suas pesquisas, o estudioso hispano-francês, destaca que na era da globalização, os meios de comunicação, tidos como espaços da liberdade de expressão e denúncia dos excessos do poder político e econômico, expressam os interesses dos conglomerados midiáticos internacionais, conectados com os interesses das elites econômicas, “em detrimento do direito dos cidadãos à informação veraz” (RAMONET, 2003, tradução nossa) e ao direito à comunicação.

Para Saffon (2007), as TICs em geral, e a Internet, em particular, têm sido uma ferramenta para transformar a forma tradicional de produzir e distribuir informação, além do exercício do jornalismo. Nas mãos da sociedade civil, as TICs vêm atuando como coadjuvantes para a democratização da comunicação. Diferentemente da autora, entendemos que a Internet não é só um instrumento a serviço da comunicação, mas um ambiente, quer dizer, um lugar onde se está (MORAES, 2013), se interage com outros atores, se criam grupos e comunidades, se debate e se conversa. O mais significativo da revolução que a Internet provoca hoje não está na novidade das tecnologias, mas na configuração de um novo ecossistema comunicativo, “onde a tecnologia digital está configurando nossos modos de habitar o mundo e formas próprias de vínculos sociais” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 24).

Dênis de Moraes resume:

Em sua irrefreável expansão, a internet constitui hoje uma arena de embates pela hegemonia cultural e política, da qual já não podemos abrir mão, em qualquer dos horizontes abertos ou requeridos pelo pensamento crítico. No ecossistema virtual, desenvolvem-se práticas comunicacionais viabilizadas pelo desenvolvimento contínuo de tecnologias – desde a multiplicação de espaços para expressar/interagir opiniões e preferências em redes sociais até a convocação, articulação, cobertura e socialização de atos públicos, protestos e manifestações em tempo real (MORAES, 2013, p.).

Nesse ecossistema ou ambiência, a comunicação é a chave da transformação política. Porém, o espaço virtual também é palco de práticas antidemocráticas e lesivas à dignidade humana, atividades ilícitas e esquemas criminosos. Afinal, o fato de se tratar um espaço público digital não nega sua materialidade, ainda mais quando o que ali acontece afeta os indivíduos e a sociedade; repercute no sistema político e na economia, bem como influi no funcionamento de empresas e instituições públicas.

A materialidade do ambiente virtual já obrigou os estados a criarem um marco legal para regular à Internet (SAFFON, 2007; VILLARREAL, GIL, 2004), como o Marco Civil da Internet, no Brasil, e o Decreto-Lei 349/2018, em Cuba.

Entretanto, o otimismo inicial que as TICs geraram, pelo seu potencial democratizante, foi e é contestado por uma visão mais crítica que rejeita os traços de determinismo tecnológico presentes em algumas discussões e lembra que o ambiente virtual é palco de atores e grupos inseridos na sociedade realmente existente. Para Jesús Martín-Barbero, esse excesso de otimismo nas promessas democratizantes das mídias digitais tinha a ver com “as *levezas* pós-modernas de uma comunicação descarregada, pelo milagre tecnológico, do peso dos conflitos e da opacidade dos atores sociais, “na qual se liberam as diferenças, e sem necessidade do encontro, todos ‘comunicam’”. Uma comunicação da qual “não poucos esperam, inclusive, a saída da crise social e política” (MARTÍN-BARBERO, 1995, p. 299, grifos do autor, tradução nossa). Sierra e Vallejo (2017) concordam com o comunicólogo hispano-colombiano, pois há que “pensar a comunicação como uma questão de direitos humanos e de políticas públicas”. Isso significa, “contextualizar o fato da recepção e das inovações tecnológicas no quadro mais abrangente das mudanças socioculturais e os desafios e necessidades radicais da população, como cidadania” (p. 15, tradução nossa).

Em sintonia com Martín-Barbero (1995), Gumucio (2018, p. 219, grifos do autor, tradução nossa) menciona as dificuldades de conciliar o individualismo com a identidade coletiva. Para ele, a “ilusão das redes sociais apenas sublinha o isolamento e a complexidade de interesses” e acrescenta que fazer parte de uma mesma rede social não implica, necessariamente, que a relação estabelecida tenha sido construída com base na valorização das diferenças. Conforme o pesquisador boliviano, termos como “‘sociedade da informação’, ‘democracia digital’ ou ‘redes sociais’ tendem a esvaziar as questões subjacentes”. Nesse sentido, ele considera que ‘sociedades do conhecimento’ é uma denominação mais adequada, porque incorpora a dimensão tecnológica, mas enfatiza os aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos que afetam os processos comunicativos. Esse descolamento dos meios tecnológicos para os aspectos supracitados se faz necessário para entendermos que “pôr em comum os interesses sociais coletivos exige “compartilhar a mesma noção de direitos humanos de perspectivas diferentes e às vezes

opostas, porque elas contrapõem não só liberdade com igualdade, mas também o local com o global, e identidade com pertencimento ideológico”.

Por sua parte, María Paula Saffon (2007) salienta que a presença no espaço público virtual de movimentos fundamentalistas, sectários e antidemocráticos, como certas organizações racistas que aproveitam as TICs para se fortalecer e articular com outras organizações. Dessa forma, a Internet, fundamentalmente, pode acolher espaços que geram polarização político-ideológica e a fragmentação social, seja pela negativa de dialogar com o diferente ou pela promoção de discriminação, a desqualificação do adversário, a violência verbal e simbólica e incitação, em casos mais extremos da violência física. Ainda que determinados foros sejam abertos para todos os internautas, na prática, as interações acontecem entre sujeitos que compartilham as mesmas perspectivas políticas e ideológicas.

Em 2009, a pesquisadora latino-americana já alertava para o fato de que as práticas em determinados espaços de conversação online podiam provocar a “homogeneização interna, a invisibilização ou negação de outras perspectivas e a exclusão do dissenso”. Assim, “em vez de gerar espaços verdadeiramente públicos nos quais a deliberação democrática e a discussão entre posições diferentes fossem possíveis, as TICs podem acabar produzindo espaços privados ou semiprivados de natureza fragmentária”. Nessas arenas virtuais, “apenas ideias semelhantes são expressas” e, portanto, “o diálogo e a troca com outros pontos de vista são excluídos, bem como as potencialidades democráticas do desacordo e o dissenso” (SAFFON, 2007, p. 34, tradução nossa).

Além de acesso às TICs, a construção de um espaço público virtual pautado pelos valores e princípios democráticos requer do diálogo entre iguais em direito e diferentes em ideias e identidades. Como assinala José Luis Aguirre, “a condição inicial para criar um ambiente favorável ao diálogo é assumir que este espaço relacional será sempre atravessado pela diversidade”. A seu ver, “sempre se dialoga a partir da condição de ser diferente”; (...) experimentar um desenvolvimento intersubjetivo só pode vir do gesto de vivificar a força dialética da descoberta do outro (AGUIRRE, 2011 *apud* GUMUCIO, 2018, p. 217, tradução nossa).

A socialização do acesso à Internet fomentou um processo no qual a sociedade civil, em vez das empresas e do poder público, assumisse o protagonismo no debate e nas ações concretas em prol do direito à comunicação. Apesar de sua centralidade nas sociedades contemporâneas e de seu exercício cotidiano, existem questionamentos acerca da pertinência de se reconhecer legalmente a comunicação como um direito, considerando que o reconhecimento das liberdades de expressão, imprensa e de acesso à informação são imprescindíveis para o exercício da comunicação. No entanto, Saffon (2007, p.) aponta que o direito à comunicação está composto por duas dimensões. A primeira, decerto, é o acesso das pessoas à informação, mas esse direito deve ser complementado com a possibilidade de produzi-la. A segunda, é o direito de todos os cidadãos ao conhecimento e a participarem de sua produção. Nesse

sentido, a comunicação deveria ser reconhecida como um direito autônomo, pois “se diferencia das liberdades de imprensa e informação ao procurar enfrentar desafios específicos produzidos por um novo contexto”: a sociedade da informação.

Trata-se de desafios e objetivos diferentes daqueles que levaram à instituição e interpretação das liberdades negativas clássicas, dentre eles, “a necessidade de garantir o acesso de todos à informação e a possibilidade de produzi-la e convertê-la em conhecimento”. Como o bem público mais importante das sociedades contemporâneas, “o acesso à informação não deve ser limitado pelas leis de mercado [nem pelos governos], mas garantido a todas as pessoas de forma igual, a fim de exercer plenamente a cidadania” (SAFFON, 2007, p. 38, tradução nossa). Destarte,

O reconhecimento do direito à comunicação como um direito autônomo se justifica porque somente se o acesso e sua produção for garantido de forma equitativa a todas as pessoas, ele pode ser defendido por valores democráticos tão importantes quanto a pluralidade de fontes de informação e visões de mundo, acesso equitativo à informação e ao conhecimento, a formação de uma opinião pública informada, o respeito pelos direitos fundamentais à privacidade, à dignidade, etc., o direito de expressar a sua cultura na sua própria língua, a participação em espaços de diálogo, a construção de consensos e a tomada de decisões (SAFFON, 2007, p. 39, tradução nossa).

A estudiosa não se refere apenas ao direito a receber, produzir e distribuir informação, mas ao direito de produzir e distribuir cultura. Levando em conta a midiaticização das práticas sociais e que o ambiente virtual é um espaço para o exercício da cidadania, a legalização do direito à comunicação beneficiaria, principalmente, as pessoas que se apropriam das TICs, tidos como destinatários ativos e produtores de informação e conhecimento. Em paralelo, o direito à comunicação regularia as interações entre os cidadãos e deles como instituições públicas e privadas; o vínculo entre atores presentes no espaço digital e o Estado, sejam ou não veículos de mídia e tenham ou não relações formais com o Estado. Nesse quadro, as autoridades estatais devem trabalhar para eliminar as barreiras que impedem ou dificultam o acesso e produção de informação e conhecimento, "a fim de garantir a igualdade de oportunidades no uso das TIC", de um lado, e prevenir e combater manifestações e práticas que vulnerabilizam os direitos humanos ou "dificultam o fortalecimento da democracia e o exercício da cidadania" (SAFFON, 2007, p. 39, tradução nossa).

Sob os pontos de vista normativo e prático, o direito à comunicação transforma o viés liberal e individualista que embasou a liberdade de expressão e de imprensa, para focar na importância de garantir que todas as pessoas possam contar com os dispositivos indispensáveis para acessar e produzir informação, sem que essas atividades estejam determinadas pelos interesses mercantis. Isso significa

que, ao se tratar de um direito social, o exercício da comunicação não pode depender das condições materiais dos sujeitos, portanto, os estados devem destinar recursos para garantir a integração dos cidadãos à sociedade da informação (SAFFON, 2007).

Não obstante, o caráter emancipador e a potência libertadora do direito à comunicação estão atuando no sentido de garantir as liberdades de expressão, acesso à informação, divulgação do pensamento e produção de cultura para a maioria que não tem espaço na mídia tradicional nem recursos para fundar veículos de comunicação. Na América Latina, o exercício desse direito enfrenta ainda uma realidade caracterizada pela pobreza material de amplas camadas da população, as violências e a desigualdade são resultado, em parte, da insuficiente implementação dos direitos econômicos e sociais para todos os cidadãos. Consequentemente, questões aparentemente simples, como o acesso a um telefone celular ou computador conectados à Internet, ser alfabetizado, possuir aparelhos receptores de rádio e televisão, morar numa região que tenha energia elétrica, etc. ainda limitam o exercício do direito à comunicação, um direito chave para sermos cidadãos na sociedade da informação e do conhecimento.

### **3.3 Participação da sociedade civil na democratização da comunicação**

Os processos de redemocratização, iniciados no final da década de 1980, na América Latina, propiciaram os debates sobre a necessidade de implementar normas jurídicas, políticas públicas, práticas e iniciativas cidadãs que “garantam de forma estável, contínua e irreversível, o exercício do direito à comunicação, como direito articulando todos os direitos” (GUMUCIO, 2018, p. 210, tradução nossa). Nessa luta pelo reconhecimento do direito a comunicar e pela democratização da comunicação, a sociedade civil, em especial os movimentos sociais, têm desempenhado um papel de destaque. Na arena internacional, desde os anos de 1990, a Plataforma pela Democratização da Comunicação, entidade que agrupa organizações internacionais não governamentais e da sociedade civil, tem questionado o domínio da mídia tradicional, desenvolvido diferentes formas de ativismo e se articulado em redes e coalizões. Uma das ações mais importantes da Plataforma foi a Campanha pelos Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação. A iniciativa objetivava a construção de uma sociedade da informação baseada em princípios como a transparência, a diversidade, a participação e a justiça social e econômica. Esse esforço foi pautado pelo reconhecimento da equidade entre os gêneros e entre as diversas perspectivas culturais e regionais (SAFFON, 2007).

As mudanças políticas que aconteceram nas duas primeiras décadas do século XXI na América Latina propiciaram processos de reformas que abarcaram o direito à comunicação. Nesse contexto caracterizado pela chegada à chefia dos estados de partidos e coalizões políticas lideradas por forças progressistas, o debate – enriquecido com as referências teóricas e as propostas normativas e de ação de décadas anteriores – focou na importância dos processos comunicativos como elemento articulador do

exercício dos outros direitos humanos e constitutivo da democratização de sociedades que, ao longo do século XX, foram submetidas por ditaduras civil-militares. As novas deliberações abordaram, dentre outros temas, a busca de soluções ao problema da concentração midiática e o aumento da participação ativa da cidadania na comunicação, o acesso equitativo ao uso do espaço radioelétrico, a descentralização da produção de conteúdo e a brecha digital, que além do acesso às TIC e de ter conhecimentos e habilidades para usá-las adequadamente, também envolve a ausência de conteúdos que reflitam a diversidade e pluralidade das sociedades. Caso contrário, os discursos hegemônicos acabariam “invisibilizando os saberes, línguas e experiências de grupos marginalizados da produção e distribuição de conteúdo na Internet” (SIERRA, VALLEJO, 2017, p. 16, tradução nossa).

De acordo com Sierra e Vallejo (2017), no decênio 2005-2015, o papel da sociedade civil foi fundamental nos processos deliberativos, para alterar ou substituir normas jurídicas que regulam a mídia e a comunicação social, inclusive as impostas durante os regimes ditatoriais. Além do mais, a atuação de agentes não governamentais fomentou a inclusão da participação dos cidadãos na produção de conteúdo, a fiscalização da informação divulgada pela mídia, o reconhecimento legal das mídias comunitárias e o fortalecimento das mídias públicas. Nesse período de domínio político das forças progressistas na América Latina, alguns governos apoiaram política e financeiramente observatórios de mídia, assim como pequenas e médias produtoras audiovisuais.

Dentre dos momentos importantes desse processo de mudança, destacamos a aprovação de leis que regulavam o acesso à informação de interesse público. No Brasil, por exemplo, foram promulgadas a Lei de Acesso à Informação, em 2011 e Lei da Transparência, em 2012. No entanto, apesar das ações da Frente Nacional pela Democratização da Comunicação e outros movimentos e organizações sociais, os governos Lula (2002-2010) e Dilma (2010-2016) –interrompido por um golpe parlamentar – não promulgaram um marco regulatório atualizado num dos países com maior nível concentração midiática da América Latina.

Na contramão do Brasil, entre 2009 e 2014, Argentina, Venezuela, Bolívia, Equador, Uruguai e México aprovaram leis para regular o ecossistema midiático, incluindo as operadoras de telecomunicações. Na Argentina, a promulgação da Lei de Serviço de Comunicação Audiovisual, de 2009, foi precedida por uma ampla participação da cidadania na elaboração e discussão da norma legal. De forma semelhante ocorreu no Uruguai antes que entrasse em vigor, em 2014, a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual. Noutras nações, entretanto, o processo de elaboração de leis de comunicação foi circunscrito aos âmbitos legislativo e executivo, o que indica os limites da participação ativa da cidadania e a atuação dos setores opostos à regulação da mídia (SIERRA, VALLEJO, 2017). De fato,



A concretização de um ordenamento jurídico específico para regular e promover o Direito à Comunicação tem sido, em todos os momentos, uma arena política de disputa, na qual persistem resistências aos processos de reforma, por mais justificados e pertinentes que sejam. A incorporação de vários atores na troca e debate de ideias na esfera pública e política não tem necessariamente levado a decisões amplamente acordadas e estáveis dentro dos vários sistemas políticos. Além disso, tem-se a situação paradoxal de que o objeto de regulação (a própria indústria da mídia) define e condiciona os termos da deliberação democrática, atuando como juiz e parte no conflito de interesses, com alta concentração de poder, quando se trata da América Latina (SIERRA, VALLEJO, 2017, p. 26, tradução nossa).

Em *Derecho a la Comunicación: Procesos regulatorios y democracia en América Latina*, Sierra e Vallejo (2017) destacam alguns dos resultados desses processos – marcados por debates, confrontos entre representas de interesses coletivos, privados e políticos, negociações públicas e nos bastidores da arena política –, sendo eles, a recuperação e criação de mídias estatais e públicas, o reconhecimento legal e apoio financeiro a mídias alternativas, o fomento da produção comunicativa nacional, iniciativas para a integração latino-americana e o resgate do papel central do Estado como responsável de garantir as condições materiais e legais para o exercício do direito à comunicação.

Resultado de um processo de construção coletiva em foros e organizações nacionais e internacionais, os “princípios para uma comunicação democrática” apoiam os esforços que atores da sociedade civil e o Estado realizam para implementar normas que garantam o exercício do direito a comunicar. Nesse sentido, a cooperação entre os cidadãos e os poderes públicos é imprescindível para avançar na democratização da comunicação. Na Argentina, por exemplo, a *Coalición para una Radiodifusión Democrática*, a partir dos critérios e propostas documentados durante uma consulta pública participativa, elaborou a *Iniciativa ciudadana para una ley de radiodifusión para la democracia*. Esse documento foi a base conceitual da supracitada Lei de Serviço de Comunicação Audiovisual (GUMUCIO, 2018, p. 210, tradução nossa).

No Uruguai, a *Coalición para la Comunicación Democrática* (CCD) participou ativamente da construção de uma política nacional de comunicação desse país. Para essa entidade, depois de décadas de reclamações, a exclusão das organizações e pessoas interessadas na democratização da comunicação não teria cabimento, mesmo que se tratasse de um tema de interesse coletivo, dados os vínculos que estabelece com a democracia e a cultura. A CCD propôs uma mudança de paradigma no gerenciamento do acesso ao espaço radioelétrico, nas garantias legais necessárias para o exercício pleno da liberdade de expressão, incluindo nas artes, e para que a mídia fosse palco da pluralidade e diversidade existentes no país. A presença desta organização na elaboração do marco regulatório uruguaio foi um acontecimento histórico, pois, pela primeira vez, a sociedade civil se envolvia num processo de

deliberação sobre “as regras do jogo para a mídia, em companhia do Estado e de representantes das empresas de rádio e televisão. Um processo de negociação que exigiu a preparação de análises e argumentos que sustentassem as mudanças propostas (CCD, FESUR, 2011, p.8, tradução nossa).

Na opinião de Gumucio (2018, p. 211, tradução livre), a CCD elaborou princípios que constituem um paradigma para democratização da comunicação na América Latina. Conforme esses princípios, o respeito dos direitos humanos deve pautar toda iniciativa para a democratização”, “garantir e promover a liberdade de expressão, o direito de acessar e transmitir informações e o direito de acessar e produzir cultura para todos os cidadãos, sem exceção. “A consecução desse objetivo exige (FES, FESUR, 2011):

- O estabelecimento de limites à atuação do Estado sobre o trabalho da mídia e a rejeição de qualquer forma de censura;
- Um ecossistema midiático diverso que abarque veículos privados e comunitários;
- A independência dos veículos e seus trabalhadores;
- A abertura da mídia à diversidade e pluralidade;
- A participação e controle da cidadania da atividade da mídia.

Diversos estudiosos indicam a relação entre os processos de democratização política na América Latina e democratização da comunicação (FNDC, 2013; PADILLA, SANTOS, 2018; OLIVERA, 2017). Embora não seja a única, a vigência um regime político democrático e pluralista é imprescindível para avançar na concretização de qualquer empreendimento democratizante, pois além de instituições e normas que garantam o exercício das liberdades civis e políticas, necessita-se de uma cultura política orientada por valores democráticos, solidariedade, empatia e pela busca do bem comum. É necessário também que os cidadãos não só estejam cientes de seus direitos, mas dispostos a exercê-los (CHAGUACEDA, PADILLA; 2015).

Sierra e Vallejo (2017) afirmam que Brasil e Cuba podem ser vistos como exemplos de países latino-americanos que, mesmo governados pela esquerda, até 2017 não haviam definido “estratégias e políticas explícitas para regular a comunicação” (p. 27). No entanto, independentemente das afinidades político-ideológicas entre o Partido dos Trabalhadores e o PCC, devemos atentar para marcantes diferenças entre os contextos brasileiro e cubano. Enquanto no Brasil vigora um regime político democrático e pluralista, em Cuba está em vigor um regime político de partido único, que não reconhece o pluralismo político e criminaliza o dissenso. Por outro lado, como explicado no capítulo precedente, a instrumentalização dos direitos à comunicação, da mídia e do jornalismo em Cuba, pode não ser coerente com as expectativas de grande parte do conjunto de cidadãos, mas responde ao tipo de regime estabelecido, daí que a inexistência de uma política que democratize a comunicação é compreensível.

Em virtude disso – e do conflito histórico entre a Revolução cubana, os Estados Unidos e a comunidade de cubanos exilados nesse país –, até 2017, a Ilha caribenha era um dos estados que, de acordo com Sierra e Vallejo (2017, p. 32, tradução nossa), ainda não havia assumido o “desafio fecundo de discutir pensar os marcos normativos apropriados para o desenvolvimento da cultura nacional”, com base na “pedagogia democrática sobre o direito à comunicação, para contribuir para uma deliberação serena, reflexiva e de qualidade, face à estratégia de medo e agressão que hoje, como ontem, é promovida pelos interesses dominantes do setor”. Sem esse movimento, acrescentam os autores, “os alicerces de qualquer possível convivência democrática ficam abalados e (...) o conflito e a guerra econômica e social anulam qualquer possibilidade de mediação pacífica, estabelecendo a violência como forma de resolver o antagonismo e sair da crise.

### **3.4 A cidadania comunicativa**

Assim como Mouffe (2012) e Wolin (2012), para a pesquisadora argentina María Cristina Mata (2006, p.8, tradução nossa), a cidadania deve ser entendida como uma prática que diz respeito à “capacidade de ser sujeito em todos os âmbitos onde o poder é construído”. Ela envolve a participação efetiva dos sujeitos na elaboração de normas legais e legítimas, capazes de “ordenar a vida em sociedade”.

Além do exercício de direitos e deveres perante o Estado, a cidadania é, ao mesmo tempo, “um modo específico de aparição dos indivíduos no espaço público” com a capacidade de torná-los sujeitos que apresentam demandas e proposições relacionadas com os diversos problemas que os atingem cotidianamente. No entanto, a autora adverte que nas sociedades contemporâneas as múltiplas possibilidades de constituição de sujeitos confrontam “a apropriação, de parte de nações, estados, empresas, instituições e atores, dos instrumentos que permitem dita constituição”, sendo eles: “a riqueza, os conhecimentos, o poder, a expressividade do subjetivo, a afetividade e a comunicabilidade”. Por isso, a prática concreta da cidadania também significa a capacidade de intervir no espaço público, “tentando reverter essas apropriações de direitos e possibilidades”.

Na atualidade, o ecossistema midiático, integrado pelas mídias tradicionais, os blogs, sites jornalísticos e as diversas plataformas de redes sociais digitais, constituem uma das principais arenas de interação entre os sujeitos. Essa realidade obriga a pensarmos a importância da dimensão comunicacional no exercício da cidadania ativa nas atuais sociedades midiáticas. Portanto, considerando que os direitos humanos são, além de inalienáveis, interdependentes e inter-relacionados, é possível afirmar que a cidadania não seria plena se o exercício do direito à comunicação é limitado e/ou negado por empresas midiáticas, estados, atores ou organizações sociais (MATA, 2006).

Ciente da centralidade da mídia e da necessidade entender como os cidadãos se fazem visíveis no espaço midiático, de analisar as representações que a mídia constrói sobre a cidadania e do fato da mídia se apresentar como uma arena para o exercício da cidadania, Mata (2006) defende a pertinência da articulação comunicação-cidadania e define a cidadania comunicativa como “a consciência e o exercício dos direitos à informação e à comunicação consagrados juridicamente e a busca por sua ampliação (MATA, 2005, p. 1, tradução nossa).

No nosso contexto regional, o conceito de cidadania comunicativa está perpassado pelos debates sobre mídia alternativa na América Latina (CORRALES, HERNÁNDEZ, 2009; HAUBRICH, 2016; MARTÍN-BARBERO, 2002, 2009; PERUZZO, 2009, 2018); mídia cidadã (RODRÍGUEZ, 2001, 2010, 2011); direito à comunicação (SAFFON, 2009) e democratização da comunicação (GUMUCIO, 2018; FNDC, 2013; SIERRA, VALLEJO, 2017). Concretamente, a construção do conceito cidadania comunicativa foi resultado de pelo menos três fatores: as “adversidades midiáticas inerentes às lógicas dos meios hegemônicos tradicionais”; “restrições políticas” e “limitações jurídicas para que outros meios possam se instaurar de modo mais igualitário” (SILVA TEIXEIRA, 2019, p. 36).

A pesquisadora Thays Silva Teixeira (2019, p. 45) define a cidadania comunicativa como “uma prática social” “pela qual os sujeitos em situação de resistência alcançam o espaço de visibilidade na esfera midiática comunicacional”. “A visibilidade de atores, grupos, comunidades, etc., aponta a autora, “decorre da tomada de decisões de forma consciente, o uso de suportes midiáticos e da “propagação de discursos cidadãos construídos nos âmbitos periféricos” e que, em geral, são excluídos pela mídia hegemônica, seja ela privada ou estatal”.

Baseados nas definições de Mata (2005) e Silva Teixeira (2019), consideramos que o exercício da cidadania comunicativa é uma expressão da cidadania ativa e um ato de resistência que busca a participação de pessoas e coletivos preteridos que lutam por inclusão, respeito e reconhecimento. Portanto, o centro e ponto de partida de todo método ou iniciativa para o exercício da cidadania comunicativa deve ser o sujeito, seja individual ou coletivo, e suas demandas. Como prática social comunicativa que busca dar visibilidade aos sujeitos, suas demandas, ações e visa contribuir para reforçar os direitos, a cidadania e os laços entre os atores sociais (SILVA TEXEIRA, 2019), o exercício da cidadania comunicativa deve procurar a geração de empatia, solidariedade, compromisso e identificação dos públicos com os atores, grupos sociais ou comunidades, que se fazem visíveis em veículos midiáticos de diversos formatos e alcance e pelas plataformas de mídias sociais.

A partir de seus estudos sobre a mídia argentina, a Mata (2006) identificou três formas de representação da cidadania nos meios de comunicação de massa. O sujeito de necessidade, primeira dessas representações, se refere a pessoas pobres, marginalizadas, privadas de seus direitos sociais, vítimas de acidentes, desastres naturais e crimes, etc. Em geral, esses cidadãos são exibidos em

decorrência da lógica do acontecimento. Em segundo lugar, o sujeito de demandas, vinculados a reclames, protestos e exigências ao poder público, e cuja presença na mídia evidencia os déficits das organizações tradicionais de representação política. Por fim, o sujeito de decisão, que apresenta cidadãos com possibilidades de tomar decisões políticas, ou seja, os eleitores.

Embora corresponda à mídia determinar os modos como a cidadania é representada, Mata (2006, p. 9) afirma que “a presença na cena midiática dá visibilidade e status de cidadão, significa sua irrupção no espaço público”. A investigadora acrescenta que apesar das críticas e elogios que a mídia de massa dirige contra integrantes de organizações sociais e grupos que coordenam protestos – tidos como promotores da democracia ou como ameaça ao regime democrático –, a ocupação das arenas midiáticas significa o exercício de um direito assumido e o enfrentamento com poderes que não os reconhecem como sujeitos de direito.

Além de visibilizar a cidadania sob a figura do sujeito de necessidade, de demandas e de decisão, a mídia apresenta a si mesma “como espaços de saber e coletivização de saber, vinculados com a condição cidadã” e “como lugares insubstituíveis para a vida em comum e a produção da política” (MATA, 2006, p. 10, tradução nossa). Assim sendo, nas sociedades midiaticizadas, renunciar ao consumo de programas de rádio e televisão restringe as possibilidades de participação em processos deliberativos, por causa do desconhecimento das informações e assuntos relevantes de interesse público que a mídia torna comuns. Apesar de se autorrepresentar como um espaço de interações que visibiliza indivíduos e grupos, assim como torna públicos interesses, necessidades e propostas deles, a mídia é descrita pelos públicos “como instituições vinculadas aos poderes econômicos e políticos, funcionais e controladas por eles”, mas não como espaços orientados à produção de “articulações cidadãs”, nem para aproximar os cidadãos dos dirigentes políticos (p.11, tradução nossa).

Seguindo o raciocínio de Mata (2006), afirmamos, junto com Silva Teixeira (2019), que a concentração midiática, seja em forma de monopólios ou de oligopólios, impossibilita a prática da cidadania comunicativa, pois a mídia não reflete sobre as demandas comunicacionais dos cidadãos nem articula seus conteúdos em prol desse fim, inibindo, portanto, o exercício do direito à comunicação (SILVA TEXEIRA, 2019). Essa realidade é comum à maioria dos países de América Latina, inclusive Cuba, onde o Estado monopoliza a propriedade da mídia de referência, controla a produção dos conteúdos veiculados e criminaliza as iniciativas comunicacionais que emergem de forma autônoma.

Mata (2006) sugere que a diferença entre a imagem que a mídia tem de si mesma e a forma como seus públicos a avaliam denota as assimetrias de poder entre as instituições midiáticas e o conjunto de cidadãos. Assim sendo, diante da mídia tradicional, os cidadãos, em seu papel de público que não participa diretamente dos processos de produção midiática, se autodefinem como sujeitos de indefensão. Ou seja, se os cidadãos optassem por interromper o consumo do conteúdo das mídias às quais eles têm

acesso, eliminariam uma das possibilidades de fazer parte do mundo, quer dizer, de atuar na esfera pública. De outra parte, a relação mídia-cidadania revela a assimetria de poder em desfavor desta última, em virtude da pouca incidência das ações e opiniões dos cidadãos no funcionamento da mídia tradicional.

Ainda que a socióloga argentina foque na realidade de seu país para expor as assimetrias mídia-cidadania, esse desequilíbrio é mais profundo em Cuba, onde, como veremos mais adiante, a totalidade dos veículos midiáticos reconhecidos legalmente são controlados direta ou indiretamente pelo Estado. Desse controle não escapam as publicações impressas, razão pela qual a Igreja católica tem optado por não inscrever suas revistas no estatal *Registro de Publicaciones Periódicas*, para evitar a censura do Governo e o fechamento de alguma dessas publicações, por via administrativa (PADILLA, 2016).

As assimetrias entre a cidadania e mídia, seja privada ou estatal, revela a contradição que se estabelece entre o caráter público do serviço oferecido pelos veículos midiáticos, o controle privado/estatal exercido sobre eles e a exclusão da sociedade civil dos processos de produção midiática. Ainda segundo Mata (2006), em sociedades mediatizadas se observa a contradição de que os sujeitos atuam como cidadãos perante o Estado e como públicos diante dos meios de comunicação. Como dito, em seu papel de público, os cidadãos enfrentam limites para que suas opiniões, demandas e preferências e inclusive, seus direitos, sejam levados em conta pelas instituições midiáticas. Noutras palavras, os cidadãos têm mais possibilidades de influir no sistema político do que no sistema midiático (MATA, 2006), sempre que se tratar de regimes menos ou mais democráticos. Neste ponto vale lembrar que, no caso de Cuba, a mídia e o jornalismo legais são extensões do sistema político, daí que a influência dos cidadãos na agenda midiática seja tão limitada como a possibilidade de influir nos processos decisórios do Governo. De toda forma, pode-se afirmar então, que tanto o absolutismo estatal quanto o mercantil constituem obstáculos para o exercício da cidadania no campo midiático.

Afinal, a emergência da dimensão cidadã no campo da comunicação tem um caráter político, porque permite revelar até que ponto a apropriação dos recursos pelo Estado e pelo mercado limita o exercício dos direitos que fazem que uma sociedade seja mais democrática. (MATA, 2006).

Como alternativa à indefensão dos cidadãos perante as instituições midiáticas, Mata (2006, p. 13) apresenta a ideia de “cidadania comunicativa”, entendida como “o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e de fazer demandas no campo da comunicação pública e do exercício desse direito”, sem desconhecer a condição de público que os indivíduos mantêm nas sociedades mediatizadas. A cidadania comunicativa, necessariamente, envolve os direitos de liberdade de expressão, acesso à informação e de exigir a publicidade dos assuntos de interesse público. Ao incorporar esses direitos negativos, a cidadania comunicativa também garante a liberdade das pessoas, pois coloca limites à atuação do Estado.

No entanto, a cidadania comunicativa vai além do reconhecimento legal dos supracitados direitos e implica a implementação de ações e práticas que contribuem para garantir os direitos no campo comunicacional. Ao mesmo tempo, essa noção incorpora “dimensões sociais e culturais” vinculadas à defesa de valores contidos nos direitos de terceira geração, como igualdade de oportunidades, qualidade de vida, não discriminação e solidariedade. “Desta forma, a cidadania comunicativa se entrelaça com as referências identitárias e as demandas mais gerais de igualdade”, tanto em relação ao Estado quanto à “atuação do mercado e de todos os tipos de dispositivos que promovem a desigualdade” (MATA, 2006, p. 14, tradução nossa).

Em sociedades cada vez mais midiaticizadas, o exercício efetivo da cidadania em sua dimensão comunicativa resulta imprescindível para a “existência de uma sociedade de cidadãos”. A impossibilidade de exercer esses direitos e “práticas expressivas”, enfraquece “as capacidades e possibilidades dos indivíduos para se constituírem como sujeitos de demanda e proposição em múltiplas esferas da realidade”, considerando que a produção dessas demandas e proposições seria impossível “sem o direito autônomo a comunicar” (idem).

Os conflitos, assimetrias e tensões entre os detentores do poder e os setores subalternos, explica Mata (2006, p. 14, tradução nossa), determinam quatro níveis em que a cidadania comunicativa pode ser exercida. O primeiro, a cidadania comunicativa formal, diz respeito ao reconhecimento jurídico dos direitos dos indivíduos no campo da comunicação. A cidadania comunicativa reconhecida, em segundo lugar, se refere à condição dos sujeitos que reconhecem que tais direitos são inerentes aos integrantes de uma comunidade humana determinada. Em terceiro lugar, a cidadania comunicativa exercida, remete aos atores que, por meio de práticas sociais, reivindicam esses direitos para garantir sua implementação e ampliação. Finalmente, a cidadania comunicativa ideal, esboçada por meio de “postulações teórico-políticas e de expectativas de mudança social”, constitui uma utopia ou objetivo atingível, atrelado aos processos de democratização das sociedades.

Assim, o trabalho com a noção de cidadania comunicativa exige o reconhecimento de atores em conflito que “tentam obter, usufruir e ampliar direitos”, diante dos que possuem “o poder legítimo e/ou legal de conceder-los”, assim como dos atores que obstaculizam, pervertem ou restringem o reconhecimento e o exercício do direito a comunicar. Não devemos perder de vista que, além dos aspectos notadamente jurídicos, o exercício da cidadania comunicativa depende das possibilidades e limites que as condições econômicas, políticas e culturais de cada contexto impõem. A análise deve considerar, no plano objetivo: as regulações comunicativas vigentes; as lógicas informativas predominantes; os recursos tecnológicos empregados por diferentes setores sociais e as formas de organização social e política (MATA, 2006, p. 14, tradução nossa).

No plano subjetivo, devem ser atendidos os modos como diferentes indivíduos e coletivos sociais se imaginam como sujeitos de direito; as formas como se relacionam com os detentores da legalidade e da legitimidade social para expressar e produzir as normas que regem o direito a comunicar; “as representações hegemônicas e contra-hegemônicas sobre o significado de comunicar e comunicar hoje, nas sociedades midiáticas”; o que os cidadãos esperam das instituições, da mídia e das “próprias forças expressivas”. A análise dessas dimensões permite compreender como e sob quais condições “a indefensão ou impotência do público é condição irreversível ou não para reclamar o direito de ser informado, a se expressar, a expandir o espaço público com múltiplas vozes” (MATA, 2006, p. 14, tradução nossa).

### 3.5 Mídia alternativa e mídia cidadã

Entre as décadas de 1960 e 1980, ditaduras civil-militares e governos eleitos democraticamente, porém autoritários, assumiram o controle da maioria dos países da região, sob a justificativa de defender a segurança nacional, perante a suposta expansão do comunismo, estimulado pela Revolução cubana. Nesse período sombrio da história dos nossos países, surgiram organizações e movimentos populares que decidiram enfrentar a opressão política e econômica. Motivados ou não pelas discussões em prol de uma Nova Ordem Mundial da Informação e as Comunicações (GUMUCIO, 2018; RODRÍGUEZ, 2007; SIERRA, VALLEJO, 2017), grupos de mulheres, camponeses, indígenas, comunidades eclesiais de base, operários e intelectuais se apoiaram na comunicação para se organizar, fortalecer, ganhar visibilidade num espaço público sob censura, assim como exigir seus direitos cidadãos e apresentar demandas às autoridades de *facto*.

Com poucas possibilidades para e exercer a cidadania na mídia tradicional, esses coletivos optaram pela constituição de veículos de expressão próprios, como parte de ações comunicativas afins com seus interesses e objetivos de luta. Jesús Martín-Barbero (2002) afirma que os chamados “meios cidadãos” já estavam presentes nas discussões sobre a comunicação popular e a comunicação alternativa. Sob a influência do enfoque difusionista, o interesse da academia pela comunicação alternativa começou na década de 1980, por causa do papel que alguns veículos, gerenciados por atores da sociedade civil, desempenhavam na resistência aos regimes autoritários, de um lado, e em prol do desenvolvimento social, de outro.

Entre as décadas de 1970 e 1980, os comunicólogos Luis Ramiro Beltrán, Juan Díaz Bordenave, Mario Kaplún e Jesús Martín-Barbero elaboraram algumas das primeiras reflexões teóricas sobre a comunicação alternativa. Eles contribuíram para a sistematização dessas experiências e criticaram o modelo verticalizado, economicista e etnocêntrico dos programas de ajuda ao desenvolvimento implementados na América Latina por agências vindas da Europa e dos Estados Unidos. Na contramão



desse modelo, surgiu o paradigma participativo, que entende que emancipação e autonomia nem sempre se constituem na total oposição ao Estado e suas instituições, mas no intuito de criar espaços de interlocução e formas de interação, caracterizadas pela justificativa recíproca e a busca de soluções mais justas para os problemas coletivos (CORRALES, HERNÁNDEZ, 2009).

Assim, conforme Miguel Moragas (1979 *apud* ROSELLÓ, 2007, p. 20), um projeto de comunicação é alternativo quando é capaz de gerar um modelo comunicativo, estilos e uma linguagem novos, e quando foca seu interesse nos aspectos da realidade social que são invisibilizados ou marginalizados pela mídia dominante. Corrales e Hernández (2009, p.5, tradução nossa) apontam que a comunicação, como processo social alternativo, “difere em forma, função e conteúdo do processo social proposto pelo sistema dominante, geralmente pautado na relação entre o governo e os meios de comunicação tradicionais”. Estes autores acrescentam ainda que o sucesso das mídias alternativas tem a ver como o fato delas surgirem “da visão dos próprios indivíduos, aqueles que, em seu cotidiano, são participantes da realidade social. É assim que a comunicação alternativa é definida como aquela não autoritária que surge da necessidade de comunicar a realidade da vida social”.

Em julho de 1980, Martín-Barbero apresentou os *Retos a la investigación de comunicación en América Latina*. No documento que orientou os estudos comunicacionais durante mais de uma década, “a ordem ou estrutura internacional da informação, o desenvolvimento das tecnologias que integram as telecomunicações com a informática, a comunicação participativa, a alternativa e/ou popular” foram indicados como campos estratégicos para a pesquisa (MARTÍN-BARBERO, 1980, p. 10; 2002, p. 113, tradução nossa). Cinco anos depois, em *De los medios a las mediaciones*, o professor hispano reconheceu que a superação do “midia-centrismo”, que, por décadas, influenciou os estudos comunicacionais, foi resultado “das forças visíveis com as quais os movimentos sociais fazem as mediações” (MARTÍN-BARBERO, 1991 p. 233, tradução nossa). Ainda segundo ele,

Não são apenas os limites do modelo hegemônico que nos obrigam a mudar nosso paradigma. São os fatos teimosos, os processos sociais da América Latina, que estão mudando o objeto de estudo dos pesquisadores da comunicação. Para perceber isso, basta olhar para os títulos de seminários e congressos latino-americanos de comunicação dos últimos cinco anos e verificar a presença obsessiva dos termos transnacionalização, democracia, cultura e movimento popular. (MARTÍN-BARBERO, 1991 p. 224, tradução nossa).

Até hoje inexistente um consenso sobre como definir a comunicação e a mídia alternativas. Embora usados com frequência, os termos participativa, alternativa e popular nem sempre definem um mesmo objeto ou prática. Martín-Barbero (2009) distingue a mídia alternativa da comunitária. Para ele, o caráter alternativo está dado, fundamentalmente, pelo confronto com os meios hegemônicos; enquanto, o

comunitário está ligado à democratização, pois, “no fundo, os alternativos sempre se guiaram pela vanguarda política e foram pouco democráticos” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 160, tradução nossa), como os jornais clandestinos inspirados naqueles dirigidos por Lenin antes da Revolução de Outubro.

Conforme Martín-Barbero (2002), a comunicação é alternativa quando os processos e as formas dominantes e padronizadas da comunicação social são transformados para que as classes e os grupos subalternizados possam falar e se integrar ao espaço público. Contudo, o pesquisador adverte que a existência de mídias alternativas de comunicação não garante que eles atuem como mecanismos de participação política nem que influenciem os processos decisórios mais amplos que acontecem nas arenas deliberativas formais. Em geral, as formas de participação que esses veículos propiciam visam à politização do cotidiano dos sujeitos e grupos, que comunicam as suas experiências e lutas em narrativas e testemunhos a serem compartilhados de modo a originarem identificações capazes de articular públicos em torno de problemas de injustiça.

À luz das ideias e práticas do educador popular Paulo Freire, Martín-Barbero reafirma que o alternativo se vincula mais à libertação da fala, da atividade e da criatividade popular, e não necessariamente ao alcance ou ao tipo de veículo utilizado (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 118, tradução nossa). Destarte, a comunicação será alternativa

(...) se, juntamente com a linguagem do meio, se pesquisam também os códigos de percepção e reconhecimento, os dispositivos de enunciação do popular, códigos e dispositivos em que a memória popular e o imaginário de massa se materializam e expressam, confundidos já, a memória popular e o imaginário de massa (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 121, tradução nossa).

O alternativo deve ser, necessariamente, popular, no sentido de pertencimento ou povo, ou acaba cooptado pelos “aparelhos de dominação”. O caráter popular da comunicação e do veículo possibilita a expressão das aspirações e expectativas coletivas produzidas pelos grupos sociais da base (VIDAL, 1979 *apud* MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 118, tradução nossa).<sup>21</sup>

Conforme Peruzzo (2018, p. 46), na América Latina, caracterizada pela concentração das empresas de mídia em mãos privadas e o insuficiente alcance e valorização dos meios de comunicação públicos, “segmentos organizados das classes subalternas” criaram “formas e meios próprios e alternativos de comunicação” para “participar do jogo comunicacional no conjunto da sociedade e poder falar

---

<sup>21</sup> A cooptação da mídia alternativa pode vir dos governos. Na Bolívia, rádios comunitárias foram cooptadas pelo governo do presidente Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (OSSES, CONEJO, 2017) e em paralelo, o executivo boliviano criou dezenas de emissoras estatais que foram rotuladas com comunitárias. No entanto, a Associação Mundial das Rádios Comunitárias esclareceu que essas emissoras não possuíam as características participativas e a produção de programas locais era mínima ou nula (GUMUCIO, 2018).

diretamente entre si”. Essas iniciativas visam “satisfazer à necessidade de comunicar e, ao mesmo tempo, disputar o direito de acesso empoderativo às tecnologias de comunicação desenvolvidas, a princípio, para o benefício de toda a humanidade. Afinal, trata-se do exercício do direito à comunicação, concebido como direito social e coletivo, um direito humano e de cidadania, e não apenas direito das classes detentoras do poder econômico e político

O conteúdo do discurso e sua inserção na luta pelas transformações sociais são aspectos que determinam o caráter alternativo de uma mídia. Nessa lógica, o alternativo não é o meio em si, mas o fato de se contrapor aos grupos que favorecem as elites política e econômica ao terem a propriedade e controle dos meios de informação (GRINBERG, 1987). Assim sendo, a “comunicação alternativa é um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” e, ao mesmo tempo, uma “contracomunicação” (PERUZZO, 2009, p. 4-132).

Já o pesquisador Alexander Haubrich (2016, p. 90-91) sintetizou o que, sob seu olhar, são as características fundamentais da mídia alternativa: a) “a constituição organizacional democrática, participativa e assentada em bases populares”, “enraizamento nos interesses da maioria oprimida da população e uma prática democrática, na qual o diálogo seja constante e a participação estimulada”; b) diferenciação em relação à mídia dominante em termos de organização, de estimular a conscientização, dar um tratamento diferente aos temas abordados pela mídia dominante e abordar aqueles que são preteridos por ela, c) manter sua independência em relação ao Estado e ao poder econômico, o que não significa oposição sistemática aos governos; d) a veiculação de conteúdos de caráter crítico-emancipador, transformador que reflete as necessidades do povo e “ser essencialmente crítico, problematizador, questionador e transformador; e) “a mídia alternativa deve ser alternativa não apenas em relação ao aparato midiático dominante, mas também deve construir alternativas ao sistema social vigente”.

Enquanto a América Latina iniciava o longo –e ainda inconcluso caminho– da redemocratização política, na Europa e nos Estados Unidos, os movimentos sociais contrários às armas nucleares criaram um significativo conjunto de veículos alternativos para denunciar e atacar a corrida armamentista – protagonizada pelos governos estadunidense e soviético – e os perigos do uso da energia atômica. A discussão acadêmica sobre a mídia alternativa procurou preencher um vazio conceitual, mas e sobretudo, foi resultado da importância e a “urgência do ativismo da mídia diante dos bloqueios da expressão pública”, vindos da elite econômica, das omissões dos governos, do obscurantismo religioso, dos códigos racistas e patriarcais institucionalizados, do impacto do populismo de ultradireita e, claro, do reflexo de esses aspectos na própria atuação dos movimentos que contestavam o status quo (DOWNING, 2004, p. 21).

Em paralelo a seus colegas latino-americanos, porém partindo da análise das lutas sociais em contextos diferentes, o comunicólogo britânico John Downing (2004) elaborou um conceito de mídia radical que contestou os dois modelos midiáticos predominantes na época: o capitalista ocidental e o socialista soviético. Downing definiu a mídia radical como “a mídia de pequena escala” e diversos formatos que “expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”. Essa mídia é a “forma mais atuante da audiência ativa e expressa as tendências de oposição, abertas e veladas, nas culturas populares”. Segundo o autor, os “meios alternativos têm em comum o fato de quebrar regras, embora raramente as quebrem todas em todos os aspectos”, e assegura ainda que a mídia radical alternativa procura “expressar verticalmente, a partir dos setores subordinados, oposição direta à estrutura de poder e seu compartimento”; bem como “obter, horizontalmente, apoio e solidariedade e construir uma rede de relações contrárias as políticas públicas ou mesmo à própria sobrevivência da estrutura de poder” (p. 21-29-30-33).

Sobre suas características, Downing (2004) aponta que, em geral, as mídias alternativas dispõem de recursos financeiros limitados, nem sempre são amplamente conhecidas e podem gerar ou ser alvo da fúria, o medo e até da reação ridícula de alguma autoridade ou de parte da sociedade. Alguns destes veículos podem ter uma existência efêmera ou perdurar durante várias décadas. Em determinados contextos e circunstâncias, as mídias operadas por minorias étnicas, instituições ou grupos religiosos, a depender dos temas que são abordados, podem constituir exemplos de mídia alternativa.

O estudioso britânico também adverte que independentemente de seus déficits, a mídia radical alternativa é fundamental para a democratização da comunicação, pois a diversidade de atores e ideias que muitos desses veículos apresentam, contribui para esse fim de forma mais efetiva que a mídia tradicional. Nesse sentido, a mídia radical alternativa serve como “agente de poder de desenvolvimento em diversos sentidos, já que: “expande o âmbito das informações, da reflexão e da troca a partir dos limites hegemônicos, geralmente estritos do discurso da mídia convencional”. A sensibilidade com as pessoas marginalizadas e suas aspirações é outra característica que distingue a mídia alternativa da convencional. Alguns veículos alternativos estão vinculados com alguma movimentação social e por isso motivo expressam “com espontaneidade os pontos de vista e opiniões que não encontram espaço ou são ridicularizados na mídia oficial”. Ao mesmo tempo, a mídia alternativa introduz a discussão de problemas que mais adiante entram no foco da imprensa tradicional. O autor também aponta que a mídia radical não se autocensura para atender interesses provenientes dos donos das empresas jornalísticas, das autoridades religiosas ou do “entrincheirado poder estatal” (DOWNING, 2004, p.81).

Ademais de possuir uma estrutura mais democrática, a atuação de alguns veículos alternativos pode influenciar na esfera intelectual e artística e nas instituições formais. A combinação dessas

características é o que nos permite afirmar que a mídia alternativa não se reduz a meros veículos de contrainformação.

Ao longo de *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*, John Downing (2004) insiste em que o contexto e suas consequências são determinantes na hora de definir o que é de fato alternativo. Nesse sentido, ele concorda com Albert (1997) ao afirmar que a mídia alternativa pode representar tanto forças progressistas como reacionárias. Em decorrência do ponto de vista do observador ou do ativista, a mídia alternativa radical pode representar forças negativas ou construtivas. Apesar de seu caráter abertamente regressivo, as mídias fundamentalistas, racistas ou fascistas não deixam de ser radicais. Em alguns casos, o radicalismo e a eficácia das formas de expressão podem obstaculizar o êxito da mídia alternativa. Ao mesmo tempo, é possível que ao reivindicar direitos ou lutar por uma determinada causa, os discursos e o conteúdo da mídia alternativa acabe reproduzindo os mesmos estereótipos presentes na mídia tradicional. Para exemplificar isso, o autor menciona a presença de elementos dos discursos machistas na propaganda do movimento pelo direito das mulheres ao voto, que emergiu nos Estados Unidos, no final do século XIX.

Em suas reflexões, Downing (2004) alerta sobre o risco de abraçar definições estritamente binárias da mídia que não captam o ‘verdadeiro espectro’ da mídia alternativa. Contudo, o estudioso explica que quando a censura ou a repressão sistemática, tanto em regimes fascistas, militares ou de viés soviético, os obriga a operarem de forma clandestina, é compreensível que os veículos alternativos não consigam fugir do binarismo do tipo *nós contra eles* (p. 29, aspas nossas).

A noção binária da mídia alternativa perpassou “a concepção teórica da democratização da comunicação e continua refém da visão da política e democracia embasada nos relatos sobre a emancipação e “conceitos essencialistas de poder, cidadania e ação política”. Nessa perspectiva, o poder é concebido como relação binária que coloca os sujeitos sociais em lugares antagônicos: as empresas de mídia de massa ocupam o lugar dos poderosos e os indivíduos, grupos, minorias e povos despossuídos pertencem ao campo dos “indefesos e impotentes” (RODRÍGUEZ, 2007, p. 15, tradução livre). Desta forma, a localização do indivíduo num dos campos em conflito se torna sua característica essencial enquanto sujeito. Esse ponto de vista faz com que a mídia alternativa seja avaliada a partir de seu sucesso ou fracasso na tentativa de solucionar as assimetrias de poder entre a mídia tradicional e as operadas por pessoas, grupos ou comunidades subalternizadas (RODRÍGUEZ, 2010).

A professora Clemencia Rodríguez (2007) salienta que nos anos 1970, a maioria das análises acadêmicas sobre mídia alternativa estava perpassada pela dicotomia mídia alternativa-mídia poderosa e poucos pesquisadores superavam, em suas reflexões e propostas, o viés contra-hegemônico da comunicação alternativa, para focar na análise de outras nuances. Na época, as abordagens sobre mídia alternativa e comunicação participativa estavam ligadas aos conceitos de emancipação, luta de classes,

oposição política e resistência, esta última no sentido de ação subversiva. No entanto, na década de 1980, o comunicólogo e comunicador Mario Kaplún foi além desse binarismo ao apontar que o objetivo da mídia alternativa não era resolver o desequilíbrio no fluxo global de informação, conforme pregavam os defensores da Nova Ordem da Informação, mas fortalecer a organização e mobilização populares. Apesar de sua pertinência, a nova perspectiva proposta por Kaplún não conseguiu superar a visão binária prevalecente nos estudos sobre mídia alternativa.

Todavia, na primeira metade da década de 1980, John Downing (2004, p. 19) refletiu sobre as necessidades da mídia alternativa, para além do confronto com os veículos dominantes. Conforme esse autor a mídia alternativa devia: 1) “reconhecer a opressão como uma realidade heterogênea e fragmentada”; 2) “estabelecer vínculos laterais entre movimentos fragmentados” que lutam contra a ou as opressões; 3) “visualizar a luta contra a opressão em termos de movimento e não de instituições”; e 4) “pensar a libertação como um processo cotidiano que altera realidades imediatas” Segundo o pesquisador inglês, a opressão não é uma “realidade estática de essência imutável”, mas um “fenômeno social” (...) que carece de continuidade”. Desde uma perspectiva que dialoga com a do professor Downing, Clemencia Rodríguez (2007, p. 19, tradução nossa) salienta que a resistência é tida como um movimento ou fluxo que não pode ser fixado num sujeito social específico.

Esse primeiro esforço em prol da superação dos enfoques binários na pesquisa sobre mídia alternativa seria retomado pela professora Clemencia Rodríguez. Durante a busca de conceptualizações teóricas que dessem conta dos processos de subjetivação social que a apropriação tecnológica propiciava numa comunidade dos Andes colombianos, Rodríguez (2007, p. 7) percebeu que o binarismo das abordagens se apoiava “em categorias rígidas de poder e concepções binárias de dominação e subordinação”, que negligenciavam a “fluidez e complexidade da mídia alternativa como um fenômeno social, político e cultural”. Ao repensar a conceptualização da mídia alternativa, a autora tentou se afastar das “definições tradicionais, estáticas e essencialistas de democracia, cidadania e ação comunicativa democrática”.

À luz do conceito de cidadania e democracia radical defendido por Chantal Mouffe, Ernesto Laclau e Kirstie McClure, Clemencia Rodríguez (2010, p. 17, tradução livre) propôs o termo mídia cidadã para identificar os “processos de mudança social e democratização que a mídia alternativa/comunitária possibilita”. Essa denominação diz respeito “aos processos midiáticos, considerando seu potencial para desencadear processos de mudança social”, independentemente do êxito ou fracasso de um veículo ou forma de expressão específicos. A pesquisadora definiu a mídia cidadã como

... aquelas mídias que facilitam processos de apropriação simbólica, processos de recodificação do ambiente, recodificação do próprio ser, ou seja, processos

de constituição de identidades fortemente enraizadas no local, a partir das quais propor visões sustentáveis de futuro, enredadas com o que é global. Entende-se por “mídia cidadã” aquela que as comunidades estão utilizando para se apropriar de ferramentas tecnológicas que permitem reconstituir o simbólico, ferramentas a serem utilizadas para nomear o mundo em seus próprios termos e com suas próprias linguagens (RODRIGUEZ, 2007, p. 3, tradução livre).

Em sintonia com Jesús Martín-Barbero (1991, 2002, 2009), John Downing (2004), Haubrich (2016) e outros autores supracitados, para Clemencia Rodríguez (2007, p. 6, tradução nossa), a produção da mídia alternativa vai além de se contrapor à mídia tradicional. Ao produzirem comunicação midiática por si mesmos, os sujeitos “têm a oportunidade de criarem as próprias imagens de si mesmos e de seu entorno”, podem “recodificar a sua identidade com signos e códigos selecionados” por eles mesmos, “subvertendo assim a aceitação passiva das identidades impostas por sujeitos externos”. Através da mídia alternativa, os sujeitos se tornam contadores de suas próprias histórias, reconstrutores do autorretrato da comunidade que habitam e de suas culturas. O ato de comunicar “implica explorar as possibilidades semânticas infinitas do próprio corpo, e linguagens não verbais inéditas”; bem como” tirar as linguagens próprias de seu esconderijo habitual, para coloca-los na esfera pública, ver como se comportam, como derrotam outras linguagens ou como são derrotadas por elas”.

Além do binarismo, a concepção dos “protagonistas da mídia cidadã, como atores políticos unificados e homogêneos, com agendas claras e racionais, fez com que muitas dessas mídias fossem vistas “como caóticas e politicamente fracas”, em razão da ideia de que as ações políticas e os movimentos sociais em prol da democracia eram processos lineais e contínuos. Sob essa lógica, se considerava que a fragmentação, a espontaneidade e a efemeridade dessas mídias diminuam seu potencial de atuar como coadjuvantes na construção da democracia. No entanto, em vez de uma noção teleológica que entende a democracia como um fim a ser atingido, o que deve se fazer é analisar a renegociação constante entre as forças democráticas e não democráticas e como, nessa disputa, a mídia cidadã pode fortalecer a democracia e atuar colaborando com o crescimento, ainda que efêmero, do processo democrático (RODRÍGUEZ, 2007, p. 28, tradução nossa).

Rodríguez (2007, p. 26, tradução nossa) substitui o termo mídia alternativa por “mídia cidadã”, para superar a perspectiva binária e ponderar um enfoque que permita a compreensão dos processos de mudança que essa mídia pode gerar. Falar em mídia cidadã significa que “uma coletividade assume o papel de sua cidadania ao intervir e transformar ativamente o panorama midiático pré-estabelecido”; “que as mídias desafiam os códigos sociais, as identidades legitimadas e as relações sociais institucionalizadas” e “que essas práticas comunicacionais empoderam a comunidade envolvida, à medida em que essas transformações e mudanças sejam possíveis.

Rodríguez (2007, 2010) entende a mídia cidadã como um veículo de subjetivação social e política. Destarte, emissoras de televisão e rádio comunitárias, sites, perfis em redes sociais, o pequeno jornal impresso, o cinema amador, entre outros, podem ser modos de ação e, ao mesmo tempo, formas de enunciação e modos dos sujeitos aparecerem e se expressarem com voz própria num espaço público em disputa. Assim sendo, a mídia cidadã agiria como apoio para o empoderamento dos indivíduos em processos de produção de comunicação que transformam sua passividade, isolamento e silêncio numa “forma de subjetividade ativa” (RODRÍGUEZ, 2010, p. 7, tradução nossa).

Ao resgatar as noções de cidadania e democracia de Chantal Mouffe e articulá-las com a de mídia alternativa, Clemencia Rodríguez (2007, 2010) fortalece as bases da perspectiva teórica iniciada por John Downing (2004) e ajuda a pensarmos as realidades constatadas por ambos em suas pesquisas empíricas: a existência de uma multiplicidade de antagonismos, pois múltiplas são as relações de poder e os lugares de sujeito que, reiteramos, não só estão definidas pela localização dos indivíduos dentro do conflito capital-trabalho, conforme prega o marxismo tradicional.

Portanto, se faz necessário resgatar as reflexões de Chantal Mouffe (2018, p. 85, tradução nossa) para frisar que os antagonismos podem surgir em duas situações. A primeira, quando um sujeito coletivo construído discursivamente percebe que determinados discursos e práticas negam sua subjetividade, ou seja, seus direitos de cidadania lhe são negados. A segunda, quando sujeitos, concebidos por determinados discursos como subordinados, são interpelados por outros discursos que enfatizam na igualdade. Desta forma, o lugar de sujeito subalterno é negado e se “abre espaço para sua desconstrução e sua contestação”.

Seguindo Mouffe (2018) e Rodríguez (2007, 2010), entendemos a mídia cidadã como expressão concreta do exercício do direito a se comunicar, é um espaço de construção, reconstrução e desconstrução discursivas de subjetividades individuais e coletivas. Nesse sentido, Rodríguez (2010) salienta que a linguagem não só a reflete, mas constitui a realidade e seus sujeitos. Portanto,

(...) se a linguagem tem o poder de constituir a realidade, então as tecnologias projetadas para brincar com as linguagens têm um poder enorme, pois em última instância são elas que nos permitem constituir a realidade em nossos próprios termos, ou seja, as TICs que nos permitem consolidar nossa versão da realidade (...) e articular e tornar públicas nossas versões (visões) da realidade (RODRIGUEZ, 2010, p. 12, tradução nossa).

Com a mídia cidadã, como sugere Rodríguez (2010, p. 12), “a democratização das TICs se torna uma grande ameaça aos poderes hegemônicos”, já que sua apropriação por parte de setores sociais excluídos da arena midiática tradicional, começam a enriquecer o espaço público como outras versões



da realidade. É por isso que a luta pela democratização da comunicação é um enorme desafio, porque “a apropriação destas tecnologias pelo povo, de nossa parte, implica a possibilidade de versões outras da realidade e, acima de tudo, da realidade social e política de nossas comunidades”. Portanto, negar o reconhecimento formal do direito à comunicação ou condicionar seu exercício pleno, contribui para perpetuar as subjetividades constituídas discursivamente, mesmo quando isso significa a perpetuação da desigualdade e da subordinação a uma classe específica ou ao Estado. Assim sendo, perpetua-se a resistência dos estados e dos grupos de econômicos à implementação de políticas e normas legais que garantam a ampliação do exercício a comunicar.

Nesse sentido é possível pensarmos que a mídia alternativa/comunitária/radical/cidadã não é composta por simples instrumentos para contestar um poder, mas abrange veículos que podem propiciar processos de subjetivação política, sob a perspectiva rancieriana, dada a vinculação do conceito de democracia de Jacques Rancière (1995, p.16), com as operações e dispositivos de enunciação que podem constituir a cena e o modo de agência do sujeito político, alterando a partilha do sensível, ou seja, “a divisão entre aqueles que têm visibilidade e lugar de fala assegurados e aqueles relegados à opacidade e ao silêncio”. Podemos assegurar então, que práticas comunicativas mediadas tecnologicamente criam cenas de dissenso e fazem emergir sujeitos políticos. Por meio delas, os sujeitos políticos aparecem ao tomarem a palavra e o tempo necessários para se configurarem (MARQUES, PADILLA, 2016) como “habitantes de um espaço comum e para demonstrar que são capazes de falar de coisas comuns e não somente de emitir um grito de sofrimento” (RANCIÈRE, 1996, p.14).

### **3.6 Das tipologias de gestão de mídia alternativa**

John Downing (2004, p. 109-111) apresenta dois modelos de organização da mídia alternativa: o leninista e o de autogestão. O modelo leninista, o mais utilizado pela mídia radical ao longo do século XX, era pautado pelos postulados do Lenin sobre a função propagandística, agitadora e mobilizadora dos jornais revolucionários. Assim como os periódicos russos, esses veículos funcionavam como correias de transmissão entre a vanguarda revolucionária e os cidadãos, para divulgar as prioridades e visões das lideranças de uma determinada organização. De acordo com o autor, o caráter “lastimável” desse modelo, para além de suas características inerentes, está no “fato de ter sido venerado na cultura do partido comunista internacional”, (...) como a forma científica e definitiva da mídia pré e pós-revolucionária. O pesquisador acrescenta que, se os partidos comunistas não se houvessem perpetuado no poder, “a longevidade desse modelo haveria sido “um monumento à inércia”. Para o autor, as consequências políticas e culturais de sua implementação dentro e fora da União Soviética “foram amplas e totalmente nefastas”. No entanto, ele também considera que em regimes ditatoriais, a adoção

do modelo leninista para uma mídia alternativa foi um ato de bom senso, pois evitava que o movimento fosse infiltrado pela polícia.

Diferentemente do leninista, no modelo de autogestão as mídias não são geridas por partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, a Igreja ou o Estado, mas pelos próprios comunicadores e as estruturas que garantem a autonomia democrática podem variar de um veículo para outro. De acordo com Downing (2004, p. 114), “a autogestão da mídia [não] constitui uma forma automaticamente democrática”, pois um veículo de propriedade coletiva apenas “garante a expressão das opiniões desse coletivo, não das opiniões de todo o público”. Portanto, para que a mídia alternativa mostre seu “caráter plenamente democrático, é vital que sua democracia interna seja uma resposta constante às tendências e movimentos democráticos da sociedade em geral. O professor britânico também atenta para o perigo de a mídia alternativa se isolar das tensões e conflitos das sociedades onde operam, se tornando, mesmo sem querer, “uma pequena oligarquia autossustentada”.

De forma mais sucinta, Clemencia Rodríguez (2010), define duas tipologias de mídia alternativa/comunitária/cidadã: 1) os veículos usados diretamente pelos movimentos sociais para informar, mobilizar e organizar seus ativistas em prol de uma agenda de mudança social; e 2) aqueles que não estão alinhados com um movimento social específico. Trata-se de mídias que visam à mudança social, através de uma transformação “mais sutil, a nível de tecido social, de empoderamento individual e coletivo”. Essas iniciativas apostam na comunicação como “uma forma de erodir a alienação, o silêncio” (p. 4-5, tradução livre).

Entendemos que a autogestão de mídias alternativas implica estratégias para captar os recursos econômicos necessários para se manter operando. Conforme Chaguaceda (2011), em geral, os gestores da mídia alternativa tentam evitar financiamento direto de governos e empresas comerciais. A preferência pelo autofinanciamento, as contribuições de seus próprios gestores e as doações dos públicos responde a um posicionamento político e pragmático, pois a independência econômica é chave para garantir o controle da política editorial e da agenda temática.

### **3.7 Dos embates no espaço virtual**

Duas décadas se passaram desde que os pesquisadores Tamara Villarreal e Gèneve Gil (2004) afirmaram que, a despeito de seus problemas, “a Internet já demonstrou ser um veículo poderoso para a sociedade civil global” (p. 275). Decerto, a paulatina ampliação do acesso à rede informática mundial foi um marco para a mídia alternativa. Ao se tratar de uma “infraestrutura interconectada para múltiplas formas de comunicação”, a Internet propiciou a convergência das tecnologias de mídia então existentes. Daí que a rede de computadores não tenha substituído a essência das formas de organização da mídia radical, mas multiplicou a rapidez na análise e divulgação das informações, bem como ampliou as

possibilidades de intercâmbio de experiências e de articulação dos movimentos populares. Nesse sentido, já nos anos de 1990, a Internet começou a ser vista como a “primeira esfera pública global”, um meio que alimentou a esperança de tornar a política mais participativa, através do engajamento dos cidadãos nas discussões de temas de interesse coletiva e no monitoramento da atuação de representantes no legislativo, do poder executivo e de outros órgãos do Estado.

Para além das “levezas pós-modernas” já criticadas por Martín-Barbero (1995, p. 299), é fato que a Internet constituiu a primeira plataforma que possibilitou que indivíduos e coletivos independentes se comunicassem com suas próprias vozes, chegando a audiências de todo o mundo, ultrapassando, portanto, as fronteiras das esferas públicas nacionais e, em decorrência disso, configurando um espaço público digital e transnacional. A partir de um enfoque de mídia alternativa, a Internet permite o envolvimento dos cidadãos na criação de formas e veículos interativos de comunicação que não apenas compensam o fluxo unidirecional da mídia tradicional (VILLARREAL, GIL, 2004), mas contesta o monopólio que eles exercem sobre a produção e divulgação de narrativas sobre o mundo. Entretanto, devemos destacar que a Internet, em si, não se configura como esfera pública, mas apresenta determinados espaços de conversação política cuja arquitetura e modos de funcionamento dos algoritmos permitem a ocorrência de debates e trocas de pontos de vista. Assim, sabemos que há uma potencialidade democrática nos espaços digitais de interação, mas, por outro lado, há também um aumento do controle, da exposição e do cerceamento à circulação de conteúdos.

Estudiosas da evolução dos movimentos sociais no México e nos Estados Unidos, Villarreal e Gil (2004) salientam que o uso da Internet afetou as práticas dos ativistas sociais e midiáticos. Ainda que os movimentos sociais precisassem da atuação de jornalistas para disseminar informação, a apropriação dos recursos oferecidos pela rede mundial de computadores fez com que os articuladores desses movimentos tivessem a oportunidade de se expressar diretamente, compartilhar documentos e interagir com outros atores. A estratégia de visibilizar e tornar possível a expressão de sujeitos e coletivos preteridos se enriqueceu com a possibilidade de que eles pudessem falar por si mesmos (VILLARREAL, GIL, 2004).

Há mais de 35 anos, Jesús Martín-Barbero advertiu sobre o risco de exagerar sobre o papel em que as tecnologias, incluindo as que propiciam a interação entre dois ou mais atores, desempenham na configuração dos processos de comunicação. Embora criticasse o determinismo tecnológico atrelado à “velha ilusão mcluhiana”, que entendia o meio como o configurador do caráter alternativo da comunicação, o estudioso não negou a possibilidade de que “as alternativas de comunicação popular” empregaram mídias de massa. Nesse sentido, as TICs, especialmente a Internet, implantaram uma nova racionalidade prática e a materialização de um modelo de sociedade que obriga a analisar a centralidade das tecnologias (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 118-116). Noutro momento, Martín-Barbero (2014, p.

2) reconheceu, a despeito da precariedade das ferramentas participativas disponíveis online, que o modelo de rede tem contribuído para a consolidação do paradigma participativo, transformando “o modo mecânico da comunicação a distância pelo modo eletrônico da interface de proximidade”.

Ainda segundo Padilla, Ramírez e Marques (2016, p. 26),

A convergência digital tende a fazer com que as práticas comunicativas possam oferecer aos sujeitos lugares de fala capazes de permitir a construção de cenas de enunciação de suas demandas e pontos de vista. Essa transformação nas formas de enunciação coletiva converte voz em fala (na fala há o pressuposto da escuta e da consideração recíproca das opiniões dos interlocutores, o que é vital para a participação democrática) trazendo maior possibilidade de engajamento cívico.

Com as telecomunicações e as estações de rádio e televisão sob controle privado ou estatal, aproveitar a expansão das redes de computadores a serviço da comunicação alternativa foi parte da estratégia implementada pelos ativistas, que encontraram nas redes um meio mais dinâmico e abrangente de organização e solidariedade. Porém, a brecha digital ainda pode, como já apontamos, fazer com que grupos historicamente marginalizados estejam pouco representados nas redes (VILLARREAL, GIL, 2004). Felizmente, iniciativas brasileiras como o jornal comunitário digital *A voz das comunidades*<sup>22</sup>, produzido desde 2005, no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, assim como os sites e perfis em mídias sociais de grupos e movimentos e coletivos, como o Grupo Gay da Bahia<sup>23</sup>, são exemplos que mostram avanços na representação de segmentos sociais e minorias historicamente marginalizados, no ambiente virtual.

Esses projetos fazem parte de um universo mais amplo que só na América Latina inclui diversas agências informativas alternativas presentes em mais de dez países da região. Além da supracitada *Aporrea*, na Venezuela, existem a *Agência Latino-americana de Informação (ALAI)*, no Equador, *CIMAC*, no México, a chilena *Azkintuwe*, e as brasileiras *Brasil de Fato*, *Jornalistas Livres* e *Mídia Ninja*. De acordo com Moraes (2013, p. 69), o denominador comum desses empreendimentos midiáticos são “a exploração dos espaços proporcionados pela ambiência descentralizada e os baixos custos de difusão da rede para instituir outras dinâmicas noticiosas, mais participativas e não mercantilizadas” e “a responsabilidade que assumem com a causa da democratização da informação e do conhecimento”.

Um terceiro ponto de contato entre essas agências poderia ser a noção “de que a mídia hegemônica não retrata adequadamente a realidade social da América Latina, colocando, muitas vezes, seus

<sup>22</sup> Disponível em: < [www.vozdascomunidades.com.br](http://www.vozdascomunidades.com.br)>. Acesso em 25 set. 2021.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/>>. Acesso em 25 set. 2021.

interesses econômicos, políticos e corporativos acima do bem coletivo, perspectiva que é compartilhada pela ampla maioria das agências pesquisadas. Assim como outros veículos alternativos de esquerda, essas agências focam “na divulgação de reivindicações dos movimentos sociais e comunitários, funcionando como um contraponto aos meios corporativos e valorizando a informação veraz e a pluralidade de opiniões. Contudo, o trabalho desses veículos não se reduz a apontar os defeitos da grande mídia, mas sobretudo, procuram “diversificar enfoques e agendas informativas” (MORAES, 2013, p.69).

A permanência das mídias alternativas em mãos de profissionais especializados foi outra das tendências observadas por Villarreal e Gil (2004) no final da década de 1990. Não obstante, dois decênios depois, a massificação do acesso à Internet e a telefones celulares inteligentes configurou um novo cenário. Na atualidade, milhares de cidadãos mundo afora, com ou sem especialização ou experiência prévia no manejo da mídia, se tornam *youtubers* ou influenciadores sociais em plataformas como Youtube, Facebook, Twitter ou Instagram.

Conforme Villarreal e Gil (2004), a expansão da Internet como espaço de liberdade de expressão e circulação de opiniões e informação tem gerado críticas que se referem, às vezes com razão, ao fluxo de notícias e informações inverídicas e tendenciosas. No entanto, uma parte desses questionamentos não procura soluções democráticas para aprimorar a qualidade do conteúdo que circula na esfera pública digital, mas abrangem tentativas para normalizar formas de censura que atentariam contra o exercício da cidadania comunicativa. Tais ideias pressupõem que determinados cidadãos carecem de juízo crítico para determinarem a credibilidade de uma fonte ou avaliarem um fato a partir de diferentes perspectivas. Ambos os autores asseguram que esse tipo de crítica pretende ignorar que, independentemente do contexto, a mídia oficial também representa pontos de vista particulares e, ao mesmo tempo, divulgam informações que apresentam facetas da realidade social, escolhidas com base em critérios de oportunidade, perpassados por interesses econômicos e políticos; ideologias e visões de mundo singulares.

Desde a década de 1990, a comunicação alternativa online é alvo de campanhas que objetivam o enfraquecimento do exercício do direito à comunicação e minar a eficácia dos veículos alternativos. Elas se manifestam através da privatização do espaço virtual e da edição de leis que, em nome da proteção da decência, vulnerabilizam o direito a comunicar no ambiente virtual (VILLARREAL, GIL, 2004), enfatizando a limitação ou proibição da existência de mídias independentes, os bloqueios de sites, a vigilância física e digital a jornalistas e as restrições de seus movimentos, a obrigatoriedade de obter uma licença para exercer o jornalismo, os ataques de hackers, detenções e processos judiciais arbitrários.

Ainda que o maior nível de censura aconteça em países sob regimes políticos não democráticos, tentativas para silenciar a mídia alternativa ou independente foram documentadas em nações com modelos democráticos como o Chile. Em junho de 2020, em meio à pandemia da Covid-19, o governo chileno determinou que todas as empresas prestadoras de serviços de utilidade pública, segurança e meios

de comunicação precisariam solicitar uma licença sanitária coletiva para que seus colaboradores e empregados pudessem circular pelas cidades durante o estado de exceção. A medida prejudicaria o trabalho dos comunicadores de mídias alternativas e comunitárias, pois apenas empresas que estivessem com o registro ativo no Sistema Impostos Internos poderiam obter a licença para seus funcionários. Sem esse documento oficial, os veículos independentes seriam obrigados a solicitar um salvo-conduto para fazer coberturas durante o toque de recolher, enquanto a mídia tradicional teria fácil acesso à permissão de mobilidade (ALCAÍNO, 2020).

Um relatório elaborado pela Fundação de Dados Protegidos e o Observatório do Direito à Comunicação, em parceria com o Instituto de Comunicação e Imagem da Universidade do Chile, revelou que durante os grandes protestos e mobilizações sociais, ocorridos em outubro e novembro de 2019, foram documentados 138 casos de ataques, ameaças e intimidações a jornalistas, comunicadores e veículos de comunicação. Houve 90 casos de ferimentos causados por armamento dissuasório, incluindo um trauma ocular e duas jornalistas foram obrigadas a ficar nuas numa delegacia da polícia. A lista continua com 21 denúncias de espancamentos e assédio, 19 detenções, abertura de processos judiciais em virtude de opiniões negativas sobre representantes do governo, monitoramento de comunicadores por parte dos serviços de inteligência do Estado e ataques contra escritórios de meios de comunicação (FDP, ODC, 2020).

A obstrução de acesso à informação pública, incluindo as cifras oficiais de detidos e feridos pela polícia nas manifestações, coletivas de imprensa sem perguntas dos jornalistas, reuniões do Governo com empresários e representantes da mídia tradicional e a não publicação dos decretos que o toque de recolher, foram algumas das violações à liberdade de imprensa que constam no relatório. Ainda segundo o relatório, 283 usuários de mídias sociais viram seus conteúdos filtrados de forma automática ou sofreram o bloqueio de suas contas no Instagram, Facebook, Twitter e Youtube (FDP, ODC, 2020).

Também em 2019, a Convergência de Comunicadores e Mídias Independentes, Alternativas, Populares, Indígenas, Comunitárias e Digitais do Equador rechaçou as tentativas do governo Lenin Moreno de deslegitimar o trabalho realizado pelas plataformas que fizeram a cobertura dos protestos que aconteceram em todas as regiões do país. Além de enfrentar questionamentos sobre a veracidade da informação transmitida, a mídia alternativa equatoriana foi afetada pela censura tecnológica e digital e a intervenção por parte de órgãos governamentais. No entanto, os veículos independentes conseguiram “romper o cerco midiático que a mídia convencional e hegemônica construiu durante os dias de mobilização nacional” (EDITOR, 2019).

Assim como Saturno devorou seus próprios filhos, em 2010, ainda com Hugo Chávez na presidência, o estado venezuelano determinou que todos seus órgãos cancelassem a veiculação de publicidade oficial no site alternativo de esquerda *Aporrea*. Segundo seus editores, a independência

política, a fiscalização da atuação dos agentes públicos e a análise crítica da realidade nacional, incomodou os setores da burocracia chavista que “procuram silêncios ou imposição de diretrizes”, enquanto “mesquinham recursos, protegem suas falcatruas ou destilam sectarismo”. Para continuar a operar, aceitaram a inclusão de anúncios comerciais de patrocinadores que não comprometam a independência editorial do site. Em 11 de fevereiro de 2019, o site engrossou a lista de dezenas de sites independentes bloqueados pelas operadoras Cantv e Movilnet, principais provedoras do serviço de Internet na Venezuela, sem que houvesse um processo judicial ou administrativo contra ele. Até esse momento, esse veículo de notícias e opinião era o veículo independente de esquerda mais lido na nação sul-americana (APORREA, 2021). Para burlar o bloqueio, considerado uma violação do direito à comunicação dos cidadãos venezuelanos, o *Aporrea* orientou seus leitores ao uso de sites proxy, navegadores com VPN ou aplicativos *Intra* ou *Psiphon*, para evadir a censura do regime do presidente Nicolás Maduro (APORREA, 2020).

\*\*\*\*\*

Neste capítulo vimos como a publicação do Relatório McBride foi um marco na luta pela democratização da comunicação no mundo e dentro de cada um de seus países. As críticas contra a concentração midiática e suas consequências, assim como o reconhecimento do direito à comunicação dos povos como sendo um direito fundamental, não apenas turbinou os debates acadêmicos, mas legitimou iniciativas comunicacionais da sociedade civil, que visaram a ocupação dos espaços midiáticos para aparecer, falar de si e por si, exercer a cidadania.

Frutos dos debates acadêmicos e das iniciativas cidadãs para fazer comunicação a partir de suportes e veículos próprios, conceptualização do direito à comunicação, para além das liberdades de imprensa e de expressão exercidas pelas empresas de mídia, contribuiu para que a cidadania, até então objeto da comunicação midiática, fosse pensada criticamente e auxiliasse os indivíduos e grupos a agirem como sujeitos da comunicação no cenário midiático.

A presença da mídia alternativa em diferentes contextos sociopolíticos, como exemplo do exercício do direito a se comunicar e a prática da cidadania comunicativa, denotam protagonismo da sociedade civil organizada na luta em prol da democratização de comunicação, que atual cenário mundial, envolve a apropriação das TICs pelos atingidos pela marginalização midiática, que é também social e política, para que, a partir de outras esferas comunicacionais, ocupem o espaço público para conquistarem visibilidade e escuta, além de publicizar arestas do social preteridas pelos meios de comunicação hegemônicos.

## CAPÍTULO 4. A REVOLUÇÃO CUBANA: CIDADANIA, MÍDIA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Neste capítulo, alguns documentos nos amparam para traçar as interfaces entre a mídia estatal, a mídia alternativa e a busca por liberdade de expressão em Cuba. Como mencionamos na introdução da tese, optamos por selecionar nove textos, três publicados pela mídia digital independente, e seis veiculados pela mídia estatal e em um blog governista, para identificar embates simbólicos que evidenciassem a existência de um conflito entre a mídia digital independente e o Estado cubano. O recorte temporal corresponde ao período entre 1 de julho e 13 de outubro de 2016. O corpus empírico que nos auxilia na escritura dos capítulos 4 e 7 foi definido como se mostra a seguir:

### **Mídia independente**

- ***Diario de Cuba***

- *Carta de protesta del Comité de Base de la UJC del diario 'Vanguardia'*

- ***Periodismo de Barrio***

Notas editoriais

- *Las contradicciones del periodismo cubano*
- *¿Quiénes tienen derecho a contar un país?*

### **Mídia estatal/partidarista**

- ***Granma***

Artigos de opinião

- *Advertirnos desde dentro*
- *Estado, pueblo y medios de comunicación: ¿nos entregamos?*
- *Los verdaderos alternativos somos nosotros*
- *Matthew: humanismo, transparencia y manipulación*

- ***Site La Pupila Insomne***

Artigo de opinião

- *El blanco es la revolución*

- ***Site da UPEC***  
Declaração

- *Sin morbo y sin amo*



Além dos conteúdos veiculados pela mídia oficial e oficiosa, foram analisadas três intervenções públicas do atual presidente Miguel Díaz-Canel que evidenciam a existência de um conflito entre o Estado cubano e a mídia digital independente.

- Discurso de Miguel Díaz-Canel no encerramento do IX Congresso da UPEC (2013)
- Intervenção de Miguel Díaz-Canel em reunião com quadros do PCC (2017)
- Discurso de Díaz-Canel no encerramento do X Congresso da UPEC (2018)

A repressão das autoridades policiais contra jornalistas e colaboradores; a censura de conteúdo, e os bloqueios de sites tem sido a face mais violenta do confronto entre a mídia digital independentes e o Estado cubano. Portanto, a leitura dos relatórios divulgados pelo Instituto Cubano de Liberdade de Imprensa (ICLEP), entre 2017 e 2021, e o publicado pelo Observatório de Interferência Aberta na Internet, em 2017 (XYNOU, FILASTÒ, BASSO, 2017) também foram consultados.

Ao mesmo tempo, consultas aos jornais *Diario de La Marina*, *Prensa Libre*, *Revolución*, *Combate*, *Notícias de Hoy* e o semanário *Bohemia* foram imprescindíveis para historicizar e refletir criticamente acerca das transformações políticas, econômicas, legais, sociais e ideológicas, assim como o início e o desfecho do confronto entre a mídia burguesa e ao Governo revolucionário, entre janeiro de 1959 e dezembro de 1960. Os discursos públicos e entrevistas concedidas por Fidel Castro e outros dirigentes da época abordaram foram fundamentais para entender questões relacionadas a redefinição dos conceitos liberdade de expressão e liberdade de imprensa; a transição do modelo midiático capitalista para um modelo estatal de viés soviético e as funções da mídia e o jornalismo no novo regime político.

#### **4.1 A Revolução cubana e sociedade civil**

O triunfo da Revolução cubana, em 1º de janeiro de 1959, desencadeou o processo de mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais mais transcendente da história de Cuba no século XX. Em lugar de cumprir a promessa de restabelecer da Constituição de 1940 —vigente antes do golpe perpetrado por Fulgencio Batista em março de 1952 — e convocar a eleições gerais em 1960, o Governo Revolucionário promulgou uma Lei Fundamental para agilizar e legalizar implementação do programa do Moncada<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> O Programa do Moncada continha as medidas que o Governo Revolucionário implementaria para resolver os problemas sociais e econômicos afetavam a qualidade de vida de amplos segmentos da população cubana. A existência do latifúndio, a falta de acesso a serviços de educação e de saúde gratuitos de qualidade; a escassez de vivendas dignas para a classe trabalhadora, a ausência de um sistema previdenciário universal e a baixa industrialização do país, foram alguns dos desafios nacionais apresentados por Fidel Castro (2007) durante seu julgamento, semanas depois de assaltar, em 26 de julho de 1953,

Em apenas dois anos (1959-1961), a Revolução estatizou o sistema bancário e as grandes empresas cubanas e estrangeiras, implementou a primeira reforma agrária—que eliminou o latifúndio e entregou a propriedade da terra a milhares de camponeses pobres—; reduziu o analfabetismo de 23% (em 1958) a 3,9% (em 1961); fechou acordos comerciais e de cooperação com a União Soviética e em abril de 1961, se proclamou socialista e derrotou uma invasão de exiliados cubanos, financiada e apoiada logisticamente pelos Estados Unidos (ROJAS, 2015).

As medidas progressistas executadas pelo Governo Revolucionário atingiram diretamente a burguesia, o capital estrangeiro, as classes médias e antigos integrantes e colaboradores da ditadura de Fulgencio Batista (VALDÉS PAZ, 2009). A migração de grande parte desses atores significou a dissolução de instituições políticas e sociais tradicionais e a reconfiguração daquela que foi, conforme Acanda (2008), uma das sociedades civis mais diversas, complexas e dinâmicas da América Latina e Caribe. Contudo, problemas como a pobreza, o analfabetismo e o desemprego limitaram a integração de amplos segmentos da população aos mecanismos associativos e à participação no debate sobre assuntos de interesse público.

No primeiro sexênio (1959-1965) da Revolução surgiu uma sociedade civil com alto nível de participação na consolidação e defesa do novo regime, além de se tornar um efetivo mecanismo para a mobilização social (ACANDA, 2008). Impulsionadas pelo Governo Revolucionário surgiram novas organizações políticas e sociais, vinculadas a interesses populares, políticos e setoriais como os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), a Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP), a Federação de mulheres Cubanas (FMC), a União de Escritores e Artistas de Cuba (UNEAC) e a União de Jornalistas de Cuba (UPEC). De afiliação voluntária, essas entidades estavam integradas pelos movimentos sociais surgidos antes e durante os primeiros meses do turbilhão revolucionário. Além de representar interesses próprios, seus integrantes participavam nas tarefas encomendadas pelas suas respectivas lideranças ou pelo próprio Governo (ACANDA, 2008)

Num contexto de enfrentamentos políticos com os Estados Unidos e de conflito armado com a contrarrevolução interna, o envolvimento ativo dos cidadãos nos assuntos da vida pública era a garantia da sobrevivência e consolidação do projeto político defendido pela maioria da sociedade (MAYORAL, 2004). Não obstante, na ausência dos mecanismos representativos tradicionais, essas formas de participação popular —que se afastavam da ideia de um socialismo baseado na socialização do poder político e da propriedade— tinham um caráter mobilizador-consultivo (ACANDA, 2008) e, portanto, não foram concebidas para fiscalizar o Governo nem exigir que ele prestasse contas de suas ações.

---

o quartel Moncada, de Santiago de Cuba, para iniciar a luta armada contra o ditador Fulgencio Batista. As propostas para solucionar ditos problemas constituíram o programa político e social do movimento revolucionário liderado por Castro.

À medida que o processo revolucionário se consolidava, o poder de decisão se concentrou ao redor da vanguarda política (LEVYA; SOMOHANO, 2007) e especialmente, na liderança carismática de Fidel Castro. Assim sendo, as relações dessas organizações com as autoridades governamentais reproduziam um modelo verticalizado (ACANDA, 2008), que se afirmou na década de 1970. Além de organizar e mobilizar a população em torno das metas definidas pelo Estado, o associativismo revolucionário funcionava como mecanismo do poder e um instrumento de controle político (BOBES, 2007). A verticalização da relação Estado-sociedade civil e mobilização constante de consideráveis contingentes de pessoas para a defesa do país normalizou uma concepção militarizada da organização social e da política (PADILLA, 2016).

Por outro lado, o discurso que pregava a unidade ao redor dos interesses da pátria revolucionária e socialista instalou o princípio da unanimidade e, em nome dela, a legitimidade do pluralismo político foi cancelada. As minorias excluídas, especialmente as dissidentes, foram definidas como inimigos e perderam a legitimidade que lhes permitia fazer parte da comunidade política e da sociedade civil. Em nome da unanimidade, a discussão sobre os problemas da representação política, o tratamento das minorias e os espaços para articular interesses e processar o dissenso foram banidos (BOBES, 2007).

Assim como no Brasil (CARVALHO, 2020), o desenvolvimento da cidadania em Cuba não tem sido um processo linear, mas marcado por um histórico de contradições e rupturas entre a tradição liberal-individualista e a cívico-militante, além da substituição de um modo civil e privado do seu exercício (como status) por uma cidadania militante e participativa (BOBES, 1995). De acordo com Rojas (1997), três modelos de cidadania podem ser identificados na Cuba pós-colonial: o liberal-oligárquico, o liberal-democrático, e o socialista, definidos pelas constituições de 1901, 1940 e 1976, respectivamente. Tais modelos de cidadania foram resultado de revoluções políticas. Os dois primeiros modelos foram limitados por ditaduras e revogados por revoluções, enquanto o terceiro surgiu com a revolução de 1959 e ainda vigora com algumas adequações.

As sucessivas revoluções, o militarismo e o caudilhismo herdados das guerras pela independência do século XIX; o caciquismo e o clientelismo, instaurados durante a primeira República (1902-1940); o enfrentamento entre as elites pelo poder, somados à ameaça real de uma intervenção militar estadunidense – com base legal na Emenda Platt – diante de um cenário de desordem generalizada configuraram uma cultura política caracterizada pelo nacionalismo beligerante. Tal nacionalismo defendia a independência e a soberania (na época limitadas pela ingerência de uma potência estrangeira), propagava a intolerância, a legitimação da violência, o desprezo pela legalidade e a moralização da política (BOBES, 2007). Daí que,

Entre as virtudes da cidadania e da cultura política dos cubanos de hoje, a tolerância, o diálogo, a negociação, a resolução de conflitos e a moderação não aparecem como seus valores fundamentais. Devido a que a construção da nação se deu no imaginário da guerra e da agressão, privilegia-se a intransigência, com a qual, qualquer forma de negociação é concebida como traição ou capitulação. O diálogo é substituído pelo confronto, e os conflitos (e mesmo as discrepâncias) são vistos como perturbadores da ordem social (BOBES, 2007, p. 165, tradução nossa).

Aspectos dessa cultura política estão presentes, com menos ou mais intensidade, nos supracitados modelos de cidadania e conformaram uma definição de nação, considerando as dimensões políticas e éticas, que pode ser associada a um processo desigual e excludente. Assim sendo, após da revolução de 1959, a ideia de nação cubana foi pautada com base em critérios de inclusão e exclusão da *respublica* e o alargamento e/ou restrição dos direitos dos cidadãos. Herdeira direta dessa cultura política autoritária, a Revolução cubana reinventou a ideia de nação, estabelecendo, mais do que uma sinonímia, uma fusão entre as noções de pátria e nação com o Estado. A concretização dessa transformação ocorreu “por meio da redefinição simbólica da identidade nacional e da ressignificação dos valores centrais da normatividade e da cultura política, que transformou a narrativa de pertencimento à sociedade civil e do imaginário cidadão” (BOBES, 2007, p. 113, tradução livre). Esses elementos conformaram um dispositivo simbólico ao serviço da legitimação do regime político e seus principais componentes se inseriram na sociedade, alterando a definição e o exercício da cidadania.

A mudança, executada de cima para baixo, determinou a formação de uma cidadania militante, ativa e participativa, que embora estivesse ancorada na tradição cívico-republicana, se subordinou (e ainda se subordina) ao Estado. Esse dispositivo simbólico teria três elementos fundamentais: 1) a identificação da ordem estatal socialista com a pátria e a nação; 2) a necessidade da unidade (tida como unanimidade) perante a situação de guerra, ameaça e agressão externa; e 3) a convicção de que o socialismo é a única opção política favorável para o povo cubano. Os efeitos desses três elementos nas dimensões procedimental e simbólica da cidadania são evidentes até hoje (2007).

A partir da identificação entre Estado e nação, a distância entre governantes e governados foi eliminada, a soberania popular perdeu sua essência e o povo se tornou um “sujeito metafísico que encarna em seus representantes”. Com a transferência da soberania do povo para o Estado, a participação cidadã, os direitos e garantias perderam seus conteúdos democráticos (BOBES, 2007, p. 114, tradução nossa). Com a assunção dos valores revolucionários como símbolos da nação, essa cessão da soberania parece irreversível. O povo delegou sua vontade soberana – que, em tese, tenderia à realização do bem comum – ao Governo Revolucionário. O povo não seria mais o povo civil, mas o povo organizado e uniformizado, ou seja, o povo do Estado. A partir da ideia de que a Revolução expressava a vontade da maioria dos

cubanos, a autoridade do soberano (o povo) foi transferida para o poder executivo e a paraestatalização da sociedade civil cubana, iniciada em 1959, foi uma extensão da sociabilidade política revolucionária (ROJAS, 1997).

A concepção simbólica de uma nação constantemente sitiada por forças inimigas internas e externas propiciou que a intolerância, a intransigência, a unanimidade, a fidelidade e a confiança absoluta nas decisões das autoridades se tornassem valores políticos articulados ao redor da defesa do país. O regime sociopolítico configurado naquela época se apresenta até hoje como a única garantia para a verdadeira independência do país (CASTRO, 2009), justiça social e equidade. Diante disso, qualquer oposição ao socialismo é tida como um gesto a favor da potência agressora (BOBES, 2007): os Estados Unidos.

No discurso público oficial, entretanto, o regime político continua a ser uma revolução, ou seja, um Estado em guerra permanente contra seus inimigos do passado e do presente (ROJAS, 1997). Em consequência, a cultura institucional cubana desenvolveu uma consciência de estado assediado e os agentes estatais consideram que o controle centralizado dos recursos, a mobilização da população, seu disciplinamento e o controle do comportamento dos cidadãos é a melhor forma de juntar forças e dissuadir as agressões (GUANCHE, 2017) internas e externas.

Ainda que esses princípios não tenham sido criados pela Revolução de 1959, o novo regime político reforçou comportamentos e concepções já pré-existentes na cultura política nacional. Com a normalização dos constrangimentos, as possibilidades da convivência e da participação cidadã autônoma e de estabelecer uma sociedade democrática e pluralista foram abandonadas. Ao se tornarem valores políticos irrenunciáveis, tais comportamentos e concepções estruturam uma narrativa de pertencimento à sociedade civil e do conteúdo da identidade cidadã que redefiniu o mundo social ao partilhá-lo em dois grupos: os revolucionários, portadores das virtudes que garantiriam o pertencimento legítimo à sociedade civil/comunidade política; e os não revolucionários ou contrarrevolucionários, tidos como indivíduos incompatíveis com o padrão preestabelecido. Considerados indignos e amorais, esses indivíduos foram percebidos como uma ameaça à coexistência social harmoniosa e, em razão disso, se justificava sua exclusão da comunidade política (BOBES, 2007).

Com a redefinição dos direitos, os conceitos de cidadão e de povo substituíram o de cidadania como critério de unificação e integração na nova sociedade socialista. Ser reconhecido como revolucionário significava a identificação plena com a ordem estatal. Os novos valores sociais e a nova definição diluíram a individualidade dentro de uma coletividade representada pelo Estado (BOBES, 1995). Por outro lado, a subversão do sistema valores democrático-liberais explicaria o modo como os cubanos até hoje percebem seu papel de cidadãos, o alcance e os limites do exercício da cidadania, a

justificativa e a normalização da exclusão, a padronização do discurso no espaço público e a aprovação moral da repressão e da criminalização do dissenso (BOBES, 2007).

A ressignificação do conceito de cidadania desempenhou um papel importante no funcionamento e articulação do sistema político. A cidadania foi entendida como ativa e participativa; se fez ênfase na igualdade e nos deveres, no serviço à nação e ao Estado e na defesa da comunidade. A participação na esfera pública [agora estatizada] deixou de ser uma opção e se torna uma obrigação (BOBES, 1995, 2007, colchetes nossos). Desta forma, assim como nos regimes de viés soviético, a esfera pública funcionou como um recurso para controlar os cidadãos e fazer com que cumprissem as tarefas orientadas pelo Estado (BEYRAU, 2014).

As transformações que visaram à desmontagem do *ancien régime* ressignificaram o conceito de nação, identidade nacional e cidadania (BOBES, 2007) e alteraram a relação entre o Estado e a sociedade civil. Orientada pelo Governo Revolucionário e executada com a participação das organizações sociais e de massas, a mobilização popular supriu a participação cidadã e a relação indivíduo-Estado se diluiu em um padrão coletivista. Os valores socialistas ponderaram a igualdade em detrimento da identidade, restringindo a liberdade individual. Com a subversão dos valores democrático-liberais limitou-se a margem para o dissenso, e mesmo contando com a legitimação e o apoio da maioria do povo, a direção da Revolução atuou na redução dos espaços políticos para as minorias dissidentes e opositores até torna-los praticamente inexistentes (BOBES, 2007).

#### **4.1.1 Tudo pela Revolução: a instrumentalização dos direitos cidadãos**

Limitados desde 1959, os direitos civis e políticos também foram formalmente instrumentalizados pela Constituição de 1976. De inspiração soviética, o novo texto constitucional designou o Estado como o sujeito jurídico fundamental, em detrimento da Nação e seus cidadãos. Ao Estado coube assumir o papel de provedor da maioria dos bens e serviços imprescindíveis para o desenvolvimento da sociedade, a figura do cidadão deixou de ser associada a um sujeito de direito, ao se tornar signo de um sujeito beneficiário dos recursos distribuídos pelos governantes. Em vez de direitos conquistados pelas lutas sociais, a alimentação, a educação, a saúde, o emprego e a moradia e começaram a ser deveres do Estado (ROJAS, 1997).

A noção utilitarista dos direitos civis e políticos que predomina no texto constitucional de 1976 blindou o Estado contra a possibilidade de que as liberdades públicas dos cidadãos fossem exercidas contra seus dirigentes, sua ideologia e seus objetivos políticos (ROJAS, 1997). Tais direitos foram determinados, conforme a prática prevalecente, pelos critérios de um grupo reduzido de pessoas e estabelecidos para toda a sociedade de forma verticalizada, o que, na prática, condiciona e limita o exercício das liberdades políticas (VEIGA, 2015).

A liberdade de expressão, por exemplo, seria exercida no seio das organizações sociais permitidas pelo Estado, que controlariam as margens da crítica por meio de seus estatutos (ROJAS, 1997). A liberdade de imprensa também foi reconhecida, sempre que exercida a serviço dos fins da sociedade socialista. Além de instrumentalizar direitos da cidadania, o texto constitucional de 1976 criminalizou a desobediência civil e o dissenso ao determinar, no artigo 61º, que “nenhuma das liberdades reconhecidas aos cidadãos pode ser exercida contra a existência e os fins do Estado socialista, nem contra a decisão do povo cubano de construir o socialismo e o comunismo”, acrescentando que a violação desse princípio seria punida (CUBA, 1976, tradução nossa).

Todavia, na contramão do observado por Cortina (2005) e Wolin (2012) em sociedades em que a dependência dos serviços oferecidos pelo Estado podem desencorajar o ativismo cívico e participação política dos cidadãos, a ampliação dos direitos sociais na Cuba revolucionária, atingindo níveis sem precedentes, não se traduziu na despolitização da sociedade. Como dito, a mobilização e a participação da população nas tarefas políticas, econômicas, sociais e de defesa do país, orientadas pelos PCC, foi o principal indicador da legitimidade do regime, diante da ausência de eleições que permitissem a renovação do sistema político (ROJAS, 1997). Em um regime caracterizado pela restrição e instrumentalização dos direitos civis e políticos, a credibilidade da ideologia oficial — que combinava elementos do marxismo soviético e do ideário revolucionário, criando uma compatibilidade entre dita ideologia aos benefícios reais proporcionados pelo Estado— dependia do crescimento econômico e da mobilidade social (ACANDA, 2008).

Com a estatização da maioria das atividades econômicas, a monopolização estatal do fornecimento dos bens e serviços básicos, as consequências práticas e políticas da subversão dos valores democrático-liberais e da instrumentalização dos direitos civis e políticos, a dependência dos indivíduos em relação ao Estado se consolidou um modelo de cidadania próximo do conceito de ‘estadania’ (CARVALHO, 2020). Isso ocorreu em razão da subordinação dos cidadãos a agentes políticos ou burocráticos, que, a partir das instituições estatais e governamentais, fornecem os recursos e serviços que garantem o exercício dos direitos sociais em troca de aquiescência política. O modelo de cidadania implementado também se aproxima da cidadania tutelada (CALMON PASSOS, 2002), pois mesmo que os direitos políticos e civis fossem reconhecidos formalmente, na prática eram restritos pela ausência dos instrumentos normativos e das políticas necessários para seu exercício.

A versão à cubana do modelo soviético alterou o funcionamento dos espaços e vias formais de participação política popular. A imposição de métodos burocráticos nas instituições estatais limitou a efetividade de algumas das organizações e estruturas que o processo revolucionário havia criado para que os cidadãos participassem ativamente na esfera política. A comunidade e sua participação nos assuntos de interesse coletivo foram submetidas a normas e a procedimentos utilitaristas (LEYVA;

SOMOHANO, 2008) que ritualizaram a participação popular, enfraquecendo suas potencialidades para influir nos processos decisórios (GUANCHE, 2012). Ainda que os cidadãos e as organizações de massas pudessem fazer parte da vida política do país, sobretudo no nível local, os mecanismos constitucionais que previam a participação direta não haviam sido regulamentados e “as práticas representativas predominam sobre as participativas diretas, em oposição aos objetivos declarados pelo próprio modelo” (GUANCHE, 2013, p. 11, tradução nossa).

Tudo o que foi exposto até aqui nos coloca mais uma vez diante da pergunta que toda pesquisa sobre a realidade cubana contemporânea deve responder: afinal, Cuba é socialista? Os documentos aprovados no I Congresso do Partido Comunista de Cuba, realizado em 1975, e a Constituição promulgada no ano seguinte, formalizaram, política e legalmente, a implementação de um regime de viés soviético que, com algumas reformas, vigora em Cuba até hoje (PCC, 1975; CUBA, 1976). Os mecanismos e instituições típicos do sistema político dos países do bloco socialista foram codificados no texto constitucional: o Partido único como “força dirigente da sociedade e do Estado”; o predomínio quase absoluto da “propriedade estatal”, a economia centralizada e planejada pelo Estado e limitação dos “organização, direção e controle da atividade econômica de acordo com o plano único de desenvolvimento do Estado ” e a limitação do exercício dos direitos civis e políticos ao espaço das “organizações sociais e de massa” PCC (ROJAS, 2015, p. 180, tradução nossa) reconhecidas e subordinadas ao Estado. Em resumo, um regime que, embora se declarasse democrático, não reconheceu o pluralismo político e, baseado na doutrina marxista-leninista, visou à construção do socialismo (CUBA, 1976).

O modelo social codificado pela Constituição socialista exibia as características fundamentais das sociedades de viés soviético (CUBA, 1976). Por isso, se considerado o campo do marxismo crítico, foram produzidas várias indagações acerca de seu caráter socialista. Nas vésperas da entrada de Cuba para comunidade de países socialistas liderada por Moscou, o agrônomo e sociólogo francês René Dumont reconheceu que, ao concentrar o controle político e econômico, os dirigentes do Estado cubano podiam destinar inúmeros recursos para priorizar muitas das necessidades da população. No entanto, a falta de liberdade de expressão e democracia real, inclusive dentro das fileiras do PCC, a militarização da economia e o ilimitado poder pessoal de Fidel Castro deixou dúvidas acerca do controle da classe trabalhadora sobre os dirigentes do Estado (DUMONT, 1970).

A Revolução, aponta Michael Löwy (2007), mostrou a eficácia da luta armada contra uma ditadura pró-imperialista, o êxito em iniciar a construção do socialismo e a possibilidade real de combinar tarefas democráticas e socialistas em um processo revolucionário contínuo. Contudo, no fim da década de 1960 se revelou “a estrutura autoritária do poder revolucionário, a ausência de pluralismo político, de



liberdade de expressão e de formas de controle democrático da população sobre os órgãos políticos, para além das comunidades e municípios” (p.47, tradução nossa).

O caráter socialista do modelo social cubano pode ser tensionado a partir do campo da economia. Mesmo que durante décadas a estatização e a centralização da economia e da vida social tenham se acentuado, acompanhadas da redução a um nível ínfimo da propriedade e do trabalho privados, e da ampliação expressiva dos direitos sociais, verificamos que quando os cidadãos são tidos como incapazes de gerenciar os bens cuja titularidade nominalmente possuem (ou ao menos de fiscalizar sua gestão), não se deve afirmar que a propriedade estatal é realmente social. Coincidimos com Miranda (2022, p.) quando afirma que, para que a propriedade social dos meios de produção se concretize, é necessário que a sociedade, proprietária coletiva dos meios de produção, seja capaz de gerenciar ou, pelo menos, controlar e/ou fiscalizar a gestão dessa propriedade coletiva”. Uma meta que “só pode ser atingida mediante mecanismos democráticos [de participação] que incluam a eleição dos gestores, assim como a transparência e prestação de contas perante a sociedade (MIRANDA, 2022, p. tradução nossa, colchetes nossos).

A ciência política também oferece caminhos para entender as características e o funcionamento de determinados regimes políticos, independentemente da ideologia pregada pela elite governante. Com base na descrição dos tipos ideais de regimes políticos proposta pelos cientistas políticos Juan Linz e Alfred Stepan (1999), em termos de estrutura e funcionamento, o regime cubano pode ser classificado como um caso de pós-totalitarismo não tardio, em virtude da presença de elementos do totalitarismo. Essa definição se apresenta como um legado ideológico que não pode ser questionado publicamente e que ainda influencia a vida social e a organização da comunidade política; o partido único fusionado com o estado e governo, a ideologia de Estado; o monopólio estatal sobre os meios de comunicação e o policiamento político do espaço público. Neste estágio, os elementos anteriores coexistem com a designação de líderes não carismáticos, subordinados às estruturas partidárias; a substituição da crença na utopia pelo consenso pragmático, baseado na deliberação racional e num debate limitado; a perda progressiva do interesse pela mobilização social —mesmo que seja mantida dentro das organizações estatais para garantir um mínimo de aquiescência; a emergência vagarosa de formas de pluralismo social e econômico e institucional limitado, que não ocupam responsabilidades em órgãos estatais e o surgimento de espaços sociais, culturais e econômicos que se tornam foco de dissenso e resistência ou conseguem escapar do controle total do Estado (LINZ; STEPAN, 1999). Por outro lado, a ausência de um líder carismático causa um maior grau de burocratização, a emergência de grupos de interesse em conflito e uma despolitização parcial da população (ANDRÉS, 2009, p. 21).

Para o cientista político Armando Chaguaceda (2021), cinco décadas depois da Revolução cubana, os recursos repressivos continuam os mesmos, porém alguns de seus elementos são atenuados e a política

de terror de Estado não atinge os níveis observados por Hannah Arendt quando concebeu o conceito de totalitarismo. Também se observam elementos de economia de mercado, mesmo que sob interferência estatal, daí que o modelo cubano continua a ser entendido como modelo de viés soviético, mas também faz parte do conjunto de autocracias contemporâneas que usam táticas semelhantes para, no intuito de conservar o poder, reprimir a sociedade civil, a oposição e a mídia.

De fato, em 2016, o então presidente Raúl Castro afirmou que o modelo ou ditadura de partido único "representa e garante a unidade da nação cubana, a principal arma estratégica de que dispomos para construir a obra". Segundo o dirigente político cubano, a legalização de outros partidos políticos que concorreriam com o PCC, fragmentaria a sociedade cubana e seria "o começo do fim em nosso país, da Revolução, do socialismo e da independência nacional (CASTRO, 2016, tradução nossa). Nesse discurso, Raul Castro reiterou o dogma revolucionário que condicionou a existência da nação e do Estado cubanos à perpetuação do regime vigente que fecha as portas para a constituição de uma comunidade política baseada no reconhecimento e no amparo legal do pluralismo político, bem como o direito a fundar organizações políticas independentes que acabariam com o absolutismo do PCC.

Em poucas palavras: o núcleo duro do sistema político instituído em Cuba após a Revolução tem sido a exclusão de toda forma de oposição política, a direção do Partido Comunista e a liderança de Fidel Castro (VALDÉS PAZ, 2009).

#### **4.2 Ecossistema midiático cubano às vésperas da Revolução cubana**

A Revolução cubana herdou um dos sistemas midiáticos mais evoluídos da América Latina. Segundo o levantamento feito por Marrero (2018), em 1957 circulavam 57 jornais e 61 revistas; havia 28 rádiojornais, 3 telejornais e 3 jornais cinematográficos. Só em Havana, a tiragem de jornais diários atingia 220 mil exemplares por dia. O *El País-Excelsior*, *Información*, *Diario de la Marina*, *Prensa Libre* e a revista *Bohemia* eram algumas das publicações impressas mais destacadas. Ao todo, incluindo as supracitadas, mais de 400 publicações impressas eram editadas na Ilha.

O ecossistema midiático pré-revolucionário refletia uma parte do pluralismo social, ideológico e político presentes na sociedade. Enquanto o conservador e católico *Diario de la Marina* e o liberal *Prensa Libre* defendiam os interesses da burguesia nacional, o Partido Socialista Popular (PSP) — comunista e pró soviético— contava com “uma plataforma midiática para divulgar a suas ideias. Além da *Editorial Páginas*, a produtora cinematográfica *Cuba Sono Film* e da distribuidora de filmes *Blue Ribbon Films*, o PSP era proprietário de uma emissora de rádio, a *Mil Diez*, e do jornal *Notícias de Hoy* (LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2016).

A expansão da mídia eletrônica também era expressiva.<sup>25</sup> Presente desde 1922, o serviço radiofônico<sup>26</sup> estava integrado por cinco redes nacionais e 156 emissoras entre provinciais e locais (SALWEN, 1994) e a televisão, fundada em 1950, contava com sete canais, em 1959. Três deles (*CMQ Televisión, Televisión Nacional e Telemundo*) transmitiam para todo o país, seis estavam sediados em Havana e mais um na cidade de Camagüey (MARRERO, 2018).

Durante seu primeiro decênio de existência, a televisão mostrou um rápido desenvolvimento. Em 1952, por exemplo, das nove cidades latino-americanas que tinham serviço de televisão, cinco estavam em Cuba (ORAMAS, 2019). Dois anos depois, em 1954, os técnicos da rede CMQ-TV realizaram a primeira transmissão televisiva entre os Estados Unidos e Cuba, por meio de antenas instaladas em um avião que sobrevoava o Estreito da Flórida. Em 1958 foram iniciadas, em caráter experimental, as primeiras provas da televisão a cores na América Latina (SALWEN, 1994). Apesar dos avanços tecnológicos, em 1959 apenas 50% do território nacional recebia sinal de televisão (OLAZÁBAL, 2012). A propriedade privada das emissoras e a natureza comercial desse serviço, desconsiderava a inclusão de regiões com poucos consumidores potenciais (RIVERO, 2015).<sup>27</sup>

Com exceção da *Radio Educación*, gerenciada pelo Exército Nacional, em 1958 uma dezena de empresários, todos cubanos natos ou naturalizados, controlavam o mercado midiático em Cuba (LUIS LÓPEZ, 2002). Em primeiro lugar estava o economista Goar Mestre Espinosa, proprietário do *Circuito CMQ S.A.*, integrado por três emissoras de rádio, três canais de televisão, uma agência publicitária, duas salas de cinema, uma concessionária de automóveis, uma empresa produtora e importadora de alimentos, entre outros empreendimentos. A família Mestre-Espinosa também era dona e/ou tinha ações em 23 firmas valorizadas em 15 milhões de dólares.<sup>28</sup> De outra parte, o empresário de origem italiana Amadeo Barletta era o dono da *Compañía Editorial El Mundo S.A.*, editora do jornal o *El Mundo* e afiliada à rede *Telemundo*. Barletta também atuava como proprietário da Ambar Motors, a principal distribuidora em Cuba da montadora de carros estadunidense General Motors. Segundo estimativas da época, 40 milhões de dólares era o valor atribuído a 15 das diversas empresas ligadas a ele. (JIMÉNEZ, 2014).

O campo midiático cubano era um reflexo do que até hoje acontece em praticamente todos os países da América Latina: a imensa maioria dos veículos midiáticos era de propriedade privada e poucas

<sup>25</sup> Conforme o historiador Levy Marrero, no final da década de 1950, Cuba tinha mais de 6 milhões de habitantes, havia um rádio a cada seis habitantes, e um televisor a cada 25 (ROJAS, 2015). Salwen (1994) em 1959 existiam 1 milhão aparelhos de rádio e 400 mil televisores.

<sup>26</sup> Marrero (2018) documentou a existência de 146 emissoras de rádio neste mesmo período.

<sup>27</sup> Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da mídia eletrônica e impressa era proporcional ao crescimento da atividade publicitária. Em 1959, existiam umas 200 agências de publicidade que empregavam quase 3 mil funcionários e administravam um orçamento de quase 200 milhões de dólares (NÁPOLES, 2005).

<sup>28</sup> Goar Mestre reconheceu que em determinados momentos, o controle da CMQ S.A. sobre o serviço de radiodifusão em Cuba teve forma de monopólio, pois 92% dos sinais televisivos eram geradas direta ou indiretamente pela sua empresa. Segundo ele, a CMQ S.A. tinha mais influência que o resto da mídia (SIRVÉN, 1993).

empresas dominavam o mercado da rádio, a televisão e a publicidade. A expansão da mídia na região latino-americana permitiu o fortalecimento da dominação de empresas integradas a grandes conglomerados industriais com interesses em setores econômicos prioritários. Até hoje essas empresas desempenham um papel chave nas políticas estatais sobre comunicação e mídia, e influenciam as decisões governamentais que afetam seus interesses comerciais. (WAISBORD, 2013).

Para o pesquisador Silvio Waisbord (2013. p.33-37), esse “gigantismo corporativo” – como o da empresa *CMQ* – é resultado do estreito relacionamento entre o mercado e o poder público. As políticas públicas para o setor têm sido um exemplo da “captura do Estado por empresas privadas” e do “capitalismo de amigos”, favorecido por acordos informais e mecanismos de fiscalização fracos. A consolidação de sistemas midiáticos com corporações dominantes é consequência de uma tradição histórica de políticas que beneficiaram os detentores do poder político e permitiram o fortalecimento de companhias privadas. Segundo o autor, o “patrimonialismo midiático” tem sido a característica principal de sistemas de mídia orientados ao favorecimento de interesses privados em prejuízo do interesse público. Ainda que na América Latina a mídia seguisse os princípios da imprensa comercial desenvolvidos nos Estados Unidos, a ingerência do poder executivo e o clientelismo midiático foram normalizados por governos autoritários e democráticos.

Num contexto marcado pela desvantagem midiática da Presidência da República, os últimos governantes cubanos do período anterior à Revolução já manobravam para construir alianças entre proprietários de veículos de imprensa e poder executivo. Os presidentes de Ramón Grau (1944-1948), e Carlos Prío (1948-1952) formalizaram o financiamento oficial da mídia em Cuba. Na época, alguns intelectuais liberais acreditavam que os subsídios para jornais e revistas eram necessários para sustentar uma democracia saudável e encorajar o debate sobre questões políticas. Não obstante, tanto Grau quanto Prío perceberam que, embora as regras democráticas impedissem amordaçar a imprensa, poderiam domesticá-la por meio dos subsídios. O *El Mundo*, *Diario de la Marina* e *Información*, três dos jornais mais importantes do país, recebiam subsídios e outros dependiam do financiamento governamental para garantir sua existência. A política de ajuda financeira à imprensa provocou que a oferta de publicações ultrapassasse a procura e, conseqüentemente, as vendas e os ingressos provenientes da publicidade foram insuficientes para manter os periódicos circulando. Ao mesmo tempo, a retirada dos subsídios não só provocaria a paralisação de jornais e desemprego, mas a percepção de que o governo estava tentando silenciar a imprensa crítica (SALWEN, 1994).

Depois do golpe de estado de 10 de março de 1952, o ditador Fulgencio Batista ampliou a política de incentivos para controlar a imprensa. Batista dispôs a criação de um Conselho Consultivo que assumiu

as funções do Parlamento e colocou 10 jornalistas de sua confiança para que atuassem como assessores.<sup>29</sup> Posteriormente, ordenou que a arrecadação dos dois sorteios da loteria nacional – cerca de 25 mil dólares – fosse destinada aos cofres da Associação dos Repórteres e Havana. Além disso, o ditador recompensava diretamente jornalistas que faziam matérias favoráveis ao seu governo. Calcula-se que, no final de 1958, a ditadura havia gasto até 450 mil dólares por mês em subsídios. Então, é plausível pensar que, graças à ampliação da política de subsídios para a imprensa, o regime evitou o fechamento de um amplo número de jornais e o encarceramento de jornalistas (VIDAILLET, 2006).<sup>30</sup>

Nos primeiros meses de 1959, diversos jornalistas, editores e jornais tradicionais foram criticados duramente por integrantes e simpatizantes do Governo Revolucionário, após conhecer-se que seus nomes apareciam numa lista de profissionais e veículos que aceitaram os subsídios da ditadura de Batista. No entanto, a própria Revolução não abriu mão da possibilidade de usar a subvenção estatal de imprensa como mecanismo de controle. Inclusive foi ainda mais longe quando decretou a estatização de todos os veículos de comunicação, como veremos mais adiante.

A Lei Decreto de Radiodifusão de 26 de janeiro de 1953, promulgada pelo governo ditatorial de Fulgencio Batista, combinou a defesa de interesses comerciais com imposição da censura estatal, sobretudo nos momentos em que as ações armadas dos grupos rebeldes liderados por Fidel Castro e outros revolucionários ameaçassem a estabilidade do regime. Em 17 de janeiro de 1957, após se comprovar a presença de Castro nas montanhas da Sierra Maestra e proliferação de grupos clandestinos armados em várias cidades do país, a ditadura implementou a censura da mídia (RIVERO, 2015, MARRERO, 2018).

Ao longo de 1957 o regime publicou dois decretos para consolidar o controle governamental da rádio, a televisão, os cinejornais e os jornais, assim como para alterar a Lei de Radiodifusão de 1953. O Decreto 2389, de 5 de setembro de 1957, estabeleceu mecanismos legais para evitar a conformação de monopólios, ao proibir que uma pessoa ou empresa controlassem várias emissoras, que por causa de seu poder e alcance territorial, poderiam influenciar a radiodifusão nacional. A norma também ampliou em até 5%, a parcela da programação destinada a fins educacionais e culturais, bem como dispôs que esse

---

<sup>29</sup> O Conselho Consultivo elaborava os projetos de lei apresentados para sanção do presidente. Estava integrado por representantes das duas câmaras do Congresso Nacional, dos sindicatos, da imprensa, da indústria e do agronegócio, bem como figuras notáveis da sociedade civil. Funcionou de abril de 1952 a janeiro de 1955. Os destacados jornalistas Luis Ortega Sierra, Gastón Baquero e Gustavo Urrutia estiveram presentes no Conselho Consultivo (BIANCHI, 2013).

<sup>30</sup> Em julho de 1952 o governo de Fulgencio Batista ordenou o fechamento do jornal *La Calle*, editado por militantes do Partido do Povo Cubano (Ortodoxo), por causa das contínuas publicações de denúncias e críticas contra o regime ditatorial. Em agosto de 1953 as oficinas do *Noticias de Hoy*, órgão do Partido Socialista Popular, também foram interdidadas em razão das suspeitas sobre a participação dos comunistas nas ações de 26 de julho deste ano. Nesses dias, dois grupos de jovens do movimento liderado pelo Fidel Castro, atacaram os quartéis do exército das cidades de Santiago de Cuba e Bayamo. Esse acontecimento foi considerado como o motor ou a fâsca que acendeu a Revolução cubano.

tipo de programas fosse ao ar em horários de maior audiência. A transmissão gratuita de programas produzidos pelo ministro da Educação foi outra das exigências contidas na legislação (RIVERO, 2015).

As alterações e emendas à Lei de Radiodifusão de 1953 refletiram as contradições de um governo autoritário que, de um lado, promovia políticas antimonopólio, a diversificação dos conteúdos, o aumento dos programas de viés educacional, a participação de mais atores no mercado midiático e colocou as bases legais para a existência de meios de comunicação estatais, e, de outro, utilizou o mesmo decreto para legalizar a censura e o intervencionismo do poder executivo na atividade midiática. O decreto, por exemplo, permitiu a intervenção do ministro das Comunicações em todas as redes e estações, limitou o tempo dedicado à transmissão de notícias e notas editoriais, bem como proibiu a divulgação de críticas negativas e denúncias contra pessoas e instituições vinculadas ao governo ditatorial. Ao mesmo tempo, todos os filmes transmitidos pela televisão teriam de ser aprovados pela Comissão Revisora de Filmes. Finalmente, para endurecer o controle sobre os conteúdos veiculados pela mídia e seus realizadores, o decreto obrigou as empresas a fornecerem uma lista com os nomes dos profissionais empregados cada uma de suas emissoras e estações.

Mesmo que tentasse demonstrar o interesse do Estado na regularização do ambiente midiático do país, na pluralidade de perspectivas, no enriquecimento educacional e moral dos cidadãos, o Decreto 2389 foi, na verdade, uma manobra da ditadura para impor a censura e limitar o poder do *Circuito CMQ*, oligopólio midiático comandado pela família Mestre Espinosa (RIVERO, 2015), que além de crítica de Fulgencio Batista, ajudava financeiramente a guerrilha do Fidel Castro. Segundo Sirvén (1993, p. 103, tradução nossa), Goar recebeu o supracitado decreto como uma “agressão gratuita” e um movimento para controlar e amordaçar sua empresa. Durante um percurso de cinco meses por vários países da América Latina, Mestre denunciou as novas regras para a radiodifusão em Cuba e conseguiu mobilizar a Associação Interamericana de Radiodifusão. Finalmente, sob pressão dos empresários e da opinião pública, o governo revogou a norma legal, em janeiro de 1958.

Além das negociações entre empresários e governantes sobre as normas regulatórias da radiodifusão em Cuba, a evidência mais robusta da convergência de interesses econômicos e políticos no campo dos meios de comunicação, foi o envolvimento do próprio general Fulgencio Batista no mercado editorial e midiático. Decerto, o presidente de *facto* não se conformou em ser o ‘mecenas’ da imprensa e da mídia comerciais e, a partir de sua posição de poder, agiu para exercer um papel mais ativo no mercado midiático, não apenas publicando decretos.

Conforme Jiménez (2014), em 1958, o ditador, diretamente ou por meio de testas de ferro, era proprietário e/ou acionista dos jornais *Alerta* e *Pueblo*, das emissoras *RHC Cadena Azul*, *Circuito Nacional Cubano*, *Cadena Oriental de Radio* e de *Unión Radio*. Batista também tinha a posse do *Canal 12 de Televisión*, e das empresas *Editorial Mediodía* e *Inversiones Radiales*.

Para Fulgencio Batista, entretanto, a *CMQ* e seus proprietários eram rivais políticos e concorrentes que limitavam o crescimento e sucesso das emissoras de rádio e televisão controladas por ele e as de seus aliados. O ditador não estava errado. Muitos anos depois, Goar Mestre reconheceu que, em determinados momentos, o controle da *CMQ S.A.* sobre o serviço de radiodifusão em Cuba teve forma de monopólio, pois 92% dos sinais televisivos eram gerados direta ou indiretamente pela sua empresa. Só a *CMQ* tinha mais influência que todas as emissoras da concorrência, juntas. (SIRVÉN, 1993).

#### 4.2.1 A mídia rebelde

Desde cedo Fidel Castro entendeu a importância da mídia na luta política. De acordo com Lima (2022), a estratégia de propaganda de Castro abrangia a criação de símbolos revolucionários como a barba, o fuzil e o uniforme guerrilheiro, bem como a reivindicação do independentismo perante a dominação econômica e política dos Estados Unidos, e a figura do José Martí, o herói nacional cubano. O pesquisador também apontou que o uso da mídia pelo movimento revolucionário dirigido por Fidel teve duas etapas: antes e depois da luta armada. Ao longo de 1952, os integrantes do futuro Movimento 26 de Julho publicaram vários jornais clandestinos que circularam por pouco tempo. Em 1956, o líder revolucionário publicou um artigo no jornal opositor *La Calle*.

Para captar a atenção e o apoio da opinião pública internacional, Fidel concedeu uma entrevista a Herbert Matthews, jornalista do *New York Times*. Os artigos e as imagens publicadas pelo Times em fevereiro de 1957 repercutiram no mundo inteiro. As matérias mostraram que o líder revolucionário estava vivo, liderava uma guerrilha na Sierra Maestra e era um ator político central em Cuba com grandes potencialidades para mobilizar a população (ROJAS, 2015). De acordo com Rivero (2015, p.116, tradução nossa), “a entrevista de Matthews foi o primeiro artefato de mídia a apresentar a personalidade e os objetivos políticos de Castro para um público local e global”. O chefe guerrilheiro foi “descrito como um homem eloquente, magnético, muito inteligente e culto”. “[...] uma mistura do El Zorro e Robin Hood, mas com objetivos políticos muito específicos para seu país”.

Graças a uma “estratégia midiática persistente e sofisticada” [...] Castro conseguiu capitalizar simbolicamente sua presença na esfera pública doméstica e internacional” (ROJAS, 2015, p.66, tradução nossa). Nos períodos em que a ditadura suspendia a censura da imprensa, os revolucionários conseguiam publicar artigos e comentários em veículos de grande circulação como os jornais *Prensa Libre*, *La Calle* e a revista *Bohemia*. Ao mesmo tempo, as diferentes organizações integradas ao movimento insurrecional criaram uma rede de veículos próprios que, em geral, circulavam clandestinamente. *Revolución*, do Movimento 26 de Julio; *Carta Semanal*, do Partido Socialista Popular; *Alma Mater*, da Federação Estudantil Universitária; *Resistencia*, órgão da Resistência Cívica, e *Al Combate*, do Diretório Revolucionário, foram alguns expoentes da mídia rebelde. Além deles, ocuparam um lugar de destaque

o jornal *El Cubano Libre* e a *Radio Rebelde*, fundados na Sierra Maestra em 1957 e 1958, respectivamente (MÚÑOZ; NÁPOLES, 2005; VILLAESCUCIA, 2010).

Durante a luta armada contra a ditadura de Fulgencio Batista (1956-1958), a imprensa clandestina cumpriu funções informativa e propagandística e foi um meio tático para hostilizar o inimigo (MÚÑOZ; NÁPOLES, 2005). O jornalista Ernesto Vera salienta que além de ser um fenômeno praticamente massivo, considerado o grande número de veículos, a imprensa rebelde não só divulgava os fatos silenciados pela imprensa tradicional, mas teve a mesma importância que o jornal *Iskra* para o Partido Social Democrata Russo. Ou seja, funcionou como um instrumento para a agitação, a organização e a mobilização das massas. (VILLAESCUSA, 2015). E ainda segundo Lima (2022, p. 83, tradução nossa),

O efeito da mídia alternativa radical nas mãos desses grupos revolucionários minou a credibilidade das informações oficiais da ditadura e permitiu que os rebeldes marcassem a pauta em Cuba e no exterior com sua própria versão do conflito. A ampla circulação da imprensa clandestina em toda a Ilha a aproximava muito dos cubanos. Ao final da guerra, a Rádio Rebelde gozava de mais prestígio do que qualquer mídia dominante sob censura e era a fonte de informação mais seguida pela própria imprensa clandestina e pela mídia internacional.

A pressão que a luta armada gerou sobre os centros de poder em diferentes cidades do país, e o “contato dos cidadãos com o processo revolucionário, através de uma esfera pública sumamente dinâmica, em torno da imprensa, da rádio e da televisão, provocaram o colapso da ditadura (ROJAS, 2015). O historiador Sergio Guerra Vilaboy reforça ainda que a penetração da mídia eletrônica na Ilha contribuiu para acelerar o triunfo da revolução. Cuba, salienta Guerra Vilaboy, era o país latino-americano com maior número de televisores e rádios. As notícias “voavam” e tinham um grande impacto, porque era “um país pequeno, com um idioma só e estava conectado de ponta a cabo” (LIMA, 2018, tradução nossa).

### **4.3 A mídia em mãos da Revolução**

*¡Batista há huído!* (Batista fugiu). Com essas palavras a emissora havana *Radio Progreso*, anunciou, na madrugada de 1º de janeiro de 1959, o fim dos quase sete anos da ditadura que sequestrou os direitos fundamentais do povo cubano e implantou o terror como política de governo para conter seus críticos e inimigos (LÓPEZ, 2002). A queda do regime de Batista significou a ruína do aparelho estatal e principalmente, a quebra das forças que durante 58 anos sustentaram um poder oligárquico com interesses que, no fundamental, coincidiam com os das empresas estrangeiras, especialmente as estadunidenses (RODRIGUES MÁO, 2007).



Depois que a mídia confirmou a saída de Batista, Fidel Castro convocou, através da Rádio Rebelde, uma greve geral e ordenou que os comandantes Che Guevara e Camilo Cienfuegos ocupassem as principais fortalezas militares da capital, para evitar que uma junta de generais, indicados por Batista frustrasse a vitória dos revolucionários.

Nas primeiras horas do dia 1º de janeiro de 1959, integrantes do grupo de propaganda da Resistência Cívica, representante em Havana do M-R-26, assumiram o controle das transmissões da rádio e da televisão para manter a população informada acerca da situação política e evitar que o vazio de poder provocasse o caos e a anarquia que se espalharam pelo país, após a queda do ditador Gerardo Machado em 1933 (LUIS LÓPEZ, 2002).

A mídia só confirmou a fuga do general Batista, após a consolidação da vitória dos revolucionários (SALWEN, 1994). Através da rede *Telemundo*, o jornalista Carlos Lechuga confirmou que a ditadura havia sido derrotada e, seguindo a orientação de Fidel Castro, convocou os cidadãos a aderirem à greve geral (CARABALLOSO, 2020). Nesse dia, com exceção dos veículos considerados porta-vozes e apoiadores do regime deposto, todos jornais e revistas tradicionais circularam normalmente.

Após a notícia se espalhar, os prédios dos jornais *Tiempo en Cuba*, *Ataja* e a revista *Gente*, vinculados ao governo de Batista, foram depredados. Para evitar novos atos de vandalismo contra as instalações de veículos associados à tirania, combatentes revolucionários ocuparam as redações e oficinas do *Alerta*, *Mañana* e *Pueblo*. (VILLAESCUSA, 2015). Conforme uma nota do coordenador de imprensa do Movimento 26 de Julho, publicada no jornal *Revolução* de 4 de janeiro, as redações e oficinas dos jornais *Diario de la Marina*, *El País- Excelsior*, *El Mundo*, *Información*, *La Tarde*, *Diario Nacional*, *El Crisol*, *Prensa Libre*, *Avance* e *Havana Post*, bem como das revistas *Bohemia* e *Carteles* também foram ocupadas até o fim da greve geral revolucionária. No *Alerta*, *Mañana*, *Pueblo* e *Réplica*, o Movimento empossou novos diretores (INTERVENTORES, 1959) e os três primeiros foram fechados de forma imediata. Em Santiago de Cuba, a segunda maior cidade do país, os rebeldes fecharam os jornais *Diario de Cuba* e *Prensa*, em razão de seus vínculos com a tirania (VILLAESCUSA, 2015).

Com o fim dos veículos ligados ao antigo regime e o confisco de seus equipamentos e instalações, a Revolução cubana começou a publicar legalmente seus primeiros veículos informativos públicos (GARCÍA LUIS, 2013). Das antigas oficinas de *Diario de Cuba* e *Prensa Universal* em Santiago de Cuba, saíram os jornais *Sierra Maestra* e *Surco*; e em Havana, o *Revolução*, órgão do M 26-7, começou a ser produzido nos locais que pertenceram ao *Alerta* (FRANQUI, 1981) e o *Diario Libre*, nas instalações do extinto *Mañana* (VILLAESCUSA, 2015).<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Carlos Franqui, seu primeiro diretor, concebeu um jornal revolucionário na forma e no conteúdo. Segundo Franqui (1981, p. 35), a “discussão coletiva de todos os temas e igualdade para todos” foram os princípios que orientavam o funcionamento do periódico. O jornal, acrescenta, “Começou a informar, engajar-se em polêmicas, instigar o pensamento e criticar”. Mesmo que o *Revolução* não foi um órgão governista, nem representava uma ideologia específica “se tornou o jornal da revolução”.

Ao longo de 1959, reapareceram publicações que haviam sido fechadas pela ditadura: *Noticias de Hoy*, órgão do Partido Socialista Popular (PSP); *La Calle*, dirigido pelo político e combatente Luis Orlando Rodríguez; e as revistas *Alma Mater*, da Federação Estudantil Universitária, e *Mella*, editada pela *Juventude Socialista* (VILLAESCUSA, 2015; INFANTE; ABREU, 2007; BEAULIEU, 2013). Nesse momento também surgiram novos periódicos revolucionários, como *Combate*, porta-voz do Diretório Revolucionário; *Grito*, do Movimento de Reivindicação Jornalística; *Adelante*, na província de Camagüey; bem como *Verdeolivo* e *INRA*<sup>32</sup>, órgãos do Ministério das Forças Armadas Revolucionárias e do Instituto Nacional da Reforma Agrária, respectivamente.

Em 8 de janeiro de 1958, o Conselho de Ministros acordou a supressão dos subsídios governamentais para empresas jornalísticas (MARRERO, 2018). Conforme uma lista publicada pelo *Revolución*, com exceção da revista *Bohemia* e do jornal *Prensa Libre*, a maioria das publicações impressas de maior tiragem aceitou subsídios do governo de Batista (FRANQUI, 1981; SALWEN, 1994). Trinta e oito dias depois da supressão dos incentivos estatais para imprensa, Fidel Castro afirmou que para o novo governo teria sido fácil mantê-los, mas tratava-se de uma prática imoral, pois “sem independência de critério não há jornalismo”. A partir desse momento, disse, a ajuda do governo seria moral para não sacrificar a independência da imprensa (GRAU ESTEBAN, 1959a).

Mesmo sem trazer evidências sobre o envolvimento do poder executivo na denúncia feita pelo *Revolución*, Carlos Todd (1959 *apud* SALWEN, 1994, p. 129, tradução nossa), colunista do *The Times of Havana*, comentou que a publicação da lista de periódicos subsidiados pela ditadura fazia parte de “uma conspiração do governo para desacreditar a imprensa”. Ainda que reconhecesse que os jornais recebiam subsídios antes da ditadura e que alguns jornalistas aceitaram os subornos de Batista, Carlos Todd criticou que a imprensa toda fosse condenada como “um grupo fraudulento de pessoas completamente vendidas para Batista”.

A ideia de um conluio para desprestigiar a imprensa privada não era descabida. Em suas memórias, Carlos Franqui, diretor do *Revolución*, afirma que nos primeiros dias 1959 ele mesmo anunciou que publicaria a lista de periódicos e jornalistas que aceitaram dinheiro da ditadura para “ataca-los” e “mostrar sua relação com Batista (FRANQUI, 1981, p 37, tradução nossa). A manobra de Franqui buscava evidenciar que importantes veículos que ainda circulavam, como *El Mundo*, *Información*, *Diario de La Marina*, *El Crisol*, *El País* e *Diario Nacional*, fossem tidos como cúmplices da tirania e assim perdessem seu prestígio, credibilidade, leitores e o respeito do Governo Revolucionário.

Além do fechamento de veículos tidos como orgânicos à ditadura recém derrubada, e da criação de publicações geridas pelas organizações revolucionárias, as transformações do ecossistema midiático

---

<sup>32</sup> Em 1962 mudou de estilo e se tornou Cuba e desde 1969 continuou a ser publicada com nome Cuba Internacional (SALADO, 2016).

incluiram o primeiro processo de depuração do campo jornalístico, conduzido pela a Junta de Governo do Colegiado Nacional dos Jornalistas. A Junta abriu processos disciplinares contra profissionais da imprensa que, no exercício da profissão, colaboraram ativamente com o regime de Batista ou com a implantação da censura prévia (INSTRUCCIONES, 1959).

#### **4.4. Pela conquista da opinião pública**

Desde o início da luta armada, Fidel Castro reconheceu a importância de ganhar a atenção e o apoio da opinião pública na luta contra ditadura de Fulgencio Batista. Embora contasse com a legitimidade que lhe outorgava o fato de ser fruto da revolução triunfante que derrubou Batista, o Governo Provisório, constituído em janeiro de 1959, precisava do respaldo majoritário dos cidadãos para implementar as mudanças sociais e econômicas prometidas e derrotar os adversários internos e externos que iriam surgindo quando a Revolução se radicalizasse.

Em fevereiro de 1959, Fidel Castro afirmou que a opinião pública era “o fator mais poderoso e decisivo da Revolução” e de “nossa filosofia política”, entendida como “a vontade majoritária do país” e a “única arma legítima” e que seu governo interpretava o sentimento majoritário do país (CASTRO, 1959a).

Quando os Tribunais Revolucionários começaram a julgar sumariamente e ordenaram o fuzilamento de dezenas de pessoas condenadas por crimes de guerra, integrantes do governo Eisenhower e um grupo de congressistas estadunidenses solicitaram a intervenção imediata do Departamento de Estado no assunto (RODRIGUES MÁO, 2007). Em seguida, as agências de notícias norte-americanas *Associated Press* e *United Press International*, junto com jornais e revistas dos Estados Unidos e da América Latina, denunciaram que em Cuba estava acontecendo um banho de sangue (MARRERO, 2018).

Com a ajuda do Colegiado Nacional de Jornalistas, o Governo Revolucionário convocou 380 jornalistas do continente americano para que observassem de perto a realidade cubana (MARRERO, 2018). Entre 21 e 22 de janeiro de 1959, os comunicadores presenciaram julgamentos de assassinos, torturadores e delatores; assistiram uma manifestação multitudinária de apoio à Revolução na frente da ala norte do então Palácio Presidencial, e interagiram com Fidel Castro durante uma coletiva de imprensa no hotel Habana Riviera (MARRERO, 2018; BEAULIEU, 2013).

Em seu discurso perante a multidão reunida na frente do Palácio Presidencial, Fidel Castro afirmou que, embora o governo dos Estados Unidos não tivesse uma atitude hostil em relação a Cuba, os interesses que temiam a Revolução poderiam organizar uma campanha contra ela, para convencer a opinião pública e depois exigir uma intervenção do governo estadunidense. Para Castro essa era a intenção das matérias veiculadas por jornais e agências internacionais, e assegurou que seu governo iria

a "travar a batalha [pela conquista] da opinião pública" (CASTRO, 1959b, tradução livre, colchetes nossos).

Aqueles que acreditavam que éramos simples guerrilheiros, (...) que não sabíamos nada além de atirar, (...) que depois de nossas vitórias militares iam nos esmagar no campo da informação, (...) no campo da opinião pública, constataram que a Revolução cubana também sabe lutar e vencer batalhas nesse campo. Aqueles que acreditavam que pelo monopólio dos cabogramas internacionais, (...) que semeando mentiras e calúnias em todos os lugares iam enfraquecer a nossa Revolução, iam desacreditar o nosso povo, para depois invadi-lo quando o achassem fraco, estavam errados, porque a Revolução é mais firme e mais forte hoje (CASTRO, 1959b, tradução nossa).

Para os revolucionários, a denominada Operação Verdade, tida como a primeira campanha de contrainformação, significou um novo triunfo. O escritor colombiano Gabriel García Márquez, um dos quase quatrocentos jornalistas que chegaram em Havana para documentar o que estava acontecendo na ilha rebelde, voltou para a Venezuela, onde morava na época, convencido e com a vontade de convencer a opinião pública da legitimidade do processo revolucionário. Um dos resultados concretos dessa operação foi a criação de uma agência de notícias latino-americana que desafiasse a preponderância das agências estadunidenses (MARRERO, 2018).

Em junho de 1959, por iniciativa de Fidel Castro e Che Guevara, foi fundada a Agência Informativa América Latina S.A, a *Prensa Latina*. O intelectual argentino Jorge Ricardo Masetti, seu diretor-fundador, contou com a parceria de importantíssimos jornalistas progressistas da região, dentre eles o próprio García Márquez, os argentinos Rodolfo Walsh e Rogelio García Lupo, e o uruguaio Carlos María Gutiérrez. *Prensa Latina* foi a primeira agência de notícias criada pelo Estado cubano e teria um papel fundamental na diversificação da oferta informativa sobre o desenvolvimento da recém-nascida Revolução. Seus idealizadores objetivaram não só erodir o domínio de grandes agências ocidentais – como *Associated Press*, *United Press International* e a *Reuters* –, inclusive dentro da Ilha, mas consolidar um veículo eficaz de distribuição da verdade e da propaganda política dos revolucionários (MARRERO, 2018; VILLASCUCIA, 2015).

Durante um ato com representantes das Instituições Cívicas, em 16 de março de 1959, Fidel voltou a salientar a importância da luta pela conquista da opinião pública. Segundo ele, alguns setores se sentiam coagidos e advertiu que repórteres, colunistas, comerciantes, escritores, políticos e até revolucionários não queriam contradizer a opinião pública, pois mesmo que ela pudesse ser temporariamente confundida, sempre estaria com os que estivessem certos, ou seja, os revolucionários. De acordo com o Comandante, esse tipo de coerção contra os adversários da Revolução, não significava o império da força, mas o “império da opinião pública” (CASTRO, 1959c) se manifestando.

Dois meses depois, durante uma breve estadia no Uruguai, o Premiê comentou que, graças ao apoio extraordinário da opinião pública, a Revolução cubana tinha conseguido vencer. Nessa ocasião, o Comandante expressou que “a opinião pública, a opinião das multidões, a força das multidões, a força das massas é uma força invencível” e convidou a “mobilizar a opinião de todo o continente” para que lutasse contra todos os ditadores e expressasse sua solidariedade aos povos oprimidos e dessa forma, ajudar a libertá-los (CASTRO, 1959d).

Na edição de 2 de abril do programa *Antela prensa*, da *CMQ-TV*, o Primeiro-Ministro comentou sobre a influência da imprensa estadunidense na opinião pública continental e afirmou que o valor das palavras que ele pronunciava naquele momento era relativo, pois os próprios veículos revolucionários que as divulgariam posteriormente, dependiam dos serviços das agências noticiosas internacionais que só publicavam os trechos que consideravam convenientes. Em meio do aumento das críticas a imprensa estrangeira contra seu governo, Fidel reconheceu que a grande mídia norte-americana contava com recursos financeiros para atacar aos governos de países pequenos como Cuba (TODAS, 1959).

Convencido da importância do papel da mídia na conformação de uma opinião pública internacional favorável à Revolução, Castro viajou aos Estados Unidos para discursar na convenção anual da Associação Americana de Editores de Jornais, em de abril de 1959. Um dos aspectos mais interessantes do discurso de Fidel Castro (1959f) naquela reunião foi haver mencionado as assimetrias entre a ainda jovem revolução e a mídia privada, em especial, a estadunidense. O dirigente apontou que, enquanto nos Estados Unidos o trabalho da imprensa podia ter mais ou menos repercussão, Cuba não era “forte o suficiente para resistir a qualquer notícia ou editorial publicado: qualquer coisa que qualquer jornal publicar pode ter consequências importantes para todos, ao espalhar erros”. “Quando os senhores escrevem sobre um país que não é poderoso, e ao publicar uma, duas ou três notícias que não condizem com a verdade, podem causar danos imensuráveis”, ainda mais para Cuba, em virtude de sua dependência econômica dos Estados Unidos”.

Planejada como uma operação de relações públicas, a visita do chefe do executivo revolucionário rendeu os frutos esperados. “Fidel conquistou a simpatia do povo, da imprensa e de autoridades dos Estados Unidos”. Em geral, a mídia impressa falou positivamente de Castro, que recebeu elogios em programas de televisão de grande audiência e nos telejornais da *CBS* e da *NBC*, os que aliás, asseguraram que o guerrilheiro cubano havia vencido “outra grande batalha”. Além do carisma do jovem comandante, um dos fatores do sucesso de sua visita a Washington foi a reafirmação de que a Revolução cubana não era comunista, contrariando o que seus inimigos internos e externos asseguravam, tanto na mídia como em outros espaços de comunicação (GRAU ESTEBAN, 1959b, p. A1, tradução nossa).

#### 4.5 A guerra dos jornais

A ausência dos diretores e editores dos principais jornais e revistas do país: *Diario de la Marina*, *Prensa Libre*, *El Mundo*, *El País*, *Excelsior*, *El Crisol*, *Diario Nacional*, *Avance* e *Bohemia*, assim como dos proprietários do oligopólio midiático *Circuito CMQ*, no ato pelo Dia da Liberdade de Imprensa, onde Fidel teria tentado “socializar a imprensa” (MARRERO, 2018, p. 234, tradução nossa), foi um sintoma de que a lua de mel entre a mídia privada e o Governo Revolucionário tinha chegado ao fim. O motivo real do esfriamento foi a repercussão da Lei de Reforma Agrária. Promulgada em 17 de maio de 1959, a lei prejudicou as grandes empresas estadunidenses do agronegócio e a minoritária oligarquia latifundiária cubana (CRUZ, 2019). A partir desse momento, o ecossistema midiático foi a principal arena dos embates simbólicos entre a burguesia e os revolucionários.

E ainda que nunca expressasse de forma direta sua oposição à entrega de terra os camponeses despossuídos e a liquidação do latifúndio, a mídia privada documentou os desacordos, críticas e demandas dos atores e setores afetados (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015). Desta forma, a mídia particular se tornou a principal tribuna das diferentes associações de pecuaristas e do agronegócio que rechaçaram os termos fixados pela Reforma Agrária.

Segundo consta na pesquisa de Villaescucia (2010), em 9 de junho de 1959, o jornal *Información* destacou os protestos na província de Pinar del Rio contra a maneira como a reforma agrária seria aplicada e o *Diario de la Marina* resenhou, em 12 de junho, o discurso de Armando Cañas, presidente da Associação de Pecuaristas, onde disse que os fazendeiros lutariam até a morte, caso a lei fosse aprovada sem as alterações propostas por eles (QUEREMOS, 1959, p. 1A-8B, tradução nossa).

Os jornais revolucionários editados em Havana, em especial o *Revolución*, *Hoy*, e *Combate*, mantiveram acirradas polêmicas com os veículos privados que atuavam como caixa de ressonância das classes inconformadas com os rumos que a Revolução estava tomando. Na edição de 3 de junho de 1959, o *Revolución* acusou *Prensa Libre* de ser o órgão dos pecuaristas (PRENSA LIBRE, 1959, p. 1) e na editoria intitulada *Zona Rebelde*, o jornalista Euclides Vázquez Candela (1959, p. 1-2, tradução nossa) afirmou que editorialistas burgueses defendiam os responsáveis da “miséria secular”, “destacam com manchetes gigantes, com fotos na capa e em páginas completas, a informação e o anúncio da rebelião dos latifundiários [...], enquanto dedicam apenas 24 linhas à visita de dois dias do Primeiro Ministro a Pinar del Río [...], onde distribuiu, entre camponeses e universitários, mais de 500 *caballerías* (6710,119ha) de terra, adquiridas de forma fraudulenta por cúmplices da ditadura batistiana”.

**Figura 1- Artigo assinado por Carlos Franqui durante a ‘guerra’ dos jornais**



Fonte: *Revolución*, 18/06/1959, p.1. Arquivo privado

Em sua réplica às críticas do *Revolución*, o jornalista de *Prensa Libre* Humberto Medrano (1959 *apud* VILLASCUCIA, 2015, p. 40) insinuou que as alegações do órgão revolucionário eram resultado de “uma situação comprometida” com o governo e que os artigos e informações do *Prensa Libre* respondiam “a uma política de liberdade de critérios, que publica a opinião de todos os setores da vida pública cubana e não a de uma parte só, por mais respeitável e bem-intencionada que dita parte possa ser”. Medrano reconheceu a sinceridade dos critérios favoráveis à reforma agrária defendidos pelo *Revolución*, mas salientou que a diversidade de critérios refletia o “interesse coletivo”. Na sequência, o jornalista reiterou que, em seu jornal, o exercício da liberdade de expressão não poderia ser enquadrado no crime de contrarrevolução pelo fato de “manter uma doutrina invariável de defesa e adesão aos princípios democráticos”.

Ao responder aos questionamentos sobre seu caráter governista, o *Revolución* afirmou:

De fato, nós estamos realmente comprometidos com o povo. A prova é que quando um funcionário faz algo que não estava de acordo com a realidade revolucionária, nós o condenamos. Somos absolutamente independentes em relação a tudo, exceto ao povo e à Revolução, com quem temos um compromisso absoluto até o fim dos tempos (MEDRANO, 1959, pp. 1-2, tradução nossa).

A intensa polêmica entre o *Revolución* e veículos privados ocorreu de maio a julho de 1959. O órgão do Movimento 26 de Julho fez questão de contestar a maioria das matérias, colunas e editoriais que contrariaram as medidas adotadas pelo Governo Revolucionário (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015; VILLAESCUCIA, 2010).

Em meio da tensão crescente, Carlos Franqui (1959b, p.2), diretor do *Revolución*, assinou um artigo intitulado *Periódicos que pueden ensangrentar a la patria*<sup>33</sup> para acusar o *Diario de la Marina* e outros jornais de haverem iniciado “uma violenta campanha contra a Revolução” e “ofendido e caluniado” Fidel Castro desde que ele “começou a destruir privilégios causadores da miséria, do desequilíbrio e do crime”. No entanto, na opinião de Franqui, o mais repudiável da atitude dos jornais privados foi a divulgação de “declarações de grupos de pecuaristas, latifundiários e oligarcas, falando que iriam lutar na Sierra Maestra” e que estavam prontos para morrer antes de permitir a expropriação de suas terras e “outras agressivas ameaças”. O diretor do *Revolución* assegurou que tanto o *Diario de la Marina* quanto *El Crisol* apoiavam as conspirações contrarrevolucionárias e advertiu:

Nosso dever é evitar que o sangue cubano volte a ser derramado. Se isso acontecesse, os responsáveis - materiais e intelectuais - teriam que receber a punição que mereciam [...] teriam que ser fuzilados. Esses senhores já pensaram na sua cegueira, o que aconteceria em Cuba se um dia uma bala assassina destruísse a vida de um líder revolucionário, incentivada por algum desses órgãos jornalísticos? (FRANQUI, 1959b, p. 2, tradução nossa).

Os embates entre a mídia burguesa e a revolucionária – mais frequentes após a promulgação da Lei de Reforma Agrária – espelharam a intensificação da luta de classes. Embora não se declarassem contrários à repartição de terras entre os camponeses ou criticaram abertamente a nova política agrária, os veículos burgueses apoiaram os pecuaristas, fazendeiros e empresários estrangeiros, enquanto os veículos revolucionários assumiram a linha de frente na defesa das medidas implementadas pelo Governo. De acordo com Fernández Cuenca (2015), entre outubro e dezembro de 1959, o jornal *Revolución* publicou mais de dez artigos críticos contra o *Diario de la Marina*. Todavia, um dos aspectos mais significativos desse período foram as críticas dos próprios dirigentes do Governo Revolucionário contra os jornais burgueses.

Irritado com as críticas do *Diario de la Marina* contra ao possível aumento dos impostos às importações de artigos de luxo, o próprio Fidel Castro afirmou que o jornal sabotava os planos da Revolução e apoiava a ingerência estrangeira em vez de cooperar com a recuperação do país, (INTERVENCION, 1959). Fidel começou a responsabilizar a imprensa burguesa da promoção do divisionismo nas filas revolucionárias, por meio uma campanha que combinava críticas contra alguns dirigentes enquanto elogiava outros, e assegurou que os jornais vendidos para interesses determinados

---

<sup>33</sup> Jornais que podem ensangrentar a pátria



não mereciam a liberdade de imprensa, um direito que deveria estar a serviço do povo (NO HAY CORTAPISAS, 1959).

Ao responder às alegações de Fidel Castro, o *Diario de la Marina*, na edição de 30 de setembro de 1959, negou qualquer vínculo com a contrarrevolução e salientou que seu único compromisso era com seus princípios, sua ideologia e com “as classes produtoras da nação, às que sempre temos representado e defendido, em especial, quando seus interesses são ameaçados”. Mais adiante, o Decano da imprensa cubana advertiu sobre as dificuldades e perigos que implicava o exercício da liberdade de opinar, “quando o direito de resposta se pratica de forma abusiva por aquele que tem grande influência nas massas” (EN DEFENSA LEGÍTIMA, 1959, p.1, tradução nossa).

#### 4.6 A estatização da mídia privada

A radicalização comunista do segundo gabinete ministerial do Governo Revolucionário começou em 1960. “Sem advogados nem democratas que exigissem a restauração do Estado de direito ou a convocação de eleições, de um lado, e com uma legislação que permitia reprimir a contrarrevolução, de outro, o poder revolucionário entrou na etapa de consolidação”. Ao longo desse ano, o Executivo ordenou a nacionalização das empresas e bancos cubanos e estrangeiros (exceto os canadenses) neutralizou a oposição política interna, fortaleceu o controle do espaço público e estabeleceu relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética, a República Popular da China e os países do bloco socialista europeu (ROJAS, 2015, p. 83, tradução livre).

Figura 2– Capa do *Diario de la Marina* durante a ‘guerra’ dos jornais

The image shows the front page of the newspaper 'DIARIO DE LA MARINA' dated September 30, 1959. The masthead at the top center reads 'DIARIO DE LA MARINA' in large, bold letters, with 'DECANO DE LA PRENSA DE CUBA' underneath. To the left of the masthead, a quote by Pepin Rivero states: 'El periodismo es en lo externo una profesión, en lo interno un sacerdocio'. To the right, a box says '128 años al servicio general de la nación. El antiguo de habi...'. Below the masthead, the date and location are given: 'Año CXXVIII.-Número 230. La Habana, Miércoles, 30 de Septiembre de 1959.-Santos Jerónimo, Sofía, Gregorio, Honorio, Leopardo y Urso. PRE'. The main headline is 'Imposible conciliar el ideal comunista y el credo de Cristo'. To its left is a section titled 'EN DEFENSA LEGITIMA' with a sub-headline 'Tendrá que reducir E.U. el suministro liberal de dólares'. To the right of the main headline is another section titled 'Informa Khrushchev a Tse-Tang sobre su viaje a los E. U.' with a sub-headline 'Inesperada visita del líder soviético a China comunista'. Below these are several smaller columns of text, including 'NIVEL COMERCIAL' and 'EL DIARIO'. The bottom of the page features a small box with the word 'NUESTRO'.

Fonte: *Diario de la Marina*, 30/09/1959, p.1. Biblioteca Digital del Caribe.

Ainda que as reformas econômicas implementadas pelos revolucionários para diminuir a dependência econômica dos Estados Unidos tinham pouco a ver com comunismo o socialismo, bastaram para atingir os interesses da burguesia cubana, cujos negócios se complementavam com os dos investidores estadunidenses. Em consequência, os setores oligárquicos se articularam para provocar o colapso econômico do país (RODRIGUES MÁO, 2007). Ao mesmo tempo, a sociedade civil foi se reconfigurando, mediante a extinção das associações ligadas aos setores burgueses que começaram a abandonar o país, à medida que a luta de classes foi se radicalizando, e a criação de organizações sociais que fortaleceram o apoio e organização populares ao Governo Revolucionário (BOBES, 1994, 2007).

Diante do aumento da frequência e intensidade dos ataques terroristas, os incêndios de canaviais e as sabotagens contra objetivos econômicos chave, o Governo Revolucionário, adquiriu um carregamento de armas e munições fornecido pela Bélgica. Em 4 de março de 1960, ocorreram duas explosões no interior do *La Coubre*, o navio francês que transportou as setenta toneladas de material bélico até o porto de Havana. Mais de cem pessoas morreram e mais de 500 ficaram feridas. Durante os funerais das vítimas das detonações, Fidel Castro denunciou a conivência Estados Unidos no que ele considerou que fosse uma agressão contra a Revolução e pronunciou, pela primeira vez, a frase que se tornaria o slogan da Revolução cubana: *Patria o muerte* (GARCÍA ELIZALDE, 2019). Após a explosão ou a sabotagem contra o *La Coubre*, a radicalização do Governo Revolucionário foi *in crescendo* e as relações oficiais com os Estados Unidos se deterioraram drasticamente.

Convencidos de que a estratégia executada durante 1959 não tinha detido nem alterado a marcha da Revolução, o governo dos Estados Unidos se dispôs a impedir que a pequena ilha vizinha se tornasse um aliado da União Soviética. Em 17 de março de 1960, o presidente Dwight Eisenhower aprovou a implementação do Programa de Ação Encoberta contra o Regime de Castro. Elaborado pela Central de Inteligência Americana (CIA), o plano visava à contenção e eliminação do Governo Revolucionário, por meio de uma estratégia que abarcava ações nas frentes diplomática, econômica, militar e ideológica (RODRIGUES MÁO, 2007).

A CIA concebeu quatro táticas fundamentais (DIEZ ACOSTA, 2020)

- Criar uma oposição ao regime cubano, responsável, atrativa, unificada e que se declare como tal fora de Cuba;
- Desenvolver veículos de informação direcionados ao povo cubano, para iniciar uma poderosa ofensiva propagandística, em nome da oposição, para enfraquecer a base de apoio popular a Castro;
- Criar, fora de Cuba, uma força paramilitar adequada, junto com os mecanismos para oferecer apoio logístico a operações militares secretas na Ilha;
- Criar uma organização secreta de inteligência e ação dentro de Cuba, que cumpriria ordens e orientações da oposição no exílio.

A ofensiva mediática e propagandística contra a Revolução cubana incluiria transmissões radiofônicas a partir de emissoras privadas estadunidenses, operadas por exilados cubanos e por estações de onda curta facilitadas pelos governos da Guatemala e da Venezuela. No entanto, a voz principal da oposição seria uma emissora controlada pelos Estados Unidos, localizada na hondurenhia ilha de Swan. Empregada previamente contra o governo democrático do presidente guatemalteco Jacobo Arbenz em 1953, A Rádio Swan chegaria a todas as regiões de Cuba e contaria com roteiros elaborados nos Estados Unidos. O plano também mencionava a possibilidade de abrir mais uma estação de rádio, numa base estadunidense nas Bahamas ou a bordo de um barco, para evitar que as emissões saíssem da Florida (DIEZ ACOSTA, 2020).

Além de oferecer apoio aos veículos privados que ainda existiam em Cuba, seriam destinados recursos para imprimir nos Estados Unidos uma edição semanal do jornal *Avance* e introduzi-la em Cuba de forma clandestina. As edições no exílio de jornais confiscados pelo Governo Revolucionário fizeram parte do plano. Em Cuba, o grupo de ação controlado pela CIA já produzia e distribuía propaganda anticomunista e contra o governo de Fidel Castro. Grupos de exilados receberiam ajuda para a produção de materiais similares para sua distribuição na Ilha (DIEZ ACOSTA, 2020).

Em meio ao incremento das tensões entre Washington e Havana, o adido de imprensa da embaixada estadunidense em Havana, Paul Bethel, solicitou a cooperação de proprietários de empresas midiáticas cubanas para que o embaixador Philip Bonsal informasse diretamente ao povo cubano o posicionamento anticomunista do governo de seu país. Depois que Bonsal se recusou a participar no programa *Ante la prensa*, da *CMQ-TV*, Bethel propôs financiar a produção de uma série de programas radiofônicos e televisivos que demonstrariam que os comunistas eram traidores por terem integrado o primeiro governo de Fulgencio Batista (1940-1944). No entanto, o Departamento de Estado não aprovou a proposta para evitar que a Casa Branca fosse acusada de interferir nos assuntos internos de Cuba (SALWEN, 1994). No entanto, a presença de militantes do M-26-7 entre os trabalhadores da rede *CMQ* (SIRVÉN, 1993; ARMAS FONSECA, 2011) teria sido um obstáculo para qualquer tentativa de usar a emissora para atacar a Revolução.

Os planos de Paul Bethel contaram com apoio do jornalista Abel Mestre, coproprietário do *Circuito CMQ S.A*, demonstrando a coincidência de interesses e objetivos entre a maior empresa de mídia do país, as companhias norte-americanas e ao governo dos Estados Unidos. Conforme salienta o historiador José Rodrigues Mão (2007, p.345, colchetes nossos),

(...) os estreitos e tradicionais vínculos entre a burguesia os interesses econômicos [e geopolíticos] dos Estados Unidos traduziram-se numa postura de colaboração desta classe social para com aquele país. Grosso modo, a burguesia foi utilizada como instrumento da agressiva política

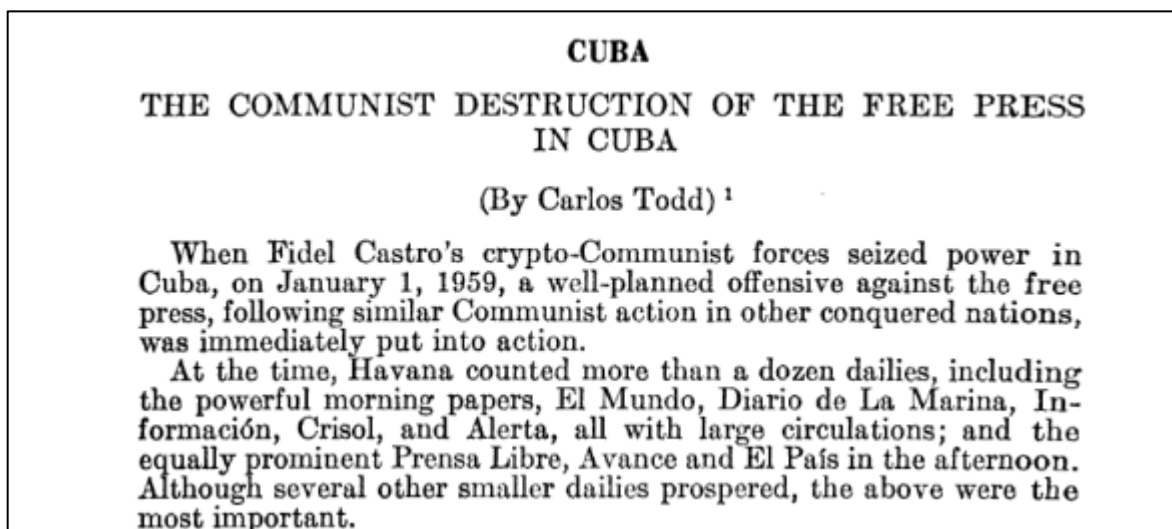
contrarrevolucionária coordenada pelo Departamento de Estado (...) A contradição entre as demandas populares por autonomia nacional e os interesses da burguesia (...), logo conduziu esta classe social a assumir uma postura claramente antinacional.

A agressividade da administração Eisenhower teria colocado a liderança política cubana diante do dilema de renunciar à Revolução para evitar a confrontação com a burguesia e com os Estados Unidos ou radicalizá-la ainda mais (RODRIGUES MÁO, 2007). Tal como Fidel Castro (1959e) havia advertido em junho de 1959, durante a reunião com os representantes do Colegiado Nacional dos Jornalistas, a Revolução só deixaria intacto aquilo que não impedisse a concretização de seus objetivos e qualquer obstáculo em seu caminho seria varrido completamente, incluindo as mídias privadas que já mostravam sua incompatibilidade com o novo modelo social que estava sendo construído.

Antes da declaração do carácter socialista da Revolução cubana, o processo de nacionalização das grandes empresas e dos bancos cubanos e estrangeiros privou a burguesia do controle dos meios de produção e provocou o êxodo de sua base social, impossibilitando o domínio efetivo desta classe sobre o Estado. Neste momento do processo revolucionário, o nacionalismo, em oposição ao intervencionismo dos Estados Unidos, foi o móvel ideológico que aglutinou as diferentes forças políticas que sustentaram a liderança de Fidel Castro (RODRIGUES MÁO, 2007).

Os proprietários das empresas midiáticas faziam parte do setor da burguesia atingida pelas mudanças econômicas e políticas. A burguesia industrial vinculava-se direta ou indiretamente à oligarquia latifundiária, tinham interesses em comum, e muitos donos de indústrias também possuíam grandes extensões de terra. Por sua vez, os proprietários das empresas de mídia privadas eram sócios das companhias que contratavam espaços publicitários, nos veículos midiáticos para anunciar seus produtos e serviços (MARRERO, 2018; SALWEN, 1994). A respeito dos vínculos entre os setores industrial e do agronegócio com as empresas de mídia (RIVERO, 2015; WAISBORD, 2013) é válido reiterar que em Cuba, tanto os irmãos Abel e Goar Mestre como o empresário italiano Amadeo Barletta, donos do Circuito CMQ S.A e da Rede Telemundo-Canal 2, respectivamente, controlavam diversos negócios fora do âmbito midiático. Mestre e Barletta foram expoentes dessa articulação entre as empresas de mídia privadas e os setores prejudicados pelas medidas econômicas que o Governo Revolucionário vinha adotando.

**Figura 3– Relatório do Carlos Todd apresentado pelo Senado estadunidense**



Fonte: Committee on the Judiciary, United States, Senate, 1962, p. 28

O Governo Revolucionário também começou a manobrar com mais determinação e astúcia para ficar com o controle total de um elemento chave para a construção da hegemonia revolucionária: o sistema de meios de comunicação. Enquanto a Casa Branca executava seus planos para derrubar o regime de Castro, os revolucionários deflagraram uma ofensiva contra a mídia privada, porém gradativa para não alarmar os donos das mídias que apoiaram Fidel, durante os primeiros meses da Revolução. Num relatório, que faz parte de um estudo preparado pelo Comitê Judiciário do Senado dos Estados Unidos em 1962, o jornalista Carlos Todd (1962) assegurou que o *modus operandi* dos revolucionários incluía os seguintes passos ou etapas:

1. Ocupação militar e confisco dos jornais e emissoras que pertenciam a servidores, amigos ou aliados do regime de Fulgencio Batista.
2. Campanha de descrédito e difamação contra qualquer expressão independente na imprensa privada, por meio dos veículos sob controle do governo.
3. Estrangulamento econômico da imprensa independente, por meio do cancelamento dos contratos de propaganda e anúncios governamentais, pressões contra anunciantes importantes para obrigá-los a retirarem ou diminuírem a publicidade comercial nos veículos privados.
4. Incitação da violência contra os jornais, na forma de enterramentos simbólicos, queima de exemplares, ações para impedir sua distribuição e venda, com o objetivo de produzir medo entre os subscritores e diminuir sua circulação.
5. Controle do Colegiado Nacional de Jornalistas, os sindicatos de Artes Gráficas, mediante a substituição dos antigos dirigentes por quadros dispostos para atuarem como instrumento do regime no plano de eliminação da expressão independente.
6. Medidas planejadas e executadas para provocar problemas internos nas equipes dos jornais, no intuito de minar a autoridade dos diretores e editores.

7. Confisco das propriedades dos diretores de periódicos acusados de terem colaborado ou de serem beneficiadas com o regime de Batista.
8. Provocação de conflitos trabalhistas entre os donos e dirigentes dos jornais independentes e uma parte de seu pessoal, usando agente provocadores para precipitar a ocupação armada das empresas jornalísticas e seu posterior confisco.

Embora não tenha sido possível obtermos documentos oficiais cubanos que confirmem a existência de um plano do Governo Revolucionário para destituir a mídia burguesa, conforme a estratégia descrita por Carlos Todd (1962), algumas das pesquisas consultadas (MARRERO, 2018; FERNÁNDEZ CUENCA, 2015; SALWEN, 1994; SIRVÉN, 1993; VILLAESCUCIA, 2010) demonstram que aliança entre o Governo e os trabalhadores da imprensa foi um fator decisivo no processo de estatização da mídia e dos veículos privados em Cuba.

#### **4.6.1 O *La Marina*, primeiro, e o *Prensa Libre*, depois**

O jornal *Avance* foi a primeira baixa causada pela ação direta do Comitê de Liberdade de Imprensa, responsável pela implantação da *coletilla*, e pelo conflito com o Governo Revolucionário. Apesar de se tratar de uma publicação menos relevante que os gigantes *Diario de la Marina* e *Prensa Libre*, o *Avance* e seu diretor Jorge Zayas, confrontaram abertamente as políticas de Fidel Castro. Os veículos revolucionários e o próprio Primeiro-ministro contestaram muitas das críticas de Zayas e até o acusaram de participar ativamente nos complôs orquestrados pela burguesia e os interesses estadunidenses para destruir a Revolução. Em 17 de janeiro de 1960, Zayas rechaçou a imposição da *coletilla* em seu jornal e determinou o cancelamento da edição do dia seguinte, porém jornalistas e trabalhadores gráficos governistas, desrespeitando a autoridade do diretor, ocuparam as oficinas de impressão e publicaram o jornal. Em 21 de janeiro, enquanto Zayas fugia para Miami, um comitê nomeado pelo Governo assumiu o controle total do periódico (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015; VILLASECUCIA, 2015).

Depois do confisco do *Avance*, as autoridades iniciaram a intervenção de outros periódicos privados. Apesar do bom relacionamento que estabeleceu com o Executivo, em 20 de fevereiro de 1960, milicianos a serviço do Ministério de Recuperação de Bens Malversados, conduziram coercitivamente o empresário Amadeo Barletta até o Departamento de Investigações do Exército Revolucionário, para interrogá-lo sobre os supostos vínculos de seus negócios como a ditadura de Batista.<sup>34</sup> Logo, o Governo determinou o confisco de todas as propriedades do magnete italiano, incluindo o jornal *El Mundo* e a rede de televisão *Telemundo*. Sob a direção do historiador Levy Marrero, nomeado após a demissão de

---

<sup>34</sup> Intimidado, Barletta se refugiou na embaixada da Itália e três meses depois partiu com sua família para os Estados Unidos (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015).

Raúl Alfonso Gonsé, o *El Mundo* se tornou um jornal revolucionário, mas não adotou o discurso apologista de seus homólogos governistas. No dia seguinte ao confisco dos bens de Barletta, os dirigentes do Colegiado Provincial de Jornalistas de Havana acordaram apoiar todas as intervenções das empresas jornalísticas que o Ministério de Recuperação de Bens Malversados ordenasse (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015).

Em 1º de março, o *El País* confirmou a renúncia irrevogável de seu diretor, o jornalista Guillermo Martínez Márquez. Desde os Estados Unidos, Martínez Márquez, que foi presidente da SIP no período 1956-1957, declarou que, diferentemente do afirmado pelo Colegiado de Jornalistas, ele mesmo se demitiu depois que o Comitê de Liberdade de Imprensa anexou a *coletilla* a uma nota da agência AP (ACLARA, 1960, p. 1-2A). O *El País* e o *Excelsior* – que eram administrados pela mesma empresa – foram fusionados e ficaram sob a direção de Manuel Braña Chansuolme. Em 10 de março, o Governo confiscou a metade das ações dessa empresa jornalística, controlada por Cristóbal Díaz, presidente do Bloco Cubano de Imprensa, após acusar Díaz de ser sócio de Fulgencio Batista. Três dias depois, Braña apresentou sua demissão em razão das discrepâncias com a nova política editorial (VILLASESCUCIA, 2015).

A renúncia do diretor e os problemas financeiros ameaçaram a continuidade do *El País-Excelsior*. Para preservar seus empregos, jornalistas e trabalhadores gráficos aceitaram a proposta feita por Fidel Castro e se integraram à Imprensa Nacional de Cuba, empresa criada para a produção de livros didáticos e de literatura cubana e universal. Nesses dias, o jornal revolucionário *Diario Nacional* deixou de circular e seus trabalhadores e oficinas gráficas também foram incorporados à Imprensa Nacional. Em seu editorial de despedida o órgão afirmou que a Revolução precisava dar um impulso diferente à imprensa, comentou a saturação de periódicos em Cuba e antecipou a iminente e forçosa extinção de algumas publicações impressas (VILLAESCUCIA, 2010).

Entre março e maio de 1960, dos jornais editados em Havana apenas *Diario de la Marina*, *Prensa Libre*, *El Crisol* e *Información* mantinham a defesa dos interesses da burguesia e uma política editorial crítica ao Governo Revolucionário. A radicalização da Revolução, a aproximação com a União Soviética, as crescentes desavenças com os Estados Unidos, a protelação das eleições gerais e o aumento das agressões armadas e das sabotagens contra objetivos econômicos acirraram a polarização política na sociedade cubana até fratura-la em blocos irreconciliáveis: revolucionários e contrarrevolucionários. As empresas jornalísticas refletiram essa fratura e os conflitos entre proprietários e trabalhadores recrudesceram (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015; MARRERO, 2018; VILLASESCUCIA, 2015).

Além do assédio constante dos periódicos revolucionários, os jornais privados foram atingidos pela crise das agências publicitárias, afetadas pela redução das importações de mercadorias e artigos de luxo, ordenadas pelo Governo para economizar divisas e incentivar o consumo de produtos nacionais.

Segundo um editorial do *La Marina*, com a crise no campo da publicidade, a queda de lucro das empresas jornalísticas atingiria 40% (LA CRISIS, 1960, p. 4A). Depois do fim dos subsídios governamentais, os periódicos dependiam das receitas oriundas das vendas e da publicidade (SALWEN, 1994). Entretanto, muitos anunciantes também enfrentavam problemas financeiros. Apesar das frequentes polêmicas com os veículos oficiosos, da aplicação da *coletilla*, das críticas do Governo, das ofensas e injúrias contra seus proprietários e diretores, das ameaças veladas de fechamento, das tentativas de boicote econômico, dos enterramentos simbólicos e das queimas de exemplares em diversas localidades do país, o *Diario de la Marina* e o *Prensa Libre* continuaram a expressar seus posicionamentos anticomunistas, antissoviéticos, a favor da democracia representativa, da convocatória a eleições gerais, do capitalismo, da propriedade privada e da importância de manter um bom relacionamento com os Estados Unidos (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015; VILLAESCUCIA, 2010).

Durante o primeiro semestre de 1960, a SIP denunciou a diminuição da liberdade de imprensa em Cuba. Em março desse ano, a representante dos empresários de mídia declarou que, na Ilha, alguns periódicos haviam sido estatizados ou estavam tão intimidados que não se consideravam livres. A SIP afirmou ainda que aqueles que ousavam exprimir suas críticas ao Governo eram alvo de ataques oficiais. No seguinte mês, a organização, que já havia mobilizado à opinião pública das Américas para rejeitar as violações da liberdade de imprensa cometidas pelo executivo cubano, afirmou que a mídia governista havia intensificado seus ataques contra o *La Marina* e o *Prensa Libre* para silenciá-los e, possivelmente, confiscá-los (AFIRMA, 1960, p. 1). Noutra denúncia, a SIP apontou que os diretores dos supracitados jornais eram chamados de contrarrevolucionários porque suas opiniões não agradavam os governantes (DENUNCIA, 1960, p. 1).

Em meio ao aumento das tensões entre os proprietários de jornais privados e o Governo Revolucionário, em abril de 1960 a SIP reconheceu José Ignacio Rivero, diretor e dono do *La Marina*, com a Medalha de Herói da Liberdade e Imprensa e entregou o Prêmio Mergenthaler ao *Prensa Libre*, em virtude da série de artigos e editoriais contestadores, publicados de janeiro a julho de 1959 (MARRERO, 2018).

Depois do anúncio do restabelecimento das relações diplomáticas entre Cuba e a União Soviética, oficializado em 8 de maio de 1960, a publicação de editoriais e matérias anticomunistas nos jornais burgueses se multiplicou. Perante a escalada do jornal dos conservadores cubanos, o *Noticias de Hoy* afirmou que o *La Marina* havia iniciado “uma política deliberada de provocação para buscar por todos os meios seu fechamento de forma violenta” e fornecia “combustível propagandístico para os incendiários de canaviais, assassinos de mulheres e aqueles que desejam inundar com sangue a rebelião nacional dos cubanos” (TRAICIÓN, 1960, p. 1, tradução livre).



Existem diferentes versões sobre o fechamento do *Diario de la Marina*. Conforme a historiografia oficial cubana, o jornal foi abandonado pelo seu proprietário e posteriormente, os próprios trabalhadores solicitaram que o Governo assumisse a administração dessa empresa jornalística. De outro lado, os testemunhos de José Ignacio Rivero (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015) e Carlos Todd (1962), assim como os relatórios do adido de imprensa da embaixada da Espanha em Havana (PAZ SÁNCHEZ, 2006), indicam que o *La Marina* foi ocupado por trabalhadores afins à Revolução, apoiados por milicianos do Colegiado Provincial de Jornalistas de Havana, dirigidos pelo fotojornalista Tirso Martínez.

Em meio à tensão que provocaram os rumores de uma agressão militar estadunidense contra Cuba, o jornal *Hoy* denunciou, em 11 de maio de 1960, que o “*La Marina* coincidia completamente com os inimigos da Revolução” (COINCIDENCIAS, 1960, p. 1, tradução nossa). Nesse dia, uma nota publicada na capa do *Diario de la Marina* também denunciou que José Ignacio Rivero, seu dono e diretor, mantinha uma atitude “conspirativa e contrarrevolucionária”. Segundo a denúncia, Rivero queria provocar que o povo atacasse o prédio do jornal para depois acusar a Revolução de mais uma agressão contra a liberdade de imprensa. O diretor teria alterado o texto com uma carta de apoio a sua pessoa, assinada por determinados trabalhadores, para parecer que os jornalistas, funcionários e técnicos dessa empresa jornalística não aderiam à Revolução. Depois que uma parte dos trabalhadores recusou que a missiva fosse publicada na edição de 11 de maio, Rivero proibiu a impressão do jornal, porém os trabalhadores se insurgiram e o publicaram por conta própria (A LA OPINIÓN, 1960, p.1A, tradução nossa).

Na própria edição de 11 de maio, a Federação Nacional de Artes Gráficas e o Colegiado Provincial de Jornalistas de Havana comunicaram que, a proposta da empresa proprietária do *La Marina*, assumiriam provisoriamente a diretoria do jornal em representação de seus trabalhadores (AL PUEBLO, 1960, p.1A).

Conforme uma reportagem publicada pelo *Hoy*, durante uma assembleia com todos os trabalhadores do *La Marina* foi acordado que a Confederação de Trabalhadores de Cuba, a Federação Artes Gráficas, a União de Artes Gráficas e o Governo Revolucionário, continuariam a pagar os salários do pessoal do periódico. Nessa reunião foi orientada a criação de conselhos de direção e administração provisórios e foi sugerido que a linha editorial do jornal assumisse uma orientação patriótica e, ao mesmo tempo, moderada, devido à mentalidade conservadora de seus leitores (SABOTEARON, 1960, p. 1-4). Não obstante, existem contradições entre a versão apresentada pelo jornal *Hoy* e uma nota publicada na edição que encerrou a existência do *La Marina*, onde seus trabalhadores anunciaram que o jornal, dado seu histórico reacionário, devia desaparecer e destinar seu parque de impressão à edição de livros didáticos. Destarte, os trabalhadores solicitaram que o Governo assumisse o controle da empresa. (AL PUEBLO DE CUBA, 1960, p.1A).

A versão de Jaime Caldevilla, o *attaché* de imprensa da embaixada espanhola oferece detalhes omitidos pelas organizações revolucionárias envolvidas na ocupação o do *Diario de la Marina*. De acordo com o relatório do diplomata ibérico, na tarde de 10 de maio, o fotógrafo Tirso Martínez, dirigente do Colegiado Nacional de Jornalistas, chegou na sala de redação com homens armados, e realizaram reuniões nos diferentes departamentos para que os trabalhadores assinassem um texto – publicado na edição de 11 de maio– que contrariava a política editorial do jornal e insultava José Ignacio Rivero. Na contramão da proposta de Tirso, um grupo de empregados decidiu publicar uma carta de apoio a Rivero. Acionado pelo Comitê de Liberdade de Imprensa, Tirso Martínez voltou à sede do periódico com 16 milicianos, forçaram as portas das oficinas de impressão e quebraram o cilindro, onde estava a carta de solidariedade a Rivero. Na sequência, jornalistas leais ao dono da empresa se reuniram com os diretores e acordaram reimprimir a carta e acrescentar um editorial, assinado pelo próprio Rivero, para denunciar as agressões que o *El Diario* vinha sofrendo (PAZ-SÁNCHEZ, 2006).

Acionado pela segunda vez, Tirso Martínez reapareceu na madrugada de 11 de maio, com mais de 30 homens armados e informou aos representantes da empresa que os jornalistas e operários não consentiriam em aprovar a linha editorial contrarrevolucionária do *La Marina* e proibiu a publicação da carta de apoio a Rivero, do editorial que condenava o ataque às oficinas de impressão e das editorias em que se atacava à Revolução. Informado por telefone, Rivero rejeitou as demandas colocadas por Martínez e disse que preferia fechar o jornal. Conforme o documento da embaixada espanhola, antes do amanhecer de 11 de maio, o controle do *Diario de La Marina* não ficou com jornalistas, operários e empregados da empresa, conforme asseguraram as notas publicadas pelos veículos revolucionários, mas em mãos do grupo dirigido por Tirso Martínez (PAZ-SÁNCHEZ, 2006).

Figura 4- Última edição em Cuba do *Diario de la Marina*



Fonte: *Diario de la Marina*, 12 mai 1960, p.1 Biblioteca Digital del Caribe.

O último número do *Diario de la Marina* apareceu em 12 de maio. Na noite do dia seguinte, uma multidão reunida na escadaria da Universidade de Havana, participou do enterro simbólico do jornal mais antigo de Cuba (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015; MARRERO, 2018). Naquele acontecimento histórico, o comandante e José Quevedo, líder estudantil na supracitada universidade, incitou ao fechamento de *Prensa Libre*? (TODD, 1962).

Dos jornais privados que ainda circulavam na capital, apenas o *Información*, *Prensa Libre* e *Times of Havana* denunciaram a ocupação e o confisco do *La Marina*. Desde Washington D.C, a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e diversos jornais privados da América Latina também condenaram a interdição do Decano da imprensa cubana (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015; TODD, 1962). Para o *Prensa Libre* a ocupação do *Diario de la Marina* [...] foi um ato de coação e violência sem justificativa alguma, pois os trabalhadores de todos os jornais independentes podiam expressar suas ideias e críticas através da *coletilla*. “A liberdade de expressão”, afirma o editorial, é um dos pilares da liberdade política e “não pode ser perturbada por nenhum motivo”. Qualquer procedimento que diminua ou impeça o direito “de todo cidadão e jornalista a expressar publicamente seu critério”, constitui uma violação da liberdade de expressão e das leis constitucionais. “Quando monopolizado por alguns [...], esse direito desaparece”, e “se torna um privilégio de determinados grupos ou setores”. E logo, “procedimentos ditatoriais que negam e violam os princípios em que se baseia uma verdadeira democracia”, começam a prevalecer (NUESTRA PROTESTA, 1960, p. 1-2, tradução livre).

Em meio às críticas contra a deterioração da liberdade de imprensa, Fidel Castro apareceu na televisão para comentar os acontecimentos. Segundo ele, o *Diario de la Marina* conseguiu o que desejava ao provocar os jornalistas e os trabalhadores dessa empresa jornalística. Fidel desmentiu a ocorrência de agressões contra as instalações do jornal e seu diretor e reconheceu que, embora se desejasse seu fechamento desde janeiro de 1959, a continuidade de imprensa privada foi um movimento tático para desassociar a Revolução cubana do desrespeito pela liberdade de expressão (PROVOCACIONES, 1960). Conforme o líder da Revolução,

O que nós devíamos ter feito era confiscar todos os jornais que estavam recebendo dinheiro daquela tirania sangrenta que causou tantas mortes. Onde morreram companheiros que eram cem vezes mais valiosos do que aqueles que alguns agora defendem. Mas não o fizemos porque não queríamos ser considerados intolerantes ou inimigos da liberdade. Aqueles jornais que nós perdoamos generosamente para que continuaram saindo, não mereciam serem punidos? PROVOCACIONES, 1960, p. 63, tradução nossa).

Com o *La Marina* fora do jogo, o próximo alvo dos revolucionários foi o *Prensa Libre*, o vespertino de maior circulação em Cuba (95 mil exemplares diários só em Havana) e junto com a revista *Bohemia*, o veículo impresso mais prestigioso do país, pela sua oposição frontal à ditadura de Batista e por haver sido um dos poucos órgãos privados que não aceitou subsídios governamentais (SALWEN, 1994). Segundo Carlos Todd (1962, p. 36, tradução nossa)

Enquanto o ataque final contra o *La Marina* estava sendo preparado, o Governo abordou os editores do *Prensa Libre*, por meio de uma terceira pessoa, para oferecer um 'armistício'. A alternativa era a destruição do jornal como órgão independente da opinião pública. O objetivo da manobra era claro: neutralizar os comentários editoriais do *Prensa Libre*, durante a aniquilação do *Diario de La Marina*.

Em seu livro de memórias, Humberto Medrano afirmou que os diretores do jornal não aceitaram a trégua proposta pelo Executivo, pois envolvia a renúncia dos valores defendidos pelo *Prensa Libre*. Após denunciar o fechamento do *Diario de la Marina*, *Prensa Libre* e continuar denunciando a fragilização da liberdade de expressão e o avanço do comunismo em Cuba, os veículos governistas direcionaram seus ataques contra o periódico de Sergio Carbó (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015). Contudo, a sentença de morte contra o jornal liberal mais lido de Cuba foi ditada no dia em que seus dirigentes rechaçaram a trégua proposta pelo Governo (TODD, 1962).

Para neutralizar o último dos grandes jornais privados cubanos, os revolucionários retomaram a tática usada na ocupação do *La Marina*. Em 16 de maio, uma milícia chegou no prédio do *Prensa Libre* e informou ao editor de plantão que a publicação do editorial *Cuba comparecemos diante de ti* e outras matérias consideradas subversivas estava proibida. Os vice-diretores Humberto Medrano e Ulises Carbó rejeitaram a implantação da censura prévia e se asilaram na embaixada do Panamá antes de partirem para o exílio. Na sequência, o prédio foi ocupado por um destacamento das Milícias Revolucionárias (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015; TODD, 1962).

Enquanto os periódicos revolucionários comemoravam a ocupação do último bastião de imprensa privada, a SIP convocou seus 600 afiliados para denunciar o confisco do *Prensa Libre* e exigir o restabelecimento da liberdade de imprensa em Cuba. Segundo a entidade, “Fidel Castro havia esmagado ou sequestrado todos os jornais que se opunham ao seu regime” (VILLAESCUCIA, 2010, p. 172, tradução nossa).

Esta pesquisa constatou que, em meio àquelas circunstâncias excepcionais, o jornal brasileiro *A tarde*, editado em Salvador, Bahia, divulgou (em português) o editorial que o *Prensa Libre* não chegou a publicar. A seguir destacamos alguns trechos:

Levantamos este jornal independente que jamais recuou diante da ameaça nem do suborno. E temos dito a verdade sempre, ainda quando representasse um perigo iminente dizê-la.

Forças obscuras, que obedecem a influências estrangeiras, se conjuraram com elementos que nos querem arrebatar os meios de expressão para destruir-nos.... Esses elementos nos querem agredir por termos ideias próprias para combater a sinistra conjura internacional encabeçada pela Rússia contra o nosso solo e contra a solidariedade do continente americano. Se se comete crime contra nós, contra ti Cuba amadíssima que se saiba em cada família cubana, em cada coração cubano que tudo sacrificamos: - nossos bens, nossa segurança pessoal e a dos nossos filhos, por não querer submeter-nos aos que querem substituir com o trapo vermelho a insígnia da estrela solitária"(A TARDE, 2010).

Depois da extinção do *La Marina* e do confisco do *Prensa Libre*, os últimos remanescentes da outrora vigorosa imprensa privada havanesa foram o *El Crisol*, *Información*, o semanário *Bohemia*, a revista católica *La Quincena* e o *Times of Havana*. Este último foi o único jornal que manteve uma linha abertamente oposicionista, mas não tinha muito impacto na opinião pública, porque era editado em inglês e estava dirigido a estadunidenses e britânicos residentes em Cuba (SALWEN, 1994).

Em 4 de junho de 1960, o *El Crisol* publicou seu último número, onde anunciou o fechamento da empresa devido a problemas econômicos. Quatro meses depois, Carlos Todd, anticomunista convicto e colunista do *Times of Havana* – diante de sua iminente detenção – partiu para o exílio nos Estados Unidos, e o jornal encerrou suas atividades no mês seguinte (VILLAESCUCIA, 2010).

A partir de 28 de maio de 1960, a *coletilla*, peça chave na batalha dos revolucionários contra os veículos burgueses, não foi mais necessária (VILLAESCUCIA, 2010). Não obstante, os jornais governistas continuaram a monitorar as publicações burguesas que ainda existiam. Apesar do silêncio editorial e da moderação que o *Información* adotou para evitar represálias das autoridades e os ataques dos veículos revolucionários, em 25 junho o *Revolución* afirmou: “Parece que o jornal *Información* está tentando substituir o falecido *Diario de la Marina*”, pois “Nos últimos tempos, uma agência de notícias ianque muito conhecida, a USIS, mãe e orientadora das famosas AP e UPI, vem encontrando um espaço pouco usual nas páginas do jornal de Claret” (*AL PAN, PAN Y AL VINO, VINO*, 1960, p. 3, tradução nossa).

Em paralelo, a Junta de Governo do Colegiado Provincial de Jornalistas de Havana resolveu não enviar mais notas informativas oficiais para *Información*, porque, segundo a Junta, a empresa as usava de forma tendenciosa (NUEVOS PERIODISTAS, 1960, p. 3). Além da censura e das limitações para acessar as informações oficiais, os ingressos oriundos da publicidade diminuíram ao longo de 1960 e o

*Información* teve de aumentar o preço dos exemplares e reduzir a quantidade de páginas da edição dominical, de 100 para apenas 50. Em outubro, o Decreto 427 do Ministério do Comércio padronizou a extensão dos jornais nacionais. A norma limitou os jornais cubanos a 16 laudas, de segunda a sexta-feira, e até 24, aos sábados e domingos semana. Assediado pelos periódicos revolucionários e sem fundos suficientes, o *Información* feneceu em dezembro de 1960 (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015; SALWEN, 1994).

#### 4.6.2 A expropriação da mídia eletrônica

Com o confisco das emissoras radiofônicas *Cadena Oriental de Radio e Circuito Nacional Cubano*, em janeiro de 1959, o Governo Provisório iniciou a corrida pelo domínio da mídia eletrônica. O titular da *Cadena Oriental* era um testa-de-ferro de *Fulgencio Batista* e no *Circuito Nacional*, o acionista maioritário era o ex-ditador (MARRERO, 2018). Segundo a publicitária Mirta Muñiz, antes da estatização definitiva da rádio e da televisão cubanas houve um processo prévio que abrangeu a totalidade de 1959 e os dois primeiros quadrimestres de 1960 (ARMAS FONSECA, 2011).

A Lei Fundamental da República autorizou a confiscação de propriedades atribuídas a Batista, seus colaboradores e às pessoas físicas e jurídicas que cometeram crimes contra a economia nacional, a fazenda pública e enriquecimento ilícito (CUBA, 1959, art. 24). No início de março de 1959, cercado por suspeitas de haver recebido subsídios da ditadura, processos trabalhistas e dívidas, o empresário e apresentador Gaspar Pumarejo, dono principal do *Canal 12 (Tele Color)*, fugiu de Cuba. Poucas semanas depois, a emissora foi confiscada após o Executivo confirmar que Andrés Domingo Morales, que havia sido secretário da Presidência da República da ditadura, era um dos principais acionistas dessa empresa (SALWEN, 1994). Rebatizado como *Tele Rebelde*, nome escolhido por Fidel Castro, o *Canal 12* foi a primeira emissora de televisão gerenciada pelo Estado cubano.

Focada nos temas de interesse público, a *Tele Rebelde* começou a transmitir programas sobre política, educativos, informativos e de entretenimento. A emissora foi pioneira no uso da televisão para a doutrinação política da população e estabeleceu as bases dos novos usos e funções que assumiria esse meio na sociedade cubana. O *Canal 12*, salienta Rivero (2015), foi o lugar onde o Estado ensaiou a cultura televisiva da futura Cuba socialista. Contudo, tratava-se de uma emissora local com um transmissor, cuja potência não ultrapassava as fronteiras da cidade de Havana, e com um número limitado de telespectadores (RIVERO, 2015).

Essa falta de popularidade pode ter influenciado a preferência de Fidel Castro por se comunicar com o público cubano, por meio das redes comerciais de televisão. Às vezes era convidado a painéis e em outras, simplesmente aparecia sem avisar no estúdio de televisão, Castro estava na

televisão semanalmente. Não foi por acaso, então, que não houve revelação artística em 1959, como um crítico observou. Fidel Castro foi a estrela da revolução e da televisão (RIVERO, 2015, p. 143, tradução nossa).

Ao longo de 1960, o Governo foi ampliando e consolidando o uso da mídia eletrônica para instruir, organizar e mobilizar a população em prol da Revolução e confrontar seus críticos e adversários. Em 20 de fevereiro de 1960, o Ministério de Recuperação de Bens Malversados ordenou a intervenção de várias empresas propriedade do empresário italiano Amadeo Barletta, incluindo a rede Telemundo, principal concorrente do *Circuito CMQ* (INTERVIENE, 1960, p.1). No entanto, mesmo com o controle de duas emissoras de televisão, o Governo Revolucionário não conseguiu concorrer com o *Circuito CMQ*. Pelo contrário, a estatização eliminou os principais competidores comerciais do oligopólio dos irmãos Mestre, fortalecendo o domínio dessa empresa no mercado de mídia (SALWEN, 1994).

**Figura 5– Nota sobre a intervenção das empresas de Amadeo Barletta**



Fonte: *Prensa Libre*, 23 fev 1960, p. 21. Biblioteca Digital del Caribe

Em meio ao acirramento da luta de classes e dos embates ideológicos no campo comunicacional, os proprietários da *CMQ* argumentaram que os compromissos comerciais impediam a transmissão ao vivo dos discursos de Fidel Castro e de outras figuras da Revolução (MARRERO, 2018). Para contrabalançar o poderio midiático do *Circuito CMQ* e das estações radiofônicas privadas filiadas à Federação de Rádio-emissores de Cuba, Fidel e Raúl Castro promoveram a criação de uma rede de estações de rádio que abarcasse todas as regiões do país. Constituída oficialmente em 20 de março, a Frente de Emissoras Livres (FIEL) juntou donos de emissoras de menor porte, que começaram a receber dinheiro dos cofres públicos, emissoras compradas, confiscadas e/ou entregues ao Estado pelos seus proprietários (RADIO CUBANA, 2018). As mais de cem estações de rádio que integraram a FIEL

(SALWEN, 1994) conformavam uma rede nacional que transmitia atos políticos, atividades governamentais, programas em defesa da Revolução e o Jornal Nacional da FIEL (RADIO CUBANA, 2018). No entanto, o sucesso não seria completo até a conquista do *Circuito CMQ*, a joia mais valiosa do ecossistema midiático cubano.

Diversos pesquisadores (MARRERO, 2018; SALWEN, 1994; SIRVÉN, 1993) apontam que a agitação provocada pelo comentarista Luis Conte Agüero, crítico da presença de militantes comunistas no Governo Revolucionário, acelerou a inevitável intervenção estatal do *Circuito CMQ*. Conforme Sirvén (1993), assim como os donos de jornais privados, os proprietários da rede aderiram à campanha contra o comunismo, endurecendo o tom dos editoriais do Telejornal CMQ e promovendo as denúncias de Conte Agüero.

Em 25 de março de 1960, desde a *Rádio Progreso*, Luis Conte Agüero leu uma carta aberta a Fidel Castro para denunciar, mais uma vez, a infiltração de comunistas encobertos nas fileiras revolucionárias. Antes de concluir o programa, o comentarista anunciou que ele próprio releria a missiva em seu programa da *CMQ* e se afastaria temporariamente da mídia, para aguardar a resposta de Fidel (SALWEN, 1994). Na prática, o texto interpretado como um ultimatum para que o chefe da Revolução se posicionasse publicamente contra ou a favor do comunismo (SIRVÉN, 1993). Trinta minutos depois da alocação de Conte Agüero, o radialista José Pardo Llada sugeriu que as autoridades deviam expulsar o comentarista do país ou mesmo fuzila-lo. Em seguida, uma multidão se formou no quarteirão do prédio do *Circuito CMQ* para exigir a intervenção e o confisco do oligopólio midiático dos irmãos Abel e Goar Mestre Espinosa. Perante o risco real de sofrer uma agressão física, Conte Agüero teve de abandonar o local, cercado de insultos e ameaças (SALWEN, 1994).

De forma imediata, a *CMQ* soltou uma nota editorial para denunciar que “um grupo de pessoas (...) em atitude evidentemente hostil”, evitou a entrada do comentarista Luis Conte Agüero nos nossos estúdios”. À nota relida no telejornal da noite, os locutores revolucionários acrescentaram uma nota que negava a veracidade dos fatos denunciados pelos donos da emissora (IMPIDEN, 1960, p.1, tradução nossa).

No dia seguinte, o jornal *Hoy*, declarou que o ataque de Conte Agüero contra a Revolução foi repudiado pelos veículos “verdadeiramente revolucionários” (SIGUE, 1960, p.1, tradução nossa). No entanto, o Movimento Democrata-Cristão repudiou a violência exercida contra o comentarista e advertiu que, independentemente dos argumentos de Conte Agüero, o que estava sob ameaça era o direito de cada cidadão expressar sua opinião, a liberdade de escutar os comentários que desejassem e a possibilidade de aceitar os critérios considerados certos (QUIEREN, 1960, p.12A).

O *affaire* Conte Agüero foi aproveitado pelo Governo Revolucionário para colocar seus homens de confiança na maior rede de televisão de Cuba (SALWEN, 1994). Casual ou propositalmente, na tarde



do próprio 25 de março, depois da manifestação contra Conte Agüero e em favor do confisco da *CMQ*, servidores do Ministério de Recuperação de Bens Malversados efetivaram a intervenção do Canal 4 (CMBF-TV), onde o clã dos Mestre Espinosa atuava como acionista maioritário. A justificativa foi a de sempre: uma investigação oficial havia determinado que o ex-ditador Fulgencio Batista possuía interesses no Canal 4 (DISPUSO, 1960, p.3).

**Figura 6– Nota informativa sobre a intervenção da emissora CMBF (Canal 4)**



Fonte: *Prensa Libre*, 27 mar 1960, p.3. Biblioteca Digital del Caribe

Em paralelo, as autoridades determinaram o bloqueio das contas bancárias de Abel e Goar Mestre, proprietários da *CMQ* (SALWEN, 1994, SIRVÉN, 1993). Embora Fidel Castro não se referisse ao vínculo do Conte Agüero com a *CMQ* e seus proprietários, o congelamento das contas bancárias dos irmãos Mestre indicava que o Governo Revolucionário os considerava *persona non grata* e que a estatização do maior oligopólio midiático privado da América Latina era questão de tempo.

Desde 1959, os conflitos trabalhistas (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015; SALWEN, 1994) e a adesão à Revolução de grande parte de seus empregados, técnicos, jornalistas, artistas e roteiristas fizeram com que os Mestre fossem perdendo o controle real da empresa (SIRVÉN, 1993). Por exemplo, em maio daquele ano, durante um programa de televisão onde Armando Cañas, presidente da Associação de Pecuaristas, criticou a Lei da Reforma Agrária, as câmeras mostraram uma faixa de apoio à nova política agrária do Governo, assinada pelo sindicato dos trabalhadores da *CMQ* (JACOBINO, 1959, p.3).

Em meio à ofensiva dos veículos revolucionários contra Conte Agüero, na noite de 31 de março, Abel Mestre, jornalista, gerente-geral do *Circuito CMQ* e diretor do Telejornal dessa emissora, anunciou em câmara que ele e seu irmão Goar se afastariam da diretoria da empresa até que as autoridades esclarecessem os motivos do bloqueio de suas contas bancárias e da intervenção do *Canal 4*. Abel Mestre lembrou o compromisso da CMQ com a liberdade de expressão, rechaçou as ameaças de intervenção contra sua empresa pelo fato de ter acolhido o programa de Conte Agüero, e negou qualquer vínculo dele, sua família e a emissora com Fulgencio Batista (GRUPOS, 1960, p.1).

Após a saída dos irmãos Mestre, três vice-presidentes da CMQ, nomeados por eles, continuaram a administrar a empresa durante quase seis meses. Em 16 de setembro de 1960, o Ministério do Trabalho ordenou a intervenção do *Circuito CMQ* e da emissora *Rádio Reloj* (LUIS LÓPEZ, 2002). De acordo com um relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos consultado por Salwen (1994), o Governo Revolucionário teria afirmado que a empresa foi confiscada por causa dos conflitos trabalhistas e porque os Mestre haviam abandonado suas propriedades em Cuba ao partirem para o exílio em Miami. Finalmente, em 5 outubro de 1960, a Resolução 907 do Ministério da Fazenda autorizou o confisco da totalidade do patrimônio de Abel e Goar Mestre, incluindo o *Circuito CMQ* (LUIS LÓPEZ, 2002; SIRVÉN, 1993).

Antes de concluir de 1960, a totalidade da mídia impressa e eletrônica estava sob controle do Governo Revolucionário ou de organizações afins a ele. Além da estatização do *Circuito CMQ*, em 16 de novembro desse ano, a FIEL, reconhecida como o órgão reitor das transmissões de rádio e de televisão, entregou para Estado a propriedade e a gestão de todas suas emissoras afiliadas (RADIO CUBANA, 2018).

#### **4.7 A reorganização do sistema midiático cubano**

Ao longo de 1960, o economista marxista Carlos Rafael Rodríguez, dirigente do PSP, ministrou uma série de palestras que conformaram uma teoria da transição para o socialismo em Cuba e adiantaram o caráter socialista que assumiria o processo revolucionário cubano. No início de abril de 1961, Fidel Castro e outros dirigentes do Governo adotaram os termos políticos e econômicos que Carlos Rafael usava em suas conferências (ROJAS, 2015).

Em 2 janeiro de 1961, a administração Eisenhower anunciou o rompimento das relações diplomáticas dos Estados Unidos com Cuba. A justificativa oficial dessa decisão foi a negativa do governo estadunidense de reduzir o pessoal de sua embaixada em Havana de 277 para 11, o mesmo número de funcionários que tinha a legação cubana em Washington (LA RAPTURA, 1961, p. 4). O Governo Revolucionário interpretou a ruptura como o prelúdio de uma invasão militar direta e manteve a mobilização das tropas do exército e das milícias nacionais.

Em 16 de abril, Castro proclamou o caráter socialista da Revolução cubana, diante da multidão de cidadãos que se reuniu em Havana para se despedir das vítimas dos ataques de aviões estadunidenses contra bases e aeronaves da força aérea cubana, no dia anterior. Ao redor de 24 horas depois, a Brigada 2506, integrada por exiliados cubanos e financiada e treinada pelos Estados Unidos, desembarcou pela Baía dos Porcos, para tomar uma praia, proclamar um governo provisório e solicitar a intervenção do exército norte-americano. Após a derrota dos invasores, três dias após o desembarco, a transição para o socialismo foi acelerada com o apoio da União Soviética e graças a um convênio de colaboração econômica e militar entre Moscou e Havana, os planos de uma guerra total contra Cuba foram cancelados (RODRIGUES MÁO, 2007; ROJAS, 2015).<sup>35</sup>

Após a estatização e a socialização da mídia privada, o Governo Revolucionário desenvolveu um sistema midiático que abrangia todas as regiões do país. Em razão da complexidade administrativa e tecnológica e dos investimentos necessários para sua manutenção e modernização, o Estado cubano assumiu o gerenciamento e financiamento do antigo *Circuito CMQ*, a *TV Revolución* (antiga Telemundo) e centenas de emissoras radiofônicas espalhadas pelo país afora (MARRERO, 2018).

Em 12 janeiro de 1961, o Departamento de Industrialização do Instituto Nacional da Reforma Agrária, dirigido por Che Guevara, criou o Escritório de Publicações para aprimorar o trabalho da mídia e das agências publicitárias estatizadas a longo de 1960. Durante sua breve existência, o Escritório se envolveu na direção dos programas da rádio e da televisão. Ao mesmo tempo, essa entidade determinou a eliminação dos anúncios comerciais na rádio e na televisão, a partir de 27 de março de 1961. A decisão se embasou nos resultados de uma pesquisa de opinião, na estatização da maioria das empresas privadas que anunciavam nos veículos eletrônicos e na ideia de que a publicidade comercial era incompatível com o socialismo. Em 19 de junho de 1961, a Resolução 3687 do Ministério das Comunicações instituiu o Escritório de Orientação e Coordenação da Radiodifusão, que assumiria o planejamento da programação e das campanhas de propaganda política na rádio e na televisão (ARMAS FONSECA, 2011).

Durante o primeiro triênio da Revolução (1959-1961), entretanto, não houve órgãos de cunho estatal, governamental ou político específicos para coordenar o trabalho das publicações impressas. Essa

---

<sup>35</sup> O confronto entre Estados Unidos e Cuba continuaria na arena diplomática. Em janeiro de 1962, Cuba foi acusada de adotar um regime político incompatível com o sistema democrático interamericano e desligada da Organização dos Estados Americanos (OEA). Após a exclusão da Ilha das negociações entre os Estados Unidos e a União Soviética, que em outubro desse ano encerraram a crise internacional que provocou a descoberta de mísseis nucleares soviéticos em território cubano, as relações entre Havana e Moscou atingiram seu nível mais baixo, mas isso não evitou que, no final da década de 1960, o Governo Revolucionário implementasse um regime de partido único. Apesar da dependência econômica da União Soviética, os revolucionários cubanos apostaram na construção de um modelo socialista próprio que, entre outros aspectos, manteria uma política exterior independente que, na contramão dos interesses geopolíticos do Kremlin, apoiaria a luta contra o colonialismo e pela libertação nacional nos países do terceiro mundo, especialmente, grupos guerrilheiros espalhados pela América Latina (ROJAS, 2015).

ausência propiciou que a política editorial de cada veículo fosse resultado da interpretação que seus diretos faziam dos pronunciamentos públicos de Fidel Castro e das ações do Executivo. Nesses três anos, jornais e revistas foram dirigidos por organizações políticas, sociais e profissionais e por diversos organismos estatais. Cada uma dessas entidades, em correspondência com os interesses sociais que representava, escolhia os diretos e elaborava a política editorial (ABREU; INFANTE, 2007).

Contudo, desde 1959, Fidel Castro insistia na necessidade de constituir uma organização política que agrupasse, sob um controle único, as organizações que lutaram contra a ditadura de Fulgencio Batista. Em 26 de julho de 1961, Fidel Castro anunciou oficialmente a criação das Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), o primeiro passo em direção à constituição do futuro partido único. Aníbal Escalante, dirigente do PSP, foi o escolhido para dirigir o processo de estruturação das ORI, que se estendeu até março de 1962. Nesse período, diversos intelectuais comunistas foram designados para dirigir instituições estatais relevantes. O economista Carlos Rafael Rodríguez assumiu a presidência do Instituto Nacional da Reforma Agrária; o jurista e político Juan Marinello foi nomeado reitor da Universidade de Havana; e Edith García Buchaca, ocupou a vice-presidência do Conselho Nacional da Cultura (ROJAS, 2015).

Subordinada às ORI e chefiada pelo político comunista César Escalante, a Comissão de Orientação Revolucionária (COR) foi criada para coordenar as ações de propagandísticas, as campanhas e os atos políticos (GARCÍA LUIS, 2013) e adequar a política editorial da mídia (ABREU; INFANTE, 2007) aos objetivos do Governo. A COR permitiria a realização de um trabalho político-ideológico coordenado, campanhas de propaganda mais efetivas, a orquestração dos veículos midiáticos e, conseqüentemente, a conformação de um discurso público revolucionário mais coeso. O órgão também determinou a extinção e fusão de publicações (VERA, 2007 *apud* ABREU; INFANTE, 2007) e a constituição do Instituto Cubano de Radiodifusão (ICR), em 24 de maio de 1962, por meio da Lei 1032 (CUBA, 1962).

Um dos objetivos fundamentais do ICR foi elevar a capacitação técnica e nível cultural e ideológico dos trabalhadores da radiodifusão para aperfeiçoar a forma e o conteúdo dos programas transmitidos para o povo. A instituição seria dirigida por um conselho de direção integrado por um diretor três vice-diretores designados pelo Conselho de Ministros (CUBA, 1962). Dessa forma, o órgão reitor da rádio e da televisão no país ficou sob controle direto do Governo Revolucionário.

Importantes mudanças no ecossistema midiático cubano aconteceram a partir de 1961. Ao longo desse ano novos veículos midiáticos foram criados. Um deles foi a *Radio Habana Cuba*, a primeira emissora cubana direcionada para o exterior e que até hoje transmite uma programação informativa e musical em nove idiomas<sup>36</sup>. Aproveitando a infraestrutura e os profissionais herdados do período

---

<sup>36</sup>Radio Habana Cuba transmite em espanhol, português, francês, inglês, árabe, quéchua, guarani, crioulo haitiano e esperanto. Disponível em: <http://www.radiohc.cu/quienes-somos> Acesso em: 09/01/2021.

anterior, também foram fundados o semanário humorístico *Palante* e as revistas *Mujeres*, editada pela Federação das Mulheres Cubanas (FMC) e *Pionero*, a primeira dirigida ao público infantil (MARRERO, 2018).

No início de novembro de 1961, a COR determinou a fusão dos jornais *Prensa Libre* e *Combate* com o *La Calle* para evitar a dispersão e economizar recursos materiais. Semanas depois, em 25 de novembro, o *La Calle* deixou de ser editado e o *Diario de la Tarde* ocupou seu lugar (VILLAESCUCIA, 2015). Em paralelo, as manobras políticas exercidas por quadros do PSP empossados no Conselho Nacional de Cultura e a COR resultaram no fechamento do suplemento *Lunes de Revolución*. A independência de seus editores e o caráter cosmopolita, eclético e antidogmático desta publicação contrariavam os rumos que adotaria a política cultural do Estado cubano (MISKULIN, 2002) à medida que esta foi se aproximando dos postulados do realismo socialista soviético. O fim do *Lunes* demonstrou os limites do espaço público cubano no primeiro triênio da Revolução, inclusive quando o dissenso era exercido por atores identificados com o processo revolucionário.

Em meio do processo de unificação reitorado pelas ORI, a imprensa continuou a refletir as discrepâncias entre as diferentes organizações que lutaram contra a ditadura e aquelas existentes dentro dos próprios veículos jornalísticos. Portanto, o fechamento do *Lunes de Revolución* e dos jornais, *Prensa Libre*, *Combate* e *La Calle* e a criação de novas publicações foi uma ação da estratégia para superar as desavenças ideológicas e políticas entre os revolucionários e contribuir para o fortalecimento da unidade nacional em torno da Revolução e suas lideranças máximas. Além da unidade das forças revolucionárias, os fechamentos e fusões de veículos de imprensa inaugurariam um modelo de jornalismo diferente que, embora tenha incorrido em omissões e erros, teve o mérito, conforme Villaescucia (2015), de erradicar o sensacionalismo e se consagrar à defesa dos objetivos, interesses da Revolução e do povo. Segundo essa autora, na imprensa da época

... se percebe a reiteração de informações em sintonia com a nascente vida do país, com os novos espaços associativos e participativos, com integração ativa das mulheres ao trabalho fora de casa e para a sociedade, as mobilizações; crônicas e reportagens sobre operários, homens anônimos; textos que mostram a transformação midiática, política e social. Tem prioridade aquilo que mostra o avanço da Ilha, uma vez que o jornalismo é reconhecido como inerentemente parcial (...) à Revolução (VILLASESCUCIA, 2015b, p. 105, tradução nossa).

Entre 1962 e 1969 novos jornais provinciais e regionais foram criados, dentre eles destacamos o *Vanguardia*, da província de Las Villas; o *Venceremos* e o *Ahora*, das cidades de Guantánamo e Holguín, respectivamente; bem como o *Victoria* e o *El Socialista*, na Isla de Pinos e Pinar del Río, nessa ordem.

Em menos de uma década, o Governo Revolucionário articulou um sistema de imprensa de abrangência nacional, integrado por 19 jornais diários, com uma tiragem de dois milhões de exemplares, num país com apenas 7 milhões de leitores. Esse universo de veículos incluía 600 publicações de diferente perfil e periodicidade, assim como as transmissões da rádio e da televisão que captadas na maioria dos lares cubanos, graças ao avanço da eletrificação e da comercialização de aparelhos receptores (MARRERO, 2018).

#### **4.8 A imprensa em torno do partido único**

O processo de unificação das forças revolucionárias também atingiu o grêmio jornalístico, até então representado pelo Colegiado Nacional de Jornalistas, os colegiados provinciais, a Associação de Repórteres de Havana, a Associação de Imprensa de Cuba e dezenas de organizações menores. Da fusão dessas entidades numa organização única, surgiu em 15 de julho de 1963, a União dos Jornalistas de Cuba (UPEC) (MARRERO, 2018).

Em sua Declaração de princípios, a UPEC (1963, n.p.) definiu o jornalismo como “uma função social a serviço das massas, da unidade e da solidariedade internacional com os povos do mundo” e acrescentou que o caráter técnico dessa profissão “está subordinado às responsabilidades éticas que devem que dirigir o esforço para combater sistematicamente o erro, a mentira e todas as formas, abertas e encobertas, do mal, da desunião, a difamação, a corrupção e a ignorância”. Embora tenha surgido como uma organização social e profissional não governamental, a UPEC afirmou seu caráter partidarista ao proclamar que em seu “trabalho deve prevalecer (...) o respeito irrestrito às orientações e iniciativas vindas do poder revolucionário e de sua vanguarda dirigente, o Partido Unido da Revolução Socialista”.

Embora não se mencionem explicitamente, ao longo da supracitada declaração se constata a influência dos postulados leninistas sobre a função da imprensa e os jornalistas numa sociedade socialista; bem como se reconhece a contribuição da imprensa para a formação de opiniões, o posicionamento político e a conduta do povo. O documento também reforçou o caráter militante que o jornalismo deveria ter em Cuba e a necessidade de lutar pelo fortalecimento ideológico dos filiados dessa organização profissional. Em seu papel de militantes, os jornalistas não poderiam agir como observadores-narradores independentes, pois eles faziam parte do “exército do povo”, envolvido na construção do socialismo e na defesa do país, perante os ataques de seus inimigos, “dirigidos pelo imperialismo estadunidense” (UPEC, 1963, n.p.).

No momento de sua fundação, a UPEC determinou que “a construção e educação socialistas, o trabalho heroico e o incremento do bem-estar material e do nível cultural do povo” seriam os principais focos da pauta jornalística. Mercantilismo, concorrência e sensacionalismo foram condenados e erradicados da prática jornalística e a imprensa trabalharia em prol do progresso cultural, o

desenvolvimento científico e o fortalecimento da consciência política. Na nova etapa, o jornalismo revolucionário propiciaria a participação das massas na orientação e construção da imprensa socialista (UPEC, 1963, n.p.).

Dentre dos objetivos da UPEC declarados em seus estatutos salientamos a cooperação “para o desenvolvimento da imprensa como meio de ajuda na construção do socialismo, a defesa da pátria, a democracia, a solidariedade internacional (...) e a paz mundial, baseada na divulgação da verdade”; a capacitação dos quadros e o trabalho em prol da educação marxista-leninista (UPEC, 1963 *apud* INFANTE, ABREU, 2007, p. 89). Conforme Infante e Abreu (2007), a nova organização gremial não apenas concretizou legalmente a adesão dos jornalistas ao projeto político liderado por Fidel Castro, mas reforçou que a partir desse momento a imprensa cubana se orientaria pela concepção do jornalismo como serviço público e seu papel educativo e informativo na construção da hegemonia socialista.

No ato de fundação da organização gremial, Osvaldo Dorticós, o então presidente da República, reiterou o compromisso e a lealdade da imprensa e dos jornalistas à classe trabalhadora. Dorticós afirmou que a complexidade do momento histórico exigia uma imprensa que mostrasse uma técnica jornalística mais depurada, identificada com os mandatos da Revolução e com conhecimento total e profundo das tarefas fundamentais da construção socialista. O chefe de Estado sugeriu que a informação e a orientação jornalísticas mantivessem um espírito crítico e construtivo (DORTICÓS, 1963).

Sobre os temas que o jornalismo devia tratar, o chefe de Estado expressou:

(...) a vida do nosso povo, o herói anônimo, o esforço produtivo, a inventividade do trabalhador, os acontecimentos coletivos do proletariado; tudo o que acontece neste gigantesco esforço popular em que nos empenhamos é canteiro inesgotável de curiosidade e de impulso criativo do jornalismo. Os acontecimentos irrelevantes, por mais dramáticos que pareçam, por mais anônimos que alguns possam parecer, são os grandes acontecimentos em uma etapa de construção revolucionária e socialista (DORTICÓS, 1963, p. 63, tradução livre).

Enquanto uma parte dos artistas e intelectuais revolucionários rechaçava a submissão da criação artística e literária aos cânones do realismo socialista, tanto a declaração de princípios da UPEC quanto o discurso do presidente Dorticós denotavam uma visão instrumentalista da imprensa e do jornalismo. De fato, com a constituição da UPEC, o jornalismo cubano formalizou a adoção dos postulados leninistas sobre o papel da imprensa no socialismo e a subordinação dos meios de comunicação legais ao Governo Revolucionário e ao Partido foi institucionalizada, nos termos propostos por Fidel Castro, em de março de 1961.

Contudo, apesar do caráter militante do jornalismo e da subordinação da imprensa ao Governo Revolucionário foram normalizadas, em 1960, a COR e a UPEC, que desempenharam um papel fundamental na conformação de um modelo de imprensa socialista, porém ainda diferente do existente na União Soviética (GARCIA LUIS, 2013).

A estruturação de uma organização política única que unificasse a vanguarda dos revolucionários sob a direção do Comandante Fidel Castro – iniciada com a criação das ORI, em 1961 e do PURS, no ano seguinte –, se concretizou em 3 de outubro de 1965, com a eleição do Comitê Central do um partido único batizado como Partido Comunista de Cuba (PCC). Segundo afirmou o líder da Revolução, “em meio às dificuldades (...), diante de um inimigo cada vez mais poderoso”, diante do doloroso fato da divisão nas fileiras revolucionárias do mundo, nossa política será a união mais estreita” (CASTRO, 1965).

Durante a cerimônia de constituição do primeiro Comitê Central do Partido, Fidel Castro (1965) anunciou que os recursos humanos e materiais seriam concentrados na produção de um único jornal de caráter político. Em 4 de outubro foi publicada a primeira edição do *Granma*<sup>37</sup>, o órgão oficial do Comitê Central do PCC, resultado da união das equipes dos jornais *Hoy* e *Revolución*. Dezoito dias depois surgiria o *Juventud Rebelde* (Juventude Rebelde), porta-voz da União dos Jovens Comunistas, após a fusão do *Diario de la Tarde* e do semanário *Mella* (VILLAESCUCIA, 2015).

De acordo com Salado (2016, tradução livre), em razão da unanimidade que a nova etapa da Revolução cubana exigia, “a coexistência de três jornais de esquerda, mas com abordagens diferentes, não seria possível” (p.46). Assim sendo, os dirigentes revolucionários preferiram “devorar um de seus filhos” (o jornal *Revolución*) e fechar o *Hoy*, “em vez de permitir uma diversidade que implicasse algum grau de autonomia” (idem) de imprensa. A fundação do *Granma* sinalizou a “adesão total à doutrina vigente” e “significou tomar partido pela imobilidade, perante a mínima possibilidade de debate que implicasse o esforço de ouvir o outro com respeito e defender a opinião com argumentos” (p. 57). A concentração da mídia, para evitar a “dispersão, fez com que a nula diversidade tornasse mais fácil o controle da opinião”. Um controle encoberto pela exigência “de um exercício jornalístico “dentro da revolução” (idem).

Entretanto, o campo da mídia impressa não era monolítico. O jornal *El Mundo*, a revista *Bohemia*, ambos fundados antes da Revolução, continuaram a circular. De outra parte, para responder ao aumento do número de leitores e à diversificação de seus interesses foram fundados novos veículos especializados, como *El Militante Comunista*, *El Caimán Barbudo* e *Pensamiento Crítico*

---

<sup>37</sup>*Granma* é nome do velho iate de madeira que partiu de México, no final de novembro de 1956, para leva até Cuba os revolucionários que sob o comando de Fidel Castro, iniciaram a luta armada contra o regime de Batista, nas montanhas da Serra Maestra.



(VILLASESCUCIA, 2015b). Estas e outras publicações ainda refletiam a diversidade de perspectivas marxistas e revolucionárias de dentro e fora de Cuba.

Sobre o desenvolvimento da imprensa no primeiro decênio da Revolução, Villasescucia (2015b) comenta que as publicações impressas continuaram se adaptando para responder as exigências do processo de transição socialista e enfrentar as agressões dos Estados Unidos. Contudo, a partir da subordinação da imprensa à Comissão Orientação Revolucionária começaram a surgir os vazios informativos notáveis. Enquanto acontecimentos como o sucesso da campanha de alfabetização receberam uma grande cobertura jornalística, outros, como as reuniões dos intelectuais e artistas na Biblioteca Nacional, em junho de 1961, ou sectarismo que aflorou no seio das ORI foram preteridos. Dessa forma, a imprensa descumpriu seu objeto social, pois não analisou problemas da realidade imediata, nem promoveu o debate público em torno deles. Segundo historiadora cubana:

Nenhuma mídia noticiou os encontros com os intelectuais na Biblioteca Nacional, (...) Quase todos destacaram a reunião de jornalistas estrangeiros com Fidel que aconteceu naqueles dias; dedicaram páginas aos discursos dele, mas nada sobre o discurso que mais tarde seria conhecido como Palavras aos intelectuais nem sobre as polêmicas que transcenderiam. Do Primeiro Congresso Nacional de Cultura, em dezembro de 1962, a ênfase foi colocada em relatórios e discursos, sem aprofundar nos problemas e insatisfações dos intelectuais (VILLASESCUCIA, 2015, p. 104, tradução nossa).

Sobre as possíveis causas do silêncio da mídia revolucionária perante os encontros entre os dirigentes políticos máximos e uma representação dos artistas e intelectuais do país, Villasescucia (2015b) menciona a presença no Conselho Nacional de Cultura e na Comissão de Orientação Revolucionária, órgãos responsáveis pela coordenação e supervisão das políticas culturais, de informação e de propaganda. De outra parte, para a pesquisadora, o fato de que as críticas contra o sectarismo de Aníbal Escalante, durante a conformação das ORI, só chegassem à mídia após a denúncia feita por Fidel Castro, em março de 1962, pode ter tido dois motivos fundamentais: a ideia de que a publicização das discrepâncias entre revolucionários seria aproveitada pelo inimigo, bem como o hermetismo e a falta de transparência das ORI e de seu sucessor, o Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), que teria dificultado o acesso dos jornalistas às fontes.

Contudo, devemos reconhecer que a uniformidade dos veículos jornalísticos revolucionários foi compensada, de certa forma, com editoriais que abordavam de forma crítica o cotidiano dos cubanos. As seções *Con cien ojos*, no *Hoy*; *Crítica*, no *Diario de la tarde*; *Cartas del pueblo*, no *Revolución*, e *Cartas*

a *El Mundo*, no *El Mundo* (VILLAESCUCIA, 2015) foram exemplos da tentativa de oferecer um jornalismo de serviço público, apesar de sua instrumentalização por parte do Estado.

#### 4.8.1 Um modelo de imprensa autóctone

Segundo Julio García Luis (2013), até 1965, a Revolução cubana configurou um modelo de imprensa autóctone e afirma não haver encontrado evidências de preferências pelo modelo de imprensa soviético ou da influência dele nos dirigentes cubanos, antes de década de 1970. Contudo, ele não descarta a possibilidade de que a experiência socialista soviética houvesse contribuído para a implantação de “estruturas e sistemas de relações” (p. 85, tradução nossa) semelhantes aos existentes nos países que integravam o bloco socialista. Não obstante, tanto na declaração de princípios e nos estatutos da UPEC, quanto no discurso do presidente Dorticós, no ato de constituição dessa entidade, citados previamente, contestam a afirmação do pesquisador cubano. Em nenhum dos três documentos divulgados em 1963 foi esboçado um modelo de imprensa, propriamente dito, mas se constatam a presença de elementos da noção leninista da imprensa e sua função no socialismo.

Com a reorganização da imprensa diária, o Departamento de Orientação Revolucionária (DOR) do PCC assumiu as funções da extinta COR. A nova estrutura foi um ganho estratégico para o Partido, mas não estimulou um jornalismo de melhor qualidade. Os novos veículos eram mais disciplinados e alinhados com as políticas do Partido, mas houve retrocessos, em termos de profissionalismo (GARCÍA LUIS, 2013). Na opinião de García Luis (2013), os déficits da imprensa e do jornalismo revolucionários não foram consequência direta da reestruturação do sistema midiático nem das relações estabelecidas com o sistema político. A substituição de jornalistas veteranos por uma nova geração pouco experiente teria afetado negativamente o tratamento de distintos temas, o uso dos gêneros, assim como a qualidade da linguagem e dos estilos jornalísticos. Apesar da subordinação da imprensa ao sistema político, o estudioso cubano avalia positivamente o fato de que órgãos oficiais – caso do *Granma*, onde ele mesmo trabalhou – mantivessem um vínculo direto com Fidel Castro e outros dirigentes do primeiro escalão e que nesse período, os quadros auxiliares do Partido não contassem com as prerrogativas que exerceriam posteriormente para dirigir a imprensa.

Todavia, existem fatos desse período que não devem ser negligenciados. Após a constituição do Partido Comunista de Cuba, muitos de seus militantes, alguns oriundos do PSP ou formados nas Escolas de Instrução Revolucionárias, dirigidas veteranos do PSP e com programas de ensino com base em manuais de marxismo enviados pela União Soviética – passaram a ocupar cargos mais relevantes em instituições públicas e políticas. A partir desse momento, “o cerceamento da liberdade de expressão e criação em Cuba tornou-se mais evidente” (MISKULIN, 2009, p. 1). Minerva Salado (2016) afirma que a partir de 1965, a ideia de lealdade aos interesses populares e à nação foi imposta na mídia. As críticas

diretas ao trabalho do Governo não foram mais permitidas e o conceito de “liberdade ilegítima” abrangeu qualquer opinião que contrariasse as decisões oficiais e prejudicou a possibilidade de fazer abordagens verazes de problemas da sociedade cubana que a Revolução não tinha resolvido. A “responsabilidade de reportar com sentido revolucionário e ético implicava fazê-lo por meio de mentiras, engano e dissimulação” (SALADO, 2016, p. 38, tradução nossa).

Villaescucia (2015) observa o predomínio – em termos de quantidade, reiteração e hierarquização – de conteúdos que vieram à tona com as prioridades do PCC. A autora comenta que a luta armada dos movimentos de libertação nacional na América Latina, Ásia e África, assim como a guerra no Vietnã ocupou um lugar de destaque nos veículos informativos, conforme a política exterior do Estado cubano. A mídia também privilegiou denúncias, discursos e matérias sobre as agressões dos Estados Unidos contra Cuba e acerca do cotidiano de uma sociedade imersa na construção de uma alternativa ao capitalismo.

Os déficits, inconsistências, lacunas e reiterações de alguns temas não impediram que a imprensa fosse um dos meios de expressão da nova sociedade. Ainda que em ocasiões não haja registrado certos eventos – como a reunião de Fidel Castro com os artistas e intelectuais, em julho de 1961 –, os veículos revolucionários relataram acontecimentos de grande transcendência como a Campanha de Alfabetização e a derrota da invasão da Baía dos Porcos, em 1961, e a Crise dos Misseis, em outubro de 1962. Nesse período, a mídia socialista, conforme Lenin havia previsto, “cumpru sua missão como propagandista e agitador coletivo” (VILLASESCUCIA, 2015b, p. 109, tradução nossa), num regime político que ponderou a unidade política e a unicidade ideológica, em detrimento do pluralismo.

Contudo, na contramão do afirmado por Villasescucia (2015b), consideramos que a omissão de determinados temas e a saturação da opinião pública com outros, não significa que a mídia governista descumprisse sua função social, senão que atuava em correspondência com dois pelo menos dos princípios leninianos da imprensa socialista: a parcialidade comunista (partidarismo) e o objetivismo (verdade do Partido), de um lado, e a obediência das diretrizes do DOR. Salientamos ainda que o caráter partidário dos meios de comunicação em Cuba, tidos como instrumentos do Governo Revolucionário desde 1960, anulava, de fato, sua independência política e financeira, tornando-os porta-vozes e ferramentas do poder político constituído, em vez de fiscaliza-lo. Daí que, na nossa opinião, nesse período, a atuação da imprensa cubana era compatível com o modelo social vigente.

Antes de 1965, os jornais *Revolución* e *El Mundo*, a revista *Bohemia* e o semanário *Lunes de Revolución* fizeram um jornalismo de qualidade, comprometido com a Revolução e capaz de cumprir com sua função ideológica sem se tornar propaganda política. Mesmo depois que muitos jornalistas e veículos estatais e sociais adotaram o modelo de imprensa soviético, a equipe-fundadora da revista *Cuba Internacional* (antiga INRA), por exemplo, se destacaram por um estilo de jornalismo que fugia da

sobriedade dos leads, da pirâmide invertida e da reprodução de discursos e notas oficiais, para elaborar crônicas e reportagens, desde um olhar mais antropológico que aproximava esses contadores de histórias do jornalismo literário (SALGADO, 2016). Nesse sentido, diversos estudos sobre a imprensa revolucionária cubana indicam que depois da reorganização de 1965, os periódicos culturais e acadêmicos mantiveram uma política editorial mais flexível (MISKULIN, 2009, PEDEMONTE, 2017; SALADO, 2016; VILLASCUCIA, 2015b) se comparados com jornais diários, como o *Granma* e *Juventud Rebelde*.

Figura 7– Capa da primeira edição do jornal oficial Granma



Fonte: *Granma*, 04/10/1965, p. 1

García Luis (2013) também reconhece que o campo cultural cubano gozava de mais autonomia que a mídia estatal. No olhar dele, o jornalismo não tem o mesmo nível de autonomia de outras formas de criação intelectual e, em geral, seus profissionais exercem sua função ideológica vinculada ao poder do Estado, partidos políticos, empresas e organizações sociais. A atividade dos jornalistas e da mídia

não é limitada a um campo profissional, mas abrange o direito à comunicação, fundamental para propiciar a participação política dos cidadãos nos assuntos de interesse coletivo. Assim sendo, “o trabalho da mídia faz parte indispensável do mecanismo de funcionamento integral da sociedade, portanto, o vínculo da imprensa com o sistema social é mais evidente e imediato” (p. 93, tradução nossa). Uma relação que se torna conflituosa quando a subordinação da mídia ao partido único impede sua capacidade para satisfazer as demandas e necessidades informativas e comunicativas de seus públicos.

Baseado em suas vivências como profissional do jornalismo e em estudos sobre o sistema de imprensa cubano, Julio García Luis (2013) assegura que até a década de 1970, não houve em Cuba uma transposição consciente nem automática do modelo de imprensa soviético. No entanto, iniciado o processo de institucionalização à soviética (1971-1976), o modelo de imprensa criado pela Revolução cubana foi se aproximando, “em várias dimensões, das características do modelo soviético” (p. 86, tradução nossa). O processo de sovietação do modelo social cubano e seus impactos no ambiente midiático serão apresentados na sessão a seguir.

## **4.9 A liberdade de expressão e a função do jornalismo na Revolução**

### **4.9.1 Jornalismo não significa empresa**

Após da queda ditadura de Fulgencio Batista, o comandante Fidel Castro se apresentou como um defensor da liberdade de expressão. Para Castro a imprensa era “um serviço público de extraordinário valor para orientar o povo e mantê-lo adequadamente informado”. Assim sendo, e considerada a colaboração inicial da mídia tradicional com o movimento revolucionário, o Comandante ordenou o levantamento da censura de imprensa em 4 de janeiro de 1959, e determinou que se facilitasse a publicação de todos os veículos, devido à pertinência destes para o que ele mesmo chamou “serviço revolucionário”. Fidel também assegurou que os rebeldes tinham lutado para que a imprensa não fosse mais censurada em Cuba e que o fim da censura beneficiaria a imprensa e o povo (LOS PERIÓDICOS, 1959, p. 1-2, tradução nossa).

O restabelecimento das liberdades de expressão e imprensa e a formação de um governo provisório, que incluía atores conservadores, liberais e revolucionários não comunistas propiciou, a princípio, o apoio da mídia privada, dos empresários, da Igreja católica e da maioria da sociedade civil à Revolução (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015; INFANTE; ABREU, 2007; VILLAESCUCIA, 2015). E, embora os proprietários dos periódicos não escondessem suas reservas com algumas decisões e anúncios de leis de benefício popular, durante os primeiros meses de 1959 a imprensa tradicional não hostilizou a Revolução (MARRERO, 2018).

Segundo Franqui (1981), apesar das evidências de que importantes empresas jornalísticas aceitaram subsídios da ditadura de Fulgencio Batista, nos primeiros meses da Revolução Fidel Castro não apoiou a tentativa de “desmoralização dos veículos privados”, porque “os estava usando em seu favor” (p. 37). Em um país com apenas uma emissora estatal limitada à região de Havana, a presença diária de dirigentes revolucionários na mídia foi política de Governo. Ciente da importância da mídia para divulgar as novas ideias, páginas completas de jornais e importantes espaços radiofônicos e televisivos foram contratados pelo Governo, conforme as taxas regulares de propaganda. Desta forma o Estado se tornou um cliente da mídia e das agências de publicidade então existentes (MUÑOZ, NÁPOLES, 2005).

O apoio inicial da imprensa privada à Revolução foi resultado de quatro fatores: 1) a popularidade do Governo Revolucionário, inclusive em setores da burguesia nacional; 2) a diversidade ideológica do Conselho de Ministros, que fez com que burguesia se sentisse representada; 3) as declarações anticomunistas de alguns membros do primeiro gabinete, combatentes do M-26-7 e do Exército Rebelde, constantemente divulgadas na mídia; e 4) a cautela para não tomar decisões precipitadas num momento em que os Estados Unidos observavam atentamente a evolução do processo de mudanças em Cuba (VILLAESCUSA, 2015)

Além dos apontados com antecedência, os estudos sobre a mídia cubana comercial (MUÑOZ; NÁPOLES, 2005; SALWEN, 1994; RIVERO, 2015) sugerem mais um fator: a publicização do acontecimento revolucionário aumentava os índices de vendas de periódicos e de audiência das emissoras. Nesse sentido, a grande popularidade de Fidel Castro propiciou que os donos das redes de televisão lhe oferecessem uma plataforma aberta, que ele soube bem empregar para seus fins políticos. Para alguns apresentadores, proprietários e patrocinadores, a presença de Fidel nos televisores de Cuba gerava lucro era uma demonstração de apoio político a causa liderada por ele (RIVERO, 2015).

Segundo Rivero (2015), a Revolução e seu máximo líder foram mercantilizados e vendidos através da televisão” e que, “embora seus proprietários tenham tentado manter uma certa distância com o governo, desde o começo das transmissões televisivas na Ilha o entusiasmo com o processo revolucionário produziu uma relação simbiótica entre a televisão comercial e o Estado”. A saturação do público com programas e informações sobre a Revolução transformou a estrutura do meio, que “passou de uma tecnologia a serviço de proprietários, anunciantes e empresas transnacionais, a um instrumento do Estado” (p. 156-161, tradução nossa).

Ciente de sua própria personalidade carismática, Fidel Castro usou a televisão como sua principal ferramenta de comunicação para vender a revolução a segmentos do público cubano. Ao mesmo tempo, os proprietários da televisão comercial – em retrospecto, involuntariamente–

usaram Castro e a revolução para promover seus próprios interesses (RIVERO, 2015, p.155, tradução nossa).

As resenhas de jornais da época indicam que Fidel Castro mantinha um relacionamento cordial com os donos das mídias impressa e eletrônica, enquanto se aproximava dos jornalistas e técnicos para convidá-los a se juntarem ao torvelinho revolucionário e alterassem a correlação de forças em favor da Revolução, nas redações jornalísticas, oficinas de impressão e emissoras. A partir da concepção do jornalismo como “um dos serviços públicos mais valiosos”, em março de 1959, durante um encontro com diretivos do Colegiado Nacional dos Jornalistas, Fidel recebeu uma demanda de aumento salarial para todos os trabalhadores da imprensa que seria atendida posteriormente e afirmou que, diferentemente dos governos anteriores – que permitiram que os jornalistas recebessem salários baixos (28 dólares mensais) para poder influenciá-los –, a Revolução redimiria os jornalistas e legislaria para garantir a independência deles. (GRAU ESTEBAN, 1959a, p. 1-2, tradução nossa).

Em abril de 1959, durante uma participação no programa televisivo *Ante la prensa*, Fidel ratificou seu compromisso com a democracia e as liberdades de expressão e de imprensa.

O que aconteceu no país foi a recuperação das liberdades públicas, a recuperação dos direitos dos cidadãos, da imprensa, da assembleia, de escrever, de pensar e de falar [...]. Perseguir o *La Marina* porque seja um jornal com tendências de direita ou perseguir outro porque é da esquerda? Não. O democrático é o que nós estamos fazendo. (...). Se nós perseguirmos um jornal e o fecharmos. Ah! Quando se começa por fechar um periódico, nenhum jornal poderá se sentir seguro" (TODAS, 1959, p.2, tradução nossa).

Movido pela sua “fé suprema na opinião pública e na liberdade de imprensa”, durante o supracitado discurso na Sociedade Americana de Editores de Jornais, o líder da Revolução afirmou que “a imprensa livre é a primeira inimiga das ditaduras” e definiu a liberdade de imprensa como um princípio e o direito de todos a expressarem suas verdades; o direito do povo a conhecer a verdade e um dever para os envolvidos com a opinião pública (GRAU ESTEBAN, 1959b, p. 8B, tradução nossa).

Numa etapa em que o avanço do processo revolucionário exigia o apoio massivo da população, a publicização das ações e discursos de Fidel Castro demonstravam a necessidade de manter a mídia sob controle ou, pelo menos, de seu lado. Fidel estava ciente da vulnerabilidade do Governo Revolucionário diante de um ecossistema midiático ainda dominado por veículos privados que eram alinhados a setores sociais e atores econômicos, cujos interesses divergiriam com as medidas que a Revolução iria implementar.

Em 7 de junho de 1959, data escolhida para comemorar o Dia da Liberdade de Imprensa, as instituições jornalísticas homenagearam Fidel Castro por sua contribuição para o restabelecimento da liberdade de expressão no país. Além de dirigentes do Colegiado Nacional dos Jornalistas, da Associação Cubana de Imprensa e da Associação de Repórteres de Havana, diretores e representantes de dezessete veículos de comunicação participaram na comemoração (LA REFORMA AGRARIA, 1959, p. 1A, tradução nossa). Na ocasião, Fidel reafirmou a defesa do jornalismo como um serviço público, criticou as ânsias de lucro das empresas midiáticas privadas e valorizou o papel dos jornalistas. O líder da Revolução também aproveitou o encontro para explicar seu conceito do jornalismo:

Jornalismo não significa empresa (...), porque empresa significa negócios e jornalismo significa esforço intelectual, significa pensamento; e se a liberdade de imprensa deve ser valorizada por algum setor, não é justamente para aquele que faz negócios com liberdade de imprensa, mas para aquele que graças à liberdade de imprensa, escreve, orienta e trabalha com pensamento e vocação, valendo-se daquele direito que a Revolução reconquistou para o país e que a Revolução mantém para o país, mesmo em meio de todas as campanhas tendenciosas que suscitam tantos inimigos contra a obra revolucionária (CASTRO, 1959e, tradução nossa).

Ao insistir no fato de que a liberdade de imprensa era resultado da existência da Revolução, Castro mostrou uma perspectiva paternalista que, de um lado, ignorava que a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão são direitos inalienáveis e, de outro, subordinava o exercício desses direitos à vontade, necessidades e prioridades do projeto revolucionário. Em outras palavras, na visão de Fidel, mesmo que a liberdade de imprensa fosse reconhecida formalmente como um direito, seu exercício dependeria, em última instância, da boa vontade do Estado.

Em outro trecho de seu discurso, o mandatário admitiu que o Governo enfrentava o dilema de ter órgãos de expressão em seu favor ou “tecer a corda [para enforcar] os nossos pescoços, ao manter órgãos contrarrevolucionários”, e denunciou que “certos monopólios midiáticos”, ao agirem contra a liberdade econômica e a livre concorrência, vulnerabilizavam a liberdade de expressão. Na sequência, o dirigente comentou que o perigo de que “os grandes interesses contrarrevolucionários monopolizassem os maiores recursos de propaganda”, poderia ser contrabalançado pelo fato de o povo contar com muitos defensores que também podiam falar e escrever (CASTRO, 1959e, tradução livre).

Antes de 1959 existiam diversas organizações que representavam os interesses das categorias envolvidas na produção de comunicação midiática. De um lado, estavam o Bloco Cubano da Imprensa e a Federação de Rádio-emissores de Cuba, que agrupavam os donos e sócios dos veículos impressos e eletrônicos, respectivamente. De outro, a Associação da Imprensa de Cuba, o Colegiado Nacional dos



Jornalistas, Associação de Repórteres de Havana, o Sindicato de Artes Gráficas e a Associação de Locutores, que agremiavam os trabalhadores.

Enquanto os veículos burgueses defendiam os princípios do modelo de imprensa liberal, os jornalistas comprometidos com a Revolução começaram a expressar, desde as primeiras semanas de 1959, algumas considerações sobre o papel do jornalismo nas transformações em andamento. Num artigo publicado no *Revolución* de 21 de janeiro, o Dr. Pastor, nome do assinante do texto, defendeu um jornalismo militante e comprometido com o processo revolucionário. O autor considerou que o “jornalismo objetivo é a antítese da verdadeira liberdade de imprensa”, que consistiria “em que cada grupo político ou social contasse com órgãos de opinião livres”. Na contramão do paradigma liberal, que advoga pelo livre mercado das ideias, o Dr. Pastor apontou que a liberdade de expressão “não consiste em que, em um mesmo jornal ou revista, as páginas pares se dediquem a defender o bom e as ímpares a propagandear o ruim”. Segundo ele, isso não era liberdade de imprensa, mas “confusão da pior espécie” e mais adiante questionou que nesse momento as maiores fontes de informação eram “as agências a serviço dos interesses estrangeiros”, como a United Press Internacional (UPI), a Associated Press (AP) e a Reuters. Em sua opinião, “a informação nacional nos jornais cubanos devia ser escrita pelos jornalistas cubanos” (PASTOR, 1959, p. 4, tradução livre).

Em outro artigo publicado pelo *Revolución* em 4 de março, Carlos Franqui fez comentários sobre o tipo de imprensa que aquele momento histórico exigia. De acordo com ele, a imprensa é um reflexo da sociedade, das forças e das ideias dominantes numa dada época e, portanto, a uma nova época correspondia uma nova imprensa. Para Franqui, não era suficiente fundar novos veículos de expressão, mas iniciar a transformação dos já existentes. Contudo, naquele contexto, essa mudança era impossível sem aumentar o salário dos jornalistas e sem a independência econômica das empresas jornalísticas. O jornalista insistiu na necessidade de uma imprensa que refletisse as ideias, as forças e os interesses fundamentais do país e assegurou que a nação, seu governo, os jornalistas e as empresas de mídia tinham o dever de encontrar uma fórmula que permitisse o “surgimento de uma imprensa independente, sadia e construtiva”. Em sua reflexão, o diretor do *Revolución* também mencionou a necessidade de mudanças no “ensino do jornalismo” e acrescentou que “uma das tarefas do jornalismo cubano era se depurar a si mesmo, expulsando [do grêmio] os cúmplices e colaboradores de tirania” (FRANQUI, 1959a, p. 1, tradução livre, colchetes nossos).

Carlos Franqui (1918) advogou por uma imprensa comprometida com o processo revolucionário, mas que fosse independente do Executivo. Conforme Salwen (1994), ele reconhecia que os prédios das redações e os parques gráficos eram propriedade do Estado, mas negava que o jornal *Revolución* atuasse como um mero porta-voz do Governo. Numa reportagem da revista *Bohemia*, Franqui afirmou que o *Revolución* não aceitaria subsídios do Estado, “pois o jornalismo tem de se manter numa perspectiva

crítica construtiva” e acrescentou que se “ganhamos esta revolução, foi dizendo a verdade e a isso o *Revolución* vai se limitar” (DELAHOZA, 1959, p. 98-100, tradução livre).

Contudo, depois que o Estado cortou as subvenções para a mídia privada, a origem dos fundos para a publicação do *Revolución* e do *Notícias de Hoy*, considerados porta-vozes do novo regime, foi questionada pela mídia burguesa. No *Times of Havana*, o colunista Carlos Todd perguntou se além das receitas oriundas da publicidade, os jornais revolucionários recebiam fundos do Governo. (SALWEN, 1994). Três anos mais tarde, já em seu exílio nos Estados Unidos, Todd (1962) assegurou que os periódicos revolucionários operavam com um déficit financeiro enorme e que, num dado momento, o Executivo precisou destinar fundos para sustentá-los, pois não havia muitos anúncios comerciais neles e as vendas nas bancas não atingiam os níveis esperados.

Franqui (1981), entretanto, defendeu que o jornal *Revolución*, “não era oficial nem porta-voz de nenhuma ideologia”, mas assumiu o desafio de ser “o jornal da Revolução” (p. 35), “a expressão da nova Cuba” (p. 37). O sucesso da gestão editorial de Franqui permitiu aumentar a tiragem. Foi um desafio, porque desde cedo o jornal lidou com dilema de defender um jornalismo independente e, ao mesmo tempo, apoiar o Governo Revolucionário, mas atuando como um companheiro de luta, como um sujeito revolucionário, não com uma ferramenta em mãos dos governantes, segundo o olhar de Franqui.

Em suas memórias, Carlos Franqui afirma que a relação entre o *Revolución* e Fidel Castro não era de subordinação total. Por exemplo, em 16 de fevereiro de 1959, horas antes de Fidel Castro tomar posse como Primeiro-ministro, o jornal *Revolución* publicou os vinte pontos mais significativos do novo plano de governo.<sup>38</sup> Após a publicação antecipada do documento, Castro criticou os dirigentes do jornal (FRANQUI, 1981), pois cabia apenas a ele a escolha do momento e a forma oportunos para apresentar e explicar tanto as medidas consideradas polêmicas que atingiriam os privilégios da burguesia quanto aquelas que provocariam grandes expectativas na população mais humilde. No dia seguinte, *Revolución* declarou, com certa ousadia, que a independência do Governo e da imprensa da Revolução favorecia o destino de ambos e o destino do povo e acrescentou que, ao publicar os destaques do plano de governo proposto por Fidel Castro, o jornal estava exercendo a liberdade de imprensa que sempre defendeu, mas, mesmo assim, aceitava e reconhecia a liberdade de crítica do Premiê (FIDEL CRITICA, 1959, p. 1).

Ao longo de 1959, além dos editoriais e artigos publicados pelas mídias afins à Revolução, organizações políticas revolucionárias e lideranças políticas expressaram diretamente seus pontos de vista sobre o posicionamento que a imprensa deveria assumir nesse contexto. Em junho de 1959, o Diretório Provincial do M-26-7 em Havana assegurou que “todas as opiniões podem ser expressas sob

---

<sup>38</sup>Merecem destaque medidas como a reforma agrária, a construção de moradias, a industrialização do país, a reforma das taxas de importação, a rebaixa do preço dos aluguéis das vivendas, o aumento do salário dos trabalhadores, a promoção do cinema nacional e a melhora do sistema de ensino.

um regime de liberdade”, porém um jornal tem de ter sua linha editorial. Acreditar que um jornal reflete ‘todas as zonas de opinião’ é um absurdo”. “Há assuntos, aponta, que não admitem a imparcialidade”. O M-27-7 da capital dividiu o campo político em apoiadores e detratores da Lei da Reforma Agrária e, nesse cenário, a “crítica construtiva e a sabotagem se diferenciavam claramente” (DIRECCIÓN PROVINCIAL, 1959, p. 2, tradução nossa).

Posteriormente, o *Revolución* reproduziu a seguinte declaração de Fidel Castro: “alguns concebem a liberdade de imprensa como uma liberdade para causar todo o dano possível à Revolução e enfraquecê-la” (CONSTITUÍDA, 1959, p.18, tradução nossa). Em meio ao acirramento do conflito entre a Revolução e os latifundiários cubano, Castro afirmou, em alusão aos veículos críticos de sua gestão, que os jornais vendidos para interesses alheios aos da Revolução não mereciam a liberdade de imprensa, pois esse direito que deveria estar a serviço do povo (NO HAY CORTAPISAS, 1959). As declarações da diretoria havanesa do Movimento junto com as de Fidel Castro dão indícios do carácter partidarista ou militante que os revolucionários cubanos exigiam da mídia, num momento caracterizado pelo aumento da polarização política. Além disso, eles expressavam sua insatisfação com a publicação de matérias críticas ou não alinhadas com os pontos de vista do Governo Revolucionário.

Em meio às escaramuças simbólicas entre a mídia revolucionária e a burguesa, em 19 de novembro de 1959, o X Congresso da Confederação de Trabalhadores de Cuba aprovou um voto de censura contra os jornais *Avance*, *Prensa Libre* e *Diario de la Marina*, pela sua participação em campanhas para quebrar a unidade dos revolucionários. Além da discussão de temas ligados à atividade sindical, representantes do Governo Revolucionário emitiram novas declarações contra a imprensa burguesa. Na ocasião, Fidel Castro falou dos jornalistas contrarrevolucionários que tentavam simular o contrário, apresentando-se como “intérpretes dos ideais revolucionários”, mas, na verdade, eram defensores dos interesses estrangeiros. Além disso, acrescentou que o poder dos monopólios da mídia e da publicidade seria contido com o “monopólio da dignidade do povo” (TENEMOS, 1959, p.1-6, tradução nossa), representado pelo Governo.

O comandante Raúl Castro, ministro da Defesa naquele momento, assegurou que os veículos burgueses eram pautados pelas agências informativas estrangeiras, mas “não vão nos intimidar jamais, jamais conseguirão nos afastar do nosso caminho, da rota que temos definido (RAÚL, 1959, p.1, tradução livre). Raúl desafiou Humberto Medrano, vice-diretor do *Prensa Libre*, por ter publicado um texto sobre as supostas diferenças entre ele e o falecido comandante Camilo Cienfuegos, e afirmou ainda que “para acabar de vez com essas inverdades era preciso balançar a árvore”, ou seja, implementar medidas definitivas para conter a imprensa contrária aos interesses revolucionários (TENEMOS, 1959, p.1-6, tradução nossa).

Noutro trecho da entrevista concedida ao jornal *Combate*, se revela a normalização dos assassinatos de reputação e a criminalização de jornalistas, editores e diretores, como parte dos métodos que a Revolução empregaria para neutralizar a imprensa burguesa. Segundo Raúl Castro,

Podemos dizer muitas coisas sobre essas pessoas; não esqueçam que temos os arquivos que Batista deixou. Temos certeza de que os jornalistas e operários que trabalham nessa empresa reacionária saberão balançar a árvore. (...) A árvore está sendo balançada (...) e as frutas podres continuarão a cair” (TENEMOS, 1959, p.1-6, tradução nossa).

Além das declarações do comandante Raúl Castro, *Combate* publicou a carta aberta intitulada *La conspiración de la Prensa*. Na missiva, dirigida a todos os periódicos revolucionários, o órgão do Diretório Revolucionário denunciou que “a conspiração atual que a imprensa reacionária mantém é tão perigosa e sinistra”, quanto “as tentativas conspiratórias daqueles que persistem em preservar seus privilégios econômicos contra os interesses do povo”. *Combate* acusou o *Prensa Libre*, *Avance* e *Diario de la Marina* (apelidados como os três mosqueteiros da imprensa reacionária) de serem “as cabeças de praia” do conluio e de organizarem “encontros subversivos (...) nas redações desses jornais”. Ainda segundo os editores do *Combate*, enquanto “os conspiradores mantêm a mesma linha editorial contra as conquistas revolucionárias, os jornais revolucionários, procuramos defendê-las, mas sem coordenação. Portanto, já “está na hora de apontarmos (...) na mesma direção. A imprensa revolucionária, soldado fiel dos interesses do povo, deve falar como uma voz só” (CARTA ABIERTA, 1959, p., tradução nossa).

As palavras de Fidel e de Raúl Castro e carta veiculado pelo jornal *Combate* já anunciavam, mesmo que indiretamente, a iminência da campanha de intervenção e estatização da totalidade da mídia privada que seria deflagrada no primeiro semestre de 1960. Por outro lado, nesses discursos também apareceram alguns dos aspectos que caracterizariam o modelo midiático que o Estado cubano iria configurar nos meses seguintes:

- Unidade e compromisso da imprensa em torno da Revolução;
- Caráter militante do jornalismo e dos profissionais da imprensa;
- Concepção instrumentalizada que concebe a mídia como uma arma ao serviço de uma determinada classe ou grupo social;
- Inconveniência das críticas contra as políticas e medidas adotadas pelo Governo;
- A deslegitimação da oposição ao Governo.

Figura 8– Capa do jornal revolucionário Combate

**combate**  
13 DE MARZO  
Un arma de la Revolución al servicio del pueblo  
Acepta a la Previsión Postal como Correspondencia de República Única en la Admisión de Correos de las Américas  
Epoca II. Año III. Precio: CINCO CENTAVOS No. 218  
LA HABANA, VIERNES 20 DE NOVIEMBRE DE 1959

**DEPURACION EN LA CTC**  
(Ver columna 2)

**RAUL DIJO DE "PRENSA LIBRE"**  
"Pero los averigua una revista nuestra mientras el otro sigue antiguo que se encorva la dirección. No podemos dividirse en vida y pretendiendo dividirse muertos. Y nosotros la unidad, día, para redimir a Prensa Libre. En hora que sea, los de prensa se van a ir. De aquí adelante a Humberto Maizano, que presidió en un artículo prepotente en diferentes con Castañón. Y otros los terribles."  
"En una prensa que separe siempre la parte que la tiraron de ellos. Pero pueden estar seguros de que jamás me emboracharé, jamás aceptaré apartarme de nuestro camino, de la vida que me hacen trabajar."  
CUBA, 19 DE MARZO.—Una revista, especializada en el tema de la prensa, se publica en la Habana. Se llama "Prensa Libre" y es dirigida por Humberto Maizano, ex presidente de la CTC. La revista tiene un precio de cinco centavos y se publica los viernes.

**La Conspiración de la Prensa**  
(Carta abierta a "Diario Nacional", "Hoy", "Diario Libre", "La Calle" y demás periódicos revolucionarios.)  
Los nuevos intentos conspirativos —propaganda, privación y traición— de los que pretenden mantener una estructura económica en contra de los intereses del pueblo, les ha servido un nuevo hilo negro.

**Al Regreso**  
Cada día cuando de vuelta a los trabajos revolucionarios en cuenta con el apoyo de los compañeros de la prensa y de la vida. Si los servicios especiales de los agentes calligráficos revolucionarios.

Fonte: *Combate*, 20 nov 1959, p. 1. Arquivo privado

Franqui (1981, p. 42, tradução nossa) comenta o descontentamento de Fidel Castro com o imediatismo do *Revolución*, já que ele acreditava que “os jornais deveriam apenas transmitir as notícias que ele achasse conveniente publicar”. O jornalista, entretanto, considerava que “ninguém era dono das notícias ou tinha o direito de nos dizer o que publicar”.

Afinal, tratava-se de duas noções distintas de jornalismo. Para Fidel, o jornalismo e a mídia eram instrumentos a serviço do poder instituído, enquanto Carlos Franqui o concebia como um serviço de interesse público que defenderia o processo revolucionário, apontando seus ganhos, denunciando os problemas e irregularidades para contribuir para erradicá-los, bem como identificando e combatendo seus adversários, por meio da palavra. Em Franqui, o jornalismo revolucionário cubano deveria evitar a subordinação aos interesses das empresas privadas e do agronegócio – setores que sempre comprometeram a independência da mídia –, de um lado, a submissão política aos partidos e governos, como acontecia nos países do então existente bloco socialista.

No artigo *La cruz del terror*, também publicado em 30 de setembro, *La Marina* lamentou que o Governo Revolucionário não assimilasse as críticas de forma construtiva e insistisse “em considerar inimigo a cada pessoa discrepante, para colocá-la no pelourinho com a roupagem de contrarrevolucionário”. Assim sendo, iria se consagrar “um estilo de censura” que “não consiste em deter o jornalista, atacar com tropas de choque, as oficinas e as redações; torturar, ferir ou matar”, mas uma “forma que destrói a alma sem tocar o corpo”, apresentando “o jornalista que destoa com o regime como o criminoso de guerra mais abominável, e o jornal, como um instrumento bélico da contrarrevolução, ao serviço dos mais bastardos interesses” (LA CRUZ, 1959, p. 12B, tradução nossa).

Com uma precisão surpreendente, o artigo de opinião pressagiu que a normalização da desqualificação, o assassinato de reputação (fuzilamento moral), a demonização e a humilhação do adversário, as alegações sustentadas ou não em evidências, a criminalização do dissenso, a judicialização e a mobilização dos apoiadores governo para atacar a imprensa, conformariam uma estratégia eficaz para neutralizar os inimigos da Revolução, excluindo-os, aos poucos, da nova comunidade política que estava se constituindo.

Em 22 de novembro de 1959, o *Diario de la Marina* denunciou que, “em sincronia com essas agressões verbais infundadas” de Fidel Castro e outros dirigentes revolucionários, foi deflagrada uma campanha para que os leitores abandonassem o jornal e os empresários parassem de anunciar em suas páginas”. Dessa forma, o estrangulamento econômico, os enterramentos simbólicos e a queima de exemplares em ruas e praças de diferentes localidades da Ilha, visavam à falência da empresa jornalística mais antiga do país, bem como “substituir este periódico independente por mais um órgão oficial, ou oficioso, do Governo”. No olhar de seus editores, ao longo de 1959, o único crime do *La Marina* teria sido orientar e criticar, numa etapa em que apenas a adesão e os aplausos incondicionais eram admitidos. Sobre seu posicionamento perante o processo revolucionário, o Decano da imprensa cubana afirmou:

(...) apoiamos a Revolução se a revolução significa liberdade, democracia, justiça social e colaboração de classes, regulada pelo Estado em nome do bem comum. E somos contra a Revolução, (...), se por revolução entendemos a abolição da propriedade privada legítima e a comunização dos meios de produção, a morte da liberdade, a ditadura pela força, o desprezo absoluto pela vontade da maioria da nação, o ódio de classes, e compartilhar a mesma causa das forças totalitárias vermelhas (ANTE LA AGRESIÓN, 1959, p. 1A-2A, tradução nossa).

#### **4.9.2 A tática da *coletilla*: censura ou liberdade de expressão?**

O longo histórico do Colegiado Nacional de Jornalistas na luta pela defesa da liberdade de expressão e de informação fez com que os principais dirigentes dos jornalistas cubanos apoiassem o governo que restabeleceu a liberdade de imprensa em Cuba. Contudo, as organizações que representavam os interesses dos jornalistas cubanos não conseguiram fugir da polarização que provocava a radicalização do processo revolucionário e o confronto simbólico entre apoiadores e detratores do projeto social em construção (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015).

Ao longo de 1959, o Colegiado Nacional de Jornalistas apoiou a maioria das medidas e leis adotadas pelo Executivo. No entanto, a votação de uma declaração de *persona non grata* contra o jornalista estadunidense Jules Dubois, correspondente do *Chicago Tribune* e Presidente da Comissão de Liberdade de Expressão e de Informação da Sociedade Interamericana de Imprensa, provocou uma racha

entre os integrantes da junta diretiva.<sup>39</sup> Após defender a liberdade de expressão de Dubois, embora não concordasse com os posicionamentos dele, Eudaldo Gutiérrez de Paula, decano do Colegiado, renunciou, em 19 de setembro, sob pressão da uma opinião pública favorável à punição do jornalista americano (MARRERO, 2018). As divergências políticas internas do grêmio jornalístico forçaram a saída de Jorge Quintana, decano do Colegiado Provincial de Jornalistas de Havana e em novembro de 1959, jornalistas comprometidos com a Revolução formaram a chapa Movimento de Unidade Jornalística e conquistaram as diretorias de ambos os Colegiados, após derrotar, em eleição democrática, a chapa apresentada pelo Movimento de Diversidade Jornalística (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015), que defendia o modelo de imprensa liberal que a Revolução extinguiria em 1960.

Depois da vitória do Movimento Unidade Jornalística, os colegiados de jornalistas ficaram sob controle dos filiados comprometidos com o Governo e a partir desse momento, os jornalistas revolucionários agiriam como os cavalos de Troia que, a partir das redações, oficinas de impressão e estúdios da rádio e da televisão, contribuiriam para implodir as empresas midiáticas, tornando mais agudos os conflitos entre empregados e empregadores, mas sobretudo, por meio da contestação das matérias contrárias aos interesses da Revolução, no mesmo espaço onde elas apareciam.

Foi assim que surgiu a *coletilla*, uma nota explicativa padronizada – colocada ao final de matérias consideradas contrarrevolucionárias – que expressava o seguinte:

Esta informação foi publicada por vontade desta empresa jornalística no uso legítimo da liberdade de imprensa existente em Cuba, mas os jornalistas e trabalhadores gráficos (ou locutores, no caso da rádio e da televisão) deste local de trabalho também expressam, no uso desse direito, que o conteúdo da mesma não se ajusta à verdade nem à ética jornalística mais elementar (BELL, LÓPEZ, CARAM, 2016, p. 22, tradução nossa).

Ainda que as primeiras tenham aparecido em janeiro de 1960, a origem da *coletilla* remonta a uma declaração de Jorge Villar Guardia, delegado do Colegiado Provincial de Jornalistas de Havana, em junho de 1959. De acordo com Villar Guardia, os colegas do *Información* tinham aderido aos ideais da Revolução e solicitaram que o Colegiado Nacional esclarecesse se a liberdade de imprensa era privativa dos proprietários das empresas jornalísticas ou daqueles que podiam pagar suas campanhas. Diante dos crescentes ataques de grande parte da mídia burguesa contra as medidas do Governo Revolucionário, o delegado pediu que o Colegiado explicasse que os jornalistas só poderiam ser responsabilizados pela edição técnica das publicações, cumprindo as diretrizes dos proprietários dos veículos, mas não pelo teor

---

<sup>39</sup> Além de haver sido acusado pelo Che Guevara de trabalhar em favor dos interesses das companhias norte-americanas, de trabalhar para a Agência Central de Inteligência (CIA) e de ser um gangster internacional (MARRERO, 2018), Dubois fez críticas a Fidel Castro e à Revolução, e indicou a análise do estado da liberdade de imprensa em Cuba, na reunião anual da SIP em 1959 (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015).

dos conteúdos. Destarte, o esclarecimento público dessa realidade evitaria que redatores e repórteres compartilhassem a responsabilidade histórica de “alguns proprietários de jornais reacionários ou vendidos para a contrarrevolução” (CENSURAN, 1959, p. 19, tradução nossa).

Segundo Marrero (2018) e conforme as instruções contidas no relatório de Daniel M Braddock (1959), as mídias privadas, por meio da publicação de matérias oriundas de veículos jornalísticos norte-americanos, como as agências Associated Press (AP) e United Press International (UPI), e as revistas *Life* e *Time*; executaram uma campanha de desinformação orquestrada pelos Estados Unidos para “criar confusão, provocar a ruptura da unidade do povo em torno à Revolução e propiciar condições para justificar uma ação militar contra Cuba”.

Em um momento de grande polarização política, os jornalistas revolucionários debatiam sobre a pertinência de publicar na íntegra ou censurar os reportes com conteúdo contrário aos interesses de Cuba. Para evitar o uso explícito da censura prévia, servir aos interesses das agências estrangeiras e transmitir para o público informações incorretas, os comunicadores sugeriram a publicação de uma nota explicativa que alertasse a cidadania sobre falta de veracidade dos conteúdos veiculados pela mídia burguesa.

Em 26 de dezembro de 1959, a Junta de Governo do Colegiado Provincial de Jornalistas de Havana, integrada por profissionais revolucionários, aprovou a colocação da *coletilla* em matérias jornalísticas que contrariassem os interesses da Revolução. Os chamados Comitês de Liberdade de Imprensa, integrados por jornalistas, trabalhadores gráficos e locutores, foram criados para demonstrar “o verdadeiro conceito de liberdade de expressão” e “contestar a propaganda anti-cubana” (COMITÉS DE LIBERTAD DE PRENSA, 1960, p. 2, tradução nossa). Portanto, o objetivo principal da *coletilla* não foi apenas denunciar notícias consideradas inverídicas ou inexatas, mas desacreditar qualquer informação ou comentário tido como contrarrevolucionário.

Ao atacar as críticas contra o Governo, os jornalistas revolucionários, talvez sem saber, começaram a aplicar o princípio da veracidade ou objetivismo que, segundo Lenin, procura a defesa das verdades do partido, divulgando, interpretando ou omitindo informações conforme seus objetivos políticos.

As primeiras *coletillas* apareceram no *Información*, de 16 de janeiro de 1960, depois de uma matéria da UPI sobre as declarações do congressista estadunidense Allen Smith acerca do perigo que Fidel Castro representava para a segurança nacional dos Estados Unidos. Na mesma edição, os impressores colocaram outra *coletilla* numa nota da AP que reproduziu as afirmações do senador Prescott Bush sobre ações para evitar que os comunistas tomassem o poder em qualquer nação do hemisfério ocidental. Apesar de a discussão entre os integrantes do Comitê de Liberdade de Imprensa e os diretores do *Información* ter acabado numa delegacia de polícia, a *coletilla* foi imposta tanto no mencionado jornal, quanto no resto dos veículos privados, incluindo redes de rádio e televisão (VILLAESCUCIA, 2015).



Enquanto os jornalistas revolucionários argumentavam que a *coletilla* era um exercício legítimo da liberdade de expressão, o Bloco Cubano de Imprensa considerou que a inclusão dessa nota explicativa no final de certas matérias agredia a liberdade de imprensa e junto com a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), denunciou a atuação dos jornalistas e trabalhadores gráficos do *Información* (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015).

Vale a pena resgatar trechos dos pareceres de alguns dos jornais privados afetados, reproduzidos pelo *Diario de la Marina*, em 17 de janeiro de 1960. O *El País* reforçou que a *coletilla* constituiu um caso funesto para o jornalismo nacional e uma violação indiscutível da liberdade de informação. Para esse jornal, havia diferença entre a responsabilidade legal que se assume após publicar uma informação ou opinião e a desqualificação das matérias, antes de sua publicação, por parte de pessoas que usurpam o papel do editor. “Uma coisa é o direito de resposta, depois da publicação de uma notícia ou de uma opinião, outra, a obrigatoriedade de publicar um esclarecimento que qualifica como injustiça o direito de publicá-las” (PROTESTA, 1960, p. 1A-2A, tradução nossa). De fato, a *coletilla*, anulava a responsabilidade ulterior dos editores.

O *Prensa Libre* afirmou a *coletilla* era um equívoco, uma fonte de conflitos e um desrespeito à empresa que dirigia o jornal. Mais adiante apontou que os jornais tinham o dever de publicar todo tipo de notícias, agradáveis ou não, e que os cidadãos tinham o direito de conhecer essas notícias, inclusive para contestá-las, quando prejudicassem os interesses do país. Segundo o jornal, os trabalhadores dos periódicos, as entidades políticas e trabalhistas possuíam o direito de resposta e este podia ser exercido a posteriori, nas próprias páginas dos periódicos. O *Prensa Libre* salientou ainda que a unanimidade de critérios era impossível, que as discrepâncias existiam e o mais inteligente e justo era que os diferentes critérios pudessem ser defendidos sem prejuízo para as pessoas, as entidades, as instituições, a liberdade e a democracia (PROTESTA, 1960, p. 1A-2A, tradução livre).

Já o *El País* solicitou a mediação das máximas autoridades políticas da República para que desautorizassem a imposição das *coletilla* e Jorge Zayas, diretor do *Avance*, advertiu que se a resposta do Governo Revolucionário ao pedido dos periódicos independentes fosse o silêncio, poderia ser interpretado como que em Cuba não existiam as garantias necessárias para exercitar a livre expressão do pensamento (PROTESTA, 1960, p. 1A-2A, tradução livre).

A respeito das reclamações dos proprietários da mídia privada, em 18 de janeiro, durante uma entrevista radiofônica, Fidel Castro afirmou que, apoiados na liberdade de imprensa, “esses senhores (...) reproduzem as palavras de qualquer um que difama o nosso povo e convoca uma agressão armada contra Cuba”. Fidel questionou que a liberdade da imprensa privada para publicar calúnias e realizar campanhas contrarrevolucionárias, enquanto o povo recebia treinamento militar e doava dinheiro para a defesa da pátria. Num trecho daquela entrevista, o Primeiro-ministro afirmou que dessa vez não seria

mediador no conflito provocado pelas notas anexadas a informações consideradas nocivas aos interesses nacionais (PROTESTA, 1960, p. 1A-2A, tradução livre).

“Qualquer incidente que acontece no país é usado pelos reacionários para criar um clima contra a Revolução. Eu tenho pedido constantemente sacrifícios aos trabalhadores, justamente em favor de todos aqueles elementos que caluniam e fazem campanha contra o povo cubano, e embora não tenha tido tempo de ver aqueles cabogramas de cujas opiniões os trabalhadores dos jornais discordam, não serei mediador dos empresários em problemas provocados por eles, não pelo Governo” (CASTRO, 1959 *apud* GARCÍA LUIS, 2008, tradução livre).

Em 22 de janeiro, no programa televisivo *Telemundo Pregunta*, Fidel Castro reforçou seu apoio aos Comitês de Liberdade de Imprensa constituídos na maioria das empresas midiáticas privadas. Segundo o dirigente, “o Estado que representa os interesses revolucionários da nação é mais importante que um jornal”. Ao se referir ao desrespeito à autoridade dos diretores e donos de jornais privados, por parte dos responsáveis da implantação das *coletillas*, Fidel afirmou que a autoridade do Governo estava acima da autoridade dos editores e seus diretores (GARCÍA LUIS, 2008).

Desta forma, Fidel Castro confirmou que a iniciativa dos jornalistas e trabalhadores da imprensa revolucionários contava com o apoio do Executivo. Por meio dos Comitês de Liberdade de Imprensa, jornalistas, trabalhadores gráficos e locutores se tornaram militantes do processo revolucionário que respondiam a uma sorte de código disciplinar não escrito, que incluía punições aos responsáveis de anexar a *coletilla* aos textos contrários à Revolução. Em fevereiro de 1960, o Comitê do *Diario de la Marina* suspendeu, durante 15 dias, os direitos sindicais e trabalhistas de um funcionário desse jornal, que não colocou a *coletilla* a uma matéria considerada insidiosa. O erro foi considerado um grande prejuízo na luta dos jornalistas e trabalhadores gráficos para fixar seu posicionamento, perante a postura contrarrevolucionária que as empresas midiáticas expressavam por meio de sua política editorial (ACTUACIÓN, 1960, p. 5, tradução livre).

Segundo Fernández Cuenca (2015), a aplicação da *coletilla* abarcou artigos de opinião, editoriais, charges humorísticas e até cartas enviadas pelos leitores. A respeito da abrangência da *coletilla* José Ignacio Rivero (1960, 20-B, tradução livre, tradução nossa), diretor do *La Marina* testemunhou:

(...) as *coletillas* foram crescendo exorbitantemente até se tornarem alegações polêmicas, comentários imprudentes e agressivos, em editoriais de editoriais. Há *coletillas* que qualificam com palavras insultuosas não apenas as opiniões emitidas, mas também as pessoas que as emitem. E isso é feito de forma anônima, sem que aqueles que produzem tais insultos os assinem com seus nomes.

Com base no artigo 33 da Lei Fundamental de 7 de fevereiro de 1959, que proibia a censura prévia e reconhecia a emissão livre do pensamento, a *coletilla* foi contestada legalmente. Ações de inconstitucionalidade apresentadas pelos advogados do *Información* e do *Diario de la Marina*, no Tribunal de Garantías Constitucionales e Sociales, foram proteladas durante meses e o resultado do julgamento só foi publicado após fechamento de ambos os jornais (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015). Na época, os juízes consideraram que a ação dos jornalistas e trabalhadores gráficos dos citados periódicos não ofendiam a liberdade de pensamento e de expressão, pois a *coletilla* constituía uma forma de direito de resposta perante qualquer informação estrangeira que ameaçasse a independência de Cuba ou ofendesse a dignidade nacional (MARRERO, 2018).

Para o jornalista Juan Marrero (2018, p. 246, tradução nossa), a *coletilla* não “impediu que os diretores dos periódicos publicassem qualquer matéria, inclusive as notas difamatórias e ameaçadoras, mas os locutores, jornalistas e trabalhadores gráficos exerceram o direito de exprimir seu critério”. Dessa forma terminou, segundo ele, o poder absoluto dos proprietários dos veículos para publicarem ou silenciarem os conteúdos, conforme seus interesses. A liberdade de imprensa em Cuba deixou de ser liberdade de empresa.

**Figura 9– Nota sobre a ação de inconstitucionalidade apresentada pelo Diario de la Marina (esquerda) e coletilla inclusa no final de um artigo (direita).**

<p><b>INTERPONE EL “DIARIO” RECURSO DE INCONSTITUCIONALIDAD CONTRA LA “COLETILLA”</b></p> <p>La empresa del DIARIO DE LA MARINA ha establecido ante la Sala de Garantías del Tribunal Supremo, recurso de inconstitucionalidad contra el acuerdo del Colegio Provincial de Periodistas, que hizo obligatoria la publicación de las “coletillas” a los cables, artículos y editoriales del periódico.</p> <p>A continuación el texto del recurso.</p> <p><b>PRIMER MOTIVO:</b></p> <p><b>PRECEPTO INFRINGIDO:</b> El artículo 33 de la Ley Fundamental de la República, de 7 de febrero de 1959, que es como sigue:</p> <p>“Artículo 33.—Toda persona</p>	<p>Nosotros sabemos que al comunismo basta darle un dedo para que se coja toda la mano. Nosotros no queremos que las manos de Cuba caigan atadas en las fauces del insaciable Moloch rojo. Por eso nos negamos a darle el dedo. Y combatimos a quienes se lo dan, pues en estos casos más culpa que los propios comunistas, que están después de todo cumpliendo su misión histórica de servir a la expansión mundial de la Unión Soviética, tienen los que, sin serlo, favorecen sus movimientos por inconsciencia o porque creen que hay que ponerse a bien con gente tan influyente y peligrosa.</p> <p><b>ACLARACION.</b>—Este artículo se publica por voluntad de esta empresa periodística en uso de la libertad de prensa existente en Cuba, pero el Comité Local de Libertad de Prensa de Periodistas y Gráficos de este centro de Trabajo expresan, también en uso legítimo de ese derecho, que el mismo contiene párrafos que, de manera encubierta y tendenciosa, constituyen un ataque a la Revolución Cubana.</p> <p><b>LAS AUTORIDADES HONDUREÑAS CAPTURARON UN VALIOSO ARSENAL.</b></p>
--	--

Fonte: *Diario de la Marina*, 10/02/1960, p1. Biblioteca Digital del Caribe.

Contudo, a *coletilla* foi considerada um método inédito, sofisticado e sutil de censura. A desqualificação das matérias e os questionamentos da ética jornalística das empresas midiáticas se realizavam a partir de critérios ideológicos e de adesão política, em detrimento dos princípios do

jornalismo. Na época, Jorge Zayas, editor do *Avance*, afirmou que a implantação da *coletilla* foi um novo passo da estratégia governamental para limitar a liberdade de expressão (PROTESTA, 1960, p.1A-2A, tradução nossa). Já o colunista Carlos Todd (1962) assegurou que o propósito dessa manobra era provocar que os diretores e editores interrompessem a publicação dos jornais, o que provocaria a intervenção do Governo nas empresas jornalísticas.

Ao contrário do que afirma Marrero (2018), consideramos que a *coletilla* não significou uma ampliação da liberdade de expressão dos trabalhadores da mídia privada, haja vista que seus executores se limitaram ao cumprimento do acordado pelo Colegiado de Jornalistas: à identificação e desqualificação de informações consideradas contrarrevolucionárias, em vez de usar o direito de resposta para publicar matérias próprias que contestaram qualquer crítica ou ofensa dirigida ao Governo Revolucionário, sua política e seus líderes. A liberdade de empresa, quer dizer, a preponderância dos interesses dos proprietários da mídia na orientação de sua política editorial, não foi compensada pelo discurso dos trabalhadores, que se limitaram a defender os objetivos do governo do qual se sentiam parte. Mais do que jornalistas profissionais, o Executivo precisava de militantes com habilidades jornalísticas, capazes de deslegitimar o discurso da mídia burguesa, divulgar o discurso revolucionário e defender os interesses da Revolução. Afinal, a imposição da *coletilla* foi uma tática de propaganda para minar a credibilidade da imprensa burguesa afrentada aos interesses da Revolução.

#### **4.9.3 Um jornalismo militante**

Moldada na tradição do jornalismo liberal dos Estados Unidos e aliada da burguesia e dos interesses estrangeiros, no olhar dos revolucionários, a mídia privada foi se tornando um obstáculo para conseguir que a maioria da opinião pública respaldasse a implementação de novas medidas que aprofundassem as mudanças econômicas, políticas e sociais. Assim sendo, os revolucionários necessitavam de um jornalismo que, em vez de acompanhar a Revolução, se tornasse seu instrumento: um jornalismo militante.

Partícipe do processo de transformação do modelo cubano de imprensa, o jornalista Ernesto Vera aponta que desde 1959, além de divulgar a propaganda do Governo e das organizações revolucionárias, a imprensa revolucionária cubana começou a desempenhar um papel chave na mobilização e organização das massas. Ao mesmo tempo, a imprensa devia contribuir para impulsionar, esclarecer e acelerar as mudanças sociais, se transformar a si mesma em sintonia com as mudanças executadas pelo poder revolucionário, assim como combater as campanhas os veículos reacionários, os quais, conforme Vera, eram disfuncionais ou incompatíveis com o modelo social que se construía (INFANTE; ABREU, 2007).

Ainda que a imprensa burguesa mantivesse uma postura crítica ou de aberta oposição perante determinadas medidas, políticas ou figuras do Governo, os revolucionários tiveram de ser mais engenhosos e pacientes, pois os métodos utilizados por Lenin e os bolcheviques para extinguir a mídia privada e oposicionista, não seriam viáveis, pelos menos a princípio, numa sociedade ocidental, de tradição liberal e num contexto caracterizado pela rejeição ao comunismo. De outra parte, o poder econômico da burguesia cubana e a presença de investimentos estadunidenses em setores que garantiam a vitalidade do país (transporte, comunicação, agricultura, mineração, refinação de petróleo, geração de energia, produção de alimentos, etc.); a clausura ou estatização por decreto da mídia privada teria sido o suicídio político de uma revolução que havia prometido o fim da censura de imprensa.

Em vez de fechar por decreto, criar tribunais de imprensa ou enviar censores oficiais aos jornais burgueses, num primeiro momento Fidel Castro (1959a) recomendou que o próprio povo castigasse “os intrigantes e caluniadores” boicotando os veículos que criticavam as políticas do Governo.

Não importa que nos ataquem com os mesmos direitos que conquistamos com tantos sacrifícios [...]. Mas não se esqueça que também temos o direito de nos defender e que nunca iremos censurar, mas aplicaremos algo pior que a censura, que é a anátema moral, a denúncia, a descaracterização perante o povo.

[...]

O boicote que eu recomendo ao povo é que não faça nenhum favor àqueles que estão mostrando suas más intenções, suas intenções covardes e suas mesquinhas intenções. O que recomendo ao povo é que não os leiam! (CASTRO F, 1959a, tradução nossa).

Talvez seja impossível determinar qual porcentagem da população cubana aderiu ao boicote convocado pelo líder da Revolução contra a imprensa privada. No entanto, é fato que os veículos revolucionários, os representantes das organizações revolucionárias, Fidel Castro e outros dirigentes se envolveram em embates com mídia burguesa.

Para confrontar as poderosas e experientes empresas midiáticas privadas, o Governo Revolucionário precisava da ajuda dos trabalhadores. À luz dos fatos documentados pelas publicações da época, seria possível sugerir que a exploração dos conflitos entre os sindicatos e os proprietários dos veículos de imprensa foi uma das táticas aplicadas por Fidel Castro para ganhar o apoio de uma parte dos trabalhadores da mídia privada. Na supracitada comemoração do Dia da Liberdade de Imprensa, Fidel Castro afirmou que o incumprimento do aumento salarial solicitado pelos trabalhadores da imprensa ao Governo havia sido resultado da falta de acordo entre os sindicatos e os donos dos veículos.

Num movimento para mostrar a empatia do executivo revolucionário, Castro reconheceu que os jornalistas faziam parte dos atingidos pela falta de justiça social e dos segmentos da sociedade que a Revolução redimiria. Assim sendo, os trabalhadores de imprensa deveriam se interessar para que o processo revolucionário não fracassasse. Se a contrarrevolução triunfasse, apontou, “você não só perderiam a liberdade de expressão, mas também os órgãos para expressar essa liberdade”. Para evitar esse desfecho, os jornalistas “têm de lutar a batalha junto conosco”, “esclarecer as consciências, sem se deixar levar por aquele complexo de que aquele defende o Governo Revolucionário é um bajulador, um sem-vergonha e um servo do poder” (LA REFORMA AGRARIA, 1959, p. 1A, tradução nossa).

Nessa reunião com os máximos dirigentes do grêmio jornalístico da época, Fidel Castro esboçou alguns dos princípios que condicionariam a conformação de um componente imprescindível para a legitimação do novo regime: o sistema midiático. Na hora em que Castro atrelou a sorte dos jornalistas ao destino da Revolução, foram estabelecidas as bases do vínculo orgânico entre os trabalhadores da mídia e o Governo Revolucionário.

A adesão de trabalhadores da imprensa à Revolução foi reafirmada no final de setembro de 1959, quando parte da equipe do *Información* interrompeu uma paralização de 24 horas, depois de escutar os argumentos do Ministério do Trabalho, para evitar que o protesto fosse capitalizado pelos setores nacionais e estrangeiros que já conspiravam contra o Governo Revolucionário (SUSPENDEN, 1959, tradução nossa). Além de usar seus próprios veículos nos embates simbólicos com a mídia burguesa, jornalistas e técnicos se tornaram cavalos de Troia dentro das redações, oficinas de impressão e os estúdios de rádio e televisão.

Todavia, um dos momentos mais significativos do processo de integração dos trabalhadores da imprensa com a Revolução ocorreu em 15 de dezembro de 1959, dia em que a Junta de Governo do Colégio Provincial de Havana decidiu constituir a milícia Félix Elmuza<sup>40</sup>, formada por jornalistas e coordenada por Tirso Martínez, Pedro A. Seuret e Manuel de Jesús Zamora (MARRERO, 2018). A milícia, integrada por 32 homens que recebiam treinamento militar, cuidava da segurança da sede do Colegiado Provincial e da Associação de Repórteres de Havana, e em janeiro de 1960 começou a vigiar os locais de diferentes publicações (VILLAESCUCIA, 2015). Durante o primeiro semestre desse ano, os milicianos desempenhariam um papel fundamental na ocupação dos grandes jornais privados.

---

<sup>40</sup> Félix Elmuza (1917-1956) foi jornalista e um dos 72 expedicionários, que junto a Fidel Castro, chegaram a Cuba em 2 dezembro de 1956 para iniciar a luta armada contra a ditadura de Fulgencio Batista. Elmuza foi capturado por efetivos da Marinha e assassinado em 8 de dezembro de 1956.

#### 4.9.4 A resignificação da liberdade: expurgos e instrumentalização

As intervenções dos jornais *Diario de la Marina* e *Prensa Libre*, em maio, a estatização do *Circuito CMQ*, em outubro, e o fechamento do periódico *Información*, em dezembro, significaram o fim da imprensa independente na Ilha e o enterro da liberdade de imprensa (FERNÁNDEZ CUENCA, 2015), conforme definida pelo liberalismo. No entanto, devemos reconhecer que o controle dos meios de produção simbólica era uma questão estratégica e imprescindível para a sobrevivência do projeto político de Fidel Castro.

Além da posse dos meios fundamentais de produção, a Revolução necessitava da mídia para consolidar sua hegemonia e legitimar o modelo social e o regime político que pretendia impor. A modificação do ecossistema midiático cubano não se limitou à estatização e socialização da totalidade de veículos privados. Além de confiscos e intervenções, a implementação da ideia do jornalismo militante exigiu uma transformação paradigmática, que incluiu a expulsão dos profissionais que não manifestassem apoio incondicional ao Governo Revolucionário, adequações nos cursos profissionalizantes de jornalismo e a resignificação da noção de liberdade imprensa.

Em janeiro de 1960, Fidel Castro havia sugerido a depuração do “jornalismo nacional” para que florescesse uma imprensa livre, pura e honesta (GARCÍA LUIS, 2008, tradução nossa). Durante a sessão da Junta de Governo do Colegiado Provincial de Jornalistas de Havana que, em 28 de maio de 1960, acordou o fim da *coletilla*, Antonio M. Maicas Domínguez, secretário jurídico do Colegiado Nacional, apresentou o projeto do Código Revolucionário de Sanções, concebido para a depurar o grêmio jornalístico e estabelecer regras que dignificassem a profissão (VILLAESCUCIA, 2015). Tal norma foi necessária porque os Estatutos do Colegiado de Jornalistas, o Código de Ética e o Regramento dos Conselhos Disciplinares eram insuficientes para punir com rigor os atos de corrupção e traição à pátria (MARRERO, 2018). O Código Revolucionário de Sanções visou à purificação do grêmio, porque, na opinião de Ortega (1989), a contrarrevolução começava com as palavras e continuava com as armas e a ação. Para esse autor, a contenção precoce de qualquer tentativa de divisão foi uma tarefa urgente e imprescindível.

O Código Revolucionário de Sanções foi aprovado pelo Colegiado Provincial de Jornalistas de Havana, em 25 de junho de 1960, e retificado pelo Colegiado Nacional, em 8 de julho desse ano. As novas regras previam a expulsão dos afiliados que mantiveram vínculos com o governo de Batista, integraram seus órgãos repressivos, colaboraram com a implantação da censura de imprensa e louvaram, na mídia, os crimes cometidos pela tirania. A participação como candidato a cargos nacionais, provinciais ou municipais, na eleição geral de 1958, convocada pela ditadura de Batista, foi outra transgressão punida pela norma. Além das faltas cometidas no passado, o Código de Sanções considerou como infrações graves a condenação em tribunais revolucionários, o apoio público e notório à

contrarrevolução, a inclusão na lista de processados pelo Departamento de Recuperação de Bens Malversados e a estadia no exterior por mais de um ano sem a permissão do Colegiado Nacional de Jornalistas (MARRERO,2018).

Os julgamentos dos processos disciplinares abertos em virtude do disposto no Código Revolucionário Sanções foram realizados pelo Tribunal Revolucionário de Sanções, instituído em 14 de julho de 1960, e presidido pelo jurista Pastor Valdés Sánchez e o fotojornalista Tirso Rodríguez (INFANTE, ABREU, 2007).

Durante a depuração do campo jornalístico foram processados e desligados do grêmio uns 200 profissionais. As expulsões atingiram figuras destacadas do jornalismo como Miguel Ángel Quevedo, José Ignacio Rivero, Jorge Zayas e Carlos Castañeda, diretores da *Bohemia*, o *Diario de la Marina*, o *Avance* e o *El País-Excelsior*, respectivamente. Também foram atingidos Sergio Carbó, Ulises Carbó e Humberto Medrano, diretores do *Prensa Libre*. Além de jornalistas, editores e diretores, o Tribunal determinou a expulsão de respeitadas intelectuais como Jorge Mañach, Leví Marrero, Francisco Ichaso, Gastón Baquero, Emeterio Santovenia e Herminio Portell Vilá, (MARRERO, 2018). Segundo Marrero (2018), o fato de “serem bons escritores, investigadores brilhantes, repórteres sagazes e audaciosos, bons oradores e comunicadores, foi insuficiente para terem espaço na nova sociedade”, erigida sobre “valores morais e éticos muito diferentes” (p.244, tradução nossa) daqueles que regeram o período histórico precedente.

Há indícios de que a depuração do grêmio jornalístico recebeu apoio de Fidel Castro. Para ele, os expulsos eram servidores dos interesses da elite que receberam a categoria de “grandes intelectuais” graças às universidades e à imprensa, enquanto essa mesma imprensa ignorava os líderes camponeses e operários honestos, e aos intelectuais revolucionários, de esquerda e progressistas. Esses intelectuais, apontou Castro, tiveram o dilema de escolher entre ficar ao lado do Governo Revolucionário, a Revolução, o povo cubano e o país; ou aderir às fileiras inimigas (CASTRO, 1961a).

Das palavras de Juan Marrero (2018) e de Fidel Castro (1961a) se infere que a depuração das fileiras do jornalismo profissional fez parte de um processo de desmontagem da velha vanguarda intelectual, que ocupava as principais esferas do espaço público nacional e cujo pensamento, embora influente, não estava alinhado totalmente com os rumos que a Revolução foi tomando.

Em paralelo ao processo de depuração do jornalismo, o Governo promoveu mudanças nos centros de formação de jornalistas profissionais. A Revolução precisava de jornalistas não só identificados com seus ideais, objetivos e métodos, mas melhor preparo político, ideológico e técnico. Assim, em março de 1960, o Ministério da Educação determinou a demissão do corpo docente da Escola Profissional de



Jornalismo “Manuel Márquez Sterling”<sup>41</sup>e criou uma comissão que elaboraria uma proposta de reestruturação desse centro profissionalizante que atendesse as exigências da nova etapa histórica. Euclides Vázquez Candela, colunista do jornal *Revolución*, foi nomeado delegado do ministro da Educação para dirigir a comissão também integrada por Elena Gils, supervisora do Ministério; Baldomero Álvarez Ríos, decano do Colegiado Provincial de Jornalistas de Havana; os jornalistas Enrique de la Osa, da revista *Bohemia*, e Carlos Franqui, diretor do *Revolución*. Com a nova estrutura, os graduandos não fariam estágio nos jornais burgueses, mas na redação do *Diario Libre*, propriedade do Ministério da Educação e dirigido por Vázquez Candela. (CESAN, 1960, p.1-2A).

Posteriormente, a Reforma Universitária de 1962 extinguiu as antigas escolas de jornalismo e entre 1963 e 1964, a preparação dos profissionais da imprensa foi assumida pela Escola de Ciências Sociais da Universidade Havana (UH) e pela Escola de Correspondentes de Imprensa de Santiago de Cuba, fundada em 1964 (BEAULIEU, 2013). No ano seguinte, como parte de uma nova reestruturação do sistema midiático, o curso de jornalismo foi restabelecido, dessa vez, na Faculdade de Letras da UH (ARENCIBIA; LÓPEZ, 2015).

Salado (2016) afirma que no início da década de 1960 houve vontade política para ignorar, ocultar e apagar o legado da etapa pré-revolucionária, nos campos da cultura, a história e o jornalismo. As contribuições da Escola Manuel Márquez Sterling foram desvalorizadas e os nomes dos profissionais que nela estudaram não foram mais evocados. As publicações do período anterior à Revolução eram qualificadas, porém não existia uma disciplina que, além de analisar a imprensa capitalista, propiciasse a formação de historiadores do jornalismo em Cuba. Afinal, “não se queria despertar a vocação pela retomada desse passado nem dos temas relacionados com a informação” (p. 161, tradução nossa).

A estatização e socialização da mídia privada suscitou questionamentos acerca da vigência da liberdade de expressão e de imprensa em Cuba. Ainda que ao longo de 1959 e parte de 1960, Fidel Castro tenha se referido a esses direitos em chave liberal, a construção do futuro regime político exigiria a ressignificação das liberdades civis e políticas, conforme as necessidades do processo revolucionário e para legitimar práticas como a subordinação política dos meios de comunicação ao Estado.

Correspondeu a Blas Roca, o secretário-geral do Partido Socialista Popular, a apresentação de uma alternativa à noção liberal de liberdade imprensa. Em 11 setembro de 1960, três dias antes da intervenção da *CMQ*, Roca palestrou sobre o conceito de liberdade em diferentes regimes políticos, no programa televisivo *Universidad Popular Seguindo Marx*, o dirigente criticou o carácter abstrato dos direitos

---

<sup>41</sup> Localizada em Havana e com reconhecimento oficial desde 1942, a Escola Márquez Sterling era a principal instituição de seu tipo no país. Emitia as habilitações a seguir: Jornalista Profissional, Jornalista Técnico Gráfico e Jornalista Técnico em Desenho Jornalístico (ARENCIBIA; LÓPEZ, 2015).

reconhecidos pelas constituições burguesas – a começar pela Constituição francesa de 1791 – e explicou que a sintonia entre os interesses individuais e a defesa da Revolução era necessária para se sentir livre no novo modelo social que se construía. Para o dirigente comunista, a substituição da compreensão liberal da liberdade pela marxista-leninista não era um gesto voluntarista, mas resultado do conhecimento adequado das leis que regem o desenvolvimento histórico das sociedades (ROCA, 1960) e postulam a inevitabilidade da transição para o socialismo (MARCUSE, 1975).

Baseado na concepção leniniana, Blas Roca (1960, p. 2, tradução nossa) afirmou que nas sociedades capitalistas modernas, a liberdade de imprensa dependia do acesso e controle de instalações e tecnologias que só os ricos podiam financiar e, portanto, “apenas os imperialistas, os latifundiários e os capitalistas podiam exercer a liberdade de expressão”, já que a eles pertenciam as grandes gráficas e mídia impressa e eletrônica, assim como os estúdios e salas cinematográficas. O político reforçou ainda que no capitalismo apenas a classe exploradora podia contratar os melhores escritores e publicitários para “apresentar às pessoas da maneira mais atraente e enganosa, o que eles desejam que as pessoas acreditem e pensem”.

No anterior, se evidenciou a influência do paradigma informacional, então dominante, no entendimento do dirigente comunista sobre o funcionamento da mídia. Segundo ele,

Jornais, cinemas, emissoras de rádio e televisão ficam assim, sob o controle de grandes empresas e grandes anunciantes, uma máquina gigantesca para enganar o povo, os trabalhadores e os camponeses, para informá-los falsamente do que está acontecendo, para esconder a verdade sobre a exploração imperialista, capitalista e latifundiária, espalhar preconceitos, criar fantasmas, desviar a atenção das pessoas das suas misérias e atordoá-las com falsas alegrias, idílios e novelas sem conteúdo social (ROCA, 1960, p.2, tradução nossa)

Diferentemente da liberal, para Blas Roca, a liberdade de imprensa revolucionária sim refletia a verdadeira expressão do pensamento do povo e acrescentou que a “revolução permitiu o florescimento de uma imprensa nova”, que além de informar a verdade, “tinha provocado o início do declínio e a extinção, aos poucos, da liberdade de imprensa imperialista e oligárquica, da liberdade de mentir, caluniar e confundir”. Ainda segundo ele, a “liberdade a imprensa revolucionária” daria ao povo de Cuba a liberdade de “saber a verdade” e “de não ser enganado nem confundido pelos imperialistas, contrarrevolucionários e seus embusteiros”; de formar “opiniões mais objetivas e corretas”, necessárias para tomar decisões com mais conhecimento e liberdade. A divulgação dessa verdade nos veículos a Revolução já controlava, contribuiria para a conscientização política das massas e o fortalecimento do Governo Revolucionário (ROCA, 1960, p. 5, tradução nossa).

No turbilhão das transformações revolucionárias, as denúncias sobre a eliminação da liberdade de imprensa na Ilha, após a intervenção dos principais periódicos privados e o exílio de seus proprietários, só pretendiam “servir os inimigos da soberania nacional, da reforma agrária, da industrialização e do progresso de Cuba”, conforme Blas Roca. No olhar do veterano dirigente, o que os defensores da “liberdade de imprensa geral” objetivavam era a liberdade para divulgar propaganda a favor da volta da tirania, da subordinação aos Estados Unidos, do latifúndio e da anulação de todas as conquistas revolucionárias. Daí que os comunistas rejeitassem uma noção liberal de liberdade de imprensa que equivalia à escravização do povo cubano (ROCA, 1960, p. 2, tradução nossa).

Em geral, a palestra de Blas Roca foi uma paráfrase de algumas ideias de Marx e Lenin sobre a liberdade. No nosso olhar, a intervenção televisiva do líder máximo do Partido Socialista Popular pode ter cumprido os objetivos a seguir: defender a pertinência e legitimidade do confisco da mídia privada, demonstrar que naquelas circunstâncias a liberdade de imprensa de viés liberal era ilusória e contrarrevolucionária; assim como apresentar uma noção de liberdade, a marxista-leninista, para substituir a liberal. Ao mesmo tempo, a presença de Roca na televisão nacional e o tema abordado em sua palestra, denotam o avanço dos comunistas e seu ideário nas fileiras da Revolução e foi o prelúdio da instrumentalização dos direitos humanos, a educação, a arte e a comunicação social, em função dos objetivos definidos pela vanguarda revolucionária. Como na União Soviética, o regime socialista que já se anunciava para Cuba, estabeleceria que disciplina, incondicionalidade, combatividade, otimismo e envolvimento nas tarefas designadas pelo Estado seriam valores fundamentais dos homens e mulheres socialistas.

Seis meses depois da palestra de Blas Roca na televisão, em 25 de março de 1961, Fidel Castro (1961) esboçou algumas das características fundamentais que teria o modelo midiático estatal que seria institucionalizado. Castro reconheceu a existência de limites o exercício do direito à comunicação ao afirmar que às vezes o Governo Revolucionário solicitava para que a imprensa não divulgasse informações que podiam prejudicar a defesa do país e ainda salientou que os “interesses do jornal devem se subordinar aos interesses da Revolução”, mas sem sacrificar a variedade, o estilo e as características de cada publicação. Na ocasião, o líder máximo advertiu que naquele momento tudo devia se subordinar a luta contra o inimigo imperialista e salientou que “essa exortação vai dirigida muito especialmente aos companheiros do jornalismo”, pois são eles os responsáveis de informar e orientar o povo.

Nessa tarefa, o papel da mídia radiofônica, televisiva e escrita seria fundamental. Fidel orientou a divulgação de matérias ajudassem a economia, a formação cultural e de uma consciência revolucionária no povo; assim como a apresentação dos fundamentos, razões e justiça da Revolução. Além do anterior, a mídia não seria uma arena de debate, mas teria a tarefa de desacreditar os inimigos da Revolução e seus argumentos. “Com todos os meios de divulgação das ideias em mãos da Revolução”, afirmou

Castro, “podemos colocar toda essa força formidável a serviço da formação de uma forte consciência revolucionária do povo” (CASTRO, 1961a).

Para que a mídia concretizasse com sucesso seus objetivos, seria necessária a coordenação entre todos os veículos e destes com as campanhas de propaganda dirigidas à opinião pública. Ao mesmo tempo, era imprescindível melhorar a interligação entre a mídia e os órgãos governamentais, principais fontes de informação do jornalismo. A mídia também precisava abandonar a competição pela exclusividade dos conteúdos publicados para se focar na conquista da confiança da opinião pública, através da qualidade das matérias. De outra parte, a televisão se tornaria um meio de divulgação cultural e educativo (CASTRO, 1961a).

**Figura 10 – Nota sobre homenagem ao jornal Revolución**



Fonte: *Noticias de Hoy*. Capa de 26/03/1961. Biblioteca Digital del Caribe

Em síntese, Fidel Castro defendeu a necessidade de jornalistas e de um jornalismo profissional melhor articulado com as necessidades e urgências do processo revolucionário. Ainda que o jornalismo tenha sido desvinculado dos interesses capitalistas, a instrumentalização dessa profissão a tornou uma mera ferramenta a serviço privativo do poder político revolucionário.

De acordo com a jornalista cubana Minerva Salado, para cumprir as orientações de Fidel Castro, “o jornalismo deixaria de ser um negócio para se tornar uma ferramenta do poder único, central”. No entanto, por causa “do tratamento exclusivamente apologético dos temas, da seleção deles pelo Estado e da linguagem que se generalizou, essa ferramenta deixou de ser jornalismo e se converteu em simples propaganda” (SALADO, 2016, p. 35, tradução nossa).

#### 4.9.4 Dentro da Revolução [do Estado], tudo: os limites da liberdade

Apesar de sua vinculação orgânica com o Governo, a mídia manteve um certo grau de autonomia (FRANQUI, 1981). Os jornais *Revolución*, *Combate* e *Hoy* eram dirigidos pelo M-26-7, o Diretório Revolucionário e o Partido Socialista Popular, nessa ordem (MARRERO, 2018). Embora todas fossem organizações revolucionárias, seus veículos não deixaram de exprimir as divergências ideológicas e políticas entre elas, especialmente, no que se relacionava com o modelo socialista que Cuba deveria adotar, a estrutura do novo sistema político e o modelo econômico. Enquanto o M-26-7 e o Diretório Revolucionário defendiam a construção de um modelo próprio, original e autóctone, os comunistas advogavam pela adaptação do modelo soviético às condições específicas do país.

Fundado em 23 de março de 1959, o semanário cultural *Lunes* foi uma das publicações mais emblemáticas da Revolução. Sob a direção dos renomeados escritores Guillermo Cabrera Infante e Pablo Armando Fernández, *Lunes de Revolución* (LR) circulava às segundas-feiras como encarte do jornal *Revolución* e, em poucos meses, se converteu num centro de divulgação cultural ao atrair intelectuais, escritores e artistas progressistas, porém críticos do marxismo-leninismo e da política cultural da União Soviética. (MISKULIN, 2002). A diversidade de concepções sobre a arte e cultura que convergiam no *Lunes*, assim como sua rejeição dos postulados do realismo socialista soviético o tornou um dos epicentros das polêmicas políticas, ideológicas e estéticas entre integrantes de organizações e grupos de intelectuais envolvidos com o processo revolucionário (MISKULIN, 2003).

Contudo, a censura do documentário *PM*, dirigido Sabá Cabrera Infante e Orlando Jiménez Leal, foi fato que acirrou a disputa entre os integrantes de *Lunes*, a velha guarda do Partido Socialista Popular e o intelectual comunista Alfredo Guevara, diretor do Instituto de Cinema. O curta foi apresentado na *TV Revolución*, mas a Comissão de Estudo e Classificação de Filmes proibiu sua exibição em salas de cinema após considera-la “nociva aos interesses do povo e sua Revolução” (CABEZAS, 2012. p. 68, tradução nossa).

Enquanto *Lunes* condenava a censura de *PM*, Alfredo Guevara assegurou que o filme mostrava o “pior dos mundos” (prostituição, o alcoolismo, o tráfico de drogas e o lumpemproletariado) e, portanto, era “inadmissível e incompatível com a sua visão de cinema revolucionário”. Por sua parte, a escritora Mirta Aguirre, que tinha uma coluna sobre cinema no jornal *Hoy*, considerou que o curta era, simplesmente, uma peça contrarrevolucionária (MISKULIN, 2002, p. 83).

A censura do documentário *PM* provocou uma polêmica que se estendeu durante semanas. Além de artigos na imprensa, em torno de duzentos intelectuais e artistas assinaram uma declaração que pedia o término da censura. Os debates sobre quais deveriam ser os princípios reitores da política cultural da Revolução cubana atingiu um nível tão alto, que o Governo acreditou que a unidade do campo cultural revolucionário estava sob ameaça. Na tentativa de conter as desavenças, Fidel Castro, no encerramento

do último de três encontros com artistas, intelectuais e dirigentes de instituições culturais, pronunciou suas famosas *Palavras aos intelectuais* (MISKULIN, 2002; PEDEMONTE, 2017), em 30 de junho de 1961.

Na ocasião, o líder da Revolução esboçou os limites da liberdade criativa dos artistas e intelectuais e sugeriu que o grau de liberdade de cada um decorreria da sua identificação com os princípios, a ideologia e as políticas do governo revolucionário. Aqueles que apoiavam incondicionalmente a Revolução perceberiam maiores possibilidades para desenvolver seu trabalho, enquanto as restrições e limites da liberdade seriam o centro das preocupações dos que não estivessem dispostos a dar tudo pela Revolução. Fidel Castro classificou os artistas e intelectuais em três grupos: a) os revolucionários caracterizados pela sua disposição a sacrificar até a vocação artística pela Revolução; b) os que não se sentiam revolucionários, porém eram honestos e estavam dispostos a acompanhar e ajudar a Revolução sem abrir mão da liberdade criativa e expressiva para satisfazer as diretrizes do governo, e c) os incorrigivelmente contrarrevolucionários, e advertiu que com esses últimos não haveria possibilidade de diálogo (CASTRO, 1961b).

**Figura 11– Cena do documentário ‘PM’**



Fonte: Documentário ‘PM’; Orlando Jiménez e Sabá Cabrera Infante, 1960

Na sequência, Castro definiu, como se mostra a seguir, os critérios de inclusão – exclusão que regularam as políticas cultural e de comunicação social do Estado e Governo cubanos.

(...) dentro da Revolução, tudo; contra a Revolução, nada. (...), porque a Revolução também tem seus direitos; e o primeiro direito da Revolução é o direito de existir. E acima do direito da Revolução de ser e existir,

ninguém - porque a Revolução entende os interesses do povo, porque a Revolução significa os interesses de toda a nação -, ninguém pode reivindicar com razão um direito contra ela (CASTRO, 1961b, tradução nossa).

Nesse brevíssimo, mas potente parágrafo, Fidel Castro estabeleceu a primazia dos direitos do Estado perante os direitos de expressão e criação dos artistas e intelectuais. A Revolução foi transformada num sujeito de direito que estabelece uma relação hierárquica com a sociedade e os indivíduos. A historiadora Silvia Miskulin (2009) salienta que a partir das *Palavras aos intelectuais*, a liberdade de expressão dos artistas e escritores cubanos começou a ser limitada pelos parâmetros indicados no supracitado parágrafo, que aliás, não esclarece o que significa estar dentro ou fora da Revolução.

Num dos trechos menos referenciados, Fidel legitima a censura como um direito do Governo Revolucionário. Segundo ele, o cinema e a televisão eram “meios fundamentais e importantíssimos” para a “educação” e a “formação ideológica do povo” e por causa disso, o Executivo poderia exercer suas prerrogativas para “regular, revisar e fiscalizar os filmes que se exibam ao povo”. Nesses argumentos de viés autoritário-paternalista, o dirigente concebe o povo, não como o sujeito da revolução, mas como o objeto dela, e adverte que aqueles que não atuassem pensando no povo, definido como “grande massa explorada” que espera para ser redimida, careciam de “atitude revolucionária” (CASTRO, 1961b, tradução nossa).

Pelo menos alguns aspectos foram reivindicados por Fidel Castro: o controle estatal da mídia, a pertinência da censura e a necessidade de que os profissionais das artes e da comunicação fossem militantes da Revolução. O entendimento instrumentalista da arte, a mídia e da liberdade de expressão que Castro demonstrou naquela reunião, denota a relação entre *Palavras aos Intelectuais* e a palestra ministrada por Blas Roca, em setembro de 1960, sobre o conceito marxista-leninista da liberdade.

Conforme Martínez Heredia (2016), a primazia dos direitos da Revolução implicou o “direito de controlar a atividade intelectual e a liberdade de expressão em tudo sempre que necessário” (p. 72). No tanto, as limitações desse direito, deixaram de ser conjunturais e se tornaram inerentes ao regime político cubano, devido, dentre outros fatores, à preservação do Estado e da imagem positiva do governo, o assédio constante dos Estados Unidos, e a adoção do modelo social soviético e do marxismo-leninismo como ideologia de Estado.

Embora girasse em torno aos atritos do mundo da cultura, *Palavras aos intelectuais* ainda remete aos desafios dos dirigentes cubanos para lidar com o dissenso ideológico, estético e político. Como dito, o bordão “Dentro da Revolução, tudo; contra a Revolução, nada”, repercutiu para além do campo cultural

e mediático e se tornou “um princípio geral para todos os cidadãos” e “um princípio fundamental da Revolução” (CASTRO, 1961b, tradução nossa).<sup>42</sup>

#### **4.9.5 Um quinquênio cinza: soviétização e institucionalização da censura**

Durante o ato fundacional do PCC Fidel Castro anunciou, em tom triunfalista, que

Uma nova época surge inteiramente na história de nosso país, uma forma diferente de sociedade, um sistema diferente de governo; o governo de um partido, integrado pelos melhores trabalhadores, formado com a plena participação das massas, para poder dizer (...) que é a representação dos trabalhadores na nossa democracia operária e revolucionária. E será mil vezes mais democrático que a democracia burguesa, porque caminharemos para formas administrativas e políticas que implicarão uma participação constante nos problemas da sociedade, das massas, através das organizações apropriadas, através do Partido, em todos os níveis (CASTRO, 1965, tradução nossa).

No entanto, o histórico da Revolução cubana e do regime político que dela resultou demonstram que a democratização política se tornou um horizonte, uma promessa que, conforme o marxismo soviético, se só concretizaria quando socialismo o modelo dominante no mundo. Ao se formalizar a fusão do Partido, o Governo e o Estado, as tênues linhas que separavam as funções políticas das administrativas, e o âmbito civil do militar foram praticamente apagadas (FERNANDES, 1979). Desde 1965, o modelo de partido único iria aperfeiçoando os mecanismos de disciplinamento e controle político da militância e cidadania e promulgaria o marxismo-leninismo como a ideologia do Estado (ROJAS, 2015, GUANCHE, 2013). Nessa etapa, uma pequena parte dos dirigentes políticos que integravam as estruturas de direção do PCC, assumiram o controle dos órgãos estatais e em consequência disso, a centralização e burocratização das decisões aumentariam, assim como o cerceamento das liberdades de expressão, criação e participação na arena cultural (MISKULIN, 2009) e em todas as esferas que conformavam o espaço público, incluindo a mídia.

O assassinato de Che Guevara, em outubro de 1967, assinalou a derrota dos movimentos guerrilheiros em vários países latino-americanos e obrigou a repensar a factibilidade da luta armada em prol do socialismo e forçou a readequação da estratégia de relações internacionais da Revolução cubana, incluindo uma paulatina e discreta aproximação com o Kremlin. Assim, a vontade de requestrar as

---

<sup>42</sup>Apesar ou por causa de sua ambiguidade, até hoje, a supracitada expressão de Fidel Castro tem sido interpretada e aplicada de forma discricionária, inclusive contrariando as leis, para excluir da comunidade política e do espaço público indivíduos considerados contrarrevolucionários. Nesse parágrafo se inspiraria cinquenta e oito anos depois, a Política de Comunicação Social do Estado e do Governo cubanos, que apresentaremos mais adiante.



relações de cooperação com Moscou, um gesto mais pragmático do que ideológico, se evidenciou no apoio do Governo cubano à invasão soviética na Checoslováquia, em 20 de agosto de 1968. Para os dirigentes cubanos, a sobrevivência da Revolução estava acima do processo de reformas políticas e econômicas que impulsionava o Alexander Dubcek, líder do Partido Comunista checoslovaco, no intuito de estabelecer um “socialismo com rosto humano” (FRANCIA, 2018).

Em março desse ano, Fidel Castro tinha anunciado a erradicação definitiva da propriedade privada e durante a chamada Ofensiva Revolucionária estatizou os pequenos empreendimentos individuais e familiares, incluindo lojas, bares, lanchonetes, barbearias, salões de beleza e até as oficinas de consertos de eletrodomésticos, roupas e sapatos. Por meio da estatização o Governo pretendeu acelerar a marcha rumo ao comunismo, mas na prática o Estado se tornou o empregador absoluto, aumentando seu controle sobre a vida dos cidadãos (FORNET, 2013; ROJAS, 2015).

As próprias estatísticas oficiais mostravam os efeitos negativos da política econômica idealista e voluntarista implementada durante a primeira década da Revolução.<sup>43</sup>

Ciente da necessidade de atingir um desenvolvimento econômico autossustentado que garantisse a independência política do país perante a União Soviética e pressionado pela queda dos principais indicadores econômicos, desde 1969 o Governo Revolucionário mobilizou milhares de trabalhadores em função do aumento da produção de café e de açúcar de cana. Em 1960 o país produziu 42 mil toneladas de café e em 1970, apesar da mobilização da população, foram produzidas apenas 20 mil toneladas do grão. A mobilização de quase a totalidade da força de trabalho disponível no país, a paralização de setores importantes para que seus operários fossem a plantar e cortar cana, junto com milhares de voluntários, não foram suficientes para atingir os 10 milhões de toneladas de açúcar, na safra de 1970 (FORNET, 2013; ROJAS, 2015).

À beira do colapso econômico do país, em dezembro de 1970, uma delegação ministerial cubana, dirigida pelo vice-presidente Carlos Rafael Rodríguez, chegou a Moscou para constituir a Comissão Cubano-Soviética de colaboração econômica, científica e tecnológica. Dessa forma, Cuba dava os primeiros passos para se incorporar à comunidade de países socialistas. O ingresso da Ilha no Conselho de Assistência Mutua Econômica (CAME), em 1972, concretizou a entrada da ilha caribenha no bloco soviético. Iniciava-se assim uma nova etapa caracterizada pela dependência econômica e o alinhamento ideológico e político com a União Soviética.

---

<sup>43</sup>O valor do produto social global que oscilou entre 4% e 7.3% no primeiro quinquênio da década de 1960, em 1968 estava em 1.6% e atingiu menos 1.3%, em 1969. Entre 1962 e 1969, o déficit comercial foi de menos 12.3 para menos 555 milhões de dólares. Nesse último ano, a produção de açúcar de cana, principal produto de exportação, não superou as 5 milhões de toneladas, sendo que meta fixada foi 10 milhões de toneladas até 1970 (ROJAS, 2015)

Junto com transferência de combustíveis e tecnologia, "a relação privilegiada" entre Cuba e a União Soviética trouxe "instituições e ideias" (ROJAS, 2015, p. 173, tradução nossa). A nova reorganização, inspirada no modelo soviético, se evidenciou nos resultados do Primeiro Congresso de Educação e Cultura. Realizado em abril de 1971, a reunião foi um marco na política cultural do Estado socialista. As resoluções aprovadas pelos 1800 delegados presentes no evento estabeleceram as bases da sovietação do sistema nacional de ensino e do campo cultural, assim como das normas que orientariam o comportamento da intelectualidade e juventude cubanas (FORNET, 2013; MISKULIN, 2009; ROJAS, 2015).

As diretrizes adotadas no conclave estavam perpassadas pela ideologia oficial do Estado, formulada à luz do marxismo-leninismo ortodoxo e atrelada à linguagem e retórica discursiva dos dirigentes soviéticos e das burocracias governantes nos países do bloco socialista. Depois de uma década em que grande parte do campo intelectual cubano rechaçou a instrumentalização da produção cultural, a política definida naquele congresso determinou que as manifestações artísticas e literárias eram armas da Revolução (ROJAS, 2015).

A arte e a literatura assumiram uma função pedagógica e se transformaram-se, na maioria dos casos, em veículo de propaganda do governo, com o objetivo de educar as massas na construção do socialismo e 'homem novo'. Dentro dessa lógica, condenava-se a produção crítica que revelava aspectos negativos da sociedade e se incentivava as intervenções não críticas ou mesmo apologéticas, ao mostrarem apenas o lado positivo da realidade (MISKULIN, 2009, p. 249).

Durante o discurso de encerramento do congresso Fidel Castro (1971) expressou que "independentemente do nível mais ou menos técnico para escrever, com mais ou menos imaginação, nós, como revolucionários, valorizamos as obras culturais de acordo com os valores que elas têm para o povo". "Nós", continuou Fidel, "valorizamos as criações culturais e artísticas a partir da sua utilidade para o povo" e concluiu "que não pode haver valor estético contra a justiça, contra o bem-estar, contra a libertação, contra a felicidade humana".<sup>44</sup>

As resoluções do congresso definiram que os meios de comunicação de massa como "poderosos instrumentos de formação ideológica e criadores da consciência coletiva". Sob a orientação da política cultural do Estado e baseada no marxismo-leninismo, a mídia deveria contribuir para a educação das massas, incentivar o conhecimento da história, a cultura e a identidade nacionais (RESOLUÇÃO, 1980

<sup>44</sup>Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, primer secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y primer ministro del Gobierno Revolucionario, en la clausura del Primer Congreso Nacional de Educación y Cultura. 30 de abril de 1971. Disponível em: <shorturl.at/izDJZ>. Acesso em: 4 fev. 2022.

apud MISKULIN, 2009). A declaração final do evento apontou que a escolha dos trabalhadores das “instituições superestruturais”, como universidades, meios de comunicação, instituições literárias e artísticas, deveria levar em conta “as qualidades políticas e ideológicas” dos aspirantes, pois “o trabalho deles influi diretamente na implementação da política cultural da Revolução” (DECLARAÇÃO, 1971).

**Figura 12– Declaração do I Congresso Nacional de Educação e Cultura**



Fonte: *Bohemia*, 07/05/1971, p. 44. Biblioteca Digital del Caribe

Dentre as mudanças propostas para o campo educacional destacamos a generalização do ensino da doutrina marxista-leninista, difundida nos manuais editados pela Academia de Ciências da União Soviética. As resoluções do Congresso de Educação e Cultura e as adotadas no I Congresso do PCC, orientaram uma reforma do sistema educacional que implantou “as instituições, metodologias e valores distintivos da pedagogia e psicologia soviéticas” (ROJAS, 2015, p. 175, tradução nossa).

A redução das correntes marxistas à versão russo-soviética impactou negativamente à docência universitária e à pesquisa acadêmica, especialmente, no âmbito das ciências sociais. (ALONSO, 2009). Os estudos históricos foram substituídos pela disciplina História do Movimento Operário e Comunista. A graduação em Sociologia foi encerrada e seu lugar foi ocupado pelo curso de Materialismo Dialético (GARCÍA LUIS, 2013). Com essas mudanças no ensino superior, as complexidades dos processos históricos à luta de classes e ao confronto entre capitalismo e socialismo. Nesse período, foram assinados convênios acadêmicos para que jovens cubanos aproveitassem cursos de graduação e pós-graduação em

programas de filosofia e ciências sociais, ofertados por instituições da União Soviética e de outros países do campo socialista (ALONSO, 2009).

A nova política cultural também visava à erradicação de certas manifestações de extravagância e exibicionismo em segmentos minoritários da juventude, pois atentavam, segundo o Estado, contra a unidade ideológica do povo. Tais manifestações incluíam a escuta de grupos musicais estrangeiros, cuja rebeldia, no contexto cubano, significava um gesto de contestação à Revolução. Se chegou ao absurdo de tentar regulamentar a forma de vestir dos jovens para impedir a entrada de tendências oriundas de países capitalistas desenvolvidos e evitar a dependência cultural (MISKULIN, 2009).

De outra parte, os preconceitos e a intolerância enraizados na sociedade cubana perpassavam as ideias debatidas no congresso (ALONSO, 2009) e no discurso do próprio Fidel Castro. Os documentos finais delinearam a uma política pública de enfrentamento à religião, notadamente as de matriz africana, que foram associadas a condutas criminosas e antissociais (RESOLUÇÕES, 1980 *apud* MISKULIN, 2009). O congresso também institucionalizou a repressão contra artistas, intelectuais e professores que fossem ou parecessem homossexuais, orientando o seu afastamento de todos os níveis e tipos de ensino, em razão do dano que essa “aberração” ou “patologia social” poderia causar na formação dos jovens e pela incompatibilidade dessa “atividade antissocial” com o arquétipo do homem novo que a construção do socialismo precisava (MISKULIN, 2009, p. 229).

Ao resumir a transcendência do I Congresso de Educação e Cultura de 1971, o historiador Rafael Rojas (2015) destaca que nesse evento foram estabelecidas algumas das premissas ideológicas e culturais que seriam adotadas no I Congresso do PCC, realizado em 1975.

O ‘diversionismo ideológico’ e todas as formas possíveis de ‘revisionismo’ foram condenados, englobando nessas categorias todo o pensamento, a literatura e as ciências sociais atribuídas ao liberalismo, o conservadorismo ou mesmo o marxismo e o socialismo heterodoxos ou críticos da URSS e os regimes da Europa Oriental. A perseguição do “esnobismo, a extravagância, homossexualidade e outras aberrações sociais”; o ‘ateísmo científico’ e a estigmatização de todas as práticas religiosas também se tornou política de Estado. (ROJAS, 2015, p.174, tradução nossa, grifos do autor).

Esses critérios, assegura Rojas (2015, p. 174, tradução nossa, tradução nossa), “serviriam de referência para as arbitrariedades cometidas em nome da ideologia e fizeram com que no campo cultural os anos imediatos fossem lembrados como o *quinquênio cinzento*” (1971-1975), termo criado pelo escritor Ambrosio Fornet. No entanto, estudiosos como Desiderio Navarro (2002) afirmam que o período crítico caracterizado pela repressão contra os intelectuais abarcou de 1968 a 1983.

Para o sociólogo Aurelio Alonso, “a virada dos anos setenta no campo do pensamento”, não significou, propriamente, o triunfo dos defensores do marxismo soviético na polêmica com os pensadores marxistas heterodoxos. Segundo ele, o que realmente aconteceu foi um fechamento “dos espaços polêmicos e a homologação dos padrões teóricos em apenas uma posição que sempre existiu, mas que agora se tornou única e oficial ao mesmo tempo”. Embora já existissem grupos que defendiam a visão soviética do marxismo e do socialismo, a entrada de Cuba no COMECON, em 1972, criou o contexto “da unificação ideológica interna” (ALONSO, 2009, p. 231, tradução nossa).

A padronização ideológica imposta após o Congresso de Educação e Cultura, provocou o estreitamento do espaço público e a instrumentalização da produção artística e literária. Da subordinação do intelectual à política cultural dependia sua inclusão ou exclusão da comunidade política. O fechamento da conceituadíssima revista teórica *Pensamento Crítico* e do Departamento de Filosofia, uns meses depois do congresso, encerrou mais um ciclo de grandes debates intelectuais e teóricos, que visibilizaram os diferentes marxismos envolvidos na Revolução cubana. Os integrantes da equipe da revista, alguns deles professores do citado departamento, foram afastados da docência e de veículos acadêmicos que promoviam debates teóricos (ALONSO, 2009; KOHAN, 2006).

De acordo com Fonet (2013), “a adesão econômica e politicamente ao modelo soviético” foi “uma das maiores ironias do processo revolucionário cubano”, já que “entrou, sem saber, na lógica ocidental da qual pretendia fugir” (p. 32).

Se durante os anos 60, de uma ou outra forma, Cuba tentou seguir os seus próprios caminhos para o seu desenvolvimento, o fracasso dessas experiências a levou a aderir ao projeto de modernizador soviético, que pode ser entendido - conforme assinalou Susan Buck Morss - como a culminação do processo de expansão da hegemonia científica e cultural iniciado com a expansão colonial europeia (FORNET, 2013, p. 32, tradução nossa).

Ao comentar a repercussão do I Congresso de Educação e Cultura no campo do jornalismo, Julio García Luis aponta que os veículos noticiosos faziam parte de um setor mais próximo do poder político, militante e disciplinado, o que teria facilitado, com apoio de jornalistas e quadros políticos profissionais, a introdução de formas de gestão similares às do sistema midiático soviético. No entanto, o pesquisador esclarece que, mesmo em meio do processo de sovietação, o jornalismo cubano não “importou acriticamente o modelo soviético”. A soma das novas políticas governamentais e partidárias e a importação de estruturas e métodos de administração, foi o que realmente aproximou o modelo cubano de imprensa do existente na União Soviética (GARCÍA LUIS, 2013, p. 115, tradução nossa).

Não obstante, já no início da década de 1970, o sistema de imprensa instituído em 1965, começou a evidenciar suas falhas (GARCÍA LUIS, 2013), um fato reconhecido até por Fidel Castro durante encontro informal com estudantes de jornalismo da Universidade de Havana, em 15 de outubro de 1970. Segundo a reportagem publicada pelo jornal estudantil *Despegue*, ao responder os questionamentos dos estudantes sobre a falta de informação, a monotonia e os déficits da mídia estatal, o líder da Revolução expressou:

É verdade que os nossos jornais são deficientes em informação (...) é muito difícil fazer jornalismo dentro da Revolução, às vezes é uma bagunça tremenda porque ainda não sabemos o que é o jornalismo dentro da Revolução. Nós próprios não temos definido esse problema (CASTRO, 1970 *apud* SALADO, 2015, p.56, tradução nossa).

Noutro trecho do diálogo com os estudantes, Fidel reconheceu que os dirigentes ainda precisavam “descobrir qual é a função do jornalismo no socialismo e apontou que uma das causas dos problemas do modelo midiático cubano era o despreparo de muitas pessoas, incluindo os servidores públicos e os jornalistas para o exercício da crítica (CASTRO, 1970 *apud* SALADO, 2015, p.56).

Dezoito anos após o triunfo da Revolução cubana, Fidel Castro afirmou, durante uma entrevista com a repórter estadunidense Barbara Walters, que em Cuba não se permitiria a existência de periódicos contrários ao socialismo e explicou como ele e seu governo definiam a liberdades de imprensa:

P: Seus jornais, rádio, televisão e cinema estão sob controle do estado.... Por que não permitir a dissidência nos jornais ou um jornal da oposição?

R: Nosso conceito de liberdade de imprensa não é igual ao de vocês... A nossa mídia de massa serve à revolução. Enquanto a revolução se desenvolver, enquanto existir hostilidade contra Cuba, enquanto houver uma contrarrevolução apoiada pelos Estados Unidos e enquanto existir esta luta, não permitiremos nenhum jornal que vá contra a revolução. E, além disso, quem pagaria por isso? Será que a CIA? (WALTERS, 1977, tradução nossa).

Como Lenin, Fidel Castro legitimou a instrumentalização do direito à comunicação dos cidadãos e da mídia estatal em função dos objetivos políticos e da preservação do modelo social que a Revolução cubana instaurou em Cuba e nunca abriu mão dessa ideia, como ele mesmo explicou para o jornalista Ignacio Ramonet, na primeira metade dos anos de 2000.

P: Esse desejo de fazer uma crítica responsável poderia chegar a autorizar a liberdade de imprensa que muitos exigem?

R: Se você chama de liberdade de imprensa o direito da contrarrevolução e dos inimigos de Cuba de falar e escrever livremente contra o socialismo e contra a Revolução, eu diria que não somos a favor dessa "liberdade". Enquanto Cuba for um país bloqueado pelo império, permanentemente atacado, vítima de leis iníquas como a Helms-Burton ou a Lei do Ajuste Cubano, um país ameaçado pelo próprio presidente dos Estados Unidos, não podemos dar essa "liberdade" aos aliados de nossos inimigos cujo objetivo é lutar contra a razão de ser do socialismo (RAMONET, 2005, 254, tradução nossa).

Mais adiante Ramonet perguntou se uma mídia livre seria incompatível com a Revolução e Fidel respondeu o seguinte:

Fala-se de “liberdade de expressão”, mas na realidade o que se defende fundamentalmente é o direito à propriedade privada dos meios de comunicação de massa. Aqui em Cuba, posso dizer francamente, não há propriedade privada da mídia de massa. Mas as diferentes organizações de massas têm os seus próprios meios: os estudantes têm os seus, os operários, os sindicatos, os camponeses, até os militares. Cada um tem sua fonte de informação, e acredite publicam com muita liberdade o que acham conveniente publicar (RAMONET, 2005, 254, tradução nossa).

Portanto, o Comandante da Revolução cubana, que em 1959 levantou a censura de imprensa imposta pela ditadura de Batista e defendeu as liberdades de expressão e de imprensa como valores inerentes da democracia, deixou claro que a existência de meios de comunicação independentes do Estado e das organizações sociais paraestatais era incompatível com regime político vigente em Cuba.

#### **4.10. Os instrumentos de luta ideológica**

As teses e resoluções sobre os "meios de difusão", adotadas no I Congresso do PCC, orientaram a implantação definitiva da concepção marxista-leninista sobre a função de imprensa numa sociedade socialista. Os meios de comunicação foram definidos como órgãos do Partido, do Estado, das organizações sociais e de massas, assim como "instrumentos de luta ideológica e política" nas tarefas de "informar, orientar, organizar e mobilizar o povo, apelando à razão e à consciência." Além das já mencionadas, a mídia também cumpriria a função de entreter as massas. A importância da mídia “para a tarefa de construir o socialismo” e “enfrentar, o capitalismo, no terreno político-ideológico e cultural” (PCC, 1975, tradução livre) foram reconhecidas também.

De acordo com o disposto nesses documentos, a divulgação das conquistas políticas, econômicas e sociais obtidas em Cuba e nos países socialistas liderados pela URSS era uma das tarefas mais importantes do monopólio midiático estatal. Ao mesmo tempo, a mídia teria de reportar as lutas pela libertação nacional contra o imperialismo em países da América Latina, África e Ásia. O PCC (1975) instituiu à risca os princípios da imprensa socialista idealizados por Lenin. A parcialidade comunista (partidarismo) e objetivismo (verdade partidária), por exemplo, estão implícitos no trecho que orienta que o tratamento das notícias internacionais, geradas pelas agências capitalistas, deve ser feito de acordo com a interpretação marxista-leninista do processo histórico e da política externa do Partido-Estado.

No que se refere ao gerenciamento da mídia, as teses e resoluções estabeleceram que os órgãos de direção (conselhos e grupos editoriais) e os diretores seriam responsáveis pela qualidade e pelo conteúdo ideológico do que cada veículo específico divulga. Ao mesmo tempo, os sindicatos e as organizações de jornalistas, artistas e escritores contribuiriam para que todos os trabalhadores da mídia se identifiquem profundamente com os objetivos e tarefas da Revolução e com os interesses e necessidades das massas (PCC, 1975).

Por fim, o documento partidário dedicou uma seção inteira à importância da crítica, como método para tornar visíveis os problemas, contribuir para encontrar soluções, alertar os responsáveis e individualizar as responsabilidades. Contudo, o exercício da crítica no ambiente midiático seria orientado por um mecanismo burocrático que, entre outro aspecto, especificava as entidades autorizadas e os procedimentos que a mídia e os jornalistas seguiriam para criticar os problemas do país. Na mídia estatal, a crítica seria iniciativa dos órgãos do PCC e do Governo; a União de Jovens Comunistas, os sindicatos e as organizações de massas; as instituições estatais, os meios de comunicação e as massas (PCC, 1975).

Nesse ponto, dois aspectos chamaram a atenção. Primeiramente, a lista de entidades autorizadas sugere uma hierarquia, na qual a cidadania - identificada como “as massas”, ocupa o último lugar e os termos indivíduo e cidadão são omitidos. Isto indicaria que a crítica na mídia não deveria ser exercida individualmente, mas a partir de organizações designadas para esse fim. Esse mandado se apoiaria no artigo 53º da Constituição de 1976, que diz que os integrantes das organizações sociais e de massas “gozam da mais ampla liberdade de expressão e opinião, baseada no irrestrito direito à iniciativa e à crítica” (CUBA, 1976). Em segundo lugar, o documento sugere que o direito de resposta só poderia ser exercido por órgãos do Estado criticados na mídia (PCC, 1975), privando os cidadãos de seu exercício.

Contudo, embora o PCC pareça estimular a crítica dos problemas econômicos e administrativos, na prática, o mecanismo burocrático estabelecido –que incluía consultas às empresas ou instituições envolvidas antes da publicação da matéria– obstaculizava o exercício desse direito. Finalmente, as críticas sobre aspectos político-ideológicos só poderiam ser feitas com estrito apego à “política delineada



na condução da luta ideológica e das orientações que, obedecendo a esta política, emanam da direção do Partido” (PCC, 1975).

Tanto as constituições cubanas de 1901 e 1940 quanto a Lei Fundamental de 1959 reconheceram o direito de qualquer pessoa, sem censura prévia, à livre expressão de seu pensamento, de forma oral, escrita ou por qualquer outro meio a sua disposição (CUBA, 1901; 1940; 1959). No entanto, a Constituição socialista ignorou esses precedentes ao incorporar a noção instrumentalista dos direitos relativos à comunicação. O artigo 53º, por exemplo, reconheceu e instrumentalizou as liberdades de expressão e de imprensa de todos os cidadãos ao subordina-las aos fins da sociedade socialista. Em seguida, o mesmo artigo declara que as condições para o exercício desses direitos estavam dadas pelo caráter estatal e social da propriedade dos “meios de difusão massiva” e explicitou a proibição da propriedade privada -a única menção a esse termo em todo o texto constitucional —garantiria que a mídia fosse utilizada— “a serviço exclusivo do povo trabalhador e do interesse social” (CUBA, 1976).

Considerando que, no modelo de socialismo cubano, a propriedade estatal é definida como a materialização da “propriedade socialista de todo o povo”, porque o Estado representa os interesses dos cidadãos (PCC, 2017b), a participação das massas no uso, no gerenciamento e controle da mídia estatal aconteceria, por meio do Estado e das diretorias das organizações sociais e de massa tradicionais e de caráter paraestatal, como a Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC), os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), a Federação de Mulheres Cubanas (FMC), a União dos Escritores e Artistas de Cuba (UNEAC), entre outras.

#### **4.11 Sinais: a crise do modelo midiático estatal**

A avaliação do desempenho do modelo midiático cubano e as orientações para aperfeiçoá-la constituíram os pontos de maior destaque na seção dedicada à luta ideológica, nos relatórios principais apresentados no segundo e terceiro congressos do Partido Comunista, realizados em 1980 e 1986, respectivamente. No II Congresso, o PCC anunciou um plano de modernização dos parques poligráficos do país, que permitiria incrementar o número de publicações impressas. De acordo com os dados expostos, no quinquênio 1975-1980 foram distribuídos um milhão duzentos mil exemplares de jornais diários e mais de quinhentos mil de revistas e tabloides a cada mês. Durante o congresso também foram destacados os resultados positivos do jornal *Granma* em sua missão de informar e orientar o povo, assim como de contribuir ativamente para educá-lo e aprofundar sua consciência revolucionária. O *Granma* foi considerado o referente da correta aplicação das orientações do Partido na mídia estatal (PCC, 1980).

Entretanto, o Relatório Central também abordou deficiências da mídia estatal e convocou a melhorar a qualidade das matérias informativas, de análise e críticas. O documento anunciou a aprovação de uma Resolução do Bureau Político do PCC que incluiu a atenção da direção do Partido aos órgãos de

imprensa, as normas para a circulação e distribuição de publicações, a política que regeria a programação da rádio e da televisão; os princípios e normas da contrapropaganda, bem como a definição da estrutura administrativa e das equipes de jornais e revistas (PCC, 1980).

Os resultados do desenvolvimento da mídia no quinquênio 1980-1985 foram apresentados no III Congresso e o *Granma* voltou a ser reconhecido pelo rigor e a seriedade da informação e das orientações que oferecia ao povo e pela consolidação de sua influência e prestígio. Nesses cinco anos foram distribuídos quatrocentos milhões de exemplares de jornais nacionais e mais de noventa milhões de periódicos provinciais. Além disso, circularam no país sessenta e dois milhões de exemplares de revistas nacionais e cerca de treze milhões de exemplares de publicações estrangeiras – procedentes dos países do campo socialista (PCC, 1985). Apesar dessa abundância, o relatório apontou as seguintes insatisfações da direção do PCC (1985) com o trabalho da mídia estatal e social:

- Dificuldades para ir além da função descritiva nos produtos jornalísticos que divulgam os ganhos obtidos pela Revolução e ausência de reflexões que fortaleçam a função educativa do trabalho informativo.
- Interpretação errada sobre o conteúdo e a forma em que deve ser feita a crítica à gestão econômica e administrativa. Falta de uma abordagem integral que inclua êxitos e deficiências e promova ações coletivas para transformar a realidade e superar as imperfeições.
- Falta de jornalistas especializados em temas econômicos.
- Escassa publicização das atividades que os órgãos de governo locais e da direção superior do Partido e do Estado realizam, o que limita a compreensão dos problemas enfrentados pelo país e não ajuda a que o trabalho de milhares de quadros profissionais, comprometidos com a busca de soluções, seja valorizado.
- Obstrução, por parte de servidores e administradores de instituições e empresas estatais, do acesso dos jornalistas às informações de interesse público e interpretação errada de dados fornecidos pelas entidades estatais.

Naquele congresso, a direção do Partido recomendou o aprimoramento da qualidade e nível profissional da imprensa para que pudesse satisfazer as expectativas e interesses dos leitores. O Partido destacou ainda o papel que a União de Jornalistas de Cuba deveria desempenhar em prol de um jornalismo caracterizado pela correção de suas análises críticas, a profundidade e a amenidade das abordagens (PCC, 1985). Contudo, o problema era mais complexo do que os relatórios do Partido descreviam.

Ao analisar a evolução do modelo cubano de imprensa, a jornalista Minerva Salgado aponta que, desde a década de 1970, perante a nula possibilidade de crítica, o ocultamento dos erros e das contradições internas do modelo social cubano foi incorporando à mentalidade dos jornalistas a

autocensura como método para poder continuar no exercício da profissão. A censura e a autocensura reduziram a divulgação de informação relevante e tornou a política editorial de jornais e revistas em expressão da ideologia partidária, fato que limitou mais ainda a abordagem de diversos temas de interesse público. Em virtude disso, a falta de confiança nas mídias oficial e a governista se transformou em falta de credibilidade, dadas as evidentes diferenças entre o que os veículos noticiavam (SALADO, 2016) e a forma como os cidadãos viviam e percebiam a realidade do país.

Conforme García Luis (2013) a “regulação externa”, ou seja, a subordinação da mídia ao PCC, provocou uma “hipertrofia” que comprometeu “a capacidade de autorregulação de imprensa” e sua “autoridade para tomar as decisões e encontrar as melhores soluções profissionais para cumprir suas tarefas”(p. 90, tradução nossa), sugerindo que os veículos jornalísticos estatais cubanos funcionavam como órgãos de propaganda.

Isso não significa que a mídia estatal criou uma imagem completamente falsa da realidade do país, mas em geral, apenas divulgava fatos e acontecimentos que reforçavam a imagem do país que os dirigentes máximos desejavam projetar. Até hoje, o recorte do cotidiano feito pelo jornalismo estatal cubano omite aqueles fatos negativos, porém relevantes (corrupção política, crimes, determinados problemas sociais como a prostituição, o consumo de drogas, falhas das políticas governamentais) que comprometem narrativa idealizada da Revolução. O estilo apologético e triunfalista de matérias que apresentam mercados abastecidos e com preços razoáveis, entrega de apartamentos a famílias atingidas por desastres naturais, indústrias eficientes, sucessos produtivos na agricultura, entre outros, criam uma espécie de realidade ilusória.

Para García Luis (2013, p. 128, tradução nossa), a crise do modelo de imprensa já era evidente a meados dos anos de 1980. Segundo ele, apesar de não publicar inverdades, a mídia estatal cubana podia criar um “país formal”, onde todo marchava bem, “tudo era positivo e unânime, enquanto o país verdadeiro enfrentava uma crise socioeconômica e moral”. Os jornais, a rádio e a televisão não tinham espaços para que a opinião pública real se expressasse. “A falta de credibilidade na mídia podia levar a uma falta de credibilidade no Partido e nas instituições da Revolução”<sup>45</sup>, daí que os dirigentes do grêmio jornalístico propuseram soluções para superar os déficits do modelo de imprensa.

As limitações para acessar a fontes de informação, o esvaziamento da autoridade dos diretores de veículos de imprensa, a erradicação do estilo apologético que caracterizava o discurso jornalística e o fortalecimento da análise e da crítica da realidade nacional, foram alguns dos temas mais debatidos nos congressos da UPEC, realizados entre 1974 e 1984. No conclave de 1980, Raúl Castro, então segundo

---

<sup>45</sup> Esse hiato entre a realidade documentada pela mídia e o cotidiano da maioria das pessoas, inspirou a canção *Política no cabe em la azucarera*, do cantor Carlos Varela (1995): *Todos quieren vivir en el noticiero /Allí no falta nada y no hace falta dinero* (Todo mundo quer viver no telejornal/Nada falta por lá e ninguém precisa de dinheiro).

secretário do Partido, defendeu a necessidade de um jornalismo mais crítico, eficaz na divulgação de informação de interesse público e que propiciasse a busca de soluções para os diversos problemas sociais e econômicos. Para ele, a crítica constituía um dever político e uma responsabilidade social legítima e proveitosa, quando exercida com rigor e compromisso. O dirigente comunista reconheceu ainda que era preciso atuar em todos os níveis do Estado para enriquecer o fluxo de temas de interesse para o jornalismo e, claro, propiciar um maior acesso às fontes de informação (GARCÍA LUIS, 2013).

Apesar das reiteradas intervenções, orientações, acordos aprovados nos sucessivos congressos do PCC e em reuniões do Bureau Político, durante o decênio 1974-1984 não houve mudanças significativas no modelo de imprensa. Na opinião de García Luis (2013), os dez anos de debates acerca dos problemas da imprensa cubana deveriam haver sido suficientes para perceber que a estrutura e as formas de gestão dos veículos jornalísticos não eram produtivas nem funcionais aos interesses do Partido. Durante esse período, a ausência de autocritica por parte dos dirigentes do PCC contrastou com os frequentes questionamentos à imprensa e aos jornalistas. Isso, segundo ele, poderia ser interpretado de duas formas: 1) as lideranças do país consideraram que a solução dos problemas da imprensa podia ser adiada e que os déficits comunicativos seriam erradicados de forma verticalizada pelo próprio Partido; e 2) os dirigentes máximos acreditavam que os problemas da imprensa constituíam um mal menor e manejável se comparado com os riscos de tentar fazê-lo doutra maneira e perder o controle do sistema midiático.

Às duas hipóteses de García Luis (2013) acrescentamos uma terceira: os problemas, carências e déficits identificados pelos jornalistas decorriam das características inerentes a um modelo de midiático baseado nos postulados de Lenin sobre a imprensa. Uma imprensa e uma mídia que embora não satisfaça as expectativas da sociedade diversa cumpre sua função principal: contribuir para a consecução dos objetivos políticos definidos pelas lideranças do partido único. O estudioso cubano estava convencido de que a superação dos déficits do modelo de imprensa estatal seria impossível apoio ativo e a concreção da vontade política dos órgãos de direção do PCC, já que o nível de comprometimento direto de alguns dirigentes e funcionários dessa organização com as atividades estatais e administrativas era tão grande que, diante dos questionamentos da imprensa, reagiam com o mesmo cuidado, temor e rechaço que demonstravam os quadros estatais e administrativos dos níveis inferiores. De outra parte, a elite do PCC insistia em ponderar os êxitos do sistema, em detrimento do acompanhamento crítico dos problemas econômicos e sociais que afetavam a qualidade vida da população.

Além disso, a autocensura de jornalistas e diretores de veículos de imprensa, a burocratização do jornalismo, a retenção da informação de interesse público, de parte dos dirigentes dos órgãos estatais e do próprio Partido, bem como o sentimento de frustração, ceticismo e inércia que pairava sobre o setor jornalístico, contribuíram para o fracasso dos sucessivos esforços para fazer com que a imprensa exercesse sua função crítica (GARCÍA LUIS, 2013).

Em meados da década de 1980, o modelo de planejamento e gestão da economia, importado da União Soviética entrou em crise e junto com ele, parte dos fundamentos do modelo midiático implantando em 1965. Em *Revolución, socialismo, periodismo*, Julio García Luis (2013) resgata os resultados de um diagnóstico sobre o estado do modelo midiático cubano, publicado em 1988. Além dos problemas denunciados nos sucessivos congressos da UPEC e do PCC, a pesquisa indicou que na imprensa, as noções de notícia e de serviço público foram subordinadas e às vezes substituídas pela propaganda de atos políticos, cerimônias de governo e eventos oficiais. Em paralelo, os dirigentes de empresas estatais, órgãos ministeriais e organizações sociais decidiam o que podia ou não ser divulgado. O papel dos jornalistas e dos diretores de veículos noticiosos era inibido e até reduzido ao de intermediários sem opinião. Afinal, embora estivesse comprometida unicamente com os interesses superiores do Partido e da Revolução, imprensa perdeu a função de atuar como observadora crítica e supervisora da atividade econômica e social.

Os resultados daquele diagnóstico indicaram que a transformação positiva da imprensa, constituía uma “necessidade estratégica e impreterível do país, vinculado ao aperfeiçoamento de todo o mecanismo político e social da Revolução”. Em meio do processo de retificação, a UPEC entendeu que a renovação das funções da imprensa a transformaria num “instrumento democrático de contrapartida social” (GARCÍA LUIS, 2013, p. 124, tradução nossa).

Na época, a UPEC também afirmou que o doutrinação e a agitação constantes das massas haviam sido um dos piores vícios da imprensa estatal. Ao comentar ao papel que a sociedade civil devia desempenhar, a UPEC afirmou que se o povo era o sujeito principal do processo histórico, a opinião pública deveria jogar um papel mais ativo, mas isso não seria possível sem mais informação sobre os problemas do cotidiano, se desfazendo da “versão leviana, edulcorada ou retórica” da realidade (GARCÍA LUIS, 2013, p. 129, tradução nossa).

Em seu artigo sobre os déficits do modelo midiático cubano, García Luis (2013) reafirmou que a contradição estava na tensão entre a clareza teórica para diagnosticar os problemas da imprensa estatal cubana e as dificuldades para concretizar sua transformação. Dificuldades ainda presentes e que na ordem objetiva tem a ver com a instrumentalização e a relação de subordinação política e econômica da mídia em relação ao Partido-Estado e, doutro lado, com as normas legais que regulam o direito à comunicação em Cuba.

Na época, o grêmio jornalístico advogou pela adoção de uma nova política informativa e em junho de 1987 obteve uma pequena conquista: o Bureau Político do PCC acordou apoiar as decisões adotadas no V Congresso da UPEC, e reconheceu, pelo menos formalmente, a autonomia dos diretores dos veículos de imprensa para autorizar a publicação de matérias, sem prévia aprovação dos dirigentes partidários. Comprometido com o processo de retificação dos erros decorrentes da sovietação do

projeto revolucionário cubano, convocado pelo PCC, o grêmio jornalístico entendia que se o socialismo requeria de uma capacidade ampla de análise dos problemas, de tomada de decisões de forma autônoma e de um nível superior de autogestão social, era evidente que uma mídia apologética que não investigava, alertava e estimulava a formação de opiniões independentes, não poderia ser chamada de revolucionária (GARCÍA LUIS, 2013). Afinal, o que UPEC defendia era a necessidade da autorregulação dos veículos estatais e paraestatais que faziam parte do ecossistema midiático cubano, ou seja, de “formas de gestão (...) mais socializadas e descentralizadas” (NETTO, 1987, p. 17).

As demandas que a UPEC fez o Partido no final dos anos de 1990 mostram que uma parte do campo jornalístico cubano aspirava à implementação de uma nova política informativa que incluísse acesso à informação de interesse público, autonomia dos veículos imprensa e seus jornalistas, análises críticas da realidade, mas sem ultrapassar os limites que representariam as críticas contra os pilares do regime político cubano: o partido único, a ideologia revolucionária e, fundamentalmente, a liderança de Fidel Castro (GARCÍA LUIS, 2013). Na época, o jornalista Julio García Luis (2013) distinguiu entre a defesa da continuidade do modelo socialista em Cuba e a prática de esconder ou evitar a crítica dos problemas do cotidiano, em nome da defesa do socialismo. O grêmio advogou pelo reconhecimento e a valorização da polêmica como uma via para melhorar o socialismo, daí que o oportunismo e as ideias liberais — que embasaram críticas destrutivas contra o socialismo e o Estado soviético — não foram acolhidas pela imprensa cubana, que continuou fiel aos princípios do PCC.

No entanto, as consequências ideológicas, políticas e econômicas do colapso de todos os regimes de viés soviético na Europa Central e Oriental e a inesperada dissolução da União Soviética, em dezembro de 1991, geraram apreensão no Governo de Cuba que, diante da diminuição da cooperação econômica com os antigos aliados, em 1990 declarou o início do chamado Período Especial em tempos de paz, eufemismo utilizado para nomear a crise econômica e social que a nação cubana enfrentaria nos próximos seguintes, agravada pelo recrudescimento do embargo estadunidense<sup>46</sup>

Naquela conjuntura, as discussões e propostas sobre as mudanças urgentes que o modelo midiático cubano demandava foram adiadas e o PCC priorizou a implementação das mudanças econômicas urgentes para garantir a sobrevivência do soviete do Caribe. Com certo saudosismo, García Luis (2013) recorda que a vontade política para aplicar mudanças que superassem os problemas detectados no diagnóstico começaram a ser mediados pela precariedade material que a crise impôs e os efeitos das sanções econômicas dos Estados Unidos e do ativismo político de setores do exílio cubano, notadamente, a grande comunidade localizada em Miami.

---

<sup>46</sup>Entre 1989 e 1993, o PIB de Cuba teve uma queda de 35%, o pior resultado na América Latina e Caribe. Apesar de que a partir de 1994 a economia mostrou uma discreta recuperação, para 2001 o PIB cubano ainda era 19% menor que o nível atingido em de 1989 (MESA LAGO, 2003).

Em meio a esse clima de incerteza sobre o futuro, o PCC realizou seu IV Congresso, em outubro de 1991, onde se destacou a necessidade de “continuar a propiciar um clima de abertura que reflita a riqueza do pensamento social e propicie o conhecimento e participação do povo em todas as frentes da Revolução”. À mídia partidária correspondia o cumprimento dessa missão, por meio de “um jornalismo mais profundo, analítico e crítico” (PCC, 1990 *apud* GARCÍA LUIS, 2013, p. 141, tradução nossa), que ao mesmo tempo motivasse a melhorar o socialismo.

De acordo com García Luis (2013), os princípios da nova política informativa proposta pela UPEC e a tese de que “a discussão e crítica na imprensa deviam ser o reflexo natural da discussão e crítica ao interior do Partido e da sociedade” foi incluída na proposta de Resolução sobre o Programa do Partido, mas foi finalmente rejeitada pela Comissão Organizadora do IV Congresso e substituída pelo “retorno da concepção autoritária, verticalizada e instrumental da gestão do Partido sobre a imprensa e a informação” (p. 141, tradução nossa). Afinal, a resolução aprovada pelos delegados ratificou a definição da mídia como uma ferramenta a serviço do Partido, sem mencionar o papel a imprensa deveria desempenhar na promoção do debate, a crítica e a visibilização do pluralismo social.

O IV Congresso do PCC determinou ainda que considerando as “circunstâncias excepcionais do período especial, a imprensa desempenharia um papel orientador insubstituível em relação às prioridades e às tarefas mais decisivas e urgentes”. Essa missão exigia que “os jornalistas e quadros deste setor” atuassem de forma “mais profissional, competente e rigorosa para refletir e defender a obra da Revolução e os esforços que estão sendo feitos” (PCC, 1991 *apud* GARCÍA LUIS, 2013, p. 141, tradução nossa) para superar a crise econômica e salvar as conquistas sociais que legitimavam o regime.

Com o fortalecimento do controle político sobre a mídia e a sua instrumentalização em função da defesa do país, o PCC encerrou o ciclo de debates, consultas, diagnósticos e propostas que, desde 1986, advogou pela transformação qualitativa do modelo midiático estatal para, sem abandonar seu caráter partidário, satisfazer as necessidades comunicativas e expressivas da sociedade cubana.

No início da década de 1990, o monopólio midiático estatal, a principal arma de luta ideológica do PCC, continuou a defender o modelo social cubano sob uma precariedade material extrema. A partir de setembro de 1991, a queda acentuada da importação de papel reduziu a frequência, a extensão e o número de exemplares de todos os veículos impressos então existentes e alguns desapareceram. O próprio jornal *Granma* começou a sair só de segunda a sexta-feira e a tiragem que até então era de 700 mil exemplares diários, caiu para apenas 200 mil em dezembro desse ano. O órgão oficial do Partido, que já havia sido reduzido a oito páginas no ano anterior, começou a ser impresso em formato tabloide de apenas quatro folhas. O *Juventud Rebelde*, o *Trabajadores* e os outros jornais diários de distribuição nacional e provincial se tornaram semanários após terem as tiragens reduzidas. A renomeada revista *Bohemia* foi de 300 mil exemplares semanais para apenas 100 mil a cada quinze dias. Em paralelo, as

características do papel jornal produzido em Cuba, para substituir o importado, prejudicava a qualidade da impressão final e limitava, pela mesma razão, a publicação de fotografias, gráficos e ilustrações (MARRERO, 2018).

Dados apurados por Marrero (2018) mostram que entre dezembro de 1989 e março de 1992, o total de publicações impressas caiu 58% e o número total de exemplares de todos os periódicos experimentou uma queda de 78%. Dos 733 periódicos registrados legalmente em 1990, apenas 212 continuaram a ser editados. A maioria dos sobreviventes não era de veículos jornalísticos, mas publicações acadêmicas e científico-técnicas destinadas para a divulgação do conhecimento e o intercâmbio entre instituições de ensino superior e centros de estudos de Cuba e do exterior. A mídia eletrônica também foi atingida pelos efeitos da crise econômica. Em 1992, o total das transmissões de todas as redes de televisão (nacional e provincial) não ultrapassou as 135 horas semanais. Os canais foram autorizados a transmitir das 18:30 às 11:30 horas, de domingo a sexta-feira, e das 18:30 às 2:00, aos sábados. Para economizar a energia necessária para manter as emissoras radiofônicas no ar em todo o país, foi necessário cortar significativamente os horários de transmissão da maioria das estações.

A crise econômica também afetou a estabilidade laboral dos profissionais da imprensa. Com a redução do número de publicações impressas, cerca de trezentos jornalistas foram treinados e realocados em emissoras radiofônicas e outros se integraram às equipes de pesquisa de diferentes centros de estudo ou optaram por dar aulas nos cursos de jornalismo (MARRERO, 2018).

\*\*\*\*\*

À luz dos postulados de Lenin, os revolucionários cubanos converteram a mídia e o jornalismo nas principais armas ideológicas do Estado. Em apenas seis anos, a Revolução cubana de 1959 reconfigurou o tecido social cubano, o ecossistema midiático e redefiniu, em função de seus objetivos políticos, os conceitos de cidadania, direitos humanos e as liberdades de expressão e de imprensa. Entre janeiro de 1959 e outubro de 1965, o novo governo estatizou as organizações midiáticas privadas e mídia e jornalismo, tidos como elementos estratégicos para a defesa do regime, foram instrumentalizados pelo poder político, dando lugar à institucionalização da censura para evitar que a mídia estatal fosse palco de vozes dissidentes.

Da reorganização dos veículos capturados em torno ao PCC surgiu um monopólio midiático estatal que, dirigido pelos ideólogos, aprofundou o carácter propagandístico da mídia e do jornalismo e consolidou um modelo midiático “hiper-estatalizado e estadolátrico” (ESPINA *apud* RECIO, 2014, p.337, tradução nossa) que não experimentou alterações significativas desde 1965.

A pesquisa, as memórias e reflexões do jornalista e pesquisador Julio García Luis (2004, 2012, 2013) confirmam o fracasso dos esforços para reformar o modelo midiático cubano. Ainda que se



mostrasse favorável às propostas de reforma apresentadas pelo grêmio jornalístico, a falta de vontade política real das autoridades cubanas, visível no não cumprimento dos acordos adotados nos sucessivos congressos do PCC e da UPEC, evidencia, no nosso olhar, o divórcio entre os interesses dos trabalhadores da mídia e os objetivos políticos da elite governante. Em parte, porque, ainda que não cumprisse com a função social que documentos oficiais e profissionais da imprensa lhe atribuíam, a mídia estatal e o jornalismo cubanos respondiam aos objetivos políticos dos dirigentes máximos do país, o que era, realmente, sua função principal.

## **CAPÍTULO 5. A RENASCENÇA DA MÍDIA INDEPENDENTE EM CUBA**

O ressurgimento da mídia independente faz parte do processo de mudanças legais, econômicas, sociais, políticas, ideológicas e culturais, iniciado na década de 1990, daí que na primeira parte deste capítulo se explique de forma geral, a reforma constitucional de 1992 e a reconfiguração do tecido social cubano nos últimos trinta anos. O surgimento da rede de agências de imprensa criadas pelo chamado movimento de jornalismo independente e a operação repressiva — conhecida como Primavera Negra — que tentou desarticulá-lo são apresentados na sequência e, posteriormente, se apresentam o contexto e os fatores que contribuíram para emergência e consolidação de dezenas veículos jornalísticos digitais independentes que, junto e em concorrência com a mídia estatal, diversificaram o ecossistema midiático cubano.

### **5.1 Sociedade civil e esfera pública em Cuba na era pós-soviética**

Em julho em 1992, a Assembleia Nacional do Poder Popular aprovou a reforma da Constituição de 1976, que objetivou harmonizar a ordem jurídica, política e institucional com as medidas que o Governo cubano foi obrigado a tomar após a dissolução do bloco eurosoviético. Não obstante, as mudanças no texto constitucional mantiveram o caráter socialista do Estado, o caráter supraestatal do PCC, o modelo de economia planejada, a preponderância da propriedade estatal, e ainda que a propriedade privada não foi legalizada explicitamente, se permitiu existência de empresas de capital misto (nacional e estrangeiro) que investiram em setores econômicos emergentes como turismo e telecomunicações (CUBA, 2010).

A reforma diminuiu a centralidade atribuída ao marxismo-leninismo no modelo social cubano e as referências ao ateísmo científico foram eliminadas para incentivar a incorporação de pessoas religiosas às fileiras do PCC, que, no entanto, reafirmou sua adesão à doutrina marxista-leninista e resgatou o chamado nacionalismo revolucionário como ideologia aglutinadora (ROJAS, 2015). Todavia, a permanência de uma ideologia de Estado em vários enunciados do texto constitucional obstaculizava o reconhecimento legal do pluralismo e limitava a participação direta dos cidadãos na defesa das suas próprias e diferenciadas vontades políticas (GUANCHE, 2013). De fato, a instrumentalização dos direitos civis e políticos dos cidadãos, incluindo do direito à comunicação, foi mantida, junto com a preponderância dos direitos sociais (em detrimento dos outros) e a proibição de invocar esses direitos para fazer oposição ao caráter socialista do Estado (CUBA, 2010).

A descentralização da gestão em áreas não estratégicas da economia e a abertura de pequenos negócios privados consolidaram o papel do mercado como uma nova entidade diferenciadora e evidenciaram que o conceito de ‘trabalhadores’ não conseguia abranger a pluralidade de pensamento, identidades, interesses e projetos da sociedade cubana (ACANDA, 2002, 2008; ARMONY, 2003; HERNÁNDEZ, 2014; HOFFMAN, 2003, 2011; BOBES, 2015). Nesta fase, surgiram de novas formas associativas, como organizações não governamentais (ONGs), fundações sem fins lucrativos e diversas associações profissionais. Estas últimas que vinham crescendo desde a década de 1980, em razão do aumento e a diversificação das atividades profissionais, foram regularizadas pela Lei 54 (das Associações), promulgada em 1985. O número de organizações civis registradas legalmente aumentou entre 1990 e 1995, mas em 1996, o Ministério da Justiça limitou o reconhecimento jurídico de novas associações. Contudo, isso não impediu o surgimento de diversas organizações opositoras (ACANDA, 2008).

Desde dissidentes moderados até opositoras mais beligerantes criaram suas organizações, algumas inspiradas nos movimentos contestadores que se espalharam pelos países do bloco socialista na década de 1980 (BEAULIEU, 2013). Segundo o jornalista soviético Vladimir Orlov, em 1990 existiam 15 grupos dissidentes em Cuba (FERNÁNDEZ, 1990) e seis anos mais tarde, segundo o Instituto de Estudos cubanos e Cubano-americanos da Universidade de Miami, já operavam em Cuba 360 organizações sem reconhecimento legal, incluindo as abertamente opositoras e as que contestavam o poder do Estado desde a defesa dos direitos humanos. (CASTILLO et al, 2003). Enquanto a teia do associativismo se estendia, novos controles foram impostos às organizações existentes e as fontes externas de financiamento foram objeto de uma vigilância reforçada e constante, pois o Governo cubano temeu que até as associações legalizadas pudessem ser financiadas pela Casa Branca para utilizá-las na construção de um movimento opositor sólido e atrelado à estratégia de mudança de regime em Cuba. (CHAGUACEDA, 2011).

O cientista político Rafael Hernández (2014, p. 32, tradução nossa) resume que a dinâmica de mudança vivida pela “formação social” em Cuba, tem seus antecedentes na segunda metade da década de 1980, estende-se e aprofunda-se desde 1990 e atualmente assistimos a uma terceira fase que teria começado nos anos de 2000. O denominador comum entre essas etapas seria o questionamento político sobre o funcionamento da atual ordem institucional. “Esse processo contínuo propiciou o surgimento de uma matriz de relações sociais e modos de pensar que abrangem concepções sobre o exercício do poder político e as atitudes dos cidadãos em relação a ele”.

Segundo González (2014, p. 119, tradução nossa), a partir de segunda metade da década dos anos de 2000 houve um aumento da complexidade do tecido social, após o surgimento de redes associativas que propõem agendas, linhas de ação e métodos diferentes aos das organizações sociais tradicionais:

coletivos feministas, de defesa dos direitos das pessoas com identidade, orientação e práticas sexuais não heteronormativas; de luta contra a discriminação racial; defesa do meio ambiente os direitos dos animais, entre outros. A partir da natureza do vínculo entre essas organizações e o Estado, assim como das agendas temáticas e o viés ideológico de cada uma, o autor as classifica em três blocos.

O primeiro, formado pela chamada sociedade civil socialista ou governista, integra as organizações paraestatais tradicionais que sustentaram a Revolução cubana desde seus primeiros anos, assim como as ONGs reconhecidas pelo Ministério da Justiça. No segundo se agrupam a atores e organizações de viés opositorista (GONZÁLEZ, 2014) criadas a partir dos anos de 1990. Já no terceiro bloco se encontram uma diversidade de grupos e atores que não fazem oposição aberta ao regime, mas defendem sua autonomia organizacional do Partido-Estado-Governo, expressam sua adesão às essências do projeto revolucionário originário e apostam na democratização (ou a ampliação da democracia) do sistema político, preservando os direitos sociais conquistados, por meio da prática da cidadania ativa e a criação de mecanismos eficazes de participação popular e fiscalização da atuação dos agentes do Estado. Aqui se identificam redes associativas ligadas ao campo religioso, grupos vinculados à defesa dos direitos dos afrodescendentes e da comunidade LGTB, à preservação do meio ambiente, projetos comunitários e determinados veículos digitais e impressos (GONZÁLEZ, 2014).

Além dos mencionados anteriormente, entre 2016 e 2021 foi se consolidando mais um bloco ou segmento, formado pelos trabalhadores autônomos e os proprietários de micro e pequenas empresas privadas, que começaram a se identificar como empreendedores. Muitos desses cidadãos decidiram empreender depois que o governo de Raúl Castro flexibilizou as normas jurídicas que regulamentam o trabalho por conta própria em Cuba (HENKEN, 2018).

Apesar da validade e o didatismo da classificação da sociedade civil cubana apresentada por González (2014), consideramos junto com Rojas (2015b) que independentemente das diferenças entre agendas ideológicas e o nível autonomia destas organizações sociais (legais ou não) perante o Estado, o aspecto central na análise continua sendo as características e dinâmicas do regime político não democrático em que elas e seus atores operam.

Para superar binarismo Estado-sociedade, Pérez Hernández (2015) sugere que o dinamismo da sociedade civil cubana tem a ver com o exercício da cidadania ativa e não apenas com questões relacionadas com o reconhecimento legal de determinadas organizações ou a ilegalidade de outras, ou com o tipo de vínculo que essas organizações estabelecem como o Estado. Desde essa perspectiva, sociedade civil e a esfera pública são resultado da prática dos direitos civis e políticos dos cidadãos. Assim, a sociedade civil abrange as diferentes formas de associação social, que planejam e executam determinadas ações. Já esfera pública, é tida como uma arena de aparecimento e convergência de atores e grupos interessados em abordar temas de interesse coletivo.

Como pontuado por Rojas (2015b) e Dilla (2014), a sociedade civil cubana é transnacional e desterritorializada. Isso tem propiciado articulações que permitem a existência de espaços de debate, redes de ativismo, organizações diversa índole e propósitos, veículos midiáticos, construídos pelas alianças entre grupos e atores radicados dentro e fora do território que ocupa o Estado cubano. O acesso às TICs, certamente, tem sido peça fundamental para estabelecimento de laços para além das fronteiras nacionais.

A diversificação da sociedade civil cubana e o crescimento do associativismo na década de 1990, foi além das organizações políticas e sociais reconhecidas legalmente pelo Estado, mas o crescimento do número de espaços de debate não foi automático nem significativo.<sup>47</sup> Não obstante, algumas publicações, inclusive impressas, da esfera pública intelectual cubana operavam como arenas de debates e divulgadores de propostas sobre tema polêmicos, como sociedade civil, participação cidadã, cultura política, religião, pobreza, prostituição, desigualdades, racismo. A abordagem da produção literária e artísticas das diásporas cubanas mundo afora foi outro dos focos dessas revistas especializadas que tentaram conformar um discurso amplo e plural (LEYVA, SOMOHANO, 2008). Fundada em 1995 pelo editor Jesús Díaz, residente na Espanha, a revista *Encuentro de la Cultura Cubana* foi um marco na articulação entre artistas e intelectuais que residiam dentro e fora de Cuba. A revista expressou a “vontade de diálogo entre a Cuba insular e da diáspora, entre diferentes gerações, estéticas, tendências políticas, entre poetas, narradores e ensaístas, entre academia e criação” (ENCUENTRO, 2009, tradução livre).

À luz do mapeamento da esfera pública socialista proposto por David Bathrick (1995), o mapa do espaço público cubano incluiria: 1) a esfera pública política oficial; 2) a esfera pública cultural/intelectual institucionalizada; 3) a esfera pública alternativa ou independente do Estado; 4) a esfera pública conformada por espaços e veículos midiáticos localizadas fora de Cuba (PADILLA, 2016).

A esfera pública oficial abrange as arenas deliberativas formais<sup>48</sup>; os processos consultivos convocados pelo Governo; as reuniões dos sindicatos oficiais e das organizações sociais e de massas paraestatais, principalmente. Os congressos do PCC e a mídia estatal também fazem parte dessa esfera. O controle que o Estado exerce sobre essa esfera não diminui sua importância para a retroalimentação

---

<sup>47</sup> Essas limitações eram, em parte, decorrentes de Em parte, pelas limitações legais impostas ao exercício dos direitos de reunião, associação, liberdade de imprensa e liberdade de expressão, e a precariedade material que gerava o controle do Estado sobre os meios necessários (lugares de reunião, mídia, impressoras, fotocopiadoras, etc.) para o estabelecimento de espaços de discussão em locais físicos.

<sup>48</sup>As arenas deliberativas formais abrangem órgãos de decisão como: o Bureau Político e o Comitê Central do PCC; o Conselho de Estado e o Conselho de Ministros; a Assembleia Nacional do Poder Popular, os Conselhos Provinciais e as assembleias municipais do Poder Popular.

dos dirigentes, a produção de consensos, a apresentação de demandas ao poder, as críticas a determinadas políticas governamentais e as expressões de apoio ao regime político vigente (PADILLA, 2016).

Por outro lado, os foros de debate e publicações auspiciadas por instituições estatais, como o Ministério de Cultura, ou organizações reconhecidas pelo Estado, como a UNEAC, o Centro de Estudos Culturais Juan Marinello e a Associação Hermanos Saíz – organização de filiação voluntária que agrupa juventude artística e intelectual – fazem parte da esfera pública cultural/intelectual institucionalizada abarca. É válido salientar que, em novembro de 2015, essa esfera era responsável pela edição de 387 publicações (digitais e impressas), 175 eram sobre arte e literatura, e o resto (212) sobre ciências sociais. Nessa região do espaço público se localizam também as produções de conteúdos audiovisuais, a música, as artes cênicas e visuais, a literatura e o teatro. Apesar de se tratar de uma esfera reconhecida e financiada por instituições estatais e organizações legitimadas, nela aparecem pontos de tensão com as autoridades culturais e políticas, em razão dos modos de agenciamento e das identidades de artistas e intelectuais; da defesa da liberdade de criação e expressão, assim como da função crítica e política da arte, a literatura e a pesquisa social e cultural. Grande parte dos integrantes dessa esfera já estava vinculada a instituições culturais ou acadêmicas com acesso à Internet e e-mail, o que propiciou a configuração de redes nacionais e transnacionais para a troca de informação, a prática do debate, a coordenação de projetos e a articulação de ações (PADILLA, 2016).

Na esfera pública alternativa ou independente do Estado confluem uma diversidade de atores e formas associativas que contestam o monopólio político e midiático do Partido Comunista, desde diferentes posicionamentos, credos ideológicos e identidades políticas. Nesta esfera se localizam, de um lado, grupos, coletivos, sindicatos independentes, partidos políticos ilegais críticos ou contrários ao socialismo. Não se trata de um bloco ou movimento social articulado ou unificado em torno de uma ideologia específica para além da oposição ao regime vigente, mas de iniciativas que, com ou sem apoio político e financeiro de governos e entidades estrangeiras, advogam pela instauração de um modelo social que combine a democracia representativa com a economia de mercado. Aqui também se encontram atores e grupos religiosos que defendem agendas conservadoras, notadamente a limitação do direito à interrupção voluntária da gravidez, a defesa da família em sua concepção patriarcal, etc. (PADILLA, 2016).

A esfera pública alternativa também é constituída por coletivos, projetos, grupos e veículos de comunicação que congregam atores da esquerda cubana que aderem aos princípios de justiça social, soberania nacional, anti-imperialismo e democracia popular da Revolução cubana, condenam o bloqueio/embargo e à ingerência dos Estados Unidos nos assuntos internos de Cuba, mas advogam por uma democratização do regime político que não abra as portas para o capitalismo. Esses atores e aqueles de grupos de esquerda possuem formação marxista heterodoxa, enriquecida com contribuições oriundas

de outras correntes de pensamento do campo progressista, como o republicanismo cívico, o feminismo, o anarquismo, a proteção do meio ambiente, as lutas contra o racismo e a violência de gênero, entre outras (PADILLA, 2016).

Independentemente das alternativas que apresentam para a reformar ou substituir o regime político vigente, ou pressionar para que o governo cubano acolha suas demandas<sup>49</sup>, os segmentos que integram a esfera pública alternativa não têm acesso à mídia estatal ou possibilidades de que suas organizações, projetos e veículos de comunicação sejam legalizados pelas autoridades, daí que encontrassem na mídia internacional, primeiro, e no ambiente virtual, depois, seus principais palcos de expressão, articulação e mobilização. A nosso ver, outro denominador comum desses segmentos são insatisfações com as limitações ao exercício pleno dos direitos civis e políticos, a denúncia dos episódios de assédio, detenções e julgamentos arbitrários de ativistas, jornalistas, artistas e intelectuais críticos ou opositoristas. Em poucas palavras, advogam pela democratização do regime político cubano, ainda que a partir de noções de democracia e modelos econômicos díspares.

Por fim, os veículos midiáticos sediados no exterior conformam o quarto ponto no nosso mapa do espaço público cubano. Bathrick (1995) e Downing (2004) salientam a importância da articulação entre mídia internacional, especialmente a rádio dos países ocidentais, com indivíduos que atuavam nas esferas públicas alternativas constituídas nos países do extinto bloco soviético. No caso cubano, desde a década de 1960, a Casa Branca começou a financiar emissoras radiofônicas operadas por desafeitos ao regime cubano. A Lei de Transmissões a Cuba, promulgada em 4 de outubro de 1983, permitiu as operações da *Radio Martí* a partir de 20 de maio de 1985. Antes da ampliação do acesso à Internet, essa emissora estadunidense, gerida em Miami por exilados cubanos, era um dos principais veículos de informação e expressão utilizado por grupos e organizações que faziam oposição ao regime cubano (PADILLA, 2016). Além da *Radio Martí*, as transmissões da *BBC de Londres*, *Radio Nederland*, *Radio Exterior de España*, entre outras emissoras internacionais, eram escutadas em Cuba. Ainda que não tivessem um perfil opositorista, durante décadas, esses veículos documentaram as ações, demandas e denúncias de grupos opositoristas e foram uma das poucas opções que tinham os cidadãos que procuravam alternativas ao monopólio midiático estatal.

Com certa ironia, os editores da revista *Encuentro de la Cultura Cubana* advertiram que em Cuba as esferas públicas se configuravam à sombra de um regime político não democrático (ENCUENTRO, 2009, tradução livre), daí que a precariedade e a fragmentação caracterizem a conformação e funcionamento do espaço público cubano. A precariedade se manifesta na própria constituição dessas

---

<sup>49</sup> Em 2018, diversas congregações evangélicas que não se consideram contrárias o regime político vigente, iniciaram uma campanha contribuiu para que a Assembleia Nacional do Poder Popular não incluísse na nova Constituição da República, promulgada em 2019, o artigo que legalizaria as uniões entre pessoas do mesmo sexo.

esferas, suas bases argumentais e suas condições materiais, pois, em geral, a maioria dos foros institucionalizados e os que são independentes do Estado acontecem em salas com capacidade para poucas pessoas (PADILLA, 2016). Junto com as limitações materiais e as normas legais que regulam o registro e distribuição regular das publicações impressas dentro de Cuba, o acesso à Internet e a qualidade da conexão podem aguçar as dificuldades que enfrentam os espaços e veículos de expressão autônomos.

A fragmentação, entretanto, é resultado da desconexão entre determinadas espaços de debate face a face, assegurada pelo controle de acesso às arenas de debate institucionalizadas. Não é incomum que dirigentes de instituições estatais e culturais, quadros e militantes do Partido e em alguns casos, agentes dos órgãos de segurança do Estado, proíbam a presença de pessoas, tidas como hipercríticas ou contrarrevolucionárias, em espaços de discussão institucionalizados. Ainda conforme o cientista político Armando Chaguaceda, o espaço público cubano é submetido a uma fragmentação induzida pelas autoridades, que implica, entre outros aspectos, a autocensura entre os intelectuais que mantêm vínculos institucionais e políticos com o poder. Os intelectuais que atuam em esferas públicas oficiais e institucionalizadas devem observar determinadas regras e evitar o estabelecimento de laços com colegas que frequentam espaços ou colaboram com publicações consideradas oposicionistas. A inobservância das regras pode acarretar questionamentos, sanções e em alguns casos, a perda do emprego e/ou de apoio institucional para o desenvolvimento de atividades artísticas e de pesquisa (PADILLA, 2016).

A invisibilização do que acontece nas esferas públicas não oficiais, por parte da mídia estatal, principal fonte de informação da população de Cuba, não propicia a articulação entre os diferentes foros de debate público, a circulação de discursos e a publicidade dos temas abordados nessas arenas. Desta forma, vários obstáculos dificultam que essas arenas se conectem com outras esferas do cotidiano e limita a ampliação dos debates por meio da participação de cidadãos dispostos a compartilhar seus pontos de vista e experiências. (PADILLA, 2016, entrevista).

A fragmentação induzida foi acionada em outubro de 2010, quando a blogueira oposicionista Yoani Sánchez teve que usar uma peruca para burlar os seguranças que tentaram impedir a entrada dela no local onde aconteceria um debate, organizado pela revista *Temas*, sobre o acesso à Internet em Cuba. Cinco anos depois, em dezembro de 2015, cineastas impediram a expulsão do opositor Eliécer Ávila de uma assembleia pública em que se discutia sobre a necessidade de atualizar as normas jurídicas que regulamentavam a produção audiovisual no país (PADILLA, 2016).

Ao justificar a tentativa de retirar de Ávila, então líder da organização oposicionista *Somos +*, da reunião, o estatal Instituto Cubano de Cinema (ICAIC) afirmou que o debate que essa instituição defendia seria “inequivocamente revolucionário”, portanto, nesses foros não podiam participar “inimigos da Revolução”, “mercenários”, cuja mera presença nessas arenas de discussão, “constituía



uma provocação e um ato premeditado para utilizar esse tipo de espaço como plataforma de proselitismo e legitimação (ICAIC, 2015, tradução livre). Na mesma linha, a UNEAC considerou inadmissível “permitir que a contrarrevolução se misture com os nossos artistas no espaço de liberdade e diálogo, fundado pela política cultural da Revolução” (ESCOBAR, 2015, tradução nossa).

As declarações do ICAIC e da UNEAC mostraram que a intolerância, a intransigência, a desqualificação do oponente e a criminalização do dissenso, fazem parte da cultura política das instituições e de parte da sociedade civil cubana. A exigência de ambas as entidades para evitar a presença de dissidentes ou opositores em espaços de debate institucionalizados, tido como um gesto transgressor inadmissível, demonstra que a exclusão de determinados cidadãos da esfera pública e, conseqüentemente, da comunidade política determinada pelo Estado. O questionado pelo ICAIC e a UNEAC não seria o direito de fala de dissidentes e opositores, mas o direito de eles aparecerem em esferas públicas sob controle estatal.

A ‘autonomofobia’ do Governo cubano — percepção de qualquer iniciativa cidadã que surja sem autorização ou fora do controle Estado é tida como ameaça — explicaria a perseguição sistemática que até hoje sofrem coletivos e organizações que não podem ser controladas nem cooptadas pelo Estado. A vigilância e repressão dos órgãos do Departamento de Segurança do Estado, as limitações de acesso de seus integrantes ao espaço público e o silêncio da mídia estatal sobre a existência dos atores e grupos dissidentes visaram seu isolamento para minimizar sua influência no resta da cidadania (PADILLA, 2016). Não obstante, alguns desses grupos e suas lideranças conseguiram certa visibilidade no exterior a graças à cobertura da mídia internacional (FERNÁNDEZ, 1990) e às matérias produzidas e elaboradas pelo incipiente movimento de jornalismo independente (BEAULIEU, 2013), como mostraremos na próxima seção.<sup>50</sup>

## **5.2 Os precursores: movimento de jornalismo independente na década de 1990**

Fundada em 1989 pelo jornalista Yndamiro Restano Díaz, a *Asociación de Periodistas de Cuba* (APC) marcou o nascimento jornalismo independente cubano. A APC, precursora das organizações jornalísticas cubanas nos estatais que surgiriam ao longo da década de 1990, foi resultado da união de profissionais que, como Restano Díaz, foram expulsos da mídia estatal. A associação trabalhou para visibilizar acontecimentos e aspectos do cotidiano que mídia oficial omitia e para evitar que a se tornasse um instrumento da propaganda política aderiu aos princípios liberais do jornalismo e defendeu sua independência do Estado cubano e das organizações da oposição (BEAULIEU, 2013).

---

<sup>50</sup>Ainda que o ativismo e a visibilidade midiática de alguns deles possam sugerir um alargamento da participação cidadã em Cuba, na prática, as possibilidades de apresentar demandas às instituições estatais e fazer com que seus dirigentes prestem contas, por meio desses grupos independentes são muito reduzidas (CHAGUACEDA, 2015).

Em dezembro de 1991, enquanto a APC preparava a primeira edição do jornal *La Opinión*, Yndamiro Restano Díaz foi detido e trasladado para o quartel do Departamento de Segurança de Estado (DSE). Depois de cinco meses de isolamento e interrogatórios diários, em maio de 1992, em decorrência de seu ativismo político, o pioneiro do jornalismo independente foi condenado a dez anos de cadeia pelo crime de rebelião. A APC, entretanto, ficou sob a direção veterano Néstor Baguer, que a renomeio como *Agencia de Prensa Independiente de Cuba* (APIC) (BEAULIEU, 2013).

Após ser liberado graças às gestões do governo de François Mitterrand, Yndamiro Restano Díaz criou, em setembro de 1995, o *Buró de Prensa Independiente de Cuba* (BPIC) que fusionou o *Círculo de Periodistas de La Habana* e as agências *Patria* e *Habana Press*. O BPIC teve 21 correspondentes em diferentes províncias do país, abriu um escritório na cidade de Miami e seus conteúdos eram divulgados em emissoras radiofônicas do sul da Florida, cujas transmissões podiam ser escutadas em algumas regiões de Cuba. (BEAULIEU, 2013).

De acordo com Beaulieu (2013), entre 1996 e 2005, mais de trinta agências de imprensa foram criadas em todas as regiões de Cuba. Localizadas na capital Havana, as agências *Cuba Verdad*, *Nueva Prensa Cubana*, *Buró de Prensa 24 de Febrero*, *Cooperativa de Periodistas Independientes*, *Fundación de Periodistas Independientes Asociados* e *Agencia de Prensa Cívica de Cuba*, faziam parte de uma extensa malha que incluía, as agências *Patria*; *Prensa Libre Avileña*, *Sancti Spiritus Press* e *Centro Norte Press*, na região central do país; *Santiago Press*; *La Voz del Cauto*; *Oriente Press* e *Prensa Libertad*, na oriental; e *Abdala Press* e *Pinar Press*, na ocidental.

Com mais de trinta colaboradores, incluindo dez correspondentes provinciais, e com textos publicadas em jornais internacionais como o francês *Le monde*, o espanhol *La Vanguardia*, o estadunidense *El Nuevo Herald*, a *Cuba Press*, fundada em 1995 pelo poeta dissidente Raúl Rivero, foi uma das agências jornalísticas mais notáveis desse período. As matérias produzidas pela *Cubapress* também encontraram espaço na revista *Carta de Cuba*, criada pelo jornalista Carlos Franqui<sup>51</sup>, o ativista Mario García e sociólogo Andrés Candelario para divulgar o trabalho de jornalistas independentes residentes dentro e fora de Cuba. A agência visibilizou casos de injustiças, violações de direitos humanos, inação do Governo cubano, o cotidiano dos cubanos mais simples e eventos internacionais preteridos pelos veículos oficiais. O trabalho desta agência propiciou condições para que os leitores pudessem enxergar e refletir sobre seu próprio país e mundo, a partir de uma diversidade de fontes e não somente orientados pelo discurso único da imprensa governista (BEAULIEU, 2013).

---

<sup>51</sup> Após desentendimentos com o rumo comunista que a Revolução cubano tomou, Carlos Franqui abriu mão da diretoria do jornal *Revolución* em 1963 (FRANQUI, 1981). Cinco anos mais tarde passou a residir na Itália e rompeu definitivamente com o Governo cubano, depois que Fidel Castro apoiou a invasão soviética contra a Tchecoslováquia (FAVATTO, 2012).

Por outro lado, agências como *Habana Press* não praticavam um jornalismo meramente antissistema, porém livre, próximo das preocupações, a história e o cotidiano da população, daí que seja caracterizada por Beaulieu (2013, p. 322, tradução nossa) como “uma organização que permitiu que vários cubanos de diversos horizontes juntassem forças para mostrar ao mundo aspectos pouco conhecidos da realidade cubana e desafiar a política de censura e autocensura que orienta o funcionamento da mídia estatal”.

Ainda que em 1994 o serviço Internet não estivesse operativo em Cuba, nesse ano surgiu o site *Cubanet News*, o primeiro veículo independente cubano totalmente digital. A *Cubanet* se apresentou como uma organização sem fins lucrativos e apartidária que promoveria o jornalismo independente na Ilha, informaria sobre realidade cubana e contribuiria para fortalecer a sociedade civil (CUBANET, 2021).<sup>52</sup> O site publicava os textos produzidos por jornalistas e agências de notícias independentes que ainda não tinham acesso à Internet. Para resolver o obstáculo que implicava a falta de conexão, as matérias eram ditadas por telefone e gravadas automaticamente por um dispositivo instalado no escritório da *Cubanet* em Miami. Graças às doações entidades privadas e instituições vinculadas ao parlamento e ao governo dos Estados Unidos, como a *National Endowment for Democracy* (NED) e a *United States Agency for International Development* (USAID), *Cubanet* contou com fundos suficientes para a manutenção do sitio digital, remunerar seus colaboradores e enviar equipamentos para as agências noticiosas independentes na Ilha (BEAULIEU, 2013).

Além da presença de dezenas de agências, correspondentes e colaboradores em todas as regiões da ilha, outra das características distintivas do movimento de jornalismo independente foi a criação de associações profissionais. Em junho 1996 foi criado o *Club de Periodistas de La Habana* para propiciar o aperfeiçoamento jornalístico e ajudar os seus associados a desenvolver vínculos e contatos profissionais à escala internacional. Quatro anos mais tarde foi constituído o *Colegio de Periodistas Independientes de Camagüey* (CPIC) e, em 2001, começou a funcionar em Havana, a *Sociedad de Periodistas Manuel Márquez Sterling*. Ambas as organizações visaram a promoção da liberdade de expressão a capacitação dos afiliados e receberam apoio da organização internacional Repórteres sem Fronteiras. As revistas *De Cuba* e *Luz Cubana*, editadas pela *Márquez Sterling* e a CPIC, respectivamente, foram as primeiras publicações impressas produzidas e distribuídas em Cuba pelo movimento de jornalismo independente (BEAULIEU, 2013).

Autora de uma das poucas investigações sobre o jornalismo independente em Cuba entre as que tivemos acesso, a pesquisadora Sara Beaulieu (2013) destaca o ineditismo do movimento do jornalismo independente que surgiu no final da década de 1980. Segundo a estudiosa, no resto dos países socialistas

---

<sup>52</sup> Sobre CubaNet. Disponível em < <https://www.cubanet.org/sobre-cubanet/> >. Acesso em 08 ago. 2018.

não houve grupos de comunicadores que desenvolvessem uma rede articulada de agências informativas fora da lei. Uma parte dos jornalistas e da sociedade não se sentiam representados na mídia estatal e desejavam encontrar e/ou construir novos espaços de expressão. Assim sendo, o surgimento do jornalismo independente foi resultado da inconformidade dos cidadãos e da vontade de “denunciar as contradições da sociedade cubana, informar sobre o cotidiano do povo, a atualidade da dissidência que começava a se desenvolver, e as zonas da realidade nacional que a imprensa oficial ocultava” (p. 289).

Levando em conta sua relevância, abrimos parêntesis para mencionar que nesse universo de agências e veículos midiáticos independentes do Estado cubano se destacam, desde a década de 1980, diversas publicações religiosas — especialmente da Igreja católica — que constituíram esferas alternativas de informação, opinião e análise dos problemas econômicos, políticos e sociais do país (CRAHAN, 2013). Sem a posse de mídias eletrônicas (rádio e televisão) e com limitadíssimas possibilidades de usar a mídia estatal para divulgar suas mensagens, essas revistas católicas eram os únicos veículos próprios de que dispunha a Igreja para se comunicar com a sociedade para além das paróquias. Editadas pelos leigos da Igreja, as publicações<sup>53</sup> visibilizam atores, discursos, narrativas, fatos e acontecimentos preteridos pelo monopólio midiático estatal. Em 1996 foi fundada a União Católica de Prensa de Cuba (UPC) e, em 2014, o intelectual católico Gustavo Andújar foi escolhido para presidir a Associação Católica Mundial para a Comunicação (SIGNIS). No ano seguinte, a União Católica de Imprensa de Cuba e a filial cubana da SIGNIS se fusionaram para constituir a Associação Católica Cubana para a Comunicação (PADILLA, 2016).

Com base na pesquisa de Sarah Beaulieu (2013), pode-se afirmar que os fundadores das primeiras agências do movimento jornalístico independente em Cuba foram jornalistas e escritores expulsos do sistema de mídia do Estado por não concordarem com a política editorial definida pelo PCC. Segundo ela, “os problemas econômicos do momento evidenciaram as incoerências do regime, seu desejo de preservar a imagem da Revolução e apresentar uma visão da realidade que não correspondia com a realidade dos cubanos”. Nesse cenário de crise econômica e de credibilidade no regime, “muitos jornalistas não quiseram trair a ética da sua profissão e os seus próprios valores e preferiram afirmar-se publicando críticas à política revolucionária que os levaram à expulsão ou à demissão direta do cargo (p.346, tradução livre).

Em geral, o objetivo desses fundadores e dos que chegariam depois, era relatar aspectos da realidade ignorados pela mídia oficial, mas careciam de veículos próprios para divulgar sua produção jornalística, por isso publicavam em órgãos de imprensa localizados nos Estados Unidos, América Latina

---

<sup>53</sup>Em 2010 existiam 46 boletins e revistas, 12 sites em Internet e sete boletins distribuídos pelo correio eletrônico que chegavam direta ou indiretamente a mais de 250 mil pessoas (PADILLA, 2016).

e Europa. Presentes em todas as regiões do país, as agências de imprensa independentes também tiveram papel fundamental na visibilidade dos discursos e ações do incipiente movimento dissidente cubano, que buscava promover a democratização política por meio do ativismo pacífico (BEAULIEU, 2013).

O movimento do jornalismo independente desenvolveu-se em condições materiais, jurídicas e de segurança muito precárias. Financiadas pelos próprios jornalistas nos primeiros anos de vida, as agências, algumas instaladas na casa de seus integrantes, careciam de recursos e meios básicos de trabalho como gravadores, máquinas de escrever, computadores e até canetas. Ainda no início dos anos 2000, os jornalistas independentes enfrentaram muitas dificuldades para publicar seus trabalhos sobre Cuba. Os artigos foram ditados por telefone e transmitidos pela *Rádio Martí*, que tinha um programa para os jornalistas independentes se expressassem ao vivo ou gravassem os artigos para que fossem ouvidos dentro de Cuba. Em ocasiões, os textos saíam para o exterior nas mãos e malas de estrangeiros que os divulgariam em seus países. A partir do ano 2000, a comunidade internacional começou a apoiar o jornalismo independente em Cuba. Organizações europeias e americanas doaram computadores, gravadores de voz e publicações. Ao mesmo tempo, as embaixadas britânica, alemã, polonesa, sueca, francesa, espanhola, tcheca, japonesa, mexicana, americana, canadense e sul-africana colaboraram com artigos de papelaria e abriram suas portas para que jornalistas independentes pudessem se conectar à Internet (BEAULIEU, 2013).

### **5.3 A Primavera Negra**

Desde o surgimento das primeiras agências de imprensa, o exercício do jornalismo fora do monopólio estatal da mídia foi criminalizado pelo Estado cubano. O fato de serem independentes do Estado e receberem apoio de governos estrangeiro, incluindo Estados Unidos, desde seu surgimento o movimento de jornalismo independente foi monitorado de perto pelos órgãos de Segurança do Estado. A polícia política executou diversas ações para tentar desarticula-lo. Conforme a concepção instrumentalista da mídia, os máximos dirigentes do Partido-Estado se preocuparam com que a circulação de matérias que contrariavam a narrativa oficial e a imagem que desejavam apresentar da situação do país, provocasse o descontentamento e a desconfiança dos cidadãos no Governo e que as agências de imprensa independente contribuíssem para articular um movimento social capaz de ameaçar a estabilidade do regime político. Para evitá-lo, as autoridades tentaram intimidar os jornalistas independentes, organizando manifestações de repúdio em seus bairros, assédio policial, boletins de ocorrência forjados pela própria polícia, interrogatórios, buscas e apreensões e confisco de materiais e equipamentos de trabalho (BEAULIEU, 2013).

Um dos momentos mais marcantes da repressão do Estado cubano contra movimento de jornalismo independente foi a detenção, em março de 2003, e posterior julgamento de setenta e cinco dissidentes e opositores, dos quais vinte e sete eram jornalistas independentes.

Quais foram os antecedentes da chamada Primavera Negra, maior operação dos órgãos da Segurança do Estado contra a oposição cubana desde o fim da União Soviética?

Sancionada em 1992 pelo presidente George Bush, a Lei pela Democracia Cubana autorizou o financiamento da oposição e do movimento jornalístico independente e propôs estimular o fluxo de informação entre Cuba e os Estados Unidos. Robert Torricelli, congressista democrata e coautor da citada lei, acreditava que o aumento do serviço telefônico com Cuba e o fornecimento de máquinas de fax deveria ser permitido para ajudar grupos defensores dos direitos humanos, a Igreja católica e outras organizações que produziam e divulgavam conteúdo informativo que fugia da censura das autoridades cubanas. (DÍAZ, 2014).

Quatro anos depois, em março de 1996, o presidente Bill Clinton sancionou a Lei da Liberdade e Solidariedade Democrática a Cuba (Lei Helms-Burton).<sup>54</sup> A nova legislação endureceu o embargo contra Cuba, estabelecendo sanções a empresas não estadunidenses que traficassem com propriedades que pertenciam a cidadãos norte-americanos antes de serem nacionalizadas pela Revolução. Ao mesmo tempo, a Helms-Burton retirou do presidente dos Estados Unidos a prerrogativa de eliminar o conjunto de normas jurídicas que regulam as penalidades econômicas impostas à nação caribenha e deu esse poder ao Congresso, após comprovar que em Cuba vigora um regime político em sintonia com os princípios da democracia liberal (ROY, 1997).

Em meio ao recrudescimento do bloqueio econômico e ao aumento do ativismo do movimento opositor, o parlamento cubano aprovou a Lei 88 (da Proteção da independência nacional e a economia de Cuba), em fevereiro de 1999. A finalidade da também conhecida como Lei Mordaza é “tipificar e sancionar os atos que visem apoiar, facilitar ou colaborar com os objetivos da Lei Helms-Burton, o bloqueio e a guerra econômica contra nosso povo, no intuito de quebrar a ordem interna, desestabilizar o país e liquidar o Estado socialista e a independência de Cuba”. O artigo 7.1, entretanto, criminalizou a colaboração com mídias internacionais, em função dos objetivos citados no artigo primeiro (CUBA, 1999, tradução nossa).

A invasão dos Estados Unidos contra o Iraque, sob o pretexto da luta contra o terrorismo, coincidiu com o agravamento das tensões entre o governo de Fidel Castro e a administração de George W. Bush. Entre 18 e 25 março de 2003, o Departamento de Segurança do Estado de Cuba deflagrou uma operação

---

<sup>54</sup> A Helms-Burton foi sancionada sob pressão da comunidade de exilados cubanos e do Congresso depois que aeronaves da Força Aérea de Cuba abateram dois aviões da organização anticastrista *Hermanos al Rescate*, que sobrevoaram Havana para espalhar propaganda contra o governo de Fidel Castro, em 24 de fevereiro de 1996.

em todas as regiões do país que resultou na prisão de setenta e cinco dissidentes e opositores pacíficos, dentre eles, vinte e sete jornalistas independentes (BEAULIEU, 2013).

Os vinte e sete jornalistas independentes detidos foram autuados pelos dois crimes: atividades contrárias à independência e à integridade territorial do Estado cubano, e colaboração com mídias estrangeiras, a serviço dos objetivos. Julgados em processos sumários, todos foram condenados a penas de entre seis e vinte oito anos de prisão. Durante o processo judicial foi revelado que os jornalistas Néstor Bager e Manuel David Orrio, diretor da APIC e fundador da Cooperativa de Jornalistas Independentes de Cuba, respectivamente, eram agentes encobertos designados pelo DSE para monitorar as atividades dos integrantes do movimento jornalístico independente (BEAULIEU, 2013).

Segundo a decisão do tribunal que condenou Raúl Rivero e Ricardo González a vinte anos de privação de liberdade:

(...) os réus criaram agências de imprensa e revistas de viés subversivo totalmente ilegais em Cuba nas quais publicavam escritos com dados falsos sobre a situação econômica, política e social de nosso país. As publicações eram entregues na legação diplomática dos Estados Unidos em Havana, usadas por esse país em "ações contra nosso povo na arena internacional, em detrimento de nossa independência e integridade do território cubano, recebendo em troca dinheiro e meios de trabalho (CUBA, 2003, tradução nossa).

A decisão judicial não explicitou de que forma o trabalho de Rivero e González teria prejudicado a independência, a integridade territorial, a segurança nacional e a economia de Cuba. No entanto, concordamos com Beaulieu (2013) quando afirma que a desproporção das punições contra os setenta e cinco dissidentes, opositoristas e jornalistas e o evidente viés político-ideológico dos argumentos de seus julgadores, demonstraria que o objetivo desses processos não foi neutralizar uma ameaça iminente à integridade territorial do Estado cubano, mas atingir o movimento opositorista e desinibir o exercício do jornalismo independente na Ilha. Ainda segundo a pesquisadora francesa:

Por meio dessas decisões, as autoridades quiseram mostrar que não podem ser desafiadas impunemente, sem sofrer represálias. Seu objetivo era isolar figuras importantes, bem como dar o exemplo: com efeito, tratava-se de instilar medo na dissidência interna, esmagando-a para diminuir suas atividades. As autoridades esperavam que a condenação de alguns de seus principais líderes perturbaria seus oponentes e levasse muitos deles a desistir de suas atividades alternativas (BEAULIEU, 2013, p. 400, tradução nossa).

Diante das críticas da comunidade internacional, o governo cubano defendeu a legitimidade das condenações e afirmou que as garantias do devido processo legal e defesa dos réus haviam sido respeitados, apesar do caráter sumário dos julgamentos. No entanto, os Estados Unidos e a União Europeia condenaram a repressão contra dissidentes e opositores pacíficos e impuseram sanções políticas. Europa ordenou a diminuição das visitas oficiais e dos intercâmbios culturais entre Cuba e os países do bloco e orientou que opositores e defensores dos direitos humanos participassem com mais frequência nas recepções diplomáticas oferecidas nas embaixadas europeias em Havana. Até o papa João Paulo II, que visitou Cuba em 1998, mandou uma carta a Fidel Castro para expressar sua tristeza pelo encarceramento dos 75 opositores e pediu a Castro um gesto de clemência. Em paralelo, os 75 foram reconhecidos como presos políticos pela Anistia Internacional. Junto com essa organização, a Sociedade Interamericana de Imprensa, a Repórteres sem Fronteiras e a Human Rights Watch denunciariam a criminalização do dissenso e do jornalismo independente em Cuba e iniciaram uma campanha internacional para exigir a libertação de todos os condenados durante a Primavera Negra (BEAULIEU, 2013).

Em 2004, graças à mediação de José Luis Rodríguez Zapatero, primeiro-ministro da Espanha, Fidel Castro autorizou que sete dos setenta e cinco presos políticos, que tinham problemas saúde, completassem suas sanções em regime domiciliar, em troca do levantamento das sanções da União Europeia. Os contatos entre Havana e Madri continuaram e no primeiro semestre de 2005, mais catorze dissidentes saíram das prisões, após receberem licenças extrapenais. Finalmente, em 2010, já com Raúl Castro no poder, após novas conversas com o Governo espanhol e com a Conferência de Bispos Católicos de Cuba como mediadora, as autoridades cubanas determinaram a libertação dos últimos 52 prisioneiros políticos da Primavera Negra. Pressionados pelo DSE e abalados física e psicologicamente, a maior parte dos pioneiros do jornalismo independente partiram para o exílio na Europa e nos Estados Unidos. Outros, entretanto, assumiram o risco de permanecerem na Ilha para continuar informando (BEAULIEU, 2013).

O livro-reportagem *Los disidentes* apresenta a versão oficial de Primavera Negra. Nele, o jornalista Manuel David Orrio, o agente Miguel do DSE, comenta sobre a colaboração das agências informativas independentes com a Secção de Interesses dos Estados Unidos em Havana. Segundo Orrio, a representação estadunidense sediou várias reuniões, cursos e oficinas para jornalistas e oferecia material de escritório, gravadores, rádios, livros e folhetos informativos. Os diplomáticos estadunidenses solicitavam informação sobre a economia nacional, a situação socioeconômica, a vida dos dirigentes comunistas e estimulavam a produção de matérias que atacassem o governo de Fidel Castro e mostrassem os aspectos mais vulneráveis da realidade cubana (ELIZALDE, BÁEZ, 2003).

Num artigo de junho de 2003, publicado no jornal espanhol *El País*, Oswaldo Payá, líder do *Movimiento Cristiano Liberación*, afirmou que a Primavera Negra foi uma “ação desesperada do regime



para tirar a atenção da contradição essencial, que não é entre a dissidência e o Governo, mas entre o regime e o povo” (PAYÁ, 2003, tradução livre.). O entrecruzamento dos testemunhos de jornalistas independentes reunidos por Beaulieu (2013), os depoimentos de Manuel David Orrio e artigo de Oswaldo Payá, mostram a polarização das perspectivas sobre a condenação do Grupo dos 75 e os aspectos que perpassam o exercício das liberdades de expressão e de imprensa, assim como do ativismo político opositor na Ilha. A repressão contra opositores e dissidentes foi a resposta de um regime político não democrático que se sentiu ameaçado por atores e grupos que contestaram além do sistema unipartidário, agindo a favor da subordinação da sociedade civil ao Partido e a instrumentalização dos direitos, a negação do pluralismo, a criminalização do dissenso e limitação das liberdades econômicas e ausência de um Estado de direito.

Ainda que o Governo cubano e seus apoiadores insistissem em que a existência da mídia não estatal era resultado dos esforços dos Estados Unidos para mudar o regime político vigente em Cuba, além do financiamento de entidades estrangeiras, entendemos que o jornalismo independente surgiu do desentendimento de um grupo de profissionais com as normas e políticas que regiam o funcionamento da mídia estatal, da influência dos processos de democratização (ou restauração do capitalismo) no antigo bloco socialista, assim como um fenômeno decorrente da evolução da sociedade civil cubana, especialmente, o fim do mito da unanimidade ideológica do povo em torno da Revolução e seus líderes.

Surgido no final da década de 1980, junto com grupos e organizações políticas e de defesa dos direitos humanos, o movimento de jornalismo independente foi fundado por profissionais que abandonaram ou foram expulsos de meios de comunicação estatais. Entre 1989 e 2003 dezenas de agências noticiosas foram fundadas em todas as regiões do país. A mera existência dessas agências e a divulgação dos conteúdos que elas produziam em veículos jornalísticos localizados fora de Cuba foi visto como uma ameaça contra o monopólio informativo do Partido e contra a segurança do Estado cubano. Reportagens, notas, artigos de opinião, análises de especialistas, entrevistas apresentaram aspectos da realidade ignorados ou mesmo omitidos pela mídia governista. Pelo simples fato de operarem num regime não democrático, o jornalismo independente significou uma forma de militância política, porém sempre pacífica e autônoma do Estado e das organizações políticas opositoras.

A operação e os processos judiciais contra opositores e dissidentes cubanos, deflagrados em março de 2003, visou à desarticulação do movimento opositor cubano e do jornalismo independente. Na época, Fidel Castro (2003)<sup>55</sup> afirmou que “os chamados ‘dissidentes’” eram “mercenários do governo hitleriano de Bush” que traíram sua pátria e à humanidade. O encarceramento de setenta e cinco daqueles

---

<sup>55</sup> CASTRO, F. Cuba y el nazi-fascismo. Discurso pronunciado por el Presidente de la República de Cuba, Fidel Castro Ruz, en el acto por el Día Internacional de los Trabajadores, efectuado en la Plaza de la Revolución, el 1º de mayo de 2003. Disponível em: < <https://acortar.link/rSvi5u> >. Acesso em: 13/01/2021.

opositores pacíficos e jornalistas independentes foi condenado pela comunidade internacional. Para a economista Marta Beatriz Roque, a única mulher presa na época, a Primavera Negra foi um “ato de prepotência que violou as próprias leis ditatoriais” e abalou um movimento oposicionista que estava se fortalecendo (ROQUE, 2018). Apesar das pressões dos agentes do DSE, da perseguição, as prisões e os exílios de dezenas de seus fundadores e integrantes, a imprensa independente continuou a existir e entraria numa nova fase, a partir da ampliação do serviço a Internet em Cuba.

## 5.4 A revolução digital cubana

### 5.4.1 O dilema do ditador: a expansão da Internet em Cuba

Em 1992 a estadunidense Lei da Democracia Cubana (Lei Torricelli) permitiu que empresas norte-americanas estabelecessem serviços de telecomunicações com Cuba. Para o presidente George H. Bush a combinação de sanções econômicas e políticas de *soft power*, como o aumento do acesso dos cidadãos a informação fora do controle governo cubano, poderiam contribuir para a derrubada do regime de Fidel Castro e o estabelecimento de uma democracia alinhada com Washington. Na lógica da administração norte-americana, além de facilitar os vínculos com e entre as organizações oposicionistas, a conexão telefônica permitiria que as agências informativas independentes do Estado cubano, criadas por comunicadores dissidentes, transmitissem matérias que seriam publicadas em veículos de imprensa localizado no exterior.

Quatro anos depois da entrada em vigor da Lei Torricelli, a administração de William Clinton atuou para facilitar o acesso à Internet de determinados atores e setores da sociedade civil e ao mesmo tempo evitando que empresas e organismos estatais cubanos aproveitassem a rede em função do desenvolvimento econômico do país. Em agosto desse ano, a *Empresa de Telecomunicaciones de Cuba S.A.* (ETECSA) e a *Spring Corporation* assinaram um contrato que fornecia uma conexão de satélite de 64 Kbps de velocidade pelo valor de 10 mil dólares mensais. Finalmente, em 11 de outubro de 1996 Cuba foi conectada oficialmente à Internet (RECIO, 2014; UXO, 2009).<sup>56</sup>

De acordo com Carlos Uxo (2009), o surgimento da Internet trouxe um dilema difícil de resolver para os dirigentes em regimes não democráticos. No quadro da globalização, os governos autoritários poderiam optar por permitir o acesso generalizado à Internet em prol do crescimento econômico e da

---

<sup>56</sup>Enquanto a Lei Torricelli facilitava o emprego das telecomunicações a serviço da política que desde 1960 buscava o retorno de Cuba à órbita dos Estados Unidos, as companhias norte-americanas não podiam vender tecnologias e equipamentos necessários para que as estatais cubanas modernizassem o obsoleto sistema de telecomunicações do país. Apesar das dificuldades, impostas pelo embargo, desde 1992 a Ilha começou a desenvolver sua própria rede telemática nacional que conectou os servidores localizados no centro Nacional de Intercâmbio Automatizado de Informação (CENIAI), os clubes de computação de diferentes províncias e as redes do Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia e do Centro Nacional de Informação de Ciências Médicas (Infomed) (RECIO, 2014).

inserção do país nos mercados globais, mas levando em conta o risco de que essa tecnologia possa ser usada por grupos antissistema; ou pelo contrário, que possa restringir o acesso à Internet para evitar o risco de atividades desestabilizadoras e assumir os impactos negativos dessa medida no desenvolvimento econômico. O estudioso espanhol salienta que no caso de optar pelo controle político em detrimento do dinamismo econômico, os governos autoritários, a partir de critérios de prioridade, pertinência, confiabilidade e custo-benefício, escolhem as instituições e as pessoas que podem acessar a Internet. Desta forma, prescindem de “uma política generalizada de filtros”, em razão do alto grau de adesão ao governo das pessoas autorizadas a acessar à Internet (p. 126, tradução nossa).

O uso TICs, como um meio para visibilizar e articular os discursos e o ativismo político da oposição interna, colocou o Governo cubano num novo cenário que envolvia duas questões imprescindíveis para a continuidade do modelo socialista: a necessidade de aderir às TICs para impulsionar o crescimento econômico num mundo globalizado, de um lado, e o controle do dissenso e qualquer atividade que pudesse desestabilizar o regime.

(...) a própria existência da Revolução dependia de uma reativação imediata da atividade econômica, que em muitos setores estava praticamente estagnada. Nesse contexto, a Internet poderia se tornar uma ferramenta inestimável para auxiliar no processo de recuperação desencadeado pelas medidas de liberalização. No entanto, paralelamente às necessidades econômicas, a Revolução Cubana enfrentou novos ataques do governo dos Estados Unidos (UXO, 2009, p. 125, tradução nossa).

Ao favorecer a conexão dos grupos opositores e dos jornalistas independentes, o acesso às TICs abriu um novo front no conflito ideológico e político entre Cuba e os Estados Unidos. Em 1993, por exemplo, o adido cultural desde país em Havana enviou vários e-mails propagandísticos a endereços eletrônicos da rede dos clubes de computação estatais e posteriormente, a mesma rede recebeu uma onda de e-mails com críticas a Fidel Castro, enviados a partir de um servidor localizado no exterior (BOAS, 2000).

Em 2004, o governo dos Estados Unidos, por meio da Comissão de Ajuda a uma Cuba Livre<sup>57</sup>, solicitou que seus sócios europeus criassem pontos de acesso à Internet em suas embaixadas em Havana para permitir que determinados atores e organizações da sociedade civil se conectaram à rede global. Dois anos depois, a Comissão recomendou ao presidente George W. Bush a aprovação de um financiamento de 24 milhões de dólares para ampliar o acesso dos cubanos a informação independente

---

<sup>57</sup> Criada em outubro de 2003 pelo presidente George W. Bush, a Comissão para Ajudar uma Cuba Livre (Commission for Assistance to a Free Cuba), tinha dois objetivos principais: ajudar o povo cubano a acabar com o regime de Castro e planejar maneiras pelas quais o governo estadunidense podia prestar assistência ao povo cubano durante o período de transição para a democracia.

(não filtrada pelo Governo cubano), incluindo as conexões à rede mundial. Decidido a apoiar de forma mais efetiva atuação dos grupos opositores e dos jornalistas independentes, em 2007, Bush autorizou que determinadas organizações estadunidenses fornecessem computadores e meios de conexão à Internet em Cuba, porém manteve as medidas do embargo que criavam obstáculos para que empresas estatais cubanas adquirissem a tecnologia e os equipamentos necessários para a modernização dos sistemas de telecomunicações na Ilha. Paradoxalmente, um ano mais tarde, o mandatário estadunidense exigiu que o governo de Fidel Castro liberasse o acesso à Internet (UXO, 2009).

O caráter não democrático do regime cubano, as constantes tensões e desacordos políticos com os Estados Unidos e o fato desse país ter priorizado o acesso à Internet de grupos e atores dissidentes, fez com que integrantes de instituições vinculadas ao setor da defesa e da segurança nacionais, focassem mais nos ricos e ameaças que poderiam surgir caso a conectividade avançasse, em vez de ponderar as vantagens de generalizar o acesso à Internet. Na contramão, quadros vinculados ao Ministério das Comunicações e ao setor empresarial tinham uma visão mais desenvolvimentista que ponderava as vantagens que a conexão à grande rede mundial poderia oferecer para dinamizar a economia cubana (UXO, 2009).

Em agosto de 1995, um ano antes de Cuba se conectar à rede mundial por satélite, Fidel Castro afirmou: “já se fala da autoestrada da informação, de elementos que servirão para se enquadrar, por meio da propaganda e da influência na mentalidade humana, nessa ordem econômica que eles querem impor ao mundo” (CASTRO, 1995). A desconfiança do líder cubano se justificava pelo auge do neoliberalismo na América Latina e no resto do mundo. Contudo, em 1997 Castro já tinha expressado que “devemos estar informados sobre tudo. Agora que existe a Internet, qualquer informação pode ser obtida em questão de minutos desde qualquer lugar do mundo” e “isso não pode ser bloqueado” (...). Ninguém pode nos impedir de obtermos conhecimento” (CASTRO, 1997, tradução livre).

No ano seguinte, o Comandante reconheceu as possibilidades dos recursos de comunicação que Internet oferecia na luta (RECIO, 2014) pela conquista da opinião pública mundial em favor da causa de Cuba. Em diversas ocasiões Fidel disse que a Internet parecia ter sido inventada para os revolucionários e que, para ele, a tecnologia não era positiva nem negativa em si, mas um poder em mãos dos que a utilizam e que o poder nunca era neutro (ELIZALDE, 2006).

Enquanto um país de partido único como a China – após adotar um modelo de mercado sem democratizar o regime político – generalizou o acesso dos cidadãos à Internet para dinamizar sua economia, porém aplicando censura de conteúdo, advertências e punições contra os cidadãos que ousassem usar as redes para prejudicar os interesses do Estado (OXE, 2009), Cuba, que não contava com os recursos da potência asiática, cercada pelos Estados Unidos e sem a vontade de liberalizar totalmente sua economia, optou por uma espécie de terceira via que ponderou o uso social da Internet.

A estratégia de conectividade das autoridades cubanas tinha como objetivos fundamentais evitar que a Internet fosse utilizada para fins subversivos e, ao mesmo, fazer com que a maioria dos cidadãos, mesmo sem estar conectada ou possuir um computador particular, recebesse os benefícios que resultariam da conexão à rede mundial (UXO, 2009). A ideia era que os cidadãos não conectados se beneficiassem dos avanços que a conectividade de usuários autorizados ocasionaria nos campos da medicina, educação, cultura e economia.

Diferentemente da perspectiva individualista predominante no mundo, a estratégia cubana de informatização da sociedade baseava-se numa perspectiva coletivista que viu na Internet uma ferramenta social sob controle do Estado e usada em prol do benefício da sociedade. O modelo de apropriação das TICs promovido pelo governo de Fidel Castro focou na universalização do serviço em detrimento da universalização do acesso (UXO, 2009). A universalização do serviço foi realizada a partir da ampliação do número de pontos de acesso a um computador, com ou sem conexão à Internet, em locais que recebessem um maior número de pessoas: escolas, universidades, clubes de computação, bibliotecas públicas, sedes de organizações sociais e profissionais, etc.

Durante o período que o próprio Fidel Castro (1999) denominou a “Batalhas das ideias” (1999-2006) seu governo, com base no conceito do uso social das TICs, impulsionou a informatização do país sem aumentar o número conexões individuais e priorizando a produção de conhecimento e a educação. De acordo com Peñate (2013), a socialização das TICs foi realizada por meio do Sistema Nacional da Educação, o sistema de aperfeiçoamento e capacitação das empresas, a rede integrada pelos clubes de computação, os palácios dos pioneiros e os meios de comunicação. Um dos marcos do programa de extensão do aprendizado da computação em Cuba foi a criação da Universidade das Ciências Informáticas (UCI), em setembro de 2002.

Todavia, as ações para popularizar o ensino da computação, tentaram compensar a desconexão da maioria da população cubana à Internet. O excesso de coletivismo e controle que norteou o processo de informatização da sociedade cubana era condizente com os empenhos do Partido-Estado para monopolizar e manter sob controle o acesso dos cidadãos à recepção, produção e compartilhamento de informação. Uxo (2009) demonstra que os esforços das autoridades cubanas para evitar a exposição dos cidadãos a conteúdos produzidos ou distribuídos por fora das instituições midiáticas oficiais começaram antes de que Cuba se conectara a Internet. De acordo com a apuração feita pelo pesquisador espanhol,

O Decreto 209/96 (Sobre o acesso da República de Cuba às Redes de Alcance Global), de 14 de junho de 1996, estabeleceu a priorização da conexão para 'pessoas jurídicas e instituições de maior relevância para a vida e o desenvolvimento do país' (artigo 12), bem como a 'natureza seletiva' do 'acesso a serviços da rede informáticas de alcance global' (artigo 13). Da mesma forma, este Decreto criou uma comissão

interministerial composta por um total de seis ministérios para governar e controlar a Internet, uma decisão que dá uma visão do alerta existente sobre o assunto (UXO, 2009, p. 127, tradução nossa, aspas do autor).

No Decreto 209/96 se percebem os fundamentos legais que orientaram a caráter social do uso da Internet em Cuba e o papel regulador e intervencionista do Estado. Não obstante, normas publicadas posteriormente pelos ministérios do Comércio Interior, em 2001 e 2003, e o das Comunicações, em 2003, demonstram o bloqueio imposto pelo executivo cubano ao acesso dos cidadãos tanto às TIC quanto a qualquer aparelho que permitisse a recepção, reprodução e distribuição de conteúdo. Por exemplo, em dezembro de 2001 o Ministério de Comércio Interior proibiu a venda de computadores, impressoras, mimeógrafos, fotocopiadoras ou qualquer outro meio de impressão em massa, bem como de peças e acessórios a pessoas físicas, associações, fundações, organizações civis sem fins lucrativos. Dois anos depois, essa pasta vetou a venda de computadores, *motherboards*, microprocessadores, memórias, discos rígidos, chassis, placas de vídeo e gravadores de discos compactos. A venda de qualquer tipo de equipamentos de reprodução de vídeo também foi banida. Por último, em janeiro de 2004, o serviço de acesso à Internet, através de conexões pagas em pesos cubanos, para pessoas não autorizadas entrou na lista de proibições (UXO, 2009).

A informação aportada por Uxo (2009) revela que a ‘generosidade’ da Revolução fazia parte de uma engenhosa estratégia que de um lado, fomentava o acesso às TICs e ampliava a popularização do ensino da informática, regulava as formas de uso da Internet e as pessoas autorizadas a fazê-lo, e de outro, proibia que os cidadãos, inclusive os que possuíam recursos, adquirissem legalmente um computador ou pagassem uma conexão particular. Ao mesmo tempo, o governo de Fidel Castro tomou medidas drásticas para manter seu controle quase onisciente sobre a produção e circulação de publicações impressas e a distribuição e consumo de audiovisuais produzidos às margens da mídia estatal.

Combinando o uso social da Internet em função da cultura, a ciência e a educação com a restrição do crescimento de pontos de acesso individuais, a política de informatização da sociedade, implementada nos últimos anos da presidência do Fidel Castro, também visou enfrentar a estratégia dos Estados Unidos para atingir o monopólio informativo do Partido-Estado cubano.

Os esforços para garantir a conectividade de dissidentes e opositores foi uma das prioridades da luta ideológica entre Washington e Havana ao longo das duas administrações de George W. Bush (2000-2008). Uma prova das tentativas da Casa Branca de usar a Internet em função da estratégia para mudar o regime político cubano consta no segundo relatório da Comissão de Ajuda para uma Cuba Livre. A Comissão recomendou que o governo dos Estados Unidos aproveitasse as possibilidades da

conexão de satélite para fornecer o maior acesso possível à Internet a segmentos mais amplos do povo cubano, sem a censura do regime, por meio de pontos de acesso que poderiam funcionar em bibliotecas independentes e as sedes de organizações da sociedade civil independente (EATON, 2013).

Os planos de habilitar acessos à Internet clandestinos em Cuba continuaram durante a administração de Barack Obama. Em março de 2009 um tribunal de Havana condenou o empresário norte-americano Alan Gross a 15 anos de cadeia por crimes contra a segurança do Estado. Gross foi enviado a Cuba por uma empresa contratada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, siglas em inglês), para instalar pontos de acesso à Internet de satélite, sem autorização das autoridades cubanas (RAVSBERG, 2011).

Conforme dados do Escritório de Estatísticas e Informação de Cuba, em 2008, 1,45 milhões de pessoas tinham algum tipo de acesso à Internet, cifra que representa 12,9% do total da população (ONEI, 2017).<sup>58</sup> Contudo, essas estatísticas não levavam em conta a diferença entre acesso à rede mundial de computadores e o acesso à intranet nacional, conformada por sites, portais e plataformas de e-mail hospedados em servidores cubanos. O relatório *Latin Technology Index2009*, entretanto, calculou que, em 2007, apenas 3% da população da Ilha estava conectada à Internet. Os dados mostraram que Cuba era o país da América Latina com o menor número de usuários com acesso à rede mundial (UXO, 2009).

No entanto, as estatísticas cubanas e internacionais não incluíam os beneficiários da comercialização irregular de acessos à Internet e correio eletrônico. Nesse mercado paralelo de serviços digitais, as formas mais comuns de se conectar à rede, sem permissão oficial, eram o aluguel de contas de acesso pertencentes a instituições e/ou pessoas físicas autorizadas, a compra de senhas, cujo preço variava de 23 a 31 euros, o roubo de senhas de acesso e o uso de antenas parabólicas ilegais (UXO, 2009).

Embora Cuba priorizasse a popularização do ensino de informática, a falta de acesso pleno à rede mundial significava um obstáculo para o crescimento do nível educacional da população do país. Nesse sentido, Recio (2014) relacionava o baixo número de usuários conectados à rede mundial com o analfabetismo digital. Segundo ela, que os cubanos se apropriaram de Internet era urgente para apoiar com mais eficácia o desenvolvimento do país. Contudo, a alfabetização digital não seria completa com uma penetração de Internet tão irrisória que contrastava com as possibilidades que, em termos de conhecimentos e participação, a grande rede poderia oferecer para uma população sem adultos analfabetos, com uma média de 10 anos de escolarização e um dos sistemas de ensino público melhor avaliados da América Latina.

---

<sup>58</sup> O cálculo foi realizado a partir dos dados da população cubana (11,173,996) em 31 de dezembro de 2008 a cifra de usuários conectados à Internet (1,300,000) em 2007.

Ainda sem superar o dito dilema do ditador, o governo cubano alteraria a política de informatização da sociedade, a partir da chegada à presidência do país do general Raúl Castro, conforme explicamos na seguinte seção.

#### **5.4.2 Deliberacionismo autoritário?**

Em 31 de julho de 2006, uma doença intestinal grave provocou o afastamento de Fidel Castro da direção do país. O general Raúl Castro, irmão de Fidel e o primeiro na linha sucessória, assumiu a presidência da República e comando do Partido Comunista. No ano seguinte, durante o tradicional discurso de 26 de julho, Raúl anunciou a necessidade e urgência de realizar “reformas estruturais e conceptuais” no modelo econômico para garantir o avanço do socialismo (CASTRO, R, 2007<sup>a</sup>, tradução nossa).<sup>59</sup> Semanas depois, as organizações políticas, sociais e de massas paraestatais realizaram debates sobre os temas mencionados pelo presidente provisório e outros problemas internos que travavam o desenvolvimento do país, comprometendo a qualidade de vida de seus habitantes. Aqueles encontros foram uma espécie de catarse coletiva porque os cidadãos puderam expressar abertamente suas insatisfações, fazer críticas a políticas governamentais e até propor soluções para problemas acumulados ao longo das últimas duas décadas. Conforme Betancourt (2010),

Realizou-se um debate que envolveu toda a sociedade, no melhor estilo de uma chuva de ideias e propostas, que teve suas primeiras respostas no primeiro trimestre de 2009 quando foram anunciadas medidas e normas legais que iam na direção das demandadas pelo povo. Algo semelhante aconteceu com a sua intervenção na reunião ordinária de verão do Parlamento nacional, em agosto passado, quando avançou na implementação de outro conjunto de decisões, que também atendeu às expectativas dos cidadãos.

Dentre os diversos temas abordados no debate nacional, Bernal (2010) destaca os seguintes:

- As deficiências dos sistemas de saúde e de educação, afetadas pela falta de profissionais;
- A precariedade de salários, moradia e transporte pública;
- Os obstáculos à limitada iniciativa privada, representada pelos trabalhadores por conta própria;
- A baixa produtividade nas áreas agrícolas e suas consequências nos preços e disponibilidade de alimentos;

---

<sup>59</sup> CASTRO, R. Trabajar con sentido crítico y creador, sin anquilosamiento ni esquematismos. Granma, 26 jul. 2007. Disponível em: < <https://www.granma.cu/granmad/secciones/raul26/index.html>>. Acesso em: 12/01/2021.



- Os múltiplos requisitos burocráticos impostos ao investimento estrangeiro, apesar de se tratar de um setor chave para o desenvolvimento econômico;
- A burocracia que os cubanos deviam vencer para conseguir viajar para fora do país;
- A desigualdade gerada pela dualidade monetária entre os cidadãos que recebiam renda em dólares ou remessas do exterior e aqueles que recebiam ingressos apenas em pesos cubanos;
- As proibições impostas pelo Estado, que impediam que cidadãos cubanos se hospedassem em hotéis internacionais, tivessem acesso direto à Internet, comprassem ou importassem computadores e contratassem o serviço de telefonia celular.

Entre setembro e outubro de 2007, mais de cinco milhões de cidadãos participaram das 215687 reuniões. Nelas foram realizadas 3 255 344 intervenções o que resultou em 1.300.000 propostas concretas. “O objetivo principal e decisivo deste grande esforço”, afirmou Raúl Castro, foi a busca, com a participação consciente e ativa da grande maioria dos cubanos, das melhores soluções, conforme as possibilidades econômicas do país”. O General acrescentou que os dirigentes posicionados em qualquer nível “devem saber ouvir e criar um ambiente propício para que todos se expressem com absoluta liberdade” (CASTRO, R, 2007b, p. 99, tradução nossa).

As críticas, demandas e sugestões dos cidadãos foram encaminhadas para a Assembleia Nacional do Poder Popular num clima que misturou esperança e ceticismo. A esperança pela possibilidade de debater aberta sobre os problemas do país e o ceticismo porque debates anteriores não trouxeram grandes mudanças, mas se limitaram à adoção de medidas para resolver situações conjunturais. Assim havia acontecido com as discussões convocadas em 1986 e 1990, nas vésperas do terceiro e quarto congressos do PCC e com as consultas públicas realizadas entre dezembro de 1993 e maio de 1994 (BERNAL, 2010).

Em 24 de fevereiro de 2008, após ser eleito presidente de Cuba, pelos deputados da Assembleia Nacional do Poder Popular, Raúl Castro insistiu na importância do debate público e do envolvimento da população nas transformações econômicas e sociais que o país implementaria de imediato. O mandatário reconheceu que o Partido e a sociedade tinham de ser mais democráticos; que os cidadãos tinham oportunidade de expressar suas opiniões e ainda trabalhar para concretizar as decisões acordadas; e que a troca de opiniões divergentes poderiam surgir melhores soluções, sempre que o propósito fosse positivo e a opinião exercida com responsabilidade. Noutro trecho, Raúl chamou a não sentir medo das discrepâncias numa sociedade onde não existiam contradições antagônicas, dado o carácter não antagônico das classes sociais que a integravam (CASTRO, 2008).

O discurso de Raúl Castro foi a antecâmara do debate nacional que analisou o modelo econômico vigente e a pertinência de uma reforma que contribuísse para a solução de seus problemas. Na intervenção do presidente cubano se percebe a intenção de conservar a unidade entre um Partido –

caracterizado por uma rigidez ideológica e política que lhe permitiu monopolizar o poder político – e uma sociedade civil mais diversa, plural e ativa (PADILLA, 2017). Diversos estudiosos (CASTILLO, QUINTANA, 2016; PADILLA, 2016) coincidem em que o objetivo das novas rondas de debates populares foi construir o consenso necessário para que o processo de reforma econômica delineado pelos tecnocratas comandados por Raúl Castro, contasse com o respaldo da maior parte dos cidadãos.

Na época, o ex-embaixador Carlos Alzugaray (2009) afirmou que os pronunciamentos políticos de Raúl Castro se caracterizaram pelas chamadas para aprofundar a democracia, o diálogo e a deliberação como instrumento insubstituível para a construção de consensos. Todavia, ainda que Raúl Castro tenha valorizado o debate e exortado a exercer a liberdade de expressão nas consultas populares que antecederam o VI Congresso do PCC, realizado em abril de 2011, durante sua administração se mantiveram as práticas políticas verticalizadas, próprias de um regime que subordina a sociedade civil ao Estado e no qual, a mobilização social e os processos consultivos sempre são convocados pelos governantes para legitimar projetos, propostas e decisões previamente aprovados.

Convocados pelo Partido, executados pelas organizações paraestatais e carentes de caráter vinculativo, os processos consultivos em Cuba são exemplos do que Boagang He e Mark Warren (2011) denominaram "deliberação autoritária ou autoritarismo deliberativo", entendida como um debate público convocado e controlado pelo governo, que funciona como feedback para as autoridades e ajuda a medir o apoio ou rejeição dos cidadãos às propostas e decisões dos líderes. Ao criar a impressão de que os critérios de cidadania são considerados na tomada de decisões, a deliberação autoritária se inscreve como um tipo de ação comunicativa estratégica que pode reforçar o caráter autoritário do regime político ou contribuir para democratizá-lo. Afinal,

Essas práticas combinam o mando autoritário com a influência deliberativa, produzindo a aparente anomalia da deliberação autoritária. Embora a deliberação e a democracia geralmente se encontrem juntas, são fenômenos distintos. A democracia envolve a inclusão de indivíduos em questões que os afetam por meio da distribuição de poderes como votos e direitos. A deliberação é o tipo de comunicação que envolve a influência baseada na persuasão (HE, WARREN, 2017, p. 155, tradução nossa).

Muitos dos critérios, opiniões e propostas dos participantes nos debates sindicais, reuniões com especialistas e consultas nacionais, convocadas entre 2007 e 2009, foram incluídas no projeto de Diretrizes da Política econômica e social do Partido e a Revolução. Antes de sua aprovação no VI Congresso do PCC, celebrado em abril de 2011, o projeto foi submetido uma consulta popular, realizada de 1 de dezembro de 2010 a 28 de fevereiro de 2011. Já o então presidente Raúl Castro (2010) afirmou

a importância da opinião e do consenso para avançar nas transformações em prol da preservação do modelo socialista, tornando-o irreversível.

De acordo com Recio (2014), nessa nova etapa a busca pela eficiência econômica passou a ser a prioridade do Partido-Estado e, aos poucos, a perspectiva coletivista foi substituída por outra economicista, que entendeu que o acesso à Internet era um investimento necessário para o desenvolvimento econômico do país. Diferentemente da anterior, a administração de Raúl Castro (2007-2018) se caracterizou por um perfil mais racional, pragmático, tecnocrático e neodesenvolvimentista. Nesse período começou a implementação das medidas para diminuir o número de ministérios de órgãos estatais, fortalecer a institucionalidade fragilizada pelo voluntarismo de Fidel Castro que permitiu a criação de estruturas paralelas assumiam funções ministeriais; eliminar subsídios e gratuidades indevidas e acabar com a série de proibições identificadas nos debates populares e que tanto a população quanto o novo governo consideravam absurdas.

Sob o comando de Raúl Castro começou a implantação de um modelo de gestão, baseado numa “concepção diferente do socialismo”, que busca configurar uma forma de organização da econômica e da sociedade que envolva a participação de múltiplos atores, na contramão do modelo “estatista e estado-centrista” que vinha caracterizando a transição socialista em Cuba (ESPINA, 2012, p. 162, tradução nossa).

De certo, as mudanças estruturais implementadas pelo novo governo visavam à eficiência da máquina estatal, valorizavam o papel do mercado e da propriedade privada na econômica nacional, permitiram que, pela primeira vez em 50 anos, a compra e venda de casas e automóveis entre pessoas físicas fosse autorizada. A princípio, a flexibilização de alguns aspectos do modelo econômico socialista não significou a democratização do regime e do sistema políticos, nem se traduziu, como salienta Recio (2014), no fortalecimento imediato da capacidade da sociedade civil para fiscalizar a atuação dos agentes do Estado, convocar, por si mesma, debates e processos consultivos (referendos e plebiscitos) e exercer a iniciativa legislativa (apresentação de projetos de lei), conforme estava previsto pela Constituição de 1976, então vigente.

A prioridade outorgada a racionalidade econômica que caracterizou o governo de Raúl Castro priorizou o controle dos gastos públicos e o investimento em atividades e setores que dariam lucro em curto e mediano prazos, como a construção de infraestruturas para o turismo internacional. Segundo a pesquisadora Mayra Espina (2012), a reforma raulista subordinou a política social do Estado à tarefa econômica e não abordou, com a intensidade necessária, o problema das desvantagens e exclusões sociais existentes” (p.165, tradução livre). A mesma racionalidade seria aplicada às políticas de modernização e expansão das telecomunicações, especialmente, o acesso à Internet.

### 5.4.3 A vez dos desconectados: a ampliação do acesso à Internet

Desde que Raúl Castro assumiu o poder, o governo cubano teve que considerar as vantagens para a economia e as ameaças ao controle da informação que acarretaria a generalização do acesso à Internet dos cidadãos, daí que o Executivo optasse por uma expansão do acesso de forma vagarosa e controlada. No final de março de 2008, a Resolução 43/08 do Ministério de Comércio Interior autorizou a venda em pesos conversíveis (CUC)<sup>60</sup>, equivalentes ao dólar estadunidense de reproduzíveis de vídeo, computadores e seus acessórios a pessoas físicas, a partir de 1 de abril desse ano (MINCIN, 2008; EFE, 2008a;) e treze depois do anúncio, a ETECSA foi autorizada a estender a comercialização, também em pesos conversíveis, do serviço de telefonia móvel a todos os cidadãos cubanos. Segundo a estatal, o pagamento do serviço nessa moeda permitiria financiar o desenvolvimento da conectividade e subsidiar a instalação de novas linhas telefônicas, pagas em pesos cubanos, no setor residencial (EFE, 2008b). Contudo, as vendas de computadores e celulares em pesos conversíveis reforçou a brecha digital ao excluir os cidadãos que recebiam seus salários em pesos cubanos, ou seja, a maioria da população.

Em março de 2009, o comandante Ramiro Valdés, ministro da Informática e as Comunicações, confirmou a jornalistas que Cuba tinha planos para liberar o acesso à Internet, mas que os problemas econômicos e de infraestrutura obrigaram a adiar a decisão. Valdés acrescentou que após a chegada de um cabo submarino de fibra ótica que conectaria Cuba com a Venezuela, a capacidade de conexão aumentaria e o acesso à Internet seria incrementado (REUTERS, 2009). De acordo com a previsão inicial, o cabo ALBA-1 estaria operativo nos primeiros meses de 2010. O condutor melhoraria a segurança e rapidez das telecomunicações, mas não seria a solução de todos os problemas de conexão, já que o governo cubano teria que captar os recursos necessários para assumir custos de manutenção e investir na modernização da infraestrutura interna (JUVENTUD REBELDE, 2009).

A vontade política das autoridades cubanas para socializar o acesso à rede mundial foi reforçada pelo vice-ministro Boris Moreno Cordovés, que defendeu a importância da Internet para o desenvolvimento do país e reiterou que, por enquanto, a política de informatização continuaria a privilegiar os acessos coletivos e assegurou que a demora não tinha a ver com “preocupações nem preconceitos” e que a conexão em residências particulares não estava descartada, mas dependeria da solução de questões técnicas e de financeiras. O vice-ministro afirmou ainda que, do ponto de vista político, não existiam limitações de acesso a nenhum sítio web, exceto aqueles que divulgavam conteúdos xenofóbicos, pornográficos e contrarrevolucionários, assim como os usados para promover o terrorismo e a subversão da ordem política vigente em Cuba (JUVENTUD REBELDE, 2009, tradução nossa).

---

<sup>60</sup> Na época, um peso conversível (CUC) equivalia a 25 pesos cubanos (CUP).

Em concordância com a política de priorizar a habilitação de pontos de acesso coletivo, ampliar a conectividade e arrecadar os recursos para manter o serviço e realizar novos investimentos, em 17 de junho de 2009, o MIC publicou a Resolução 99/2009 que autorizou a empresa Correios de Cuba a fornecer acesso à Internet a pessoas físicas em salas de navegação criadas pela estatal em todas as províncias da Ilha (MIC, 2009). Apesar da importância dessa decisão, a mídia estatal não registrou um dos acontecimentos mais importantes do ano. A notícia só apareceu três meses depois, na reportagem “Cuba autoriza acesso livre a Internet”, escrita pelo correspondente da rede BBC em Havana (RAVSBERG, 2009, tradução nossa).

Salas de navegação foram abertas na maioria dos hotéis internacionais. Nesses locais, uma hora de acesso à Internet custava entre 7 e 10 CUC. O valor era muito alto, considerando que em 2009, o salário mínimo do país não atingia o equivalente a 20 dólares mensais<sup>61</sup>. Embora tenha sido um passo imprescindível na direção da universalização do acesso e do reconhecimento do direito à comunicação do povo cubano, os preços e a localização dos pontos de acesso em áreas centrais das capitais reforçavam o apartheid digital. Contudo, em sintonia com a racionalidade que orientava a política econômica de Raúl Castro, os preços então proibitivos, iriam a diminuir gradativamente.

Em 9 de abril de 2011, mais de um ano após a data prevista, o cabo de fibra ótica ALBA-1 chegou em Playa Siboney, localizada na província de Santiago de Cuba. Conforme expertos consultados na época, o ALBA-1 – que permitiria transmitir 160 Gbps e multiplicar em até 3000 mil vezes a velocidade de transmissão de dados – deveria começar a funcionar em julho desse mesmo ano (MARRERO, 2011; AGENCIAS, 2011). Não obstante, durante quase dois anos as autoridades cubanas não se referiram ao andamento da instalação do cabo submarino de fibra ótica que custou de 60 e 70 milhões aos cofres públicos de Cuba e da Venezuela.

Em 21 de janeiro de 2013, o pesquisador Doug Madory, da firma da estadunidense *Renesys*, afirmou que o aumento do padrão de velocidade de transmissão de dados em direção a Cuba indicava que o ALBA-1 estava operacional. A ETECSA não contestou as declarações de Madory, mas confirmou em nota que o sistema de telecomunicações ALBA-1 estava funcionando desde agosto de 2012 e que os testes de qualidade das transmissões de dados haviam começado em 13 de janeiro de 2013 (BBC, 2013). Posteriormente, a estatal reiterou que a ativação do condutor não multiplicaria automaticamente as possibilidades de acesso, pois seriam necessários investimentos na infraestrutura interna, bem como "aumentar os recursos em divisas estrangeiras, destinados ao custeio do tráfego da Internet, para

---

<sup>61</sup> Segundo o Escritório Nacional de Estatísticas de Cuba, em 2006 o salário médio era de 387 pesos (16 dólares), em 2008 subiu para 415 pesos (17 dólares) e em 2011 chegou a 455 pesos (19 dólares) (EFE, 2014).

conseguir o crescimento gradual de um serviço que hoje prestamos gratuitamente e com objetivos sociais” (ETECSA, 2013, tradução nossa).

A Resolução 197/2013 do Ministério das Comunicações, publicada em 27 de maio de 2013, autorizou a ampliação do serviço de acesso à Internet nas 118 salas de navegação que a ETECSA habilitaria em todas as províncias, a partir de 4 de junho de 2013. O preço por uma hora da conexão, que em 2009 era de entre 7 e 10 CUC, caiu para 4.50 CUC, em 2013 (VALLE, 2013). Esse valor, ainda alto, foi reduzido à medida que a operadora aumentou o número de pontos de acesso. Em 2020, o preço por uma hora de conexão cairia para 70 centavos de CUC. (SOL GONZÁLEZ, 2020).

Todavia, a maior expansão do acesso começaria em julho de 2015, após a abertura dos primeiros 35 pontos de Internet WI-FI, localizados em praças e espaços públicos (FRANCE PRESSE, 2015). Em dezembro de 2016, a operadora estatal iniciou os testes do plano *Nauta Hogar* (conexão de ADSL) e em abril de 2017, começou a instalar esse serviço em residências que além de cumprirem com determinados requerimentos técnicos, pudessem pagar a partir 15 CUC por de 30 horas de navegação a uma velocidade de 256/128 Kbps (MARTÍNEZ, 2017). Finalmente, em dezembro de 2018, a ETECSA habilitou a conexão à Internet para telefones celulares com tecnologia 3G (terceira geração) (FIGUEREDO, CARMONA, DOMÍNGUEZ, 2018). Em março de 2021, 40% dos usuários já utilizava o 4G (ALONSO FALCÓN et al, 2021).

Segundo dados divulgados pela ETECSA, em 2020 existiam 676 de salas de navegação e 1583 de pontos WI-FI (SOL GONZÁLEZ, 2020). Essas duas modalidades e o serviço *Nauta Hogar*, instalado em 187, 7 mil residências, foram as vias de conexão usadas por 1,250 milhões clientes. Nesse ano, 6,661 milhões linhas de telefonia móvel estavam ativas e 4,421 milhões de usuários se conectavam à Internet, através de dados móveis. (ALONSO FALCÓN, et al, 2021). As estatísticas mostram um aumento significativo da penetração de Internet em Cuba, nos últimos 12 anos (2009-2021), sobretudo, a partir 2015. De acordo com os dados da *Internet Live Stats*, a percentagem de usuários de Internet foi de 14,3%, em 2009, para 32,4%, em 2016. Já em 2018, segundo o relatório *Digital 2019* da agência britânica *We Are Social*, 6 470 000 pessoas, 56% da população, se conectava à rede mundial (ALONSO FALCÓN, 2019).

O relatório *Digital 2021*, apresentado em fevereiro de 2021, aponta que em janeiro desse ano, a Ilha tinha 7,70 milhões de usuários conectados. Assim sendo, o índice de penetração de Internet atingiu 68% da população. O relatório acrescenta que 6,28 milhões pessoas tinham uma conta nas mídias sociais. *Youtube* e *Facebook* eram as mais acessadas (KEMP, 2021). Os dados mostram que desde 2018 a ilha caribenha atingiu a meta de conectar até 50% da população à rede mundial, conforme havia recomendado a Agenda Conectar 2020, promovida pela União Internacional de Telecomunicações (UTI) das Nações Unidas (YUCABYTE, 2021). Aprovada em junho de 2015, em decorrência do compromisso de Cuba

com os objetivos da Agenda Conectar 2020, a Estratégia Nacional de Banda Larga de Cuba devia cumprir em até 2020 (MICOM, 2017), além de outros, os objetivos a seguir:

- Instalar a banda larga no 50% dos lares cubanos (1 942 950).
- Levar a banda larga móvel a 95% das capitais provinciais e áreas urbanas e até 90% nas rurais.
- Atingir 60% de penetração de serviços móveis, 6 651 563 de usuários e que 60% deles acessam a banda larga.
- Fazer com o preço da conexão por banda larga com velocidade igual a 256 kbps, não exceda 5% do salário médio mensal da população.

**Figura 13- Zona WI-FI, na rua Obispo, do Centro de Havana**



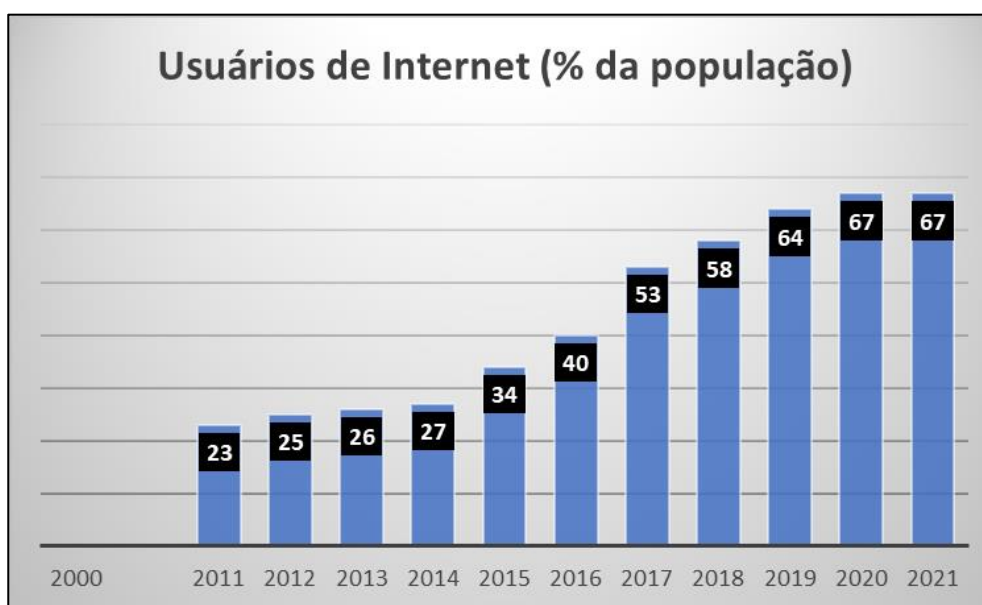
Fonte: Getty/BBC Brasil

Apesar dos avanços de Cuba na informatização da sociedade cubana, até 2021 a Ilha ainda não havia conseguido fazer com que a metade das residências contasse com acesso à Internet, nem levar a banda larga móvel até 50% da população (YACABYTE, 2021). Em janeiro de 2021, dos 6,1 milhões de celulares com acesso a dados móveis, apenas 19% utilizava uma conexão de banda larga (KEMP, 2021). De outra parte, o ranking de velocidade da banda larga, lançado pelo *Speedtest Global Index (2021)*<sup>62</sup>, revela que em fevereiro de 2021 Cuba possuía uma das conexões mais lentas do mundo com uma velocidade média de 29,7 mbps via celular e de 5,42 mbps, através de conexões fixas. No ranking específico da qualidade da banda larga fixa, a Ilha ficou no penúltimo lugar (174 de 175 países), acima do Turquemenistão e depois da Argélia.

<sup>62</sup> Disponível em: <<https://www.speedtest.net/global-index>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Segundo a ETECSA, em março de 2021, 189 mil dos lares cubanos, 5% do total, tinham acesso à Internet (ALONSO FALCÓN, *et al.*, 2021). Dados da ONEI mostram que dos 3,8 milhões de residências contabilizadas em Cuba, apenas 1,1 milhões de casas tinham serviço de telefone fixo. Nesse cenário, 29% das residências cubanas cumpriam os requisitos técnicos necessários para acessar à Internet, por meio de uma conexão ADSL. Diante dessas dificuldades, a ETECSA previu o uso roteadores WI-FI para expandir o serviço de banda larga no país (YUCABYTE, 2021). Se esperava que ao longo de 2021, a companhia continuasse a extensão da banda larga (fixa e móvel) com a instalação de 50 mil novas conexões no setor residencial, 32 mil delas, por meio de adaptadores WI-FI. Em paralelo, a tecnologia 4G deveria chegar a 50% dos conselhos populares (regionais) nos 168 municípios do país (ALONSO FALCÓN, *et al.*, 2021).

**Figura 14-- Usuários de Internet (% da população)**



Fonte: ONEI-Cuba. Elaboração própria

Todavia, os ingressos das famílias cubanas constituem outro dos fatores que dificultam o acesso à Internet. Segundo *Yucabyte* (2021, tradução nossa),

Um cálculo, baseado no plano de 4Mbps como velocidade de conexão oferecida pela ETECSA, indica que para pagar o serviço ao longo de um mês, uma família deve desembolsar 8.875 pesos, ou seja, cerca de 355 dólares estadunidenses ao câmbio de Cuba. Se levarmos em conta que o salário mínimo no país é de 2.100 pesos (84 dólares) pode-se deduzir que em Cuba o custo da internet em casa é um dos mais altos da região e, talvez, do mundo.



O ano de 2020 terminou sem que Cuba atingisse os objetivos relacionados com o acesso da população à banda larga. Entretanto, o quesito salário/ingressos pessoais também tem de ser considerado. Embora não tenhamos a porcentagem da população que recebe um salário mínimo, com base no valor salário médio, que em 2018 era 879 pesos (35 dólares) (ONEI, 2020a), é possível afirmar que os ingressos formais de grande parte da população cubana são insuficientes não apenas para pagar individualmente um plano de Internet básico, mas para adquirir computadores e laptops. Conforme a ONEI, Cuba tinha em 2018, 125 computadores a cada mil habitantes, quer dizer, apenas 12% da população contava com uma PC ou notebook particular.

Para entendermos as limitações do acesso às TICs em Cuba devemos levar em conta os impactos do comportamento da economia cubana, no decênio 2009-2019 e a permanência do embargo estadunidense, dois fatores que ainda limitarão o desenvolvimento do setor das telecomunicações na Ilha. Segundo o relatório que o governo cubano apresentou em 2020 na Assembleia Geral das Nações Unidas, as perdas ocasionadas pelo embargo no setor das comunicações e a informática foram estimadas em 64 274 042 de dólares, de abril de 2019 a março de 2020. Desse valor, 97% das perdas corresponderam à estatal ETECSA (CUBA, 2020).

As Regulações da Administração de Exportações dos Estados Unidos também prejudicam os desenvolvedores de aplicativos que vivem em Cuba e a qualquer pessoa que precise usar plataformas relacionadas com a produção e as finanças. Destarte, em 2020, as plataformas de vídeo-chamadas Zoom, as ferramentas para gestão de projetos Trello e Asana; bem como a plataforma de pagamentos Paypal e os serviços da Google para empresas não podiam ser usados desde Cuba (TOPPIN, 2020). Em 2019, o vice-presidente da filial havana da União dos Informáticos de Cuba, afirmou que por causa desse bloqueio, os programadores do setor privado não tinham acesso às certificações internacionais outorgadas pelas empresas Amazon e Google (DOMÍNGUEZ, 2019). Esses e outros fatores atingem a modernização dos sistemas cubanos de telecomunicações e os ingressos da população.

Nesse ponto é pertinente reiterar a preocupação da socióloga Mayra Espina (2012) acerca das desvantagens e exclusões sociais preexistentes em Cuba, assim como a subordinação dos programas sociais aos resultados econômicos, uma racionalidade que, como dito, perpassa a Política de Informatização de Cuba. Dentre os sete princípios dessa política estatal, a potencialização do acesso dos cidadãos ao uso das TICs”, ocupa o quarto lugar. Os dois primeiros correspondem à defesa do regime político estabelecido, a garantir a cibersegurança, a sustentabilidade dos sistemas informáticos e soberania tecnológica (MIC, 2017, tradução nossa). Isso não quer dizer que exista um divórcio entre os diferentes quesitos ou que não se complementem entre si, mas ilustra a hierarquia que o governo cubano outorgou a cada princípio.

Embora combine o acesso universal como o serviço universal, a política de informatização da sociedade cubana deixou em aberto a questão sobre como garantir o acesso à Internet das pessoas que não têm esse serviço em seus centros de estudo ou de trabalho nem podem pagar uma conexão nem comprar celular ou computador. Para além dos clubes de computação, existem centros comunitários, bibliotecas públicas, centros culturais, praças públicas com acesso à Internet gratuito e abertos a um segmento da população cubana de baixos ingressos? Ainda que essas perguntas excedam os propósitos desta pesquisa, são pertinentes para pensar e repensar o tamanho real da brecha digital em Cuba.

### **5.5 A agora virtual: da blogosfera à mídia digital independente**

Em 21 dezembro de 2004, a um ano e nove meses da prisão dos setenta e cinco dissidentes e opositoristas, dentre eles vinte sete jornalistas independentes, um grupo de dissidentes socialdemocratas lançaram a revista digital *Consenso*<sup>63</sup>, apresentada como um projeto de mídia colaborativa. Gerenciado por Marta Cortizas, Eugenio Leal, Miriam Celaya, Dimas Castellanos e Reinaldo Escobar e a futura blogueira Yoani Sánchez, a publicação foi acolhida na plataforma e DesdeCuba.com, (HENKEN, 2021; VINZENT, 2004). Conforme Henken (2021), a revista se apresentou como um site para o desenvolvimento do jornalismo cidadão, dando visibilidade a opiniões que não tinham espaço na mídia oficial ou em qualquer outra publicação subordinada ao Partido. Em seu primeiro editorial a *Consenso* advogou por uma linha pluralista, respeitosa e séria, longe dos ataques pessoais e dos insultos tão comuns à cultura política cubana.

Entretanto, é provável que a publicação digital não tenha alcançado a visibilidade desejada, pelo menos dentro de Cuba, um país que na época contava com apenas 27 computadores pessoais a cada mil habitantes e tinha 84 usuários de Internet, na mesma proporção (ONEI, 2020b). Os primeiros indícios da emergência do ambiente virtual cubano como um espaço de debate surgiram em janeiro e fevereiro de 2007, durante a chamada Guerrinha dos e-mails depois da reaparição, num programa da televisão estatal, de ex-dirigentes responsabilizados pela repressão e a censura contra intelectuais e artistas, na década de 1970. A presença dos ex-repressores na mídia nacional suscitou um debate, por meio do e-mail, que se estenderia durante vários meses. Esse incidente veio a demonstrar as possibilidades do correio eletrônico para a mobilização e coordenação da ação coletiva (DÍAZ, 2014). As discussões e trocas entre dezenas de intelectuais e artistas cubanos constituíram um marco para a apropriação das ferramentas digitais em função da conversação e o debate políticos e foi um sinal inequívoco da ampliação do espaço público nacional desde o ambiente virtual.

---

<sup>63</sup>A revista foi fundada no mesmo ano em que o presidente George W. Bush exortou os países europeus a abrirem pontos acesso à Internet em suas embaixadas num país

Segundo a dramaturga Ester Suárez, o correio eletrônico permitiu uma comunicação direta, plural e democrática entre os envolvidos na polêmica e estimulou o surgimento de um fórum virtual e real, no momento em que os intelectuais aproveitavam o espaço público para discordar e outros setores da população aderiram para agregar outras questões num debate que atravessou fronteiras geográficas, étnicas e culturais. A “vida pública cubana”, disse, “foi estremecida e revitalizada” (IPS, 2014).<sup>64</sup> Contudo, o fato de o debate haver acontecido numa rede fechada impediu a participação de outros setores da cidadania desconectados das TIC (HENKEN, 2021).

No momento que as discussões começaram a ultrapassar os limites do âmbito cultural e do ambiente virtual, a União dos Escritores e Artistas (UNEAC) e o Ministério da Cultura organizaram ciclos de conferências que propiciaram, durante dois anos, a análise crítica da política cultural adotada pelo país em 1971 (IPS, 2014) de forma controlada. A primeira delas, intitulada *El Quinquenio Gris: revisitando el término* foi realizada em 30 de janeiro de 2007 na Casa das Américas. Apesar do caráter público do encontro, jovens intelectuais sem vínculo com instituições culturais reconhecidas legalmente, dentre elas Yoani Sánchez, tiveram a entrada proibida (HENKEN, 2021).

A relativa abertura que caracterizou o debate via e-mail contradisse a segregação ideológica nas discussões presenciais que ocorreram a posteriori. Provavelmente, a presença de quadros do Governo, como o ministro da Cultura Abel Prieto, e vice-presidente Esteban Lazo, exigiu o controle de acesso. Não por motivos de segurança, mas para garantir um ambiente político adequado, no qual todas as vozes estivessem dentro da Revolução.

Diante da impossibilidade de ser convidada a debates organizados pelas instituições oficiais, Yoani decidiu levar a discussão sobre os problemas nacionais para o espaço público virtual, por meio de um blog que não fosse controlado pelas autoridades culturais. Foi assim que em abril de 2007 surgiu o blog *Generación Y*, um espaço de contestação ao governo cubano. No início, o blog estava hospedado na plataforma da revista *Consenso*, que em dezembro de 2007 foi rebatizada como *Contodos*, adotou um novo formato e começou a hospedar numerosos blogs pessoais (HENKEN, 2021).

Podemos afirmar que a Guerrilha dos e-mails, o debate nacional de finais de 2007 e a consulta popular, realizada entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, ambos convocados pelo Partido, denotaram uma discreta ampliação da liberdade de expressão no espaço público de uma sociedade, onde, como diz a frase atribuída a Santo Ignácio de Loyola, qualquer dissidência é traição. Os discursos de Raúl Castro, incentivando o diálogo e a crítica construtiva propiciaram um ambiente político que contribuiu para a dinamização do espaço público (PADILLA, 2016).

---

<sup>64</sup> IPS. IPS Cuba Cultura, 23 fev. 2014. Disponível em: <shorturl.at/frJO7>. Acesso em: 21/01/2021.

Depois de que o Ministério de Informática e as Comunicações autorizou acesso à Internet de todos os cidadãos cubanos (RAVSBERG, 2009), embora vagarosa, a ampliação do acesso ao serviço multiplicou as vias formais e informais de circulação de notícias, fez emergir uma blogosfera vigorosa que abrangeu diversos setores (GARCÉS, 2013) e começou a espelhar a diversidade e a pluralidade política presente na sociedade civil cubana. A seguir apresentamos a lista, elaborada por Díaz Rodríguez (2014), de alguns dos primeiros blogs cubanos: *Murciegraphos* (2004), do então estudante de engenharia Karel Pérez Alejo; *El blog de Yohandry* (2005); *El blog de Zoe Valdés* (2005), escritora cubana residente na França; *El blog de Ciro Bianchi* (2006), jornalista do jornal *Juventud Rebelde*; *Refranes cubanos* (2006), editado desde os Estados Unidos; *Cuba vista a las seis* (2006), do jornalista Leandro Estupiñán; *Cubaizquierda* (2005), do jornalista István Ojeda; *Bloggercracia* (2006), do professor universitário Alejandro Pérez Malagón; *Barhabana* (2006), editado desde a Argentina; e *Baracutey cubano* (2005).

De acordo com Díaz e Geoffray (2013 *apud* HENKEN; VOORT, 2014), vozes críticas que estavam isoladas se apropriaram das TIC para se visibilizar, iniciando a configuração de um espaço público mais ramificado e integrado. Conseqüentemente, acrescentou-se a produção alternativa de conteúdo desde de Cuba, nas escalas individual e coletiva, por meio de blogs, sites, plataformas e contas em mídias sociais como *Facebook* e *Youtube*.

Apesar das restrições legais, das dificuldades para acessar e navegar na Internet e da fragmentação do espaço público, o ambiente digital se consolidou como uma arena de disputas e confrontos simbólicos. Os debates entre apoiadores, críticos e detratores do governo cubano moldaram espaço público virtual dinâmico e plural (HENKEN 2011; HENKEN, VOORT 2014).

Os conteúdos veiculados em blogs, sites e mídis sociais, como *Twitter* e *Facebook*, refletem a diversidade de pontos de vista e demandas presentes na sociedade civil contemporânea. A blogosfera cubana se caracterizou pela visibilidade de temas pouco abordados na mídia oficial, a problematização da realidade nacional, a construção de espaços de diálogo, a denúncia e a pressão social sobre as autoridades (DÍAZ RODRÍGUEZ, 2015).

Diversos pesquisadores (HENKEN, 2011; DÍAZ, 2014; RAFULS, 2015, grifos dos autores) argumentam que, da polarização da blogosfera cubana, surgiram rótulos e estereótipos usados pelos diferentes segmentos para identificar, qualificar aliados e desqualificar adversários. Os atores que consideram que o regime político vigente em Cuba é uma ditadura são chamados ‘ciberdissidentes’, ‘mercenários’, ‘contra-revolucionários’. Díaz Rodríguez (2014, grifos da autora) aponta, entretanto, que os termos ‘ciber-revolucionários’ e ‘comunistas identificam’ um grupo também heterogêneo que inclui apoiadores do legado da Revolução cubana e defensores do socialismo. De outra parte, nesse universo

Rafuls (2015) identifica três grupos ideológicos fundamentais: ‘governistas’, ‘oposicionistas’ e ‘moderados’.

O terceiro grupo chama a atenção, pois seus membros conformam uma tendência dentro da esquerda que fazia “fortes críticas a certas políticas governamentais, mas suas polêmicas sempre se exercem desde um grande compromisso ético pelo aperfeiçoamento da singular alternativa de construção socialista que Cuba escolheu” (RAFULS, 2015, p. 37, tradução nossa). Essa facção retoma o dilema dos intelectuais cubanos da década de 1960, que acreditavam que ao apoio ao processo revolucionário não era sinônimo de acriticismo nem de subordinação ao Governo. Ou seja, partiam da ideia de que todos os cidadãos, não apenas os dirigentes, eram sujeitos da Revolução.

A blogosfera cubana atingiu seu ápice no sexênio 2010-2015. Nesse período, blogs individuais e coletivos começaram a se articular em grupos formados por atores localizados nos âmbitos profissionais e/ou pontos geográficos diversos que compartilhavam visões de mundo e interesses afins. Conforme Díaz Rodríguez (2014), a partir de 2008, a ampliação do conhecimento e o fortalecimento da capacidade de influência comunicativa e política, através da interação, fez com que diversos blogueiros conformassem “alianças em rede, por meio do aparecimento de comunidades de blogueiros como *Cuba Blogs Club*<sup>65</sup>, *Bloggers Cuba*, *Voces Cubanas*, *Red Protagónica* *Observatorio Crítico*<sup>66</sup> e *Blogosfera Cuba*”.<sup>67</sup>

A proliferação de centenas de blogs para falar sobre Cuba a partir de posicionamentos progressistas e independentes provou que a blogosfera cubana ia além dos embates entre os contrarrevolucionários e defensores acrílicos do Governo cubano. Dentre os blogs da esquerda crítica que surgiram nessa época destacamos: *La polémica digital* (Elaine Díaz); *La Joven Cuba* (Harold Cárdenas; Roberto G. Peralo; Osmany Sánchez); *La chiringa de Cuba* (Carlos Alberto Pérez); *Segunda cita* (Silvio Rodríguez); *Negra cubana tenía que ser* (Sandra Abdallah); *Paquito el de Cuba* (Francisco Rodríguez), *Observatório Crítico* e *Cubano en primer plano* (Alejandro Cruz).

Alguns desses blogs se destacavam pelo envolvimento na defesa dos direitos da comunidade LGBT, em iniciativas contra a discriminação racial, a violência gênero e o deterioro do meio ambiente. Embora moderados, nesses sites era possível encontrar críticas a determinadas políticas governamentais e artigos em prol da democratização do sistema político cubano (PADILLA; RAMÍREZ; CORCHO, 2017), mas sem ingerências estrangeiras e sem renunciar aos direitos sociais e econômicos conquistados após o triunfo da Revolução. Num contexto onde ser revolucionário é sinônimo de disciplina, incondicionalidade e subordinação aos desígnios da cúpula do Partido, o ato de *bloguear* (escrever num blog) era um exercício de rebeldia, de autonomia, de cidadania.

<sup>65</sup> Disponível em: <<http://cubablogsclub.blogspot.com/>>. Acesso em: 20/01/2020.

<sup>66</sup> Disponível em: <<https://observatoriocriticocuba.org/>>. Acesso em: 20/01/2020

<sup>67</sup> Disponível em: <<https://blogosferacuba.blogspot.com/>>. Acesso em: 20/01/2020

Outros blogs, como *Isla Mía* (Norallys Morales), *La Pupila Insomne* (Iroel Sánchez), *La isla desconocida* (Enrique Ubieta) e *Cambios en Cuba* (Manuel Henríquez Lagarde), mantinham um alinhamento tácito com o Governo, conforme mostram o teor dos artigos publicados, a militância política, os vínculos institucionais de seus editores e, especialmente, o fato de integrarem a lista de blogs revolucionários disponível no site oficial do PCC.<sup>68</sup>

A lista de blogs notáveis não estaria completa sem o *Cartas desde Cuba* e o *Voces desde Cuba*.<sup>69</sup> O primeiro, editado pelo jornalista uruguaio Fernando Ravsberg, na época correspondente da BBC, nasceu da necessidade de divulgar aspectos do cotidiano dos cubanos que não estavam sob os holofotes da mídia estrangeira. Apesar do tom moderado e respeitoso, os posts de Ravsberg geraram polêmica, debates e comentários de apoio e rejeição (ÁLVAREZ, 2014a). *Cartas* esteve no portal digital da BBC de 2008 a 2014. Após sua saída da rede britânica, Ravsberg continuou a atualizar o blog por conta própria.

Posteriormente, a BBC substituiu o blog de Ravsberg pelo *Voces desde Cuba*, para “ouvir vozes críticas da revolução que não encontram espaço na mídia cubana, mas também aquelas que apoiam o processo e os dos jovens que sonham em melhorar o sistema desde dentro”, pois “temos certeza que Cuba possui um alfabeto mais rico e diverso do que a mídia veicula” (ÁLVAREZ, 2014a). Uma sociedade que abriga “tanto aqueles que acreditam na revolução quanto daqueles que a criticam”. O blog também seria um espelho do “país de novas empresas privadas e ativistas. A ilha onde convergem um partido comunista e uma sociedade cada vez mais desigual”. Nesse espírito, o blog se tornaria “um espaço plural, onde as diferenças de critérios são respeitadas”. Conforme as normas editoriais da BBC, as opiniões estariam baseadas em dados verificáveis, as discrepâncias entre os autores convidados eram bem-vindas, se respeitaria o direito de resposta, mas ofensas, difamações e incitação à violência estavam proibidas. Para representar essa diversidade de vozes e perspectivas, a BBC convidou o escritor Leonardo Padura, a blogueira opositora Regina Coyula, o jornalista Yuris Nórido, do jornal oficial *Juventud Rebelde*, e o empreendedor Alejandro Rodríguez (ÁLVAREZ, 2014b).

Diante do crescimento do número de blogs independente, em 2013 o Estado propiciou a criação da *Reflejos*, a primeira plataforma nacional para hospedar blogs cubanos.<sup>70</sup> Apesar de beneficiar usuários que só tinham acesso à intranet nacional e blogueiros que procuravam mais visibilidade dentro de Cuba, os termos de uso da *Reflejos* impunham a censura ao considerar “contrarrevolucionário” qualquer conteúdo que, na opinião dos moderadores, causasse danos “à obra da Revolução”, aos seus dirigentes,

<sup>68</sup> Blogs governistas. Disponível em: < <https://www.pcc.cu/blogs>>. Acesso em: 21/01/2021.

<sup>69</sup> Disponível em: < [https://www.bbc.com/mundo/temas/blog\\_voces\\_desde\\_cuba](https://www.bbc.com/mundo/temas/blog_voces_desde_cuba)>. Acesso em: 20/01/2020.

<sup>70</sup> Em 1 de abril de 2021, a plataforma *Reflejos* tinha 4010 blogs ativos e 46 121 usuários, segundo a informação disponível em: < <https://cubava.cu/blogs/>>. Acesso em: 01/04/2021.

ao Governo, ao Estado, à obra de organizações políticas oficiais, forças de segurança e até mesmo à mídia oficial (REFLEJOS, 2013).<sup>71</sup>

Ao caracterizar a blogosfera cubana, Díaz Rodríguez (2014) destaca os aspectos a seguir: a emergência de um discurso reativo e uma reafirmação da identidade nacional; a autoafirmação e inclusão política de sujeitos sociais preteridos pela mídia estatal e pelos órgãos de representação política; a desterritorialização e as tensões tanto dentro/fora do sistema político cubano quanto do território geográfico; a contestação ideológica e a oposição ao sistema político cubano; e o aumento de alianças para ações discursivas, sociais ou outras, visíveis na formalização de comunidades de blogueiros. Alguns desses blogs eram seguidos por comunidades autoconstituídas como públicos, por via eletrônica, integradas por cubanos que vivem em diferentes países. Outros coletivos conseguiram se articular nessas redes que, ademais de apoiar materialmente [a blogueiros da Ilha], propiciava a participação de outros atores, enriquecendo a diversidade da sociedade civil e, portanto, contestando a definição de sociedade civil socialista “sancionada por decreto” (ARMONY, 2003, p. 28, tradução nossa, colchetes nossos).

Henken (2021) destaca a importância dessas redes de apoio no caso do *Generación Y*. O pesquisador estadunidense aponta que graças à popularidade internacional do blog se desenvolveu de uma rede cidadã de comentaristas internacionais, apoiadores e colaboradores internacionais que começaram a ajudar Yoani Sánchez e outros integrantes da crescente comunidade independente de blogueiros cubanos, gerenciando seus blogs desde fora de Cuba e traduzindo suas postagens em vários idiomas. Implementada após a ETECSA bloquear o acesso desde Cuba ao *Generación Y*, em março de 2008, essa tática permitiu que os conteúdos chegassem aos leitores localizados no estrangeiro. Para que os leitores locais continuassem a receber as atualizações do blog, Yoani e seus colaboradores começaram a salvar o site do blog num minidisco para distribuí-lo de mão em mão dentro de Cuba. Desta forma, Sánchez tentou furar o bloqueio interno, resultado da censura e das dificuldades para acessar à Internet.

No entanto, os problemas de acesso não diminuíram a potência subversiva inerente à mídia social. Uma potência que subverte a diferenciação entre o público e o privado, o real e o virtual, o profissional e amador”. A apropriação das TIC “permite uma maior comunicação independente e horizontal, compartilhamento de informações, convocação de públicos, financiamento coletivo, produção a quatro mãos e a colaboração livre e criativa”. Essas habilidades podem minar o poder da mídia tradicional (HENKEN, VOORT, 2014, p. 9, tradução nossa).

A emergência da mídia social em Cuba permitiu que as pessoas comesçassem a compartilhar comentários e críticas com um mínimo de segurança, dentro de um espaço virtual ainda ambíguo e desconhecido (HENKEN e VOORT, 2014). Inclusive em veículos estatais, como o *Cubadebate*, era

---

<sup>71</sup>REFLEJOS/CONDICIONES DE USO. Disponível em: <<https://cubava.cu/condiciones-de-uso-en-la-plataforma-reflejos/>>. Acesso em: 21/01/2021.

possível encontrar os comentários de cubanos que embora morassem fora da Ilha, aproveitavam esse espaço para opinar e conversar sobre assuntos de interesse geral, expressando pontos de vista nem sempre coincidentes com os do Governo e seus apoiadores (PADILLA, 2016).

Os valores da blogosfera cubana foram reconhecidos até por figuras que faziam parte da elite política do país. Em abril de 2012, a deputada Mariela Castro Espín, diretora do Centro Nacional de Educação Sexual e filha do presidente Raúl Castro, reconheceu as potencialidades das TICs para revolucionar a participação social. Castro Espín, uma apoiadora da luta pelo reconhecimento dos direitos das pessoas LGTB, afirmou que a blogosfera era um espaço de debate revolucionário e acrescentou que naquele momento, o melhor jornalismo de Cuba era feito na blogosfera que, segundo ela, era tão cubana quanto as palmeiras imperiais (HENKEN; VOORT, 2014).

Acreditamos que é possível estabelecer um paralelo entre o dinamismo e o crescimento da blogosfera cubana, a partir dos anos de 2000, e o surgimento, na década de 1960, de publicações culturais icônicas como o *Lunes de Revolución*, *El Caimán Barbudo* (MISKULIN, 2009) e *Pensamento Crítico*. Em ambas as etapas, os jovens procuraram espaços de expressão e de participação do processo de mudanças conduzido pelo Governo. Como esses anseios nem sempre encontraram espaço na mídia tradicional, os cidadãos iniciaram a ocupação do espaço público virtual. Nesse sentido, concordamos com Rafuls (2015, p.39, tradução nossa, colchetes nossos) quando afirma:

A ampliação do espaço da blogosfera em Cuba também respondeu ao crescimento de uma necessidade de comunicação e expressão que os meios de comunicação tradicionais não satisfaziam, a partir de perfis cada vez mais pessoais (...) Mais do que espectadores, [esses sujeitos] querem ser agentes ativos de uma sociedade já bastante transnacional, criando espaços de diálogo para a construção comum de novos significados.

A partir de 2014, o espaço público virtual entrou numa nova etapa, caracterizada pela emergência de veículos digitais independentes, alguns gerenciados desde Cuba, que começariam a desafiar a hegemonia do monopólio midiático estatal (MARREIRO, 2014).

A emergência da mídia digital independente coincidiu com o início da normalização das relações oficiais entre Cuba e os Estados. Em 17 dezembro de 2014, os presidentes Raúl Castro e Barack Obama anunciaram seus países restabeleceriam os vínculos diplomáticos interrompidos em janeiro de 1961. Durante um discurso televisionado, inclusive em Cuba, Obama (2014) defendeu o direito de acesso à informação e afirmou que outorgaria licenças para que empresas norte-americanas ampliassem a conectividade entre a ilha e continente.

Entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016, os governos cubano e estadunidense mantiveram encontros bilaterais sobre migração, proteção do meio ambiente, enfrentamento ao tráfico internacional



de drogas, agricultura, saúde pública, ciências marinhas, leis, entre outros temas, que cimentaram o caminho para a extensão da cooperação entre as duas nações. A distensão propiciou ainda que empresas dos âmbitos do comércio, a construção civil, a agricultura, a geração de energia e a saúde se interessassem pelas oportunidades de investir na Ilha, assim como a criação de espaços para a troca de informação e conhecimento entre cientistas, acadêmicos, artistas, ecologistas, juristas e outros profissionais estadunidenses e cubanos (PICONNE, 2016).

Doutra parte, famílias cubanas radicadas nos Estados Unidos entenderam que em vez da política de embargo econômico contra seu país de origem, diálogo e conciliação poderiam ser o melhor caminho para a superação do um conflito. No entanto, outros setores da comunidade de emigrados cubanos continuaram a apoiar a política que condicionava o fim do embargo à realização de eleições livres, ampliação e respeito dos direitos humanos e a compensação pelas propriedades nacionalizadas após o triunfo da Revolução (PICONNE, 2016).

Em abril de 2016, durante sua única visita oficial a Cuba, o Obama afirmou que a “Internet deveria estar disponível em toda a Ilha, para que os cubanos pudessem se conectar com o resto do mundo”; que a prosperidade sustentável também dependia da “troca de ideias livre e aberta” e que, sem acesso à informação online e a aceitação de diferentes pontos de vista, ninguém alcançaria seu potencial máximo. O mandatário também convidou os cubanos a aceitarem o pluralismo político e exaltou os valores da democracia liberal e sua contribuição para o progresso. Todos os cidadãos, disse, “devem ser livres para falar o que pensam sem medo, para organizar-se, para criticar seu governo e protestar pacificamente” sem que sejam detidos ou punidos de forma arbitrária e ainda acrescentou que assim como os estadunidenses, os cubanos deveriam escolher seus governantes “em eleições livres e democráticas”. O Presidente reconheceu a democracia estadunidense não era perfeita, mas foi o sistema que permitiu a organização dos trabalhadores, deu voz a pessoas comuns, propiciou o avanço dos direitos das mulheres e das pessoas homossexuais, bem como ofereceu ao povo norte-americano a oportunidade de lutar pelos seus sonhos e desfrutar de um alto padrão de vida (OBAMA, 2016).

A normalização das relações entre os Estados e Cuba facilitou ainda o acesso de profissionais cubanos a cursos de pós-graduação oferecidos em universidades norte-americanas. Foi o caso da jornalista e professora Elaine Díaz, que em 2014 recebeu uma bolsa para fazer um curso na *Nieman Foundation for Journalism* da Universidade de Harvard. Segundo a primeira *Nieman fellow* cubana, o diálogo entre ambos os governos trouxe coisas positivas que afetaram a imprensa. O encontro de Raúl Castro e Obama denotou que o diálogo era possível. “E onde há diálogo”, afirma, “há espaço para o dissenso”, que “não precisa de ser considerado traição, mas o resultado natural de sociedades que pensam, que discutem, que são diversas” (DÍAZ RODRÍGUEZ; ARENCIBIA, 2017, tradução nossa).

## 5.6 A aspiração principal é fazer jornalismo

Em dezembro de 2021, o ecossistema midiático cubano se caracterizava pelo predomínio de uma extensa rede de veículos midiáticos estatais sob controle direto do PCC que coexistia com uma diversidade de veículos que abarcava as publicações religiosas; a supracitada blogosfera, os órgãos de imprensa estrangeiros creditados pelo Ministério das Relações Exteriores e a mídia digital independente objeto desta pesquisa.

Segundo dados disponíveis em sites institucionais, o monopólio midiático do Estado cubano incluía o sistema de televisão, formado por 45 canais, cinco de alcance nacional, um internacional, dezesseis provinciais, dezessete municipais e seis digitais e cem emissoras, entre nacionais, provinciais e municipais integravam a rede nacional de rádio, que transmitia mais de 500 mil horas por ano (ONEI, 2022). Segundo o Instituto Cubano de Rádio e Televisão, 70 dessas emissoras já tinham um site no ar e 95 transmitiam ao vivo pela Internet (ICRT, 2022). Além da rádio e da televisão, oito jornais e revistas nacionais (com edições impressa e digital), quinze jornais provinciais e um jornal municipal e duas agências de imprensa, a *Cubana de Noticias* e a *Prensa Latina* completavam o aparato midiático (CUBAPERIODISTAS, 2015) dirigido pelo Departamento ideológico do PCC.

De acordo com Díaz Rodríguez (2018), vários dos veículos que integram a mídia digital independente começaram a emergir a partir de 2001, mas desse universo, dez, ou seja 70%, foram criados entre 2014 e 2016, coincidindo com o processo de normalização das relações diplomáticas entre Washington e Havana.<sup>72</sup> Em 2017, catorze desses sites haviam atingido certa notoriedade na Ilha e nas comunidades diaspóricas. São eles: *Progreso Semanal* (2001), *Diario de Cuba* (2009), *La Joven Cuba* (2010), *OnCuba* (2012), *El Toque* (2014), *Cibercuba* (2014), *14ymedio* (2014), *Periodismo de Barrio* (2015), *PlayOff* (2015), *Cachivache Media* (2016-2017), *El Estornudo* (2016), *Hypermedia Magazine* (2016), *Negolution* (2016), *Postdata* (2016) (DÍAZ, 2018), *Árbol Invertido* (2015), *Vistar* (2014), *Alas Tensas* (2016), *Rialta* (2016), *ADN Cuba* (2017) e *Yucabyte* (2018).

Até o primeiro semestre de 2021, a lista de veículos digitais independentes incluía, além dos já citados, *La Hora de Cuba*, *Puente a la Vista*, *Convivencia*, *Tremenda Nota*, *Proyecto Inventario* (DECLARACIÓN, 2021), *Cubanos por el Mundo*, *CubitaNow*, *Cubacute*, *Periódico Cubano*, *Cuba en Miami* e *Swing Completo* (JUANES, 2020).

Todos esses veículos estavam hospedados em servidores localizados fora de Cuba. Como será mostrado mais adiante, os requisitos legais e as disposições políticas que obstaculizam a inscrição de

<sup>72</sup>Embora não tenha sido um veículo jornalístico, o *think tank Cuba Posible* (2014) definido como “um laboratório de ideias” também se tornou um referente dos veículos cubanos não estatais.

qualquer mídia independente, no Registro Nacional de Publicações Periódicas, contribuem para acentuar o caráter transnacional e desterritorializado dos sites independentes aqui apresentados.

Em comparação com os blogs, muitos dos empreendimentos midiáticos que emergiram e/ou se consolidaram desde 2014, são projetos melhor estruturados, com mais recursos financeiros e humanos, no entanto, nenhum deles tinha ainda o tamanho e o alcance da mídia estatal, pois são plataformas exclusivamente digitais dirigidas para o público de um país, onde um grande número de pessoas não estavam conectadas à Internet e a impressão e distribuição em grande escala de periódicos era ilegal (RAFULS, 2015). Em geral, esses veículos publicam matérias sobre economia, política, sociedade, meio ambiente, ciência tecnologia, direitos humanos, empreendedorismo e negócios; assim como cultura e deportes. Sites mais antigos, caso de *Progreso Semanal* e *Diario de Cuba*, foram fundados por emigrados cubanos residentes nos Estados Unidos e na Espanha, respectivamente.

A mídia alternativa recebe colaborações de profissionais da comunicação, acadêmicos, artistas e ativistas que residem em Cuba e no estrangeiro. Ao mesmo tempo, graças à ampliação do acesso à Internet, cidadãos comuns, às vezes de forma anônima, aportam vídeos, fotografias, áudios, documentos para que suas demandas, denúncias e histórias sejam visibilizadas. As postagens de usuários em mídias sociais, como *Facebook* e *Instagram*, são outras das fontes de informação utilizadas pelas mídias não estatais.

No universo da mídia não estatal existem alguns órgãos especializados que miram determinados segmentos do público. Dentre eles destacamos, *Periodismo de Barrio*, focado em meio ambiente, desenvolvimento sustentável e comunidades vulneráveis; *Yucabyte*, em tecnologia e ativismo digitais; *El Toque*, em empreendimentos e cultura jurídica; *Negolution* e *PlayOff*, em negócios e esportes, respectivamente; *Alas Tensas*, dedicado a estudos de gênero; *Tremenda Nota*, visibiliza grupos sociais marginalizados<sup>73</sup>; *Vistar*, mundo do espetáculo; *El Estornudoe Rialta*, referentes do jornalismo narrativo; enquanto *Proyecto Inventario* e *Posdata*, se especializam em jornalismo de dados.

Conforme a pesquisa desenvolvida por Díaz Rodríguez (2018), até 2017 a totalidade dos veículos digitais independentes analisados se concentravam em temáticas nacionais, 35% incluía, além de notícias de Cuba, matérias acerca acontecimentos provinciais e os temas locais eram abordados por 21% das mídias. Os tópicos sobre questões sociais estavam na mira de 85% da mídia digital alternativa, as atividades culturais foram abordadas por 57% e os eventos políticos por 50%. Esporte e economia receberam a atenção de 42% e 35% dos veículos cubanos não estatais, respectivamente.

---

<sup>73</sup> Conforme Maykel González Vivero, diretor do site *Tremenda Nota*, eles publicam notícias, crônicas e opiniões sobre mulheres, afrodescendentes, migrantes e LGTB.

**Figura 15- Entrada de apresentação de Periodismo de Barrio**



Fonte: *Periodismo de Barrio*, 29/08/2015.

Alguns dos ganhos mais significativos das mídias emergentes tem sido: cobertura de questões silenciadas ou pouco abordadas na imprensa nacional; experimentação com novos gêneros e formatos; diversificação dos espaços de distribuição de conteúdo; estabelecimento de alianças com outras mídias nacionais e internacionais; assim como o reconhecimento que recebem por parte de instituições, organizações e empresas internacionais e até de governos estrangeiros (DÍAZ, 2018).

Os residentes na Ilha e nas comunidades diaspóricas constituem o principal público-alvo da mídia independente cubana. Não obstante, em 2018 apenas 41% desses veículos eram consultadas diretamente desde Cuba e 50% dos leitores se acessavam desde dos Estados Unidos. O resto dos leitores se conectavam desde a Venezuela, Uruguai, Espanha, Chile, Equador, México, entre outros países (DÍAZ, 2018). Em dezembro de 2020, conforme a lista dos vinte sites mais acessados desde Cuba, elaborado pelo aplicativo Alexa, da Amazon, a mídia independente *CiberCuba* ocupou a penúltima posição. No entanto, considerados apenas os sites de notícias, esse órgão foi um dos cinco veículos jornalísticos mais consultados desde Cuba, junto com os órgãos governistas *Prensa Latina*, *Cubadebate*, *Granma* e *Tribuna de La Habana* (KEMP, 2021). O resultado de *CiberCuba* é ainda mais meritório porque além de estar sediado na Espanha, até fevereiro de 2021, o acesso a esse site estava bloqueado dentro da Ilha.

**Figura 16– Matéria veiculada pelo El Toque**



Matéria publicada no *El Toque* em 20/04/2020. Captura de tela

As dificuldades para acessar à Internet de diversos segmentos da população e bloqueio de alguns sites de parte das autoridades cubanas, obrigaram algumas mídias independentes a distribuir os conteúdos por meio de listas de e-mails – como faz a revista *Árbol Invertido* desde 2005 – ou de arquivos em formato PDF que passam mão em mão, dentro de dispositivos de armazenamento portáteis ou colocados no chamado *paquete semanal* (pacote semanal), uma rede off-line de compartilhamento de informação, filmes, novelas, seriados e eventos esportivos, produzidos por redes de televisão estrangeiras, empresas de *streaming* como *Netflix* e *Amazon Prime* ou produtoras independentes cubanas.

Mesmo que as mídias digitais não estatais cubanas aqui estudadas não se autodenominem alternativas, o jornalismo que praticam, seus objetivos, o contexto onde operam, seu confronto com o monopólio informativo do Partido-Estado cubano e com as normas e políticas oficiais que orientam o funcionamento da mídia em Cuba, fez com que esses veículos se aproximem das noções de mídia alternativa (ALBERT, 1997; DOWNING, 2004; PERUZZO, 2018) e alguns podem ser exemplos de mídia cidadã (RODRÍGUEZ, 2001).

No ecossistema midiático cubano, veículos que mantinham um posicionamento crítico moderado perante o governo cubano, como *El Toque*, *Periodismo de Barrio*, *Tremenda Nota* e *La Joven Cuba*, coexistem com outros de viés oposicionista, como *CiberCuba*, *14ymedio*, *ADN Cuba*, *El Estornudo* e *Diario de Cuba*. Para além das diferenças políticas e ideológicas entre eles, o simples fato de existirem sem a permissão das autoridades cubanas e de convocar uma diversidade de vozes, fatos, visões de mundo e temas preteridos pela mídia oficial, coloca essa mídia alternativa em rota de colisão com o Estado.

A defesa dos direitos humanos, em geral, o direito à comunicação, particular constitui o denominador comum entre as mídias alternativa cubana. Num contexto caracterizado pela instrumentalização dos direitos civis e políticos e pela subordinação da mídia tradicional os objetivos da elite governante, consideramos que a mídia alternativa constitui um exemplo de exercício da cidadania comunicativa, conforme definida por Mata (2006). Ao mesmo tempo, a mídia alternativa contribui para articulação entre diferentes esferas do espaço público e para o empoderamento da cidadania em Cuba.

*Periodismo de Barrio*, por exemplo, defende "a diversificação das agendas midiáticas, políticas editoriais, abordagens, subjetividades, estilos, discursos e vozes nos espaços públicos de comunicação". Ciente do caráter plural da sociedade cubana, a equipe reconhece a validade de todas "as interpretações e construções da realidade" (...) para chegar à verdade e construir uma memória histórica coletiva, inclusiva, autêntica..."Para *Periodismo de Barrio*, todo "projeto social emancipatório, baseado na capacidade de mulheres e homens de pensarem livremente, exige um jornalismo responsável, rigoroso e honesto" e acredita que a liberdade de expressão, imprensa e informação são direitos necessários "para promover a participação consciente do cidadão e preservar a democracia, a soberania, a justiça social, a solidariedade, a dignidade humana e a natureza" (PERIODISMO DE BARRIO, 2015, tradução nossa).

A plataforma *El Toque* se define como "uma plataforma multimídia focada em contar a Cuba diversa, complexa, criativa e às vezes, também dolorosa ou oculta. O simples fato de existir faz com que essa mídia independente seja uma "aposta pela diversidade de vozes, estilos e funções no ecossistema de mídias que publicam para os cubanos". A equipe acredita num jornalismo rigoroso, sustentável, inclusivo e livre de qualquer forma de discriminação, apresentado em formatos criativos, originais e inovadores. Esse empreendimento midiático avalia a veracidade do discurso público, contribui para a tomada de decisões e trabalha para propiciar "espaços de diálogo sobre temas de interesse público, abertos à participação da cidadania de dentro e fora de Cuba. (EL TOQUE, 2021, tradução nossa).<sup>74</sup>

Já o *La Joven Cuba*, fundado em 2010 como um blog universitário, a partir de 2017 foi se transformando num veículo que prioriza a publicação de análises da realidade cubana, monitora as políticas governamentais e a agenda midiáticas, no intuito de "contribuir para a construção de uma nação mais inclusiva, participativa e próspera. O projeto aspira à promoção de "valores cívicos e a alcançar uma democracia socialista com um estado de direito robusto". Para *La Joven Cuba*, o exercício da crítica é um direito dos cidadãos e em razão disso, acolhe a diversidade de critérios e posicionamentos políticos,

---

<sup>74</sup> EL TOQUE/QUÍENES SOMOS. Disponível em: <<https://cutt.ly/JPOhgX>>. Acesso em: 21 fev 2022.

já que acredita “no valor imensurável da convergência de ideias diversas para a construção de consenso” (CONSEJO EDITORIAL, 2015, tradução nossa).<sup>75</sup>

Como dito, no ambiente virtual cubano mídias progressistas convivem com outras mais próximas conservadores. *CiberCuba*, por exemplo, se apresenta como uma plataforma de notícias que objetiva informar sobre a realidade de Cuba, a partir de fontes de informação que refletem a realidade cubana, desde uma perspectiva pluralista. Seus editores respeitam a subjetividade das fontes e dos comentários de seus seguidores (CIBERCUBA, 2015).<sup>76</sup>

A *ADN Cuba*, entretanto, é definida como uma "revista audiovisual, social e participativa de informação geral", focada nas realidades de Cuba e América Latina que defende a liberdade de pensamento e trabalha na promoção do respeito pelos direitos humanos e as liberdades individuais. A publicação digital oferece "notícias sem censura", propicia a “discussão responsável e debate aberto”, para ajudar os leitores a construírem uma opinião própria. Assim como *El Toque*, *ADN Cuba* publica matérias sobre direitos humanos, lutas da comunidade LGTB, economia, integração racial e empreendedorismo (ADN CUBA, 2020, tradução nossa).<sup>77</sup>

### Figura 17– Apresentação da revista El Estornudo



Fonte: *El Estornudo*, 14/03/2014

<sup>75</sup> CONSEJO EDITORIAL. Nosotros. *La Joven Cuba*, 21 mai. 2015. Disponível em: <<https://jovencuba.com/nosotros/amp/>>. Acesso em: 21 jan 2021.

<sup>76</sup> CIBERCUBA. Quiénes somos, 10 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.cibercuba.com/quienes-somos>>. Acesso em: 21 jan 2021.

<sup>77</sup> ADN CUBA. Acerca de ADN Cuba, 8 mai. 2020. Disponível em: <<https://adncuba.com/acerca-de-adn-cuba>>. Acesso em: 21 jan 2021.

**Figura 18– Apresentação do jornal 14ymedio**



Fonte: *14ymedio*. Captura de tela.

Fundado em 21 de maio de 2014 pela blogueira Yoani Sánchez e o jornalista Reinaldo Escobar, *14ymedio* se apresenta como o primeiro jornal completamente digital editado em Cuba. Os integrantes da equipe se declaram “devedores do esforço do jornalismo independente em Cuba para romper o monopólio da mídia oficial” e se comprometem “com a verdade, a liberdade e a defesa dos direitos humanos, sem ataduras ideológicas ou partidárias”. Acreditam ainda que “informar, opinar, abrir espaço para o debate, respeitar aqueles que pensam de maneira diferente, ajudará a harmonizar a liberdade de expressão com a responsabilidade cívica”. Na contramão do jornalismo governista, militante e partidário, *14ymedio* prometeu não incorrer “no jornalismo de barricada”, mas fazer jornalismo “no sentido mais amplo da palavra, sem pretensões pedagógicas ou concessões comerciais”. No olhar deles, “relatar, opinar, abrir espaço para o debate, respeitar quem pensa diferente, ajudará a harmonizar a liberdade de expressão com a responsabilidade cívica”. Como herdeiro dos iniciadores do jornalismo independente na Ilha, o jornal se inspira na “experiência de outras publicações nascidas em sociedades em transição para a democracia, onde a imprensa teve um papel na formação da consciência cívica e na conquista das liberdades” (14YMEDIO, 2014, tradução nossa).

Embora seus críticos tenham afirmado que seu objetivo era denunciar o Governo cubano, manter a fama de Yoani Sánchez e obter lucro, desde seu lançamento em 2014, o *14ymedio* tornou-se a organização independente de coleta de notícias mais proeminente e profissional da Ilha. Sánchez e Escobar capricharam para manter os altos padrões jornalísticos em um país onde o jornalismo oficial é pouco mais do que mera propaganda estatal e a imprensa dissidente sofre com a tradição de sobrepor a paixão ao profissionalismo (HENKEN, 2021).



Conforme sugere a visão dos fundadores do *14ymedio*, a imprensa independente deve lidar com o dilema de fazer jornalismo propriamente ou se tornar um veículo da propaganda a serviço dos setores da nação cubana que impugnam o regime socialista, pois a concepção que defende a instrumentalização e subordinação da mídia e dos comunicadores aos objetivos de determinados atores ou agrupações políticas e sociais, não é privativa do Partido Comunista de Cuba, seus militantes e os apoiadores do governo cubano.

Nesse sentido, em julho de 2020, a equipe editorial do site *Cubamet* (2020, tradução nossa) afirmou que o modelo de mídia partidarista “tem conseguido que do jornalismo independente se espere uma atitude similar, mas de signo contrário, ou seja, a subordinação absoluta, obrigatória à oposição cubana”. Para os editores, as exigências de que a mídia não estatal tomasse partido pela oposição política equivalia a esquecer que “a imprensa independente nasceu, precisamente, do ato de rebeldia mais arriscado da dissidência e como um reclamo do direito à livre expressão”. Dessa forma, *Cubamet* contestou os ataques contra o colunista Ernesto Pérez Chang, acusado de ser empregado do Governo cubano por analisar criticamente todas os atores e fatos, inclusive as organizações da oposição. Segundo a nota editorial, os detratores do trabalho de Chang se colocavam “ideologicamente em sintonia com Fidel Castro, que por pensar de modo similar, suprimiu a liberdade de imprensa...”

*Cubamet* não abriria mão do “dever ético de acolher todas as vozes opositoristas e acompanhá-las de modo solidário”, mas com “imparcialidade jornalística” e sem se subordinar a alguma corrente ideológica. Conforme o pioneiro da mídia digital independente cubana, “em meio de um contexto hostil, cheio de repressão, contenção, manipulação e encobrimento”, não “adanta forçar o jornalismo a ser um veículo de propaganda, um panfleto, quando na realidade sua função mais útil é informar a verdade com transparência” e advertiu ainda que, apesar das críticas, não se transformaria no “*Granma* da oposição” (CUBANET, 2020, tradução nossa).

Fundadas no final da década de 1980 por jornalistas e intelectuais dissidentes, as diversas agências de imprensa ilegais foram as pioneiras do jornalismo alternativo ao Estado. Em 2003, como parte de uma batida do governo cubano contra opositores e dissidentes, 25 jornalistas independentes foram condenados a longas penas de prisão em regime fechado.

A expansão das TICs e da Internet no mundo colocou o governo cubano diante do dilema do ditador, uma vez que se apresentou como uma necessidade e uma oportunidade para a inserção do país no mercado global de bens e serviços e, ao mesmo tempo, como uma ameaça à hegemonia ideológica e ao controle político do PCC sobre a sociedade. De outra parte, a suspeição das autoridades cubanas era compreensível, considerando que tanto a Lei Torrecelli quanto as políticas implementadas pelas administrações de George H. Bush, Bill Clinton, George W. Bush y Barack Obama, estimularam o uso das TIC e da Internet para quebrar o monopólio informativo do governo cubano, fomentar a constituição

de uma sociedade civil oposicionista, bem como propiciar o surgimento e o posicionamento de veículos midiáticos independentes do Estado. Isso tudo para impulsionar uma mudança de regime político na ilha caribenha.

Embora vagarosa, a expansão gradual do acesso dos cidadãos à Internet, a partir de 2014, levou ao surgimento da blogosfera cubana, primeiro, e de mídias digitais independentes mais profissionalizadas, posteriormente, como explicamos neste capítulo. Os blogs e a mídia digital independentes não apenas começaram a competir com a mídia estatal, mas também refletiram a diversidade e a pluralidade existentes na sociedade cubana contemporânea. No ambiente virtual, a maioria desses veículos alternativos apresenta temas, histórias, assuntos, grupos, setores sociais e comunidades que são negligenciados pela mídia dominante.

\*\*\*\*\*

Neste capítulo, vimos que no histórico do surgimento e evolução da mídia independente da estrutura midiático-partidarista em Cuba se destacam três momentos. O primeiro, de 1989 a 2005, com a criação de dezenas de agências de imprensa, na capital e no resto das regiões do país, cuja auge foi interrompida pelo encarceramento em 2003 de vinte e sete jornalistas independentes, precursores das iniciativas cidadãs em prol do direito à comunicação que vieram depois. O segundo, de 2007 a 2010, abrange a conformação da chamada blogosfera cubana, e a terceira, a partir de 2014 e 2016, assinalada pela emergência e a consolidação de dezenas de veículos jornalísticos independentes.

A reconfiguração da sociedade civil cubana nas últimas três décadas, as consultas e debates públicos convocados entre 2007 e 2011 pelo então presidente Raúl Castro —para legitimar o processo de atualização ou reforma do modelo econômico cubano—, a polêmica intelectual conhecida como guerra dos e-mails e, fundamentalmente, a vagarosa expansão do acesso à Internet da cidadania a partir de 2009 e o reatamento das relações diplomáticas Cuba-Estados Unidos, dinamizaram o espaço público cubano no ambiente virtual. Nesse espaço, a mídia digital independente opera como esfera alternativa de informação, debate, coexiste as publicações religiosas, a mídia estrangeira creditada e o monopólio midiático com a mídia estatal, visibilizando no ecossistema midiático cubano — caracterizado pelo predomínio de veículos controlados pelo Estado — a diversidade e o pluralismo presentes no tecido social cubano.

## CAPÍTULO 6. SINTOMAS DE UMA SOCIEDADE QUE SE EMANCIPA

### 6.1 Das políticas e leis de comunicação em Cuba

Em seu livro *Revolución, socialismo, periodismo: la prensa y los periodistas ante el siglo*, o pesquisador Julio García Luis comentou as lacunas provocadas pela “ausência total de uma legislação positiva” sobre a imprensa, foram preenchidas pela política, a cultura política e orientações escritas e não escritas. O estudioso também ponderou a necessidade de se manter em aberto o debate sobre a conveniência de uma lei de imprensa ou da criação de um órgão estatal que regulasse a organização e administração da mídia estatal (GARCÍA LUIS, 2013, p. 185, tradução nossa). Entre 2013 e 2017, diversos autores (ARENCEBIA; 2017; DÍAZ, 2017; ESPACIO LAICAL, 2013; GALLEGO, 2017; GARCÉS, 2013) contribuíram dessa partir de diferentes cenários, para o debate sobre os problemas da imprensa estatal e a pertinência da publicação de uma norma jurídica que regulamentasse o acesso à informação, a atividade jornalística e o funcionamento dos meios de comunicação em Cuba.

Em “Propostas para uma refundação da imprensa cubana”, dossiê publicado pela revista católica *Espacio Laical*, em março de 2013, o jornalista Luis Sexto defendeu a conveniência de uma lei que regulamentasse, “em termos gerais, o papel da mídia” e codificasse legalmente a “deontologia do jornalismo”. Essa legislação, apontou o também colunista de jornal *Juventud Rebelde*, só faria sentido se reconhecesse “a capacidade de autorregulação da imprensa”. O cientista político Esteban Morales complementou a proposta de Sexto, apontando que a uma legislação desse tipo deveria garantir o acesso dos jornalistas à informação de interesse público disponível em órgãos estatais e obrigar a seus servidores e dirigentes a fornecer-la assim que solicitada. Ao mesmo tempo, a norma deveria exigir um jornalismo orientado pela veracidade e a rejeição da violência e de qualquer tipo de discriminação na imprensa (ESPACIO LAICAL, 2013, p. 46, tradução nossa).

Quatro meses após a publicação das propostas para refundar a imprensa cubana, no IX Congresso da paraestatal UPEC, realizado em julho de 2013, o jornalista Raúl Garcés também defendeu a necessidade de uma lei de imprensa porque:

Daria suporte jurídico para a atuação profissional dos jornalistas, reivindicaria a informação como um direito público e articularia as relações com as fontes de forma mais orgânica, entre outras vantagens. No entanto, alerta que não será a solução para todos os nossos problemas. Várias orientações anteriores do Partido e do Bureau Político, que, mesmo sem força legal, têm a força moral das instituições que as originaram, foram

submetidas pelas fontes à velha prática de ‘se acata, mas não se cumpre’ (GARCÉS, 2013, tradução nossa, grifos do autor).

Portanto, a “necessidade de comunicar não pode ser imposta apenas por decreto, tem que ser uma força natural, um movimento, uma demanda que nasça das entranhas da sociedade”, acrescentou e então diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Havana (GARCÉS, 2013, tradução nossa).

Contudo, identificamos que alguns dos documentos consultados indicavam a pertinência de uma lei para regulamentar a atuação da imprensa também foi questionada. Conforme Jorge Gómez Barata, jornalista e ex-funcionário do Departamento Ideológico do Comité Central do PCC, a imprensa cubana não necessitava de mais garantias legais para além das já existentes, pois segundo ele,

O problema não é jurídico, mas político, e não é funcional, mas estrutural. Não é preciso regular os direitos dos jornalistas, mas sim equilibrar os do Estado e da burocracia. Não me parece que seja necessária uma lei de imprensa ou um Ministério da Informação; mas leis e práticas institucionais transparentes e corretas. (...). Uma lei de imprensa pode complicar ainda mais a situação e criar a ilusão de que algo será resolvido pela via judiciária (ESPACIO LAICAL, 2013, p. 48, tradução nossa).

Dentre todos os participantes no debate articulado pela revista *Espacio Laical*, apenas Jorge Gómez Barata se referiu, como mostra a citação anterior, a dois aspectos chave para a democratização da comunicação e a prática de um jornalismo de qualidade que cumpra com sua função social: a necessidade de colocar limites ao poder do Estado e da implantação da transparência como um valor da administração pública. Ambos os aspectos fazem parte dos princípios que segundo a *Coalizão para Comunicação Democrática*, de Uruguai devem orientar qualquer processo que pretenda realmente democratizar os ecossistemas midiáticos nacionais.

Em debate que aconteceu quatro anos depois, a jornalista Elaine Díaz Rodríguez concordou, já que no olhar dela, a leis de imprensa não condizem com as necessidades do exercício jornalístico no contexto info-comunicacionais atual e assegurou que o realmente imprescindível era uma “Lei da Transparência e Acesso à Informação Pública”, inspirada na publicada na Suécia ou na *Freedom of Information Act* (Lei da Liberdade de Informação) dos Estados Unidos, de 1965 (DÍAZ, ARENCIBIA, 2017).

Nas análises chamou a atenção que, em nenhum dos debates a que tivemos acesso, se mencionam normas jurídicas que regulam as supracitadas matérias e que são referentes regionais como, por exemplo:

a Lei da Transparência (Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009) e a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), publicadas nos governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef, respectivamente, para regular a publicidade da informação de interesse social sob custódia dos órgãos da administração pública federais, estaduais e municipais e o acesso dos cidadãos a esses dados.<sup>78</sup>

Contudo, no debate publicado na revista *Espacio Laical*, o jornalista Justo Planas afirmou que, para além de uma lei específica, a efetividade das garantias legais para imprensa e o jornalismo cumprissem sua função social novas normas jurídicas em todos os âmbitos da sociedade eram necessárias, assim que a sociedade civil, os cidadãos, os dirigentes do Partido-Estado e os funcionários públicos reconheçam a importância do direito de acesso à informação (ESPACIO LAICAL, 2013).

Em julho de 2013, Marino Murillo, chefe da comissão de implementação dos acordos aprovados no VI Congresso do PCC, informou à Assembleia Nacional do Poder Popular sobre a criação de um grupo temporário para a elaboração de uma proposta de política comunicacional do governo cubano. Uma semana depois, na cerimônia de encerramento do IX Congresso da UPEC, o vice-presidente Miguel Díaz-Canel (2013) ratificou a informação divulgada por Murillo e acrescentou que os trabalhos haviam começado em abril de 2013.<sup>79</sup> Segundo o mandatário, a partir de um “diagnóstico de todos os problemas que afetam a comunicação social”, seriam apresentadas propostas com ajustes estruturais e funcionais necessários, além da redação, sanção e implementação de normas jurídicas, que levariam em conta as singularidades do contexto cubano e a experiência legislativa de outros países. Contudo, o dirigente ponderou a importância de apoiar os profissionais da imprensa não só na implementação das futuras normas legais, mas na concretização de orientações do PCC sobre o trabalho de imprensa que já estavam em vigor (DÍAZ-CANEL, 2013) e não eram cumpridas.

Dois anos depois da intervenção de Díaz-Canel no congresso dos jornalistas, o pesquisador Rafael Salazar (2015) reforçava, na ausência dela, a importância da participação social na elaboração de uma política comunicacional que, na opinião dele, deveria colocar a comunicação no centro da reforma econômica executada pelo Governo desde 2011. O estudioso salientou que a participação dos sujeitos/objeto de mudança na elaboração da política nacional de comunicação devia preceder sua implementação e advertiu que a “repetição de esquemas antigos e desgastados, caracterizados por comissões que formulam políticas a portas fechadas, em condições semelhantes às de um laboratório,

---

<sup>78</sup>A Lei de Acesso à Informação regula, dentre outras questões, o direito a receber informação dos órgãos públicos, conforme previsto no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 2011). A partir de sua entrada em vigor, maio de 2012, a norma significou um avanço na transparência e na obtenção de informações de interesse público. Segundo Araújo (2015), dita norma tem propiciado o abandono da “cultura do segredo que prevaleceu na gestão pública” e contribuído para “conscientizar a população de que a informação pública pertence ao cidadão e cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva e compreensível a atender eficazmente às demandas da sociedade”.

<sup>79</sup>O IX Congresso da UPEC se realizou de 13 a 15 julho de 2013, no Palácio das Convenções de Havana.

não parecia ser a opção mais viável, muito menos o começo mais afortunado para o desenho de uma política sobre algo que interessa a todos”. O papel reitor desempenhado pelo Partido e pelo Governo na elaboração da política devia se apoiar, portanto, no “consenso ativo de toda a sociedade”, que poderia efetivar sua participação por diferentes vias e atores representativos (p. 128, tradução livre).

O investigador apontou ainda que ao invés das típicas comissões que funcionam a porta fechada, a elaboração da política de comunicação deveria levar em conta os critérios e opiniões da cidadania. Segundo ele, as experiências obtidas durante os debates e consultas populares convocadas pelo presidente Raúl Castro, em 2009 e 2010, respectivamente, podiam contribuir para “canalizar a participação popular na formulação da Política Nacional de Comunicação”, ao propiciar que espaços e momentos de discussão provisórios, se tornem arenas de diálogo social permanente” (SALAZAR, 2015, p. 129, tradução nossa).

Apesar das críticas ao secretismo institucional, um ano antes do X Congresso da UPEC, o PCC ainda mantinha sob sigilo a informação sobre os resultados atingidos pelo grupo temporário que começou a elaborar a proposta de política de comunicação em 2013. Na contramão das recomendações oferecidas pelo professor Rafael Salazar (2015), o andamento do processo não foi publicizado pela mídia estatal e a proposta não foi submetida a consulta pública. O sigilo com que os especialistas e quadros vinham trabalhando desde abril de 2013 provocou que tanto o grêmio comunicacional quanto a sociedade ignorassem o teor da proposta. A falta de transparência sobre um tema de tanta importância fez com que diversos jornalistas e pesquisadores (ARENCIBIA, RODRÍGUEZ BETANCOURT, 2017; DÍAZ RODRÍGUEZ, ARENCIBIA, 2017; GALLEGO; 2018) acreditassem que o grupo temporário não estaria trabalhando na elaboração de uma política de comunicação, mas num projeto de lei de imprensa.

Na época, Gallego (2018, colchetes nossos) comentou que uma lei elaborada sob sigilo, carregariam as consequências da não criação de um “ambiente de discussão amplo e coletivo”, que propiciasse o diálogo, o dissenso, a troca de ideias, a confrontação de propostas, que “permitisse compreender dentro do grêmio e na sociedade em geral, a necessidade, consequências, desafios e também os perigos que acompanham a uma legislação nessa área”.

É difícil confiar na eficácia de uma Lei de Imprensa construída sem cobertura de imprensa, uma Lei da Informação sobre a qual a maioria dos interessados está desinformada ou uma Lei de Comunicação que, aparentemente, está sendo elaborada sob o princípio medieval do *arcana imperii*, que ditava que as decisões dos governantes devem permanecer ocultas, assim como as decisões divinas (GALLEGO, 2018a, tradução nossa).

Num dossiê veiculado pela plataforma *Cuba Posible*, em abril de 2017, a jornalista e professora Miriam Rodríguez Betancourt defendeu a pertinência de uma lei de imprensa que resultasse do consenso e da discussão democrática. Segundo ela, uma lei dessa natureza devia reconhecer e garantir as prerrogativas profissionais de jornalistas e gestores de meios de comunicação e, ao mesmo tempo, proteger as “pessoas físicas e jurídicas de possíveis distorções midiáticas”. Além doutros aspectos, Rodríguez Betancourt assinalou que o reconhecimento da informação como um direito humano, as especificidades do jornalismo e as responsabilidades inerentes ao exercício da profissão, não deviam faltar numa norma jurídica bem concebida (ARENCIBIA, RODRÍGUEZ BETANCOURT, 2017, tradução nossa).

Para Gallego (2018), os debates e polêmicas sobre o campo jornalístico evidenciavam, mais uma vez, os déficits comunicativos, éticos e democráticos presentes em Cuba, notadamente, a insegurança jurídica que sofrem os jornalistas profissionais e os cidadãos, em geral, no exercício da liberdade de expressão, o consumo, produção e divulgação de informação ou de opiniões socialmente relevantes. O também professor advogou pela implementação de um marco legal que além dos direitos fundamentais dos indivíduos, incluísse as possibilidades que as tecnologias digitais oferecem para o exercício dos direitos democráticos dos cidadãos e em função da transparência que se espera dos administradores dos recursos públicos.

Conforme as ideias apresentadas nesse debate, além da imprensa, a esperada norma jurídica deveria abarcar o acesso à informação de interesse coletivo, as relações comunicativas entre os órgãos públicos, o setor empresarial e a sociedade, assim como garantir a máxima liberdade de expressão de difusão possíveis de todos os setores da sociedade, sem comprometer a integridade das pessoas e das instituições. A futura lei deveria também regular de forma clara e conforme as condições atuais do campo comunicacional e do país, dentre outros temas (GALLEGO, 2018):

- Tipos de propriedade dos meios de comunicação em Cuba
- Relação dos meios de comunicação com o Governo e o Partido Comunista
- Elaboração de políticas informativas e processo de nomeação de demissão dos diretivos da mídia estatal
- Introdução do habeas data, do direito de resposta e do sigilo da fonte jornalística
- Limites da liberdade de expressão
- Deveres e direitos dos atores envolvidos no exercício do jornalismo e a produção e circulação de informação socialmente relevante

As contribuições dos jornalistas e pesquisadores em torno da importância da participação da sociedade civil na elaboração da política nacional de comunicação, o reconhecimento do acesso à

informação como um direito humano fundamental e as garantias para o exercício do jornalismo profissional, evidenciaram o amadurecimento da discussão do tema e uma ampliação das propostas que formuladas inicialmente pelos partícipes do dossiê organizado pela revista *Espacio Laical* em 2013 e que continuou até 2018, no site do *think tank Cuba Próxima*. A partir de 2017, o debate se enriqueceu ao incorporar a perspectiva que entende e defende a comunicação como um direito humano fundamental. De fato, nos dados apresentados pelo pesquisador José Raúl Gallego (2018) vemos uma defesa explícita do reconhecimento legal das outras formas de propriedade midiática que tinham emergido ou estavam surgindo no ecossistema midiático cubano, notadamente, os veículos digitais independentes. Mais dois pontos destacam pelo seu ineditismo: a proposta de introduzir na legislação o *habeas data*, o direito de resposta e a garantia do sigilo da fonte jornalística, aspectos totalmente ausentes nas normas jurídicas vigentes até 2018.

As discussões publicadas nas páginas de *Cuba Posible* também mostraram o interesse de uma parte da sociedade civil que não participou na elaboração da política de comunicação, em acompanhar, participar e aportar na construção do marco normativo que regularia não apenas a profissão jornalística, mas direitos de todos os cidadãos.

## **6.2. Do processo de elaboração da Política de Comunicação**

Por fim, na cerimônia de encerramento do X Congresso da UPEC, em julho de 2018, o presidente Miguel Díaz-Canel (2018) comemorou a aprovação da primeira Política de Comunicação Social do Estado e Governo cubanos. Conforme antecipou o mandatário, a Política definia “o acesso à informação, a comunicação e o conhecimento como direitos dos cidadãos e bens públicos” e “a comunicação como recurso estratégico da direção do Estado e o Governo. Na ocasião, o dirigente reconheceu a participação ativa da UPEC e da Faculdade de Comunicação da Universidade de Havana na elaboração política e sua adequação à realidade nacional.

Praticamente todo o grêmio tem participado de discussões fundamentais para sua posterior implementação. Há entusiasmo no Congresso pelas portas que [a Política de Comunicação] abre às preocupações históricas e recentes do setor, como os sistemas de gestão que conferem maior autonomia à mídia e seu fortalecimento, ordenamento e renovação tecnológica (DÍAZ-CANEL, 2018, tradução nossa, colchetes nossos).

Na ocasião, o jornalista Ariel Terrero (2018) salientou a importância de que os profissionais da comunicação fossem sujeitos da transformação da imprensa e revelou detalhes do processo de construção da Política de Comunicação. Segundo ele, a partir de 2013 uma comissão de jornalistas



participou da elaboração de propostas para renovar o modelo cubano de imprensa. As propostas foram apresentadas ao Comitê Nacional da UPEC e em outros espaços de discussão, no intuito de “enriquecer o processo de reflexão coletiva” e propiciar novas sugestões. Desta forma, os debates organizados pela UPEC contribuíram elaboração do que finalmente se denominou Política de Comunicação do Estado e do Governo. Em paralelo, Garcés (2018) afirmou que a maioria dos participantes no X Congresso da UPEC conhecia os pontos principais da Política, porém advertiu que um documento com objetivos e princípios não resolveria por si só problemas sedimentados pela cultura e as tradições, mas constituía uma “oportunidade de redescobrir o socialismo com um rosto simbólico moderno, participativo, inovador e irrenunciavelmente democrático”.

Apesar das diversas críticas contra a escassa publicização do processo de elaboração, discussão e aprovação final da Política de Comunicação, o texto completo só foi divulgado oficialmente em 17 julho de 2019. Dez meses depois do anúncio da aprovação de uma política pública de interesse coletivo nenhuma matéria jornalística ou documento oficial foram publicados para informar seu conteúdo (GALLEGO, 2019). Na época, o PCC e a UPEC tampouco explicaram por que a publicação da Política tinha sido adiada mais um ano.

Não obstante, em 2 dezembro de 2018, o site alternativo *Periodismo de Barrio* (2018) publicou o texto original da primeira proposta da Política de Comunicação do Estado e do Governo. Enviado aos editores site por uma fonte anônima, o arquivo veiculado por *Periodismo de Barrio* traz detalhes o processo de elaboração e aprovação da Política de Comunicação. Segundo o documento vazado, o grupo de trabalho temporário realizou 53 reuniões para incluir na proposta os ajustes orientados pela Comissão do Bureau Político que controlava a implementação dos acordos adotados no VI Congresso do PCC. Em 16 de junho de 2015, a proposta foi enviada ao Conselho de Ministros, os governos provinciais e a outros dirigentes políticos e administrativos. Nessa etapa também foram consultados o Conselho Diretivo do Instituto da Rádio e da Televisão, o Comitê Nacional da UPEC, o Conselho Nacional da Associação Cubana de Comunicadores Sociais e as filiais provinciais destas instituições. No total, apenas 369 pessoas foram consultadas. Delas, 241 expressaram suas opiniões e/ou sugestões sobre o documento. O grupo de trabalho processou 920 opiniões, nenhuma contrária. Desse universo, 528 opiniões (57,4%) ratificaram o conteúdo do documento. Das 392 recomendações para alterar a forma e o conteúdo da Política, apenas 117 (29,8%) foram acolhidas e as 275 restantes foram conciliadas com o conteúdo. Concluído o processo de consulta a porta fechada, a última versão da Política de Comunicação do Estado e do Governo foi finalizada em 21 de novembro de 2017. Segundo o cronograma apresentado, o Comitê Executivo do Conselho de Ministros devia aprovar o texto da Política em janeiro de 2018 (PCC, 2018).

A versão definitiva da Política de Comunicação do Estado e do Governo foi enviada por e-mail a 105 destinatários: membros do Bureau Político e do Secretariado do PCC; os vice-presidentes do

Conselho de Ministros, os ministros de Estado e os secretários do PCC dos Comitês Provinciais do PCC; a ministra da Controladoria-Geral da República, o procurador geral da República e o presidente do Tribunal Supremo e o presidente do Instituto Cubano da Rádio e da Televisão (ICRT). A relação de destinatários também incluiu a primeira-secretária da União dos Jovens Comunistas, o secretário-geral da Central dos Trabalhadores de Cuba, o coordenador dos Comitês de Defesa da Revolução, a secretária-geral da Federação de Mulheres Cubanas e os titulares da Associação dos Agricultores Pequenos e da Associação de Combatentes da Revolução. Os chefes de departamentos do Comitê Central do PCC — dentre eles o Ideológico, encarregado de controlar a implementação da Política de Comunicação —, também receberam o arquivo (PCC, 2018).

A vice-presidência da Assembleia Nacional, as presidências das quinze Assembleias Provinciais, os presidentes dos três conglomerados empresariais mais importantes do país<sup>80</sup>, o Escritório Nacional de Estatísticas e Informação, o Escritório do Historiador de Havana e o chefe da Direção de Quadros do Estado e do Governo, encerram a lista de destinatários (PCC, 2018). Na relação de organizações que receberam a versão final da Política de Comunicação nota-se a omissão, dentre outras, de instituições culturais como o estatal Instituto Cubano de Cinema e a paraestatal União dos Escritores e Artistas de Cuba, assim como de instituições religiosas como a Conferência de Bispos Católicos de Cuba e o Conselho de Igrejas. Na época, todas essas organizações possuíam veículos de comunicação, impressos e digitais.

Conforme descreve o documento enviado aos 105 dirigentes cubanos, o processo de elaboração, consulta e aprovação definitiva da Política de Comunicação do Estado e do Governo descartou a realização de uma consulta pública, ampla e democrática para que os cidadãos atuassem como sujeitos da pretendida reforma do campo comunicacional cubano, expressando suas críticas e desacordos e contribuindo para a construção de uma Política de Comunicação em sintonia com as expectativas da sociedade. Na contramão das sugestões de Salazar (2015) acerca das melhores práticas para a elaboração de política nacional de comunicação, os líderes do PCC optaram por métodos autoritários e pouco transparentes, contrariando o espírito democrático e a importância atribuída ao debate e a deliberação públicos que, segundo Alzugaray (2009), caracterizou a estilo de liderança do presidente Raúl Castro. Resulta pertinente frisar que o processo de elaboração, consulta e discussão da proposta de Política de Comunicação aconteceu em espaços de debate controlados e com representantes gremiais previamente selecionados e que a versão final foi sancionada pelo Bureau Político do PCC, o núcleo duro do poder político em Cuba, apesar de que seus integrantes não são eleitos pelo voto dos cidadãos.

---

<sup>80</sup> AZCUBA, produção de açúcar de cana e derivados; BioCubaFarma, medicamentos e vacinas, e GAE, responsável pelo turismo, o setor imobiliário, operações financeiras e outras atividades econômicas.

Em uma época em que blogs, veículos jornalísticos e independentes e as mídias sociais visibilizam e turbinam as opiniões e críticas dos cidadãos, inclusive o Governo cubano já foi obrigado pelas circunstâncias fazer algum tipo de prestação de contas para a cidadania. Nesse sentido, durante a cerimônia de encerramento do X Congresso da UPEC, o presidente Díaz-Canel (2018) justificou, mesmo que indiretamente, a exclusão de determinados atores e setores da sociedade civil – notadamente os que criticam ou se opõem o regime político cubano – na elaboração da Política de Comunicação. O mandatário expressou que entendia a raiva daqueles que não foram convidados para a análise do documento “porque não fazem parte da UPEC nem da sociedade cubana que conquistou com sacrifício e esforço o direito exclusivo de discutir como planejar o futuro” e criticou ainda atores tidos como “assalariados do pensamento único mundial” por terem feito críticas contra o Partido e o sistema midiático estatal.

Dessa forma, o governante cubano legitimou o caráter excludente, controlado, autoritário e a falta de transparência que marcou o processo de elaboração da Política de Comunicação, e ainda desqualificou os jornalistas, pesquisadores e cidadãos em geral, que desde diferentes arenas do espaço público exprimiram suas dúvidas, críticas e propostas para uma política pública que atingiria toda a cidadania.

Todavia, devemos salientar que a resposta do presidente Miguel Díaz-Canel e as críticas que modelo midiático estatal cubano vinha recebendo ao longo dos anos, mostram as dificuldades do regime político cubano para lidar com o dissenso. Não se trata de um problema menor ou de uma simples discordância, pois o mandatário cubano deixa claro que uma parcela da sociedade civil, crítica do sistema, não teria e citamos: “o direito exclusivo de discutir como planejar o futuro”. Quer dizer que na perspectiva do Governo cubano, apenas seus apoiadores ou, no caso da elaboração da Política de Comunicação, seus escolhidos, tiveram reconhecido o direito de participar da construção de proposta de políticas públicas que atingem toda a população do país. Além do dito com antecedência, consideramos que nessa passagem do discurso de Díaz-Canel também se revela uma tensão entre o utilitarismo com que o Estado cubano entende os direitos civis e políticos dos cidadãos e o conceito que defende o direito a ter direitos, mesmo em contextos não democráticos. Trata-se, ao mesmo tempo de um embate que envolve os conceitos de cidadania militante implementado a partir da Revolução de 1959, e de cidadania ativa e insurgente.

À luz da informação disponibilizada podemos afirmar que durante a elaboração da Política de Comunicação, as consultas e debates foram reduzidos a diretivos, políticos profissionais e profissionais da comunicação social. Em razão do sigilo e da falta de transparência e de participação da sociedade civil nas deliberações, esse processo nem sequer pode ser enquadrado no que os cientistas políticos Boagang He e Mark Warren (2011) denominaram deliberação autoritária ou autoritarismo deliberativo.

Por outro lado, os decisores políticos determinaram ainda que a implementação da Política se realizaria por meio da publicação de dois decretos-leis. O primeiro codificaria legalmente o conteúdo da Política e o segundo determinaria a criação de um órgão estatal<sup>81</sup> que orientará sua aplicação. Embora legais e legítimos, os decretos-leis, que em Cuba são sancionados pelo Conselho de Estado, é uma norma jurídica que não precisa ser submetida a consulta pública para que a atores e setores relacionados com a matéria que será regulada possam sugerir mudanças no texto, nem da aprovação da Assembleia Nacional para em vigor, mesmo afetando a vida dos cidadãos e o funcionamento de instituições públicas.

Diante da continuidade do uso de métodos pouco transparentes e nada democráticos para, finalmente, promulgar um marco regulatório da comunicação social em Cuba, o site *Periodismo de Barrio* disse numa nota editorial:

Não haverá consulta popular com os cubanos para sonhar que tipo de mídia de massa eles querem para seu país. Tampouco haverá oportunidade para, pelo voto, referendar o documento resultante. A nossa única oportunidade de opinar, como cidadãos e jornalistas, serão os espaços de opinião pública que temos criado nos últimos anos; mas não graças ao incentivo das agências do Estado cubano para promover sites de expressão da pluralidade e diversidade da sociedade, mas apesar de seus esforços para detê-los por meio de prisões arbitrárias, buscas, interrogatórios ilegais, vigilância física e eletrônica, bloqueio de sites, entre outras formas de repressão (PERIODISMO DE BARRIO, 2018, tradução nossa).

Neste que acreditamos seja um dos trechos mais potentes do editorial veiculado pelo *Periodismo de Barrio*, se evidencia claramente o conflito entre a mídia independente e o Estado cubano. No entanto, no nosso olhar, o centro da questão não se reduz a existência de veículos jornalísticos que fogem do controle das autoridades estatais. O que realmente está em disputa é, como mostra o texto, o direito dos cidadãos de se articularem para criar espaços onde a pluralidade e a diversidade da sociedade civil possam se expressar, mesmo tendo que enfrentar a violência do Estado para exercerem o direito à comunicação. Por outro lado, *Periodismo de Barrio* reivindica o respeito dos direitos humanos, a liberdade de expressão, a diversificação do ecossistema midiático e participação de cidadania na elaboração do marco regulatório da comunicação social no país, em sintonia como os princípios devem orientar a democratização da comunicação na América Latina.

---

<sup>81</sup> O Decreto-Lei 41/2021, publicado na *Gaceta Oficial de la República de Cuba*, em 24 de agosto de 2021, oficializou a criação do Instituto de Informação e Comunicação Social (IICS). Conforme o artigo 2 do decreto-lei, o novo órgão da administração central do Estado “tem a missão de conduzir e controlar a Política de Comunicação Social do Estado e do Governo cubano; propor seu aperfeiçoamento e contribuir para fomentar a cultura do diálogo e do consenso na sociedade cubana” (CUBA, 2021b).

### 6.3 Análise da Política de Comunicação

Como dito, em 17 de julho de 2019, o site governista *Cubadebate* publicou a versão oficial da Política de Comunicação Social do Estado e Governo cubanos. O documento definitivo estabelece que o Partido Comunista de Cuba é o reitor da política comunicação social do país, define a política geral para seu desenvolvimento e exerce seu controle”. A Política de Comunicação abrange toda sociedade e deve ser cumprida pelos órgãos e entidades estatais, governamentais e privadas, a mídia de massa, as diferentes organizações políticas, sociais e de massa, as diversas formas de associativismo e pela cidadania. O Estado e o Governo assumem a regulação e o controle do cumprimento dos princípios da Política “no conteúdo dos produtos comunicativos distribuídos e exibidos através dos diferentes canais e suportes de comunicação” (PCC, 2019, tradução nossa).

Desde o ponto de vista legal, o texto “se ampara na Constituição da República, a política comunicacional do PCC e na política instituída com base no princípio expressado por Fidel Castro em suas *Palavras aos Intelectuais*, em junho de 1961: “Dentro da Revolução, tudo; contra a Revolução, nada” (PCC, 2019, tradução nossa). Com a incorporação explícita desse princípio revolucionário, se substituíram as referências diretas aos postulados de Lênin sobre a função da imprensa no Estado socialista, incorporados nas Teses e Resoluções sobre os meios de comunicação, aprovadas pelo PCC em 1976. Entretanto, isso não significa que o PCC tenha renunciado totalmente à concepção instrumentalista da imprensa, pois a própria expressão de Fidel e, sobretudo, a maneira como ela tem sido interpretada e aplicada nos campos da cultura e midiático desde 1961, não apenas reforça ao caráter utilitário atribuído à mídia, mas reafirma o poder discricionário dos dirigentes políticos cubanos para decidir quais atos, expressões e declarações atentam ou não contra o regime político, suas instituições, sua ideologia e líderes.

Em sintonia com a Constituição de 2019, a Política de Comunicação reconhece que a “informação, a comunicação e o conhecimento constituem um bem público e um direito do cidadão” e acrescenta que as leis em matéria de defesa e segurança nacionais estabeleceram os limites ao exercício desses direitos. Ao mesmo tempo, a comunicação é considerada “um recurso estratégico de direção do Estado e Governo, instituições, organizações, empresas e meios de comunicação de massa”. A Política também orienta a defesa “dos valores e símbolos da nação”; o respeito à “diversidade cultural, de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, credo religioso, cor da pele e origem territorial, bem como a dignidade e privacidade das pessoas”. Além do anterior, o documento especifica o caráter público dos serviços de radiodifusão e telecomunicações, que serão gerenciados pelo Estado em benefício de toda a cidadania. O Estado também exercerá sua soberania sobre o espectro radioelétrico nacional (PCC, 2019, tradução nossa).

Do total de princípios enunciados na Política de Comunicação, quatro se referem o monopólio midiático estatal. Sobre o tipo de propriedade midiática, o documento determina que

Os meios de comunicação de massa, em qualquer formato ou suporte tecnológico, constituem um bem e serviço público com a missão de gerar conteúdos informativos, educativos, culturais, históricos, desportivos, lúdicos, ambientais, científicos, tecnológicos e de inovação. A mídia de massa privilegiará a agenda nacional e as produções nacionais e observarão que os produtos comunicativos estrangeiros transmitidos respeitam os princípios desta Política (PCC, 2019, tradução nossa).

Ao reforçar que “A rádio, a televisão, a mídia impressa e outros meios de comunicação de massa, assim como as plataformas tecnológicas por eles utilizadas, são propriedade estatal ou social”, “não podendo ser objeto, em nenhum caso, de propriedade privada”, a Política confirma a continuidade do monopólio do Estado cubano sobre os meios de comunicação de massa, conforme foi estabelecido no I Congresso do PCC e pela Constituição de 1976 (PCC, 2019). Na prática, a limitação de propriedade privada busca a conservação da supremacia midiática do Partido-Estado. Doutra parte, no texto não se aprecia a vontade política para criar um marco legal que estimule a criação de mídias comunitárias e reconheça e proteja os empreendimentos midiáticos não estatais (alternativos e independentes) que não constituem empresas midiáticas, muito menos privadas.

A mídia estatal de massa continuará a ser financiada, fundamentalmente, com recursos provenientes dos cofres públicos, no entanto, em determinados casos previamente aprovados, poderão receber os ingressos derivados da venda de serviços, a publicidade, a comercialização de suas produções, os patrocinadores, doações e cooperação nacional e internacional. Contudo, não será permitido que estas formas alternativas de financiamento violem as leis cubanas vigentes, a política editorial dos veículos beneficiados e os princípios que regem o modelo social cubano (PCC, 2019). A autorização para que a mídia estatal cubana possa ser financiada com recursos provenientes da publicidade comercial e entidades sediadas no exterior, constitui uma das novidades introduzidas pela Política, pois, o Estado cubano estaria reconhecendo suas limitações para assumir a totalidade do financiamento do conglomerado midiático que controla.

Chama a atenção o fato de as autoridades políticas cubanas terem incluído na Política mecanismos de financiamento externos já utilizados pela mídia alternativa. Os mesmos que segundo o Partido-Estado, condicionam a independência editorial dos veículos não estatais e os torna armas a serviço da subversão do regime socialista. A ênfase na diversificação das formas de gestão dos veículos, incluindo a introdução de esquemas empresariais e de fontes externas de financiamento para garantir atualização a sustentabilidade econômica das mídias estatais cubanas contrasta com a ausência de ações que

contribuíam para a democratização do acesso dos diversos segmentos da sociedade civil – para além dos militantes das organizações paraestatais – à mídia que insiste em se apresentar como pública.

A implementação criteriosa dessas medidas pode trazer benefícios, não obstante, a melhoria dos problemas econômicos “não garante um jornalismo de qualidade, em sintonia com as necessidades da sociedade, sem processos de socialização da gestão da mídia” (GALLEGO, 2018, tradução nossa). A preponderância concedida ao papel que a comunicação social deve jogar no processo de atualização do modelo econômico, mostra que as reformas estruturais e conceituais, iniciadas durante o governo de Raúl Castro não envolvem um processo de transição democrática.

No intuito de superar a homogeneidade editorial das mídias jornalísticas estatais –os jornais reproduzem as mesmas matérias, abordam os mesmos temas, a rádio e televisão reproduzem as notas publicadas no jornal oficial do Governo– e de garantir que os diversos setores da sociedade civil e suas demandas estejam visibilizadas e representadas numa mídia que seja realmente pública, a Política apresentaria propostas acerca da “representatividade e subordinação de cada veículo de comunicação e seu perfil editorial, incluindo quais deles devem ser oficiais e quais não, bem como a conveniência de que os jornais pertencentes aos comités provinciais do PCC sejam dirigidos pelos governos locais”. O documento reitera a responsabilidade pessoal do diretor de cada veículo midiático na execução da política informativa, editorial e cultural” e deve, ao mesmo tempo, fomentar a participação de sua equipe de profissionais “na construção das prioridades dessa política” (PCC, 2019, tradução nossa). Contudo, não determina a independência do veículo perante o Estado, ratificando o caráter estatal-partidarista de mídia cubana reconhecido legalmente, apesar do uso do termo mídias públicas no discurso do Governo e dos dirigentes da UPEC.

O acesso à informação de interesse público, produzida e custodiada por funcionários e diretivos de empresas, instituições e órgãos do Estado, têm sido uma das demandas mais reiteradas, tanto nos congressos da paraestatal UPEC quanto em debates públicos em espaços e veículos não institucionalizados. Para garantir que esse direito seja cumprido, a Política de Comunicação determina que o “chefe da instituição, entidade ou organização é o máximo responsável da socialização a informação pública” e deve “garantir os processos de comunicação com seus funcionários e a população, de forma oportuna, responsável, sistemática e transparente”. Os diretivos ainda devem “conhecer as opiniões da cidadania sobre as políticas implementadas para aperfeiçoar seu trabalho” (PCC, 2019, tradução nossa).

Baseada nos princípios apresentados acima, a Política de Comunicação (PCC, 2019) objetiva:

- Contribuir para garantir o consenso e a unidade nacional em torno da Pátria, a Revolução Socialista e o Partido.

- Potenciar a atuação consciente e ativa do povo na atualização do modelo econômico e social cubano, priorizando a liderança e compromisso dos jovens.
- Reforçar a identidade e a cultura da nação; preservar a justiça social, a igualdade de oportunidades e a ética humanista e solidária criada pela Revolução.
- Fortalecer a cultura de diálogo a nível social, institucional e comunitário, e o uso responsável da informação e da comunicação; propiciar maior participação da população no controle e fiscalização da gestão pública.
- Contribuir para gerar, no país, um ambiente de legalidade, defesa do patrimônio público, proteção do meio ambiente, de respeito à dignidade das pessoas, os valores, a disciplina e a convivência social.
- Defender a independência e a soberania da nação.

Por fim, o documento apresenta dezessete ações de implementação, dentre elas: publicar “as normas jurídicas, administrativas e éticas que contribuam para o uso organizado e responsável da TIC nos âmbitos institucional, social e individual”, assim como estudar a conveniência e factibilidade da criação de um órgão que dirija a implementação da Política. Enquanto as autoridades cubanas decidirem sobre esse assunto, o Comitê Central do PCC continuaria a realizar essa função (PCC, 2019, tradução nossa).

Ao comentar a pertinência e importância da Política de Comunicação da UPEC, o jornalista Raúl Garcés (2018) reconheceu a existência de um ecossistema comunicativo muito mais complexo, onde a socialização do acesso às TICs tem propiciado a edição de blogs, interações em redes sociais digitais, comentários e conversações em sites digitais. Essas realidades colocaram em xeque o modelo midiacêntrico, pois a “lógica reticular de comunicação” subverte os papéis de emissor e receptor, altera os modos de distribuição e circulação de mensagens a amplia quase consideravelmente “as possibilidades de expressão e diálogo social”. O estudioso cubano apontou ainda: “quanto mais canais, suportes e linguagens tivermos para dar voz às pessoas, mais evidente se torna a necessidade de entender a comunicação desde uma visão estratégica”.

Todavia, a lucidez dessa análise contrasta com a omissão, na Política de Comunicação, da existência de dezenas de mídias digitais não estatais que fazem parte do ecossistema comunicativo cubano. Tratou-se de um apagamento deliberado, considerando que o diagnóstico apresentado pelo grupo de trabalho que elaborou a proposta de Política de Comunicação reconheceu

“A existência de meios de comunicação privados alojados fora do país, que desenvolvem uma agenda de conteúdos sobre a nossa realidade com uma intencionalidade hipercrítica e desmobilizadora”. Em sua gestão é comum a participação de profissionais da comunicação social que vivem em Cuba,



muitos deles são jovens que recebem pagamentos e outros incentivos atrativos, fornecidos desde o estrangeiro” (PCC, 2019, tradução nossa).

Os autores do diagnóstico parecem sugerir que a emergência, no ambiente virtual cubano, da mídia independente da estrutura mediática-partidarista constitui uma anomalia desvinculada dos problemas apontados no estudo, como o predomínio de um enfoque transmissivo e unidirecional da comunicação, o excesso de regulação externa na gestão dos veículos jornalísticos, a censura e a autocensura nas redações; a desprofissionalização do campo jornalístico, a falta de competência de alguns diretivos, as carências materiais e os baixos salários pagos aos profissionais da imprensa (PCC, 2017a). Ao sugerir que a causa do surgimento de dezenas de veículos digitais não estatais é só atribuível a dinheiro que seus profissionais recebem desde organizações internacionais, o grupo de trabalho temporário ponderou um posicionamento ideológico que enfraquece a credibilidade do rigor científico que orientou a realização do diagnóstico que, posteriormente, embasou a elaboração da Política de Comunicação.

Entretanto, a princípios, valores e objetivos declarados por alguns veículos independentes, assim como as suas práticas jornalísticas (que serão analisadas mais adiante) contestam o suposto caráter desmobilizador mencionado pelos autores do diagnóstico que embasou a Política de Comunicação. Já em sua primeira edição, o site *Periodismo de Barrio* explicitou seu interesse em “incidir na realidade social cubana” e em cada uma de suas matérias busca mobilizar a cidadania para que “questione, critique e transforme tudo o que considere injusto” (PERIODISMO DE BARRIO, 2018). Inclusive um veículo de viés opositorista, como o jornal *14ymedio*, afirma que pretende contrapesar o “monopólio da mídia oficial”. Ciente do papel que a imprensa jogou na “formação da consciência cívica e na conquista das liberdades” em sociedades que experimentaram processos de transição democrática, o periódico digital se compromete a “informar, opinar, ser uma arena de debate, respeitar as diferentes formas de pensamento e ajudar a “harmonizar a liberdade de expressão com a responsabilidade cidadã” (14YMEDIO, 2014, tradução nossa).

Ao associar a mídia independente com a estratégia de mudança de regime dos Estados Unidos e outras potências ocidentais, as autoridades cubanas a deslegitima legal, discursiva e simbolicamente, bem como justifica as agressões simbólicas e estruturais contra jornalistas alternativos que atuam na Ilha (GARCÍA SANTAMARÍA, 2020). A deslegitimação do caráter nacional da mídia digital alternativa cubana estimula que a sociedade rejeite os veículos jornalísticos não oficiais. Doutra lado, ao negar seu caráter nacional e denominar privados a empreendimentos jornalísticos não estatais – que não são propriedade particular de uma pessoa física, não têm fins lucrativos e funcionam sob esquemas colaborativos – incita o enquadramento criminal de seus comunicadores, já que a Constituição não reconhece a legalidade da mídia privada e a Lei 88 criminaliza a colaboração dos cidadãos com veículos

estrangeiros, cujas matérias, no olhar do Governo, contribuía para facilitar o sucesso dos planos estadunidenses de mudança de regime em Cuba (CHAGUACEDA, PADILLA, 2015; PADILLA; VIERA, 2021).

Durante a pesquisa bibliográfica e documental foi comprovado que desde a década de 1970, o Estado cubano vinha participando em foros internacionais, auspiciados por organismos da Organização das Nações Unidas, para acordar estratégias e propiciar a criação de políticas nacionais, que contribuíssem para à democratização da comunicação, o que envolve maiores garantias para o exercício dos direitos de acesso à informação, de expressão e de acesso aos meios e tecnologias de produção simbólica (OLIVERA, 2017; SALAZAR, 2015; VIDAL, 2017). No entanto, apesar de a Política de Comunicação do Estado e Governos cubanos reafirmar que o acesso à informação e a comunicação são direitos de todos os cidadãos, sua elaboração responde, em primeiro lugar, à necessidade do próprio Partido-Estado de contar com uma estratégia comunicacional, que além do jornalismo abranja outras áreas da comunicação social, como a publicidade, a propaganda, a comunicação institucional e o marketing. Uma estratégia de comunicação estatal atualizada que consiga dar conta das complexas “mudanças econômicas, políticas, jurídicas e sociais que se executam no país” (TERRERO, 2018, tradução nossa). Ou seja, trata-se de um movimento estratégico que responde, em primeiro lugar, aos objetivos traçados pela classe dirigente cubano, que embora reconhece a obsolescência do modelo midiático estatal e procura um meio termo que lhe permita aperfeiçoá-lo sem que isso signifique um processo de abertura para a diversidade e o pluralismo político, nem a implementação de um sistema de mídia de propriedade estatal, mas de caráter público, como o caso da *British Broadcasting Corporation* (BBC), no Reino Unido (ROTHERBERG, 2011). De fato, termos como democracia, democrático, democratizar, liberdade, direitos humanos e pluralismo não aparecem no texto da Política de Comunicação e independência, que aparece uma vez, se refere ao país, não necessidade de autonomia da mídia e do jornalismo perante os poderes políticos e econômicos.

Não obstante, ao mesmo tempo, a Política de Comunicação faz parte da resposta das autoridades políticas cubanas à crescente diversidade socioeconômica no país, em especial, a expansão da pequena propriedade, na produção e nos serviços, e conseqüentemente, as necessidades informativas e comunicativas desses atores sociais, incluindo o acesso à mídia, e o acompanhamento, de parte mídia, de suas atividades comerciais. Também responde, dentre outras realidades, ao aumento da desigualdade econômica no país e a impossibilidade do modelo econômico de erradicá-las imediatamente, fato que mina a credibilidade das instituições e do projeto socialista; a emergência no espaço público de “expressões culturais e espirituais geradas desde identidades diversas, de gênero, crenças religiosas, orientação sexual, cor da pele ou geracionais”, que batalham pelo seu reconhecimento e presença no âmbito comunicacional (VIDAL, 2017, p. 230, tradução nossa).

Por outro lado estão os desafios que em termos comunicativos produziu o restabelecimento das relações diplomáticas com os Estados Unidos, em dezembro de 2014; a substituição da geração histórica que fez a Revolução por novos dirigentes, cuja legitimidade dependerá cada vez mais de sua capacidade para gerar consensos e satisfazer as necessidades materiais da população, o que exige novas formas de se comunicar com a cidadania; e, obviamente, as transformações e desafios decorrentes da ampliação do acesso às TICs.

Todavia, a “linguagem e pensamento atualizados” e o reconhecimento da comunicação como propiciadora da “participação democrática e valor estratégico para sustentabilidade e prosperidade do país” (CUBADEBATE, 2018, tradução nossa) contrastam com a exclusão de grande parte da sociedade civil cubana, incluindo profissionais da comunicação, do processo de concepção, elaboração, discussão e aprovação da Política, denota, para além dos aspectos positivos já comentados, seu carácter paternalista e autoritário.

A respeito da participação, o pesquisador Jesús Martín-Barbero (2001) alertou que os esforços pela democratização a comunicação na América Latina têm encontrado muitos obstáculos, não apenas pela oposição das empresas midiáticas privadas, mas “pelo déficit de sociedade civil e pluralidade” nas estratégias (p. 72, tradução livre). Em Cuba, pelas singularidades de seu regime político, se acentua a atuação do Partido-Estado como “estimulador, inibidor, articulador e árbitro”, e conseqüentemente, o estatal não só se confunde com o público (OLIVERA, 2017, p. 192, tradução livre), mas assume seu lugar.

A nossa análise não negligencia os efeitos do confronto político entre Washington e Havana. Considerando o histórico de “agressões radioelétricas” – através de emissoras de rádio e televisão baseadas nos Estados Unidos –, “informativas e comunicativas” que tem sofrido o regime socialista cubano, resulta compreensível que a Política de Comunicação haja ponderado a defesa da soberania do país, a segurança nacional e a governabilidade. (OLIVERA, 2017, p. 199, tradução nossa). Contudo, a Política de Comunicação não traz um equilíbrio entre os aspectos relativos à defesa do modelo socialista e a erradicação daquilo que o pesquisador Dasniel Olivera (2017, p. 199, tradução livre) identifica como as “bases estruturais que limitam um exercício mais democrático do poder” (p. 199). Bases estruturais que, conforme o nosso olhar, estão relacionadas com carácter não democrático do regime político.

De acordo com a informação contida no anexo da versão aprovada em janeiro de 2018, a Política de Comunicação seria implementada em até um ano após sua publicação oficial. Se o cronograma houvesse sido cumprido, o projeto do Decreto-lei da Comunicação Social teria sido apresentado em janeiro de 2019. Contudo, até junho de 2021, nenhum órgão ou integrante do poder executivo cubano havia se pronunciado oficialmente sobre o andamento do processo de elaboração dessa norma jurídica. No final de abril desse ano, o presidente da UPEC, Ricardo Ronquillo (2021) mencionou que se avançava

na constituição de um organismo da Administração Central do Estado para atender a comunicação, bem como na elaboração dos instrumentos jurídicos para cumprir com o disposto pela Constituição e autorizar novas formas para a gestão econômica da mídia estatal. Apesar de se apresentar como um crítico do secretismo reinante na maioria das instituições públicas e defensor da transparência e do acesso à informação de interesse coletivo, o principal dirigente da única organização de jornalistas reconhecida legalmente, não ofereceu informações concretas sobre o teor do decreto-lei que regulará a comunicação social no país, a composição da comissão redatora, nem as causas da dilação. O diretivo tampouco questionou a pouca publicização dos trabalhos, nem a nula participação da cidadania na construção da legislação.

A partir dos princípios e objetivos definidos pela *Coalizão para Comunicação Democrática* para a democratização da mídia, avaliamos a Política de Comunicação Social do Estado e Governo e concluímos que, embora o documento reconheça a informação, a comunicação e o conhecimento como bens públicos e direitos cidadãos, a ausência dos seguintes aspectos, tidos como fundamentais para a democratização da comunicação no ambiente midiático é notável:

- Centralidade do respeito dos direitos humanos;
- Garantia e promoção da liberdade de expressão;
- Estabelecimento de limites à atuação do Estado sobre o trabalho da mídia e proibição da censura;
- Constituição de um ecossistema midiático diverso que inclua mídias não estatais;
- Abertura da mídia para diversidade e o pluralismo político;
- Independência dos trabalhadores da mídia.

Mais que deficiências, a omissão de princípios e objetivos essenciais denotam o caráter não democrático do regime político em que para o qual a Política de Comunicação foi concebida. Uma Política que ao estabelecer que seu objetivo principal é a busca do consenso e da unidade nacional em torno do PCC e sua ideologia, já nasce instrumentalizada. A análise também permitiu perceber que os postulados de Lenin sobre o funcionamento da imprensa, agora estendidos a outras áreas da comunicação social, perpassam a Política de Comunicação, junto como um enfoque que pondera a segurança de defesa do Estado cubano.

A modo de reflexão final, podemos afirmar que embora reconheça direitos fundamentais dos cidadãos, a Política de Comunicação do Estado e Governo omite aspectos essenciais. Em primeiro lugar, se observa a preponderância do papel do Partido Comunista e do Estado na execução e controle da

Política, em detrimento da participação ativa da sociedade civil. A Política não explicita os limites da atuação dos agentes do Estado no campo comunicativo, não fomenta a criação de veículos gerenciados pelas comunidades e omite a existência dezenas de mídias digitais não estatais. A proibição da censura prévia, o respeito ao sigilo da fonte jornalística e a necessária independência das mídias jornalísticas e seus profissionais dos poderes políticos, financeiros e empresariais, aspectos fundamentais para que o jornalismo possa estar a serviço dos mais diversos públicos e exercer seu papel de fiscalizador, tampouco foram mencionados no documento partidário.

Ainda que se declare a favor de propiciar a participação dos cidadãos na fiscalização da gestão pública, a Política de Comunicação não inclui possibilidades para que a cidadania participe, por meio de conselhos ou outros mecanismos, na gestão e controle da mídia estatal. O fato de haver sido uma política elaborada e aprovada sem que mediasse uma consulta pública ampla e democrática, junto com a pretensão de implementá-la por decreto, denota a falta de transparência, a preferência das autoridades cubanas por práticas políticas verticalizadas e pouco democráticas e a desvalorização da participação dos diversos setores da sociedade civil na elaboração de políticas públicas. Nesse sentido, o comunicólogo cubano José Ramón Vidal (2017, p. 222, tradução nossa) já havia advertido que os processos que envolvem esse tipo de transformações devem superar “uma cultura verticalizada com tendência ao controle em detrimento da autonomia”, de um lado, e a preferência da “transmissão ao invés da participação e o diálogo”.

Finalmente, apesar de seus déficits, a elaboração e publicação da atual Política de Comunicação significou, pelo menos, a compreensão das autoridades políticas cubanas do impacto, no campo comunicacional, das transformações sociais, econômicas, políticas e institucionais em andamento, assim como o papel estratégico que os processos comunicativos desempenham no desenvolvimento econômico e na mudança social, mesmo em contexto não democráticos como o cubano.

Na próxima seção serão abordadas as normais legais que regulam o exercício do direito à comunicação dos cidadãos, orientam o funcionamento dos meios de comunicação e a profissão jornalística, no contexto cubano. O percurso pela legislação cubana abrange as constituições cubanas de 1976 e 2019 (vigente), o Código Penal, a Lei 88/1999, os decretos-leis 370/2018 e 35/2021, assim como outras normas de caráter administrativo publicadas em 2021.

#### **6.4 A regulação do direito a se comunicar nas constituições cubanas**

Desde as constituições de 1901 e 1940 até a Lei Fundamental de 1959 o direito de qualquer pessoa, sem censura prévia, à livre expressão de seu pensamento, de forma oral, escrita ou por meio a sua disposição foi reconhecido (CUBA, 1901; 1940, 1959). A Constituição de 1976 ignorou esses precedentes ao incorporar a noção de liberdade e direitos humanos própria do constitucionalismo

soviético. Em virtude disso, o exercício do direito à comunicação, foi instrumentalizado, subordinando-os aos objetivos políticos do PCC. A Constituição socialista também determinou o caráter estatal ou social (na prática paraestatal) dos meios de comunicação e proibiu explicitamente a criação de veículos privados, no intuito de assegurar que eles fossem utilizados “a serviço exclusivo dos trabalhadores e do interesse da sociedade” (CUBA, 2010, art. 53º, tradução nossa).

A ideia de que só sendo estatal a mídia poderia satisfazer as necessidades e demandas informativas, expressivas, comunicativas e de entretenimento da cidadania não foi demonstrada na prática. A evidência apresentada por esta e outras pesquisas constata que no caso cubano, o controle monopólico do Estado sobre a mídia de massa, não contribuiu para a criação de meios de comunicação verdadeiramente públicos, mas os transformou em veículos de propaganda político-partidária e em ‘armas’ do Governo cubano para combater seus adversários internos e externos.

Ainda que se possa falar em certo nível de socialização da mídia, devemos pontuar que apenas os veículos gerenciados pelas organizações paraestatais e por ONG inscritas no Registro de Associações do Ministério de Justiça, são reconhecidas legalmente. Devemos salientar que no modelo socialista cubano a propriedade estatal foi concebida como a forma que assume “a propriedade socialista de todo o povo” e sua administração cabe ao Estado (PCC, 2017b). Nessa lógica, a participação dos cidadãos no uso, gerenciamento e controle da propriedade estatal será, principalmente, por meio de órgãos estatais e do PCC. Essa pesquisa não constatou que integrantes das diretivas de organizações paraestatais cubanas participam no gerenciamento e fiscalização da atividade da mídia estatal. Até hoje, essa função corresponde ao Departamento Ideológico do Comitê Central do PCC.

Durante a pesquisa constatamos que dirigentes da UPEC, como Rosa Miriam Elizalde (2018), se referem à mídia estatal cubano como sendo pública. Acerca da diferenciação entre mídia estatal e mídia pública e a inexistência da última no ecossistema midiático cubano, o pesquisador José Raúl Gallego (2021, p. 161, tradução nossa, colchetes nossos) aponta:

A mídia [tradicional cubana] é estatal porque tanto o Partido como outras instituições do Estado têm a propriedade formal da maioria deles, e aqueles que pertencem a outras organizações sociais, políticas e de massa também se relacionam na forma de subordinação direta e indireta ao Partido e ao Estado. São estatais porque axiologicamente se orientam pelos interesses do Estado e pelas aspirações sociais que nele se identificam, mas desconhecem-se outros interesses sociais e valores públicos, igualmente legítimos, que não coincidem com o primeiro. São estatais porque são as instituições do Estado e o Partido que financiam, administram e dispõem dos recursos necessários para seu funcionamento e dos lucros que resultam do seu trabalho. São estatais porque são o Partido e algumas instituições do Estado ou direta ou indiretamente subordinadas ao Partido, as que na prática têm o maior peso na gestão e administração dos recursos, processos,

estruturas e decisões que configuram o trabalho da imprensa e seu conteúdo.

Todavia, a Constituição de 1976 fixou explicitamente os limites do exercício dos direitos civis e políticos, ao determinar, no artigo 62º, a punição daqueles que exerçam as liberdades reconhecidas “contra a existência e os fins do Estado socialista e a decisão do povo cubano de construir o socialismo e o comunismo” (CUBA, 2010, p. 68, tradução livre). A Magna-Carta também atinge o funcionamento do campo da arte ao determinar, no artigo 39º, que “a criação artística é livre sempre que seu conteúdo não seja contrário à Revolução” (p. 52), conforme impôs Fidel Castro em suas *Palavras aos Intelectuais*, no verão de 1961. Noutras palavras, as liberdades de expressão, criação e de imprensa não podiam ser exercidas para criticar o regime político e o modelo social definidos pela Constituição, nem para expor e defender ideias e projetos políticos contrários ao socialismo.

Em 10 de abril de 2019, Cuba inaugurou uma nova ordem constitucional que, no entanto, manteve intacto o caráter socialista do Estado, o regime unipartidário, a subordinação da sociedade civil ao Partido Comunista, o não reconhecimento do pluralismo, a preponderância da propriedade estatal e o modelo de economia planejada centralmente, dentre outros aspectos. Se a Constituição de 1976 legitimou o modelo social de viés soviético adotado na década de 1970, sua sucessora ratifica a continuidade do monopólio político do Partido Comunista de Cuba sobre o Estado e sociedade.

A legalização das reformas econômicas e mudanças institucionais limitadas, implementadas durante o mandato do general Raúl Castro e dar amparo legal a futuras medidas foi uma das razões da redação e promulgação da Constituição de 2019, que além disso contribuiria para projetar a imagem de uma aparente renovação ou abertura política perante a comunidade internacional, em especial a União Europeia, que em 2017 considerou que o regime cubano era uma democracia de partido único (CHAGUACEDA; VIERA, 2020).

Além da tradição constitucional cubana, o grupo que elaborou o texto constitucional cubano analisou as constituições de diversos países, incluindo os governados por partidos comunistas (China e Vietnã), e as experiências e resultados dos processos constitucionalistas que aconteceram na América Latina nos últimos vinte anos (CUBA, 2018). No entanto, a nova Constituição de Cuba manteve um perfil conservador na abordagem dos direitos vinculados à comunicação, se comparada com suas homólogas da Venezuela, Bolívia, Equador e Brasil. Desde o ponto de vista normativo, as leis fundamentais dessas quatro nações sul-americanas ampliaram, no plano formal, o direito à comunicação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil.

O direito à comunicação ganhou especial destaque nas leis fundamentais do Brasil, Bolívia e Equador. Os redatores da Constituição Federal brasileira (1988) dedicaram o capítulo quinto à

Comunicação Social, enquanto os constituintes bolivianos fizeram o mesmo no capítulo sétimo da Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, promulgada em 2009 (BOLÍVIA, 2009). Os equatorianos, entretanto, destinaram a seção terceira da Constituição do Equador aos direitos relacionados com a Comunicação e a Informação (EQUADOR, 2008). Além de reconhecer o acesso à informação e a liberdades de expressão e de imprensa como direitos dos cidadãos, as constituições das quatro nações latino-americanas aqui citadas proíbem a censura prévia e garantem a cláusula de consciência, que trata, dentro outros aspectos, sobre o respeito ao sigilo da fonte, necessário para o exercício do jornalismo e de outras profissões do campo da informação e a comunicação (BOLÍVIA, 2009; BRASIL, 1988; EQUADOR, 2008; VENEZUELA, 1999).

A constituição brasileira, por exemplo, veda “toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística” (BRASIL, 1988, art. 220), enquanto as leis fundamentais da Venezuela (1999), Bolívia (2009) e Equador (2008) reconhecem que as pessoas podem exercer o direito de resposta e de retificação, caso sejam atingidas por informações inexatas ou ofensivas. A Magna-Carta equatoriana determina ainda que a resposta do agraviado tem de ser transmitida de “forma imediata, obrigatória, e gratuita, no mesmo espaço e horário” (EQUADOR, 2008, art. 66 [c]) em que aconteça o equívoco ou ofensa.

Mesmo que o enunciado não tenha sido suficiente para evitar que a concentração midiática acontecesse na prática, a Constituição brasileira sinalizou a possibilidade de proibir que os meios de comunicação social sejam, “direta ou indiretamente”, “objeto de monopólio ou oligopólio” (BRASIL, 1988, art. 220). Uma década depois, a Bolívia (2009) e o Equador (2008) também incluíram o mesmo princípio em seus respectivos textos constitucionais. Sobre as tipologias de propriedade midiática, as Constituições desses quatro países reconhecem a existência de veículos midiáticos públicos e privados. As constituições da Bolívia (2009) e do Equador (2008) vão além ao determinarem que corresponde ao Estado apoiar a criação de mídias comunitárias.

Em síntese, além das liberdades civis básicas, as constituições das nações latino-americanas aqui mencionadas reconhecem o direito de acesso à informação, de resposta e retificação, assim como garantem o respeito ao sigilo da fonte. Ao mesmo tempo, legalizam a existência de diversas formas de propriedade midiática, proíbem a censura prévia e a conformação de monopólios e oligopólios midiáticos. De modo geral, essas normas jurídicas são um referente normativo no longo caminho da democratização da comunicação na América Latina.

Todavia, a nova Constituição de Cuba acolheu alguns aspectos positivos relacionados com a comunicação social, mas preservou as restrições e a instrumentalização do direito a se comunicar presentes na Constituição Socialista de 1976. Na contramão de seus homólogos latino-americanos, os constituintes cubanos não dedicaram um capítulo ou seção específicos à comunicação social.



No texto constitucional agora vigente, os direitos relativos à comunicação social são abordados nos artigos 16, 53, 54, 55 e 97. O primeiro deles encabeça o capítulo intitulado “Relações Internacionais” e o resto está localizado no Título V “Direitos, deveres e garantias”.

a construção de uma sociedade da informação e do conhecimento centrada na pessoa, inclusiva e orientada para o desenvolvimento sustentável, em que todos possam criar, consultar, utilizar e compartilhar informações e conhecimentos para melhorar sua qualidade de vida; e defende a cooperação de todos os Estados e a democratização do ciberespaço, bem como condena a sua utilização e a do espectro radioelétrico para fins contrários aos anteriores, incluindo a subversão e desestabilização de nações soberanas (CUBA, 2019, art. 16, tradução nossa).

Houve alguns avanços também. A atual Constituição da República de Cuba (2019) introduziu direitos e princípios que não haviam sido reconhecidos pelas constituições precedentes. No capítulo dedicado às “Relações Internacionais” o Estado cubano se compromete com.

À luz do compromisso assumido no artigo 16, a Constituição (CUBA, 2019, tradução nossa) incorpora dois direitos que não haviam sido considerados anteriormente. Em primeiro lugar, o artigo 53 garante o acesso à informação, definido como o direito de “todas as pessoas (...) a solicitar e receber do Estado informação verídica, objetiva e oportuna”, bem como acessar à informação gerada pelos órgãos e entidades estatais, observando os regulamentos estabelecidos (p. 5). Em segundo lugar, o *habeas data*, enunciado no artigo 97, se refere ao direito de qualquer pessoa a “acessar seus dados pessoais em registros, arquivos ou outras bases de dados e informação de caráter público”, assim como a solicitar que esses dados sejam mantidos sob sigilo, corrigidos, retificados, modificados, atualizados ou mesmo apagados (p. 7). A liberdade de pensamento, consciência e expressão também foram reconhecidas no artigo 54, mas sem subordiná-los aos fins da sociedade socialista, um avanço discreto se comparado com a Constituição de 1976.

Contudo, a omissão do direito à livre emissão das ideias de forma escrita, oral ou por meio de qualquer dispositivo tecnológico, conforme reconheceram a Constituição cubana de 1940 (CUBA, 1940) e o artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948) sugere que essas garantias se circunscrevem ao âmbito privado, o que restringiria as liberdades enunciadas no próprio texto constitucional.

Chamou a atenção que ela primeira vez na história constitucional cubana, as liberdades de imprensa e de expressão são enunciadas em artigos separados. O artigo 55 da atual Constituição reconhece a liberdade de imprensa das pessoas e determina que esse “direito se exerce conforme a lei”, porém o subordina, como na Constituição de 1976, aos “fins da sociedade” (CUBA, 2019, p. 5, tradução

nossa). Esse enunciado propicia que legislações presentes e futuras e os intérpretes da própria Constituição continuem a restringir o exercício desse direito. O artigo 55 também garante a continuidade do controle monopólico do Estado sobre a mídia ao definir que “Os meios fundamentais de comunicação social, em qualquer de suas manifestações e suportes, são propriedade socialista de todo povo ou das organizações políticas, sociais e de massa; e não podem ser objeto de outro tipo de propriedade” (CUBA, 2019, p. 5, tradução nossa).

Ao determinarem que apenas os “meios fundamentais de comunicação social” são propriedade estatal e das organizações sociais e paraestatais, os constituintes consideraram implicitamente a existência de uma diversidade de veículos que não se enquadram nas duas tipologias de propriedade reconhecidas e legalizadas pelo texto constitucional. Contudo, além de garantir a continuidade do monopólio midiático estatal, a Constituição reitera e reforça o papel do Estado no estabelecimento dos “princípios de organização e funcionamento de todos os meios de comunicação social” (CUBA, 2019, p. 5, tradução livre).

Na contramão de sua antecessora, a Constituição de 2019 não mais declara que o exercício da liberdade de expressão e de imprensa é assegurado pelo predomínio da propriedade estatal e social dos meios de comunicação, nem explicita que a inexistência da propriedade privada sobre a mídia garante seu uso a serviço exclusivo da classe trabalhadora do interesse da sociedade. Pelo menos nesse sentido, o texto legal se afasta formalmente do conceito de liberdade cara ao constitucionalismo soviético (CUBA, 2019).

Todavia, é provável que se os princípios enunciados no artigo 55<sup>o</sup> sejam regulamentados numa futura norma jurídica que seguiria as diretrizes estabelecidas na Política de Comunicação Social do Estado e do Governo, que estabelece que “a rádio, a televisão, a mídia impressa e demais meios de comunicação, bem como as plataformas tecnológicas por eles utilizadas, são propriedade estatal ou social e não podem ser objeto, sob hipótese alguma, de propriedade privada”. Portanto, a regularização dos veículos e empreendimentos midiáticos não estatais dependerá exclusivamente da vontade política dos dirigentes máximos do PCC, que ao considera-los privados, anularia qualquer possibilidade de reconhecimento legal.

Influenciada pelos processos constituintes que aconteceram na América Latina nas últimas duas décadas –especialmente na Venezuela, Bolívia e Equador– a nova Constituição de Cuba (2019) acolheu alguns princípios que ampliam o direito à comunicação, como o *habeas data* e o direito a receber informação verídica. Entretanto, os constituintes cubanos não incluíram a proibição da censura prévia no novo texto constitucional, nem estabeleceram limites à interferência do Estado no campo comunicacional. A Magna-Carta também omite o direito de resposta e retificação, a garantia do respeito

ao sigilo da fonte – imprescindível para o exercício de um jornalismo de serviço público –, nem fomenta a criação de mídias comunitárias.

Destarte, podemos afirmar que, em matéria de comunicação social, a nova Constituição de Cuba é conservadora, pois não promove explicitamente a participação da cidadania na formulação e implementação de políticas públicas de comunicação social ou na gestão da mídia, por meio de conselhos curadores ou de outros mecanismos. Os constituintes tampouco incluíram o direito de todos os cidadãos, em condições de igualdade material e sem discriminação por razões políticas ou ideológicas, à comunicação, os deixando à mercê das leis do mercado e do arbítrio do Partido-Estado.

### **6.5 A regulação do direito à comunicação em normas infraconstitucionais**

Entre das normas legais infraconstitucionais (vigentes até dezembro de 2021) destinadas a regulamentar o exercício de direitos relativos à comunicação social em Cuba se destacam o Código Penal (Lei 62/1987), a Lei 88/1999 (Da Proteção da Independência Nacional e a Economia de Cuba), o Decreto-lei 370/2018 (Sobre a Informatização da Sociedade em Cuba), o Decreto-lei 35/2021 (das Telecomunicações, as Tecnologias da Informação e Comunicação e o uso do Espectro Radioelétrico), a Resolução 105/2021 de Ministério das Comunicações (Regulamento sobre o Modelo de Atuação Nacional para a Resposta a Incidentes de Cibersegurança), a Resolução 179/2008 do Ministério da Informática e das Comunicações, assim como as resoluções 81/1997 e 56/1999, publicadas pelo Ministério da Cultura para controlar o registro e circulação de publicações impressas e digitais.

#### **6.5.1 O Código Penal e a Lei 88**

Em vigor entre 30 de abril de 1988 e 1 de dezembro de 2022, o antigo Código Penal cubano estabeleceu limites às liberdades de expressão e de imprensa. O artigo 291 da norma protegeu o “exercício do direito de liberdade de palavra ou imprensa” ao prever sanção de privação de liberdade, de três meses a um ano e/ou multa, para quem impeça a prática dos supracitados os direitos constitucionais. Na hipótese de que o crime seja cometido por um servidor público, abusando de seu cargo, a sanção prevista é de até dois anos de privação de liberdade e/ou multa. Já o artigo 204 prevê pena de até nove meses de privação de liberdade ou multa, para quem “difamar ou desprezar publicamente as instituições da República, as organizações políticas, de massa ou sociais do país, ou os heróis e mártires da nação” (CUBA, 1987, tradução nossa). Contudo, a lei penal não explicou com base em quais critérios procuradores e juízes devem determinar quando uma crítica pública extrapola os limites para tornar-se uma expressão de difamação ou desprezo.

O artigo 210 criminalizou a “clandestinidade de impressos”, definida como a confecção, difusão e circulação de “publicações sem indicar a imprensa ou o lugar de impressão” ou que não cumpram com

“as regras estabelecidas para a identificação de seu autor ou de sua procedência, ou as reproduza, estoque ou transporte”. A lei previa privação de liberdade de três meses a um ano ou multa (CUBA, 1987, tradução nossa). Para “garantir um controle centralizado e efetivo sobre todas as publicações” periódicas editadas, impressas e distribuídas legalmente dentro Cuba, em outubro de 1997 o Ministério da Cultura criou o Registro Nacional de Publicações Seriadas (RNPS), por meio da Resolução 81/1997 (MINCULT, 1997). Desde junho de 1999, a Resolução 56/1999 instituiu que a inserção de todas as publicações seriadas cubanas no ambiente virtual necessita da aprovação específica do RNPS. Conforme essa norma ministerial, as publicações veiculadas na Internet devem manter um nível alto de objetividade e profissionalismo; divulgar as “realizações mais importantes e recentes do nosso povo em diferentes âmbitos” e “expor os valores nacionais mais genuínos” (MINCULT, 1999, tradução nossa).

Dessa forma, o direito constitucional de liberdade de imprensa não foi regulamentado por lei elaborada e promulgada pela Assembleia Nacional do Poder Popular, mas por duas resoluções (81/1997 e 56/1999) do Ministério da Cultura que se limitam a estabelecer as pautas para o reconhecimento, publicação e circulação legal de periódicos impressos e digitais sob o ordenamento jurídico cubano. Em tese, a Resolução 56/1999 do Ministério da Cultura impede o reconhecimento legal de publicações digitais que divulguem conteúdo na contramão do interesse do Estado cubano. Assim sendo, o reconhecimento legal de qualquer veículo comunicacional independente dependeria, a princípio, de sua inclusão no Registro Nacional de Publicações Seriadas. No entanto, tais normas ministeriais não especificam se a edição e circulação de publicações impressas e digitais irregulares é um delito, daí que caberia à Procuradoria-geral denunciar e aos tribunais julgar se os responsáveis de uma da publicação podem ser condenados pelos crimes de propaganda inimiga e de clandestinidade de impressos. Afinal, não existe nenhuma lei que proíba tacitamente a edição e distribuição irregulares de publicações impressas, como as dezenas de revistas produzidas pela Igreja Católica, ou digitais, como os numerosos sites e blogs independentes que proliferaram no espaço virtual cubano, a partir da ampliação do acesso da população à Internet.

A ambiguidade presente nas normas legais que regulam o direito à comunicação em Cuba, propicia o estado de ‘alegalidade’ em que se encontram os veículos digitais independentes. Embora não seja reconhecida nem protegida legalmente pelo Estado cubano, a existência e funcionamento da mídia digital independente não viola as normas legais vigentes e em consequência, as críticas das autoridades cubanas contra os veículos alternativos focam no viés político-ideológico de conteúdo divulgado, a intencionalidade política atribuída à mídia criticada e a origem das fontes de financiamento.

Todavia, os limites da liberdade de imprensa foram reforçados pela Lei 88 (da Proteção da Independência Nacional e da Economia de Cuba), promulgada Assembleia Nacional do Poder Popular em fevereiro de 1999. Essa norma legal visa proteger a independência e a economia de Cuba dos efeitos

das sanções previstas na Lei Liberdade,<sup>82</sup> aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em março de 1996 (CUBA, 1999).

Diante da determinação dos Estados Unidos de intensificar e internacionalizar o embargo para asfixiar a economia cubana (ALARCÓN, 1996), o Governo cubano promoveu a publicação da Lei 88/1999 para “tipificar e punir as ações direcionadas a apoiar, facilitar ou colaborar com os objetivos da Lei Helms-Burton, o bloqueio e guerra econômica”, no intuito de “subverter a ordem interna, desestabilizar o país e eliminar o Estado socialista e a independência de Cuba”. O artigo 7.1 da lei prevê pena de dois a cinco anos de privação de liberdade e/ou multa para quem “colaborar, por qualquer via com emissoras de rádio ou televisão, jornais, revistas u outros meios de difusão estrangeiros” com o propósito de atingir os objetivos da Lei Helms-Burton, o bloqueio e a guerra econômica”, assim como “subverter a ordem interna, desestabilizar o país e eliminar o Estado socialista e a independência de Cuba”. A norma prevê ainda que a punição poderá ser de três a oito anos, caso o crime seja realizado para obter lucro ou por meio de “dádiva, remuneração, recompensa ou promessa de qualquer vantagem ou benefício”. Esse trecho visa ao castigo dos jornalistas independentes que recebem apoio econômico ou financeiro de governos e instituições (públicas ou privadas) estrangeiros. Contudo, a lei isenta de responsabilidade penal aos correspondentes de mídias internacionais creditados legalmente pelas autoridades cubanas (CUBA, 1999, tradução nossa).

Dado seu carácter especial, a Lei 88 só pode ser aplicada para sancionar atos intencionalmente executados para apoiar a concreção dos objetivos da Lei Helms-Burton e das políticas dos Estados Unidos para forçar uma mudança de regime em Cuba. Tal legislação introduziu, pela primeira vez, o ‘princípio de oportunidade’ para que a Procuradoria-Geral da República, em representação do Estado e conforme os interesses nacionais, exerça a ação penal pública. Tal princípio permite que, a partir das prioridades do governo cubano, o Ministério Público determine ou não a abertura de processo penal contra cidadãos que incorram em crimes previstos na norma jurídica, assim como selecionar quais ilícitos seria conveniente denunciar (TOLEDO, 2013). Como dito com antecedência, foi essa lei acionada em abril de 2003 para processar e condenar a penas de privação de liberdade de entre 10 e 26 anos, setenta e cinco opositores pacíficos, incluindo integrantes do movimento de jornalismo independente. Apelidada como a Lei da Mordaza pela oposição, a Lei 88/1999 continua a servir como

---

<sup>82</sup>A também conhecida como Lei Helms-Burton não apenas codificou numa mesma norma as medidas de pressão econômica contra a Ilha caribenha, mas objetiva o fortalecimento das sanções internacionais contra o governo cubano e condicionou o levantamento do embargo à instauração de um governo eleito democraticamente. A seção 109 da supracitada lei autoriza o presidente dos Estados Unidos a “oferecer ajuda e outros tipos de apoio a pessoas e organizações não governamentais independentes que sejam a favor dos esforços para a democratização de Cuba”, incluindo o envio de materiais e publicações informativos sobre processos de transição para a democracia, direitos humanos e economia de mercado, a grupos dissidentes e opositoristas (EUA, 1996, tradução nossa).

um elemento dissuasivo para os comunicadores e colaboradores das mídias digitais não estatais que proliferaram em Cuba, a partir da ampliação do acesso à Internet (HENKEN, 2017).

### **6.5.2 Resolução 179/2008 do MIC e Decreto-lei 370/2018**

À medida que o Estado cubano consentiu a ampliação do acesso à Internet de seus cidadãos, normas legais para regular o fornecimento desse serviço foram emitidas. Dessa forma, as autoridades políticas cubanas buscaram estabelecer um equilíbrio entre os benefícios econômicos que a internet poderia trazer e a possibilidade que a rede fosse usado para fins subversivos (UXO, 2009). Aprovada em outubro de 2008, a Resolução 179/2008 do então Ministério da Informática e as Comunicações estabeleceu o Regulamento para os Prestadores de Serviço de Acesso à Internet ao Público. Conforme se lê na alínea j) do artigo 109 dessa norma ministerial, os prestadores de serviço são obrigados a “Adotar as medidas necessárias para impedir o acesso a sites cujos conteúdos sejam contrários ao interesse social, à moral e aos bons costumes; bem como o uso de aplicativos que afetam a integridade ou segurança do Estado” (MIC, 2008, tradução nossa), incluindo os portais de veículos jornalísticos tidos com contrarrevolucionários.

A partir da implementação do acesso à Internet por meio da telefonia celular, o Estado cubano publicou novas normas jurídicas para regular a expressão dos cidadãos no ambiente virtual. Em 17 de dezembro de 2018, o presidente Miguel Díaz-Canel sancionou o Decreto-lei 370, que regula “a informatização da sociedade em Cuba” e procura, dentre outros objetivos, “fortalecer o processo de informatização” para “modernizar coerentemente todas as esferas da sociedade e contribuir para o desenvolvimento econômica e social do país”; “consolidar o uso e desenvolvimento das TICs como instrumentos para a defesa da Revolução”; “promover e favorecer o acesso e uso responsável dos cidadãos às TICs”; “consolidar a defesa política e a cibersegurança para enfrentar ameaças, ataques e riscos de qualquer tipo; e “satisfazer as necessidades gerais para incrementar o uso das TIC e sua aplicação pelo Estado, o Governo, na Segurança e Defesa Nacional e na Ordem Interna (CUBA, 2018, tradução nossa).

Em vigor desde 4 de julho de 2019, o Decreto-lei 370/2018 pondera a segurança nacional, a defesa da soberania tecnológica do Estado e o controle uso das TIC. O artigo 68 da norma jurídica define duas contravenções que, na prática, restringem ao direito dos cidadãos à comunicação. A primeira, enunciada na alínea f), se refere à hospedagem de “um site em servidores localizados num país estrangeiro, a não ser como espelho ou réplica do site principal em servidores localizados em território nacional”. Já a segunda, contida na alínea i), considera ilegal a divulgação, “por meio das redes públicas de transmissão de dados, de informações contrárias ao interesse social, à moral, aos bons costumes e à integridade das pessoas”. O artigo 69 da norma jurídica prevê multa de mil pesos cubanos para as pessoas que

administrem blogs ou sites alojados em servidores internacionais. Já o artigo 70º prevê multa de três mil pesos para quem incorra, conforme a interpretação das autoridades, na infração descrita na alínea i). Além de multa, o artigo 71 do decreto-lei determina o confisco dos meios e dispositivos utilizados pelos envolvidos nas contravenções citadas com antecedência (CUBA, 2018, tradução nossa).

A existência do projeto do Decreto-lei 370 permaneceu sob sigilo e após aparecer na *Gaceta Oficial* recebeu inúmeras, especialmente, pelo uso de conceitos imprecisos que contrariam os avanços recentes em matéria de promoção e proteção do exercício dos direitos humanos, em geral, e do direito à comunicação, um particular. Acionado pela jornalista Elaine Díaz Rodríguez (2019) para se pronunciar sobre a abrangência da alínea f) do artigo 68, o Ministério das Comunicações declarou —por meio de uma nota veiculada em seu perfil oficial na mídia social *Twitter*— que a contravenção não aplicava “a blogs, sites pessoais ou informativos” (MICOM, 2019, tradução nossa). Não obstante, a redação do artigo e do esclarecimento da pasta responsável pela aplicação da lei mostraram o caráter discricionário com que as autoridades estatais cubanas interpretam e executam as normas legais vigentes, se aproveitando de ambiguidades e brechas que geram situações de insegurança jurídica que afetam negativamente os direitos dos cidadãos em geral, e dos dissidentes, opositores e comunicadores independentes em particular, como mostramos mais adiante.

Análise do Decreto-lei 370 mostra que, em vez de atuar para limitar o excessivo poder do Estado cubano sobre o exercício do direito à comunicação no ambiente oficial, a norma é um instrumento legal para confrontar e praticamente anular as escassas possibilidades com que conta a sociedade civil cubana para fiscalizar, criticar e denunciar as irregularidades, ou mesmo arbitrariedades, dos agentes de instituições estatais, governamentais e políticas do país. Há que salientar que dita norma entrou em vigor num momento em que o Partido-Estado cubano não estava conseguindo controlar a circulação de discursos críticos e opositoristas nem as interações comunicativas e o compartilhamento de informação, entre os cidadãos no ambiente virtual, com a mesma efetividade demonstrada na época em que a constituição de arenas de discussão sobre assuntos de interesse público dependia do acesso dos cidadãos a determinados espaços físicos e a dispositivos tecnológicos que permitiam a criação e distribuição de conteúdo.

### **6.5.3 Decreto-lei 35/2021 e Resolução 105/2021 do MICOM**

Em 17 de agosto de 2021 começou a vigorar um novo pacote de normas legais que, cumprindo com a Política de Informatização da Sociedade, visou à atualização do marco legal no âmbito das telecomunicações. Dois das normas aprovadas, o Decreto-lei 35/2021 e a Resolução 105/2021 do Ministério das Comunicações, afetam o exercício do direito à comunicação, como demonstraremos a seguir. Aprovado pelo Conselho de Estado em 13 de abril de 2021, o primeiro objetivo do Decreto-lei

35/2021 é “contribuir para que o uso dos serviços de telecomunicações sejam um instrumento para a defesa da Revolução”, impulsionar o uso das TICs e das telecomunicações para que coadjuvem no “desenvolvimento político, econômico e social do país”; implementar a ampliação da banda larga; facilitar o acesso às TICs das pessoas com necessidades especiais; “satisfazer as necessidade gerais do Estado, o Governo e as relacionadas com a segurança nacional, a ordem e a defesa civil; assegurar o acesso às TICs e às telecomunicações; bem como proteger os interesses e direitos constitucionais dos cidadãos, com ênfase na igualdade, a privacidade e o sigilo das comunicações (CUBA, 2021, art.3, tradução nossa).

A prioridade outorgada à defesa do modelo social vigente denota o caráter utilitarista com que essa legislação foi concebida e será aplicada. Após análise do documento podemos afirmar que a missão do supracitado decreto-lei não é garantir a ampliação do exercício do direito à comunicação, por meio do uso das TICs nem conformar um marco normativo para diminuir as vulnerabilidades técnicas do espaço virtual cubano, mas aprimorar o controle das expressões contrárias ao governo cubano no ambiente virtual.

Em seu artigo 15, o Decreto-lei 35/2021 proíbe que pessoas físicas e jurídicas utilizem o serviço de telecomunicações para realizar ações ou transmitir informação que ofendam ou lesem a dignidade humana, divulgar conteúdos sexuais, praticar o assédio, difundir discursos e incorrer em práticas que afetem a intimidade das pessoas e das famílias, assim como desrespeitam a imagem e a voz dos indivíduos. A norma legal também objetiva a proteção da identidade, integridade e honra das pessoas e a preservação da “segurança coletiva, o bem-estar geral, a moralidade pública e o respeito pela ordem pública”. Num de seus trechos mais polêmicos, o decreto-lei obriga os usuários a impedir a difusão de notícias falsas e determina que as operadoras interrompam, suspendam ou cancelem o serviço telefônico e de acesso à Internet, caso os clientes não cumpram com seus deveres (CUBA, 2021, tradução nossa).

Sem jurisdição legal sobre para fazer com que empresas transnacionais que administram de sites e plataformas de redes sociais digitais – como Facebook e Twitter – sejam obrigadas a acatar as leis locais, as autoridades cubanas optaram pela punição dos cidadãos que, desde Cuba, publiquem ou compartilhem conteúdo considerado contrarrevolucionário. Dessa forma, o Governo da Ilha legalizou os cortes da conexão à Internet e telefônica como tática para gerar autocensura, silenciar e isolar ativistas, dissidentes e jornalistas independentes. Assim, o Decreto-lei 35/2021 veio reforçar as limitações que o Decreto-lei 370/2018 que já tinha imposto ao direito dos cidadãos à comunicação.

Dentro desse pacote jurídico, a Resolução 105/2021 merece especial destaque. A norma ministerial define diversas contravenções enquadradas no termo “incidentes de cibersegurança”, que inclui a divulgação de notícias falsas, mensagens ofensivas e difamações que afetem o prestígio do país. O termo também abrange a difusão de conteúdo que “atente contra os preceitos constitucionais, sociais e



econômicos do Estado, incite mobilizações e outros atos que alterem a ordem pública”, faça apologia à violência e mostre imagens de acidentes de qualquer natureza que afetem a intimidade e dignidade das pessoas envolvidas. O Anexo II do regulamento administrativo agrupa as supracitadas contravenções no quesito “danos éticos e sociais” e as classifica como incidentes de cibersegurança de periculosidade alta. A resolução ratifica que os conteúdos publicados em sites e compartilhados em redes sociais digitais são monitorados pelo governo cubano, representado pelo Escritório de Segurança das Redes Informáticas e os órgãos de fiscalização do Ministério das Comunicações, assim como prevê que essa entidade seja substituída por um órgão especializado em cibersegurança integrado por especialistas dos ministérios das Comunicações, do Interior e das Forças Armadas (MICOM, 2021, tradução nossa).

Tal como acontece com outras normas legais que regulam o exercício de direitos fundamentais, o Decreto-lei 35/2021 e a Resolução 105/2021 utilizam termos ambíguos como “segurança coletiva”, “bem-estar geral”, “moralidade pública”, “respeito à ordem pública”, “notícias falsas” ou “prestígio do país” (CUBA, 2021, tradução nossa). A ausência de um glossário que explique com clareza o significado de cada um desses conceitos propicia a discricionariedade com que as autoridades facultadas costumam a interpretar e aplicar o conteúdo dos textos legais, para punir expressões de dissenso e oposição dos cidadãos.

A praxe jurídica internacional orienta que as normas jurídicas que regulam o exercício do direito à comunicação requerem de definições precisas em prol de evitar que expressões legítimas sejam retiradas do espaço virtual, em razão de motivos políticos ou outros injustificados. Ao mesmo tempo, os cidadãos necessitam de um marco jurídico claro que ofereça um mínimo de segurança jurídica para exercer e defender seus direitos e liberdades civis sem incorrer em atos ilícitos (KHAN, ESTRADA-CASTILLO, VOULE E LAWLOR, 2021).

Além de restringir a liberdade de expressão dos cidadãos no ambiente virtual, o Decreto-lei 35/2021 poderia ameaçar a privacidade dos usuários das TICs ao determinar, no artigo 18º, que a operadora de serviço de telecomunicações fornecer a órgãos dos ministérios das Forças Armadas e do Interior, vinculados com a segurança, defesa nacional e ordem interior, as “facilidades técnicas e os serviços que eles requeiram”, assim como “enviar ao Ministério das Comunicações a informação que este determine para o cumprimento de suas funções” (CUBA, 2021, tradução livre). A legislação não estabelece a obrigatoriedade de autorização judicial para que os citados ministérios possam acessar os dados dos usuários das TICs, legalizando assim a vulneração do direito à privacidade e ao sigilo das comunicações dos cidadãos, inclusive os que não sejam alvo de um inquérito criminal.

Assim que o Decreto-lei 35/2021 e a Resolução 105/2021 foram publicados, Érika Guevara, diretora da Anistia Internacional nas Américas, denunciou que as novas normas limitavam os direitos de liberdade de expressão e de imprensa de organizações e pessoas que criticam o governo de Cuba. O novo

marco legal poderia formalizar a repressão digital e impossibilitar que o povo cubano use as redes sociais como ferramentas de informação, discussão, organização para o exercício da liberdade de expressão, acesso à informação e de reunião (REUTERS, 2021). Em paralelo, a Human Rights Watch declarou que a ambiguidade com que o decreto-lei e a resolução definem as contravenções, não apenas contraria o direito internacional, mas poderia servir para violar os direitos dos cidadãos que decidam expressar abertamente suas críticas contra as autoridades da Ilha.

Com o Decreto-lei 35/2021, o governo cubano restringe a liberdade de expressão, com base na defesa da soberania nacional, ainda que o direito internacional estabelece que a salvaguarda da soberania dos estados não é causa legítima para restringir o exercício dos direitos humanos. Apesar de que o Estado cubano deve utilizar recursos que permitam a regulação do serviço de telecomunicações e do acesso à Internet, isso deve ser feito sem criminalizar a liberdade de expressão no ambiente virtual (DIVERSENT, 2021). O jurista Julio César Guanche reforça que a restrição da liberdade de expressão no ambiente virtual exige, dentro outros “requisitos de legitimidade”, 1) a existência de normas legais claras; 2) provas da possibilidade de que uma ação ou forma de expressão determinadas provocou ou possa provocar um dano real, crível e iminente contra indivíduos, coletivos ou a sociedade em seu conjunto; 3) “o respeito aos princípios de necessidade, idoneidade e proporcionalidade”, para evitar regulações muito amplas ou vagas que propiciem arbitrariedades das autoridades, e 4) o funcionamento da instituições autônomas especializadas, além das garantias judiciais.

Ainda que Cuba não seja o único país das América em restringir a liberdade de expressão com base no respeito à moral e o interesse públicos, a legislação cubana assume “conceitos indeterminados como se fossem fatos concretos”, além de não explicar a quem corresponde determinar e, sob quais critérios, que expressões contariam a moral e o interesse públicos. A questão se agrava porque o Decreto-lei 370/2018 outorga essa prerrogativa a fiscais do Ministério das Comunicações, em vez de juízes que ao menos em tese, agiriam conforme as razões públicas e com transparência. Ao mesmo tempo, a ausência de um marco jurídico que proteja adequadamente todos os direitos constitucionais – inclusive os relativos à comunicação – e a inexistência de entidades especializadas –como a defensoria do povo e a jurisdição constitucional – dificultam a defesa do direito a se comunicar dos cidadãos perante o Estado (GUANCHE, 2020).

Devemos destacar a ausência de participação da cidadania na elaboração das normas legais que regulam o direito à comunicação em Cuba. Como dito, ao se tratar de decretos-leis, decretos e resoluções ministeriais, o Conselho de Estado, o a Presidência da República e os ministérios podem promulgar normas legais que regulamentam direitos fundamentais sem a aprovação previa do Legislativo e sem convocar consultas públicas. Enquanto em Brasil, Argentina e Chile, entidades privadas, governamentais e organizações da sociedade civil costumam a participaram, em menor ou maior grau, da elaboração

das normas legais de cibersegurança que afetam seus direitos ou interesses, todas as normas jurídicas infraconstitucionais aqui analisadas foram concebidas e elaboradas em processos caracterizados pelo hermetismo e ausência de transparência.

Diferentemente das cubanas, nas leis aprovadas nesses países da América Latina o foco é a defesa dos cidadãos e do direito de liberdade de expressão no espaço virtual. No Brasil, por exemplo, o Marco Civil de Internet (Lei 12.965, de 23 de abril de 2014) estabelece, no artigo 2º, que “A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como”: “II - os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais; III - a pluralidade e a diversidade”; “VI - a finalidade social da rede”. Ainda segundo o artigo 3º, o uso da Internet no Brasil seja pautado por, dentre outros princípios, a “garantia da liberdade expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal”; a proteção da privacidade e dos dados pessoais, a “preservação e garantia da neutralidade de rede”, “a preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, ‘por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas’”, assim como a “preservação da natureza participativa da rede” (BRASIL, 2014).

O pesquisador Luca Belli (2019) destaca que a neutralidade de rede é considerada “um princípio de não discriminação cujo objetivo é preservar uma Internet aberta e de finalidade geral, facilitando a participação ativa do usuário bem como o pleno gozo dos direitos fundamentais de todos os internautas”. A neutralidade de rede não apenas se apoia nos direitos fundamentais reconhecidos em diversos países de Ocidente, mas já faz parte de marco normativo internacional que visa garantir a liberdade de expressão e de inovação por meio e na Internet. (p. 377). Na prática, o princípio de neutralidade exige que o tráfego de dados através das redes digitais seja regulado “sem discriminação, restrição ou interferência não razoável, independentemente de seu emissor, receptor, tipo, conteúdo, dispositivo, serviço ou aplicação” (p. 379).

A preservação do paradigma de abertura e descentralização que propiciou que a Internet ampliasse “as fronteiras da liberdade na produção, difusão e recepção de informações e ideias, revolucionando os espaços e as dinâmicas de colaboração e troca de conhecimentos”, constituiu o principal objetivo da neutralidade de rede. Esse paradigma não só contesta e tenciona a centralização e a verticalidade que caracterizam a estrutura da mídia tradicional (BELLI, 2019, p. 379), seja estatal ou privada, mas desafia os esforços dos regimes políticos autoritários para controlar o fluxo de informação, a criação e divulgação de conteúdo e, conseqüentemente, a liberdade de expressão de indivíduos, coletivos e instituições que confrontam o monopólio informativo do Estado e do mercado.

Assim como a liberdade de expressão, a neutralidade de rede também pode sofrer restrições quando o benefício dessa determinação é necessário, equilibrada e tem uma finalidade legítima, como

defender a segurança da rede e inibir o uso dela para atividades ilícitas. Não obstante, tampouco há consenso em relação as melhores formas de definir a legitimidade, necessidade e proporcionalidade de determinadas práticas de gestão de tráfego (BELLI, 2019) sem incorrer em abusos, como a denegação, em razão de discrepâncias políticas e ideológicas, do acesso a sites de veículos jornalísticos e institucionais, a retirada de conteúdo, assim como as sanções administrativas ou penais contra atores que se expressam de forma transgressora no espaço público virtual (PADILLA, VIERA, 2021).

Contudo, a neutralidade de rede não faz parte dos princípios gerais enunciados pela Política Integral para o Aperfeiçoamento da Informatização da Sociedade em Cuba, que embora promova o acesso dos cidadãos às TICs, pondera a defesa do regime político vigente e a cibersegurança em detrimento do direito à comunicação (MICOM, 2017). Tal princípio também foi omitido nos decretos-leis 370/2018 e 35/2021, bem como na Resolução 105/2021 do Ministério das Comunicações. Destarte, o conjunto de normas legais que regula o acesso e uso das TICs e da Internet em Cuba descarta um direito fundamental que permite o acesso dos cidadãos a fontes de informação de refletem a pluralidade da sociedade.

Ao mesmo tempo, as normas legais elaboradas pelo Estado cubano defendem princípios constitucionais que justificam a existência de uma ideologia e partido político únicos e de um modelo econômico altamente estatizado e centralizado. Esse entendimento difere do marco legal elaborado pela União Europeia, que reconhece o princípio do pluralismo. Dessa forma, a Resolução 105/2021 propicia que opiniões contrárias a esses princípios possam ser monitoradas, investigadas, criminalizadas e até retiradas do espaço virtual sob pressão das autoridades cubanas. Levando em conta que para a sociedade cubana, o ambiente virtual tem se tornado uma das principais arenas de expressão e exercício da cidadania, o impacto negativo das restrições ao exercício do direito à comunicação nesse âmbito é maior que em países onde a cidadania conta com espaços políticos, civis e midiáticos para se envolver no debate sobre temas de interesse coletivo (LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2021).

Diante das diversas críticas que gerou o conteúdo do Decreto-lei 35/2021, o jurista e professor Yuliesky Amador argumentou que essa norma não proíbe as publicações ou interações nas redes sociais, mas sim limita conteúdo ofensivo que atente contra o Estado e os cidadãos. Segundo Amador, a norma jurídica é constitucional, pois o artigo 45 da Constituição da República estabelece que o exercício dos direitos das pessoas é limitado em razão da segurança coletiva, os direitos do outrem e respeito da ordem pública e das leis. Portanto, no olhar dele, pessoas que usam a redes sociais para deflagrar campanhas subversivas contra o governo cubano tergiversavam o objetivo do referido decreto-lei (PRENSA LATINA, 2021).

Contestado por outros juristas e pesquisadores (DIVERSENT, 2021; GUANCHE, 2020; LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2021; VIERA, 2021) e por três relatores especiais do sistema das Nações

Unidas(KHAN,ESTRADA-CASTILLO, VOULE E LAWLOR, 2021), o Decreto-lei 35/2021, seu regramento ( Decreto 42/2021) e a Resolução 105/2021 podem ser utilizados para minar o direito à comunicação , as liberdades de reunião pacífica e de associação, assim como as atividades dos defensores dos direitos humanos e da sociedade civil em geral.

De acordo com os três relatores, “a restrição de qualquer direito humano deve estar prevista em lei, procurar um objetivo legítimo e cumprir os requisitos de necessidade e proporcionalidade”. Além de questionar o uso de termos e categorias ambíguas que acabam limitando injustificadamente liberdades fundamentais, os expertos consideraram preocupante que tais restrições ao exercício de direitos humanos tenham sido estabelecidas por decreto, sem observar a concordância das normas produzidas com os padrões internacionais e excluindo os cidadãos, as organizações da sociedade civil e os expertos, da elaboração do Decreto-lei 35/2021 (LAWLOR, ESTRADA-CASTILLO, KHAN, VOULE, 2021, tradução nossa).

Em carta endereçada ao presidente Miguel Díaz-Canel, os relatores especiais da ONU asseguram ainda que as hipóteses que, segundo as normas, autorizariam a interrupção do serviço telefônico e do acesso à Internet, “não constituem um motivo legítimo para restringir a expressão”, conforme foi definida na Declaração Universal de Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; nem para determinar o monitoramento constante das ações dos usuários nas redes sociais digitais. Para os três especialistas, a discricionariedade com que as autoridades cubanas podem determinar os cortes do serviço de telecomunicações e monitorar as atuações dos usuários, comprometeria o trabalho de jornalistas e ativistas da sociedade civil que documentam acontecimentos e violações dos direitos humanos em Cuba, assim como o direito de organizar e convocar a reuniões e protestos (LAWLOR, ESTRADA-CASTILLO, KHAN, VOULE, 2021, tradução nossa).

No olhar dos relatores, para evitar arbitrariedades e discriminação de qualquer viés, toda legislação que limite a direito à liberdade de expressão “deve ser aplicada por um órgão independente de qualquer influência política, comercial ou injustificada”. Portanto, resulta preocupante que o Decreto-lei 35 autorize as operadoras de telecomunicações a interromperem o serviço de telefonia e Internet sem que um juiz interprete previamente se um determinado conteúdo veiculado no espaço virtual é, de fato, uma notícia falsa, ofensivo ou contrário à moralidade e ordem públicas. Finalmente, os relatores recomendaram a harmonização das referidas normas legais com o direito internacional e lembraram que o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas já condenou medidas que visam impedir ou obstaculizar o acesso ou a divulgação de informação no ambiente virtual e pediu para que todos os Estados se abstivessem de adotar normas que procurem esses fins ou, caso já existam, cessem de aplicá-las (LAWLOR, ESTRADA-CASTILLO, KHAN, VOULE, 2021, tradução nossa).

#### 6.5.4 Classificador Nacional de Atividades Econômicas

Antes da publicação do Decreto-lei 35/2021, as autoridades cubanas já haviam aplicado, por meio de normas administrativas, novas restrições ao exercício do direito à comunicação. Em 10 fevereiro de 2021, por exemplo, o Ministério do Trabalho determinou que nenhum cidadão poderia exercer de forma autônoma atividades econômicas relacionadas com “a produção e distribuição de informação e de produtos culturais”; o “fornecimento dos meios para transmitir ou distribuir esses produtos” e “outras atividades de serviço de informação”. A lista de atividades proibidas incluía: a) a edição e diagramação de livros, jornais, revistas e outras publicações em qualquer formato ou suporte; b) a produção audiovisual e cinematográfica; a gravação de som e a edição musical; c) a exibição de filmes; as transmissões de rádio e televisão; e d) o funcionamento de agências de notícias. Na seção dedicada a atividades artísticas, entretenimento e de lazer, o documento reforçou a proibição das “as atividades de jornalistas” (MTSS, 2021, tradução nossa).<sup>83</sup>

A proibição oficial do exercício por conta própria do jornalismo e de outras atividades do âmbito da comunicação social ampliou as possibilidades a abertura de processos penais contra jornalistas e colaboradores da mídia independente, já que segundo artigo 272º do Código Penal vigente, aqueles que se dediquem, com fins lucrativos, a prestar algum serviço que esteja proibido por norma legal ou complementar ou o façam sem a correspondente licença para esse fim, podem cumprir pena de até nove meses de privação de liberdade, pagar multa ou sofrer ambas as punições. Se for provado que o infrator contratou uma ou mais pessoas para a concreção do ilícito, a punição máxima é dois anos de privação de liberdade.

Até novembro de 2021, a profissão de jornalista não havia sido regulamentada em Cuba. Não obstante, a depender da vontade e das táticas escolhidas pelas autoridades cubanas para reprimir o jornalismo independente, os cidadãos que trabalhem ou colaborem com veículos midiáticos alternativos sem um diploma ou certificado corresponde ou compatível com a profissão jornalística, também podem ser processados pelo crime de “usurpação da capacidade legal”. Conforme o artigo 167 da lei penal cubana, incorreria nesse crime quem “faça ostentação de um título profissional ou acadêmico que não possua. Nesse caso, a sanção poderá ser de até três meses de privação de liberdade. Entretanto, se for provado que o infrator realizou “atos próprios de uma profissão para cujo exercício não se encontra devidamente capacitado, a sanção máxima prevista é de nove meses de privação de liberdade (CUBA, 1987, tradução nossa).

---

<sup>83</sup> Em 11 de fevereiro de 2021, o estatal Instituto Cubano da Arte e Indústria Cinematográficos (ICAIC) esclareceu que a produção audiovisual e cinematográfica independente estava regulada pelo Decreto-lei 373 e suas normas complementárias, que identificam como artistas criadores audiovisuais e cinematográficos que estejam devidamente cadastrados no Registro do Criador (ICAIC, 2021).

Pela primeira vez, desde o triunfo da Revolução de 1959, o governo de Cuba proibiu explicitamente, o exercício independente do jornalismo e de outras atividades do campo da comunicação. Ainda que essa medida significasse um novo passo não contramão da democratização da comunicação, ela é coerente com a Constituição de 2019, que em seu artigo 55, como dito com antecedência, firma o carácter estatal e social dos meios de comunicação fundamentais e diz claramente que nenhum deles poderá ser objeto de uma tipologia de propriedade diferente da estatal e social (CUBA, 2019).

E ainda que o próprio artigo constitucional sugira a possibilidade de legalizar as mídias não fundamentais, que poderiam ser comunitárias ou cooperativas de mídia (GUANCHE, 2020), devemos frisar que a Política de Comunicação do Estado e do Governo se refere à ampliação dos modelos de gestão da sob controle do PCC, sem mencionar a diversificação dos tipos de propriedade (PCC, 2018).

## **6.6 A repressão do Estado cubano contra a mídia independente**

### **6.6.1. Uma caça às bruxas preventiva**

De forma relativamente discreta, por meio das delegações de base da UPEC e de agentes do DSE, o Estado cubano tentou desestimular o envolvimento de jornalistas que trabalhavam em veículos estatais com a nascente mídia independente. No entanto, o sigilo foi interrompido após a divulgação da carta que jornalistas do periódico *Vanguardia*, órgão oficial do PCC na província de Villa Clara, enviaram à presidência nacional da UPEC, para denunciar que estavam sendo alvo de uma “caça às bruxas preventiva”, em razão da colaboração de alguns deles com mídias não estatais. (COMITÉ DE BASE, 2016, tradução livre). Datada em 7 de junho de 2016, a missiva trouxe à tona a inconformidade dos comunicadores com as políticas que orientavam o funcionamento da mídia estatal em Cuba que, segundo eles levava à omissão de ocorrências e eventos de interesse público, a censura dos conteúdos, os problemas materiais e econômicos do setor, incluindo os baixos salários e a ineficácia dos congressos e reuniões plenárias da UPEC para resolver os déficits do modelo midiático cubano identificados por García Luis (2013) desde a década de 1980.

Na carta, os jornalistas explicaram que embora a imprensa oficial tentasse se atualizar, não conseguia superar definitivamente suas “distorções estruturais” e afirmaram que ninguém poderia melhorar o jornalismo cubano, “enquanto as políticas informativas não fossem definitivamente liberadas de seus vínculos com instituições e fontes oficiais”. Nesse ponto os jornalistas deixaram claro que a superação dos problemas do modelo midiático dependeria do fim da subordinação da política editorial de todos órgãos à agenda política do Partido-Estado. Sobre os motivos de colaborar com as plataformas emergentes”, a carta menciona o “desejo pessoal”, “as necessidades econômicas” e o “direito legítimo” de buscar espaços para escrever com mais liberdade. Noutro trecho do texto advertiram que caso os

jornalistas não conseguissem se libertar da “relação danosa com fontes e instituições”, encontrariam outros canais para divulgar suas opiniões (COMITÉ DE BASE, 2016, tradução livre).

Como jornalistas, optamos pelo direito de publicar em meios digitais ou impressos que não ofendam a dignidade plena de homens e mulheres, nem ameacem a soberania de nosso país. Exercitamos o direito mais legítimo de escrever e expressar opiniões, tanto na mídia oficial quanto nas plataformas digitais emergentes. E não há, como parece a algumas pessoas, qualquer contradição entre o nosso trabalho nos meios de comunicação oficiais e a colaboração com meios alternativos e / ou privados (COMITÉ DE BASE, 2016, tradução nossa).

O obstáculo que a política informativa da mídia estatal representava para o desenvolvimento pleno das habilidades e conhecimentos que os jovens jornalistas adquiriram nos cursos de jornalismo das universidades cubanas, foi, junto com a censura, outro dos motivos relevantes mencionados na carta. Os profissionais asseguraram que a censura “engessa o exercício do jornalismo revolucionário” e “afeta especialmente as palavras, ideias e os matizes dos textos”, pois atua alterando o significado das matérias por meio de inúmeras estratégias discursivas. Em alguns casos, segundo os profissionais, os diretivos dos órgãos de imprensa impunham a censura sob o argumento de que as ideias expressadas nos textos jornalísticos resultam “inconvenientes aos interesses do país nos momentos atuais” ou que as “reportagens e comentários eram demasiado críticos”. Segundo a missiva, no olhar dos diretivos do *Vanguardia*, uma matéria que não incluísse declarações de fontes oficiais que mencionassem o esforço e a vontade do Estado cubano para resolver as dificuldades do povo, ou que só apresentasse o lado negativo de um fato era considerada incômoda e, portanto, tinha de ser suavizadas, em prol do “bem dos ‘pobres receptores’ incapazes de compreender os fenômenos sociais” (COMITÉ DE BASE, 2016, tradução nossa, grifos do autor).

Os comunicadores também explicaram que diante das dificuldades econômicas e profissionais que implicava trabalhar para um veículo estatal, a mídia alternativa ou independente lhes oferecia a possibilidade de se expressar com menos amarras e tentar usar “todas as ferramentas jornalísticas adquiridas na faculdade”, e concluíram que por causa desses fatores, colaboravam e continuariam a colaborar, com “responsabilidade e espírito revolucionário, em publicações não oficiais (COMITÉ DE BASE, 2016, tradução nossa).

A carta ainda denunciou a indefensão legal em que se encontravam os jornalistas, pois apesar da inexistência de normas legais ou contratuais que impedissem que profissionais da imprensa oficial colaborassem com veículos independentes do Estado, vários deles estavam sendo investigados em seus centros de trabalho e lugares de residência, assim como vigiados e interrogados por terem publicados



matérias e comentários polêmicos em mídias independentes (COMITÉ DE BASE, 2016, tradução nossa).

Os assinantes da carta defenderam que a colaboração com a mídia independente não era um gesto de oposição ao regime político vigente. No entanto, as reivindicações e a rebeldia demonstrada por eles iam na contramão das políticas e práticas que desde a década de 1960 orientaram o funcionamento da mídia estatal e da profissão jornalística em Cuba.

A despeito da gravidade da denúncia e da importância dos temas abordados na carta endereçada pelos jornalistas do *Vanguardia*, a presidência nacional da UPEC não fez nenhum pronunciamento oficial ao respeito. Contudo, durante a VI Plenário Nacional dessa organização, realizado em 28 junho de 2016, Karina Marrón, vice-diretora do jornal *Granma*, aproveitou a ocasião para comentar que as insatisfações e o êxodo dos jornalistas jovens que trabalhavam na mídia estatal não eram só resultado dos baixos salários, mas havia uma questão de índole profissional. A diretiva afirmou que jovens escolheram fazer jornalismo, não propaganda ou publicidade, nem optaram por ficarem calados e de costas para a realidade do país (MARRÓN, 2016).

Sobre a credibilidade da UPEC perante os profissionais mais jovens, Marrón apontou que não adiantavam os esforços para que os jornalistas mais novos se sentissem atraídos a ingressar nessa organização, sendo que ela não tinha poder de decisão nem a força [para resolver os problemas da mídia estatal] e “se desgasta falando sobre os mesmos problemas de congresso para congresso”. Segundo ela, os jornalistas jovens questionavam a pertinência de aderir a uma organização que não conseguia mudar nem transformar a realidade da mídia estatal e acrescentou que alguns deles não estavam dispostos a dedicar seu tempo e vida profissional à mídia estatal, porque não enxergam a possibilidade de mudar as coisas, e assegurou que no “bando” dos que colaboram com a mídia não oficial havia jovens que apostaram nessa opção “porque acreditam que lá vão encontrar a sua realização profissional e dói-nos que não vejam essa chance do nosso lado ou que não procurem mudar as coisas do nosso lado” (MARRÓN, 2016, tradução nossa, colchetes nossos). Durante sua intervenção, Karina Marrón colocou em pauta uma discussão que já estava acontecendo, mesmo que de forma informal, nas redações e nos estúdios da mídia governista.

A carta assinada por jornalistas do *Vanguardia* e a intervenção da vice-diretora do jornal *Granma*, no VI Plenário da UPEC, evidenciaram não só prestígio que determinados veículos independentes iam ganhando no grêmio jornalístico cubano, mas repercussão dela nas redações de veículos sob controle do Estado. Políticas editoriais mais abertas, melhor remuneração e possibilidades de aperfeiçoamento e crescimento profissional foram alguns dos incentivos que estimularam a colaboração e a migração para a mídia independente de profissionais que trabalhavam em veículos estatais. Vários desses pontos foram constatados por uma pesquisa que abordou a trajetória profissional de 142 jornalistas cubanos, formados

pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Havana, no período 2010-2014 (GARCÍA ELIZALDE; SOMOHANO, ACOSTA, 2018).

Segundo os resultados do estudo, 55,6% dos entrevistados trabalhava num órgão de imprensa estatal e ao mesmo tempo colaborava com outras mídias oficiais e não estatais. Dos 65 veículos que recebiam colaborações de jornalistas contratados pelo Estado, 47 eram estatais e 18 eram não estatais, incluindo órgãos estrangeiros creditados pelas autoridades cubanas. A pesquisa também comprovou que a agência governista *Prensa Latina* era o meio oficial preferido pelos colaboradores, enquanto a revista *OnCuba* liderava entre os 21 veículos não estatais que operavam no país (GARCÍA ELIZALDE; SOMOHANO, ACOSTA, 2018). Segundo as conclusões a pesquisa:

O número de jovens que colaboravam com essas mídias se multiplicava a cada dia, não só em busca de melhores ingressos, mas pelas possibilidades de crescimento profissional, disseram alguns dos entrevistados. Enquanto a mídia tradicional era submetida a uma regulamentação excessiva e à falta de dinamismo de suas rotinas produtivas, nesses espaços privados os jovens consultados viam um caminho para dialogar com maior liberdade sobre temas de interesse que nem sempre respondiam às políticas editoriais dos veículos de comunicação e instituições onde trabalhavam formalmente (GARCÍA ELIZALDE; SOMOHANO, ACOSTA, 2018, p. 41, tradução nossa).

Além dos salários baixos, as limitações que o modelo cubano de imprensa impunha ao exercício do jornalismo geravam insatisfação e desmotivação entre jovens profissionais. Os resultados mostraram que a instrumentalização (excesso de regulação externa e pouca autorregulação) da mídia e do jornalismo contribuía para a desprofissionalização dos comunicadores recém-formados, pois impedia que eles aplicassem “todas as habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica” (GARCÍA ELIZALDE; SOMOHANO, ACOSTA, 2018, p. 39, tradução nossa).

A carta dos jornalistas do *Vanguardia* —tida como um ato de dissenso e insurgência contra a normalização da censura, a subordinação da mídia estatal ao PCC e a criminalização do exercício do jornalismo em espaços alternativos —deixou de ser um tema interno do grêmio de imprensa. Após sua veiculação, junto com a intervenção da vice-diretora do *Granma*, nos jornais independentes *Diario de Cuba* e *14ymedio*, nos dias 1 e 2 de julho de 2016, respectivamente, a polêmica entre defensores e detratores do modelo midiático estatal cubano se espalhou pelo espaço público virtual.

### **6.6.2. As contradições do jornalismo cubano: embates simbólicos no espaço virtual**

O protesto dos jornalistas jovens do jornal *Vanguardia* e as realidades descritas na intervenção da jornalista Karina Marrón mostraram as insatisfações de uma parte do grêmio jornalístico oficial, as

dificuldades para resolver os problemas gerados pela instrumentalização de imprensa, os obstáculos transformar o modelo midiático desde dentro, assim como os primeiros indícios da existência de um conflito entre o Estado cubano e mídia independente.

O site *Periodismo de Barrio* (2016a) incentivou uma polêmica após veicular um artigo que constituiu um marco no debate sobre a relação entre o Estado cubano. Publicado em 14 de julho de 2016, o texto começa afirmando que o principal problema do jornalismo cubano não era o surgimento de veículos guiados por valores, paradigmas e códigos éticos diferentes dos da mídia estatal, nem que operassem sem credenciamento, reconhecimento legal ou autorização do PCC, mas a instrumentalização do jornalismo pela tríade Partido-Estado-Governo. Na opinião da equipe do site, quando "o jornalismo é subordinado aos poderes políticos ou econômicos, deixa de ser jornalismo e perde sua razão de ser como serviço público" para se tornar "um instrumento dos grupos hegemônicos para se legitimarem e garantirem sua continuidade". Isso explicaria a impossibilidade de o jornalismo "servir, ao mesmo tempo, os interesses da sociedade e os interesses do partido que governa o Estado, já que os interesses de ambas as partes nem sempre se correspondem" e "muitas vezes entram em conflito".

Em outro trecho da matéria, o *Periodismo de Barrio* (2016a, tradução nossa) diz respeitar os critérios dos colegas que acreditam na possibilidade de transformar desde dentro o modelo midiático estatal, mas alerta que não há e não pode haver uma relação de igualdade entre imprensa e o PCC, porque este esperava a submissão de uma imprensa que critica a indisciplina social, os buracos nas avenidas, as ineficiências das lideranças locais, mas nunca aponta suas lentes para o governo nacional, os militares e as principais lideranças políticas do país, daí que o primeiro passo para recuperar a credibilidade do jornalismo em Cuba seria a recuperação de sua independência.

O artigo aponta ainda que a colaboração de jornalistas empregados na mídia estatal com a mídia estrangeira ou independente, baixos salários, recém-formados que não concluem o serviço social para começar a trabalhar como jornalistas freelances e a fundação de um veículo jornalístico independente são novas expressões de velhas contradições e que "as contradições do jornalismo são, afinal, as mesmas contradições do sistema social cubano". No que entendemos foi uma crítica às bases do regime político cubano vigente em Cuba, o texto afirma que o PCC que "não pode se erguer como o representante absoluto da vontade do povo dessa Cuba extremamente diversa "e defende "o direito dos cidadãos de questionar, discordar e se opor-se, tanto às razões do PCC como às decisões que ele toma sobre os destinos da nação, ainda que o exercício desse direito não esteja devidamente garantido por lei" (PERIODISMO DE BARRIO, 2016a, tradução nossa).

Ao se referir ao processo de reforma econômica iniciado pelo presidente Raúl Castro a partir de 2011, *Periodismo de Barrio* (2016a) disse ainda que a construção de "uma nação mais justa" deveria ir

além de “uma abertura econômica” e incluir mudanças nos âmbitos social, político, cultural, informativo e midiático.

No olhar de *Periodismo de Barrio* (2016a), “o surgimento de projetos independentes jornalísticos, artísticos, políticos, educacionais, entre outros”, não afronta a legitimidade do Estado cubano, mas nega e evidencia seu “absolutismo” e expõe as limitações das “organizações sociais, políticas e midiáticas convencionais para satisfazer as necessidades participativas e expressivas da sociedade cubana”. Embora tenham surgido fora da institucionalidade estatal e dos espaços de participação designados pelo Partido, esses projetos cidadãos não devem ser vistos como uma ameaça ao país, mas como "sintomas de uma sociedade que se emancipa, constituída por gente que pensa, sente e cria livremente" e negar-lhes o direito de existir equivale a negar o caráter emancipatório do projeto social que o Governo de Cuba afirma defender".

Apesar de ter discrepado dos pontos de vista oficiais com franqueza, respeito, disposição para o diálogo e de trazer para o debate argumentos racionais e potentes, a série de artigos, publicados entre 24 de julho e 13 de outubro de 2016, no jornal *Granma* e no sítio *Cubaperiodistas* sugere que o editorial do *Periodismo de Barrio* comentado acima foi recebido como o ataque de uma mídia ilegítima ao modelo de imprensa cubano e ao controle que o Partido exerce sobre a sociedade e o ecossistema midiático cubano.

Em 24 de julho, a UPEC, que até então tinha optado por manejar com discrição as denúncias dos jornalistas do *Vanguardia* entrou no debate e contestou o texto do *Periodismo de Barrio*, por meio de um artigo de opinião assinado pelo jornalista Antonio Moltó (2016, tradução nossa). A partir do site do jornal *Granma* e da plataforma *Cubadebate*, o então presidente nacional dessa organização e focou seu discurso na criminalização da mídia digital independente. Moltó se referiu à implementação de “um sistema de mídias privadas para desmontar a mensagem revolucionária”; desestimular os públicos da mídia estatal e dessa forma minar a base social de apoio ao regime político vigente; enfraquecer as redações dos meios oficiais, convidando seus jornalistas para colaborarem com mídias não estatais e manipular os debates internos da UPEC para criar a impressão de que existiam fissuras entre o grêmio e o PCC.

Ao defender a organicidade entre o grêmio jornalístico estatal e o sistema político, o dirigente afirmou que o PCC, liderado por Raúl Castro, “junto com o povo e todas as organizações de massas, sociais e profissionais”, dirigia as mudanças na sociedade cubana, incluindo o jornalismo. Além da ausência de argumentos e evidências que sustentassem as acusações lançadas por Antonio Moltó, chama a atenção o fato de não ter mencionado as denúncias contidas na carta enviada a ele pelos jornalistas do *Vanguardia*, em especial, o assédio de agentes da Segurança do Estado a comunicadores filiados à UPEC que colaboravam com veículos não estatais.

A criminalização da mídia alternativa e as ameaças a seus profissionais foram explicitadas no artigo intitulado *Los verdaderos alternativos somos nosotros*, divulgado pelo jornal *Granma*, em setembro de 2016. Nele, o blogueiro oficioso Iroel Sánchez assegurou que "os ideólogos imperiais têm estruturado, na Internet, um leque de projetos que abarcam os âmbitos cultural e acadêmico, o humor político, assim como o jornalismo comunitário e literário. Segundo ele, esses veículos "compartilham uma base ideológica comum: o ataque às instituições, organizações sociais e de massa e seus dirigentes, bem como a exibição mal-intencionada das carências que a própria política de bloqueio dos Estados Unidos vem causando ao nosso povo há mais de cinco décadas". Para Sánchez, "esses projetos vieram para renovar a velha propaganda contrarrevolucionária no novo cenário, com a "virtude de apresentar rostos novos [os dos jornalistas jovens formados em universidades cubanas, porém inconformados com o modelo midiático estatal] a serviço da desgastada guerra psicológica contra Cuba" (SÁNCHEZ, 2016a, tradução nossa, colchetes nossos).

Sem apresentar evidências para sustentar as alegações e generalizando, Iroel Sánchez (2016a, tradução livre) assegurou que os jornalistas revolucionários, a UPEC e o Partido eram alvo de ataques perpetrados pela mídia não estatal e advertiu que as "instituições cubanas têm o direito legítimo de adotar as medidas cabíveis em face de uma prática jornalística" que, segundo ele, estava "a serviço da guerra midiática e daqueles que aspiram a dismantelar o socialismo" em Cuba.

Em um artigo de 31 de julho de 2016, Iroel Sánchez já tinha afirmado que com a criação da plataforma estatal de blogs *Reflejos*, o interesse dos Estados Unidos pela blogosfera crítica e oposicionista diminuiu e em virtude disso, a mídia privada teria emergido no ambiente virtual cubano. No entanto, Sánchez reconheceu o surgimento desses veículos também era resultado das inconformidades dos jornalistas com o modelo midiático estatal, os baixos salários e os vácuos informativos provocados (SÁNCHEZ, 2016b, tradução nossa). Todavia, Iroel Sánchez aproveitou para contestar, mesmo que indiretamente, os argumentos apresentados no editorial do *Periodismo de Barrio*, de 14 de julho, e vincular esse veículo à estratégia estadunidense para promover a destruição do regime socialista em Cuba. Conforme o blogueiro,

Convidar alguém de Cuba, prepará-lo, destinar-lhe financiamento que não provém diretamente do governo dos Estados Unidos, declarar transparência na origem e uso do dinheiro e proclamar preocupação com questões cidadãs como o direito à informação e os problemas de uma comunidade insuficientemente atendida pelas instituições governamentais, organizações de massa e a imprensa cubana, foi o procedimento; não obstante, nomes sem um passado contrarrevolucionário eram necessários; e se essas pessoas estivessem ligados à academia, à mídia e à nascente comunidade blogueira cubana, muito melhor (SÁNCHEZ, 2016b, tradução nossa).

Embora não tenha mencionado um nome ao longo do texto, um dos alvos do artigo assinado por Iroel Sánchez era, de fato, a jornalista Elaine Díaz Rodríguez, diretora do *Periodismo de Barrio*. Além de editora do blog pessoal *La Polémica Digital*, Elaine já era uma pesquisadora reconhecida e foi professora do curso de jornalismo da Universidade de Havana até 2015. Díaz Rodríguez foi primeira cubana em receber uma bolsa – 65 mil dólares durante dez meses – da Fundação Nieman para o Jornalismo da Universidade de Harvard, em 2014. Após concluir sua estadia em Harvard, em junho de 2015 Elaine voltou a Cuba e destinou uma parte do dinheiro que havia economizado para a criação do sítio digital *Periodismo de Barrio*. O lançamento do número zero da revista jornalística custou 869,39 dólares estadunidenses e 964 pesos cubanos conversíveis, segundo o relatório de transparência disponibilizado pelo órgão jornalístico (PERIODISMO DE BARRIO, 2015). Antes de fundar o projeto, Díaz Rodríguez declarou que não pretendia renovar a imprensa cubana, mas tentar resgatar a noção de jornalismo como serviço público e assegurou que *Periodismo de Barrio* não aceitaria fundos de instituições que pretendessem subverter o regime político cubano ou intervir na agenda da revista (IPS, 2015).

Em 26 de setembro de 2016, outro artigo veiculado pelo jornal *Granma* retomou as críticas contra a mídia independente. Dessa vez, Raúl Capote (2016), um ex-agente do Departamento de Segurança do Estado, assegurou que o surgimento de sítios, portais e revistas digitais, “aparentemente inofensivos e discretos”, estava “ancorado em estereótipos provados de guerra cultural”. Segundo Capote, os pagamentos a jornalistas em quantias que superavam os salários que qualquer mídia estatal podia oferecer, a atração de pessoas reconhecidas no campo do jornalismo, a aplicação de técnicas de marketing para divulgar com rapidez as matérias publicadas e “o mascaramento de suas reais intenções com base numa suposta postura crítica e de liberdade de expressão”, faziam parte estratégia aplicada pelos Estados Unidos para promover uma mudança de regime em Cuba.

Em um ataque mais agressivo contra jornalistas que decidiram colaborar com os veículos digitais emergentes, Capote afirmou que a mídia independente contava com aliados e colaboradores internos que eram capazes de escrever tanto na imprensa estatal quanto na “imprensa inimiga”. O ex-agente asseverou ainda que esses profissionais pensavam e escreviam cumprindo as ordens de quem mais pagava e acrescentou que aqueles que trabalhavam “para a mídia privada a serviço do capital tem um único propósito: desacreditar o Estado revolucionário” e “enfraquecer os pilares que sustentam a institucionalidade da Revolução” (CAPOTE, 2016, tradução nossa).

Em 12 de outubro de 2016, diversos veículos não estatais informaram sobre a detenção de integrantes e colaboradores da revista *Periodismo de Barrio*, incluindo Elaine Díaz, sua diretora, enquanto esperavam o sinal verde das autoridades locais para documentar os trabalhos de recuperação

no município de Baracoa, atingido pela passagem do furacão Matthew. Maykel González Vivero, repórter do *Diario de Cuba* tinha sido detido três dias antes. As ações repressivas contra os comunicadores sinalizaram o aumento da tensão entre as autoridades cubanas e as mídias que não reconhecidas pelo Partido-Estado. Os jornalistas do *Periodismo de Barrio* foram escoltados pela polícia até a cidade de Guantánamo e depois dos interrogatórios foram liberados sem cargos. No entanto, González Vivero ficou três dias trancado na cela de uma delegacia policial, teve seus meios de trabalho confiscados e foi acusado de atividade econômica ilícita, pelo exercício do jornalismo sem a devida acreditação (DEUTSCHE WELLE, 2016).

A ONG Repórteres sem Fronteiras (RSF) denunciou as detenções dos jornalistas cubanos. Emmanuel Colombié, responsável da RSF na América Latina, deplorou "a crescente hostilidade do governo cubano contra a imprensa independente do país" e disse que as autoridades da Ilha deveriam "ir além de suas posições ideológicas para, "ao invés de se opor sistematicamente à imprensa independente", acompanhar seu desenvolvimento" (RSF, 2016, tradução nossa).

Contrariando o posicionamento da RSF, a UPEC e as mídias governistas *Granma* e *Cubadebate* publicaram, em 13 de outubro, três matérias diferentes que omitiram a detenção dos repórteres do *Periodismo de Barrio* e *Diario de Cuba*, mas não pouparam acusações para tentar desmoraliza-los. A UPEC publicou uma declaração para enfatizar que a imprensa estatal continuaria a informar sobre a estratégia para superar as afetações causadas pelo furacão Matthew, em vez de fornecer "pretextos para novas agressões e implorar por dólares para, sob a cobertura do morbo mais ruim, lucrar com um infortúnio que nunca será estranho para nós (UPEC, 2016). Com a expressão "implorar dólares" se tentou desacreditar a vaquinha que *Periodismo de Barrio* abriu para obter os recursos que permitiram o traslado e a estadia de sua equipe na cidade de Baracoa. Sobre esse aspecto em particular, Randy Alonso Falcón (2016), diretor do sítio digital *Cubadebate*, insinuou que a equipe do site independente teria sido apoiada pelo governo dos Estados Unidos, pois conseguiu utilizar os serviços da empresa PayPal para receber contribuições, uma possibilidade que, segundo ele, estava vetada para entidades e pessoas ligadas a Cuba, em razão do embargo.

Uma matéria assinada por Oscar Sánchez Serra, vice-diretor do jornal *Granma*, atacou os repórteres independentes ao asseverar que suas atividades em Baracoa foram "uma provocação de sítios privados ou abertamente a serviço da contrarrevolução, que tentaram dar uma imagem distorcida da realidade e atuaram sem autorização prévia num momento de contingência". Sánchez Serra acusou a equipe de *Periodismo de Barrio* de realizar atividades nas cercanias da Base Militar Naval dos Estados Unidos em Guantánamo e, baseado nesse fato, desvalorizou o profissionalismo dos repórteres alternativos (SÁNCHEZ SERRA, 2016, tradução nossa).

Além da repercussão internacional das detenções dos dez jornalistas independentes, o motivo da agressividade implícita na declaração UPEC e no artigo do vice-diretor do *Granma*, foi o conteúdo de um relatório especial sobre a liberdade de expressão e de imprensa em Cuba, elaborado pelo Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ)<sup>84</sup>, que veio a público em 28 de setembro de 2016. No documento de quarenta e duas páginas, CPJ (2016) reconheceu a ampliação do espaço público para o exercício da crítica, descreveu as restrições que obstaculizavam o avanço da liberdade de imprensa e fez as seguintes recomendações ao governo cubano:

1) implementar reformas constitucionais e legais para garantir o respeito pleno à liberdade de expressão e permitir que os jornalistas exerçam seu trabalho livremente e sem medo de represálias; 2) modificar o quadro jurídico restritivo que proíbe a propriedade privada dos meios de comunicação e garantir a liberdade de expressão e de imprensa, conforme manda o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ao qual Cuba aderiu; 3) permitir a criação de cooperativas de imprensa ou mídias privados, para que os jornalistas não sejam obrigados atuar num contexto de insegurança jurídica; 4) promover um ambiente que incentive a imprensa estatal a funcionar de forma independente e a fazer reportagens críticas; 5) acabar com a prática de intimações, detenções breves e assédio de jornalistas independentes; 6) diminuir o preço do acesso à Internet e expandir a conectividade sem restrições; 7) aceitar o pedido feito em 2015 por David Kaye, Relator Especial da ONU para a promoção e proteção do direito à Liberdade de opinião e expressão para visitar Cuba como parte de seu mandato (CPJ, 2016, p. 38, tradução livre).

Segundo da UPEC (2016), a inclusão de declarações de blogueiros e jornalistas independentes no relatório que a CPJ encaminhou para a Organização dos Estados Americanos (OEA) demonstrava que “os verdadeiros objetivos” do “sistema de mídias privadas” que se tentava construir no país eram dar “depoimentos falsos e criar as bases para novas agressões contra a Revolução cubana e gerar pressões contra Cuba para enfraquecer sua postura no processo de normalização das relações com os Estados Unidos e a União Europeia. A data escolhida para divulgar o relatório, asseguro a organização governista, revelou suas “verdadeiras intenções”: prejudicar a apresentação da candidatura de Cuba ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Enquanto em países latino-americanos como o Brasil, a regra geral é que sindicatos e entidades de classe como a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) ou a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) defendam os direitos dos profissionais da

---

<sup>84</sup> "O Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) foi fundado em 1981 para denunciar os ataques contra a imprensa em todo o mundo (...). Para manter sua independência, o CPJ não aceita financiamento de governos; seus fundos proveem exclusivamente de doações privadas de indivíduos, fundações e empresas".



imprensa e denunciem qualquer agressão ou arbitrariedade cometida contra eles durante ou em decorrência de seu trabalho, a UPEC atuou como uma organização partidária e paraestatal que não só ignorou as violações dos direitos dos jornalistas cubanos, mas contribuiu ativamente para a sua criminalização, como demonstrou, na nossa opinião, a declaração de 13 de setembro de 2016. Nela, a UPEC (2016) afirmou que os jornalistas independentes que buscavam prejudicar a independência e a dignidade nacionais, não poderão contar com os jornalistas filiados e que essa organização não se identificava com “aqueles que, subordinados aos interesses estrangeiros, querem nos levar para um modelo de imprensa que, nas mãos de proprietários e anunciantes, retira o direito de expressão da maioria”. Portanto, tudo indica que para a UPEC, os comunicadores que trabalhavam em veículos independentes não eram sujeitos de direito.

Em 16 de outubro, *Periodismo de Barrio* (2016b) veio à tona para condenar a detenção arbitrária de seus integrantes e colaboradores. Num editorial que encerrou os embates com a presidência nacional da UPEC e comunicadores governistas, o veículo independente negou que o objetivo da viagem a Baracoa fosse agir fora da lei e assegurou que antes de ser detida e trasladada coercitivamente para a cidade de Guantánamo, a equipe havia solicitado a permissão para realizar as reportagens planejadas. Com a detenção arbitrária, prossegue a nota editorial, “os órgãos de Segurança do Estado não apenas limitaram nosso direito de livre expressão e de imprensa, garantido pela Constituição, mas a liberdade de expressão de cada pessoa que optou por falar com um meio de comunicação”. E concluiu

(...) não só o *Periodismo de Barrio* foi silenciado, mas todas as comunidades e pessoas que quiseram falar com nossos jornalistas também foram silenciadas. No dia 11 de outubro, as autoridades cubanas tentaram definir quem são aqueles que têm o direito de contar as histórias de nosso país. Porque acreditamos que este direito concerne a toda a cidadania cubana, porque essas histórias precisam ser contadas, voltaremos a Baracoa, Imías e Maisí assim que terminar o estado de emergência (PERIODISMO DE BARRIO, 2016b, tradução nossa).

No conjunto de artigos de opiniões publicados para criticar a mídia independente em geral, e em alguns casos, ao *Periodismo de Barrio* em particular, se identificam o emprego de acusações sem apresentação das provas concretas que as fundamentam. Os autores fazem generalizações para criminalizar a totalidade da mídia independente, ao vincular sua existência e objetivos a planos do governo dos Estados Unidos para derrubar o regime cubano. No entanto, é plausível afirmar, com base em conversas com jornalistas que residiam em Cuba na época em que os artigos foram veiculados, que as referências aos pagamentos que os jornalistas recebiam pela publicação de seus trabalhos na mídia

independente e o suposto vínculo delas uma estratégia de *soft power* orientada pela administração Barack Obama, visava enquadrar os comunicadores como mercenários a serviço de uma potência estrangeira para abalar seu prestígio social dentro da ilha e ameaça-los com a abertura de processos judiciais contra eles por crimes contra a Segurança do Estado, como já tinha acontecido treze anos antes com os jornalistas independentes condenados durante a chamada Primavera Negra.

A polêmica envolveu a carta-protesto dos jornalistas do periódico *Vanguardia*, os editoriais de *Periodismo de Barrio*, as declarações da UPEC e os artigos veiculados por *Granma* e *Cubadebate* evidenciou o mal-estar e preocupação das autoridades cubanas e dos dirigentes do grêmio jornalístico governista como a emergência e consolidação de veículos independentes num ecossistema midiático outrora dominado quase totalmente pelo PCC. Esses embates no espaço público, eram, no entanto, a antecâmara do uso de outras formas, inclusive a violência física e psicológica, para conter crescimento da mídia independente em Cuba. A guerra já tinha sido declarada!

### **6.6.3 Projetos inimigos: vigiar e neutralizar**

As acusações da mídia oficial e da UPEC contra a mídia independente, junto com as expulsões de jornalistas e acadêmicos que ousaram colaborar com determinados veículos independentes do Estado permite inferir que depois da visita de Barack Obama de Havana, em abril de 2016, o governo cubano deflagrou uma campanha para neutralizar a expansão da mídia digital alternativa. Na época, o chanceler Bruno Rodríguez Parrilla afirmou que a visita de Obama foi um ataque profundo contra os símbolos, a história, a cultura e as concepções da Revolução. Para Rodríguez Parrilla, o presidente dos Estados Unidos veio a “deslumbrar o sector não estatal da economia, como se ele não fosse o representante das grandes corporações, mas o defensor dos vendedores de cachorro-quente e das pequenas empresas dos Estados Unidos” (REUTERS STAFF, 2016, tradução nossa). Por outro lado, na abertura do VII Congresso do PCC, o então presidente Raúl Castro afirmou que o Governo cubano não era ingênuo nem ignorava “as aspirações das poderosas forças externas que apostam no chamado ‘empoderamento’ de formas de gestão não estatais para gerar agentes de mudança com o anseio de acabar com a Revolução e o socialismo em Cuba, empregando outros meios” (CASTRO, R, 2016, tradução livre, grifos no original). Na sequência, o também primeiro-secretário do PCC reconheceu os desafios do novo cenário:

A influência em nossa realidade das complexidades do mundo em que vivemos, as políticas de hostilidade e assédio, as ações que visam a implantação de plataformas de pensamento neoliberal e de restauração capitalista sustentadas por uma estratégia perversa de subversão político-ideológica que ameaça a própria essência da Revolução e da cultura cubana (...), junto com a inegável existência de problemas acumulados na sociedade (...), assim como o novo cenário das relações entre Cuba e os

Estados Unidos, são fatos que colocam grandes desafios ao trabalho ideológico (CASTRO, R, 2016, tradução nossa).

Os discursos de Raúl Castro e do ministro das Relações Exterior, Bruno Rodríguez Parrilla, mostram o temor das autoridades cubanas de que a ampliação do setor privado – enquanto as empresas estatais sofriam as sanções do embargo – pudesse ser utilizado pelos Estados Unidos para criar e fortalecer um setor da sociedade empoderado economicamente que ameaçaria o regime, coincidiu com a diminuição no ritmo de implementação da reforma econômica aprovada no VI Congresso do Partido. Raúl Castro (2016, tradução nossa, colchetes nossos) assegurou que os programas promovidos pelos dos Estados Unidos para empoderar a sociedade civil, estavam direcionados aos “setores que o inimigo identifica como os mais vulneráveis [ideologicamente] e incluem os jovens, a intelectualidade, os trabalhadores associados a formas de gestão não estatais e as comunidades com maiores dificuldades materiais e econômicas”.

Determinados fatos explicariam a apreensão das autoridades cubanas diante dos métodos de *soft power* empregados pela administração Obama. Em 25 de março de 2016, três dias após a decolagem do *Air Force One* do aeroporto de Havana, o Departamento de Estado anunciou a liberação de 753 989 dólares para a implementação de um programa de orientação de práticas comunitárias, dirigido a líderes jovens emergentes da sociedade civil cubana. Segundo o documento reproduzido no sítio *Along the Malecon*, os participantes do programa “desenvolverão um conjunto de ferramentas e habilidades de liderança para administrar e aumentar o número de organizações da sociedade civil que apoiarão ativamente os princípios democráticos em Cuba” (ALONG THE MALECON, 2016). Nessa lógica, ao justificar o restabelecimento das relações com Cuba, o presidente Obama disse em 21 de dezembro de 2019: “Se nos aproximarmos, teremos a oportunidade de influenciar o rumo dos acontecimentos num momento em que haverá mudanças geracionais naquele país. Acho que devemos aproveitar isso e pretendo fazê-lo” (OBAMA, 2014 *apud* RAMÍREZ, 2016, tradução nossa).

A evidência da existência de uma estratégia do Estado cubano contra projetos independentes impulsionados pela sociedade civil, como ou sem apoio internacional foi uma palestra ministrada pelo então vice-presidente Miguel Díaz-Canel, sobre o enfrentamento à subversão político-ideológica. A gravação teria sido feita em fevereiro de 2017, conforme mostra um vídeo vazado na Internet em agosto desse mesmo ano e disponibilizado no canal em Youtube do projeto Estado de Sats.

No vídeo, Díaz-Canel assegura que o Executivo e agentes do Ministério do Interior estavam monitorando diariamente “uma avalanche de propostas e projetos com conteúdo subversivo” que faziam parte de uma “plataforma de restauração capitalista e neoliberal”. O suposto conluio midiático abrangia revistas, sítios e portais digitais “ancorados firmemente a estereótipos de guerra cultural” que escondiam

suas “intenções verdadeiras por trás de uma suposta postura crítica e de liberdade de expressão”.<sup>85</sup> Sobre a mídia internacional credenciada na Ilha o dirigente disse que a maioria desses veículos não eram “amigos”, mas eram um mal necessário e acrescentou que o Governo já estava conversando com alguns correspondentes estrangeiros e tomando uma série de medidas sem especificar quais seriam seus objetivos (ESTADO DE SATS, 2017, tradução nossa).

Em trecho da conferência, o dirigente afirma que o Executivo fecharia a plataforma digital da revista *OnCuba* porque era “muito agressiva com a Revolução” e na sequência diz estar ciente de que o fechamento de uma publicação credenciada no país poderia provocar um escândalo internacional e expressa: “que eles digam que nós censuramos. Está bom. Aqui todo mundo censura”. Segundo a perspectiva do atual presidente de Cuba, a totalidade da mídia digital independente cubana foi reduzida à categoria de “projetos inimigos” e, conseqüentemente, o Estado tinha a obrigação de erradicar essa ameaça (ESTADO DE SATS, 2017, tradução nossa).

Durante o desenvolvimento da pesquisa não tivemos acesso a fontes que ofereceram mais detalhes sobre contexto e as razões que motivaram a realização da supracitada palestra, mas a partir do vídeo foi possível identificar a preocupação das lideranças cubanas com a possibilidade de atores e setores da sociedade civil vinculados a empreendimentos privados agissem como cavalos de Troia para, eventualmente, concorrer politicamente com o PCC e fomentar uma mudança de regime.

Não obstante, nesse momento o Governo cubano já tinha mais de dez anos de experiência no monitoramento das expressões de dissidentes e opositorista no ambiente virtual. A partir do sucesso atingido pelo blog *Generación Y*, de Yoani Sánchez, o aumento da visibilidade de atores críticos e opositoristas no ambiente virtual, as autoridades cubanas se articularam para combater seus detratores. Segundo o engenheiro informático Eliécer Ávila, líder da organização opositorista *Somos Más*, numa entrevista concedida a Yoani Sánchez (2013), entre 2007 e 2008, começou a funcionar, na Universidade das Ciências Informáticas (UCI), um projeto para o monitoramento constante de publicações veiculadas na Internet. Integrada por cerca de 300 pessoas, incluindo estudantes, analistas e quadros estatais, a equipe da chamada *Operación Verdad* recebia orientações, inclusive de membros do Conselho de Estado, sobre a forma correta de contestar as mensagens que contrariavam “a moral revolucionária” nas mídias sociais.

Os analistas tinham de responder cada crítica detectada, enquanto “uma tropa de choque”, formada por funcionários e estudantes, desqualificava as vozes discordantes. Conforme Eliécer Ávila, que atuou na divisão de “vigilância tecnológica e política” do projeto, além da vigilância e do “combate” nas redes”, a *Operación Verdad* promoveu a criação de blogs que aparentavam defender o Governo de forma

---

<sup>85</sup> Se percebe que Díaz-Canel reproduz literalmente o mesmo argumento apresentado pelo ex-agente Raúl Capote (2016) no artigo referenciado com antecedência.

espontânea e independente. Além de receber orientações sobre o conteúdo que seria publicado, esses blogueiros tinha de prestar contas sobre seu trabalho: quantidade de posts, atualizações e medidas para aumentar o número de leitores (SÁNCHEZ, 2013).

Em paralelo, sob orientação do Departamento Ideológico do PCC e em parceria com a UPEC, em 2010 foi deflagrada a *Operación Cibernambí*, uma estratégia de enfrentamento à contrarrevolução nas redes que capacitou jornalistas, quadros políticos e servidores públicos para que produzissem conteúdo a favor do Governo e o divulgassem em seus próprios blogs e perfis pessoais, em mídias sociais como *Facebook* e *Twitter* (CUBANET, 2013, MORALES, 2010).

Desde suas plataformas virtuais, militantes, apoiadores e servidores públicos contestariam os ataques da mídia capitalista contra a imagem do governo cubano e seus dirigentes. A partir desse momento, o número de blogs criados por jornalistas da mídia partidária, para tentar concorrer com blogueiros críticos e opositoristas, cresceu significativamente (DÍAZ BLANCO, 2013). Conforme dados do Centro de Informação para a Imprensa, só em 2013, 62 blogs, editados por jornalistas membros da UPEC estavam no ar (CIP, 2014).

A maioria dos blogs abertos por profissionais da mídia oficial reproduziam “as mesmas informações triunfalistas publicadas nos periódicos impressos e programas radiofônicos”. Esse “confronto ideológico em internet” estava condenado ao fracasso, pois negligenciava as causas do sucesso dos blogs alternativos cubanos: a espontaneidade e a necessidade de se expressar sem orientações do Partido nem censura (MORALES, 2010).

Contudo, devemos reconhecer que as autoridades cubanas não enfrentavam apenas o criticismo de blogueiras dissidentes como Yoani Sánchez, Claudia Cadelo, Rebeca Monzón, Regina Coyula e Miriam Celaya<sup>86</sup> (RUIZ-GOIRIENA, 2010), mas também o uso da mídia social, por parte dos Estados Unidos para promover uma mudança de regime em Cuba. Durante uma palestra intitulada *Campanhas inimigas e política de enfrentamento a grupos contrarrevolucionários*<sup>87</sup>, realizada em junho de 2010, um especialista em mídias sociais palestrou para oficiais do Departamento de Segurança do Estado sobre as características da estratégia norte-americana para ampliar o acesso à Internet em Cuba, por meio de conexões clandestinas via satélite, e estimular ações subversivas (MANZANEDA, 2011).

De acordo com o palestrante – cujo nome não é revelado no vídeo – blogueiros e dissidentes opositoristas, receberiam um BGAN<sup>88</sup>, um computador portátil, uma câmera de vídeo e cinco telefones celulares da marca BlackBerry, para estabelecer uma rede de acesso à Internet (CORAL NEGRO, 2011)

<sup>86</sup> Autoras dos blogs *Octavo Cerco*, *Por el ojo de la lluvia*, *La mala letra* e *SinEVAción*, respectivamente.

<sup>87</sup> Disponível em: <<https://vimeo.com/19402730>>. Acesso em: 21/01/2021.

<sup>88</sup> A BGAN (Broadband Global Area Network) é uma rede global de satélites com telefonia pertencente à empresa Inmarsat através de terminais portáteis. Os terminais têm o tamanho de um notebook e são usados para conectar um laptop à Internet de banda larga em locais remotos ou onde esse serviço não existe ou está limitado.

que burlaria o monopólio informativo do governo cubano. Essa tecnologia seria fornecida pelo Instituto Internacional Republicano (IRI, siglas em inglês), uma ONG fundada em 1981 e sediada em Washington, que recebia fundos do governo estadunidense para, em teoria, executar projetos em favor da democracia em diversos países do mundo, mas que também havia sido acusada de envolvimento no golpe de Estado no Haiti, em 2007 (BOGDANICH; NORDBERG, 2006) e de apoiar grupos dissidentes na Polônia (IRI, 2001) e no Oriente Meio (NIXON, 2015).

No olhar do especialista, os Estados Unidos buscavam usar blogueiros e ativistas digitais para reproduzir em Cuba protestos populares como os que aconteceram no Irã, em 2009, e na Ucrânia, entre novembro de 2004 e janeiro de 2005. Diante dos planos da Casa Branca, o Departamento de Segurança do Estado criou uma seção para enfrentar os blogueiros contrarrevolucionários.

Após anunciar “novas batalhas” (PÉREZ QUINTANA, 2010), o curso *Cibermambí* voltou a ficar sob os holofotes. Em abril de 2013, uma reportagem do site *Martí Notícias* denunciou a existência de um “seleto grupo” de jornalistas de todos os veículos oficiais que fazia postagens no Twitter com as mesmas etiquetas, seguiam as mesmas contas e divulgavam informações idênticas. O coletivo de comunicadores que compartilhavam as ideias de Fidel Castro, seria em realidade, “um sistema organizado e padronizado de respostas para contestar informações que incomodam o poder em Cuba” (DÍAZ BLANCO, 2013, tradução nossa). Antes, em fevereiro desse ano, o sítio noticioso *Café Fuerte* obteve um e-mail enviado desde o endereço eletrônico [cibermambi@enet.co.cu] a comunicadores cubanos de todo o país para que divulgassem um artigo veiculado num blog oficialista, a *hashtag* #yoanifraude no *Twitter* e um vídeo de um desenho animado, concebido para ridicularizar Yoani Sánchez (LEYVA MARTÍNEZ, 2013).

Baseada numa lógica militarista de destruição do inimigo, a estratégia dos órgãos de segurança do Estado cubano concebia a possibilidade debater democraticamente com os blogueiros e ativistas dissidentes e opositores. A falta dos argumentos racionais e do reconhecimento da alteridade daqueles que expressavam suas críticas contra do modelo social era substituída com táticas de assédio moral, bullying, assassinatos de reputação e desgaste psicológico. A Internet era um campo de batalha, onde o inimigo havia colocado tropas que deviam ser combatidas. E intensidade da batalha permitia, mesmo violando princípios éticos elementares, o uso de perfis apócrifos no Twitter para assediar e dirigir insultos e desqualificações contra comunicadores notáveis como por exemplo, a blogueira Yoani Sánchez (CORAL NEGRO, 2011, tradução nossa), na época, um dos alvos mais frequente da ira desses ciber-guerreiros.

#### 6.6.4. Para os inimigos, a lei: a repressão em números

Em 2018 o total de violações à liberdade aumentou 20,2% com respeito ao ano anterior. No quadro 1 se observa a diminuição do número de detenções, agressões físicas e confiscos de equipamentos, durante 2019, enquanto o indicador ameaças e violência psicológica atingiu o maior nível desde 2017 e as proibições de saída do país o valor mais alto da série histórica. No 2020, marcado pelos efeitos da pandemia da COVID-19 e do recrudescimento dos efeitos do embargo estadunidense contra Cuba, houve 234 detenções de jornalistas, o maior número do quinquênio. Nesse ano, o ICLEP incluiu as restrições de acesso à Internet como nova forma de obstaculizar o trabalho da mídia independente. Só nesse período foram documentadas 41 denúncias de suspensão da conectividade (ICLEP, 2017, 2018, 2019, 2020).

A repressão do Estado contra comunicadores de veículos independentes aumentou significativamente em 2021. Ao longo desse ano, o ICLEP (2021) identificou 1 129 violações à liberdade de imprensa, 691 a mais que ano anterior, um aumento de 61%. Em relação com 2020, os números de comunicadores detidos temporariamente (734) e objeto de agressão física (13) aumentou três vezes; a quantidade de presos (13) se multiplicou por treze e as restrições de acesso à Internet por seis. Dados do ICLEP mostram vários picos de violações da liberdade de nos meses de fevereiro (254); abril (117); julho (288) e novembro (196). Ao todo, 2021 foi o ano com maior registro de violações à liberdade de imprensa da série histórica iniciada em 2016 (ver gráfico1).

Não se pode perder de vista que o aumento expressivo da repressão contra os comunicadores teve como pano de fundo a multiplicação do protesto social em todas as regiões do país, por causa dos efeitos da crise econômica estrutural – agravada pelos efeitos da pandemia da COVID-19 e o recrudescimento do embargo estadunidense– e pela repercussão do levantamento popular de 11 de julho de 2021.

Já os relatórios publicados pelo ICLEP até julho de 2019 documentaram que as detenções arbitrárias de curta duração (horas ou dias), as intimidações, o confisco de equipamentos, o controle da liberdade de movimento e a proibição de viajar ao exterior foram algumas das punições que as autoridades cubanas aplicaram contra ativistas e jornalistas independentes (ICLEP, 2016, 2017, 2018, 2019). Não obstante, em abril de 2019, o jurista Roberto de Jesús Quiñones, repórter do site *Cubanet*, foi detido de forma violenta pela polícia, enquanto entrevistava a adolescente Ruth Rigal, filha dos pastores evangélicos Ramón Rigal e Ayda Expósito, sentenciados – pelo mesmo tribunal que meses mais tarde julgaria o jornalista – a um ano de reclusão domiciliar por retirar seus dois filhos do sistema estatal de ensino para educá-los em casa, sendo que em Cuba a educação domiciliar (*homeschooling*) não é permitida (PADRÓN CUETO, 2019).

Durante a abordagem, os policiais que feriram Quiñones no rosto, mãos, tímpano e pescoço, durante o traslado dele até uma delegacia, foi arquivada pela Procuradoria Militar de Guantánamo, pois segundo o procurador que analisou o caso, os agentes cumpriram com seu dever. Em 7 de agosto de

2019, Quiñones foi condenado a um ano de reclusão, em regime fechado, pelo crime de desobediência e resistência. O jornalista independente completou a totalidade da condena e foi excarcerado em 4 de setembro de 2020 (PADRÓN CUETO, 2019).

A condenação de Roberto Quiñones, o primeiro comunicador preso sob a administração do presidente Miguel Díaz-Canel, foi interpretado como um sinal da intensificação da repressão contra o exercício do jornalismo de fora dos veículos autorizados ou tolerados pelo Estado, mas também um recado para amedrontar jornalistas e colaboradores da mídia não estatal. Depois de analisar os motivos da detenção, a violência sofrida e a decisão judicial, a organização Anistia Internacional incluiu Quiñones em seu registro de prisioneiros de consciência e seu nome também foi colocado na lista do *OneFreePress*, ao se tratar de um dos 10 casos mais urgentes de injustiça cometida contra jornalistas durante 2019 (PADRÓN CUETO, 2019).

**Figura 19-Violações da liberdade de imprensa em Cuba (2016-2021)**

Ano	Detenções arbitrárias	Ameaças e violência psicológica	Agressões físicas	Abuso do poder estatal	Presos	Restrições da Internet	Totais
2016	225	144	24	57	2		450
2017	84	102	4	50	0		240
2018	112	129	13	47	0		301
2019	101	142	8	35	1		287
2020	234	123	6	33	1	41	438
2021	734	79	20	26	13	257	1 129

Fonte: ICLEP. Elaboração própria

Segundo o relatório especial sobre situação da liberdade de expressão em Cuba, elaborado em 2019 pela Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 2019), os órgãos da Justiça cumpriam com o rito legal estabelecido nos processos contra jornalistas e colaboradores da mídia independente. No entanto, em alguns casos as autoridades evitaram a entrega de intimações, denúncias, atas de confisco e outros documentos que pudessem provar perante organismos internacionais as arbitrariedades cometidas por agentes do Estado cubano contra jornalistas e colaboradores. No relatório da CIDH, jornalistas cubanos confirmaram que as autoridades cubanas optavam por táticas repressivas de desgaste para evitar a abertura de processos penais. Tais



táticas abrangiam, além das documentadas pelo ICLEP, interrogatórios humilhantes – especialmente a mulheres jornalistas –, detenções de até 72 horas sem mandado judicial, pressões da polícia contra familiares e integrantes dos espaços de socialização dos informadores, assim como furto de documentos, dispositivos e instrumentos de trabalho (CIDH, 2019). O documento aponta que

O modelo atual responderia a uma lógica que se situa fora das estruturas jurídicas, que se realiza a partir do Departamento de Segurança do Estado ou de estruturas paraestatais que podem ser mais sutis, mas igualmente sérias à luz do direito internacional. Às tradicionais ferramentas de repressão ao jornalismo independente, se somam as formas de repressão, como a ameaça de abertura de processo penal de "usurpação de funções e usurpação de capacidade legal" contra quem exerce o jornalismo em meios não oficiais (CIDH, 2019, tradução nossa).

Em março de 2017, Sol García Basulto e Henry Constantín, repórter e diretor da revista *La Hora de Cuba*, respectivamente, foram acusados de usurpação de capacidade legal. Segundo agentes do DSE, García Basulto tergiversava a informação, denunciava as ações deles, a revista era demasiada crítica e desprestigiava o país e a Revolução (DDC, 2017). A jornalista Iris Mariño García, integrante da equipe da supracitada publicação, também foi acusada do mesmo crime e, no final de janeiro de 2018, a polícia informou à comunicadora que ela poderia ser processada penalmente, caso continuasse a entrevistar pessoas na rua, o que segundo os oficiais, violava a Constituição da República (DDC, 2018a). Em 23 de março de 2018, o DSE em Camagüey informou aos três comunicadores que as denúncias contra eles haviam sido arquivadas temporariamente. Após receber a decisão da chamada polícia política, Henry Constantín declarou que o arquivamento da denúncia demonstrou que eles não cometeram o delito que lhes foi imputado, que o desejo das autoridades era silenciar *La Hora de Cuba* e assegurou que com ou sem diploma continuariam fazendo o jornalismo que incomoda os censores (DDC, 2018b).

**Figura 20– Violações da liberdade de imprensa em Cuba (2016-2021)**

Fonte: ICLEP. Elaboração própria

Não obstante, o assédio contra os colaboradores da revista digital continuou. Entre abril e outubro desse ano, o jornalista independente Adrián Quesada, colaborador da revista, foi citado pela polícia em três ocasiões e advertido de que estava cometendo o mesmo crime atribuído a seus colegas, porém não foi processado. Entre maio e novembro de 2019, o professor Ricardo Fernández Izaguirre, colaborador de *La Hora de Cuba* e do jornal *14ymedio*, foi detido e interrogado por agentes da delegação do DSE da cidade de Camagüey, em pelo menos cinco ocasiões. Em julho desse ano, Izaguirre permaneceu numa cela de uma delegacia, durante nove dias, após ser acusado de usurpação de capacidade legal por exercer jornalismo sem habilitação para exercer a profissão. Antes de ser liberado, os agentes lhe informaram que um processo contra ele seria aberto, caso continuasse a colaborar com a mídia não estatal (AMÉRICA ECONOMIA, 2019).

Em agosto de 2019, *La Hora de Cuba* veiculou a reportagem, realizada por Fernández Izaguirre, para visibilizar as demandas de uma comunidade, localizada na cidade de Nuevitas, província de Camagüey, que aguardava a instalação do serviço de eletricidade havia dez anos. A matéria teve grande repercussão nas mídias sociais e contribuiu para que as autoridades locais iniciassem as gestões para finalmente levar a energia aos habitantes de um bairro que, apesar das evidentes condições de pobreza extrema, não haviam recebido uma resposta adequada do governo municipal.

No entanto, após 48 dias da estreia da publicação da reportagem, dois agentes do DSE interrogaram os vizinhos entrevistados, no intuito de coletar provas para processar Fernández Izaguirre pelo crime de usurpação de capacidade legal. Um dos interrogatórios, gravado em segredo por um dos vizinhos, foi divulgado por Izaguirre para provar a perseguição de que estava sendo objeto. Durante o interrogatório, um dos agentes alegou que o objetivo do comunicador era usar as denúncias dos vizinhos “para fazer contrarrevolução” e noutro trecho questionaram por que os vizinhos tinham compartilhado informação

sobre os problemas da comunidade com uma pessoa que não conheciam (FERNÁNDEZ IZAGUIRRE, 2019). O relato anterior revela como a ação dos agentes de segurança cubanos podem atingir as fontes do jornalismo independente e como a visibilidade de comunidades marginalizada e seus problemas afeta a imagem que regime cubano deseja projetar de si mesmo.

Desde a década de 1990, organizações e entidades internacionais acompanham o conflito entre o Estado cubano e os comunicadores independentes. Nos meses de julho e novembro de 2019, a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) repudiou as sucessivas detenções do jornalista Ricardo Fernández Izaguirre e exigiu que fosse libertado imediatamente. Na declaração de novembro, a SIP também solicitou a liberdade do repórter Roberto de Jesús Quiñones (ALBA, 2019). Por outro lado, em agosto de mesmo ano, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pediu que o governo cubano explicasse as violações dos direitos constitucionais dos jornalistas Adriana Zamora García, Manuel Alejandro León Velázquez e Osmel Ramírez Álvarez, colaboradores do *Diario de Cuba*. A CIDH outorgou medidas cautelares aos três repórteres e a Ernesto Carralero Burgos, esposo de Zamora García, em abril, após considerar que seus direitos e integridade pessoal estavam seriamente ameaçados (14YMEDIO, 2019).

O assédio aos que exercem o jornalismo independente em Cuba incorpora outras formas de pressão contra as mulheres. Elas ficam expostas “a prisões domiciliares intermitentes, assédio desde perfis falsos nas redes sociais, detenções e interrogatórios forçados”. Nas detenções e interrogatórios, alguns repressores, para parecer amigáveis, elogiam a beleza física das jornalistas e as persuadem ou pressionam para que abandonem o jornalismo independente (PADRÓN CUETO, 2020, tradução nossa).

Durante 2020, o primeiro ano da pandemia provocada pelo novo corona vírus, as autoridades cubanas adotaram medidas repressivas mais duras contra os jornalistas e colaboradores da mídia independente. Segundo o ICLEP, em 2020, a quantidade de atos que vulneraram a liberdade de imprensa aumentou 53% com respeito ao ano anterior e foram registradas, em média, 37 ocorrências mensais. As autoridades incrementaram as intimações para comunicar aos comunicadores que a publicação de qualquer informação relacionada com a pandemia estava proibida e os infratores iriam para a cadeia. Em meio da expansão da pandemia, os jornalistas Waldo Fernández Cuenca e Yoe Suárez, de *Diario de Cuba*, bem como Mónica Baró, do *El Estornudo*, e Camila Acosta, de *Cubanet*, foram interrogados e intimidados por agentes do DSE (ICLEP, 2020).

Nos primeiros cinco meses de 2020, o Decreto-Lei 370 foi aplicado com maior frequência para castigar a divulgação em mídias sociais de informações tidas como “contrárias ao interesse social, à moral, aos bons costumes e à integridade das pessoas”, conforme estabelece artigo 68, alinha i. Segundo os dados publicados pelo ICLEP, até dezembro desse ano, trinta e dois cidadãos, dentre eles doze comunicadores, foram multados em três mil pesos (120 dólares) por fiscais do Ministério das

Comunicações, acionados por agentes do DSE. A repórter Iliana Hernández encabeçou a lista de comunicadores multados, que incluiu as jornalistas Camila Acosta, e Mónica Baró, assim como Boris González Arenas e Enrique Díaz, repórteres do *Diario de Cuba* e do *Cubonet*, nessa ordem (ICLEP, 2020). De acordo com Gallego (2021), até 5 de novembro de 2021, onze cidadãos, três deles jornalistas independentes, tinham sido multados, em virtude do Decreto-lei 370.

Ao longo de 2020, foram documentadas 134 detenções arbitrárias, a cifra mais alta desde 2016. Só entre novembro e dezembro, 121 jornalistas e colaboradores foram detidos pela polícia, valor que representa 90% do total de detenções arbitrárias de curta duração praticadas nesse ano. A maioria esteve relacionada com os tensionamentos gerados pela greve de fome, iniciada por membros do Movimento San Isidro (MSI), para exigir a libertação do rapper Denis Solís. Integrante do MSI, Solís foi condenado a oito meses prisão após desacatar um oficial da polícia. Na noite de 26 de novembro de 2020, agentes do DSE e da Polícia Nacional assaltaram o local e prenderam os grevistas. Na tarde do dia seguinte, numa multidão de mais de trezentos cidadãos se juntaram, na entrada do Ministério da Cultura, artistas, intelectuais, periodistas, estudantes e ativistas de diversas causas, para expressar sua solidariedade ao MSI e pedir que as instituições oficiais cubanas reconhecessem o dissenso e a importância do diálogo (RIALTA, 2020).

A princípio, o vice-ministro da Cultura, Fernando Rojas, e outros dirigentes de instituições culturais, aceitaram dialogar com um grupo de trinta pessoas, incluindo cinco integrantes do MSI, a artista visual dissidente Tania Bruguera, diretora do INSTAR (Instituto de Artivismo), o cineasta Juan Pin Vilar, o dramaturgo Yunior García, os jornalistas independentes Camila Acosta, Mauricio Mendoza e Nelson Julio Álvarez, bem como o diretor de cinema Fernando Pérez e ator Jorge Perrugorría. Os trinta demandaram a revisão do processo judicial contra o rapper Denis Solís e a liberdade do artista Luis Manuel Otero Alcántara, líder do MSI, detido num hospital após a interrupção da greve de fome. Além das demandas anteriores, os representantes da multidão pediram que se respeitasse o dissenso e as liberdades de expressão e de criação; o fim do assédio, a difamação e a desqualificação de artistas, intelectuais e jornalistas independentes e a supressão da violência policial e do ódio político (RIALTA, 2020).

Embora tensa, nessa primeira reunião vários acordos foram tomados, dentre eles, abrir um espaço de diálogo que incluiria um encontro com o ministro da Cultura, Alpidio Alonso. Uma semana depois, em 3 de dezembro, o grupo que conversou com o vice-ministro, agora denominado 27N (27 de novembro), enviou um e-mail para o Ministério da Cultura para comunicar a inclusão de membros do MSI, inclusive seu líder, Otero Alcántara, e de jornalistas de mídias independentes na próxima reunião. Vinte quatro horas depois, o ministro declarou em nota que não se reuniria com pessoas que mantinham “contato direto e recebem financiamento, apoio logístico e respaldo propagandístico do Governo dos

Estados Unidos e seus servidores”, nem como veículos midiáticos “financiados por agências federais estadunidenses” e acusou o 27N de ter rompido a possibilidade do que o diálogo acontecesse (RIALTA, 2021).

A resposta do Ministério da Cultura significou que o Partido-Estado cubano negava a legitimidade do MSI, o 27N e a mídia independente. Apesar da razão apresentada pelo Ministério da Cultura: a ingerência da Casa Branca nos assuntos internos de Cuba e do apoio financeiro e político que entidades estrangeiras têm oferecido a dissidentes e opositores cubanos, nos últimos 30 anos, ao se fechar ao diálogo, as autoridades cubanas abriram mão da política para tentar resolver o descordo com artistas e intelectuais críticos e jornalistas independentes, reiterando o uso da criminalização, a exclusão e de táticas repressivas para combater o dissenso e qualquer forma de oposição ao regime político vigente.

Por fim, segundo relatório parcial, publicado pelo ICLEP no primeiro trimestre de 2022, ao longo do ano anterior, 1 129 violações do direito à liberdade foram documentadas. Trata-se da maior quantidade de ocorrências desde o início da série histórica, em 2016. Houve mais 691 violações do que em 2020, o que representa um aumento de 61%. Em 2021, também se elevou o número de detenções arbitrárias (734), de restrições ou cortes de acesso à Internet (257), de ameaças e violência psicológica (79) e 13 comunicadores foram privados de liberdade (ICLEP, 2021).

Esse aumento da repressão contra a mídia alternativa poderia estar relacionado com o aumento dos problemas econômicos e sociais, em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19, o aumento do ativismo social e político de atores e coletivos, como o MSI, e pela repercussão do levantamento popular de 11 de julho de 2021.

#### **6.6.5 Não é possível acessar esse site**

A partir da emergência da mídia digital independente, da paulatina consolidação do ambiente virtual como palco de manifestações de dissenso e do uso das TICs como instrumentos para a articulação entre atores e ações que contestam o status quo, o governo cubano focou na elaboração e implementação de políticas e normas legais, no intuito de regulamentar o exercício do direito à comunicação dos cidadãos no espaço público virtual e criar obstáculos, ainda que isso não seja declarado abertamente, à expansão da mídia e do jornalismo independentes.

A remoção de conteúdo e a exclusão de blogs e sites de plataformas e servidores virtuais administrados por entidades estatais tem sido um dos métodos autorizados pelo governo cubano para reprimir e silenciar seus críticos e opositores. Como dito, em 2015, os moderadores da plataforma *Reflejos* excluíram o blog do jornal independente *14ymedio* e no seguinte foi vez do blog do Proyecto Arcoiris. Além da remoção de conteúdo e o fechamento de blogs, a operadora ETECSA, com base no artigo 109, alínea j) da Resolução 179/2008 do Ministério das Comunicações, que obriga os prestadores

de serviços a adotarem as medidas cabíveis para bloquear a consulta de sites que divulgam conteúdos “contrários ao interesse social, à moral e aos bons costumes” (MIC, 2008, tradução nossa), impede o livre acesso a sites de veículos independentes e organizações opositoras. Conforme o relatório publicado pelo Open Network Interference Observatory, em 2017, o acesso a pelo menos 41 sites estava bloqueado em Cuba (XYNOU, FILASTÒ, BASSO 2017). A maioria eram sites de notícias e opiniões críticas como *14ymedio*, *Martí Noticias*, *Diario de Cuba*, *Cubaencuentro* e *Café Fuerte* (VALDÉS, 2017). Entre dezembro de 2017 e agosto de 2019, a Empresa de Telecomunicaciones de Cuba S.A (ETECSA) o acesso aos sites noticiosos *CiberCuba* e *ADN Cuba* e às revistas *El Estornudo* e *Tremenda Nota* e também foram bloqueados.

Em janeiro de 2018, o governo dos EUA anunciou a criação de uma força-tarefa para “promover o fluxo de informação livre e não regulamentado”, e “para expandir o acesso à internet e à mídia independente em Cuba” (STATE DEPARTMENT, 2018, tradução livre). Na sequência, o site *Periodismo de Barrio* advertiu que essa iniciativa poderia aumentar as tensões políticas entre Washington e Havana e, conseqüentemente, “prejudicar a credibilidade e a imagem de independência dos meios alternativos”. Os editores do *El Toque* afirmaram que a iniciativa apoiada pelo presidente Donald Trump, daria argumentos aqueles que tentavam associar a mídia independente aos planos do inimigo, para reduzir a presença dela na sociedade cubana (REUTERS/VICE NEWS, 2018). O blog *La Joven Cuba*, entretanto, publicou uma carta aberta ao chanceler Rex Tillerson, rechaçando a interferência dos EUA nos assuntos internos de Cuba (LA JOVEN CUBA, 2018).

Apesar de terem se distanciado publicamente dos planos da Casa Branca para ampliar o acesso à mídia independente desde dentro Cuba e de defender o ideário progressista, os sites *Periodismo de Barrio*, *El Toque* e *La Joven Cuba* foram inclusos na lista de sites que, segundo o blog *Cambios em Cuba*, editado pelo jornalista Manuel Henríquez Lagarde, diretor da plataforma governista *Cubasí*, se posicionam “abertamente contra a Revolução, ou que, a partir de posições pseudo-revolucionárias, tendem a coincidir com as políticas de novas ou passadas administrações do governo dos Estados Unidos contra Cuba”. O post intitulado *Guerra mediática: Las plataformas para la restauración del capitalismo en Cuba*, publicado sem assinatura, em 16 de janeiro de 2020 fornece a lista<sup>89</sup> dos vinte e um veículos independentes tidos como contrarrevolucionários. Além dos já mencionados, a relação inclui, dentre outros: *CiberCuba*, *CubaNet*, *Diario de Cuba*, *14ymedio*, *On Cuba News*, *Tremenda Nota*, *El Estornudo* e *ADN Cuba* (CAMBIOS EM CUBA, 2020, tradução nossa).

<sup>89</sup> A lista também inclui os sites *Cuba en Miami*, *Cubanos por el Mundo*, *Periódico Cubano*, *Cubita Now*, *Todo Cuba*, *Isla Local*, *Cuba Trendings*, *Todo Cuba*, *Gracias* e *Cubanos Guru*. Está disponível em: <[http://videos.cubasi.cu/lista\\_de\\_sitios.pdf](http://videos.cubasi.cu/lista_de_sitios.pdf)>. Acesso em: 7 fev. 2022.

Dois dias depois da publicação diversos usuários denunciaram que a operadora ETECSA teria bloqueado o acesso aos sites *Periodismo de Barrio*, *El Toque*, *La Joven Cuba* e *Oncuba News* (DDC, 2020). O Conselho Editorial do *La Joven Cuba* confirmou que em horas da tarde de 18 de janeiro de 2020, leitores localizados nas cidades de Havana, Santiago de Cuba e Matanzas não estavam conseguindo acessar os supracitados sites (CONSEJO EDITORIAL, 2020). Vinte quatro horas depois, foi restabelecido o acesso aos quatro sites, porém o resto dos veículos inclusos na lista divulgada por Lagarde (2020) permaneceram bloqueados. A ETECSA não informou publicamente o motivo do bloqueio temporário dos quatro sites independentes (DDC, 2020). Para ONG Anistia Internacional (2017), ao bloquear sites com o objetivo de limitar as críticas políticas e o acesso à informação, o governo de Cuba atua na contramão do direito internacional e viola o direito à liberdade de expressão de seus cidadãos.

Por outro lado, após realizar um estudo sobre o bloqueio do site de notícias *Cubanet* e de *Tremenda Nota*, portal que permite que voz de grupos sociais e minorias marginalizados seja expressa e escutada, como a comunidade LGTB, a Qurium Media Foundation<sup>90</sup> concluiu que em Cuba, o bloqueio de determinados sites independentes é executado de forma incoerente e se observa a ausência de procedimentos e conhecimento técnico. É incoerente do ponto de vista político, porque enquanto a operadora estatal ETECSA interdita o acesso ao acesso ao *Tremenda Nota*, o governo cubano se apresenta como apoiador dos direitos das pessoas LGTB. A Qurium também constatou que o bloqueio de vezes dissidente é feito em nome da proteção da moral e dos bons costumes.

Apesar do bloqueio de dezenas de veículos independentes, em Cuba os usuários conseguem burlar a censura, por meio de aplicativos que criam redes privadas virtuais, conhecidas como VPN (XYNOU, FILASTÒ, BASSO 2017). Dentre os diversos aplicativos disponíveis no entorno virtual, o canadense Psiphon tem sido um dos mais utilizados em Cuba para acessar a mídia independente. Com o Psiphon é possível criar uma rede privada virtual que protege a identidade dos usuários e o acesso a sites bloqueados pela ETECSA.

Veículos como *El Toque* oferecem dicas para que seus leitores escolham e instalem aplicativos VPN que permitem acessar a mídia digital independente, a pesar do bloqueio de seus sites dentro de Cuba (TOPPIN, 2020). Não obstante, a ETECSA estatal tem se esforçado para evitar que seus clientes acessem e instalem aplicativo que ajudem a burlar o bloqueio da mídia alternativa (FREEDOM HOUSE, 2021). Em outubro de 2020, dezenas de usuários relataram dificuldades para baixar, além do Psiphon, os aplicativos Betternet, Orbot, Windscribe e Ultimate VPN (HERNÁNDEZ BUSTO, 2020).

---

<sup>90</sup> The Media Foundation Qurium é uma ONG sediada na Suécia que fornece soluções tecnológicas e apoio político tanto à mídia independente quanto a organizações de defesa dos direitos humanos, que operam em países com regimes autoritários. O site oficial da Qurium está disponível em: < <https://www.qurium.org/>>. Acesso em: 6 de fev. 2022.

Além do uso de aplicativos VNP, outro dos métodos utilizados pela mídia digital independente para evadir o bloqueio de seus sites dentro de Cuba é a criação de espelhos fornecidos pela Qurium Media Foundation. A Qurium utiliza a ferramenta Bifrost para burlar a interdição de sites baseados em WordPress. Bifrost “automatiza o processo de criação de espelhos atualizados de páginas dinâmicas”. Os espelhos são hospedados em nuvens, como Google Cloud ou Amazon, para evitar que possam ser bloqueadas por governos que limitam o direito à comunicação no ambiente virtual. Dessa forma, os usuários de países onde a Internet é censurada podem acessar sites bloqueados sem necessidade usar aplicativos VPN ou outras ferramentas. Conforme as regras da Qurium, podem solicitar a criação espelhos mídias informativas independentes que veiculem informação objetiva e organizações defensoras dos direitos humanos, cujos sites, baseados em WordPress, tenham sido bloqueados em um ou dois países.<sup>91</sup> Até janeiro de 2022, a Qurium tinha criado espelhos para as mídias independentes *Cubernet*, *Tremenda Nota*, *El Estornudo*, *Rialta* e *Proyecto Inventario*.

## **CAPÍTULO 7. MÍDIA INDEPENDENTE, DIREITO À COMUNICAÇÃO E CIDADANIA COMUNICATIVA**

Em este último capítulo serão abordados os processos recentes de produção do jornalismo independente em Cuba para constataremos contribuições da mídia independente para o exercício do direito a se comunicar, a prática da cidadania comunicativa e a democratização da comunicação. Para tanto, analisamos políticas editoriais de seis veículos independentes e matérias publicadas por eles. Os

---

<sup>91</sup>Bifrost – Evasión del bloqueo en Internet. Disponível em: < <https://www.qurium.org/es/bifrost-2/>>. Acesso em: 7 fev. 2022.



resultados da análise de conteúdo foram complementados com depoimentos de mais de quarenta jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores de mídia independente.

Num primeiro movimento, a análise de conteúdo visou determinar os valores e princípios que orientam as políticas editoriais de cinco meios independentes, a partir da dimensão axiológica e dos seguintes indicadores: a) Princípios éticos e valores orientadores da política editorial, e b) Reinvidicação do direito à comunicação. Assim, foram selecionados os seguintes veículos e matérias:

### **Veículos e matérias selecionadas**

#### *Periodismo de Barrio*

- *Código de Ética do Periodismo de Barrio* (2016c)
- *Hola mundo* (2015)
- *¿Quiénes tienen derecho a contar un país?* (2016)
- *Las contradicciones del periodismo cubano* (2015)

#### *El Estornudo*

- *Principios y valores de la revista 'El Estornudo'* (2021)

#### *CiberCuba*

- *Quiénes somos* (2015)
- *Cómo se financia y en qué emplea sus fondos CiberCuba* (2020)

#### *El Toque*

- *Seguir corriendo el límite de lo posible* (2020)<sup>92</sup>
- *Tiempo de renovar, crecer y optimizar* (2021)
- *Quiénes somos* (2023)

#### *14ymedio*

- *Quiénes Somos* (2014)

#### *La Joven Cuba*

- *Quiénes Somos* (2015)

Além disso, foram selecionadas dez matérias, publicadas, entre 2017 e 2021 nos sites *Periodismo de Barrio*, *El Estornudo*, *El Toque*, *La Joven Cuba*, *14ymedio*, *CiberCuba*, *Cubanet* e *Yucabyte*. Essa escolha foi orientada pela necessidade de examinar como os veículos analisados apresentavam diversidade de atores, temáticas e formas de abordar a realidade cubana – algo praticamente inexistente

<sup>92</sup> EL TOQUE. *Seguir corriendo el límite de lo posible*. El Toque, 06 jan. 2020. Disponível em: < [shorturl.at/arAF0](http://shorturl.at/arAF0)>. Acesso em: 08 out. 2019.

na mídia controlada pelo Estado. A relevância dos temas abordados, o impacto social, os reconhecimentos (indicações e prêmios) recebidos, assim como recomendações de jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores, foram critérios considerados na seleção de todos os textos. Certamente, a escolha cuidadosa contemplou veículos que se aproximavam, nos planos axiológico, normativo e prático, do ideal da cidadania comunicativa.

Para discernir as contribuições da mídia independente no que diz respeito ao exercício do direito à comunicação e à cidadania comunicativa, nossa análise fundamentou-se nas três dimensões e indicadores estabelecidos para este estudo (previamente apresentados) e nas diversas formas de representação da cidadania nos dispositivos midiáticos, conforme proposto por Mata (2006).

### **Dimensão e indicadores**

#### **1) Visibilidade**

- (I) Temas preteridos ou pouco abordados na mídia oficial
- (II) Visões de mundo e modos de vida não hegemônicos (dissenso)
- (III) Pessoas e/ou Comunidades vulneráveis
- (IV) Setores subalternos e/ou marginalizados

#### **2) Colaboração dos cidadãos na produção de conteúdo**

- (V) Concessão de entrevistas, depoimentos, acesso à informação

#### **3) Inserção na luta por mudanças sociais, políticas e econômicas**

Indicador

- (VI) Demandas, reivindicações, denúncias, protestos e propostas

#### **4) Forma de representação da cidadania na mídia**

- Sujeito de necessidade
- Sujeito de demanda
- Sujeito de decisão

Considerando a importância de trazer para a pesquisa parte das experiências e critérios de atores relacionados com a mídia independente, os resultados da análise de conteúdo foram complementados com informações coletadas nos depoimentos de trinta e três jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores, obtidos para esta investigação, em conversas por e-mail, aplicativos de mensagens

(Whatsapp e Messenger) e videochamadas, entre abril de 2022 e fevereiro 2023. As conversas com os depoentes giraram em torno dos seguintes pontos:

- Mídia independente e demandas comunicativas da sociedade cubana;
- Conflito mídia independente – Estado cubano;
- Contribuições da mídia independente para o exercício do direito à comunicação, a cidadania comunicativa e a democratização da comunicação em Cuba;
- Motivações dos comunicadores para se integrar o colaborar com a mídia independente.

Diante das dificuldades para contatar alguns atores-chave na emergência e desenvolvimento da mídia não estatal cubana –como fundadores, diretores e comunicadores hoje exilados–, os pesquisadores Abel Somohano, então doutorando na Universidade Ibero-americana do México, e Ted Henken, docente no Baruch College da Universidade da Cidade de Nova Iorque, compartilharam conosco as transcrições das entrevistas em profundidade concedidas a eles por jornalistas e colaboradores de veículos independentes, em 2019 e 2021, respectivamente. Além desse material, foram consultadas as entrevistas à repórter Luz Escobar, realizadas pela equipe de *Periodismo de Barrio*, em 2021, e pelo escritor Amilkar Feria Flores, em 2022.

Ao todo, trabalhamos com quarenta e quatro testemunhos para conhecer experiências, motivações, critérios e expectativas acerca da contribuição da mídia independente para o exercício do direito a se comunicar, a prática da cidadania comunicativa e a democratização da comunicação em Cuba, na voz de alguns participantes diretos.<sup>93</sup>

### **Depoimentos obtidos para esta pesquisa**

#### **Jornalistas (8)**

- Glenda Boza (*El Toque*)
- Ismarío Rodríguez (*Periodismo de Barrio*)
- Jesús Arencibia, doutorando/ Chile (*El Toque*)
- José Jassán (*El Toque*)
- José Manuel González Rubines (*La Joven Cuba*)
- José Raúl Gallego, doutorando/ México (*Inventario, Yucabyte*)
- Mónica Baró, mestrandia/ EUA
- Reynaldo Escobar (*14ymedio*)

#### **Colaboradores (19)**

- Alexander Hall, historiador, (*La Joven Cuba*)
- Alina López, historiadora e editora, (*La Joven Cuba*)
- Annery Rivera, socióloga, (*Periodismo de Barrio*)

---

<sup>93</sup>Salientamos que todas as pessoas contatadas autorizaram a publicação de seus depoimentos na presente tese.

- Arturo Mesa, guia turístico, (*La Joven Cuba*)
- Enrique Guzmán Karrell, ex –diplomata, (*El Toque*)
- Fernando Almeyda, jurista, (*La Joven Cuba*)
- Ivette García, historiadora, (*La Joven Cuba*)
- Jorge Enrique Rodríguez, escritor, (*Diario de Cuba*)
- Juan Pin Vilar, realizador audiovisual, (*La Joven Cuba; Rialta, El Toque*)
- Julio Fernández Estrada, jurista e professor, (*El Toque*)
- Manuel de la Cruz, ativista, LGBTQ+ (*El Estornudo, Tremenda Nota*)
- María Matienzo, escritora, (*Cubanet*)
- Mario Valdés Navia, historiador, (*La Joven Cuba*)
- Maximiliano Trujillo, professor de Filosofía, (*La Joven Cuba*)
- Maylan Álvarez, escritora e editora, (*La Joven Cuba*)
- Miguel Alejandro Hayes, economista, (*El Enjambre e El Solar*)
- Teresa Díaz Canals, professora aposentada, (*La Joven Cuba*)
- Ulises Padrón, lingüista, (*Tremenda Nota, Periodismo de Barrio, Hypermedia*)
- Yadira Álvarez, pedagoga, (*El Enjambre*)

### **Leitores/seguidores (6)**

- Abel Somohano, comunicólogo, professor
- Carlos M. Arrechavaleta, politólogo, professor, pesquisador
- Fernando Bretas, brasileiro, bancário aposentado
- Manuel David Orrio, jornalista aposentado, ex–agente secreto
- Ramón García Guerra, sociólogo e ativista
- Sergio Acosta, empresário

### **Entrevistas/ Ted Henken**

#### **Jornalistas (5)**

Darcy Borrero Batista (*El Toque; El Estornudo; Yucabyte; Hypermedia Magazine*)

Camila Acosta (*Cubanet*)

Abraham Jiménez Enoa (*El Estornudo*)

José Raúl Gallego (*Cuba Posible; Inventario; ADN Cuba, Yucabyte*)

Cynthia de la Cantera (*El Toque; Periodismo de Barrio; Tremenda Nota; Yucabyte*)

#### **Colaboradores (3)**

Ileana Hernández (*CiberCuba*)

Boris González Arenas (*Diario de Cuba; 14ymedio; Tremenda Nota; Hypermedia; Rialta*)

María Matienzo (*Diario de Cuba; Cubanet*)

### **Entrevista/ Abel Somohano**

#### **Jornalistas (2)**

Elaine Díaz (*Periodismo de Barrio*)

Carlos Manuel Álvarez (*El Estornudo*)

## Entrevistas / Amilkar Flores e *Periodismo de Barrio*

### Jornalista (1)

Luz Escobar (*14ymedio*)

#### 7.1 Uma questão de princípios: ética e valores de cinco mídias independentes

##### 7.1.1 *Periodismo de Barrio*: pelo direito de se contar um país

Desde sua fundação em 2015, a política editorial de *Periodismo de Barrio* tem se orientado por princípios e os valores afins ao direito à comunicação, o exercício da cidadania comunicativa e a democratização da comunicação, desde a ação cidadã. Esses princípios e valores estão presentes em diversas entradas, veiculadas entre agosto de 2015 e maio de 2019, e, especialmente, em seu Código de Ética.

Em *Hola mundo*, uma espécie de texto fundacional publicado em 29 de agosto de 2015, *Periodismo de Barrio* (2015, tradução livre) afirmou que tentaria ser um veículo midiático onde as comunidades vulneráveis vejam as suas preocupações refletidas, sem toques sensacionalistas e irresponsáveis”, assim como funcionar como “um mecanismo para ajudar os órgãos do governo local na tomada de decisões”. Quatro anos depois, num vídeo publicitário, *Periodismo de Barrio* se apresenta como “um meio que conta histórias de comunidades vulneráveis às mudanças climáticas. “Aborda temas de outras perspectivas e lugares”, que em geral, “não são de grande interesse para a mídia tradicional”. “Contar Cuba desde a pluralidade de opiniões, a pluralidade de visões da sociedade, respeitando a riqueza da nossa sociedade, procurando, sobretudo, que as pessoas se vejam refletidas no trabalho”, tem sido até então a principal motivação para a existência desta mídia digital independente (PERIODISMO DE BARRIO, 2019, tradução livre).

No editorial em outubro de 2016, *Periodismo de Barrio* (2016b) afirmou que ao tentar silenciar seus jornalistas, “as autoridades cubanas tentaram definir quem tem o direito de contar as histórias de nosso país”. Um direito que “diz respeito a toda a cidadania cubana, porque essas histórias precisam ser contadas”. Entretanto, os princípios e valores que orientam *Periodismo de Barrio* e seu compromisso com o exercício da cidadania comunicativa e a luta pela democratização da comunicação se enunciam explicitamente em seu Código de Ética. Conforme esse documento, publicado em 2016, o trabalho jornalístico de *Periodismo de Barrio* (2016c) é pautado, dentre outros princípios pelo:

- Compromisso em fornecer informação fidedigna, atempada e precisa, baseada em histórias baseadas em investigações rigorosas e exaustivas;

- Fidelidade aos bairros cubanos, aos cubanos residentes no país ou emigrantes e ao Socialismo como projeto emancipatório;
- Acreditamos no jornalismo honesto que sustenta sua verdade em fatos verificáveis e fontes diversas;
- O exercício do jornalismo, em nenhuma hipótese, deve ser subordinado aos interesses de governos, instituições, organizações políticas ou sociais, empresas estatais, empresas, empresas privadas ou indivíduos;
- A não discriminação “com base na cor da pele, religião, ideologia, afiliação política, cultura, idade, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, doença física ou mental, deficiência, local de nascimento ou residência, situação econômica, nível de escolaridade, ocupação ou aparência”;
- O respeito pela dignidade humana, a honestidade e a decência, como valores transversais na vida e nas relações sociais do jornalista.

O Código de Ética também defende “a diversificação de agendas midiáticas, políticas editoriais, abordagens, subjetividades, estilos, discursos e vozes em espaços públicos de comunicação” e declara que todas “interpretações e construções da realidade são essenciais para alcançar a verdade e construir uma memória histórica coletiva, inclusiva, autêntica, complexa e fiel”, que documenta o cotidiano para as futuras gerações e fortalecer a identidade nacional.

*Periodismo de Barrio* considera que a liberdade de expressão, de imprensa e de acesso à informação são “necessários para promover a participação cidadã consciente e preservar a democracia, a soberania, a justiça social, a solidariedade, a dignidade humana e a natureza”. Nessa lógica, o veículo independente “apoia a criação e implementação de uma estrutura jurídica que garanta o exercício destes direitos, num contexto de acelerado desenvolvimento tecnológico e que otimize o acesso às fontes de informação”. Por outro lado, a noção de socialismo defendida pelo *Periodismo de Barrio* (2017, tradução livre, colchetes nossos) envolve:

“... socialização do poder [político], socialização da produção material e simbólica de uma sociedade; socialização da construção de verdades; socialização da informação, conhecimento e saberes; descolonização cultural e superação das relações de dominação capitalistas e patriarcais.

Ao mesmo tempo, o site pretende se aproximar dos cidadãos, promovendo um “diálogo horizontal, respeitoso, sem preconceitos e construtivo com todas as pessoas”, bem como analisará “todas as propostas e críticas, sem prejuízo do trabalho jornalístico e sua independência editorial. No mesmo quesito, o veículo assume o compromisso de socializar os conteúdos publicados no seu site, junto das comunidades, organizações sociais e políticas, governos locais e instituições públicas, entrevistados e/ou consultados para a realização de cada uma das matérias.

Os critérios do repórter Ismarío Rodríguez (2021, depoimento), diretor audiovisual do *Periodismo de Barrio*, reafirmam os princípios e valores declarados pelo supracitado veículo. Segundo ele, o site não ignora que a existência de problemas gerados pelo embargo dos Estados Unidos a Cuba e as pressões econômicas e políticas externas atingem, de fato, a capacidade do Governo cubano para resolver os problemas da população. Contudo, publicizar as falhas desse governo, na hora de garantir melhores serviços, atenção e gestão para a cidadania também é importante, pois, assim como ocorre em outras sociedades, “o papel do jornalismo na sociedade cubana é visibilizar esses problemas e contribuir para encontrar as soluções possíveis”.

Conforme a escritora Annery Rivera, colaboradora do site, (2023, depoimento),

*Periodismo de Barrio* faz um jornalismo narrativo, de opinião e de análise. É um jornalismo sério, profundo. Ao lidar com questões cotidianas, as aborda de forma tão profunda e emotiva que chega a sensibilizar. Qualquer história publicada vai sensibilizar, porque a ideia é essa: conectar-se com os sentimentos e ideias do leitor.

Por outro lado, a mídia independente, em geral, e *Periodismo de Barrio*, em particular, constituem um âmbito onde Ismarío Rodríguez (2022, depoimento), como cidadão e sujeito de direito, usa seu trabalho para “participar do debate público em Cuba”, sem as proibições e censuras presentes nos veículos tradicionais. Para o jornalista, a responsabilidade do jornalista consiste em visibilizar um problema e aproveitar os fatos para contribuir para o “debate público nacional na Internet, que é onde realmente acontece o trabalho do *Periodismo de Barrio*” (...) “Creio que o que fiz no *Periodismo de Barrio* não poderia ter sido feito em nenhum outro meio de comunicação estatal”.

De acordo com Rivera (2022, depoimento), “um espaço midiático que não fosse independente do Estado cubano, não poderia expressar suas ideias”. Portanto, “a mídia independente, incluindo *Periodismo de Barrio*, constitui o espaço para que eu, que tenho uma forma de pensar dissidente, possa expressar-me”.

Acerca dos vínculos do *Periodismo de Barrio* com a cidadania, o Rivera (2022, depoimento) considera que “a transparência, a veracidade, a profundidade com que se abordam os temas da realidade cubana, em meios independentes como *Periodismo de Barrio*, são fatores chave na construção do tecido social cubano, o exercício do direito à comunicação e a prática da cidadania”.

Sobre esse quesito Ismarío Rodríguez (2022, depoimento) explica que

Os cidadãos nos ajudam no exercício do jornalismo, organizando a informação, por exemplo. Eles sabem da pertinência do uso dos espaços,

dos ambientes digitais para obter informações e facilitam as coisas para nós, inclusive, eles têm sido partícipes do nosso trabalho por meio do uso de *hashtags* durante nossas coberturas, seja durante os protestos de 11 de julho de 2021 ou durante os recentes cortes de energia (ISMARIO RODRÍGUEZ, 2021, depoimento).

Para o repórter, trabalhar no *Periodismo de Barrio* foi uma oportunidade de complementar sua formação universitária e cidadã:

Aprendi a fazer um jornalismo mais condizente com a realidade que viviam aquelas pessoas que entrevistei, e isso foi inestimável para mim, a principal contribuição. As pessoas se sentiam desinibidas em contar histórias quando eu dizia que era uma jornalista independente. Contar a realidade que o afetou, sem medo de ser censurada (ISMARIO RODRÍGUEZ, 2022, depoimento).

### **7.1.2 El Estornudo: narrar a vida social, bem como a vida interior dos indivíduos**

Em uma entrada publicada em janeiro de 2021, o *El Estornudo* (2021) apresentou seus princípios e valores. Escrito de forma jovial, o texto exhibe os nortes éticos, técnicos e normativos que orientam a política editorial da revista. São eles:

- A busca das pessoas, dos cidadãos
- Aposta num jornalismo intuitivo e transparente, narrativo e reflexivo
- Vigilância, fiscalização e investigação
- Apresentação livre dos fatos e opiniões
- Respeito do direito de resposta
- Independência editorial irrestrita
- Promoção do debate público sobre o poder
- Honestidade política
- Compromisso com a verdade
- Defesa e luta pela justiça social
- Defesa da igualdade de oportunidades para todos, sem discriminação
- Liberdade criativa
- Vocação de serviço público
- Crítica contra o desrespeito das liberdades que permitem o exercício pleno da cidadania
- Rechaço à violência e à discriminação, em razão de gênero, identidade sexual, religião, raça e origem étnico ou cultural
- Acolhida de todas as ideias, exceto as que promovam a violência, expressem ideias xenófobas, racistas, homofóbicas e difamatórias ou atentem contra a dignidade das pessoas
- Relacionamento adequado e ética com as fontes.



Além dos princípios e valores listados acima, o *El Estornudo* (2021) adverte que sua “premissa fundamental” é seu direito a existir, publicar e exercer o jornalismo, nas condições impostas pelo regime político não democrático vigente em Cuba.

Da mesma forma que o *Periodismo de Barrio*, para *El Estornudo* (2021) Cuba não se limita ao território que abriga o Estado, mas é concebida como uma nação desterritorializada e migrante, como a própria revista, que usa as mídias sociais e as plataformas digitais para divulgar conteúdos e interagir com seus leitores/seguidores.

Embora seja um veículo que caracterizado pela publicação textos de alta qualidade jornalística e literária, *El Estornudo* (2021) recebe textos que respeitem tanto seus princípios e valores como as normas básicas do jornalismo profissional. A revista é um espaço de expressão, que parte do jornalismo e evita a propaganda e o proselitismo políticos, “para atores políticos, ativistas dos direitos humanos e outros membros da sociedade civil”, que desejem colaborar “com artigos de opinião, ensaios, e textos artísticos, onde apresentam seus pontos de vista”, que poderão ser criticados (ou não) no próprio site. Não existem assuntos proibidos nem tabus: todos os temas, acontecimentos e ângulos do cotidiano podem encontrar um espaço na revista, que busca “narrar a vida social, bem como a vida interior dos indivíduos”.

As colaborações de Manuel de la Cruz são um exemplo de como a política de portas abertas do *El Estornudo* tem motivado a colaboração de cidadãos e cidadãs, às vezes sem formação jornalística formal, que procuram um espaço para exercer seu direito a contar e se comunicar com a sociedade desde o ambiente midiático.

Depois de disponibilizar um livro de poesia na livraria virtual da plataforma *Amazon* e de utilizar seu perfil no *Facebook* para opinar e denunciar problemas do cotidiano várias mídias digitais independentes começaram a publicar as crônicas e artigos de opinião de Manuel de la Cruz (2022, depoimento), um ex-professor de ensino médio, escritor e ativista que colabora como a revista desde junho de 2021. A motivação principal de Cruz foi a possibilidade de “narrar a realidade cubana, aquela que a mídia oficial esconde” e acrescenta que se expressar desde o *El Estornudo* e outros veículos independentes “tornou-se minha razão de viver, meu lugar para fazer ativismo, já que em Cuba existe uma linha tênue entre jornalismo e ativismo”. Em relação a repercussão dos textos publicados, considera que “as crônicas do *El Estornudo* já foram citadas [pela mídia estatal e atores governistas], para serem tergiversadas e maltratadas, mas mesmo assim fizeram eco” na sociedade.

Em sua declaração de princípios e valores o *El Estornudo* faz uma defesa enfática da crônica como um gênero jornalístico/literário que permite se aproximar e retratar com mais rigor e sensibilidade pessoas e fatos. Em uma entrevista, concedida em 2016, Carlos Manuel Álvarez, diretor da revista salientou:

Queremos que a crônica nos defina, porque se formos fiéis à crônica –um desafio ético e estético, se não forem a mesma coisa–, já seremos fiéis a todo o resto. Não é por acaso que em Cuba não existe crônica (...). A imprensa cubana ainda não está em condições de se entregar a um gênero tão rigoroso e fascinante. E isso também é, mesmo que inconscientemente, uma decisão política (RED ÉTICA SEGURA, 2016, tradução livre).

A possibilidade e o desafio de contar histórias de vida e fatos reais, mesmo que pareçam estranhos, tem sido a razão de ser do *El Estornudo*. Não se trata de visibilizar relatos sórdidos, heroicos, inspiradores ou dramáticos, mas de propiciar que pessoas, grupos, comunidades se contem a si mesmos para que, por meio do jornalismo, manifestar a existência deles, aparecer, e sensibilizar a sociedade.

A ponderação da crônica para contar acontecimentos presentes e passados e, principalmente, as histórias de indivíduos, comunidades e coletivos marginalizados social e midiaticamente é, decerto, um posicionamento político dos jornalistas e colaboradores do *El Estornudo* num ambiente midiático historicamente cooptado pelo discurso governista. Por meio da crônica a revista resgata relatos, alguns aparentemente banais, que trazem exemplos de resistência, crescimento, solidariedade e cidadania ativa.

### **7.1.3 *14ymedio*: um jornal digital feito em Cuba**

Como dito com antecedência, o *14ymedio* foi fundado em 2014 pela blogueira Yoani Sánchez e o jornalista Reinaldo Escobar. Trata-se do primeiro jornal diário digital sediado e editado desde Cuba (14YMEDIO, 2014). Em um país onde opiniões e pontos de vista invisibilizados pela mídia estatal já circulavam no espaço público graças aos blogs pessoais, foi necessária a presença de um veículo informativo que publicasse “matérias diárias, críveis, sistemáticas e responsáveis que capazes de informar os cidadãos cubanos e servir ao interesse público” (HENKEN, 2022, p. 206, tradução nossa), por meio da fiscalização e responsabilização dos detentores do poder político e econômico em Cuba.

O *14ymedio* reivindica que seu trabalho é pautado por valores oriundos do modelo liberal de jornalismo, como objetividade, veracidade, transparência e responsabilidade (HENKEN, 2017). Além dos anteriores, na nossa análise, na breve apresentação, disponível no site do jornal, foram identificados os princípios e valores a seguir (14YMEDIO, 2014):

- Independência editorial
- Independência financeira
- Promoção do debate público
- Respeito à diversidade
- Compromisso com a democracia, a liberdade e a defesa dos direitos humanos

Embora pareça adotar uma noção mais tradicional do jornalismo –se comparada com *Periodismo de Barrio*, *El Estornudo* e *El Toque*– a equipe de trabalho compreende e assume o papel que deve desempenhar a imprensa, em regimes não democráticos e nos processos de transição para a democracia, para propiciar a formação de consciência cívica nos cidadãos e conquistar e exercer as liberdades civis e políticas (14YMEDIO, 2014). Por outro lado, ao renunciar à possibilidade de receber financiamento vindo de partidos políticos, governos e grupos de interesses privados, o *14ymedio* reafirma seu compromisso com os seus públicos e com os princípios e valores que pautam seu trabalho. Essa relação de proximidade com seus leitores/seguidores ficou mais evidente a partir de novembro de 2017, quando a equipe convidou seus assinantes a participarem no financiamento do jornal. Mas do que simplesmente bancar o trabalho do jornal, a ideia era integrar os leitores/seguidores numa comunidade de defensores e fomentadores do jornalismo independente (HENKEN, 2017).

A tentativa de fazer um jornalismo que conte a realidade de Cuba desde diferentes arestas, sem instrumentalizações políticas, vieses ideológicos e pedagógicos, nem discursos de barricada têm sido desafiador. Numa entrevista concedida ao *Periodismo de Barrio*, Luz Escobar, jornalista do *14ymedio* comentou:

Desde que começamos no 14ymedio, uma das coisas que ficou mais clara para nós é que o jornalismo deve fazer todo o possível para se distanciar do ativismo como ação. Em outras palavras, um jornal não deve ser o quadro de avisos de nenhum programa político, de nenhuma agenda de nenhum grupo de ativistas. Não obstante, o jornalismo tem de estar aí para narrar o que está acontecendo, para tornar visível, para amplificar. Lembremos que estamos em desvantagem. O [jornal oficial] *Granma* não publica nada, mas desqualifica as agendas da oposição e do ativismo (PERIODISMO DE BARRIO, 2021, tradução nossa, colchetes nossos)

Para pessoas que como Luz Escobar não são formadas em Jornalismo, o *14ymedio*, além de um espaço para o exercício da cidadania comunicativa, tem sido a escola para aprender jornalismo fazendo jornalismo. Começou como fotógrafa e com ajuda de repórteres e editores experientes foi aprendendo o ofício de escrever crônicas e reportagens. Enquanto o *El Estornudo* escolheu a crônica para fazer um jornalismo com um viés mais narrativo, Luz Escobar explica que para *14ymedio*, um jornal de notícias diário, a crônica tem sido uma necessidade, uma adaptação aos limites que colocados ao exercício do jornalismo em Cuba (FERIA FLORES, 2022).

Nesse contexto, a crônica é mais viável, digamos assim, porque a reportagem precisa de fontes, acesso a dados oficiais que muitas vezes a

gente não tem, entrevistas, e acontece que as pessoas aqui têm muito medo de falar, e as fontes oficiais não dão informação. Então, fica complicado e demora mais para chegar naqueles pontos necessários para uma reportagem ficar sólida (FERIA FLORES, 2022, tradução nossa).

No entanto, a repórter adverte sobre a importância empatia entre jornalista e as pessoas para que estas se abram para contar suas histórias e explica que durante a cobertura dos efeitos de um tornado que atingiu bairros de Havana em 27 de janeiro de 2019, “consegui não só me conectar com as pessoas que viveram aquela tragédia, que me deixaram entrar na casa delas, fotografar sua casa, seus rostos, colher seus depoimentos, mas também, logo, voltar aos dias com amigos que quiseram ajudar, que tiveram visibilidade para arrecadar recursos e depois poder distribuí-los (FERIA FLORES, 2022, tradução nossa).

Luz Escobar aponta que em Cuba o poder político capricha para silenciar todas as pessoas que visibilizam as deficiências das autoridades e a repressão contra o dissenso. Portanto, cabe aos jornalistas independentes reportar as histórias dos cidadãos reprimidos pelo Estado e as dos que sofrem quando os dirigentes não trabalham em prol do bem-estar de todos os cubanos (FERIA FLORES, 2022, tradução nossa).

Uma década de seu lançamento, o pesquisador Ted Henken (2022) assegura que o *14ymedio* é considerada a organização jornalística mais destacada e profissional de Cuba. Diferentemente de outros veículos independentes antissistema presentes no ambiente midiático da ilha, este jornal buscou oferecer um jornalismo de qualidade que fuja totalmente dos discursos propagandísticos sejam eles castristas ou anticastristas (HENKEN, 2022).

Presente no *14ymedio* desde a fundação, Luz Escobar salienta: “Nós temos sido rigorosos no tratamento de qualquer informação que recebemos, rigorosos no tratamento de qualquer dado ou testemunho que os leitores/seguidores nos enviam ou que encontramos na rua” (FERIA FLORES, 2022, tradução nossa).

#### **7.1.4 *La Joven Cuba*: opinião política cubana**

Fundado em 2010 por três jovens universitários da cidade de Matanzas, em 2015 o *La Joven Cuba* foi relançado como “um projeto de pesquisa e análise política, em prol de trabalhar por um país justo, democrático e sustentável”. Este empreendimento intelectual também aspira “ser um elo entre a sociedade civil e os tomadores de decisão, por meio da pesquisa e da geração de conhecimento relacionado à aplicação de políticas públicas” (LA JOVEN CUBA, 2015, tradução nossa).

De acordo como a informação declarada em seu site, a política editoria se orienta pelos princípios a seguir (LA JOVEN CUBA, 2015).

- Diálogo
- Liberdade
- Veracidade
- Ética
- Direito à crítica
- Respeito pela diversidade de critérios e posicionamentos políticos
- Independência editorial
- Respeito pela soberania de Cuba e pela Carta da ONU

A equipe formada por cientistas políticos, sociólogos, jornalistas, historiadores, economistas e comunicadores trabalha na crítica fundamentada, a elaboração de propostas, a explicação de processos sociopolíticos e na documentação de questões de interesse nacional nas áreas economia, política e sociedade.

À primeira vista, o *La Joven Cuba* pode parecer um espaço concebido por e para uma elite intelectual. Contudo, o projeto se apresenta como um espaço público de expressão para ideias ou posicionamentos políticos coerentes e fundamentados que procurem o melhoramento da nação cubana. A confluência de ideias para, desde o debate, chegar ao consenso norteia o funcionamento deste projeto. Além da publicação de textos assinados por acadêmico e intelectuais reconhecidos, num dado momento, a plataforma começou a publicar textos enviados por cidadãos e cidadãs de diferentes gerações, ocupações, lugares de residência e ideias políticas, a partir da identificação deles com a política editorial.

Ao respeito dessa maior abertura à participação de outros atores da cidadania José M. González Rubines, atual editor do *La Joven Cuba*, comentou:

A inclusão de textos enviados por cidadãos com ideias e propostas interessantes foi ideia minha e da coordenadora Alina López. (...) encontramos aqueles textos no Facebook, principalmente durante a pandemia, e achamos que havia coisas interessantes ali e ideias que valia a pena tornar visíveis, mesmo que não fossem análises especializadas (JOSÉ GONZÁLEZ RUBINES, 2022, depoimento).

Alina López Hernández, coordenadora editorial do *La Joven Cuba*, acrescenta sobre o interesse de visibilizar na plataforma as reflexões e experiências de pessoas que atuavam por fora do âmbito acadêmico.

Quando escrevi um artigo sobre a Federação das Mulheres Cubanas -que era um texto muito crítico intitulado "Um Congresso Cinza", Gladys Marel García -combatente clandestina durante a ditadura de Batista- descobriu meu número de telefone e me ligou. Ficamos amigas, convidei-a para colaborar e ela escreveu vários textos. No caso de Arturo Mesa, tradutor de inglês e guia turístico, gostei do que ele escrevia nas redes sociais e dos comentários que deixava no nosso site. Disse para José Manuel que o Arturo escrevia textos muito bons e que precisávamos de um olhar do cotidiano que não fosse acadêmico e tivesse ideias inovadoras. Nós o convidamos e ele começou a escrever. Convidamos ainda o escritor Jorge Fernández Era para escrever uma coluna de sátira política (ALINA LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2023, depoimento).

Convidada pela equipe do *La Joven Cuba*, a escritora e editora Maylán Álvarez fez um estágio no site, interrompido após pressões exercidas contra ela por agentes da Segurança de Estado.

Me motivou a fome, física e moral; me motivou ‘o teto’ que colocaram em minha vida, às minhas vontades, aos meus sonhos. O *La Joven Cuba* foi por alguns dias a drenagem do pus que acumulei entre o peito e as costas. Pessoalmente, chamei a minha coluna *La Perretica*, ainda que oficialmente foi chamada *En el ojo del huracán* (MAYLÁN ÁLVAREZ, 2023, depoimento).

Jornalista e professor na Faculdade de Comunicação da Universidade de Havana, o próprio José Manuel González Rubines foi um desses cidadãos que se aproximou do *La Joven Cuba* para poder publicar suas ideias e de algumas colaborações, em setembro de 2020 foi convidado para trabalhar como editor do site.

[*La Joven Cuba*] era um meio que eu lia, respeitava muito por causa das pessoas que escreviam nele, gostava da sua linha editorial [porque] tinha a ver com a minha forma de pensar, embora, claro, que não concordasse com tudo, com ainda não concordo com tudo mesmo sendo o editor. Me pareceu que era o lugar certo para expressar as minhas opiniões. Então, foi isso que me motivou a colaborar porque, obviamente, as coisas que eu pensava não espaço em outras mídias, na mídia estatal.

Lembro que o primeiro texto que publiquei era sobre aqueles julgamentos midiáticos que começaram a ser feitos no telejornal e depois sumiram. Julgamentos de empreendedores que achei antiéticos e anti-tudo. Foi uma crítica a isso. Ninguém ia publicar isso, porque embora não fosse uma crítica direta ao Estado, era uma crítica a algo que estava sendo feito por ordem do Departamento Ideológico e ninguém ia publicá-lo. Então, o *La Joven Cuba* foi o lugar onde publiquei esse texto e a partir desse momento continuei.

No meu caso, o *La Joven Cuba* é o lugar onde encontro uma janela para expressar o que penso e participar do debate público (JOSÉ GONZÁLEZ RUBINES, 2022, depoimento).

Para o guia de turismo e tradutor Arturo Mesa (2022, depoimento), *La Joven Cuba* é um “lugar aberto de opiniões muito próprias” e aceitou colaborar “porque precisava de mais audiência para as minhas ideias e lá nunca me censuraram nem me impuseram nada”.

Não acredito muito no contributo que as redes fechadas ou limitadas podem dar e não tenho acesso aos meios de comunicação oficiais, porque não vão permitir a entrada de um critério diferente. Outro motivo para colaborar foi que eu estava começando a me identificar com vários autores como Gustavo Arcos, Mauricio de Miranda, Alina López e o próprio Mario Valdés, e vários outros temas que tinham visões parecidas com as minhas, e que me chamaram a atenção. Além disso, a revista já tinha forte reconhecimento. Eu não tenho outro espaço. Eu só tenho o *La Joven Cuba* e meu perfil no Facebook. Lá posso dar minha opinião, por exemplo, propor, fazer parte do debate, ser ouvido, sugerir algo que nem se sonha na mídia oficial (ARTURO MESA, 2022, depoimento).

Em fevereiro de 2021, a equipe editorial abriu *Cartas a La Joven*. A nova editoria visou mostrar reclamações e solicitações enviadas pelos leitores/seguidores e publicar as respostas das autoridades responsáveis pela implementação de ações para solucionar os problemas denunciados (REDACCIÓN/LJC, 2021a). Segundo Alina López Hernández (2023, depoimento), a ideia de abrir essa editoria não veio da equipe, mas da pressão de cidadãos na busca de um espaço de expressão.

Começamos a receber mensagens. Algumas pelo e-mail do *La Joven Cuba* e outras chegaram por meio dos colaboradores e articulistas habituais. Por exemplo, o caso de Mairobis Zamora Hechevarría com o qual iniciamos a seção *Cartas*, chegou através de uma pessoa que me seguia no Facebook e que lia o *La Joven Cuba*. Essa pessoa me disse: 'por favor, ajudem porque existe esse problema. Vocês podem ajudar em algo?' Houve o caso da proteção da Procuradoria a informantes da polícia roubado de uma moto. Recebemos também o caso de uma mulher que com uma filha que tinha paralisia cerebral que, em meio a uma pandemia e com a filha tendo convulsões, não conseguia sair de casa para buscar remédios. Recebemos muitos e-mails de forma direta e indireta, pedindo-nos para visibilizar as denúncias (ALINA LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2023, depoimento).

A coluna foi pausada meses após os leitores/seguidores pararem de enviar novos casos (JOSÉ GONZÁLEZ RUBINES, 2022, depoimento). No entanto, assim como a convocatória de acadêmicos e intelectuais, primeiro, e a recepção das colaborações de outros cidadãos depois, foi mais uma iniciativa positiva na direção de satisfazer necessidades comunicativas específicas de segmentos da cidadania, notadamente, pessoas em situação de vulnerabilidade social, econômica ou legal.

A partir da chegada Alina López Hernández e José González Rubines à equipe de coordenação e edição o *La Joven Cuba* começou a acompanhar mais de perto questões micro da agenda pública – visíveis nas redes sociais digitais. Ambos os editores consideravam que era possível abordar desde diversos gêneros os problemas do cotidiano. Para temas mais complexos e abrangentes, os artigos de especialistas; para casos mais pontuais, micro e até urgentes, a entrevista, a reportagem e a crônica. Isso fez com que o conteúdo do meio se diversificasse (JOSÉ GONZÁLEZ RUBINES, 2022, depoimento).

Graças aos depoimentos de editores, colaboradores e leitores/seguidores foi possível constatar que, apesar de não se tratar um veículo noticioso de viés generalista, o *La Joven Cuba* tem conquistado expandido e diversificado seus públicos para além do campo intelectual, acadêmico e político.

A professora universitária aposentada Teresa Díaz Canals (2022, depoimento) só conheceu o *La Joven Cuba* em 2020. Após da descoberta começou a colaborar com artigos de opinião e de viés acadêmico, assim como participou de um projeto, dirigido pela historiadora Ivette García González, sobre desigualdade e vulnerabilidade. Para ela, o êxito do *La Joven Cuba* é resultado de “um jornalismo até hoje independente e respeitoso que apresenta críticas com argumentos e responsabilidade. Um jornalismo de viés martiano.<sup>94</sup> Alina e sua equipe nos legam um jornalismo cívico, decente”.

No olhar do jurista cubano Fernando Almeyda, mais um colaborador, (2022, depoimento):

O *La Joven Cuba* é um meio que sempre deu espaço para críticas à circunstância, mas nem tudo foi fazer metacrítica. De fato, era uma nova mídia para o-revolucionária ou de esquerda crítica. Isso permitiu que muitos leitores e colaboradores driblassem a censura do governo. Nunca teve uma linha ideológica dura, por isso não responde a agendas. A linguagem: é um meio de jornalismo de opinião, e os cubanos adoram opinar e ler opiniões escritas em uma linguagem flexível, acessível e potável, que evite os discursos desgastados de um lado ou de outro do espectro político.

Para as pessoas que como Ramón García Guerra (2023, depoimento), sociólogo e ativista, acompanham o trabalho do *La Joven Cuba* desde a sua fundação em 2010, “todas as publicações estão repletas de textos precisos e têm andado de mãos dadas com a atualidade do país, criando assim uma

---

<sup>94</sup> Relativo ao pensamento político e social de José Martí, escritor, poeta, jornalista, político e principal organizador da guerra, iniciada em 1895, que concluiu com o fim do regime colonial espanhol, em 1899.



agenda nacional que logicamente se tornou uma referência não só no campo intelectual. Também são pessoas persistentes e coerentes com seus ideais e posicionamentos”.

Sobre os valores percebidos no *La Joven Cuba*, Fernando Bretas (2023, depoimento), que lê o site desde o Brasil, deixa seus comentários em português, debate com os demais leitores e até enviou um artigo para compartilhar com o público cubano a experiência dos bancos populares, aponta:

Dizer a verdade, ou pelo menos não ter medo de expor outras visões. Ser honesto com a informação. Obedecer a critérios de método para criticar. Desconfiar dos lugares comuns. Não acreditar. Conferir. Poderia melhorar? Poderia, pois, nem todos os artigos obedecem a estas premissas. Mas isso é um processo. E é bom que assim seja. O blog cumpre um papel neste processo. Ninguém é mau ou bom. Não adianta *fulanizar* a história. Ela é produto dos fatos. O mais são interpretações dela do ponto de vista de interesses que cada um tem e quer impor ao outro. Por isso as verdades têm data e hora. São fatos eminentemente históricos e mudam ao calor da correlação de forças. Cabe-nos influenciar nesta correlação [e é] o que o blog tenta fazer com honestidade sem esconder suas intenções (FERNANDO BRETAS, 2023, depoimento).

Mineiro de Belo Horizonte, Bretas (2022, depoimento) chegou no *La Joven Cuba* na procura de um meio com informações verazes e rigorosas sobre Cuba. Um espaço que se afasta do estilo propagandístico de veículos oficiais como o jornal *Granma* e o site *Cubadebate* e da simplificação da mídia controlada pela oposição ao regime cubano. O blog tem sido, inclusive, uma alternativa a sites e blogs da esquerda brasileira que romantizam a realidade cubana, condenam o embargo contra a ilha, mas relativizam ou omitem as responsabilidades do Governo cubano na origem e solução dos problemas econômicos e sociais que afetam a população mais vulnerável.

O editor José González Rubines não acredita que equipe tenha uma receita pronta para que a cidadania haja encontrado um lugar de expressão, informação, comunicação e representação no *La Joven Cuba*: “Temos pessoas muito lúcidas que geralmente não escrevem em nenhum outro lugar. Sempre tentamos tocar nos tópicos que interessam às pessoas, porque são, mais ou menos, as questões que estão no debate público naquele momento”. Por outro lado, está “o fato de tentar trabalhar com a maior objetividade possível, algo não é muito encontrado no ecossistema midiático cubano, embora meios jornalísticos como *El Toque*, *Periodismo de Barrio* e talvez outros o façam, mas não é o comum na mensagem do que é produzido em Cuba”. Contudo, não se trata de “algo absolutamente estruturado”, mas essa mistura de elementos poderia ser, sim, a fórmula que tem permitido o bom desempenho do projeto intelectual, midiático e cidadão.

### 7.1.5 *CiberCuba*: retratando a realidade da forma mais objetiva possível

Mais do que um site jornalístico, o *CiberCuba* é definido como um “portal de notícias e conteúdos sobre Cuba e os cubanos” que busca informar sobre a realidade local, nacional e internacional. A plataforma se alimenta de uma diversidade de fontes para refletir o cotidiano do país desde perspectivas plurais, portanto. O site assegura que respeita a subjetividade das fontes e a dos comentários de seus leitores/seguidores (CIBERCUBA/QUIÉNES SOMOS, 2015).

Segundo um editorial publicado em 2020, a meta do *CiberCuba* é a verdade e oferecer um retrato da realidade da forma mais objetiva possível. Norteado pela necessidade de fazer um jornalismo sem compromissos político-partidários nem agendas ocultas, a plataforma assegura que não recebe financiamento de partidos políticos nem de outras instituições. Assim como os veículos anteriores, a equipe está formada por periodistas, colunistas e colaboradores externos que residem em diferentes países, enquanto uma parte significativa de seus colaboradores habituais reportam desde Cuba. Ao mesmo tempo, *CiberCuba* promove a colaboração da cidadania na produção de seus conteúdos. Vídeos e fotografias podem ser enviados para a redação, por meio de um número de Whatsapp habilitado para esse fim. A plataforma se compromete a revisar os conteúdos recebidos e a publicar os que adequados.<sup>95</sup>

Diferentemente do resto dos veículos analisados para a pesquisa, o *CiberCuba* não disponibilizou em seu site algum documento que declare de forma explícita os princípios e valores que orientam a política editorial do meio. Contudo, a partir da análise das informações disponíveis no editorial de março de 2020 e no *Quiénes Somos* da plataforma foram identificados os princípios e valores que pautariam o trabalho desse portal:

- Veracidade
- Objetividade
- Respeito
- Independência editorial
- Participação da cidadania na construção da agenda midiática
- Apartidarismo
- Transparência

Ao se tratar de uma plataforma que recebe uma quantidade significativa de conteúdos ao longo do dia, a nota informativa é gênero jornalístico mais utilizado e grande parte delas são assinadas pela redação. A insistência na publicação de conteúdo exclusiva, mesmo que seja superficial, as constantes atualizações do site e, sobretudo, pelas narrativas presentes numa parte das matérias publicadas faz com que o *CiberCuba* pareça se aproximar do chamado jornalismo popular ou de sensações.

<sup>95</sup> Ver: Colaborar con CiberCuba. Disponível em: <<https://www.cibercuba.com/colaborar-con-cibercuba>>. Acesso em 10/03/2021.

Contudo, o site também publica matérias mais elaboradas, como reportagens, entrevistas, artigos de opinião e material audiovisual. Além do noticiário diário, o *CiberCuba* tem editorias dedicadas a temas mais utilitários como entretenimento, culinária, turismo e saúde. Com essa fórmula que mistura de notícias e entretenimento, em janeiro 2020 o site *CiberCuba* já tinha recebido quinze milhões de visitas.

### **7.1.6 *El Toque*: todas as histórias contam**

Em janeiro de 2023, o *El Toque* se apresentava como uma “plataforma multimídia independente focada em contar Cuba em sua diversidade, complexa, criativa e às vezes dolorosa ou oculta”, salientando que o simples fato do projeto existir denotava seu “compromisso com a diversidade de vozes, estilos e funções no ecossistema da mídia que publica para os cubanos” (EL TOQUE, 2023).

Durante a revisão do site, feita em fevereiro de 2023, foi possível localizar os pressupostos que orientam a política editorial do *El Toque*. Contudo, já tínhamos identificado com antecedência que os princípios e valores que orientam a política editorial de *El Toque* e seu compromisso com a defesa do direito à comunicação se encontram espalhados tanto no texto de apresentação (disponível no *¿Quiénes Somos?*), assim como em duas notas editoriais publicadas em janeiro de 2020 e maio de 2021.

Na nota editorial de 6 de janeiro de 2020, o *El Toque* afirmou que sua missão essencial era “server ao público cubano com conteúdo rigoroso, objetivo e ajustado aos fatos”, continuar apostando pela inclusão de uma diversidade de opiniões e autores, inclusive aqueles que não concordassem com os critérios editoriais desse órgão jornalístico, para aprender acerca da convivência democrática com o contraditório. Ao mesmo tempo, a equipe trabalhou para se aproximar mais das audiências para escutar, consultar e fazer com que seus públicos se envolvessem de forma ativa na construção da agenda do meio (EL TOQUE, 2020).

Um ano depois, *El Toque* (2021) afirmou em nota editorial que além de continuar fazendo um jornalismo que passasse longo dos extremismos políticos, informaria acerca das violações dos direitos humanos em Cuba, com base na verificação, o contraste de fontes e a análises de fatos.

A partir da análise dos três documentos supracitados foi possível determinar os princípios e valores que orientam a política editorial do *El Toque*:

- Criação de conteúdo de qualidade, inclusivo e livre de discriminação
- Independência editorial
- Agenda editorial construída coletivamente
- Participação das audiências na construção da agenda midiática
- Acompanhamento às necessidades informativas das audiências

- Visibilização e debate de temas silenciados ou pouco abordados em outros espaços midiáticos, com ênfase em gênero, economia, cidadania, tecnologias e cultura jurídica
- Apartidarismo
- Vigilância e fiscalização do discurso e as ações do poder estatal
- Promoção de espaços de diálogo sobre temas de interesse para a cidadania
- Transparência
- Convivência democrática
- Estabelecimento de alianças com outros atores nacionais e internacionais a partir de posições éticas comuns
- Informar por meio de várias plataformas com consumo mínimo de dados, tendo em conta as precariedades do acesso à Internet em Cuba

Contudo, chamou a atenção uma iniciativa para empoderar a cidadania cubana, por meio do uso de ferramentas oferecidas pela comunicação midiática. Em maio de 2021, o *El Toque* informou:

Para além dos conteúdos habituais do eITOQUE, focados nas histórias de cidadãos que se sensibilizam e exercem os seus direitos como indivíduos (cuja soma é a sociedade), este site serve também para dar espaço a projetos de comunicação que têm surgido sob a égide do nosso serviço principal, mas com independência funcional e editorial (EL TOQUE, 2021, tradução livre).

Vários profissionais e ativistas se associaram a esta iniciativa que procurou apoiar, oferecendo um espaço mediático, o exercício do direito de comunicação do cidadão. A partir deste incentivo surgiram o *Matria*, um serviço de comunicação com perspectiva de gênero e contra a violência sexista; o suplemento de humor gráfico *xel2*; *El Toque Jurídico*, editoria dedicada ao ensino jurídico; a unidade checagem de fatos *DeFacto*, bem com *El Enjambre*, um podcast apresentado por tuiteiros e tuiteiras cubanos. A implementação de uma estrutura de gestão “horizontal e coletiva”, aponta o editorial, “é um ensaio do que gostaríamos de viver em sociedade e uma experiência inédita no ambiente midiático cubano que continuaremos ampliando e aprofundando” (EL TOQUE, 2021, tradução livre).

Nas palavras de Miguel Alejandro Hayes (2022, depoimento), economista, criador de conteúdo e convidado para gravar episódios do podcast *El Enjambre*:

“Essa iniciativa contribuiu para o exercício da cidadania na mídia. Apesar de não ser o primeiro podcast produzido em Cuba, *El Enjambre* marcou um antes e um depois. Várias comunidades e iniciativas midiáticas surgiram em torno de *El Enjambre*. O *El Toque* nos ofereceu a ferramenta podcast, mas tínhamos muita autonomia. A única obrigação era anunciar que era um podcast de *El Toque*. O conteúdo e dinâmicas internas ficaram a cargo de Camilo Condis, o diretor do podcast.

Para a professora universitária Yadira Álvarez (2023, depoimento):

Essa experiência me fez sentir muito bem, pois muitos dos meus critérios e saberes acerca da comunicação –que embora não sejam tão abrangentes como os de outros especialistas– trazem aspectos básicos que todas as pessoas deveriam entender e para melhorar o modo em que se comunicam. Haver tido a possibilidade de falar sobre isso, ciente de que iria a ser escutada por muita gente, me fez sentir empoderada. Numa sala de aula, o professor fala e sabe que está sendo escutado, mas quando você está num podcast as pessoas decidem se o escutam ou não. Gostei de saber que muita gente optasse por me escutar. E nesse processo de interação posterior, depois da publicação dos episódios, chegavam as perguntas, as sugestões e até as correções enviadas por pessoas com conhecimentos que eu não tinha. Saber que existe uma plataforma onde podes ser escutado te faz sentir muito bem e te faz sentir que o que você tem para dizer vale a pena. Entretanto, fico feliz quando sou quem escuto a outras pessoas, pelo simples fato dessas pessoas se expressarem. Além da possibilidade de conhecer experiências de outras pessoas, essa escuta me traz a certeza de que eu também serei escutada (YADIRA ÁLVAREZ, 2023, depoimento).

A jornalista Glenda Boza Ibarra (2022, depoimento) explica que o *El Toque* foi um dos primeiros meios que abriu as portas para ela e nele encontrou uma política editorial que abriu “um espaço para continuar a fazendo jornalismo, a partir das inquietações profissionais que não tinha conseguido satisfazer em outros meios de comunicação estatais”. Segundo a comunicadora ao “poder contar a realidade cubana como a vejo sem que ninguém me diga o que colocar, escrever ou dizer, me faz sentir partícipe do exercício da cidadania que os meios de comunicação independentes estão ajudando a desenvolver”.

Demitido da Universidade de Havana em razão de seus vínculos com a mídia independente, o jurista e professor Julio A. Fernández Estrada (2022, depoimento) considera o *El Toque* é um espaço de trabalho e participação, onde se trabalha com “métodos democráticos, desde a solidariedade e o respeito a diversidade de opiniões. Eu nunca me senti obrigado a escrever nada ou agradar alguém. Acredito que esses veículos me deram a oportunidade de libertar minhas ideias, meus sonhos e expectativas para Cuba”.

Levando em conta os princípios e valores que orientam a política, as iniciativas desenvolvidas para propiciar a participação da cidadania na produção de conteúdo e os depoimentos de pessoas que encontraram um espaço de livre expressão, é possível afirmar que o *El Toque* tem sido um projeto relevante para o exercício, na prática, da cidadania comunicativa e um exemplo da luta da sociedade civil cubana em prol da democratização da comunicação em Cuba.

#### **7.1.6 Denominador comum: valores, direito à comunicação e representação da cidadania**

Independentemente das diferenças entre as políticas editoriais, periodicidade, abordagens dos temas, narrativas, relacionamentos com os públicos, participação da cidadania na produção de conteúdo, ideologias políticas de seus diretores e jornalistas; uso das fontes, ponderação de determinados gêneros jornalísticos, em termos axiológicos e normativos, os seis exponentes da mídia digital independente analisados têm como denominador comum valores e princípios como a defesa e a promoção do direito à comunicação que, como dito, abrange as liberdades de expressão, imprensa, de acesso e de divulgação da informação. Veracidade, independência, diálogo, respeito e debate são alguns dos valores presentes em *Periodismo de Barrio*, *El Toque*, *El Estornudo*, *14ymedio*, *La Joven Cuba* e *CiberCuba*. Para esses veículos, o jornalismo como um serviço público que não se limita a informar e interpretar fatos num contexto marcado pelo autoritarismo político, a censura e a repressão do Estado, mas busca participar na construção da cidadania ativa e capaz de analisar criticamente e transformar a realidade em que habita. Ao fomentar o debate de assuntos de interesse coletivo, esses veículos também atuam como esferas discursivas que se articulam ou confrontam outras arenas do espaço público cubano. E juntos visam mostrar a diversidade e pluralidade presente na sociedade civil cubana, sem se subordinar a agendas políticas externas e tentando fazer jornalismo e análises rigorosos e atrativos.

A identificação, a partir das dimensões e indicadores apresentados no capítulo metodológico, de contribuições para o exercício do direito à comunicação e a cidadania comunicativa nas matérias publicadas por veículos independentes foi um passo fundamental na pesquisa.

Diante do universo de conteúdos produzidos pela mídia independente durante o último quinquênio, foram selecionadas dez das matérias publicadas, entre 2017 e 2021, nos sites analisados anteriormente: *Periodismo de Barrio*, *El Estornudo*, *El Toque*, *La Joven Cuba*, *14ymedio*, *CiberCuba*, *Cubonet* e *Yucabyte*. A escolha das matérias levou em conta, dentre outros aspectos, a relevância dos temas abordados, o impacto ou repercussão social, os reconhecimentos recebidos (indicações e prêmios internacionais), as preferências e recomendações mencionadas pelos jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores contatados durante este estudo. No caso específico dos leitores/seguidores, as preferências e recomendações denotaram a identificação deles uma ou várias matérias determinadas.

Os resultados da análise (ver quadro A em apêndices) mostraram que a totalidade das matérias visibilizaram temas preteridos ou pouco abordados na mídia oficial (I). Também foi constatada a colaboração da cidadania na produção das matérias, fosse concedendo entrevistas e declarações; fornecendo informação ou indicando outras fontes. A visibilidade de pessoas e comunidades (III) e de demandas, reivindicações, denúncias e protestos (VI) foi identificada em oito textos. Nove matérias, entretanto, publicizaram setores subalternizados e/ou marginalizados (IV). Mesmo que a totalidade das histórias contadas contestam o regime de verdade construído discursivamente pela mídia estatal cubana, apenas dois das matérias selecionadas, apresentam de forma explícita visões de mundo e modos de vida

dissensuais (II). Se trata, em primeiro lugar, da reportagem *Las medidas contra los boteros podrían desencadenar una crisis civil en Cuba*, do *CiberCuba*, que visibilizou os problemas, demandas e críticas de taxistas e usuários contra o plano de reorganização do transporte público implementado pelo governo de Havana. Em segundo lugar, o perfil intitulado *Argelia Fellove es una dura*, do *El Estornudo*, que apresenta a História de uma negra, lésbica e transformista que trabalha para empoderar mulheres num bairro marginalizado.

Pobreza e vulnerabilidade de pessoas da terceira idade; desproteção de trabalhadoras domésticas na informalidade; contaminação ambiental; violência sexual contra a mulher, protestos e abuso de poder foram os temas centrais abordados pelas matérias. No caso das reportagens *La sangre nunca fue amarilla*, do *Periodismo de Barrio*; *El otro precio del níquel*, de *Yucabyte*, *Tres niñas cubanas* e *Argelia Fellove es una dura*, ambas do *El Estornudo*, as e os repórteres se adentram na subjetividade, no cotidiano e nas comunidades dos entrevistados. As declarações, depoimentos, documentos consultados (atestados médicos, certidões públicas, etc.) e as fotografias dos protagonistas das matérias e dos lugares onde eles vivem, assim as descrições detalhadas de cada contexto, sugere a colaboração da cidadania na elaboração dos conteúdos (VI) que a visibilizam.

No caso da dimensão representação da cidadania, não se identificaram sujeitos de decisão em nenhuma das matérias. No entanto, nas dez matérias, as cidadãs e os cidadãos foram apresentados como sujeitos de necessidade e sujeitos de demanda, ao mesmo tempo. No caso da reportagem sobre a crise do transporte público em Havana, os taxistas particulares, foco da matéria, os motoristas foram representados como sujeitos de demanda, enquanto os usuários foram representados como sujeitos de necessidade e de demanda. Já nas reportagens com vários entrevistados, como *Tres niñas cubanas*; *Empleadas domésticas en Cuba: la discriminación invisible*, do *El Toque*, e *El otro precio del níquel*, do *Yucabyte*, se observam tanto sujeitos de necessidade quanto sujeitos de demanda. Em alguns, as duas formas de representação da cidadania estão presentes num mesmo indivíduo ou grupo.

Por outro lado, a ausência de sujeitos de decisão nas matérias selecionadas reafirma as dificuldades da mídia independente para estabelecer interlocuções com os responsáveis das tomadas de decisão, principalmente, nos níveis provincial e nacional –conforme consta nas entrevistas e depoimentos consultados para este estudo. Ao mesmo tempo, a sub-representação dos cidadãos e cidadãs como sujeitos de decisão, ou seja, como eleitores envolvidos em processos deliberativos vinculatórios ou pelos manos capazes influenciar as decisões que são tomadas nas arenas deliberativa formais, diz respeito às limitações ao exercício dos direitos civis e políticos em Cuba.

Apesar dos limites impostos pelo regime político, a maioria das matérias analisadas mostra pessoas que se autorreconhecem como sujeitos de direito, denunciam os problemas que afetam sua qualidade de vida e exigem que o poder público busque e implemente soluções. Ainda que essas matérias explicitem

a realidade cidadãos em situação de vulnerabilidade e ausência de cuidado institucional, as demandas, exigências e críticas dos problemas cotidianos e da inação das entidades estatais responsáveis pela busca de soluções, os relatos veiculados revelam a emergência de uma cidadania ativa e em alguns casos, insurgente, no ambiente midiático. Isso contrasta com a representação do cidadão militante e apoiador incondicional do Governo cubano, tão presente na mídia oficial.

Em matéria de gêneros jornalísticos, se constatou o predomínio da reportagem de viés mais narrativo em veículos que não fazem jornalismo diário, como o *El Estornudo* e *Periodismo de Barrio* e da nota informativa, em *CiberCuba* e *El Toque*. Ainda sobre a forma de apresentar e contar as histórias, fatos e acontecimentos, chama a atenção o modo como *Las medidas contra los boteros podrían desencadenar una crisis civil en Cuba*, de *CiberCuba*, sugerem situações graves, anárquicas, que não condizem com o contado na reportagem. Essa forma de intitular a matéria, buscando mobilizar a sensibilidade dos leitores, se aproxima, como dito, do chamado jornalismo popular ou de sensacionalismo (BARBOSA; ENNE, 2005).

Por fim, análise também constatou a correspondência entre o conteúdo das matérias analisadas e os valores e princípios que orientam as políticas editoriais das mídias que as veicularam. Salientamos que o objetivo aqui não é fazer uma análise dos enquadramentos e modos de organização da escritura do texto que pretenda esgotar a diversidade da produção que encontramos em nosso contato com a mídia independente, mas apenas evidenciar alguns aspectos que nos parecem comuns à grande maioria dos textos elaborados.

## **7.2 Vozes: mídia independente na perspectiva de seus comunicadores e seguidores**

Nas próximas páginas se documentam as percepções de jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores da mídia independente acerca dos seguintes pontos: motivações para colaborar com a mídia independente, exercício do direito à comunicação e a cidadania comunicativa, conflito mídia independente-Estado e as contribuições da mídia independente para a democratização da comunicação em Cuba.

Cientes de que a investigação documental e análise de conteúdo seriam suficientes para cumprir com os objetivos traçados, insistimos na importância de enriquecer este estudo trazendo um pouco da subjetividade de atores que desde diferentes papéis e lugares geográficos, estão vinculados à mídia independente. Na ausência de levantamentos estatísticos e pesquisas que permitam avaliar a repercussão da mídia independente na sociedade cubana, da impossibilidade de realizá-los por motivos de índole logística, legal, econômica, ética e de segurança, e convencidos da importância de conhecer não apenas o objeto, mas como ele é construído, transformado e percebido, optamos pela busca de relatos e



perspectivas de testemunhas da emergência, consolidação e posicionamento da mídia não estatal no ecossistema midiático cubano.

Os problemas objetivos decorrentes da pandemia de COVID-19, das limitações tecnológicas dentro de Cuba (acesso à Internet) e do incremento, desde 2020, da repressão estatal contra artistas, ativistas e comunicadores independentes frustraram a possibilidade de fazer trabalho de campo diretamente na Ilha. O clima de tensão e desconfiança imposto pelo Departamento de Segurança do Estado, de um lado, e o êxodo de dezenas de jornalistas e colaboradores de mídia não estatal, sobretudo depois dos protestos de 11 de julho de 2021, foi um obstáculo mais que desafiador para a pesquisa.

Esse material, fruto da solidariedade acadêmica, complementou as informações obtidas em conversas, tecnologicamente mediadas, com jornalistas, colaboradores e leitores da mídia cubana independente. Os jornalistas foram selecionados considerando seu pertencimento a um determinado veículo e sua trajetória na mídia independente. Para a escolha dos colaboradores consideramos o vínculo com a mídia independente, a origem social, formação e ativismo, no intuito de convocar atores representativos de diferentes segmentos sociais: dissidências sexuais e políticas, afrodescendentes, mulheres, feministas, pessoas idosas, estudantes, residentes em Cuba e emigrados. Já no caso dos leitores, três foram os critérios: seguimento e interação com um ou mais veículos da mídia independente, compartilhamento de conteúdo publicado nesses sites e conhecimento da evolução da mídia digital independente. Entre os leitores há três pesquisadores, um empresário, um sociólogo e um bancário aposentado.

### **7.2.1 Motivações: narrar a realidade que a mídia governista oculta**

Diversas foram as motivações para que jornalistas profissionais, acadêmicos, intelectuais, professores, ativistas, escritores, juristas e até um guia de turismo integrassem as fileiras da mídia independente cubana. Pessoas que, mesmo sem ter ouvido falar sobre o direito à comunicação, começaram a exercê-lo, desde plataformas localizadas no ambiente virtual. A seguir apresentamos os relatos de jornalistas e colaboradores que exerceram o direito à comunicação no nível individual, como um primeiro passo, para depois, por meio de seu trabalho, coadjuvar a que esse direito fosse exercido por cidadãos sem acesso à mídia sob controle do Estado.

Em uma entrevista publicada em 2021, a ativista Ileana Hernández explicou para Ted Henken (2021h) suas motivações para ingressar no campo da mídia independente. Hernández se tornou um dos rostos mais conhecidos da mídia independente cubana, a partir da transmissão ao vivo (*live*) em seus perfis pessoais em redes sociais e na plataforma *CiberCuba*. No entanto, a ex-cliclista, ex-modelo e ex-bailarina afirma que chegou ao jornalismo quase acidentalmente. Em 2016, estando em Cuba, criou o

*Lente Cubano*, um projeto audiovisual que visou ser uma alternativa aos conteúdos informativos da televisão estatal, mostrando a realidade desde outras perspectivas.

Comecei com esse projeto e gostei. Cheguei a fazer catorze programas, até que os repressores da Segurança do Estado confiscaram todo o meu equipamento de trabalho. Posteriormente, comecei as transmissões ao vivo desde o meu perfil no Facebook. Naquela época, Luis Manuel Mazorra me falou sobre a possibilidade trabalhar no *CiberCuba*, fazendo o mesmo conteúdo. Achei uma boa oferta de trabalho. Em 17 de dezembro de 2018, comecei a trabalhar para *CiberCuba*, mídia em que estou até hoje e a única mídia independente em que trabalhei (HENKEN, 2021h, tradução nossa).

A história de Ileana Hernández, uma das comunicadoras mais reprimidas pelo Estado cubano é um exemplo de implementação de aprendizados e uso de ferramentas para, com um mínimo de recursos e sem garantias legais, produzir conteúdo, de forma individual, mas com vocação de serviço público. Ao fundar o *Lente Cubano*, uma plataforma para que fosse uma alternativa ao monopólio midiático estatal, Ileana, talvez sem saber, aderiu à defesa do direito a ter e exercer direitos, nesse caso o da comunicação, sem esperar concessões das autoridades. Por outro lado, a entrada dela em *CiberCuba*, um site comercial de notícias, denota o reconhecimento da relevância e utilidade de seu projeto comunicacional e, ao mesmo tempo, foi um gesto de solidariedade, perante a tentativa de impedir a continuidade de trabalho informativo desta repórter.

Para Ulises Padrón (2022, depoimento), filólogo, ativistas pelos direitos humanos, em geral, e pelos direitos da comunidade LGTBI+, em particular, a mídia independente deu-lhe a oportunidade de “falar desde meu posicionamento sem ter que dar satisfação para alguém, nem mudar a minha história”. Editor do blog *Espiral de Isla* e das revistas independentes *Tremenda Nota*, *Q de Cuir* e *Magazine AM:PM*, Ulises afirma que graças a esses espaços tem podido exercer direitos vetados na mídia governista.

A motivação do também ativista Manuel de la Cruz (2022, depoimento) foi o “fato de poder narrar a realidade, a mesma que a mídia governista oculta”. Desde sua estreia como cronista e repórter na revista *Tremenda Nota* e no *El Estornudo*, o jornalismo se tornou uma razão para viver, já que, segundo ele, esse é o espaço para “fazer ativismo, pois em Cuba existe uma linha muito fina entre jornalismo e ativismo.

As histórias de Ulises Padrón e Manuel de la Cruz mostram os entrecruzamentos dos ativismos de diferentes atores e setores da sociedade civil cubana e o jornalismo. Para eles, mais do que uma profissão em si, tem sido o dispositivo para reafirmar suas identidades, ampliar a visibilidade dos problemas e demandas dos grupos sociais marginalizados que não tinham espaço na mídia sob controle do Estado e

fazer ativismo social. Não se trata apenas de contar histórias, mas de conta-las em prol da mudança social. Cientes das dificuldades de fazer ativismo no espaço público físico (ruas, praças, universidades, etc.) sob um regime não democrático, a mídia independente, mesmo estando criminalizada, tem se tornado a principal arena de expressão deles.

A partir de uma perspectiva mais individualista, a repórter Mónica Baró (2022, depoimento), considera que além de ser um serviço público, o jornalismo está perpassado pela vocação de contar histórias e pela realização pessoal do comunicador. Para ela, o exercício do jornalismo não deve se subordinar ou responder às necessidades da sociedade, mesmo que quando exercido contribui para isso. “No meu caso, aponta, foi basicamente a decisão de fazer jornalismo”, sem pretender resolver necessidades e demandas sociais.

Antes de entrar completamente para o jornalismo independente, a escritora María Matienzo (2022, depoimento) trabalhava na editora estatal *Letras Cubanas*. Após receber um recado da presidente do Instituto Cubano do Livro, porque estava “falando demais” em seus artigos críticos, se desligou da institucionalidade governista. Até hoje a mídia independente tem sido um “espaço de liberdade” para ela. “Para mim”, comenta, “fazer jornalismo é a minha oportunidade de narrar a realidade o mais próximo da verdade que consigo ver e que muitas vezes não é a mesma que outros jornalistas veem, mesmo dentro da imprensa independente”. “Desde que trabalho para a mídia independente”, afirma, “ninguém nunca me disse o que posso ou não posso dizer”.

O economista Miguel Alejandro Hayes afirma que ao longo dos anos suas motivações foram mudando e se adequando ao contexto. No entanto, como no caso de María Matienzo, a censura provocou a busca de um espaço para poder se expressar sem as mordanças impostas pelas instituições estatais cubanas.

A primeira vez que publiquei num veículo independente foi, basicamente, porque meu projeto de criar um blog dentro da Federação de Estudantes Universitários foi barrado por agentes da Segurança do Estado que operavam dentro da universidade. Não foi um episódio marcado por interrogatórios nem nada disso. O tratamento dos agentes foi até gentil. Na universidade o tratamento era diferente. Era um blog para fazer algo crítico dentro das margens da instituição. Então, fui para um meio independente depois dessa frustração. Essa foi a motivação: a interdição de um blog (MIGUEL ALEJANDRO HAYES, 2022, depoimento).

As vivências relatadas por Miguel Alejandro e Julio Fernández Estrada mostram a persistência de um regime de censura na educação superior cubana. Demitido da Universidade de Havana, em 2016, após a publicação de um artigo crítico na revista *OnCuba*, Fernández Estrada foi convidado a colaborar

em vários sites. Essas provas de solidariedade e deferência foram, segundo ele, a principal motivação para colaborar com várias mídias independentes.

Me motivou o convite para trabalhar, que pensassem que eu poderia ser útil para eles, que pensassem que meus trabalhos eram necessários para aqueles meios, que não colocassem restrições a temas ou abordagens, que me tratassem com respeito, que eles me pagassem honorários dignos, que tivessem uma equipe muito profissional para a edição e a comunicação com os colunistas. Esses espaços me deram uma grande visibilidade e, portanto, uma grande responsabilidade. Eu decidi ir para *On Cuba*, em 2016, deixando a universidade que eu amava e era minha vida, simplesmente porque a universidade me ameaçava e *On Cuba*, não. No *El Toque* ganhei uma família, aprendi muito com o trabalho jornalístico e sobre a seriedade e a força das novas gerações de cubanos. Também significou um enorme sacrifício. Custou-me saúde, segurança e tranquilidade trabalhar com eles, mas vou continuar fazendo e o faria mil vezes mais (JULIO FERNÁNDEZ ESTRADA, 2022, depoimento).

Levada pela curiosidade de aquele campo que emergia no ambiente midiático cubano, a repórter Darcy Borrero (HENKEN, 2022, depoimento) começou a colaborar com a mídia independente. Depois de um tempo alternando entre seu trabalho numa revista estatal e a colaboração com as revistas *OnCuba* e *El Estornudo*, encerrou seu vínculo com a imprensa estatal, porque queria experimentar a sensação de liberdade ao escolher por ela mesma as histórias que queria contar. Seu afastamento do monopólio midiático do Estado lhe permitiu superar a crise de consciência que gerou o fato de ter que escrever em veículos com políticas editoriais opostas.

Na imprensa estatal não escrevia sobre Cuba, procurava escrever textos que falassem de gente, sem politizar o conteúdo e em função do grau de amizade que os países, cujos temas eram abordados ou criticados, tinham com Cuba. Em paralelo, contava histórias de jovens empreendedores, de vítimas de desastres naturais, de mulheres, em geral de pessoas em situação de vulnerabilidade. A contradição era tão grande que ele não sabia o que fazer. Ele vivia com os nervos à flor da pele, principalmente quando publicava algo na mídia não estatal (HENKEN, 2021g, depoimento).

Assim como Darcy Borrero, o jornalista Ismarío Rodríguez se demitiu de um órgão de imprensa oficial, após de anos lidando com a censura, para se dedicar exclusivamente a trabalhar como repórter audiovisual na mídia independente. A primeira motivação dele foi a necessidade de superar as “crises existenciais que gerava o exercício da profissão jornalística no país. A colaboração com *Periodismo de Barrio*, *OnCuba* e *El Toque* começou antes da defesa de seu trabalho de conclusão de curso.

Resolvi dedicar meu tempo para fazer o que não consegui durante meus anos como estagiário na mídia estatal: praticar o jornalismo de forma mais casual e sem censura. Em primeiro lugar, o que me chamou a atenção foi o profissionalismo e a liberdade com que pude abordar pautas informativas de interesse do meio. Pude realizar um trabalho investigativo e material que jamais imaginei poder fazer durante meus anos de universidade e mesmo após a formatura. Houve também mais liberdades na abordagem de pautas informativas em formato audiovisuais nunca antes abordadas nos meios onde fiz estágio. Temas que me interessava tornar visíveis, o fiz no *Periodismo de Barrio*. Aprendi um pouco a fazer um jornalismo mais condizente com a realidade que viviam aquelas pessoas que entrevistava, e isso foi inestimável para mim, a principal contribuição. As pessoas se sentiam desinibidas em contar histórias quando eu dizia que era uma jornalista independente. De contar a realidade que as afetava, sem medo de ser censuradas (ISMARIO RODRÍGUEZ, 2022, depoimento).

Algumas das motivações (fazer jornalismo sem censura, atender as necessidades e demandas informativas e comunicativas da sociedade cubana, em especial, as dos setores preteridos) de Darcy Borrero e Ismarío Rodríguez, dois dos jornalistas que abandonaram o aparato midiático estatal em busca de espaços que preenchessem suas expectativas profissionais foram reiteradas nas entrevistas consultadas e nos depoimentos obtidos para esta investigação. Os testemunhos dos profissionais também sugerem que o trabalho na mídia independente trouxe crescimento pessoal e profissional; experimentação, liberdade de expressão e criação, assim como uma maior conexão entre as agendas midiáticas e pública, assim como dos comunicadores com seus públicos.

Por outro lado, tanto nas entrevistas realizadas pelos colegas Ted Henken e Abel Somohano quanto nas conversas com jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores contatados para esta pesquisa, todos os comunicadores definiram a mídia independente com um espaço onde exercem seu direito à comunicação, ao permitir a livre expressão de colaboradores, entrevistados e seguidores. É chamativo que a maioria dos comunicadores perceba a possibilidade de contar histórias, denunciar, visibilizar atores, comunidades e temas preteridos pelos meios do Estado tanto como uma motivação quanto como contribuições da mídia independente para a sociedade.

### **7.2.3 Jornalismo independente e empoderamento dos cidadãos**

Em entrevista concedida em 2019 ao pesquisador Abel Somohano, a jornalista Elaine Díaz, fundadora-diretora do *Periodismo de Barrio*, afirmou que a desconexão da mídia oficial cubana com uma parte importante das pautas relevantes da agenda pública começa na faculdade, no processo de formação dos jornalistas. Pelo menos na Faculdade de Comunicação da Universidade de Havana, onde

ela estudou, “em momento algum o curso não está em função da representação da cidadania. Não há uma aula focada nesse aspecto”. No olhar dela, a mídia estatal é muito acrítica com o poder ao ponto de não o questionar e acrescenta que, conforme sua experiência como professora, “a faculdade forma sujeitos que pensam que é uma honra server ao Partido, ao presidente, às organizações, às instituições”. Isso “entra em contradição com a cidadania”, em detrimento de esta (SOMOHANO, 2020, p. 337, tradução nossa).

De uma forma ou outra, tantos os entrevistados pelos pesquisadores Ted Henken (2021, 2022) e Abel Somohano (2020) como os jornalistas e colaboradores com que conversamos durante esta pesquisa percebiam o jornalismo como um serviço público. Camila Acosta, repórter do *Cubonet* aponta:

Eu sempre percebi o jornalismo como uma questão de serviço público. Eu queria denunciar, dialogar com as pessoas do povo que tinham necessidades, que tinham carências, que sofriam as injustiças. E nunca fiz isso no [estatal] Canal Havana. Lá nunca fiz jornalismo de verdade. Trabalhávamos com o comitê do provincial do Partido Comunista em Havana. Na maioria das vezes eram eles que nos transportavam para a cobertura jornalística, e às vezes até procuravam as pessoas que tínhamos que entrevistar (HENKEN, 2021b, tradução nossa, colchetes nossos).

De acordo com Cynthia de la Cantera, reportera de *Yucabyte*, o jornalismo é um “exercício de serviço” de informação. Os jornalistas devem chegar a todas as pessoas, inclusive até aquelas que não têm interesse, com “informações úteis e práticas que ajudem a resolver problemas em seu entorno imediato”. Para ela, “não se trata apenas de demonstrar, de descrever essa realidade, mas de dar ferramentas através do jornalismo de serviço que orientem as pessoas”. De essa forma, “jornalismo ajudaria a conectar mais as pessoas, alcançá-las com outros recursos de informação e ampliar o alcance que a mídia independente tem hoje” (HENKEN, 2021c, tradução nossa).

Para Carlos Manuel Álvarez, diretor do *El Estornudo*, independentemente de gêneros e técnicas narrativas, o jornalismo é um serviço público com vocação para informar e visibilizar como são tanto as relações de poder quanto as relações sociais dentro de um país e uma comunidade dadas. O jornalismo deve identificar e trazer temas importantes para a agenda midiática, inclusive aqueles que não estão na agenda pública, assim como visibilizar e ponderar assuntos sobre os que a cidadania já está conversando. Carlos Manuel considera ainda que além de descobrir e acompanhar à cidadania, o jornalismo, às vezes, deve contrariar à cidadania, mostrando e abordando coisas que as pessoas não querem ver nem assumir. Temas que as pessoas preferem ignorar (SOMOHANO, 2020, p. 394, tradução nossa).

A reflexão anterior reforça a tese de que independentemente do no modelo midiático estabelecido num país, imprensa, jornalismo e mídia, são construídos socialmente e não apenas pelos seus proprietários e operadores. Essas três instituições, mesmo em regimes não democráticos, compartilham visões de mundo e valores comuns com grande parte da sociedade, mesmo que não consigam satisfazer todas suas necessidades comunicativas. Portanto, a mídia deve server a sociedade, mesmo abordando temas considerados incômodos como, por exemplo, as dissidências sexuais e as diferentes expressões da violência de gênero, para dessa forma, contribuir para o debate e conectar as diferentes zonas do social, num contexto caracterizado pela criminalização do dissenso ideopolítico.

Ainda que nem sempre acompanhe ou se subordine às demandas de determinados atores e grupos sociais, em toda sociedade o jornalismo é pautado pelos acontecimentos, as contradições, inquietações, necessidades e demandas oriundas da sociedade. No entanto, para que não perca seu caráter de serviço público, o jornalismo tem de fugir das tentativas utilitaristas vindas de atores e grupos que buscam concreção de objetivos políticos determinados, mas também dos comunicadores entendem a profissão como uma via para se afirmar social e economicamente, correndo o risco de instrumentalizar a profissão.

A continuação abordaremos as contribuições da mídia digital independente para o exercício do direito à comunicação e à prática da cidadania comunicativa, identificadas por jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores, nas entrevistas concedidas a Ted Henken e Abel Somohano, nos depoimentos obtidos para esta pesquisa.

De acordo com o jornalista Abraham Jiménez,

O jornalismo independente em Cuba empoderou, em parte, a nascente sociedade civil cubana. Digo em parte porque a sociedade civil também surgiu com força própria, mas foi a imprensa independente que noticiou esse crescimento, esse surgimento. Os jornalistas independentes deram voz a tudo o que aconteceu em Cuba desde o advento da Internet (HENKEN, 2021d, tradução nossa).

José Raul Gallego concorda com a percepção de Abraham, mas frisa que o empoderamento de diversas formas de ativismos e de movimentos sociais não é resultado direto do jornalismo, mas que o jornalismo feito desde a mídia independente, os ativismos e os movimentos sociais se acompanham mutuamente (HENKEN, 2021e, tradução nossa).

Sobre esse aspecto vinte nove jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores expressaram as suas considerações sobre a contribuição da mídia independente ao exercício do direito à comunicação em Cuba. Baseados em seus papéis e vivências, vinte e oito afirmaram que, apesar das dificuldades objetivas e subjetivas, a mídia digital cubana independente constituiu um espaço para que as cidadãs e os cidadãos exerçam esse direito e a prática da cidadania na dimensão comunicativa, tal como mostram os depoimentos apresentados a seguir.

Glenda Boza comenta que “alguns veículos empoderaram mais e outros menos, mas acredito que o simples fato de oferecer informação que não está disponível em plataformas oficiais empodera os cidadãos e demonstra que existe uma Cuba para além da versão oficial” (GLENDA BOZA, 2022, depoimento). Ao mesmo tempo, a mídia independente é porta de entrada ao espaço público, pois nela aparecem “vozes que mídia oficial nunca se atreveria a publicar, pois são vozes críticas mesmo quando descrevem as coisas mais básicas” (MARIA MATIENZO, 2022, depoimento).

Para a historiadora e colaboradora do *La Joven Cuba*, Ivette García (2022, depoimento, colchetes nossos):

O papel dessas mídias em ambos os sentidos [exercício do direito à comunicação e a prática da cidadania comunicativa] tem sido meritório, embora ainda limitado. É um grande desafio e o que foi conquistado faz parte do ponto sem volta que vive a sociedade cubana. São muitas as limitações, não só para a mídia em si, mas também para a maioria da sociedade poder acessá-los devido às dificuldades do cotidiano, à perda da tradição de exercício de direitos, à repressão e aos altos custos de acesso à Internet, etc. Por isso, para essas grandes maiorias, o monopólio da comunicação ainda está nas mãos do Partido/Estado/Governo, que também tem sua empresa de telecomunicações única, seus privilégios e os de seus apoiadores para influenciar também pelo espaço digital.

Yadira Álvarez salienta que “as pessoas que não conseguem fazer com que suas críticas sejam ouvidas ou suas demandas atendidas conseguiram alguma visibilidade na mídia independente”. Segundo a responsável de uma das editorias do podcast. *El Enjambre*:

Na medida em que alguns desses veículos divulgam informações necessárias e verídicas, se consegue que as pessoas tenham mais interesse e conhecimento sobre certos temas (jurídicos, culturais, sociais) que antes não faziam parte de seus interesses. Pode-se dizer que sim - ao menos de forma ‘arrebataada’, tirada pela força dos grupos de poder que monopolizam, silenciam ou manipulam a informação e os canais pelos quais ela é divulgada- tem contribuído para o exercício do direito de comunicar e a cidadania. Tem contribuído para uma maior vontade de se informar e aprender, de não ficar calado, de fazer críticas e de exigir respostas e responsabilidades das autoridades. Tudo isso que eu te disse é atravessado por muitos fatores (YADIRA ÁLVAREZ, 2022, depoimento).



Antes de se tornar repórter do *Diario de Cuba*, Jorge Enrique Rodríguez (2022, depoimento) já tinha dirigido publicações culturais que faziam algumas críticas a políticas governamentais. O também escritor diz estar convencido das contribuições da mídia independente ao exercício do direito a se comunicar. "A imprensa independente, inclusive, veio para "suprir a lacuna de informação e notícias no campo cultural, artístico, sociológico, antropológico, filológico". Por outro lado, "hoje é possível verificar que se o Governo derrubar árvores em toda a 5ª Avenida –como aconteceu no ano passado–, várias plataformas cidadãos serão criadas, pessoas comuns e ambientalistas serão acionadas contra a derrubada de árvores". Rodríguez aponta que essas mobilizações sociais a favor de uma causa não existiam antes da imprensa independente e destaca que antes "não havia forma de dar voz aos ambientalistas, enquanto as autoridades não publicavam essas informações na mídia oficial ou as publicavam comparando a situação de Cuba com a de outros países". O comunicador e ativista assegura que "tudo o que a sociedade civil cubana tem conquistado, os espaços que vem conquistando, independentemente de quais eles sejam, de seu tamanho e dos passos dados para chegar até lá, é devido, principalmente, à imprensa independente.

Integrante da equipe do *La Joven Cuba*, o historiador Mario Valdés Navia (2022, depoimento) também reconhece os valores positivos da mídia independente. Em primeiro lugar destaca a função que realiza, superando os déficits da mídia tradicional e "apresentado os fatos desde um ponto de vista alternativo ou, pelo menos, diferente do oficial". Para ele, "a maior participação da cidadania na produção e a circulação de informação" são indícios que permitem insinuar que dentro desse universo, alguns veículos independentes jogam esse papel, fomentando o exercício do direito à comunicação da parte da população que consegue ter acesso a eles.

Com anos dedicados ao estudo do regime e sistema políticos cubanos e dos aparatos ideológicos do Estado, o pesquisador Carlos Arechavaleta (2022, depoimento) pondera a ampliação do acesso à Internet, de um lado, e o papel do novo jornalismo independente, doutro, têm sido chave no crescimento do ativismo de determinados setores da sociedade civil cubana. O cientista político insiste na importância de "reconhecer que o dinamismo social da realidade cubana superou a rigidez e a formalidade do modelo de imprensa e meios de comunicação ideologizados e controlados pelo Estado".

Em sintonia com o pesquisador cubano, o historiador e ativista Boris González Arenas afirma:

O jornalismo [independente] forneceu a gerações de novos ativistas o conhecimento acumulado pelos anteriores. Dotou a sociedade de instrumentos para reivindicar seus direitos e significou um norte ético, em um ambiente de depravação e duplicidade estimulado pelo Estado. Esgotou a capacidade de resposta do castrismo, sua estatura intelectual, a ponto de

deixar sua defesa nas mãos de incompetentes que, para defendê-lo, o afundam (HENKEN, 2021f, tradução nossa, colchetes nossos).

Mas nem tudo positivo. Em entrevista a Henken (2022d), Abraham Jiménez considerou que, apesar da repressão do Estado e das dificuldades de acesso a certas fontes de informação, a imprensa independente poderia fazer um trabalho melhor. A comodidade demonstrada no uso excessivo de postagens publicadas nas redes sociais, principalmente no Facebook, como fontes de informação e a falta de mais repórteres na rua, foram duas das deficiências apontadas por Jiménez. Embora reconheça que com as características do regime político vigente em Cuba é quase impossível descobrir um caso de corrupção, acredito que, pelo menos, se possam contar histórias que falem dessa questão, por meio de depoimentos, mesmo nos casos em que não é possível acessar documentos. Após enfatizar que para ele o jornalismo deve ir contra o poder e tentar despi-lo, comentou:

Entendo que a própria realidade do país obriga a mídia a escrever quase diariamente sobre repressão, prisões e o resto das arbitrariedades que ocorrem e, de fato, devemos fazê-lo porque Cuba é isso, mas não apenas podemos preencher nossas páginas com isso porque outros fatos igualmente importantes também acontecem (HENKEN, 2022d).

Para Ivette García (2022, depoimento) é preocupante a coexistência entre veículos que cumprem com a função social do jornalismo e outros que “banalizam, desinformam, polarizam, fragmentam e instrumentalizam”. Essas práticas comunicativas afetam, principalmente, a segmentos da cidadania com dificuldades para comprovar a veracidade das informações. Esses setores atingidos por uma grande acumulação de problemas são mais vulneráveis à manipulação midiática e, às vezes, “suas respostas a informações tendenciosas é praticamente catártica”.

Para o professor Maximiliano Trujillo, estudioso do pensamento social católico e da mídia da Igreja católica em Cuba, a prática da cidadania se educa a partir de todos os elementos constitutivos da vida da sociedade, e em Cuba isso ainda é pouco comum, inclusive na família, onde essa atitude deve começar a ser educada. Maximiliano reconhece as contribuições positivas da mídia independente, mas também aponta alguns de seus problemas.

Nem todos os meios de comunicação independentes têm contribuído para o exercício do direito de comunicação das pessoas nem estimulado a educar o exercício da cidadania, muitos deles geram o mesmo efeito que os meios de comunicação oficiais, mas desde posicionamentos opostos, ou seja, limitam-se a impactar a subjetividade do destinatário com

matrizes de opinião contrárias ao governo e tentando posicioná-lo contra qualquer projeção ou interesse dele. Ou seja, objetivam o destinatário da informação como potenciais soldados de seus próprios interesses ou causas políticas, sem com isso deixar de prestar o serviço de divulgação de notícias que a mídia oficial jamais colocaria em sua agenda, o que indiretamente lhes permite facilitar o direito do povo à comunicação. Entretanto, outros meios de comunicação tentam cumprir essas funções de serviço público, mas muitas vezes seus efeitos são apenas parciais, porque o espectro político tornou-se tão conflituoso que a própria mídia é convertida por seus leitores em frente de batalha (MAXIMILIANO TRUJILLO, 2022, depoimento).

Focada na dimensão ética da questão, Annery Rivera (2023, depoimento) pede para não idealizar a mídia independente, pois nesse campo existem veículos que praticam um jornalismo sensacionalista que exagera e até tergiversa a realidade. No entanto, a jornalista também acredita no papel positivo que mídia digital está jogando na construção do tecido social cubano. “A transparência, veracidade e profundidade com que os temas da realidade cubana são abordados em sites como *Periodismo de Barrio*, *El Toque*, *El Estornudo* e *14ymedio* tem sido fundamental para construir esse tecido social, exercer do direito à comunicação e praticar a cidadania comunicativa.

‘Pescador’ de conteúdos relevantes que circulam no ambiente virtual, o jornalista aposentado Manuel David Orrio, que foi um dos agentes infiltrados pelo Departamento de Segurança no movimento de jornalistas independentes desarticulado em 2003, tem acompanhado a emergência e consolidação da mídia digital independente cubana. Segundo ele,

Apesar de ser um processo tortuoso, não isento de erros, atos de má-fé que se expressam em *fake news* e conflitos de interesse, como a questão do financiamento externo, de alguma forma esses meios de comunicação têm contribuído com MAIS VOZ CIDADÃ. Este novo cenário não só revela a presença desses meios de comunicação, seja qual for sua "cor", mas também a participação relevante dos cubanos em redes sociais como Facebook e Twitter. De fato, conquistas já foram atingidas, como o fato de estar em discussão um Projeto de Lei de Comunicação Social, uma reivindicação dos jornalistas cubanos desde 1988. Ou seja, a pressão presente nas redes sociais tem surtido efeitos positivos, como a formação de uma esfera pública muito mais diversa e informada (MANUEL ORRIO, 2022, depoimento).

Como o jornalista Manuel David Orrio, o ativista Manuel de la Cruz (2022, depoimento) destaca a relevância da forma como hoje em dia as pessoas preteridas pela mídia oficial usam as mídias sociais para se visibilizar, informar e denunciar. Segundo ele, as *lives* feitas por cidadãos no Facebook já

constituem editorias específicas em sites como *CiberCuba*, *ADNCuba* e *Cubanet*. Esse conteúdo também vem sendo utilizado como fonte por outros veículos. “Um vídeo de uma família que vive em condições precárias à qual o governo nega ajuda ou assedia em razão de um pensamento político dissidente, denuncia sua situação em uma transmissão no Facebook, um veículo midiático encontra o vídeo o publica em seu site, é apenas um exemplo”.

Para o pesquisador Ted Henken (2023, depoimento) a prática da cidadania comunicativa é fato inquestionável. Ainda que uma pequena parte dos usuários utilizem as TIC para fazer ativismo cidadão, entre 2019 e 2022, atores e grupos da sociedade civil cubana usou as redes e as mídias digitais para denunciar abusos e violações dos direitos humanos e organizar protestos.

Na busca de um equilíbrio entre os problemas e ganhos, o jornalista Reinaldo Escobar, editor-chefe do *14ymedio*, considera que ainda falta para alargar o exercício da cidadania comunicativa, um objetivo em que a mídia independente é um facilitador, mas não a solução definitiva.

A mídia independente não pode preencher o vazio criado pela proibição legal de sua existência. A comunidade de defensores dos direitos dos animais, por exemplo, tem encontrado espaços na imprensa independente para se manifestarem contra a ausência de uma lei de proteção animal, mas o ideal é que tenham uma mídia própria e também a comunidade LBGT, os maçons, os espíritas, os roqueiros, os terraplanistas, etc. Isso os tornaria sujeitos de comunicação (ESCOBAR, 2022, depoimento, tradução nossa).

Durante a conversa com Enrique Guzmán Karell, o colaborador do *El Toque* fez duas críticas pertinentes. A primeira, dirigida aos comunicadores que acreditam que o jornalismo e a mídia são um fim em si mesmo, se esquecendo da função social de ambos. A segunda, para aqueles que exageram a capacidade de mídia para representar a totalidade social. No caso específico do contexto cubano advertiu:

“Os meios de comunicação independentes nem sempre respondem às necessidades da sociedade, algo bastante indeterminado, complexo e extenso, mas sim ao seu próprio dever-de-ser”. Contudo, esses veículos, como os estatais, não deixam de ser expressão ou necessidade dos grupos que os promovem e o sustentam. Isso significa que nenhuma mídia atinge uma categoria total e absoluta para obter a representação de toda a sociedade. Nem deixam de ser meios comerciais num momento que Cuba começou a dar passos em direção a novas formas de propriedade e emprego. Essas mídias expressam uma adaptação a uma nova realidade social (ENRIQUE GUZMÁN KARELL, 2022, depoimento).

Nesse sentido, Guzmán Karrell (2022, depoimento, tradução nossa) reforça: “Ninguém dá voz a ninguém. A voz já existe. No máximo, esses veículos oferecem um espaço, um canal, um meio pelo qual aquela voz tem mais possibilidades de chegar a um público maior, mas a voz já existe independentemente do meio que utilize”.

#### **7.2.4 As regras impostas só deixam espaço para quem repete o discurso oficial**

Os dez jornalistas e colaboradores entrevistados pelo estudioso Ted Henken, assim como os dois que responderam às perguntas do pesquisador Abel Somohano reafirmam a existência de um confronto entre a mídia digital independente da estrutura midiático-partidarista e as políticas e normas legais que orientam o funcionamento do modelo midiático cubano, no período 2016-2021. Os pareceres dos doze comunicadores conferem com os relatórios de organizações independentes que documentam violações do direito à comunicação em Cuba, já apresentados com antecedência. De fato, os dez comunicadores entrevistados por Ted Henken afirmaram que já tinham sido contatados por agentes do Departamento de Segurança de Estado para que renunciassem ao jornalismo.

Além de mencionar detenções arbitrárias, cortes do serviço de Internet, interrogatórios em delegacias da polícia e outras ações deflagradas para impedir o trabalho jornalístico, Elaine Díaz identificou formas de repressão simbólica contra jornalistas e mídias digitais independentes. Segundo ela, tanto o sistema de mídia estatal quanto a UPEC descredita o *Periodismo Barrio* e seus jornalistas, não em razão da qualidade dos conteúdos, mas por se tratar de um veículo que se beneficia com verbas internacionais. O *Periodismo de Barrio* também é desqualificado desde a Faculdade de Comunicação (FCom) da Universidade de Havana, onde Elaine foi professora e alguns dos colaboradores se formaram como jornalistas. Na experiência dela, a FCom nega e se distancia totalmente dos egressos que trabalham na mídia independente. Contudo, muitas dessas pessoas que se distanciam publicamente manifestam apoio à mídia independente durante encontros presenciais e por meio de mensagens privadas (SOMOHANO, 2020).

A totalidade (43 pessoas) formada pelos entrevistados por Henken e Somohano, assim como os jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores contatados para esta pesquisa, confirmam a existência de um conflito entre a mídia independente e o Estado cubano. Por outro lado, as trinta e uma pessoas que comentaram sobre esse tema para a pesquisa consideram que a existência e funcionamento da mídia digital independente da estrutura midiático-partidarista é incompatível com as políticas e normas legais que orientam o funcionamento de um modelo midiático estatal cubano e que a repressão estatal, documentada e denunciada internacionalmente, atinge qualquer veículo e/ou jornalista, sem importar o

viés ideológico de cada. No olhar deles, a causa principal da repressão do Estado cubano contra as mídias alternativas é a independência editorial e seu conteúdo crítico e contestador.

Sobre a incompatibilidade da mídia independente com a ordem jurídica que regula o funcionamento da mídia e o exercício do direito à comunicação, José Jasán Nieves, editor-chefe do *El Toque*, comentou:

O conflito se manifesta a partir da própria existência de uma iniciativa de comunicação não controlada pelo aparato partidário. Não se manifesta apenas no caso da mídia mais de direita, abertamente de oposição. Manifesta-se com todos aqueles espaços de comunicação, não só midiáticos, que escapam ao controle do Estado cubano. Não importa se você tem uma revista sobre festas e casamentos. Você vai receber a visita de um oficial da Segurança do Estado, pelo menos para avisar que você não se achar engraçado e iniciar a publicação de outro tipo de conteúdo. Não importa que você faça uma publicação em PDF sobre videogames. Não importa que você gerencie um grupo no Telegram sobre start-ups e empreendedorismo. Você vai ser intimado e o Ministério das Comunicações vai te perguntar quem te paga, quais são as razões pelas quais você faz isso. (...). Portanto, qualquer ato de existência como comunicação independente é fonte de atrito e conflito com o governo cubano (JOSÉ JASÁN NIEVES, 2022, depoimento).

Na perspectiva de Ismarío Rodríguez, a raiz do problema é a incapacidade das autoridades cubanas para regular os conteúdos publicados pela mídia independente do Estado.

O Governo, o principal órgão regulador da imprensa em Cuba, não tem controle sobre o que é publicado, sobre o conteúdo e isso obviamente é um problema na hora de gerir o poder e gera um conflito, não só com a mídia abertamente de oposição ou de direita, mas com todas. Se trata de uma questão de poder. A existência de veículos com certa liberdade de gestão do conteúdo e que questionam constantemente o trabalho do Governo ou as ações dele, gera, em uma sociedade autoritária como a cubana, conflitos e atritos. Sobretudo, porque esses veículos revelam falhas do sistema ou falhas na gestão do Governo. Obviamente, esse tipo de problema vai além de posições ideológicas ou abordagens ou formas de ser a mídia, seja mais conciliadora, menos conciliadora, mais agressiva. O confronto vai vir se a mídia é mais de esquerda ou de direita, independente ou não (ISMARIO RODRÍGUEZ, 2022, depoimento).

Já o jornalista e ex-professor na Faculdade de Comunicação, Jesús Arencibia, aponta que

O bloco dominante: Partido/Governo/Estado/Forças Armadas não tolera, e por isso persegue e reprime de várias formas (chegando a extremos de tortura psicológica e física, processos criminais, prisão e exílio) àqueles que participam e, portanto, dão forma à mídia alternativa. Essa senha – evidência de que o punho do poder só admite sua própria voz e a de seus

seguidores para representar/construir simbolicamente a realidade cubana—tem diferentes modulações e é atravessada por diversas variáveis, algumas das quais nos escapam à vista e permanecem na sombra da burocracia empoderada. Acho que se acentua nos casos da mídia abertamente oposicionista, mas aqueles que, mesmo se declarando de esquerda ou mantendo uma posição mais de centro, procuram contar com rigor jornalístico o cotidiano de Cuba (JESÚS ARENCIBIA, 2023, depoimento).

O controle que o Estado cubano exerce sobre a mídia e o espaço público dificulta a visibilização de visões políticas, econômicas e sociais novas, salienta o realizador audiovisual Juan Vilar. “As novas perspectivas são truncadas porque sua difusão é impedida”, pois o “Estado se considera intermediário ou regulador entre o criador do conteúdo e o destinatário”. O documentalista e ex-diretor de programas na televisão estatal afirma ainda que a ruptura entre qualquer empreendimento midiático independente do Estado cubano “não é apenas o controle do que é transmitido, mas o controle do que é criado”. Um controle “absurdo e excessivo” que, segundo ele, “não confronta uma ou outra ideologia, não fecha uma ou outra posição política, mas sim qualquer criação mínima [que não parta do Estado ou seja regulada por ele]”. Ainda que não sejam políticas exclusivas para os opositores, “para eles é pior” (JUAN VILAR, 2023, depoimento, colchetes nossos).

José González Rubines (2022, depoimento) resume que o conflito se manifesta a partir de diferentes intensidades e diferentes tratamentos. As mais agressivas podem ser: proibição de viagens ao exterior, ameaças de agentes da Segurança do Estado, interrogatórios e prisão. Somam-se a isso os ataques à reputação da mídia e dos jornalistas da TV nacional. Segundo ele, inclusive o *La Joven Cuba*, que não é uma mídia de direita nem se identifica como uma mídia abertamente de oposição, é atacada pela TV Nacional constantemente".

Para Sergio Acosta (2022, depoimento), ex-jornalista do Departamento Latino-Americano da extinta *Radio Nederland*, “o funcionamento de um sistema unipartidário é incompatível com a circulação de informação diversa e plural. Nem todas as vozes contam e a mídia independente é tida como um ator inimigo”.

Numa perspectiva sistêmica, o cientista político Carlos Arechavaleta (2022, depoimento), assegura que a causa do conflito está na própria natureza totalitária do regime cubano; sob o qual qualquer voz dissidente, sem importar a natureza do questionamento, será politizada e estigmatizada como “traidora”, “apátrida”, “mercenária”. Portanto, "as agendas autônomas e diferenciadas são vistas como desafiadoras, problemáticas e dissonantes para a uniformidade do discurso ideológico da agenda oficial".

Depois de mais de uma década pesquisando e escrevendo sobre sociedade civil e meios de comunicação em Cuba, a sociólogo estadunidense Ted Henken (2023, depoimento) considera que a

prova fundamental de existência de um conflito entre a mídia independente e o Estado cubano é a repressão contra comunicadores e os bloqueios dos sites. Segundo ele, “se trata de uma tentativa sistemática de silenciar, intimidar, assediar, encarcerar e exiliar vozes independentes”. A orientação ideológica não é o determinante, mas a independência do veículo perante o poder. “Qualquer meio que insista em defender sua independência do Estado será reprimido”. Henken lembra que o Governo cubano não enxerga a independência da mídia como uma questão profissional ou ética, mas como uma ameaça política. Baseado na informação coletada em diversas pesquisas, o acadêmico aponta que houve uma etapa em que jornalistas como Elaine Díaz, José Jasán Nieves, Carlos Manuel Álvarez e Mónica Baró tentaram fazer “jornalismo e ponto”, um jornalismo sem a etiqueta ‘independente’ para que não fossem relacionados com a oposição política ao regime cubano. A ideia era fazer jornalismo profissional e independente da institucionalidade estatal, mas não oposicionista. Sem embargo da moderação demonstrada eles e outros jornalistas, ativistas e intelectuais foram convertidos, pelas autoridades cubanas, em opositores, dissidentes e ‘mercenários’ ao serviço do império ianque.

Ainda segundo Henken (2023, depoimento) houve uma estratégia para desqualificar a blogueira Yoani Sánchez, de um lado, e apoiar vozes da esquerda local que faziam crítica da realidade, mas não mexiam com o Governo. Contudo, “essa diferenciação desapareceu em decorrência da repressão estatal contra os meios” não subordinados a ele, inclusive os moderados e os de esquerda. “Note-se que ninguém usa mais o termo ‘jornalismo alternativo’. Hoje em dia, todos se identificam como jornalistas independentes, após aprenderem que serão reprimidos igual ou pior que os abertamente oposicionistas.

O jurista Julio Fernández Estrada adverte que a partir do aumento da desobediência civil e das manifestações de protesto ocorridas em novembro de 2020, as contradições entre o Estado e a mídia independente se agravaram. Desde então, “o governo cubano tem se entrincheirado em torno da imprensa oficial que tem desempenhado um papel fundamental na criminalização da imprensa independente e das manifestações cidadãs em geral”.

Reinaldo Escobar, editor-chefe do jornal *14ymedio* e um dos veteranos do jornalismo independente no ambiente digital, destaca:

A rigor, a mídia independente não é compatível com o regime político. O regime é incompatível com o futuro.

As regras impostas para o exercício do jornalismo em Cuba só deixam espaço para quem repete o discurso oficial. Mesmo dentro dos meios oficiais (que não são de esquerda) quando um jornalista assume uma posição excessivamente crítica, é expulso de seu centro de trabalho (REINALDO ESCOBAR, 2022, depoimento).



Ted Henken (2023, depoimento) assegura que esperança que suscitou o acesso à Internet de milhares de cidadãos cubanos acabou a partir de 2020. O aumento do uso das tecnologias para o empoderamento cidadão foi diretamente proporcional ao incremento da censura e a repressão. No olhar dele, até agora o Governo cubano ganhou a batalha que acabou com o exílio de uma parte dos comunicadores que criaram e gerenciavam a mídia digital independente que começou a florescer desde 2014. Uma parte dos jornalistas e colaboradores que ainda vivem em Cuba foi silenciada ou luta para evita-lo. Não obstante, “a natureza digital e o caráter desterritorializado desses veículos, com equipes integradas por pessoas localizadas em diversos países permite que continuem trabalhando com profissionalismo e qualidade, desde fora”.

Mesmo que apenas Arechavaleta e Henken tenham afirmado explicitamente que a raiz do conflito é sistêmica, dado o caráter não democrático do regime político vigente (o que pode ser uma obviedade para os comunicadores e leitores/seguidos consultados), em todos dos depoimentos se identificam elementos que mostram a existência de um conflito entre a mídia independente e o Estado cubano, assim como incompatibilidade da primeira com as políticas e normas jurídicas que regulamentam o direito à comunicação em Cuba, daí que a resposta das autoridades não tenha sido a violência simbólica e estrutural.

### **7.2.5 O giro copernicano**

À luz da literatura acadêmica que aborda o papel da mídia alternativa nas lutas pela democratização da comunicação em regimes de viés soviético (DOWNING, 1996, 2004; MOTLY, 1978) e na América Latina (GUMUCIO, 2018; FNDC, 2013; SAFFON, 2009; SIERRA, VALLEJO, 2017), procuramos conhecer, com base na percepção dos jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores acionados para esta pesquisa, de que forma a mídia digital independente tem contribuído para democratização da comunicação em Cuba, no período 2016-2021.

Em entrevista concedida em 2021 ao pesquisador Ted Henken (2021g), a jornalista Darcy Borrero comentou, dentre outros ganhos da mídia alternativa, a descentralização da “plataforma discursiva e mediática cubana, o que teria democratizado o acesso a versões heterogêneas da realidade”.

Já no caso desta pesquisa, das trinta pessoas que aceitaram conversar sobre esse aspecto, vinte e nove afirmaram que a mídia digital independente vem contribuindo para a democratização da comunicação e o espaço público em Cuba, mesmo operando num contexto autoritário. A seguir sintetizamos as principais contribuições identificadas pelos jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores consultados.

- Fratura do controle monopólico do Estado cubano sobre a produção e difusão de informação, as formas (narrativas) e momentos de contar a realidade do país e dos atores sociais autorizados a falar em nome da cidadania

- Publicização de temas, problemas, preocupações e demandas da cidadania, preteridas pela mídia oficial
- Diversificação do ambiente midiático
- Dinamização do espaço público: ampliação e enriquecimento de arenas, no ambiente virtual, para a discussão de temas de interesse público, com a participação de atores e segmentos sociais, historicamente preteridos e marginalizados
- Visibilização, empoderamento, agenciamento e potencialização do ativismo cívico
- Resgate do carácter público da informação
- Revitalização da sociedade civil com novos atores que contestam o absolutismo político e mediático do Estado.
- Iniciativas de educação política e jurídica para a cidadania
- Fiscalização dos poderes político e econômico
- Ações comunicativas para pressionar o poder político para que preste contas de seus atos à cidadania
- Exercício de formas de relacionamento com o poder político, mais críticas, contestadoras e questionadoras.
- Diversificação das tipologias de propriedade midiática
- Consolidação de formas de gestão e produção comunicativa, amparadas na defesa da autonomia do campo.

Além de sintetizar as contribuições da mídia independente para a democratização da comunicação em Cuba, cinco pessoas compartilharam suas reflexões sobre esse assunto.

Em seu comentário, o ex-diplomata Enrique Guzmán Karell adverte que não poderíamos falar da emergência e consolidação da mídia independente sem mencionar a gestação de uma nova sociedade civil cubana, transnacional e desterritorializada. Esse binômio mídia independente-sociedade civil evidencia o fim dos monopólios informativo e sociopolítico. Para ele,

A mídia independente, mesmo com limitações de toda ordem, tem contribuído para democratizar o acesso e a circulação da informação. Tornaram mais visíveis as deficiências sociais e institucionais do modelo sócio-político daquela sociedade, e mostram, no fundo, um país muito mais complexo e real do que as anteriores reproduções monótonas, educadas e protegidas. A mídia independente também contribui para o debate em torno do país possível. Eles desafiam a narrativa oficial. Exigem do Estado e, ao mesmo tempo, questionam toda a sociedade (ENRIQUE GUZMÁN KARREL, 2022, depoimento).

Na opinião da historiadora Ivette García (2022, depoimento), a democratização da comunicação é incongruente com o regime político vigente em Cuba, o que explica que até hoje o Estado não tenha feito reformas para concretizá-la. Até hoje, as demandas de democratização da comunicação têm partido da sociedade civil e contrariando a vontade de controle do absoluto do partido único. Nesse contexto, “a primeira contribuição desses meios está em sua própria existência, persistência e aperfeiçoamento durante esses anos”. A professora acrescenta que “a qualidade desta comunicação cresceu face à erosão

do modelo social e à crise multidimensional que o país vive, à erosão da confiança na comunicação oficial e à abertura do acesso à Internet desde os celulares, desde 2018. Ao mesmo tempo,

O profissionalismo de muitos jornalistas (oriundos de mídia estatal ou de universidades) que entraram nas equipes da referida mídia também é um ponto a seu favor. Apenas durante esses anos houve um gradual processo de conscientização em determinados setores e uma maior apropriação de discursos alternativos ao poder por parte da cidadania, assim como na prática. O que vivenciamos desde a mobilização de artistas e intelectuais contra o Decreto 349, o Movimento San Isidro, o Movimento 27N e por fim os protestos de 2021, sobretudo a eclosão de 11 julho daquele ano, é resultado desse processo em que a mídia não estatal influenciou, não por convocação ou participação direta, mas por causa de um exercício profissional apegado ao imediatismo e objetividade da informação e fiel às necessidades do cidadão, o que facilita o empoderamento dos cidadãos e o exercício dos direitos cívicos (IVETTE GARCÍA, 2022, depoimento).

Para o economista e comunicador Miguel Alejandro Hayes (2022, depoimento), o primeiro ganho da mídia independente foi “contestar algo que o Governo tinha: a capacidade indiscutível de se apropriar e sequestrar a cultura cubana e a nação cubana. Até então, falar de Cuba e de seus símbolos nacionais era sinônimo de governo, em razão da fusão dos conceitos de estado, nação, revolução e partido.

Com a mídia independente, uma ideia muito diferente da nação cubana começou a ser criada, em termos de identidade. Isso permitiu falar, discordar do Governo sem ser visto como um não cubano. Em geral, a primeira coisa que o Governo fazia, para deslegitimar um crítico ou adversário, era questionar condição de cubano dele. E a mídia independente tem contestado tudo isso o tempo todo, conscientemente ou não. Já não é tão óbvio que alguém não é cubano porque questiona o Governo. Os meios de comunicação independentes, embora não sejam seus causadores, contribuíram significativamente para propagar a ideia de resgatar a nação cubana desse sequestro realizado através da propaganda oficial (MIGUEL ALEJANDRO HAYES, 2022, depoimento).

No olhar de Alexander Hall, estudante de História na Universidade de Havana, entre 2016-2021, “a mídia independente conseguiu captar um número relevante de seguidores, juntou em suas publicações inúmeros acadêmicos, ativistas, intelectuais e jornalistas das mais diversas esferas”. Segundo ele,

Esse movimento oxigenou a participação, a diversidade de vias para acessar à informação, potenciou as inúmeras expressões de ativismo e de auto-organização social, estabelecendo as bases para a naturalização dessa

pluralidade de narrativas no entorno social cubano. Esse percurso significou, sem dúvida, uma virada copernicana na comunicação nacional, deixando um legado indiscutível para a democratização participativa da sociedade civil cubana (ALEXANDER HALL, 2022, depoimento).

Todavia, o impacto da consolidação da mídia independente no ecossistema comunicacional cubano pode ter provocado, em palavras de Henken (2023, depoimento), “uma crise existencial dentro do aparato midiático oficial”. Os ideólogos do partido único sabem que os públicos recebem versões menos propagandísticas dos fatos e que os conteúdos veiculados por veículos não estatais, não apenas concorrem com ela, mas têm demonstrado que a “imprensa estatal mente sistematicamente”. Ao mesmo tempo, a existência de dezenas de sites digitais de notícias vem alterando as práticas e rotinas da mídia estatal cubana.

Convidado para oferecer seu parecer, José Jasán (2022, depoimento), editor-chefe do *El Toque* está convencido das contribuições da mídia e o jornalismo independente, mas salienta que o feito até agora para “responder e satisfazer uma necessidade de um grupo de pessoas específicas, ou seja, satisfazer a necessidade de dizer algo dessas pessoas de dizer algo, ainda é muito incompleto”. Ele assegura que quando as pessoas criam um meio acabam dando voz e empoderando vozes que não eram reconhecidas. No entanto, lembra que ainda há “um longo caminho a percorrer para capacitar e dar mais ferramentas aos cidadãos em prol do exercício da comunicação”.

Ainda existem muitos espaços de crescimento e ampliação desse esforço democratizador. Seja desde a própria natureza do meio (seu funcionamento interno, sua projeção social) até o relacionado com a participação e socialização, ferramentas para que a cidadania se empodere e use a comunicação como ferramenta de empoderamento (JOSÉ JASÁN, 2022, depoimento).

O jornalista e comunicólogo José Raúl Gallego, observador-participante do desenvolvimento da mídia independente em Cuba também destaca que alguns déficits observados, incluindo os obstáculos para que a cidadania possa participar mais ativamente na elaboração de conteúdo, na mídia alternativa estão atrelados às características de regime político vigente:

Os meios de comunicação independentes têm contribuído para o exercício do direito à comunicação. Alguns, desde o seu surgimento, tiveram a ideia de dar participação a outros atores que não são necessariamente jornalistas ou atores midiáticos. Muitos o conseguiram. Em outros casos, a própria repressão contra o grêmio e o constante exílio de pessoas formadas como

jornalistas provocam a necessidade de buscar pessoal entre ativistas e outros grupos e contratá-los como comunicadores. Nesse sentido, respondo que sim, mas o que não se pode perder de vista é que são mídias que atuam num ambiente repressivo. Num ambiente normal, talvez esse desejo de horizontalidade, de estimular a participação fosse ainda maior, porque quando você fala com os gestores eles expressam isso. No entanto, uma coisa é o que eles querem e outra coisa é o que eles podem realmente fazer. A mídia independente cubana, como quase tudo na vida, tem sido mais o que pôde do que quis. Então, nesse sentido, um governo, um sistema que os recrimina, reprime e diz que são mercenários, que só dão voz a determinados grupos, é um dos elementos que impede a mídia independente de fazer um trabalho muito mais horizontal e muito mais aberto (JOSÉ RAÚL GALLEGO, 2022, depoimento).

Não obstante, conforme Abel Somohano (2022, depoimento) o problema mais grave não é que a mídia independente, em razão da repressão do Estado e de outras razões, não consiga se conectar mais com seus públicos, mas o pobre ou nulo envolvimento da cidadania nos processos de elaboração e deliberação de políticas públicas de comunicação social, o que é, sem dúvida, outro dos limites impostos ao direito à comunicação em Cuba. O exercício pleno desse direito e democratização da comunicação, “implicaria a possibilidade de os cidadãos participarem da elaboração e avaliação das políticas estatais de comunicação”, algo que até agora não tem acontecido. O pesquisador cubano defende a necessidade de pesquisas mais abrangente e desenvolvidas no contexto cubano para provar, para além das percepções de comunicadores e leitores/seguidores, as contribuições a mídia independente cubana. Contudo, à luz dos resultados de investigações recentes, ele acredita na possibilidade de que esses espaços, onde demandas do tecido social são visibilizadas, tenham colaborado com suas práticas a uma expansão do direito à comunicação em Cuba”, sem negligenciar “o fato de que esse direito é muito limitado pelo marco regulatório restritivo em que a mídia independente está inserida”.

Todavia, o parecer do guia de turismo Arturo Mesa (2022, 2023, depoimento) é pessimista. No olhar dele, apesar do papel jogado entre 2016 e 2021, a mídia independente cubana não tem conseguido promover mudanças significativas no funcionamento no regime e no sistema políticos vigentes em Cuba. A existência uma mídia alternativa que confronta o poder político do partido único denota a ausência da democracia. O debate está colocado, ideias sobre a democratização política circulam no espaço público, mas decisores máximos ainda não aceitam a necessidade da democratização. Em poucas palavras, “o fato de termos um grupo de publicações alternativas cria um nível de opiniões diferentes, mas não altera o esquema político nem cria esperanças para um debate nacional que inclua a dissidência”.

No entanto, o jurista Julio Fernández Estrada (2022, depoimento) adverte que a democratização de uma sociedade é um processo difícil, mas que a mídia independente já deu um primeiro, doloroso e

necessário passo nessa direção: “a educação política, que por si só significa o confronto com informações diferentes e alternativas à oficial”. Ainda que “a qualidade e as vocações sociais e democráticas das mídias independentes cubanas não são homogêneas, mas já produziram, em suma, uma mudança na forma como Cuba é apreciada por dentro e por fora”.

Para Ted Henken (2023, depoimento), a democratização da comunicação e o crescimento da sociedade, a partir a apropriação das TICs, é uma apenas uma parte de um conjunto de ações necessárias para fazer transformações da realidade cubana.

Lamentavelmente, desde novembro de 2021 temos vivenciado mais reveses e menos avanços, em decorrência da repressão do Governo contra a marcha cívica que veio depois do levantamento popular de 11 de julho desse ano. Hoje, em vez serem usadas para convocar mais protestos e fazer mais denúncias, o uso mais comum das TIC é para buscar uma forma de fugir do país. O Governo, que não deseja encontrar saídas por meio do diálogo, reformas, democratização, política a diplomacia impõe a repressão, a cadeia ou o exílio. Nesse enorme êxodo de cubanos, há ativistas, artistas, jornalistas e opositores que exerciam a cidadania de forma independente e contestadora (TED HENKEN, 2023, depoimento).

O cientista político Carlos Arechavaleta (2022, depoimento) também acredita no papel positivo da mídia independente num futuro processo de democratização política em Cuba. Para ele, os veículos midiáticos que hoje confrontam a hegemonia ideológica e o aparato comunicacional de um Estado com traços totalitários, poderiam “incidir numa nova dinâmica de pressão-negociação entre setores reformistas e continuístas em Cuba, contribuindo, eventualmente, para o início de um processo de liberalização política que crie condições para uma transição ordenada”.

Ao avaliar as contribuições da mídia não estatal no período demarcado para este estudo (2016-2021), o professor Henken (2023, depoimento) afirmou que quinquênio foi possível fazer um jornalismo de qualidade e independente tanto do Estado cubano quanto das agendas ideológicas da oposição política. A diversidade e profissionalismo desses veículos, o fato de que a maioria de seus jornalistas foi formada e vivia dentro de Cuba, comprova que a emergência da mídia independente foi um fenômeno autóctone, vindo de baixo para cima e conduzido por uma nova geração de comunicadores egressos de universidade cubanas.

Representante da geração de comunicadores cubanos que desde 2015 assumiram os riscos de fazer jornalismo em veículos não subordinados ao Estado, Mónica Baró (2022, depoimento) insiste: “com o simples fato de existir a mídia independente já está contribuindo para a democratização da sociedade cubana”, “porque estão realizando a desobediência civil para defender os direitos humanos e tudo o que busca reivindicar direitos humanos democratiza uma sociedade. Só o fato de fazer jornalismo em Cuba

é um grande avanço”. E, para Reinaldo Escobar (2022, depoimento), um dos rostos mais veteranos na luta pela liberdade de expressão e de imprensa em Cuba: “a imprensa independente” já demonstrou que “apesar dos riscos, é possível se expressar livremente, revelar o que o governo esconde, reinterpretar os acontecimentos históricos do passado recente, desmistificar a ‘utopia revolucionária’ e projetar um futuro para Cuba sem ditadura”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em algum dia entre 2003 e 2005, Ignacio Ramonet (2005) perguntou a Fidel Castro se uma mídia livre seria incompatível com a Revolução. Acostumado a contornar perguntas incômodas, o estadista reiterou que os discursos sobre a liberdade de expressão defendiam realmente o direito à propriedade privada da mídia. Afirmou ainda que em Cuba não existia a mídia privada e que as organizações de massas tinham os seus próprios veículos para publicar "com muita liberdade o que achavam conveniente". No entanto, Fidel não explicou quais seriam os limites do conveniente, mas pediu que o jornalista perguntasse aos cidadãos se eles se sentiam ou não livres, em vez de questionar as formas que, segundo ele, eram a consequência da resistência de Cuba contra os Estados Unidos.

Instigados pela questão que Fidel Castro deixou em aberto, pelos embates simbólicos travados no ambiente virtual entre a mídia subordinada ao PCC, a UPEC e veículos digitais emergentes, assim com a repressão dos órgãos de segurança do Estado cubano contra comunicadores que trabalhavam ou colaboravam com esses empreendimentos jornalísticos, elaboramos esta pesquisa —original no campo dos estudos da comunicação social no contexto brasileiro— no intuito de explicar como e por que a mera existência da mídia independente cubana - que, ao operar na produção de esferas alternativas de informação e criação de diversas colaborações e alianças, ampliou a visibilização de temas e o debate no ambiente virtual sobre demandas de cidadania -, confrontou as políticas e normas legais que orientam o funcionamento do modelo midiático cubano, e propiciou o exercício do direito à comunicação e a prática da cidadania comunicativa, no período 2016-2021.

A existência de um conflito entre a mídia independente e o Estado cubano foi balizada pela denúncia do assédio de agentes do DSE a jornalistas do *Vanguardia* que, em junho de 2016, já colaboravam com veículos não oficiais. Aquela carta de protesto gerou uma polêmica que abrangeu seis textos —incluindo uma declaração oficial da UPEC e artigos do presidente nacional desse organização e do vice-diretor do jornal *Granma*— publicados, entre julho e outubro de 2016, em veículos oficiais e blogs oficiosos para criminalizar a mídia independente; os dois editoriais por meio dos quais o site *Periodismo de Barrio* defendeu seu direito de existir e de fazer jornalismo de forma independente, assim como as detenções arbitrárias de integrantes da equipe desse veículo e de Maykel González Vivero, repórter do *Diario de Cuba*, durante a cobertura dos efeitos da passagem do furacão Mathew no leste de Cuba.

Em paralelo, o discurso de Miguel Díaz-Canel, atual presidente de Cuba, no encerramento do X Congresso da UPEC, em 2018, e as palavras dele numa reunião do PCC, realizada em 2017, onde afirmou que a mídia independente fazia parte de um conjunto de projetos concebidos para a subversão político-ideológica (ESTADO DE SATS, 2017) evidenciaram que, para as máximas autoridades



políticas cubanas, a emergência de veículos não subordinados ao PCC no ambiente virtual constituía uma ameaça que seria e foi reprimida por meio de mecanismos legais e policiais.

Denunciada por 19 veículos independentes (DECLARACIÓN MEDIOS INDEPENDIENTES, 2019) e mencionada em entrevistas consultadas e nos depoimentos obtidos por esta pesquisa, a repressão estatal contra a mídia independente e seus jornalistas e colaboradores também foi verificada nos levantamentos estatísticos realizados pelo ICLEP, que, entre 2016 e 2021, identificou 2 845 violações da liberdade de imprensa em Cuba, a maioria cometida por agentes do Estado. Ao mesmo tempo, o não reconhecimento legal dos veículos independentes foi outro elemento levado em consideração para confirmar de forma inequívoca a existência de um conflito entre a mídia independente e o Estado cubano.

A constatação da existência de um conflito entre a então emergente mídia independente e o Estado cubano foi um dos passos de um estudo interessado em entender e explicar as causas desse confronto para além do que já era evidente. Contrários a pareceres tão superficiais quanto absolutistas que afirmam que o exercício do direito à comunicação é impossível sob um regime político não democrático, demonstramos que, com mais de três décadas de existência e resistência, a mídia independente —mesmo considerando as diferenças que podem ser detectadas quando tomamos o signo ideológico de cada veículo, sua orientação política ou vínculos com poderes estrangeiros— abriu brechas, criou nichos e mostrou os riscos que assumem os comunicadores que optaram por fazer jornalismo por fora dos espaços autorizados pelo quase onisciente poder do partido único.

O fracasso de diversas iniciativas para transformar, a partir de dentro, o modelo midiático estatal cubano — projeto de vida do professor Julio García Luis—, a migração de dezenas de jornalistas da mídia do PCC para os veículos emergentes (com a certeza de que nesses espaços exerceriam o direito de contar a realidade de Cuba), junto com a guerra declarada pelas autoridades para conter esse gesto de insurgência, configuraram processos que deixaram claro que a existência da mídia alternativa tensionou os conceitos de direitos humanos, liberdade e cidadania definidos pelo modelo social instaurado na ilha.

Nesse sentido, a discussão sobre o conceito de cidadania esclareceu que, em modelos sociais perpassados por diferentes formas de opressão e dependência econômica e política, podem se conformar sociedades de cidadãos passivos, tutelados ou ‘estadanos’— tidos como pessoas que agem como coadjuvantes quando provocadas por iniciativas vindas do Estado. De forma contrária, o fato de aparecer no espaço público para exercer direitos — mesmo quando não reconhecidos ou limitados pelo Estado — é algo percebido como um ato de insurgência que altera os papéis e funções sociais que o poder outorga aos cidadãos. Essa concepção foi fundamental para compreender por que, num regime político não democrático como o cubano, a mera existência de veículos midiáticos independentes do Estado constitui uma expressão da cidadania ativa, um gesto de insurgência perante o poder quase onisciente do Estado. As ações promovidas pela mídia independente contrariam a ideia —oriunda do marxismo

soviético— de uma cidadania disciplinada, militante e subordinada que cumpra com as tarefas e missões orientadas pela vanguarda política da sociedade, agrupada na cúpula do partido único, para avançar na construção do socialismo. É justo destacar que as reflexões dos pesquisadores Velia Cecilia Bobes e Rafael Rojas sobre a transformação do conceito de cidadania e o papel que a cultura política desempenhou na criminalização do dissenso foram peças chave para avaliar a controvérsia entre o conceito de cidadania militante defendida pelo PCC e a cidadania ativa e insurgente que configura o exercício do direito à comunicação na e por meio da mídia independente.

Cientes de que as consequências do enfrentamento histórico entre os governos de Cuba e os Estados Unidos podem agravar práticas totalitárias, cujas concepções já estão presentes no regime político cubano, e diante da ausência de condições favoráveis para a promoção de uma mídia que possa operar em um cenário com um escopo mais amplo de escolhas de ação, buscamos avaliar, no encontro dos arquivos com os testemunhos e depoimentos de jornalistas e agentes midiáticos cubanos, as várias dimensões da prática da cidadania comunicativa na Ilha. Além disso, fomos motivados pela necessidade de uma leitura mais aprofundada sobre os motivos da restrição do exercício dos direitos civis e políticos nos estados socialistas, mesmo em tempos de paz.

Este estudo também procurou as razões que justificavam a limitação e violação, às vezes escancaradas, dos direitos civis e políticos dos cidadãos em regimes de viés soviético. Para tanto, a crítica de Hebert Marcuse (1969, 1975) ao marxismo soviético (marxismo-leninismo) apresentou de forma clara que a instrumentalização política dos direitos humanos e da prática cidadania em tais regimes políticos era resultado do pragmatismo de seus dirigentes políticos e da necessidade de garantir a estabilidade e continuidade do modelo social. Foi esclarecido que a doutrina marxista-leninista, entretanto, servia para justificar ideologicamente as restrições das liberdades de expressão, imprensa, reunião e associação e convencer os cidadãos de que o pleno exercício desses direitos fundamentais só seria possível quando o socialismo fosse o sistema hegemônico no mundo.

Além de Marcuse, as leituras sobre a liberdade e dos direitos humanos do jovem Marx, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Ernst Bloch e outros marxistas mais contemporâneos, foi a matéria-prima para construir uma reflexão que nos amparasse na escrita deste trabalho. A partir do pensamento marxiano e marxista, elaboramos uma crítica própria sobre como os déficits democráticos inerentes aos modelos de viés soviético limitam o exercício da cidadania. Essa reflexão coadjuvou a entender que a criminalização do dissenso e a desconfiança com que o Governo cubano enxerga e reprime atores, grupos sociais e veículos de mídia que defendem sua autonomia perante o Estado têm sido parte dos mecanismos de defesa e autopreservação presentes em outros regimes socialistas de viés soviético. Portanto, a ‘autonomofobia’ das autoridades cubanas (CHAGUACEDA, 2011), independentemente da ideologia

que se professe, seja um dos fatores que propicia a criminalização da mídia independente, incluindo os veículos de viés progressista.

O resgate dos fundamentos e princípios definidos por Lenin para orientar o funcionamento da imprensa no estado socialista foi necessário para descrever o modelo midiático cubano a partir do que ele é realmente, evitando os enviesamentos e erros de perspectivas que apresentam a seus problemas e déficits o contrastando com modelos midiáticos que operam em democracias liberais. Perpassados por uma visão utilitarista que subordinou a mídia, as liberdades de expressão e de imprensa; o jornalismo e os jornalistas aos objetivos políticos do partido, se constatou que esses postulados orientam até hoje o funcionamento do modelo midiático cubano. E ainda que parece óbvio, esse achado é importante demonstrar que a relação orgânica entre a mídia estatal o PCC para entender que a ponderação da agenda política é coerente com o modelo de imprensa partidária concebido por Lenin e não o resultado das falhas desse modelo como sugeriu García Luis (2004, 2012). Em outras palavras, ao seguir os princípios do partidarismo e do objetivismo, o modelo midiático cubano cumpre sua primeira função: divulgar a verdade do PCC, a despeito das limitações para satisfazer as necessidades informativas e expressivas do conjunto dos cidadãos. Embora que mídia estatal não funcione do modo como uma parte da sociedade espera, uma transformação que a aproxime dos cidadãos depende da vontade de uma elite política que tem no monopólio midiático uma ferramenta para legitimar-se e conversar com o poder.

A discussão também articulou os conceitos de mídia alternativa, direito à comunicação e cidadania comunicativa para ir além da visão binária que durante anos apresentou a mídia alternativa como composta por determinados veículos, geralmente de esquerda, que surgiam para contestar a hegemonia da mídia dominante num dado contexto. A partir do diálogo entre pesquisadores e das experiências de atores e movimentos envolvidos na produção de esferas alternativas de comunicação, especialmente na América Latina, foi possível definir a mídia alternativa como um dispositivo que propicia o exercício do direito à comunicação— tido como um direito independente que articula do resto dos direitos humanos — e a prática da cidadania nas atuais sociedades midiáticas, em que setores e demandas da sociedade civil são invisibilizados pela mídia tradicional. É nesse sentido que a mídia alternativa pode contribuir para a democratização da comunicação a partir de processos que promovam a cidadania. Além dos supracitados conceitos, os princípios e passos defendidos por organizações da sociedade civil latino-americana que promovem a democratização da comunicação —outro ponto importante do marco teórico— embasaram a definição das dimensões e indicadores elaborados para a análise do contexto cubano.

A informação coletada durante a pesquisa bibliográfica e documental — que incluiu a consulta em diversos acervos da mídia impressa que circulou em Cuba entre 1959-1965, as *Tesis y Resoluciones sobre los medios de difusión masiva* aprovadas no I Congresso do PCC (1975), entre outros documentos

históricos— tornaram possível historicizar a formação e evolução do modelo midiático estatal cubano e a emergência e consolidação da mídia independente. Foi constatado que, entre 1959 e 1960, o Governo Revolucionário estatizou e socializou a mídia privada e que, em 1965, o PCC assumiu o controle editorial dos veículos revolucionários e a mídia se tornou um instrumento de luta ideológica e política. As fontes documentais mostraram que, além de transformar os oligopólios midiáticos num verdadeiro monopólio midiático estatal, a Revolução cubana redefiniu os conceitos de liberdade, direitos humanos e cidadania para subordinar seu exercício às necessidades do projeto político liderado por Fidel Castro.

Revelada após a consulta de arquivos históricos, a ressignificação dos conceitos de liberdade imprensa e da função social da mídia e do jornalismo, depois do triunfo da Revolução cubana, foi outros dos achados revelados pelos arquivos. Esse importante tema, omitido nas pesquisas precedentes consultadas, merece ser aprofundado em estudos futuros.

O ressurgimento e a consolidação de organizações jornalísticas independentes do Estado — resultado, entre outros motivos, das insatisfações de jornalistas e intelectuais com os déficits e a censura presentes na mídia estatal— fez parte das transformações econômicas, sociais, ideológicas, culturais e políticas iniciado em Cuba na década de 1990. Nesse processo de crescimento e contestação, três momentos ou etapas foram identificados: 1) 1989-2005, criação de dezenas de agências de imprensa em todas as regiões do país; 2) 2007-2010, conformação e auge da blogosfera cubana; e 3) emergência de dezenas de veículos digitais independentes, a partir de 2014, em meio à dinamização do espaço público virtual, resultado, entre outros fatores, a) da vagarosa expansão do acesso dos cidadãos às TICs e à Internet, b) das consultas e debates públicos convocados pelo então presidente Raúl Castro, entre 2007 e 2011; c) da polêmica entre intelectuais cubanos, conhecida como guerra dos e-mails, junto com as repercussões em diversos âmbitos do restabelecimento, em dezembro de 2014, das relações diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos. Entre 2016-2021, a mídia independente tinha se consolidado como uma esfera alternativa de informação e debate, dentro de um ecossistema midiático ainda caracterizado pelo predomínio de veículos controlados pelo Estado.

A respeito da regulamentação do exercício do direito à comunicação e de normas que orientam o funcionamento da mídia em Cuba, foi comprovado que a Política de Comunicação do Estado e do Governo e as normas legais vigentes no período 2016-2021 restringem o exercício do direito à comunicação. Perpassadas pelos postulados de Lenin sobre a função da imprensa num regime socialista nessas normas se pondera a defesa nacional, a promoção da unidade e do consenso social em torno do PCC, em detrimento de valores como a promoção da liberdade de expressão e do direito de acesso e divulgação de informação. Esses documentos —incluindo a recente Constituição de 2019— omitem princípios e passos fundamentais para a democratização da comunicação, como o estabelecimento de limites à atuação do Estado sobre o ecossistema midiático, a proibição da censura, a abertura da mídia

para a diversidade e o pluralismo político presentes na sociedade; o respeito da independência da mídia e seus trabalhadores e a constituição de um ecossistema midiático diverso, inclusive em termos de propriedade midiática.

Outros dos achados desse estudo foi o seguinte: para além das diferenças, as políticas editoriais de *Periodismo de Barrio*, *El Toque*, *El Estornudo*, *La Joven Cuba*, *14ymedio* e *CiberCuba*, —seis exponentes da mídia digital independente aqui analisados— compartilham valores e princípios orientados, menos ou mais, para a defesa e a promoção do direito à comunicação de comunicadores e cidadãos em geral, e comprovou ainda a correspondência entre tais valores e princípios em matérias publicadas neles durante o período abarcado pela pesquisa. A análise também identificou que nesses veículos o jornalismo é entendido como um serviço público que, além de informar e interpretar fatos, deve cooperar na construção de uma cidadania ativa, ao fazer questão de visibilizar os cidadãos como sujeitos, ao mesmo tempo, de necessidades e de demanda, o que contrasta com a representação de uma cidadania militante que apoia a Revolução e o Governo, tão cara à mídia estatal. De fato, as dez matérias selecionadas visibilizaram temas preteridos ou pouco abordados na mídia oficial e maioria delas permitiu o aparecimento político de pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade; setores subalternizados e/ou marginalizados, assim como demandas, reivindicações, denúncias e protestos.

Já os depoimentos de mais de quarenta jornalistas, colaboradores e leitores/seguidores contatados por esta pesquisa e por outras pesquisas corroboraram e complementaram os resultados da análise das políticas editoriais e das matérias publicadas, ao afirmarem que, no período estudado, a mídia independente propiciou o exercício do direito à comunicação e a prática da cidadania comunicativa e ainda vem contribuindo para a democratização da comunicação e do espaço público em Cuba.

A análise do material coletado ao longo deste estudo revela que a mídia independente no atual contexto cubano proporciona e destaca uma forma de cidadania insurgente. Essa cidadania é exercida por diversos atores, incluindo veículos de comunicação que desafiam as políticas estatais e normas jurídicas que regulamentam o direito à comunicação dos cidadãos. Assim, a cidadania insurgente se manifesta como uma prática que facilita o surgimento da comunicação como um processo plural, capaz não apenas de criar resistência, mas também de contribuir para produzir transformações sociais, políticas e institucionais.

Mesmo operando sem segurança jurídica num regime não democrático, a mídia independente tem conseguido, dentre outros ganhos, constituir um espaço de realização profissional em que se faz um jornalismo independente do PCC e mais próximo da agenda pública; fraturar o monopólio estatal sobre a produção e circulação de conteúdo jornalístico; visibilizar atores, grupos sociais, tópicos, problemas, preocupações e demandas negligenciados pela mídia oficial e contribuir para a diversificação do

ecossistema midiático cubano, inserindo-se, assim, na luta pela democratização da comunicação na América Latina.

No entanto, a criminalização da mídia independente no discurso do atual presidente Miguel Díaz-Canele em matérias veiculadas pela mídia oficial e oficiosa, de um lado, e a documentação da repressão estatal contra jornalistas e colaboradores, de outro, mostrou que o trabalho da mídia independente é incompatível com as políticas e normas legais que orientam o funcionamento do modelo midiático estatal cubano. Neste quesito devemos desatacar que, em termos estritamente jurídicos, a mera existência da mídia independente não contrapõe abertamente as normas legais analisadas, mas tensiona os princípios e objetivos que as perpassam, declarados de forma mais explícita na política comunicacional de Estado e do Governo cubanos. Em tal política, a comunicação é definida como um direito, porém instrumentalizado em função dos objetivos políticos do PCC, enquanto se ignora a presença no ecossistema midiático cubano de veículos independentes do Estado cubano e não se reconhece nem proíbe o direito dos cidadãos em criá-los. Essa ambiguidade— identificada tanto nas constituições socialistas cubanas e em normas legais infraconstitucionais consultadas pela pesquisa — mostrou que a mídia independente tem se desenvolvido num regime de insegurança jurídica ou ‘alegalidade’. Nesse sentido, ela opera à mercê da tolerância das autoridades políticas, que usou recursos legais, humanos e tecnológicos para reprimir seus jornalistas e colaboradores, monitorar e apagar conteúdos, assim como bloquear o acesso dos comunicadores à Internet e dos leitores a sites considerados contrarrevolucionários.

Considerando que os resultados aqui obtidos responderam à pergunta norteadora e validam a tese defendida nesta investigação, é possível afirmar que a existência da mídia independente cubana, que abrange veículos capazes de operar como esferas alternativas de informação, visibilização e debate no ecossistema midiático cubano, não é compatível com as políticas e normas legais que orientaram o funcionamento do modelo midiático cubano; assim como propiciou o exercício do direito à comunicação, a prática da cidadania comunicativa e contribuiu para a democratização da comunicação em Cuba, no período 2016-2021.

No entanto, para uma maior democratização da comunicação é necessária a implementação de um paradigma que supere a instrumentalização política da mídia, embase políticas públicas e normas jurídicas que garantam e ampliem o exercício do direito à comunicação, coloque limites ao Estado cubano e ao mercado, propicie a diversificação das tipologias de propriedade midiática, evitando a formação de oligopólios e monopólios, legalizando a mídia independente já existente, proibindo a censura prévia e reconhecendo e respeitando os direitos e deveres dos comunicados sociais e do resto dos cidadãos em matéria comunicacional. Uma transformação dessa magnitude só começaria a ser possível após o estabelecimento de um regime político democrático. Sob esse aspecto, nas atuais

circunstâncias, independentemente do potencial da mídia alternativa para promover o exercício efetivo da cidadania comunicativa e a democratização da comunicação, em Cuba esse esforço continuará sendo um ato de insurgência e resistência de determinados veículos digitais no ambiente virtual.

## REFERÊNCIAS

- 14YMEDIO. CIDH pide explicaciones a La Habana por sanciones a periodistas de 'Diario de Cuba'. 14ymedio, Havana, 19 ago 2019. Disponível em :<<https://cutt.ly/VPJaiB>>. Acesso em: 19 jan 2021.
- 14YMEDIO. El economista Omar Everleny Pérez, despedido por mantener contactos con EE UU. 14ymedio, 21 abr 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2IAtn79>>. Acesso em: 12/ mai 2018.
- 14YMEDIO. Obama elogia el coraje de los disidentes en una reunión sin precedente. 14ymedio, 22 mar. 2016. Disponível em: < <https://bit.ly/3tEsyln>>. Acesso em: 14/01/2020.
- 14YMEDIO. Quiénes somos, 14 mai. 2014. Disponível em: < <https://www.14ymedio.com/quienes-somos.html> >. Acesso em: 21 jan 2021.
- A LA OPINIÓN pública. Diario de la Marina, Havana, ano 128, n.111, p.1A, 11 mai 1960.
- A TARDE. Editorial Todos por um, de 1960. A tarde, 14 out 2021. Disponível em: <<https://acortar.link/1UvETb>>. Acesso: 4 de set. 2021.
- ABOBOREIRA, E. C. A crítica marxista aos direitos humanos e a superação do paradoxo da liberdade. In: FEITOSA SOBREIRA FILHO, E.; BELLO, E.; TAVARES DA SILVA, H. **Marxismo e direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2014. Disponível: <<https://cutt.ly/MPsTxEg>>. Acesso em 15 jul. 2021.
- ACLARA Martínez Márquez las circunstancias de su salida. Diario de la Marina, Havana, ano 128, n.99, p. 1-2A, 27 abr 1960.
- ACTUACIÓN del Comité de Libertad de Prensa, Revolución, Havana, ano 3, n.377, p. 5, 26 fev. 1960.
- AFIRMA la SIP que desaparece de Cuba la libre expresión. Diario de la Marina, Havana, ano 128, n.67, p. 1, 20 mar 1960.
- AGENCIAS. Venezuela y Cuba tienden un cable submarino para dar acceso a internet de banda ancha a la isla. El País, 24 jan. 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/TPiB9SD>>. Acesso: 19 jan 2021.
- AL PAN, PAN Y AL VINO, VINO, Revolución, Havana, ano 2, n. 170, p. 3, , 25 jun 1960.
- AL PUEBLO DE CUBA y al Gobierno Revolucionario. Diario de la Marina, Havana, ano 128, n.112, p.1A, 12 mai 1960.
- AL PUEBLO de Cuba. Diario de la Marina, Havana, ano 128, n.111, p.1A, 11 mai 1960.
- ALARCÓN, R. **Una ley que viola todo el derecho internacional: análisis del alcance y contenido de la llamada ley Helms-Burton: texto íntegro del título II**. Montevideo: Política, 1996.
- ALBA, A. El caso de Quiñones Haces denunciado en la SIP. Martí Noticias, 7 out 2019. Disponível em: <<https://cutt.ly/9PJsx2u>>. Acesso em: 19 jan 2021.
- ALBERT, M. What makes alternative media alternative? Z Magazine, out 1997. Disponível em: <<http://bit.ly/2eEVc27>>. Acesso em: 18 out 2016.
- ALCAÍNO. Censura en Chile: El gobierno restringe a medios alternativos y cercena la libertad de prensa. De frente, 16 jun. 2020. Disponível em: <<http://lnnk.in/anh1>>. Acesso em: 23 set. 2021.
- ALEXOPOULO, Golfo. Soviet Citizenship, More or Less: Rights, Emotions, and States of Civic Belonging. **Kritika**, vol. 7, n. 3, p. 487–528, 2006.
- ALONG THE MALECÓN. New State Department program targets Cuban youth. Along the Malecon, 25 abr. 2021. Disponível em: < <https://bit.ly/2QGhPrW>>. Acesso em: 23 jan 2021
- ALONSO FALCÓN, R et al. Informatización en Cuba: Perspectivas para el 2021. Cubadebate, 3 mar 2021. Disponível em :< <https://cutt.ly/pPINZZY>>. Acesso em: 20/01/2021.
- ALONSO FALCÓN, R. Informe Global Digital 2019: Cuba entre los países que más crecen en usuarios de internet y redes sociales. Cubadebate, 13 fev 2019. Disponível em: < <https://bit.ly/2QF8kZX>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- ALONSO FALCÓN, R. Pay Pal, el Bloqueo y las excepciones interesadas. Cubadebate, 14 out 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/ePDnIh6>>. Acesso em: 22 fev 2022.
- ALONSO, A. **El laberinto tras la caída del muro**. Havana: Editorial Ciencias Sociales, 2009.
- ÁLVAREZ, H. Bienvenido Voces desde Cuba, el nuevo blog de BBC Mundo, 13 mai. 2014b. Disponível em: < <https://bbc.in/3ftZaKq>>. Acesso em: 20 jan 2020.
- ÁLVAREZ, H. Más voces desde Cuba. BBC Mundo, 28 mar. 2014a. Disponível em: < <https://cutt.ly/SPOfGal>>. Acesso em: 20 jan 2020.
- ALZUGARAY, C. Cuba cincuenta años después: continuidad y cambio político”. **Temas**, n. 60, p. 37-47, 2009.
- AMÉRICA ECONOMÍA. La SIP condenó detención de periodista cubano Ricardo Fernández Izaguirre. América Economía, 14 nov 2019. Disponível em: <<https://cutt.ly/NPH0DVr>>. Acesso em: 22 jan 2021.



- ANDRADE, D.; CASTRO, C; PEREIRA, J. R. Cidadania ou "estadania" na gestão pública brasileira? **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 177-190, 2012. Disponível em: < <https://acortar.link/oPwpJi> >. Acesso em: 13 fev. 2022.
- ANDRÉS, J de. El debate en torno a la deriva autoritaria de la Rusia de Putin. *In*: FLORES JUBERIAS, C (ed.). **España y la Europa Oriental: tan lejos, tan cerca**. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2009. Cap. 1, p. 19-29.
- ANTE LA AGRESIÓN y el boicot. *Diario de la Marina*, Havana, ano 127, n. 231, p. 1A-2A, 22 nov 1959.
- APORREA. ¡19 Años de Aporrea, al lado de las luchas de los pueblos! Aporrea, 14 mai. 2021. Disponível em: <<https://acortar.link/rfCVHZ>>. Acesso em: 13 jan 2022.
- APORREA. Sobre Aporrea. Aporrea, 2020. Disponível em: <<https://acortar.link/rfCVHZ>>. Acesso em: 13 jan 2022.
- ARAÚJO, S. A importância da lei de acesso à informação para a transparência e accountability democrática. *Jus*, mar. 2015. Disponível em: < <https://cutt.ly/GnRc4Jg> >. Acesso em: 24/03/2021.
- ARENCIBIA, J.; LÓPEZ, L. Escuela cubana de Periodismo: Medio siglo buscando el modelo. *Razón y palabra*, n. 92, p. 1-28, 2015.
- ARENCIBIA, J.; RODRÍGUEZ BETANCOURT. M. Miriam Rodríguez Betancourt: “Mantener, en cualquier circunstancia, la vocación de servicio público”. *Cuba Posible*, 18 de abril 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/PPSGETO>>. Acesso em: 22 fev 2022.
- ARMAS FONSECA, P. La televisión: una profesión de fe para Mirta Muñoz. *Televisión Cubana*, 20 mai 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/EPTIvD2>>. Acesso em: 04/01/2021.
- ARMONY. A. Civil Society in Cuba: A Conceptual Approach. *In*: CRAHAN. M. **Religion, culture, and society: the case of Cuba. A Conference Report**, n. 9. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Reports on the Americas, 2003. p. 17-36.
- AVRICH, P. Bolshevik Opposition to Lenin: G. T. Miasnikov and the Workers' Group. **The Russian Review**, v. 43, n. 1, p. 1-29, 1984. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/129715>>. Acesso em: 8 dez. 2021.
- BABIANO, J. Cuando haya libertad no habrá estado: Una nota sobre la utopía leninista en "El Estado y la Revolución". *Sin permiso*, 10 abr. 2017. Disponível: < <https://cutt.ly/ePJHerc> >. Acesso em 15 jul. 2021.
- BARBOSA, M.; ENNE, A. L. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. **Revista ECO-Pós**, v. 8, n. 2, 2005.
- BATHRICK, D. **The Powers of Speech: The Politics of Culture in the GDR**. Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 1995.
- BEAULIEU, S. Política cultural y periodismo en Cuba. Trayectorias cruzadas de la prensa oficial y de los medios independientes (1956-2013). Orientador: Ángel Esteban del Campo. 2013. 533f. Tese (Doutrado). Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Literatura Española, Universidad de Granada, 2013.
- BEHREND, J.; LINDENBERGER, T. **Underground Publishing and the Public Sphere: Transnational Perspectives**. Münster: Lit, 2014.
- BELL, J; LÓPEZ, D.L; CARAM, T. La coletilla. *In*: Documentos de la Revolución Cubana 1960. Havana: Ciencias Sociales, 2016.
- BELLI, L. A neutralidade da rede: norma fundamental para a proteção da expressão e do empreendedorismo na Internet. *In*: REIA, J. et al. Horizonte Presente: tecnologia e sociedade em debate. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2019. p. 377-403. Disponível em: <<https://cutt.ly/ZPDlZnt>>. Acesso em: 22 fev 2022.
- BERNAL, B. Cuba 2006-2010. Un panorama sobre las primeras reformas de Raúl Castro. Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3cw9Ar6>>. Acesso em: 12 jan 2021.
- BETANCOURT, B. Proyecto de Lineamientos: El pueblo es el que decide. *Cubadebate*, 9 dez 2010. Disponível em: <<https://cutt.ly/KPIYdFG>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- BEYRAU. D. Arcane and public spheres in the Soviet Union. *In*: BEHREND, J.; LINDENBERGER, T. **Underground Publishing and the Public Sphere: Transnational Perspectives**. Münster: Lit, 2014.
- BIANCHI, C. Cómo funcionó la mascarada del Consejo Consultivo. *Juventud Rebelde*, Havana, 3 ago 2013. Disponível em: <<https://cutt.ly/5PTddcm>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- BICCA, L. Marxismo e liberdade. 1987. Tese de Doutorado. São Paulo: Edições Loyola.
- BLOCH, Ernst. **Derecho natural y dignidad humana**. Madrid: Aguiar, 1980.
- BOAS, T. C. The dictator's dilemma? The internet and US policy toward Cuba. **Washington Quarterly**, v. 23, n. 3, p. 57-67, 2000.
- BOBES, V. C. **La nación inconclusa:(re) constituciones de la ciudadanía y la identidad nacional en Cuba**. Cidade do México: FLACSO, 2007.

- BOBES, V. C. La utilidad de la virtud. Un estudio de la ciudadanía en Cuba: 1898-1994. **Revista Perfiles Latinoamericanos**, v. 4, n. 7, p. 199-224, 1995. Disponível em: <<https://cutt.ly/hPJGEGt>>. Acesso em: 13 fev. 2022.
- BOBES, V.C. La sociedad civil durante y más allá del Período Especial, 2015. (Artigo inédito).
- BOGDANICH, W; NORDBERG, J. Mixed U.S. Signals Helped Tilt Haiti Toward Chaos. New York Times, Nova Iorque, 29 jan. 2006. Disponível em: <<https://nyti.ms/2PsNRYf>>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- BOLÍVIA. [Constitución 2009]. Constitución Política del Estado. Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, v. 7, 2009. Disponível em: <<https://cutt.ly/KPS31KA>>. Acesso em: 22 fev 2022.
- BRASIL. [Constituição Federal 1988]. Presidência da República. Disponível em: <<https://cutt.ly/1PS7nCT>>. Acesso em: 22 fev 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação. Disponível em: <<https://cutt.ly/qPSYBfn>>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: <<https://cutt.ly/VPDgWHm>>. Acesso em: 22 fev 2022.
- CABEZAS, J. **Proyectos poéticos en Cuba, 1959-2000: algunos cambios formales y temáticos**. Universidad de Alicante, 2012.
- CALMON DE PASSOS, J.J. Cidadania Tutelada. **Diálogo Jurídico**, n. 7, outubro, p. 1-26. 2001.
- CAPOTE, R. El blanco es la Revolución. La pupila insomne, 26 set 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2dD9pbQ>>. Acesso em: 29/09/2016.
- CARABALLOSO, E. Tinta añeja: Carlos Lechuga, el periodista. On Cuba News, 19 jul. 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/iPTgVzz>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- CARVALHO, J. M. de. Cidadania, estadania, apatia. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 jun. 2001, p.8.
- CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil - o Longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CASTILLO, G.; QUINTANA, D. Las reformas actuales en Cuba: un estudio de política pública. Revista mexicana de sociología, v. 78, n. 1, p. 7-32, 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/7PJFMWy>>. Acesso em 20 fev 2022.
- CASTILLO, S et al. Lista de organizaciones disidentes, opositoras y de derechos humanos. Comisión de Derechos Humanos Partido Demócrata Cristiano de Cuba. University of Miami, Institute for Cuban and Cuban-American Studies, 2003. Disponível em: < <https://acortar.link/hrkFJ5> >. Acesso em: 18 fev. 2022.
- CASTRO, F. Cuba y el nazi-fascismo. Discurso pronunciado por el Presidente de la República de Cuba, Fidel Castro Ruz, en el acto por el Día Internacional de los Trabajadores, efectuado en la Plaza de la Revolución, el 1º de mayo de 2003. Disponível em: <<https://cutt.ly/oPJFb3w>>. Acesso em: 13 jan 2021.
- CASTRO, F. Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, primer secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, en la clausura del Festival Juvenil Internacional Cuba Vive, efectuada en el teatro "Carlos Marx", 6 de agosto de 1995. Disponível em: < <https://cutt.ly/oPJFauH> >. Acesso em: 18 jan 2021.
- CASTRO, F. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, primer ministro del Gobierno Revolucionario, en el banquete de los editores de periódicos, con motivo del Día de la Libertad de Prensa, en el Palacio de Cristal, el 7 de junio de 1959e. Disponível em: < <https://cutt.ly/SPJDnrA> >. Acesso em: 04/01/2021.
- CASTRO, F. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, primer secretario del Partido Comunista de Cuba y primer ministro del Gobierno Revolucionario, en el acto de presentación del Comité Central del Partido Comunista de Cuba, efectuado en el teatro "Chaplin", el 3 de octubre de 1965. Disponível em: < <https://cutt.ly/fPJDR36>>. Acesso em: 24 out. 2021.
- CASTRO, F. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, primer secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y primer ministro del Gobierno Revolucionario, en la clausura del Primer Congreso Nacional de Educación y Cultura. 30 de abril de 1971. Disponível em: <<https://cutt.ly/BPJDKCU>>. Acesso em: 4 fev. 2022.
- CASTRO, F. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, en la empresa petrolera Shell, el 6 de febrero de 1959a. Disponível em: < <https://cutt.ly/8PJD7hU> >. Acesso em: 04/01/2021.
- CASTRO, F. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario, en la Explanada Municipal de Montevideo, Uruguay, el 5 de mayo de 1959e. Disponível em: < <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f050559e.html> >. Acesso em: 04/01/2021.
- CASTRO, F. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, primer ministro del Gobierno Revolucionario de Cuba, durante el almuerzo ofrecido por la Asociación Americana de Editores de Periódicos,

- con motivo de su visita a Estados Unidos, en el hotel Statler, el 17 de abril de 1959. Disponible em: < <https://acortar.link/4yXppF>>. Acceso em: 04/01/2021.
- CASTRO, F. Discurso pronunciado por el Comandante Fidel Castro Ruz, primer ministro del Gobierno Revolucionario, en el acto homenaje al periódico *Revolución*, con motivo del premio otorgado por la Organización Internacional de Periodistas, el 25 de marzo de 1961. Disponible em: < <https://acortar.link/nurFDi>>. Acceso em: 04 mar. 2022.
  - CASTRO, F. Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, en la magna concentración popular, en el Palacio Presidencial, el 21 de enero de 1959b. Disponible em: < <https://acortar.link/OHHhZa> >. Acceso em: 27 ago. 2021.
  - CASTRO, F. Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, primer ministro del Gobierno Revolucionario, en la sesión plenaria celebrada por el Comité Conjunto de Instituciones Cívicas Cubanas, en el salón de actos del Colegio Médico Nacional, el 16 de marzo de 1959c. Disponible em: < <https://acortar.link/11wg3Z> >. Acceso em: 04/01/2021.
  - CASTRO, F. Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, presidente de la República de Cuba, en la clausura del V Congreso del Partido Comunista de Cuba, efectuada en el Palacio de las Convenciones, el 10 de octubre de 1997. Disponible em: < <https://cutt.ly/cPJDk6b> >. Acceso em: 18/01/2021.
  - CASTRO, F. O irmão Obama. Granma, 28 mar. 2016. Disponible em: < <https://cutt.ly/LPJDhiZ> >. Acceso em: 22/01/2021.
  - CASTRO, R. Discurso en la clausura de la sesión ordinaria de la VI Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular, 28 dez. 2007. In: CASTRO, R. *Revolución: la obra más hermosa*. Tomo I. Havana: Ediciones Celia, 2021.
  - CASTRO, R. Discurso íntegro de Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Asamblea Nacional del Poder Popular, 24 de fev 2008. Cubadebate. Disponible em: <<http://goo.gl/VMjqF8>>. Acceso em: 10 set 2014.
  - CASTRO, R. Discurso proferido pelo General de Exército Raúl Castro Ruz, Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros, no Terceiro Período Ordinário de Sessões da VII Legislatura da Assembleia Nacional do Poder Popular. Havana: Palácio das Convenções, 1 de agosto de 2009. Disponible em: < <https://cutt.ly/HPx5MSp>>. Acceso: 17 fev 2022.
  - CASTRO, R. Informe Central al VII Congreso del Partido Comunista Cuba. Cubadebate, 17 abr 2016. Disponible em: <<https://acortar.link/AXi8z7>>. Acceso em: 22 jan 2020.
  - CASTRO, R. Las medidas que estamos aplicando están dirigidas a preservar el socialismo. Cubadebate, 18 dez 2010. Disponible em: <<https://cutt.ly/hPILWPM>>. Acceso em: 12 jan 2021.
  - CASTRO, R. Trabajar con sentido crítico y creador, sin anquilosamiento ni esquematismos. Granma, Havana, 26 jul. 2007. Disponible em: < <https://cutt.ly/DPITw5i>>. Acceso em: 12 jan 2021.
  - CCD; FESUR. Aportes para una política de comunicación democrática. Montevideo, 2010.
  - CDHI. Relatoría Especial presenta Informe Especial sobre la situación de la libertad de expresión en Cuba. OEA, 13 mar. 2019. Disponible em:<<https://acortar.link/C6TYFU>>. Acceso em: 22 fev 2021.
  - CENSURAN periodistas posición de empresas. *Revolución*, Havana, ano 3, n.168, p. 19, 23 jun 1959.
  - CESAN personal en la Escuela de Periodismo. *Diario de la Marina*, Havana, ano 128, n.56, p.1-2A, 8 mar 1960.
  - CHAGUACEDA, A. Armando Chaguaceda: “Uno tiene la posibilidad de no convertirse en cómplice de las prácticas represivas”. *Demo Amlat*, 3 nov. 2021. Disponible em: <<https://acortar.link/cYBkXz>>. Acceso em: 29 jun 2022.
  - CHAGUACEDA, A. Medios y esfera(s) pública(s) en Cuba: entre los malestares y los sueños. *Espacio Laical*, La Habana, no.4, p. 62-65, 2011. Disponible em: <<https://goo.gl/k7Rkjr>>. Acceso em: 25 fev 2014.
  - CHAGUACEDA, A. The Promise Besieged: Participation and Autonomy in Cuba. In: Brenner, Ph. et al. *A Contemporary Cuba Reader: The Revolution under Raúl Castro*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, 2015.
  - CHAGUACEDA, A; PADILLA, A. Frente al Gran Hermano: emergencias y disputas en el universo mediático cubano. *Puente Democrático*, n. 60, ano, 14, p. 3-8, 2016. Disponible em: <<https://acortar.link/bkdxm7> >. Acceso em: 12 fev 2022.
  - CHAGUACEDA, A; VIERA, E. El destino de Sísifo. Régimen político y nueva Constitución en Cuba. *Polis Revista Latinoamericana*, v. 20, num. 58, p. 58-77, 2021. DOI: <https://acortar.link/Sutcev>.
  - CHAGUECEDA, A; VOORT, S. La sociedad civil ‘socialista’. *Cubafaq*, 9 abr. 2015. Disponible em: < <https://cutt.ly/rPcsghv>>. Acceso em: 25 fev 2014.

- CIBERCUBA. Editorial. Cómo se financia y en qué emplea sus fondos CiberCuba. CiberCuba, 5 mar. 2020. Disponible em: <<https://acortar.link/uaxya>>. Acesso em: 10/03/2021.
- CIBERCUBA. Quiénes somos, 10 mar. 2015. Disponible em:<<https://acortar.link/Igkj3j>>. Acesso em: 21 jan 2021.
- CIP. Comunicación: Directorio Nacional, num. 14. Havana: CIP, 2014, p. 84 – 87.
- CNDH. Los principios de universalidad, interdependencia, indivisibilidad y progresividad de los derechos humanos. Ciudad de México, 2016. Disponible em: < <https://cutt.ly/FPJS71i> >. Acesso em: 13 fev 2022.
- COCA, C. **Lenin y la prensa**. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 1988.
- COINCIDENCIAS significativas. Noticias de Hoy, Havana, ano 22, p. 1, 11 mai 1960.
- COMITÉ DE BASE. Carta de protesta del Comité de Base de la UJC del diario Vanguardia, **Diario de Cuba**, Madrid, 1 jul. 2016. Disponible em:<<https://goo.gl/vwhBSW> >. Acesso em: 29/09/2016.
- COMITÉS DE LIBERTAD DE PRENSA. La Calle, p. 2, 03 fev 1960.
- CONSEJO EDITORIAL. Un bloqueo más. La Joven Cuba, 18 jan. 2020. Disponible em: < <https://acortar.link/Bx7qEA> >. Acesso em: 7 fev. 2022.
- CONSTITUIDA la Directiva del Instituto de Reforma Agraria. Revolución, Havana, ano 2, n.153, p. 18, 5 jun. 1959.
- CORAL NEGRO. La ciber policia en Cuba. Coral Negro, 31 jan 2011. Disponible em: < <https://vimeo.com/19402730>>. Acesso em: 21/01/2021.
- CORRALES GARCÍA, F.; HERNÁNDEZ FLORES, H. La comunicación alternativa en nuestros día. Un acercamiento a los medios de la alternancia y la participación. **Razón y Palabra**, Quito, n. 70, noviembre-enero 2009. Disponible em: < <https://cutt.ly/CPJSO1e> >. Acesso em: 26 ago 2021.
- CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.
- CPJ. Conectar a Cuba: Más espacio para crítica, pero restricciones frenan avance de libertad de prensa. Un informe especial del Comité para la Protección de los Periodistas. Committee to Protect Journalists, 28 set. 2016. Disponible em: < <https://acortar.link/Mk0lvk> >. Acesso em: 22/01/2021.
- CRAHAM, M. **The religious media in Cuba**. Ponencia presentada en el VII Encuentro Internacional de Estudios Sociorreligiosos. La Habana, 2013. Documento Word (Arquivo pessoal).
- CRUZ, O. de la. Ley de Reforma Agraria en Cuba. **Revista América Latina en Movimiento**, n. 541, 9 mai 2019. Disponible em: < <https://acortar.link/wj7WQb>>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- CUBA. [Constituição (1901)]. Constitución de la República de Cuba. Convención Constituyente, 21 de febrero de 1901. Disponible em: <<https://cutt.ly/TPUuqM4>>. Acesso em: 21 fev 2022.
- CUBA. [Constituição (1940)]. Constitución de la República de Cuba. Convención Constituyente, 1 de julio de 1940. Disponible em: <<https://cutt.ly/GPUufwU> >. Acesso em: 21 fev 2022.
- CUBA. [Constituição (1976)]. Constitución de la República de Cuba de 1976. Political Database of the Americas, Georgetown University [2008]. Disponible em: < [shorturl.at/buQVW](http://shorturl.at/buQVW)> Acesso em: 2 fev. 2021.
- CUBA. [Constituição (2019)]. Constitución de la República de Cuba de 2019. Havana: Asamblea Nacional del Poder Popular. Gaceta Oficial de la República de Cuba, no. 5, extraordinária, 10 abr. 2019. Disponible em: < <https://cutt.ly/CPJSd3U>> Acesso em 02 fev. 2021.
- CUBA. [Constituição 1976, reformada em 1992]. Constitución de la República de Cuba. Havana: Editora Política, 2010.
- CUBA. [Decreto-lei 35]. Consejo de Estado. Decreto-Ley 35, de 13 de abril de 2021. De las Telecomunicaciones, las Tecnologías de la Información y la Comunicación y el uso del Espectro Radioeléctrico'. Gaceta Oficial no. 92, ordinaria, de 17 de agosto de 2021. Disponible em: < <https://cutt.ly/4PJA0nY>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- CUBA. [Lei 1030]. Consejo de Ministros. Ley 1030, de 24 de mayo de 1962. Crea el Instituto Cubano de Radiodifusión. Gaceta Oficial de la República de Cuba, Havana, ano 60, n. 108.
- CUBA. [Lei 62] Asamblea Nacional del Poder Popular. Ley No. 62, Código Penal, de 29 de diciembre de 1987. Disponible em: <<https://cutt.ly/SPS6Sip>>. Acesso em: 22 fev 2022.
- CUBA. [Lei 88] Asamblea Nacional del Poder Popular de la República de Cuba. Ley No. 88 (de Protección de la Independencia Nacional y la Economía de Cuba), de 16 de febrero de 1999. Disponible em: < <https://acortar.link/LIW3EK> >. Acesso em: 20 fev 2022.
- CUBA. Consejo de Estado. Decreto-Ley 35/2021. De las Telecomunicaciones, las Tecnologías de la Información y la Comunicación y el uso del Espectro Radioeléctrico. Gaceta Oficial de la República de Cuba, no. 92 Ordinaria de 17 de agosto de 2021. Disponible: <<https://cutt.ly/OPDyJP9>>. Acesso em: 10 fev 2021.

- CUBA. Informe sobre las afectaciones del Bloqueo a Cuba en el año 2020. Granma, 22 out 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/TPIMDDU>>. Acesso: 22/01/2021.
- CUBA. Proyecto de Constitución de la República de Cuba. Granma, 25 jul. 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/tnhCh1Z>>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- CUBA. Tribunal Popular Provincial de la Ciudad de La Habana. Sala Segunda de lo Penal en función de la Sala de los Delitos contra la Seguridad del Estado. Sentencia 4/2003. Sanciona a Ricardo Severina González Alfonso e Raúl Ramón Rivero Castañeda, autores do crime de Atos contra a independência ou a integridade territorial do Estado, a vinte anos de privação de liberdade. Disponível em: <<https://cutt.ly/XPU0jtS>>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- CUBADEBATE. Los grandes desafíos del periodismo cubano. Cubadebate, 13 jul 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/inGDeH2>>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- CUBANET .Ciberguerra cubana se crea en el Comité Central. Cubanet, 24 abr 2013. Disponível em: <<https://cutt.ly/LPJA0xT>>. Acesso em: 19/01/2021.
- CUBANET. Editorial: Los medios independientes no pueden convertirse en el Granma de la oposición. Cubanet, 8 jul 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/PPOjdC4>>. Acesso em: 21 fev 2022.
- CUBAPERIODISTAS. Prensa cubana en la web. Cuba Periodistas, 17 mar. 2015. Disponível em:<<https://acortar.link/PXqdMp>>. Acesso em: 01/07/2017.
- DDC. El régimen acusa a la periodista Sol García Basulto de 'usurpación de la capacidad legal'. Diario de Cuba, Madrid, 23 mar. 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/nPJAvOH>>. Acesso em: 23/01/2021.
- DDC. El régimen acusa formalmente de 'usurpación de la capacidad legal' a una tercera periodista de 'La Hora de Cuba'. Diario de Cuba, Madrid, 29 jan. 2018a. Disponível em: <<https://cutt.ly/aPH1PBq>>. Acesso em: 23 jan 2021.
- DDC. La Seguridad del Estado archiva 'provisionalmente' la causa contra los periodistas de 'La Hora de Cuba'. Diario de Cuba, Madrid, 24 mar 2018b. Disponível em:<<https://cutt.ly/6PH4Z1x>>. Acesso em: 19 jan 2021.
- DDC. Nadie se salva: el régimen cubano avisa a todos los medios independientes. Diario de Cuba, 20 jan. 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/IPJAtsM>>. Acesso em: 7 fev. 2022.
- DECLARACIÓN DEL I CONGRESO NACIONAL DE EDUCACIÓN Y CULTURA, 1971. Rialta, 8 mai 2018. Disponível em:<<https://acortar.link/io4MiF>>. Acesso em: 18 set. 2021.
- DECLARACIÓN DEL I CONGRESO NACIONAL DE EDUCACIÓN Y CULTURA. Bohemia, Havana, ano 63, 7 mai. 1971, p. 44.
- DELAHOZA, Tony. Revolución es un periódico al servicio del Pueblo. Bohemia, Havana, ano 51, n. 6, p. 98-100, 8 fev 1959.
- DENUNCIA la SIP ataques a la prensa cubana independiente. Diario de la Marina, Havana, ano 128, n.83, p. 1, 8 abr 1960.
- DEUTSCHE WELLE. Once periodistas cubanos independientes detenidos por informar sobre el Matthew. Deutsche Welle, 12 out 2016. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/2RAeS>>. Acesso em 22 jan 2021.
- DÍAZ BLANCO, L. Ciberguerra cubana se gesta en el Comité Central. Martí Noticias, 24 abr 2013. Disponível em:<<https://cutt.ly/6PJP526>>.
- DÍAZ RODRÍGUEZ, E. Cuba aprueba ley que multa a ciudadanos por alojar sitios web en servidores extranjeros. El Toque, 5 jul 2019. Disponível: <<https://cutt.ly/dPDysdi>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- DÍAZ RODRÍGUEZ, E. Derechos sexuales en Cuba: del silencio a la red. Acercamiento al proceso de deliberación pública que tuvo lugar en la blogosfera cubana en torno al voto de la delegación de Cuba ante la tercera comisión de la Asamblea General de la ONU en 2010. Orientadores: Elena Nápoles Rodríguez e Yudivián Almeida Cruz. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado). Curso: Maestría en Ciencias de la Comunicación. Facultad de Comunicación, Universidad de La Habana, 2014.
- DÍAZ RODRÍGUEZ, E. Un sui generis ecosistema de consumo e intercambio de información. Cuba Posible, 4 fev. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/rrVgpb>>. Acesso em: 01/07/2017.
- DÍAZ RODRÍGUEZ, E.; ARENCIBIA, J. Elaine Díaz: “Donde habita el diálogo hay lugar para el disenso”. Cuba Posible, 20 abr 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/RPSTFvv>>. Acesso em: 22 fev 2022.
- DÍAZ, Luis Ricardo Navarro. Una reflexión sobre los medios ciudadanos: esferas públicas, movilizados de identidades y contraidentidades de los sujetos políticos en Colombia. Encuentros, v. 8, n. 15, p. 33-44, 2010.
- DÍAZ-CANEL, M. Discurso de Miguel Díaz-Canel Bermúdez en la clausura del IX Congreso de la UPEC. Cubadebate, 7 ago 2013. Disponível: <<https://cutt.ly/YPSAduU>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- DÍAZ-CANEL. M. Discurso de Díaz-Canel en la clausura del X Congreso de la UPEC. Granma, Havana, 15 jul 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/5PSH505>>. Acesso em: 20 fev 2022.

- DIEZ ACOSTA, T. El Programa de Acción Encubierta contra el Régimen de Castro (Primera parte). **Trabajadores**, Havana, 17 mar 2020. Disponible em: < <https://cutt.ly/zPTTBGb>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- DIRECCIÓN PROVINCIAL del M-26-7 de La Habana. ¿Se puede ser imparcial? *Revolución*, Havana, ano 2, n.152, p. 2, 4 jun 1959.
- DISPUSO Recuperación intervención del Canal 4. *Prensa Libre*, Havana, ano 20, n. 5464, p.3, 27 mar 1960.
- DIVERSENT, L. El D-L 35/21 es una normativa incompatible con los estándares internacionales. *Cubalex*, 8 set 2021. Disponible em: < <https://cutt.ly/SPDiRC6>>. Acesso em: 22 jan 2021.
- DOMÍNGUEZ, L. El Bloqueo ha causado daños por más de 55 millones a las Comunicaciones en Cuba. *Cubadebate*, 7 de out. 2019. Disponible em: < <https://cutt.ly/zPJPEDF>>. Acesso em: 25 set 2020.
- DORTICÓS, O. Espíritu crítico constructivo y lealtad a la Revolución son tareas futuras del periodismo. *Bohemia*, Havana, ano 55, no. 29, 19 de jul 1963, p. 62-63.
- DOWNING, J. **Internationalizing media theory: transition, power, culture: Reflections on media in Russia, Poland and Hungary 1980-95**. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE, 1996.
- DOWNING, J. **Mídia Radical**. São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- DUMONT, R. ¿Cuba es socialista? Editorial Tiempo Nuevo, 1970.
- EATON, T. Exploring the secret annex. Along the Malecón, 10 feb. 2013. Disponible em:< <https://cutt.ly/hPJPSTR> >. Acesso em: 19/01/2021.
- ECUADOR. [Constituição 2008]. Asamblea Constituyente. Constitución de la República del Ecuador. **Quito: Tribunal Constitucional del Ecuador. Registro oficial n. 449, 2008**. Disponible em: <<https://cutt.ly/WPS8EA0>>. Acesso em: 22 fev 2022.
- EDITOR. Medios alternativos denuncian persecución e intentos de censura por parte del Gobierno Nacional. *Radio Pichincha*, 16 out. 2019. Disponible em: <<http://lnnk.in/apgY>>. Acesso em: 23 set. 2021.
- EFE. El salario medio cubano sube un 1% pero no llega a los 15 euros mensuales. *ABC*, 21/06/2015. Disponible em: <<https://acortar.link/X1RAAL>>. Acesso: 19/01/2021
- EFE. Governo de Raúl Castro autoriza telefones celulares para os cubanos. *Jornal do Brasil*, 28 mar. 2008b. Disponible em: < <https://cutt.ly/NPIZ4sq>> Acesso em: 19/01/2021.
- EFE. Raúl Castro autoriza la venta de computadoras a los cubanos, tras un mes en el poder. *Público*, 24 mar. 2008a. Disponible em: <<https://cutt.ly/5PJO6ls>> Acesso em: 19/01/2021.
- EFE. Raúl Castro autoriza la venta de computadoras a los cubanos, tras un mes en el poder. *Público*, 24 mar. 2008a. Disponible em: <<https://cutt.ly/5PJO6ls>> Acesso em: 19/01/2021.
- EL PAÍS. La nueva Ley de Prensa elimina desde hoy la censura en la URSS. *El País*, 31 jul. 1990. Disponible em: <<https://tinyurl.com/k66z78j2>>.
- ELIZALDE, R. ¿Qué fortalezas tiene el Proyecto constitucional en materia de Comunicación? *Cubadebate*, 29 ago. 2018. Disponible em: <<https://acortar.link/rnErn6>>. Acesso em: 18 fev. 2022
- ELIZALDE, R.; BÁEZ, L. **Los disidentes**. Havana: Editora Política, 2003.
- EM DEFENSA legítima. *Diario de la Marina*, Havana, ano 127, n. 230, p.1, 30 set 1959.
- ENCUENTRO. Un hasta luego. *Revista Encuentro de la Cultura Cubana*, n. 53-54, 2009. Disponible em: <<https://cutt.ly/LPJI0dD>>. Acesso em: 23 set. 2021.
- ESCOBAR, L. ICAIC: “No hay lugar en nuestros foros para los enemigos de la Revolución”. *14ymedio*, 5 dez 2015. Disponible em: <<https://cutt.ly/qPTtFeU>>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- ESPACIO LAICAL. Dossier “Propuestas para una refundación de la prensa cubana”. Entrevistas concedidas por: Esteban Morales, Luis Sexto, Jorge Gómez Barata, Justo Planas, Aurelio Alonso, Fernando Rasvsberg. **Espacio Laical**, La Habana, no. 1, p. 36-51. 2013. Disponible em: <https://goo.gl/XXelcE>>. Acesso: 25 fev 2014.
- ESPINA, M. Retos y cambios en la política social. In: VIDAL, P.; PÉREZ VILLANUEVA, O. E. (coord.). **Miradas a la economía cubana. El proceso de actualización**. Havana: Editorial Caminos, 2012.
- ESTADO DE SATS. Respuesta a Miguel Diaz-Canel 2da parte. Youtube, 21 ago. 2017. Disponible em: <<https://goo.gl/C7rKcm>>. Acesso: 24/08/2017.
- ETECSA. Comienzan pruebas para el tráfico de Internet por el cable submarino ALBA-1. *Granma*, Havana, 25 jan. 2013. Disponible em: <<https://cutt.ly/VPINyE2>>. Acesso: 19/01/2021.
- FAVATTO, B. Entre o doce e o amargo: cultura e revolução em Cuba nas memórias literárias de dois intelectuais exilados, Carlos Franqui e Guillermo Cabrera Infante (1951-1968). *Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista*. Assis, 2012.
- FDP; ODC. Libertad de expresión en Chile. Informe 2020. Disponible em: <<https://acortar.link/BQVTjE>>. Acesso em: 21 jan 2021.

- FERIA FLORES, A. Luz Escobar: «En Cuba mataron la profesión de periodismo». Alas Tensas, 29 jul. 2022. Disponível em: <<https://acortar.link/VTRVCz>>. Acesso em: 26/09/2022.
- FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução cubana**. São Paulo: Queiros, 1979.
- FERNÁNDEZ CUENCA, W. **La imposición del silencio: Cómo se clausuró la libertad de prensa en Cuba**. Madrid: Hypermedia Ediciones, 2015.
- FERNÁNDEZ IZAGUIRRE, R. Llevamos diez años sin corriente eléctrica. La Hora de Cuba. Camagüey, 8 ago. 2019. Facebook: La Hora de Cuba. Disponível em: <<https://cutt.ly/mPH4PT6>>. Acesso em 22 fev 2022.
- FERNÁNDEZ, R. Duro ataque a Cuba desde 'Novedades de Moscú'. El País, 7 mar. 1990. Disponível em: <<https://cutt.ly/rPbdKNU>>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- FIDEL CRITICA a 'Revolución'. Revolución, Havana, ano 2, n.63, p.1, 17 fev. 1959.
- FIGUEREDO, O; CARMONA, E; DOMÍNGUEZ, L. ETECSA: Internet en el móvil a partir del seis de diciembre. Cubadebate, 4 dez 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2PDXJOP>>. Acesso em: 20/01/2021.
- FNDC. Quem somos, 2013. Disponível em: <<http://fndc.org.br/forum/quem-somos/>>. Acesso em: 14/09/2018.
- FORNET, J. **El 71: Anatomía de una crisis**. Havana: Letras Cubanas, 2013.
- FRANCE PRESSE. Cuba abrirá 35 zonas wifi e reduzirá tarifa de acesso à internet. G1, 18 jun. 2015. Disponível em: <<https://cutt.ly/6PJIIYu>>. Acesso em: 19/01/2021.
- FRANCIA, L. Medio siglo de la invasión soviética de Checoslovaquia Cuando los tanques del Pacto de Varsovia aplastaron la 'Primavera de Praga'. RTVE, 20 ago 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/6PJUU6L>>. Acesso em: 4 fev 2020.
- FRANQUI, C. La Revolución y la prensa, Revolución, Havana, ano 2, n. 75, p. 1, 4 mar 1959a.
- FRANQUI, C. Periódicos que pueden ensangrentar a la Patria. Revolución, Havana, ano 2, no.164, p. 1, 18 jun 1959.
- FRANQUI, C. **Retrato de familia com Fidel**. Record, 1981.
- FRASER, N. Repensando la esfera pública: Una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. **Ecuador Debate. Opinión pública**, Quito: CAAP, no. 46, p. 139-174, 1999. Disponível em: <<http://bit.ly/1RN99sW>>. Acesso em: 09/11/2015.
- FREEDOM HOUSE. Freedom on the net 2021 Cuba. Freedom House, 20 set. 2021. Disponível em: <<https://cutt.ly/fPJUxG1>>. Acesso em: 6 fev. 2022.
- FRIEDGUT, T. H. **Political Participation in the USSR**. Princeton University Press, 2014.
- GALLEGO, J.R. El Gobierno publica de manera oficial la Política de Comunicación después de meses de filtrada. El Toque, 24 jul 2019. Disponível em: <<https://acortar.link/zNTSjE>>. Acesso em: 20 fev 2022
- GALLEGO, J.R. El parche y el descosido: algunas consideraciones sobre la Ley de Prensa en Cuba. **Cuba Posible**, Publicación, n. 60, fev, p. 70, 2018. Disponível: <<https://cutt.ly/JPSFe7i>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- GALLEGO, J.R. Las formas de propiedad de la prensa en Cuba. Propuesta de análisis teórico-metodológica. **Revista Iberoamericana de Comunicación**, n. 40, p. 136-167, 2021. Disponível em: <<http://ri.iberomx.handle/ibero/5775>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- GARCÉS, R. La prensa cubana, en la encrucijada. Cubahora, 15 mar 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/XlRiCR>>. Acesso em: 3 mar 2015.
- GARCÉS, R. La prensa cubana, en la encrucijada. Cubahora, 15 mar 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/XlRiCR>>. Acesso em: 3 mar 2015.
- GARCÉS, R. Tenemos política. ¿Y ahora qué? Cubaperiodistas, 14 jul. 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/AnGDXAE>>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- GARCÉS, R. Tenemos que trabajar por una sociedad deliberativa. Catalejo, 25 jan 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/uPTrLu9>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- GARCÍA ELIZALDE, A. La Coubre: huella del terror que Cuba no olvida. Granma, Havana, 4 out. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3p4j5UO>>. Acesso em: 23 mai 2020.
- GARCÍA ELIZALDE, A. La Coubre: huella del terror que Cuba no olvida. Granma, Havana, 4 out. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3p4j5UO>>. Acesso em: 23 mai 2020.
- GARCÍA ELIZALDE, A.R; SOMOHANO, A; ACOSTA, M. ¿Dónde están los jóvenes periodistas? Un acercamiento a las trayectorias profesionales de graduados de la Facultad de Comunicación de la Universidad de La Habana entre 2010 y 2014. **Alcance**, vol.7, n. 17, p. 29-47, 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/IPDvfWY>>. Acesso em: 22/01/2021.
- GARCÍA LUIS, J. [2008]. Fidel y el periodismo. Cubaperiodistas, 10 ago 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/wPTOu1R>>. Acesso em: 20 fev 2022.

- GARCÍA LUIS, J. La regulación de la prensa en Cuba: referentes morales y deontológicos. Orientadores: José R. Vidal Valdés e Armando Chávez Antúnez. 2004. 143 f. Tese (Doutorado). Curso: Doctorado en Ciencias de la Comunicación. Facultad de Comunicación, Departamento de Periodismo, Universidad de La Habana, 2004.
- GARCÍA LUIS, J. La regulación de la prensa en Cuba: referentes morales y deontológicos. *Revista Temas*, n. 74, abr-jun, p. 82-91, 2013. Disponível em: <<https://acortar.link/UdAVvl>>. Acesso em: 14 agosto 2021.
- GARCÍA LUIS, J. **Revolución, socialismo, periodismo: la prensa y los periodistas ante el siglo XXI**. Havana: Pablo de la Torriente, 2012.
- GARCIA SANTAMARIA, S. **Digital Media and the and the Promotion of Deliberative Debate in Cuba**. Internet Policy Observatory at the Annenberg School University of Pennsylvania. [S.l.]. 2018.
- GARCIA SANTAMARIA, S. Periodismo alternativo Cubano: un acercamiento a la violencia indirecta en perspectiva comparada. **Persona y sociedad**, Santiago de Chile, vol. 33, n. 2, p. 113-136, 2019. Disponível em: <<shorturl.at/ctBL8>>. Acesso em: 14 agosto 2021.
- GIL, J.C. Marx y la prensa. Elementos para una crítica de la comunicación. **Redes.com**. n. 1, 2004, p. 169-180. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yksmy53e>>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- GONZÁLEZ, L. Notas (breves y dispersas) en torno a la sociedade civil en Cuba. **Espacio Laical**, ano 10, n. 2, La Habana, pp. 118-121, 2014.
- GRAU ESTEBAN, E. Declara Fidel Castro que el comunismo no tiene en Cuba ninguna posibilidad de éxito. *Diario de la Marina*, Havana, ano 127, n. 91, p. A-1, 18 abr 1959b.
- GRAU ESTEBAN, E. Trata el premier sobre problemas del periodismo. *Diario de la Marina*, Havana, ano 127, n. 57, p. A1, 10 mar. 1959a.
- GRINBERG, M. S. Comunicação alternativa: dimensões, limites, possibilidades. In: GRINBERG, M.S (org.). **A Comunicação Alternativa na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- GRUPOS airados y violentos trataron de entrar en CMQ. *Diario de la Marina*, Havana, ano 128, n.77, p.1, 01 abr 1960.
- GUANCHE, J. C. Informe sobre la ciudadanía: Cuba. 2017. European University Institute, 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/OPcqoZ9>>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- GUANCHE, J. C. **La verdad no se ensaya. Cuba: el socialismo y la democracia**. Havana: Editorial Caminos, 2012.
- GUANCHE, J.C. Cuba: La biblia de la libertad de un pueblo. Sin Permiso, 25 jun 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/VPDdOhU>>. Acesso em: 22 fev 2022.
- GUANCHE, J.C. **Estado, participación y representación políticas en Cuba.: diseño institucional y práctica política tras la reforma constitucional de 1992**. Buenos Aires: CLACSO, 2013.
- GUEDES, Olegna de Souza. A liberdade em obras do jovem Marx: referências para reflexões sobre ética. **Revista Katálysis**, v. 14, p. 155-163, 2011.
- GUERRERO, D. Tres viejas ideas para comprender la libertad de expresión hoy: el Marx de la Gaceta Renana (1842-1843). Sin permiso, 16 set. 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5abdmrjy>>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- GUMUCIO, A. El derecho a la comunicación: Articulador de los derechos humanos. **Razón y Palabra**, [S. l.], v. 22, n. 1\_100, p. 207–233, 2018. Disponível em:<<https://cutt.ly/3PJT7a1>>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- HAUBRICH, A, Mídias alternativas em Porto Alegre: processos comunicativos, midiatização digital e cidadania na perspectiva de seus comunicadores. Orientadora: Adriana Bonin. 2016. 207f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.
- HE, B.; WARREN, M. E. Authoritarian deliberation: The deliberative turn in Chinese political development. **Perspectives on politics**, v. 9, n. 2, p. 269-289, 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/BPIP0Vz>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- HENKEN, T. A. Cuba's Digital Millennials: Independent Digital Media and Civil Society on the Island of the Disconnected. *Social Research*, v. 84, n. 2, p. 429–456, 2017. Disponível:<<https://cutt.ly/qPJTGYF>>. Acesso: 20 fev 2022.
- HENKEN, T. A. De *Generación Y a 14ymedio*: más allá del blog en la frontera digital cubana. In: HENKEN, T. A.; GARCIA SANTAMARIA, S. La revolución digital cubana: innovación ciudadanía y política estatal. Madrid: Editorial Hypermedia, 2022.
- HENKEN, T. A. et al. Experiencias de Cuentapropistas. 28th Annual Meeting of the Association for the Study of the Cuban Economy, Washington, DC. 2018. p. 26-28, 2018.HENKEN, T. A. De generación y a 14ymedio: más allá del blog en la frontera digital de Cuba. In: HENKEN, T. A; GARCÍA SANTAMARIA, S. La Revolución digital cubana: Innovación ciudadana y política estatal. Madrid: Hypermedia, 2022.



- HENKEN, T. A. From *Generación Y* to *14ymedio*: Beyond the Blog on Cuba's Digital Frontier. In: HENKEN, T. A.; GARCIA SANTAMARIA, S. **Cuba's digital revolution**: citizen innovation and state policy. Gainesville: University of Florida Press, p. 157-179, 2021.
- HENKEN, T. A. Una cartografía de la blogósfera cubana: Entre 'oficialistas' y 'mercenarios. Nueva Sociedad, n. 235, p. 90-109, 2011. Disponível em: < <https://cutt.ly/gPOdODb>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- HENKEN, T. A.; VAN DE VOORT, S. From cyberspace to public space? The emergent blogosphere and Cuban civil society. **A contemporary Cuba reader: The revolution under Raúl Castro**, p. 99-110, 2014.
- HERNÁNDEZ BUSTO. Usuarios de ETECSA reportan bloqueo de VPNs en Cuba. *CiberCuba*, 16 out. 2020. Disponível em: <[shorturl.at/1AHO5](http://shorturl.at/1AHO5)>. Acesso em: 7 fev. 2022.
- HERNÁNDEZ, R. Demografía política e institucionalidad. Apuntes sociológicos sobre las estructuras políticas en Cuba. **Espacio Laical**, La Habana, año 10, no. 2, p. 45, 2014.
- HOFFMAN, H. The International Dimensions of Authoritarian Legitimation: the Impact of Regime Evolution. **GIGA WP**, no. 182, 2011. Hamburgo: GIGA German Institute of Global and Area Studies. Disponível em: <<http://bit.ly/1QhR83P>>. Acesso em: 02/12/2014.
- HOFFMAN, B. Civil society within socialism and its limits. In: HENKE, H; RÉNO, F (editors). **Modern Political Culture in the Caribbean**. Kingston: University of the West Indies Press, 2003.
- HOFFMAN, B. Civil society within socialism and its limits. In: HENKE, H; RÉNO, F (editors). **Modern Political Culture in the Caribbean**. Kingston: University of the West Indies Press, 2003.
- HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, v. 24, p. 243-253, 1996.
- HOPKINS, M. Lenin, Stalin, Khrushchev: Three Concepts of the Press. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 42, n. 4, 1965. Disponível em: <<http://bit.ly/2p5L992>>. Acesso em: 13/03/2017.
- HRW. Cuba: Decreto de telecomunicaciones cercena la libertad de expression. Human Rights Watch, 25 ago 2021. Disponível em: < <https://acortar.link/qRg2vQ> >. Acesso em: 01 set 2021.
- ICAIC. **Declaración de la Presidencia del ICAIC. Cubacine, 4 dez 2015**. Disponível em: <<https://cutt.ly/cPTtosk>>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- ICLEP. Balance parcial 2016. Hechos violatorios a la libertad de prensa en Cuba. De 1º de enero al 31 de diciembre de 2016. Disponível em: <<https://acortar.link/a1nFWS>>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- ICLEP. Balance parcial 2017. Hechos violatorios a la libertad de prensa en Cuba. De 1º de enero al 31 de diciembre de 2017. Disponível em: <[shorturl.at/krIWZ](http://shorturl.at/krIWZ)>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- ICLEP. Balance parcial 2018. Hechos violatorios a la libertad de prensa en Cuba. De 1º de enero al 31 de diciembre de 2018. Disponível em: <[shorturl.at/iuDP1](http://shorturl.at/iuDP1)>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- ICLEP. Balance parcial 2019. Hechos violatorios a la libertad de prensa en Cuba. De 1º de enero al 31 de diciembre de 2019. Disponível em: <[shorturl.at/jTU23](http://shorturl.at/jTU23)>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- ICLEP. Balance parcial 2020. Hechos violatorios a la libertad de prensa en Cuba. De 1º de enero al 31 de diciembre de 2020. Disponível em: < [shorturl.at/qPT08](http://shorturl.at/qPT08)>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- ICLEP. Balance parcial 2021. Hechos violatorios a la libertad de prensa en Cuba. De 1º de enero al 31 de diciembre de 2021. Disponível em: < <https://iclep.org/informes/2021/>>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- ICRT. Radio Cubana. ICRT, 20 mai. 2022. Disponível em:<<https://www.icrt.gob.cu/radio/>>. Acesso em: 03/09/2022.
- IMPIDEN hablar a Conte Agüero, personas em actitud hostil dice la CMQ. *Prensa Libre*, Havana, ano 20, n. 5463, p.1, 26 mar 1960.
- INFANTE; L; ABREU, Y. Noticias de un cambio. Un acercamiento descriptivo al Sistema de Prensa Imprensa Cubano entre 1959 y 1965. Orientadora: Janny Amaya Trujillo. 2007. 115 f. TCC (Graduação) – Curso de Jornalismo, Facultad de Comunicación, Universidad de La Habana, Havana, 2007.
- INTERVENCIÓN de Fidel Castro en Canal 4 «No cabe el lujo si hay miseria». *Revolución*, Havana, ano 2, p. 17, 29 set 1959.
- INTERVENTORES de prensa. *Revolución*, Havana, ano 2, n. 25, p. 4, 4 jan. 1959.
- INTERVIENE Recuperación 15 empresas de Amadeo Barletta. *Diario de la Marina*, Havana, ano 128, n.45, p.1, 23 fev 1960.
- IPS. Profesora emprende un nuevo medio barrial. *IPS Cuba. Sociedad*, 20 jun. 2015. Disponível em: <<https://cutt.ly/RPDvN6Y>>. Acesso em: 21 jan 2021.
- IRI. IRI in Poland, 12 abr. 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/3sIcxdG>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

- JACOBINO. Al pan, pan y al vino, vino. *Revolución*, Havana, no. 161, 15 jun 1959, p. 3.
- JANOSKI, T. **Citizenship and Civil Society. A Framework of Rights & Obligations in Liberal, Traditional, and Social Democratic Regimes**. Cambridge University Press.
- JIMÉNEZ, G. **Los propietarios de Cuba 1958**. Havana: Editorial Ciencias Sociales, 2014.
- JUANES, W. Medios dependientes del cibernegocio contra Cuba. **Granma**, Havana, 28 dez. 2020. Disponível em: <shorturl.at/cdvwV>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- JUVENTUD REBELDE. Internet es vital para el desarrollo de Cuba. *Juventud Rebelde*, Havana, 6 fev. 2009. Disponível em: <https://cutt.ly/KPIVWpK>. Acesso: 19/01/2021.
- KAGARLITSKY, B. **Los intelectuales y el Estado Soviético**. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- KAUTSKY, K. **La dictadura del proletariado**. Valencia: Alejandría Proletaria, 2018 [1918]. Disponível em: <https://cutt.ly/LPJRQh8 >. Acesso em: 15 fev 2022.
- KELLER, J. A cidadania ativa insurgente e a centralidade das lutas urbanas contemporâneas na produção jurídico-normativa. In: FEITOSA SOBREIRA FILHO, E.; BELLO, E.; TAVARES DA SILVA, H. **Marxismo e direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2014. Disponível: <https://cutt.ly/MPsTxEg>. Acesso em 15 jul. 2021.
- KEMP, S. Digital Cuba: 2021. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-cuba>. Acesso em: 19 jan 2021.
- KUNCZIK, M. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul**. São Paulo: Edusp, 2002.
- LA CRISIS publicitaria y sus graves consecuencias económicas. *Diario de la Marina*, Havana, ano 128, n.59, p. 4A, 11 mar 1960.
- LA CRUZ del terror. *Diario de la Marina*, Havana, ano 127, n. 231, 01 out 1959, p. 12B.
- LA JOVEN CUBA. Carta abierta al Departamento de Estado. *La Joven Cuba*, 25 jan 2018. Disponível em: < https://acortar.link/qMC8u2 >Acesso em: 10 mar 2021.
- LA REFORMA Agraria es la batalla de la Revolución y va triunfar frente a todo. *Diario de la Marina*, Havana, ano 127, n. 133, p. A-1, 9 jun. 1959.
- LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- LAURISTIN, M. **Transformations of Public Sphere and Changing Role of the Media in Post-Communist Society**. Building Open Society and Perspectives of Sociology in East-Central Europe. Pre-Congress Volumes of the 145th World Congress of Sociology. Montreal: International Sociological Association, 1998, pp. 117-129.
- LAWLOR, M.; ESTRADA-CASTILLO, M; KHAN, I.; VOULE, C. Mandatos de la Relatora Especial sobre la situación de los defensores de derechos humanos; del Grupo de Trabajo sobre la Detención Arbitraria; de la Relatora Especial sobre la promoción y protección del derecho a la libertad de opinión y de expresión y del Relator Especial sobre los derechos a la libertad de reunión pacífica y de asociación (Referencia: AL CUB 4/202), 8 set 2021. Recuperado de: <https://cutt.ly/WPDujCq >. En: 10 fev 2021.
- LECA, J. Individualism and Citizenship. In: TURNER, B.; HAMILTON, P. (eds.). **Citizenships: Critical Concepts**. London - New York: Routledge, p. 148–188, 1994.
- LENDVAI, P. **The bureaucracy of truth: How communist governments manage the news**. London: Burnett Books. Boulder: Westview Press, 1981.
- LENIN, V. I. **Acerca de la prensa**. Moscú: Progreso, 1979. Disponível em: <shorturl.at/txDLU>. Acesso em: 12 fev 2022.
- LENIN, V. I. Cómo asegurar el éxito de la Asamblea Constituyente (acerca de la libertad de prensa). LENIN, V. I. **Obras Completas**, tomo 34, julio – octubre de 1917. Moscú: Editorial Progreso, 1985a. Disponível em: < https://cutt.ly/hPJEBns >. Acesso em: 15 fev 2022.
- LENIN, V. I. Las tareas de la revolución. LENIN, V. I **Obras Completas**, tomo 34, julho – outubro de 1917. Moscou: Editorial Progreso, 1985b. Disponível em: < https://cutt.ly/vPJEG6g >. Acesso em: 15 fev 2022.
- LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução: A doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução**. Lisboa: Avante, tomo 2, p 219-305, 1977b. Disponível: < https://cutt.ly/oPJETUZ >. Acesso em 15 jul. 2021.
- LENIN, V. I. Sobre la lucha en el Partido Socialista Italiano. \_\_\_\_\_. **Obras Completas**, tomo 34, octubre 1920 – marz de 1921. Madrid: Akal, 1978. Disponível em: <https://cutt.ly/5PJEvMo>. Acesso em: 15 fev 2022.
- LENIN, V.I. A revolução proletária e o renegado Kautsky. **Obras Escolhidas em Três Tomos**, 1977a, Lisboa: Avante! Disponível em: < https://acortar.link/MUrNk2 >. Acesso em: 8 dez. 2021.
- LEWIN, M. **El último combate de Lenin**. Barcelona: Lumen, 1970.
- LEWIN, M. **O século soviético**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

- LEYVA MARTÍNEZ, I. Gobierno cubano difunde dibujo animado para atacar a Yoani Sánchez. *Café Fuerte*, 19 fev. 2013. Disponível em: < <https://bit.ly/3rIXZJo>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- LEYVA, A; SOMOHANO, A. Los intelectuales y la esfera política en Cuba: el debate sobre políticas culturales. *Revista Temas*, La Habana, no. 56, octubre – diciembre, 2008.
- LIMA, L. Revolución cubana: cuáles fueron las causas del levantamiento con el que Fidel Castro cambió Cuba en 1959. *BBC Mundo*, 30 dez. 2018. Disponível em: < <https://rb.gy/tpq4lg>>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- LINZ, J; STEPAN, A. **A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LOBÃO, E. Jornalismo enquanto Política: a liberdade de imprensa na perspectiva do jovem hegeliano Karl Marx. *Comunicare*. v.15, n. 1, 2015, p. 144-154. Disponível em: < <https://tinyurl.com/hamv5jrp>>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- LÓPEZ HERNÁNDEZ, A. Ciberseguridad y libertad de expresión en Cuba. *La Joven Cuba*, 30 ago 2021. Disponível em: < <https://cutt.ly/1PDdMMS>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- LÓPEZ HERNÁNDEZ, A. Segundas Lecturas. Intelectualidad política y cultura en la República burguesa. Matanzas: Ediciones Matanzas, 2016.
- LOS PERIÓDICOS reanudan su salida. *Revolución*, Havana, ano 2, n.26, p. 1-2, 05 jan. 1959.
- LOUREIRO, I. As vicissitudes de um texto polêmico. *In: LUXEMBURGO, R. La Revolución Rusa*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.
- LÖWY, M. **El marxismo en América Latina**. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2007. Disponível em: < <https://acortar.link/RVbQSV>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- LUIS LÓPEZ, O. **La radio en Cuba**. Havana: Letras Cubanas, 2002.
- LYRA, Rubens. Kautsky, Lênin e o comunismo soviético. *Revista Cronos*, v. 14, n. 1, 2013.
- MACBRIDE, S et al. **Un solo mundo, voces múltiples**. Ciudad de México: Fondo de la Cultura Económico, 1980.
- MANZANEDA, J. Inventan la «ciberpolicía» cubana por un video que habla de no temerle a Internet. *Rebelión*, 15 fev 2011. Disponível em: < <https://cutt.ly/CPGKdjL>>. Acesso em: 23 fev 2022.
- MARCUSE, H. **Marxismo soviético: uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- MARCUSE, H. *El marxismo soviético*. Madrid: Alianza, 1975.
- MARQUAND, D. Civic Republics and Liberal Individualists: The Case of Britain. *In: TURNER, B.; HAMILTON, P. (eds.). Citizenships: Critical Concepts*. London. Nova Iorque: Routledge, p. 148–188, 1994.
- MARQUES, A; PADILLA, A. O sujeito político e o espaço público cubano atual a partir do pensamento de Jacques Rancière. *Comunicação Pública*, v. 11, n. 21, 2016.
- MARREIRO, F. Continuity and change in the Cuban media under Raúl Castro. **Reuters Institute for the Study of Journalism**. University of Oxford, 2014. Disponível em: < <https://acortar.link/euDI1q>>. Acesso em: 2 dezembro 2014.
- MARRERO, J ;Una buena noticia!: el cable submarino entre Venezuela y Cuba. *Cubadebate*, 12 jan. 2011. Disponível em: < <https://cutt.ly/6PIBKkE>>. Acesso: 19 jan 2021.
- MARRERO, J. **Dos siglos de periodismo en Cuba. Momentos, hechos y rostros**. Havana: Pablo de la Torriente Brau, 2018.
- MARRÓN, K. Intervención de Karina Marrón el VI Pleno Nacional de la UPEC. *KokaCuba*, 30 jun. 2016. Disponível em: < <https://cutt.ly/iPDcVOK>>. Acesso em: 22/01/2021.
- MARSHALL, T. H. **Citizenship and Social Class**. Cambridge University, 1950.
- MARTÍN- BARBERO, J. La comunicación plural. Paradojas y desafíos. *Nueva sociedad*, v. 140, p. 60-69, 1995.
- MARTÍN-BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonía**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, S.A, 1991.
- MARTÍN-BARBERO, J. Diversidade em convergência. *Matrizes* V. 8 - Nº 2 jul./dez. São Paulo – Brasil, 2014.
- MARTÍN-BARBERO, J. La comunicación plural. Paradojas y desafíos. *Nueva sociedad*, v. 140, p. 60-69, 1995.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Oficio de cartógrafo. Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- MARTÍN-BARBERO, J. Retos a la investigación de comunicación en América Latina. *Comunicación y Cultura*, v. 109, 1980.
- MARTÍN-BARBERO, J. Retos a la investigación de comunicación en América Latina. **Comunicación y Cultura**, v. 109, 1980.

- MARTIN-BARBERO, J. Uma aventura epistemológica. Entrevista concedida a Maria Immacolata Vassallo de Lopes. **Matrizes**, ano 2, n. 2, primeiro semestre, 2009.
- MARTÍNEZ HEREDIA, F. Acerca de "Palabras a los intelectuales", 55 años después. **Tareas**, n. 154, septiembre-diciembre, p. 63-75, 2016. Disponível em: < <https://cutt.ly/cPJm3t3> >. Acesso em: 20 fev. 2022.
- MARTÍNEZ, Y. Nauta Hogar, el nuevo servicio de ETECSA, Cubadebate, 3 abr 2017. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2017/04/03/nauta-hogar-el-nuevo-servicio-de-etecsa/>>. Acesso em: 20/01/2021.
- MARX, K. **En defensa de la libertad. Los artículos de la Gaceta Renana 1842-1843**. Valencia: Fernando Torres Editor, 1983.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007
- MATA, M. C. Condiciones objetivas y subjetivas para el desarrollo de la ciudadanía comunicativa. Córdoba: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, 2005. Disponível em: < <https://acortar.link/HaztIv> >. Acesso em: 25 fev 2023.
- MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.
- MAYORAL, M.J. Sociedad civil en Cuba (I): conversando con Isabel Monal. La clave de la participación popular. *Rebelión*, 25 ago 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/1QhR83P>>. Acesso: 10 jan 2016.
- MCNAIR, B. **Glasnost, perestroika and Soviet media**. London & New York: Routledge, 1991.
- MEDRANO y la Reforma». **Revolución, Havana, ano 2, n.153**, p. 1-2, 5 jun 1959
- MESA LAGO, C. A economia cubana no início do século XXI: Avaliação do desempenho e debate sobre o futuro. **Opinião Pública**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 190–223, 2003. Disponível em: <<https://acortar.link/P0Ocl3>>. Acesso em: 18 mar. 2023.
- MESZÁROS, Istvan. Marxismo e direitos humanos. *In: \_\_\_\_\_*. Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MIC. Gabinete do Ministro. Resolución nº. 99, de 17 de junio de 2009. Sobre la inserción de publicaciones seriadas cubanas en internet. Havana, 2009. Autorizar a la Empresa Correos de Cuba, como Proveedor de Servicios de Acceso a Internet al Público. Disponível em: <<https://cutt.ly/4PIBRDX>>. Acesso em: 21 jan 2022.
- MICOM. Estrategia nacional para el desarrollo de la infraestructura de conectividad de banda ancha en Cuba. Disponível em: <<https://bit.ly/2O3toIS>>. Acesso em: 19 jan 2021.
- MIGUEL, L.F. Marx e a liberdade. Blog da Boitempo, 5 de mai. 2021. Disponível: <<https://acortar.link/Mgo8rd>>. Acesso em 15 jul. 2021.
- MINCIN. Gabinete do Ministro. Resolución nº 43, de 21 de marzo de 2008. Reanudar la venta minorista en la red de tiendas del mercado interno en divisas con destino a personas naturales de computadoras y sus accesorios, equipos de reproducción de video de todo tipo, televisores en todas las medidas de pantalla, ollas de presión eléctricas, ollas arroceras eléctricas, bicicletas eléctricas y alarmas para autos. Havana, 2008.
- MINCULT. Gabinete do Ministro. Resolución nº. 56, de 16 de junio de 1999. Sobre la inserción de publicaciones seriadas cubanas en internet. Havana, 1999.
- MINCULT. Gabinete do Ministro. Resolución nº. 81, de 3 de octubre de 1997. Sobre el Registro Nacional de Publicaciones Seriadas. Havana, 1997.
- MIRANDA, M. Cuba: entre el debate teórico y los imperativos de la realidad. *La Joven Cuba*, 11 fev 2022. Disponível em: <<https://jovencuba.com/debate-teorico-realidad>>. Acesso em: 29 jun 2022.
- MISKULIN, S. A política cultural no início da Revolução Cubana: o caso do suplemento cultural Lunes de Revolución. *Revista Outubro*, jan 2002. Disponível em: < <https://cutt.ly/sPTDJkr> >. Acesso em: 20 fev 2022.
- MISKULIN, S. **Cultura ilhada - imprensa e revolução cubana 1959-1961**. São Paulo: FAPESP, 2003.
- MISKULIN, S. **Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução 1965-1975**, São Paulo: Alameda, 2009.
- MOLTÓ, A. Advertirnos desde dentro, *Granma*, Havana, 4 jul 2016. Disponível em: <<https://acortar.link/FK2fwa> >. Acesso em: 18 out 2016.
- MORALES, E. Operación Blogger: Algoritmo Para un Fracaso. *El Pequeño Hermano*, 12 nov. 2010. Disponível em: < <https://cutt.ly/cPDD6Gt> > Acesso em: 19/01/2021.
- MOTLY, A. USSR's alternative press. **Index on Censorship**, vol. 7, issue, 2, 1 mar 1978. Disponível em: <<https://goo.gl/4ovqb9>>. Acesso em: 05/04/2017.
- MOUFFE, C. Ciudadanía democrática y comunidad. *In: MOUFFE, C. (edit). Dimensiones de la democracia radical. Pluralismo, ciudadanía, comunidad*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2012.

- MOURA, J. T.; SILVA, M. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, p. 43-54, 2008. Disponível em: <<https://acortar.link/Q64ODx>>. Acesso em: 13 fev. 2022.
- MUÑOZ, R., NÁPOLES, E. De explosiones sociales, culturales, comunicativas. Apuntes sobre el impacto de la revolución en el sistema comunicativo cubano (1959-1961). In: PORTAL MORENO, R.;
- NÁPOLES, E. Apuntes para una historia de la profesionalización de la práctica publicitaria en Cuba. In: PORTAL MORENO, R.; AMAYA TRUJILLO, H. **Comunicación y sociedad cubana. Selección de lecturas**. Havana: Editorial Félix Varela, 2005.
- NÁPOLES, E.; MUÑOZ, R. De explosiones sociales, culturales, comunicativas. Apuntes sobre el impacto de la revolución en el sistema comunicativo cubano (1959-1961). In: PORTAL MORENO, R.;
- NAVARRO, D. In medias res publicas: sobre los intelectuales y la crítica social en la esfera pública cubana. **Revista del CESLA**, no. 4, 2002. Disponível em: <<http://bit.ly/1UoCeL1>>. Acesso em: 11/03/2015.
- NETTO, J.P. Transparência e esperança. In: Glasnost: a política da transparência. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NIXON, R. "U.S. Groups Helped Nurture Arab Uprisings". New York Times, Nova Iorque, 15 mai. 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/oPGZuiC>>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- NO HAY CORTAPISAS en la inversión privada, dijo el Dr. F. Castro. Diario de la Marina, Havana, ano 127, n. 229, p. 2A, 29 set 1959.
- NUESTRA protesta», em *Prensa Libre*, Havana, ano 22, n. 109, p. 1-2, 12 mai 1960.
- NUEVOS PERIODISTAS fueron colegiados. Revolución, Havana, ano 2, n. 173, p. 3, 29 de jun 1960.
- OBAMA, B. Discurso de Barack Obama aos cubanos em Havana. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 mar 2016. Disponível em: <<https://acortar.link/pmXiuN>>. Acesso em: 15 abr 2017.
- OBAMA, B. Discurso del presidente Barack Obama sobre las relaciones con Cuba. **Juventud Rebelde**, Havana, 17 dez. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2oyqqej>>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- OHELING RUÍZ, H. La nueva Constitución soviética de 1977. Revista de estudios políticos, n. 2, p. 61-86, 1978.
- OLDFIELD, A. Citizenship: An unnatural practice. In: TURNER, B.; HAMILTON, P. (eds.). **Citizenships: Critical Concepts**. London -NewYork: Routledge, p. 188-197, 1994.
- OLIVERA, D. Referentes críticos, paradojas y desafíos de las políticas de comunicación en el contexto cubano. In: SIERRA, F; VALLEJO, R.E. Derecho a la Comunicación: Procesos regulatorios y democracia en América Latina. Quito: CIESPAL, 2017.
- ONEI. Anuario Estadístico de Cuba 2021. Capítulo 20: Cultura. ONEI, 2022.
- ONEI. Anuario Estadístico de Cuba Enero-Diciembre 2016. Edición 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/UPIRyRe>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- ONEI. Clasificador Nacional de Actividades Económicas (CNAE) Enero 2022. ONEI, 9 fev. 2021. Disponível em: <<http://www.onei.gob.cu/node/14808>>. Acesso em: 10 out. 2021.
- ONEI. Salario medio en cifras. Cuba 2019. Julho 2020a. Disponível em: <<https://cutt.ly/oPIMIsX>>. Acesso em: 20/01/2021.
- ONEI. Series Estadísticas Tecnologías de la Información y las Comunicaciones 1985- 2018. ONEI, 10 fev. 2020b. Disponível em: <<http://www.onei.gob.cu/node/14780>>. Acesso: 21/01/2021.
- ONU. [1948]. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nações Unidas Brasil, 18 set. 2020. Disponível em: <<https://acortar.link/z7Hvgq>>. Acesso em: 13 fev 2022.
- ONU. [1966]. Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos. Adoptado y abierto a la firma, ratificación y adhesión por la Asamblea General en su resolución 2200 A (XXI), de 16 de diciembre de 1966. Disponível em: <<https://acortar.link/OfXP1k>>. Acesso em: 13 fev 2022.
- ORAMAS, A. ¿Cuándo llegó la televisión a Cuba? Cubaperiodistas, 18 mar 2019. Disponível em: <<https://cutt.ly/fPTYhZD>>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- ORTEGA, G. **La coletilla: una batalla por la libertad de expresión, 1959-1962**. Havana: Editora Política, 1989.
- OSSES, S; CONEJO, V. Configuración histórica y análisis de los procesos de legalización de los medios comunitarios en Colombia. In: SIERRA, F; VALLEJO, R.E. Derecho a la Comunicación: Procesos regulatorios y democracia en América Latina. Quito: CIESPAL, 2017.
- PADILLA, A. A mídia religiosa na esfera pública em Cuba: o papel desempenhado pela revista *Espacio Laical*. Orientadora: Ângela Cristina Salgueiro Marques. 2016. 237 f. Dissertação (Mestrado). Curso: Pós-graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade de Federal de Minas Gerais, 2016.

- PADILLA, A. Internet e a dinamização da esfera pública em Cuba. **Revista Extraprensa**, v. 10, n. 2, p. 153-176, 2017. Disponível: < <https://cutt.ly/9PIIABk> >. Acesso em: 20 fev 2022.
- PADILLA, A.; RAMÍREZ, E.; MARQUES, A. Comunicação alternativa e pluralidade política em Cuba: o caso do Observatório Crítico. **Esferas**, v. 5, n. 8, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.19174esf.v1i8.7904>
- PADILLA, A.; VIERA, E. Ghost in the machine: The incompatibility of Cuba's State Media Monopoly with the Existence of independent Digital Media and the Democratization of Communication. In: HENKEN, T. A.; GARCIA SANTAMARIA, S. **Cuba's digital revolution: citizen innovation and state policy**. Gainesville: University of Florida Press, p. 95-115, 2021.
- PADILLA, A.; RAMÍREZ, E. B.; CORCHO, D. Comunicación pública y democracia en Cuba: las controversias entre medios estatales y alternativos. In: Cabral, A. et al (editores). **Nuevos Conceptos y Territorios en América Latina**. São José dos Pinhais: Página 42.
- PADRÓN CUETO, C. «La universidad para los revolucionarios»: Discriminación política en Cuba. Tremenda Nota, 7 out. 2019. Disponível em: <<https://www.tremendanota.com/discriminacion-politica-en-universidades-cubanas/>>. Acesso em: 22/01/2021.
- PADRÓN CUETO. Por reportera y por mujer: Razones para acosar más a quienes hacen periodismo independiente en Cuba. Tremenda Nota, 1 mai. 2020. Disponível em: <<https://cutt.ly/zPJcEPT>>. Acesso em: 22/01/2021.
- PASTOR. El derecho al asilo y la libertad de prensa. *Revolución*, Havana, ano 2, n. 40, p. 4, 21 jan. 1959.
- PAYÁ, O. 'Los disidentes': 227 páginas de mentiras. **El País**, Madrid, 19 jun 2003. Disponível em: <<https://cutt.ly/5PU2bvS>>. Acesso em: 21 fev 2022.
- PAZ SÁNCHEZ, M. de. **Franco y Cuba: estudios sobre España y la Revolución**. Ediciones Idea, 2006.
- PCC. Conceptualización del modelo económico y social cubano de desarrollo socialista, 2017b. Disponível em: < <https://cutt.ly/pPUi4QT> >. Acesso em: 7 mai 2018.
- PCC. Informe Central al II Congreso del Partido Comunista de Cuba. Havana, 4 mai 1980. Disponível em: < <https://cutt.ly/3PUsZFm> >. Acesso em: 21 fev 2022.
- PCC. Informe Central al III Congreso del Partido Comunista de Cuba. Havana, 2 jan 1985. Disponível em: <<https://cutt.ly/ePUWhrb>>. Acesso em: 21 fev 2022.
- PCC. Política de Comunicación Social del Estado y del Gobierno. *Cubadebate*, 17 jul. 2019. Disponível em: < <https://acortar.link/i3xsLT> >. Acesso em: 18 jul. 2019.
- PCC. Política. Diagnóstico [21 nov 2017a]. ¿Qué dice la nueva política de comunicación cubana? *Periodismo de Barrio*, 2 dez. 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/unLJdZP>>. Acesso em: 26 mar 2021.
- PCC. Tesis y Resoluciones sobre los medios de difusión masiva. I Congreso del Partido Comunista de Cuba. Havana: 1975. *Granma*, 30 mar. 2016. Disponível: <<https://acortar.link/dCUaUZ>>. Acesso em: 13 mar 2017.
- PEDEMONTTE, R. Una Relación tensa y ambivalente: el medio intelectual cubano ante “lo soviético” en los primeros años revolucionarios (1959-1966). **Historia**, v.1; n. 50, janeiro-junho, 2017. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0717-71942017000100006>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- PEÑATE, Rosario. La informática en el proceso enseñanza-aprendizaje. **Revista Conrado**, v. 9, n. 36, 2013. Disponível em: <<https://cutt.ly/gPImgDQ>>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- PÉREZ HERNÁNDEZ, L. La sociedad civil cubana. *Granma*, Havana, 2 abr. 2015. Disponível em: < <https://cutt.ly/fPJTxF> >. Acesso em: 18 fev 2016.
- PÉREZ QUINTANA, M. El Ciber-Mambí augura nuevas batallas. Instituto Internacional de Periodismo José Martí, 22 jan. 2010. Disponível em < <https://cutt.ly/kPG8ROq> >. Acesso em: 21 mar 2021.
- PÉREZ QUINTANA, M. El Ciber-Mambí augura nuevas batallas. Instituto Internacional de Periodismo José Martí, 22 jan. 2010. Disponível em < <https://cutt.ly/kPG8ROq> >. Acesso em: 21 mar 2021.
- PERIODISMO DE BARRIO. ¡Hola mundo! *Periodismo de Barrio*, 29 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.periodismodebarrio.org/2015/08/hola-mundo/>>. Acesso em: 21/01/2021.
- PERIODISMO DE BARRIO. ¿Qué dice la nueva política de comunicación cubana? *Periodismo de Barrio*, 2 dez. 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/unLJdZP>>. Acesso em: 26 mar 2021.
- PERIODISMO DE BARRIO. ¿Quiénes tienen derecho a contar un país? *Periodismo de Barrio*, 16 out. 2016b. Disponível em: <<https://cutt.ly/sPDvYjh>>. Acesso em: 22 jan 2021.
- PERIODISMO DE BARRIO. Código de Ética. *Periodismo de Barrio*, 03 fev. 2016c. Disponível em: <<https://periodismodebarrio.org/codigo-de-etica/>>. Acesso em: 23 set 2016
- PERIODISMO DE BARRIO. Las contradicciones del periodismo cubano. *Periodismo de Barrio*, 14 jul 2016a. Disponível em: <<http://bit.ly/2cNSaJg>>. Acesso em: 23 set 2016.

- PERIODISMO DE BARRIO. Luz Escobar: "Estamos dialogando entre cubanos y no importa si la institución quiere escuchar". Youtube, 11 jan. 2021. Disponível em: <<https://acortar.link/tkdCjD>>. Acesso: 26/09/2022.
- PERUZZO, C. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Galáxia*, n. 17, São Paulo, 2009. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641243011.pdf>>. Acesso em: 6 jul 2017.
- PICONNE, T. Normalizaciones entre Estados Unidos y Cuba: una hoja de balance. *Cuba Posible*, 4 dez. 2016. Disponível em: <<https://cubaposible.com/normalizacion-estados-unidos-cuba-balance/>>. Acesso em: 22/01/2021.
- POGOLOTTI, G. Los polémicos 60. In: PÉREZ-HERNÁNDEZ, R (editor). **Polémicas culturales de los 60**. Havana: Letras Cubanas, 2007.
- PRENSA LATINA. Subversión en Cuba y la visión sesgada de la Constitución. *Prensa Latina*, 14 out. 2021. Disponível em: <<https://cutt.ly/vPDzGot>>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- PRENSA LIBRE y la siquitrilla. *Revolución*, Havana, ano 2, n.151, p. 1, 3 jun de 1959.
- PROTESTA la prensa por incidente en *Información*. *Diario de la Marina*, Havana, ano 128, n. 14, p.1-2A, 17 jan 1960.
- PROVOCACIONES y amenazas. Em Cuba. *Bohemia*, Havana, p. 63, 22 mai 1960.
- QUIEREN los comunistas hacer de Cuba la Hungría de América, dice Conte Agüero al Premier. *Diario de la Marina*, Havana, ano 128, n.72, p.12A, 26 mar 1960.
- RADIO CUBANA, R. El FIEL y la guerra mediática contra Cuba. Año 1960. *Radio Cubana*, 14 mar 2018. Disponível: <<https://acortar.link/atHqp2>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- RAFULS, G. Participación política en red: La blogosfera y la toma de decisiones de la esfera pública en Cuba: cuatro casos de estudio entre 2010-2015. Orientadores: José Manuel Pérez Tornero e Santiago Tejedor. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado). Curso: Máster Internacional en Comunicación y Educación. Facultad de Ciencias de la Comunicación, Departamento de Periodismo, Universidad Autónoma de Barcelona, 2015.
- RAMÍREZ, E. Algunas reflexiones sobre el discurso de Obama ante representantes de la sociedad civil cubana. *Cubadebate*, 7 abr 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/CPSzKbc>>. Acesso em: 22/01/2021.
- RANCIÈRE, J. O desentendimento: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- RAÚL dijo de "Prensa Libre". *Combate*, Havana, ano 3, p.1, 20 nov 1959.
- RAVSBERG, F. Cuba libera el acceso a Internet. *BBC Mundo*, 11 set 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/6hVjqg>>. Acesso em: 3 jul 2017.
- RAVSBERG, F. Cuba: condena a 15 años de prisión a Alan Gross. *BBC Mundo*, 12 mar 2011. Disponível em: <<https://cutt.ly/EPIRFsE>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- RAVSBERG, F. Respuesta de la UPEC sobre las amenazas. *Cuba a diario*, 3 mar. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3xfBO1z>>. Acesso em: 22/01/2021.
- RECIO, M. La hora de los desconectados. **Crítica y emancipación**, año 6, no. 11, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/8PjXUA>> Acesso em: 24/04/2015.
- RED ÉTICA SEGURA. Con El Estornudo, periodismo cubano empieza a desperezarse. *Red Ética*, 26 mar. 2016. Disponível em: <<https://acortar.link/RUB3ku>>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- REUTERS STAFF. Ministro cubano califica como un "ataque" visita de Obama a Cuba. *Reuters*, 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://acortar.link/TPCmwI>>. Acesso em: 25 fev 2021
- REUTERS. Cuba tiene planes de liberar acceso a internet: ministro. *Reuters*, 10 feb. 2009. Disponível em: <<https://cutt.ly/bPIVhsy>> Acesso em: 19/01/2021.
- REUTERS. Nuevo decreto en Cuba endurece los controles en redes sociales. *TV Azteca*, 18 ago 2021. Disponível em:<<https://acortar.link/MP3T8l>>. Acesso em: 25 set 2021.
- REUTERS/VICE NEWS. Veículos independentes de Cuba recusam ajuda de Trump para melhorar a Internet. *Vice*, 8 fev 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2rRGivd>>. Acesso em: 12 mai 2018.
- RÉVÉSZ, L. *Ley y arbitrariedad en la prensa soviética*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1977.
- RITTERSPORN, G.T; ROLF, M; BEHREND, J.C (eds.). *Sphären von Öffentlichkeit in Gesellschaftensowjetischen Typs/Public spheres in Soviet-type societies*. Francfort-sur-le-Main, Peter Lang, 2003.
- RIVERO, J. I. La desorbitación de la coletilla. *Diario de la Marina*, Havana, 10 abr. 1960, p. 20-B.
- RIVERO, Y. **Broadcasting modernity: Cuban commercial television, 1950-1960**. *Durham e Londres* : Duke University Press 2015.
- ROCA, B. Los regímenes sociales y el concepto de libertad. *Noticias de Hoy*, Havana, ano 22, n. 213, , p. 2, 13 set 1960.

- RODRIGUES MAO, J. A revolução cubana e a questão nacional (1868-1963). São Paulo: Núcleo de Estudos do Capital, 2007.
- RODRÍGUEZ, C. De medios alternativos e medios ciudadanos. Preámbulo a la Edición en Español de Fissures in the Mediascape. An International Study of Citizens' Media. Norman Oklahoma, 2007 (Coleção privada).
- RODRÍGUEZ, C. Tecnologías para nombrar al mundo. Procesos de apropiación y uso de las TICs. Unesco, Cátedra Unesco de Comunicación inCom-UAB, 2010. Disponível em: <<https://acortar.link/MlaHsy>>. Acesso em: 21 mai de 2021.
- ROJAS FABRES, R. Liberdade e justiça em Marx: uma argumentação ética contra o individualismo posesivo. **Intuitio**, v. 7, n. 1, p. 169-181, 2014.
- ROJAS, R. Del espíritu al cuerpo de la nación. Identidad y ciudadanía en la culture política en Cuba. **Estudios sociológicos**, v. 15, n. 43, p. 239-260, 1997.
- ROJAS, R. **Historia mínima de la Revolución cubana**. El Colegio de Mexico AC, 2015.
- RONQUILLO, R. Idus de abril: prensa y congresos del Partido Comunista en Cuba. *Cubaperiodistas*, 23 abr. 2021. Disponível em: <<https://cutt.ly/RPSMx5X>>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- ROQUE, M. B. La “Primavera Negra” quedó en la historia. *Cubonet*, 18 mar. 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/BPU9uSw>>. Acesso em: 10 jan 2021.
- ROSENAL, M; IUDIN, P. **Diccionario filosófico abreviado**. Montevideo: Ediciones Pueblos Unidos, 1959.
- ROTHEBERG, D. Jornalismo Público: informação, cidadania, televisão. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- ROY, J. The Helms-Burton law: Development, consequences, and legacy for inter-American and European-US relations. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 39, n. 3, p. 77-108, 1997.
- RSF. Cuba. Prohíben a periodistas informar sobre los daños del huracán Matthew: la represión continúa. *Reporteros sin fronteras*, 21 out. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3sd3zUv>>. Acesso em 22/01/2021.
- RUIZ-GOIRIENA, R. Las otras blogueras rebeldes. **El Mundo**, Madrid, 26 fev 2010. Disponível em: <<https://www.elmundo.es/america/2010/02/26/cuba/1267159020.html>>. Acesso em: 21/01/2021.
- SABOTEARON los incondicionales de Pepinillo los equipos del Diario de La Marina para que no saliera. *Noticias de Hoy*, Havana, ano 22, n.108, p. 1-4, 12 mai 1960.
- SAFFON, M. El derecho a la comunicación: un derecho emergente. In: RINCÓN, O; et al. **Ya no es posible el silencio: textos, experiencias y procesos de comunicación ciudadana**. Bogotá: Centro de Competencia en Comunicación, 2007. p. 15-60. Disponível em: <<https://acortar.link/6UbPaB>>. Acesso em: 12 fev 2022.
- SALADO, M. **Censura de prensa en la Revolución cubana**. Madrid: Editorial Verbum, 2016.
- SALAZAR, R.A. Políticas nacionales de comunicación en el nuevo modelo cubano. **Revista Temas**, Havana, n. 81-82, enero-junio, p. 125, 2015. Disponível: <<https://cutt.ly/YPSAduU>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- SALWEN, B. **Radio and television in Cuba: the pre-Castro era**. Ames: Iowa State University Press, 1994.
- SÁNCHEZ SERRA, O. Matthew: humanismo, transparencia y manipulación. **Granma**, Havana, 13 out. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2eRdfTG>>. Acesso em: 18 out 2016.
- SÁNCHEZ, I. Estado, pueblo y medios de comunicación: ¿nos entregamos? **Granma**, Havana, 31 jul 2016a. Disponível em: <<https://goo.gl/pZwcvM>>. Acesso em: 02/08/2016.
- SÁNCHEZ, Y. Operación Verdad. Entrevista a Eliécer Ávila. Youtube, 11 fev. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bYbgwMwJa-0>>. Acesso em: 13 out. 2021.
- SEGAL, A. Totalitarismo, dictadura y autoritarismo: Definiciones y re-definiciones. *Gobierno y Gestión Pública*. Lima: Universidad de San Martín de Porres, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/xZGk71>>. Acesso em: 11/01/2016.
- SERRA, O. Matthew: humanismo, transparencia y manipulación. **Granma**, Havana, 13 out. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2eRdfTG>>. Acesso em: 18 out 2016.
- SIERRA, F; VALLEJO, R.E. Introducción. In: SIERRA, F; VALLEJO, R.E. (edits). **Derecho a la Comunicación: Procesos regulatorios y democracia en América Latina**. Quito: CIESPAL, 2017.
- SIGUE la ola de repudio popular a Conte Agüero. *Hoy*, 26/03/1960, p.1.
- SILVA, M da. Insurgência e conservadorismo: considerações sobre o paradoxo da cidadania no Brasil. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 15, n. 39, 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/IPJAWkc>>. Acesso em: 13 fev. 2022.
- SIRVÉN, P. **El rey de la televisión: Goar Mestre y la historia de la televisión**. Buenos Aires: Clarín/Aguilar, 1993.
- SMIRNOV, V. **La libertad de prensa en la URSS**. Moscú: Progreso, 1980.
- SOL GONZÁLEZ, Y. Etecsa continuará ampliando sus servicios y conectividad. *Granma*, 29 maio 2020. Disponível:<<https://bit.ly/3daMGEA>>. Acesso em: 19 jan 2021.



- SOMOHANO, A. Modelos oposicionales de intervención múltiple: análisis de condiciones de producción periodística en medios independientes de la estructura mediático-partidista en Cuba. Orientadora: Mireya Márquez Ramírez. 2020. 348 f. Tese (Doutorado). Curso Doctorado en Comunicación. Universidad Iberoamericana, Cidade do México, 2020.
- SOUZA GUEDES, O. A liberdade em obras do jovem Marx: referências para reflexões sobre ética. **Revista Katálysis**, v. 14, p. 155-163, 2011.
- STATE DEPARTMENT. Creation of the Cuba Internet Task Force Share. Office of the Spokesperson Washington, DC, January 23, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2rEUI40>>. Acesso em: 7 mai 2018.
- TARGINO, M. Blogs como instrumento de legitimação de lutas sociais em Cuba. **Informação & Informação**, v. 18, n.3, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/cQE9a6>>. Acesso em: 15 mai 2017.
- TENEMOS el monopolio total de la dignidad. *Combate*, Havana, ano 3, p.1-6, 20 nov 1959.
- TERRERO, A. El modelo de prensa que sueña Cuba. *Cubaperiodistas*, 14 jul. 2018. Disponível em: <<https://cutt.ly/XnGDYHt>>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- TODAS las industrias están vendiendo. *Revolución*, Havana, ano 2, n. 101, p. 2, 03 abr. 1959.
- TODD, Carlos. The Communist Destruction of the Free Press in Cuba. In: UNITED STATES. Federal Senate. **Communist penetration and exploitation of the free press: Study prepared for the Subcommittee to Investigate the Administration of the Internal Security Act and Other Internal Security Laws of the Committee on the Judiciary**. United States Senate, Eighty-seventh Congress, second session. Washington: US Government Printing Office, 1962. Disponível em: <[shorturl.at/bjGH1](http://shorturl.at/bjGH1)>.
- TOLEDO. J. L. MEDINA CUENCA. (coord.). A. **Leyes penales cubanas comentadas**. Havana: UNIJURIS, 2013. Disponível: <<https://cutt.ly/IPDrxvT>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- TOPPIN, A. Acceso denegado: ¿Qué VNP usar desde Cuba? *El Toque*, 24 set. 2020. Disponível em: <<https://eltoque.com/acceso-denegado-que-vpn-usar-desde-cuba/>>. Acesso em: 25 set 2020
- TOWE, T. Fundamental Rights in the Soviet Union: A Comparative Approach. *University of Pennsylvania Law Review*, num. 8, vol. 115, 1967, p. 1251–1274.
- TRAICIÓN directa. *Noticias de Hoy*, Havana, ano, 22, n.102, p. 1, 04 mai 1960.
- UPEC. Declaración de principios, Havana, 15 jul. 1963. In: BELL, J; LÓPEZ, D.L; CARAM, T. *Documentos de la Revolución Cubana 1963*. Havana: Ciencias Sociales, 2017.
- UPEC. Sin morbo y sin amo. *Cubaperiodistas*, 13 out 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2IWvC8d>>. Acesso em: 2 nov 2016.
- UXO, C. El acceso a Internet en Cuba. Políticas de colectivización y socialización, **Journal of Iberian and Latin American Research**, v. 15, n. 2, p. 121-142, 2009. DOI: 10.1080/13260219.2009.11090853
- VALDÉS PAZ, J. *El espacio y el límite*. Havana: Instituto Cubano de Investigaciones Culturales Juan Marinello. Ruth Casa Editorial, 2009.
- VALDÉS, R. T. Informe OONI: 41 sitios de internet bloqueados en Cuba. *Martí Noticias*, 31 ago 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/nPjBJG>>. Acesso em: 22 fev 2022.
- VALLE, A. Cuba amplía el servicio público de acceso a Internet (+ Infografía). *Juventud Rebelde*, Havana, 27 mai 2013. Disponível:<<https://acortar.link/ma9ZZt>>. Acesso em: 19/01/2021.
- VASILACHIS, I. La investigación cualitativa. In: VASILACHIS, I. (Coord.) *Estrategias de investigación cualitativa*. Barcelona: Gedisa, 2006.
- VÁZQUEZ CANDELA, E. De cómo agoniza el privilegio. *Revolución, Zona Rebelde*, Havana, ano 2, n.151, p. 1-2, 3 de jun 1959.
- VENEZUELA. Asamblea Constituyente. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. *Gaceta oficial*, v. 5, 1999. Disponível em: <<https://cutt.ly/sPS8Lx5>>. Acesso em: 22 fev 2022.
- VERMIL, J.L; ATIENZA, M. Introducción. In: MARX, K. *En defensa de la libertad. Los artículos de la Gaceta Renana 1842-1843*. Valencia: Fernando Torres Editor, 1983.
- VIDAILLET, K. 2006. Violations of Freedom of the Press in Cuba: 1952-1969. Annual Proceedings. Association for the Study of the Cuban Economy, vol. 16, 2006. Disponível em: <<https://cutt.ly/RPTs9wF>>. Acesso em: 20 fev. 2022.
- VIDAL, J.R. Retos para una política pública de comunicación en Cuba. SIERRA, F; VALLEJO, R.E. *Derecho a la Comunicación: Procesos regulatorios y democracia en América Latina*. Quito: CIESPAL, 2017.
- VILLAESCUCIA, I. **Desafíos en la prensa cubana durante 1959 y 1960**. Instituto de Historia de Cuba, 2010.

- VILLAESCUCIA, I. La prensa cubana en el primer decenio de la Revolución. **Revista Mexicana de Ciencias Agrícolas**, vol. 2, p. 101-109, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2631/263141553012.pdf>>. Acesso em: 04/01/2021.
- VILLARREAL, T.; GIL, G. A Internet radical. In: DOWNING, J. *Mídia Radical*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- VINZENT, M. Disidentes moderados cubanos fundan la revista digital 'Consenso'. El País, Madrid, 22 dez 2004. Disponível em: <<https://cutt.ly/fPI0fV6>>. Acesso em: 20 fev 2022.
- VYSHINSKI, A. The law of the soviet state. New York: MacMillan, 1948.
- WAISBORD, S. Vox populista: Medios, periodismo, democracia. Barcelona: Gedisa, 2013.
- WALTERS, B. An Interview with Fidel Castro, Foreign Policy, 15 set. 1977. Disponível em: <<https://acortar.link/6Ws9mS>>. Acesso em: 20 jul. 2022
- WOLIN, S. ¿Qué significa la acción revolucionaria hoy? In: MOUFFE, C. (edit.). **Dimensiones de la democracia radical. Pluralismo, ciudadanía, comunidad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2012.
- XYNOU, M.; FILASTÒ, A.; BASSO, S. “Measuring Internet Censorship in Cuba’s Park Nets“, *OONI*, 28 ago 2017. Disponível em: <<https://cutt.ly/cPJhTDO>>. Acesso em: 14/09/2018.
- YUCABYTE. Nauta Hogar: ni para todos los hogares, ni para todos los bolsillos, Yucabyte, 11 mar 2021. Disponível em: <<https://www.yucabyte.org/2021/03/11/internet-hogares-nauta/>>. Acesso em: 19 jan 2021.
- ZIZEK, S. Beauvois y la libertad leninista. Rebelión, 10 jul. 2008. Disponível: < <https://rebelion.org/beauvois-y-la-libertad-leninista/> >. Acesso em 15 jul. 2021.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – MATÉRIAS SELECIONADAS PARA A ANÁLISE DE CONTEÚDO

No.	Título	Mídia	Autor	Data de publicação	Disponível em:	Tema	Indicadores (*)	Representação da cidadania
1	Con una pensión de 240 pesos, raquel sobrevive gracias a la basura	<i>14ymedio</i>	Luz Escobar Mario Pentón	06/03/2017	<a href="https://acortar.link/yudaBn">https://acortar.link/yudaBn</a>	Pobreza e vulnerabilidade de pessoas da terceira idade	(I); (III); (IV); (VI)	Sujeito de necessidade
2	"Las medidas contra los boteros podrían desencadenar una crisis civil en Cuba"	<i>CiberCuba</i>	Nora Borges	07/12/2018	<a href="https://acortar.link/MJ15ZD">https://acortar.link/MJ15ZD</a>	Greve de taxistas privados	(I); (IV); (V); (VI)	Sujeito de demanda (taxistas)  Sujeito de necessidade/demanda (usuários)
3	Empleadas domésticas en Cuba: la discriminación invisible	<i>El Toque</i>	Claudia Padrón	17/12/2018	<a href="https://acortar.link/WhXc9Z">https://acortar.link/WhXc9Z</a>	Desproteção de trabalhadoras doméstico na informalidade	(I); (III); (IV); (V); (VI)	Sujeito de necessidade/demanda
4	La sangre nunca fue amarilla	<i>Periodismo de Barrio</i>	<i>Mónica Baró</i>	13/02/2019	<a href="https://acortar.link/vAPFap">https://acortar.link/vAPFap</a>	Contaminação ambiental em	(I); (III); (IV); (V); (VI)	Sujeito de necessidade/demanda

						comunidad vulnerable		
5	Argelia Fellove es una dura	<i>El Estornudo</i>	<u>Abraham Jiménez</u>	30/08/2019	<a href="https://acortar.link/saoDpY">https://acortar.link/saoDpY</a>	História de uma negra, lésbica e transformista que trabalha para empoderar as mulheres de seu bairro	(I); (II); (III); (IV); (V); (IV)	Sujeito de necessidade/demanda
6	El otro precio del níquel	<i>Yukabyte</i>	Cinthia de la Cantera e Alberto C. Toppin	22/10/2019	<a href="https://acortar.link/Gah5nc">https://acortar.link/Gah5nc</a>	Contaminação ambiental	(I); (III); (V)	Sujeito de necessidade/demanda
7	Tres niñas cubanas	<i>El Estornudo</i>	Carlos Manuel Álvarez	23/02/2020	<a href="https://acortar.link/8iko6h">https://acortar.link/8iko6h</a>	Morte de três meninas no desabamento de um prédio	(I); (III); (IV); (V); (VI)	Sujeito de necessidade/demanda
8	La agonía de una madre	<i>La Joven Cuba</i>	Redacción	20/02/2021	<a href="https://acortar.link/8iko6h">https://acortar.link/8iko6h</a>	Pobreza, vulnerabilidade social e econômica familiar	(I); (III); (IV); (V); (VI)	Sujeito de necesidad/demanda
9	<u>Adolescente condenada</u> a ocho meses de prisión pasa a régimen de reclusión domiciliaria	<i>Cubanet</i>	Claudia Montero	26/07/2021	<a href="https://acortar.link/apuPXk">https://acortar.link/apuPXk</a>	Denúncia da detenção e julgamento arbitrários de uma adolescente	(I); (III); (IV); (V); (VI)	Sujeito de necesidad/demanda
10	Cinco denuncias de abusos sexuales contra Fernando Bécquer	<i>El Estornudo</i>	Mario L. Reyes	08/12/2021	<a href="https://acortar.link/Wz9TNp">https://acortar.link/Wz9TNp</a>	Mulheres denunciam o trovador Fernando	(I); (III); (IV); (V); (VI)	Sujeito de necesidad/demanda

						Bécquer por abusos sexuais		
--	--	--	--	--	--	-------------------------------	--	--

\* Indicadores: (I) Temas preteridos ou pouco abordados na mídia oficial; (II) Visões de mundo e modos de vida não hegemônicos; (III) Pessoas/ comunidades vulneráveis; (IV) Setores subalternizados e/ou marginalizados; (V) Colaboração com o jornalista; (VI) Demandas, reivindicações, denúncias e protesto.

**APÊNDICE B — LISTA DE JORNALISTAS E COLABORADORES DA MÍDIA  
INDEPENDENTE PARTICIPANTES DA PESQUISA**

<b>No.</b>	<b>Nome</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Mídias</b>
1	Alexander Hall	Estudante de Historia	<i>La Joven Cuba</i>
2	Alina López	Historiadora e editora	<i>La Joven Cuba</i>
3	Annery Rivera	Socióloga	<i>Periodismo de Barrio</i>
4	Arturo Mesa	Guia de turismo	<i>La Joven Cuba</i>
5	Enrique Guzmán Karrell	Ex –diplomata	<i>El Toque</i>
6	Fernando Almeyda	Jurista	<i>La Joven Cuba</i>
7	Glenda Boza Ibarra	Jornalista	<i>El Toque</i>
8	Ismario Rodríguez	Jornalista	<i>Periodismo de Barrio</i>
9	Ivette García	Historiadora	<i>La Joven Cuba</i>
10	Jesús Arencibia	Jornalista e professor	<i>El Toque</i>
11	Jorge Enrique Rodríguez	Escritor	<i>Diario de Cuba</i>
12	José Jassán	Jornalista, editor e diretor	<i>El Toque</i>
13	José Manuel González Rubines	Jornalista e professor	<i>La Joven Cuba</i>
14	José Raúl Gallego	Jornalista, professor, pesquisador	<i>Cuba Posible; Inventario; ADNCuba, Yucabyte</i>
15	Juan Pin Vilar	Realizador de cinema e televisão	<i>La Joven Cuba; Rialta, Periodismo de Barrio, El Toque</i>
16	Julio Antonio Fernández Estrada	Jurista e professor	<i>El Toque; OnCuba; La Joven Cuba</i>
17	Manuel de la Cruz	Ativista LGBT+ e professor	<i>Tremenda Nota</i>
18	María Matienzo	Ativista e escritora	<i>Cubonet</i>
19	Mario Valdés Navia	Historiador	<i>La Joven Cuba</i>
20	Maximiliano Trujillo	Professor	<i>La Joven Cuba</i>
21	Maylan Álvarez	Escritora e editora	<i>La Joven Cuba</i>

22	Miguel Alejandro Hayes	Economista	<i>El Toque, La Joven Cuba, Desde la Trinchera (blog pessoal), El Enjambre (podcast)</i>
23	Mónica Baró	Jornalista	<i>Periodismo de Barrio; El Estornudo; CiberCuba</i>
24	Reynaldo Escobar	Jornalista e editor	<i>14ymedio</i>
25	Teresa Díaz Canals	Professora aposentada	<i>La Joven Cuba</i>
26	Ulises Padrón Suárez	Lingüista	<i>Tremenda Nota, Periodismo de Barrio, Hypermedia Magazine</i>
27	Yadira Álvarez	Docente e pesquisadora	<i>Q de Cuir; Cachivache; El Enjambre (podcast)</i>

**APÊNDICE C — LISTA LEITORES DA MÍDIA INDEPENDENTE PARTICIPANTES DA PESQUISA**

No.	Nome	Ocupação
1	Sergio Acosta	Jornalista e empresário
2	Carlos M. Arrechavaleta	Político, professor, pesquisador
3	Manuel David Orrio	Jornalista aposentado e ex-agente do DSE
4	Abel Somohano	Comunicólogo, professor, pesquisador
5	Fernando Bretas	Bancário aposentado
6	Ramón García Guerra	Sociólogo e ativista

**APÊNDICE D — GUIA GERAL PARA CONDUZIR A CONVERSA COM  
JORNALISTAS, COLABORADORES E LEITORES/SEGUIDORES DA MÍDIA  
INDEPENDENTE CUBANA**

1. La expansión del acceso a las TIC e Internet propició el surgimiento y consolidación de medios digitales alternativos en Cuba. Antes de eso, el estado cubano prácticamente tenía el monopolio de los medios de producción simbólica. ¿Son los medios digitales independientes del Estado una respuesta a las necesidades y demandas comunicativas e participativas de la sociedad civil cubana?
2. ¿Cómo se manifiesta el conflicto entre medios independientes y el Estado cubano? ¿Dicho conflicto afecta solo a los medios más de derecha y a los abiertamente opositores?
3. En general, los medios, especialmente los tradicionales, afirman que dan voz y visibilidad a la ciudadanía y sus problemas. De los medios alternativos se espera que empoderen a los ciudadanos, convirtiéndoles no en objetos de la comunicación, sino en sujeto de la misma. Eso sería, a grandes rasgos, el derecho a la comunicación y la ciudadanía comunicativa. ¿Considera que en Cuba los medios de comunicación independientes del Estado han contribuido al ejercicio del derecho a comunicar y a la práctica de la ciudadanía?
4. ¿Cuál sería, a su juicio, el aporte de los medios no estatales a la democratización de la comunicación en Cuba, en el período 2016-2021?
5. ¿Qué te motivó a colaborar con un medio digital independiente y qué representa ese espacio para ti?
6. ¿Desde ese medio independiente crees que participas del debate público y puedes ejercer derechos que te serían vetados en los medios tradicionales?



## APÊNDICE E – RESENHAS DE MÁTERIAS ANALISADAS

***Con una pensión de 240 pesos Raquel sobrevive gracias a la basura.* Reportagem de Luz Escobar e Mario J. Pentón, publicada no site 14ymedio, em 6 de março de 2017**



14ymedio

Tema: Pobreza e vulnerabilidade de pessoas da terceira idade

Representação da cidadania: Sujeito de necessidade

Aos 67 anos, castigada pela velhice e por uma pensão miserável, Raquel, uma engenheira ‘formada pela Revolução’, vasculha o lixo para o seu sustento diário. As suas mãos, que outrora desenhavam mapas e mediam espaços onde cresceriam colheitas promissoras, dedicam-se agora a recolher papelão, latas e recipientes vazios (ESCOBAR; PENTÓN, 2017).

Por meio da história de Raquel, uma engenheira aposentada que sobrevive vasculhando lixo reciclável em latas de lixo em Havana, a reportagem apresenta uma imagem crítica de Cuba, o país com a maior população idosa da América Latina. Embora o envelhecimento populacional não seja um tema totalmente ausente da mídia estatal, sempre sob a ótica do Governo, o texto jornalístico de Escobar e Pentón se interessa, além dos números, em mostrar a 'face humana' desse fenômeno demográfico, alertar sobre os déficits do sistema de aposentadoria administrado pelo governo cubano, denunciar a falta de recursos para frear a deterioração dos serviços sociais e expor o impacto de todos esses fatores na qualidade de vida dos idosos e de seus familiares.

Com base no depoimento de Raquel – gatilho e gancho da reportagem – e na apresentação de estatísticas, a reportagem alerta sobre outro tema pouco abordado pela mídia estatal: o aumento da pobreza extrema em Cuba e o alto número de mulheres e homens idosos que, apesar de receberem pensão do Estado, precisam trabalhar informalmente para comprar comida, remédios e contribuir com a renda familiar.

Por outro lado, a apresentação de estatísticas e opiniões de cientistas sociais que estudam a dinâmica demográfica da população cubana fortalece a tese da reportagem. Embora sejam públicos, em geral, dados estatísticos, resultados das pesquisas científicas e pareceres dos cientistas sociais apenas circulam dentro do meio acadêmico. A reportagem resgata essas informações dispersas em bancos de dados e textos acadêmicos, a traduz para uma linguagem mais compreensível e a apresenta para conscientizar a sociedade sobre as necessidades da população idosa do país.

Apesar da precariedade de sua vida, Raquel mostra dignidade e autoestima. Ela aceita compartilhar sua história no espaço público, mas sem revelar seu sobrenome e seu rosto, para proteger a própria privacidade.

Ao visibilizar o testemunho de uma pessoa atingida pela falta de políticas públicas efetivas para melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas de baixa renda, bem como apresentar estatísticas e convocar vozes da comunidade científica, cujos critérios contrariam o discurso triunfalista do Governo, a reportagem é uma contribuição para o exercício do direito à comunicação e à cidadania comunicativa.

***La sangre nunca fue amarilla.* Reportagem de Mónica Baró, publicado em 13 de fevereiro de 2019, no site Periodismo de Barrio**



Ismario Rodríguez/ Periodismo de Barrio

Tema: Contaminação ambiental em comunidade vulnerável

Representação da cidadania: Sujeitos de necessidade

O texto apresenta a história de vizinhos e ex-vizinhos de uma comunidade vulnerável do município de San Miguel del Padrón, em Havana, afetados por doenças e transtornos contraídos como resultado do contato, ao longo de quase cinco décadas, com resíduos de chumbo, provenientes de oficinas de fundição, localizadas no bairro, mas desativadas em 1968.

A repórter se limita a narrar e expressar os resultados de suas investigações, de modo que os protagonistas da reportagem, o que conta a história, são os mais de vinte moradores da comunidade que compartilharam memórias pessoais e familiares; suas preocupações, frustrações, medos e expectativas. Diferentemente de matérias que incluem só fragmentos de depoimentos e o autor ou autora parafraseia o dito pelos entrevistados, neste Mónica Baró insiste em que as testemunhas se tornem visíveis, apareçam, a partir dos seus lugares de fala, por meio da palavra e das imagens.

Mónica Baró pondera ainda a importância do recurso da memória para o jornalismo narrativo, uma vez que a memória contém os elementos para construir uma história com a qual outras pessoas se possam identificar. Segundo ela, a realidade não é só o que acontece, mas o que as pessoas lembram, e na reportagem ela se interessou em dar voz a essa realidade que as pessoas guardam na memória (CONSEJO DE REDACCIÓN, 2019).

Além das memórias dos membros dessa comunidade, o texto traz informações obtidas a partir da consulta a documentos públicos de instituições oficiais de Cuba, publicações científicas e atores envolvidos na implementação de medidas voltadas para a solução de problemas ambientais e de saúde pública causados pela exposição ao chumbo.

A reportagem também aponta os desafios do exercício do jornalismo independente em Cuba, comentando a recusa de autoridades em nível nacional em conceder entrevistas e/ou apresentar informações de interesse público, por uma matéria produzida por um veículo não reconhecido pelo Governo cubano. Embora comum, essa postura contrasta com a colaboração de vizinhos, médicos e servidores públicos que acompanharam o desenvolvimento de um problema ambiental tão grave quanto silenciado.

Sobre as motivações para divulgar um problema que as autoridades aparentemente já haviam resolvido, o jornalista explica:

Esta foi uma história que, independentemente de permanecer aberta, não havia sido devidamente relatada. Era como se nunca tivesse acontecido. Pode parecer loucura, mas no meu país é comum que esse tipo de coisa aconteça porque a mídia estatal, que é a maioria, não costuma noticiar nada que afete minimamente a imagem internacional do Governo (CONSEJO DE REDACCIÓN, 2019).

Ao monitorar e cobrar posicionamentos de instituições e autoridades com prerrogativas para resolver definitivamente os problemas derivados da contaminação por chumbo na comunidade afetada, a reportagem *La sangre nunca fue amarilla* se insere nas lutas por mudanças sociais, políticas e econômicas em Cuba, a partir do jornalismo e campo da comunicação. Dessa forma, consideramos que esta reportagem, que em 2019 recebeu o Prêmio Gabriel García Márquez de Jornalismo, contribuiu para o exercício da cidadania comunicativa de pessoas que narram seu passado e presente a partir de uma comunidade marginalizada social, econômica e midiática.

*La agonía de una madre. Carta, publicada em 20 de fevereiro de 2021, no site La Joven Cuba*



*Nester Núñez/ La Joven Cuba*

Tema: Pobreza, vulnerabilidade social e econômica familiar

Representação da cidadania: Sujeito de necessidade e demanda

A carta intitulada *La agonía de una madre* (A agonia de uma mãe) publicizou o quadro crítico de vulnerabilidade social e econômica que sofria Mairobis Zamora Hechevarría, mulher de 37 anos, negra, pobre e mãe de sete filhos. O maior dos filhos (23 anos) tinha uma deficiência cognitiva e o filho de apenas 8 anos era epiléptico. O texto denuncia que Mairobis e seu esposo não receberam ajuda do governo de Matanzas porque, segundo a explicação das autoridades, o município não contava com os recursos para financiar a reparação da vivenda da família. Ainda conforme a carta, um auxílio financeiro para a compra de cestas básicas também lhes foi negada, após os técnicos da Previdência Social na cidade determinarem que a família não se enquadrava na categoria de vulnerável, já que o filho de 23 teria idade para trabalhar, ignorando a deficiência intelectual dele (REDACCIÓN/LJC, 2021a).<sup>96</sup> A informação providenciada pela remetente da carta foi complementada com fotografias, tomadas pela equipe do *La Joven Cuba* para documentar de forma inequívoca a precariedade das condições de vida dessa família. São fotos que captam crianças que correm sem sapatos e vestindo farrapos; piso de terra batida; uma latrinha improvisada na parte exterior da casa, em vez de um banheiro com as condições higiênicas imprescindíveis.

Após a publicação da carta-denúncia, a Secretária de Trabalho e Previdência Social de Matanzas concedeu a Mairobis um auxílio financeiro e informou que lhe entregariam colchões para as crianças e um fogão. Em paralelo, organizações religiosas e pessoas físicas colaboraram enviando dinheiro, alimentos e roupas para a família (REDACCIÓN/LJC, 2021b).<sup>97</sup> Contudo, na última atualização sobre o caso, publicada em 8 de maio de 2021, o *La Joven Cuba* afirmou que Mairobis ainda esperava a vivenda que o governo provincial tinha se comprometido a entregar, depois que técnicos

<sup>96</sup> REDACCIÓN/LJC. *La agonía de una madre*. Cartas a *La Joven Cuba*, 20 fev 2021. Disponível em: <<https://rb.gy/d6xfih>>. Acesso em: 13/11/2022.

<sup>97</sup> REDACCIÓN/LJC. *En la línea de lo inhabitable*. Cartas a *La Joven Cuba*, 27 fev 2021. Disponível em: <<https://rb.gy/ve7o2p>>. Acesso em: 13/11/2022.

determinarem que a casa da família não reunia as condições mínimas de habitabilidade (REDACCIÓN/LJC, 2021c).<sup>98</sup>

Ainda que o objetivo da carta tenha sido visibilizar o caso de uma família específica, para pressionar e fazer com que as autoridades municipais e nacionais tomaram as providências que as políticas de proteção social determinam, a publicação da história de Maiobis e sua família evidenciou o avanço da extrema pobreza em Cuba e a falta de respostas governamentais efetivas para ajudar a cidadãos, especialmente mulheres e homens negros, que nos últimos anos vêm sofrendo os retrocessos no exercício de direitos básicos como o acesso a uma moradia digna e a uma alimentação saudável. A carta veiculada também reflete o descaso de parte do poder público e a indiferença da mídia estatal que atua na localidade que, mesmo tendo informações deste e outros casos de famílias e comunidades periféricas em extrema pobreza, não os visibilizaram. Ao trazer Maiobis Zamora Hechevarría para o espaço público digital, o *La Joven Cuba* propiciou o exercício do direito à comunicação não apenas dela, mas de cidadãos e cidadãs que tiveram acesso a mais uma história preterida pela mídia oficial. Em decorrência da visibilidade propiciada pela mídia independente e os usuários de mídias sociais que compartilharam a matéria, gerou-se a empatia suficiente para motivar a articulação e a mobilização de organizações a atores da sociedade civil em prol de auxiliar uma família abandonada pelo Estado.

---

<sup>98</sup> REDACCIÓN/LJC. Madres desesperadas Cartas a La Joven Cuba, 8 fev 2021. Disponível em: <<https://rb.gy/zmhsqm>>. Acesso em: 13/11/2022